

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO

TIAGO ARCANJO ORBEN

**A QUESTÃO AGRÁRIA E FUNDIÁRIA DO SUDOESTE DO PARANÁ: PEQUENAS  
PROPRIEDADES, PERMANÊNCIAS E RUPTURAS**

Porto Alegre  
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

**TIAGO ARCANJO ORBEN**

**A QUESTÃO AGRÁRIA E FUNDIÁRIA DO SUDOESTE DO PARANÁ:  
PEQUENAS PROPRIEDADES, PERMANÊNCIAS E RUPTURAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUCRS, como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em História.

**Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins**

Porto Alegre

2019

O64q Orben, Tiago Arcanjo  
A questão agrária e fundiária do sudoeste do Paraná: pequenas propriedades, permanências e rupturas. / Tiago Arcanjo Orben; orientador, Luis Carlos dos Passos Martins. – Porto Alegre, 2019.  
367 p.

Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

1. Reforma agrária – Paraná - História. 2. Pequenas propriedades rurais – Paraná. 3. Agricultura – Paraná. I. Martins, Luis Carlos dos Passos. II. Título.

CDD 22. ed. 333.318162

## AGRADECIMENTOS

A escrita de todo trabalho acadêmico sempre está amparada em pessoas que de alguma forma fazem com que o mesmo realize-se, dessa maneira, não poderia deixar de dar publicidade a esta pesquisa, sem antes mencionar algumas das inúmeras pessoas que contribuíram ao longo de minha caminhada acadêmica e pessoal.

Agradeço primeiramente aos meus pais, Arcanjo Orben e Lidia Tartas Orben, por terem sempre acreditado em mim e acima de tudo nunca deixado de apoiar e incentivar meus estudos durante toda a minha jornada acadêmica. Também agradeço de modo especial ao Douglas e a Jose, Sandro e Simone e é claro ao pequeno Vitor, que alegra nossas vidas.

A minha amorosa e incansável companheira Daniele Brocardo, sem você a escrita deste trabalho seria morosa e solitária. Pela compreensão nos momentos que ficamos distantes, pelas valiosas dicas que certamente enriqueceram esta pesquisa. Pelo carinho diário e amor incondicional. Agradeço também o apoio e incentivo de toda a sua família.

Ao apoio financeiro da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por tornar possível a realização deste trabalho.

Também registro agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para a feitura deste trabalho, em especial: Ao Odair Eduardo Geller e a Claídes Rejane Schneider que não mediram esforços para que eu tivesse acesso à documentação da CANGO junto ao Centro de Memória do Sudoeste do Paraná – Cemesp da Unipar de Francisco Beltrão. Ao Engenheiro Agrônomo e funcionário do INCRA de Francisco Beltrão Carlos Alberto Zemolin, que disponibilizou vasta documentação pertencente ao GETSOP.

Aos entrevistados: Arcanjo do Prado, Maria do Prado, Josmara Petroski, Ricardo Claudino, Décio Cagnine, Izolete Bornhofen Cagnine, Elton Luiz Johann e Jhony Luchmann.

Ao professor Dr. Luis Carlos dos Passos Martins, pela paciência, pelas incontáveis dicas e contribuições tecidas ao longo desses quatro anos de doutorado.

Ao professor Dr. Paulo José Koling, companheiro de longa data. Pelas valiosas conversas trocas de fontes e referências desde os tempos de graduação. Agradeço também suas precisas orientações repassadas na banca de defesa deste trabalho.

Ao amigo e sempre disponível Robson Laverdi, seus ensinamentos estão sempre rendendo frutos e grande parte disso está exposto nesse trabalho.

Ao nobre professor René E. Gertz, por aceitar participar da arguição deste trabalho e pelas pontuais contribuições apresentadas na banca.

Ao professor Helder V. Gordim da Silveira, por dedicar parte de seu valioso tempo para a leitura desta pesquisa.

A todos os professores do PPGH-PUCRS, que de uma forma ou de outra contribuíram em minha formação. De igual modo, agradeço a atenção e disponibilidade das secretárias Carla Helena Carvalho Pereira e Henriette Ilges Shinohara.

Aos companheiros de jornada na Pós-Graduação e em Porto Alegre, pela troca de experiências, opiniões e amizade: Rafael Lapuente, Rafael Ganster, Eduardo Pacheco Freitas, Eduardo Flach Kafer, Caio Proença, Eduardo Knack, Guilherme Franco Andrade e Ivan Trevisan.

Por fim agradeço a Deus, por tudo de bom que tem acontecido em minha vida.

Terra  
Aguda flor  
Em infinito parto  
Mestiça e nômade  
Pólen que alimenta

Seu ventre  
Sempre aguarda  
Uma semente

A terra  
É como um berço  
Seu embalo  
É o sopro  
Do universo

*Carlos Pronzato*

## RESUMO

Este trabalho expõe para debate diferentes representações sobre a região Sudoeste do Paraná, ao problematizar o aspecto agrário e fundiário desse espaço. Nesse sentido, questiona-se a caracterização de pequenas propriedades atribuída a essa região, sobretudo, a partir das transformações apresentadas a esse espaço social ao longo do tempo, o que ganhou destaque na historiografia que pesquisa o tema como resultado da luta social conhecida como Revolta dos Colonos ou Revolta dos Posseiros. Dessa maneira, ao utilizar-se de fontes documentais, constatou-se a significativa atuação da CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório –, tanto em relação à orientação aos colonos, como à delimitação dos lotes de terra. Com isso, verificou-se que a Colônia teve um desempenho expressivo nas décadas de 1940 e 50, na constituição da estrutura agrária e fundiária do Sudoeste do Paraná e que esta ação vem pautar o modelo de agricultura e propriedade consolidado com o levante social de 1957. Assim, a pesquisa procura estabelecer questionamentos, ao observar a atuação da Colônia para além do que é constantemente atribuído à região, com referência às pequenas propriedades. Em relação ao processo de titulação das terras em questão, também a partir de fontes documentais, foi dada atenção à atuação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP. Sobre esse órgão, o trabalho constituiu-se a partir do interesse em desenvolver considerações sobre a atuação do GETSOP na região, tanto em relação à sua influência na estrutura agrária e fundiária, quanto sobre as políticas modernizantes da agricultura brasileira, que apresentaram novas dinâmicas para a organização agrária da região. Assim, a pesquisa por meio de arquivos e de fontes orais permitiu constatar que a estrutura fundiária da região tem sofrido constantes transformações, tanto a partir da década de 1970, com as políticas modernizadoras da agricultura brasileira, quanto contemporaneamente, momento em que ganha ênfase a diminuição no número de pequenas e médias propriedades, em oposição ao avanço das grandes propriedades a partir do agronegócio e de culturas agrícolas comerciais como o milho e a soja. Desse modo, o presente trabalho procura pensar as permanências e rupturas que podem ser verificadas na estrutura agrária e fundiária da região Sudoeste do Paraná.

**Palavras-chave:** História Agrária; História Regional; Pequenas propriedades; Modernização da agricultura; Memória.

## ABSTRACT

This paper discusses several representations of the Paraná state southwestern region by analyzing its agrarian aspects. In this regard, we question the characterization of small properties that is given to the region, mainly concerning the transformations that have taken place over time. One of the most important of these transformations has been intensely researched by the current historiography is the social struggle and it is called the Revolt of the Squatters. Therefore, by researching on documental resources we have observed a meaningful acting of CANGO – National Agricultural Colony General Osório, both as a guidance to the squatters and as a tool for demarcation of land. Hence, we noticed that the Colony had a significant performance between the decades of 1940 and 50 on the agrarian constitution structure concerning the Paraná state southwestern region and this action shapes the model of agriculture and property that was consolidated because of the social uprising of 1957. This research aims to raise questions concerning the actions of the Colony apart from what is commonly known from the region, regarding small properties. As for the land claims, and here we are also using documental references, we observed the actions of the GETSOP – Executive Group for Land Issues from Paraná state southwest. Concerning this institution, our research analyzed its actions inside the region, both regarding its influence on the agrarian structure and, also, the Brazilian modernizing policies on agriculture that have presented new dynamics for the region agrarian issue. By researching archives and oral sources we noticed that the region agrarian structure has been going through several transformations over the years, starting back in 1970 with the Brazilian modernizing policies on agriculture and, contemporarily, when a decrease in the number of small and medium properties takes place, in opposition to the advance of big properties because of the agribusiness and cultures such as the corn and the soybeans. Therefore, this paper aims to discuss the continuities and the ruptures that can be observed inside the agrarian structure in the Paraná state southwestern region.

**Keywords:** Agrarian History; Regional History; Small Properties; Agricultural Modernization; Memory.



## Lista de Figuras

- Figura/Mapa 1:** Mesorregião Sudoeste do Paraná. *WIKIPEDIA*: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o\\_do\\_Sudoeste\\_Paranaense](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Sudoeste_Paranaense). Acesso em 26 de setembro de 2016.....58
- Figura/Mapa 2:** Área em litígio que resultou na Revolta em 1957. Fonte: *Acervo da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão*..... 63
- Figura 3:** Ficha Cadastral guarda rural Sebastião Fogasso da Silva. *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 13 de agosto de 2015.....127
- Figura 4:** Produção Agrícola da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) - 1949. *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 24 de novembro de 2015.....132
- Figura 5:** Planta geral Gleba 25 (CANGO). *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 11 de agosto de 2015..... 144
- Figura 6:** Roteiro de Lote Nº 562 da 22ª Gleba do Núcleo Colonial General Osório. *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 11 de agosto de 2015.....150
- Figura 7:** Colônia Agrícola Nacional General Osório – Planta de Propriedade – Lote Nº1. *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 11 de agosto de 2015.....152
- Figura 8:** Esquema de lote de 20 hectares (CANGO). *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 10 de agosto de 2015.....156
- Figura 9:** Esquema de lote de 40 hectares (CANGO). *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 10 de agosto de 2015.....159
- Figura 10:** LAZIER, Hermógenes. *Estrutura Fundiária por município Sudoeste do Paraná - 1968*. (INCRA/GETSOP/AMSOP).....186

<b>Figura/Mapa 11:</b> GETSOP: em destaque Gleba 9-FB. <i>INCRA/GETSOP</i> . Francisco Beltrão, acesso em 28 de setembro de 2017.....	189
<b>Figura 12:</b> Requerimento de lote rural: lote nº1 da Gleba 1-AM. <i>INCRA/GETSOP</i> . Francisco Beltrão, acesso em 28 de setembro de 2017.....	205
<b>Figura 13:</b> Requerimento de lote rural: recibo, lote nº1 da Gleba 1-AM. <i>INCRA/GETSOP</i> . Francisco Beltrão, acesso em 28 de setembro de 2017.....	207
<b>Figura 14:</b> Relatório de vistoria de lote rural: lote nº21 da Gleba 5-DV. <i>INCRA/GETSOP</i> . Francisco Beltrão, acesso em 28 de setembro de 2017.....	211
<b>Figura 15:</b> <i>Monumento construído pela Prefeitura de Francisco Beltrão em 1972. Celebra a regularização da propriedade da Terra empreendida pelo GETSOP no Sudoeste do Paraná.</i> Fonte: Fotografia do autor. Francisco Beltrão, 2008.....	219

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Planta geral das Glebas 17, 18, 19 e 30 (CANGO). <i>Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná</i> . Francisco Beltrão, acesso em 11 de agosto de 2015.....	147
<b>Tabela 2:</b> Principais produtos agrícolas produzidos na região Sudoeste do Paraná no ano de 1970 – <i>IBGE</i> - Censo Econômico e Agropecuário de 1970.....	214
<b>Tabela 3:</b> Principais produtos agrícolas produzidos na região Sudoeste do Paraná no ano de 1975 – <i>IBGE</i> - Censo Econômico e Agropecuário de 1975.....	215
<b>Tabela 4:</b> Número de estabelecimentos mesorregião Sudoeste do Paraná em relação aos grupos de área em hectares. <i>IBGE</i> – Censos Agropecuários de 1995-1996 e 2006.....	299
<b>Tabela 5:</b> Área dos estabelecimentos agropecuários da mesorregião Sudoeste do Paraná em relação aos grupos de área em hectares. <i>IBGE</i> – Censos Agropecuários de 1995-1996 e 2006.....	300
<b>Tabela 6:</b> Número de estabelecimentos agropecuários por município – Sudoeste do Paraná. <i>IBGE</i> – Censos Agropecuários de 1995-1996, 2006 e 2017.....	319

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO I – A ESTRUTURA AGRÁRIA E FUNDIÁRIA DO SUDOESTE PARANAENSE .....	37
1.1 Sudoeste do Paraná: representações sociais do espaço .....	38
1.2 Os camponeses e a questão agrária .....	41
1.3 O campo/rural e a cidade/urbano reflexões conceituais .....	49
1.3.1 Definições/diferenciações .....	50
1.4 O Sudoeste do Paraná e os levantes de outubro de 1957 .....	57
1.4.1 Presença indígena e cabocla .....	58
1.4.2 Contexto dos levantes de outubro de 1957.....	62
1.5 A agricultura brasileira nas décadas 1950-60.....	74
1.6 Delimitações da pesquisa: memória/historiografia .....	79
CAPÍTULO II – A COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL GENERAL OSÓRIO (CANGO) ENQUANTO INFLUÊNCIA NA ESTRUTURA AGRÁRIA E FUNDIÁRIA DO SUDOESTE PARANAENSE .....	98
2.1 Estrutura agrária e fundiária .....	99
2.2 A criação da CANGO e sua atuação no Sudoeste do Paraná.....	110
2.3 A instalação da CANGO e seu enfoque inicial .....	123
2.3.1 Influência na organização agrícola.....	129
2.4 O Território enquanto espaço de poder .....	137
2.5 A CANGO e a estruturação fundiária do Sudoeste paranaense .....	141
CAPÍTULO III – CONSOLIDAÇÃO OU REESTRUTURAÇÃO: O GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ (GETSOP) E AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA BRASILEIRA .....	164
3.1 A agricultura brasileira 1960-70 .....	165
3.2 Modernização agrícola, a expansão da estrutura agrária: grandes propriedades e latifúndio .....	170
3.3 O GETSOP e a organização fundiária do espaço.....	185
3.4 A titulação das terras.....	196

3.5 O GETSOP: regularização da posse da terra ou Reforma Agrária .....	203
3.6 Modernização e tecnificação das relações de produção no Sudoeste do Paraná.....	229
<b>CAPÍTULO IV – A AGRICULTURA FAMILIAR NO SUDOESTE PARANAENSE: COOPERATIVISMO, TRAJETÓRIAS DE VIDA, PRODUÇÃO ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA .....</b>	<b>242</b>
4.1 Memória(s) e subjetividade .....	244
4.2 Agricultura familiar e estrutura fundiária.....	251
4.3 A institucionalização do cooperativismo na região Sudoeste do Paraná .....	255
4.3.1 O cooperativismo e a disposição agrária do espaço .....	262
4.4 Experiências rurais e urbanas na região Sudoeste do Paraná.....	269
4.4.1. Vivências rurais de trabalhadores urbanos.....	269
4.4.2 Experiências agrícolas.....	271
4.4.3 Situação recente enquanto empregados urbanos e perspectiva futura.....	273
4.5 Vivências de trabalhadores rurais na região Sudoeste do Paraná.....	277
4.5.1 Deslocamentos pela terra: transitoriedades e vivências agrícolas .....	278
4.6 A influência do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) na organização agrícola do Sudoeste do Paraná.....	289
4.6.1 A atuação do CAPA no município de Verê .....	290
4.6.2 Financiamento agrícola e concentração fundiária .....	295
4.7 Narrativas sobre o trabalho rural com alimentos orgânicos .....	303
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>322</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>328</b>
Entrevistas orais .....	328
Imagens .....	328
Impressas.....	330
Online.....	331
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>334</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>343</b>

## INTRODUÇÃO

O tema deste estudo é a análise da questão agrária e fundiária na região Sudoeste do Paraná. Desse modo, o leitor perceberá, ao longo do texto, que não se trata apenas de objeções construídas sobre esse espaço e seu aspecto agrário e fundiário na contemporaneidade, tampouco de questões que envolvam essa região no período que antecede e que sucede os levantamentos sociais de 1957, mas, sim, trata-se de uma reflexão pautada nas permanências e rupturas expostas a esse espaço ao longo do tempo, ou seja, aos aspectos que dizem respeito à questão agrária e fundiária a partir da delimitação de pequenas propriedades.

Esta é, sem dúvida, a questão fundamental que motivou e fundamentou a construção desse trabalho: contemplar a questão agrária e fundiária do Sudoeste do Paraná, a partir da atribuição de pequenas propriedades, comumente conferidas a esse espaço. De tal modo, ao longo da empreitada aqui desenvolvida, foi possível verificar diferentes cenários no tocante a essas perspectivas.

Para ficar mais claro ao leitor, destaco que minhas hipóteses estão relacionadas aos seguintes elementos: a estrutura agrária e fundiária da região vem sofrendo constantes transformações, parte disso se deve ao processo de modernização da agricultura brasileira, em consonância com a atuação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP na regularização da posse da terra, enquanto que, por outro lado, destaca-se a influência de tais processos para a organização do espaço, contemporaneamente. Com isso, entende-se que a estrutura agrária e fundiária diferenciada, enfatizada por memorialistas, historiadores e, sobretudo, pela memória pública comemorativa, vem sofrendo constantes transformações, o que não só ocasiona a mudança de tal realidade, mas também, impacta nas vivências dos indivíduos que residem nesse espaço.

Assim, é para refletir tais hipóteses que esse trabalho é desenvolvido. Não se objetiva negar que o espaço possa ter uma estrutura fundiária fortemente marcada pelas pequenas propriedades, mas, sim, como os processos modificam as relações de trabalho do camponês com a terra, sobretudo após a regularização da posse com o GETSOP e a modernização da agricultura nas décadas de 1960, 70 e 80. Nesse ponto, estabelece-se como diálogo a própria organização agrária contemporânea da região, que é fruto das

mudanças de ordem técnica apresentadas ao meio rural brasileiro no período de modernização.

Nesse sentido, a própria organização dos temas dos capítulos está relacionada a esse objetivo inicial:

No **primeiro capítulo** são expostos diferentes contextos e conjunturas sobre essa região, ao mesmo tempo em que são privilegiadas tanto questões de ordem histórica, a exemplo da ocupação da região e das circunstâncias que conduziram os levantes sociais de 1957, quanto questões que dialogam com aspectos recentes em relação à sua organização econômica e social. Tal movimento foi importante não só para delimitarmos a pesquisa, mas, também para que seja possível expor ao leitor sob que quadros e circunstâncias a mesma foi desenvolvida. Uma das questões fundamentais deste capítulo é a análise historiográfica, isto é, de que maneira a questão agrária e fundiária do Sudoeste do Paraná foi interpretada por diferentes autores ao longo do tempo.

O **segundo capítulo** refere-se à criação e atuação da Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO a partir de algumas interrogações – das várias que surgiram –, no início da pesquisa. Uma delas e sem dúvida a mais latente é: a Cango exerceu influência no constituir-se de uma estrutura fundiária diferenciada – de pequenas propriedades – para a região Sudoeste do Paraná? Esse passou a ser o mote de pesquisa desenvolvido nesse capítulo, o qual foi irrigado por fontes documentais, notadamente – vasta documentação pertencente à própria Colônia – que nos expôs os inúmeros caminhos que foram ponderados nessa pesquisa e que poderão ser incluídos em análises futuras acerca do tema.

Já o **terceiro capítulo** foi desenvolvido a partir do interesse em desenvolver considerações sobre a atuação do GETSOP na região enquanto influência em sua estrutura agrária e fundiária. Nesse sentido, o leitor notará que esse processo não foi simples, ou seja, não encontrei de pronto a documentação que esperava encontrar no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA –, escritório regional de Francisco Beltrão – local onde estão os documentos pertencentes ao GETSOP.

Saliento isso porque, primeiramente, o próprio INCRA procurou resguardar os documentos de titulação das terras do Sudoeste do Paraná, enquanto que o restante da documentação – que possivelmente poderia nos expor a atuação desta entidade em relação a uma influência na produção agrícola da região e conseqüente modernização

agrícola do espaço – não foi localizada. Assim, foi necessário apelar para outras fontes e historiografias a fim de dar respostas em relação a estes aspectos.

O leitor também pode perceber que perpassa esse capítulo a chamada modernização da agricultura brasileira. Evidentemente não poderíamos deixar de abordar esse aspecto, já que é exatamente junto à atuação do GETSOP que tais políticas agrícolas aparecem e são desenvolvidas na região aqui analisada.

Por fim, o **quarto e último capítulo** expõe a gênese das relações que são verificadas nesse espaço nas décadas seguintes. Isso significa que as análises empreendidas no terceiro capítulo respondem aos inúmeros cenários observados sobre essa região no quarto capítulo. Dessa maneira, por meio de fontes orais, são evidenciadas diferentes vivências de sujeitos que residem nesse espaço, para que o leitor possa verificar a significativa heterogeneidade de relações presentes no Sudoeste do Paraná contemporaneamente e em que medida tais relações dialogam com as questões que discutimos nos capítulos anteriores.

Assim, a intenção em expor diferentes representações sobre a organização agrícola e fundiária da região Sudoeste do Paraná dialoga com a consolidação da propriedade da terra nas décadas de 1960, 70 e 80 junto às políticas de modernização da agricultura.

Entramos, nesse ponto, em um aspecto essencial para compreendermos as discussões empreendidas nesse trabalho, isto é, seu objetivo é demonstrar que a organização da propriedade da terra da região, na última década, está intrinsecamente relacionada às políticas de modernização da agricultura brasileira. Assim, ao fazer referência à pequena propriedade, embarcamos na discussão de que essa caracterização até se fez presente e foi predominante em um contexto inicial. Entretanto, a própria Revolta dos colonos de 1957, o processo de titulação das terras a partir do GETSOP e, atrelado a esse, a modernização da agricultura fazem com que a estrutura fundiária e, conseqüentemente agrária, esteja em constante mutação, por vezes acentuando o número de minifúndios e, nesse caso, cada vez mais, retraindo o número de estabelecimentos agrícolas considerados pequenos, o que se verifica em uma conjuntura mais recente.

Por conseguinte, ao contrário do que muitos autores acreditam e creditam para essa região, temos uma continuidade na questão fundiária no Sudoeste do Paraná. Ou seja, os levantes de 1957 e a conseqüente titulação da propriedade da terra não eliminam a questão fundiária desse espaço e, por esse motivo, foram considerados fatores de



significativa importância à presença de movimentos sociais após 1957. A referência indicada nesse ponto, mais precisamente, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Isto é, se após 1957 a questão fundiária na região foi pacificada, que conjunturas conduziram o advento desse movimento no Sudoeste do Paraná?

Contudo, não é o MST que vai fazer a questão agrária ter continuidade nessa região, muito pelo contrário, quem concede subsídios para o desenvolvimento do movimento são as próprias agências consideradas nesse trabalho, notadamente, o GETSOP e, sobretudo, a atuação deste último no fomento às políticas modernizantes da agricultura brasileira. Isso porque, como é notório na historiografia que pesquisa o tema, a questão agrária é um problema de acesso e permanência na terra e não um problema supostamente criado pelo MST e por outros movimentos que lutam e lutaram pela terra ao longo da trajetória histórica brasileira.

Dessa forma, o fato de existir uma significativa atuação do MST no Sudoeste do Paraná, sobretudo, na parcela de terras que compreendia a atuação do GETSOP e que foi conseqüentemente reivindicada pelos colonos em 1957, quer dizer que o problema da terra ou a questão fundiária não foi encerrada com o movimento dos colonos de 1957 e a conseqüente titulação das terras em questão, mas, ao contrário, esse problema tem continuidade, em menor escala, evidentemente.

Por esse motivo, ao longo do texto, é possível perceber de que maneira entendemos a atuação do MST junto ao processo de titulação. Isso significa considerar em que glebas o Movimento teve atuação e, conseqüentemente, notar de quem eram os lotes de terra. Ao mesmo tempo, também causou igual ou maior preocupação a inserção de práticas agrícolas modernizantes, o que também pôde ser expresso pelas análises empreendidas a partir do boletim *Poeira*, da Comissão Pastoral da Terra.

Nesse contexto, é evidente que não podemos desconsiderar essas conjunturas, e por esse motivo é que buscamos pensar as distintas representações sociais que são constituídas para esse espaço e acima dele. Assim, a função representativa que é edificada sobre o Sudoeste do Paraná perpassa esse trabalho, tanto em relação às historiografias quanto sobre os diferentes agentes, institucionais ou não, que constituíram e constituem esse espaço.

A partir dessas conjunturas, é importante salientar que esse trabalho se insere na historiografia que pesquisa o tema a partir de determinadas prerrogativas. Isso significa que duas motivações foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa:

A primeira delas tem relação com minhas motivações pessoais e acadêmicas, primeiro por ter nascido e vivido minha infância e juventude no local estudado. Assim, as vivências constituídas nesse espaço enquanto filho de colonos, sobretudo a oralidade existente, em relação ao constituir da região a partir dos levantes de 1957, fizeram com que despertasse um significativo interesse em conhecer e valorizar essas experiências.

Tanto a família dos meus avós maternos quanto a dos paternos migrou para a região na década de 1950 e vivenciam a instabilidade social que conduziu os colonos aos levantes de 1957. De tal modo, ouvi, durante minha infância e juventude, inúmeras narrativas sobre os acontecimentos “da Revolta”, o que não só despertava cada vez mais o meu interesse sobre o assunto, como também me fazia pensar de que maneira essas memórias e narrativas poderiam ser reproduzidas.

Nesse sentido, o caminho que me conduziu a essa tese de pesquisa não foi formado somente a partir do meu ingresso no Doutorado em História do Programa de Pós Graduação da PUCRS, mas, em sentido diverso, foi desenvolvido a partir do meu ingresso no curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE –, no ano de 2007; indico isso porque é a partir desse momento que comecei a me preocupar com a questão agrária e fundiária do Sudoeste do Paraná. Evidentemente, ao longo desses mais de 10 anos de pesquisas, o enfoque tem se modificado de acordo com as hipóteses e objetivos propostos. Assim, minhas pesquisas sobre esse espaço perpassam tanto as comemorações/apropriações sobre a Revolta de 1957, em meu trabalho de conclusão de curso.<sup>1</sup> Quanto às interpretações, apropriações e memórias de remanescentes desse movimento social, questão que procurei trabalhar em minha dissertação de Mestrado em História.<sup>2</sup>

É evidente que o contexto que motivou e conduziu a escrita desse trabalho não se limitou a esses aspectos, mas também, e, sobretudo, em relação aos aspectos historiográficos. A referência feita nesse momento é sobre as produções que abordam a questão agrária e fundiária na região Sudoeste do Paraná. Assim, uma significativa parcela de pesquisadores, que busca debater esses aspectos, fá-lo a partir de uma

---

<sup>1</sup> Sobre o trabalho de conclusão de curso indicado, ver: ORBEN, Tiago Arcanjo. *As comemorações da Revolta dos Colonos/Posseiros no seu cinquentenário*: Francisco Beltrão/PR, 2007. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso/História, CCHEL-Colegiado de História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2011.

<sup>2</sup> Para maiores esclarecimentos sobre a minha dissertação de Mestrado em História ver: ORBEN, Tiago A. *A Revolta dos Colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias*. Porto Alegre-RS: Dissertação – Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUCRS, 2014.

perspectiva memorialista que versa sobre o constituir de uma estruturação agrária e fundiária diferenciada a esse espaço com vistas aos levantes de 1957.

Ao longo do trabalho, procurei nomear quem são esses autores e quais são suas distintas abordagens e prerrogativas e, além dessa historiografia, que eu denomino como clássica e que é remetida às décadas de 1970, 80 e 90, existe ainda uma vasta e significativa produção acadêmica sobre o assunto. Esta, sim, mais engajada e com uma perspectiva mais crítica às apropriações e aos diferentes sentidos construídos para e sobre o movimento dos colonos de 1957.

Sob este ângulo, pode-se imaginar que possa até existir um esgotamento nas pesquisas que versam sobre essa região e seus levantes sociais. Entretanto, não é isso que se verifica quando consideramos a questão fundiária da região. Na maioria das vezes, e foi justamente isso que motivou a escrita deste trabalho, a historiografia indicada como clássica e mesmo as produções acadêmicas contemporâneas, não se debruçam com maior afinco ao processo de titulação das terras do Sudoeste. Ao mesmo tempo, muitos trabalhos têm assumido o discurso de que essa região tem, ainda hoje, uma estrutura agrária e fundiária diferenciada e que é fruto dos levantes de 1957.

Destarte, é justamente para expor uma contribuição historiográfica a essa fissura, que o presente trabalho procura inserir-se, com o objetivo primordial de expor as distintas representações constituídas sobre esse espaço, elencando como ele tem apresentado transformações em sua base agrária e fundiária, fruto, sobretudo, dos processos que pautaram e pautam a organização agrícola brasileira.

A segunda motivação que levou à escrita da presente pesquisa está relacionada às memórias públicas construídas sobre a região e ao levante de 1957. Esse aspecto também está relacionado à historiografia que pesquisa o tema, já que muitos autores acabam por assumir o discurso exposto em celebrações públicas, isto é, de que o espaço tem ainda hoje uma estrutura agrária e fundiária diferenciada com vistas à Revolta de 1957. Assim, ao longo do texto, o leitor poderá notar que elenquei alguns exemplos de comemorações, como os 60 anos da Revolta, referendados nesse discurso, solidificando ainda mais a representação do espaço como, predominantemente, de pequenas propriedades.

Assim, é nessa intersecção que essa pesquisa se apresenta, um trabalho construído com a intenção de suprir carências historiográficas tanto em relação a esse tema, quanto em oposição a determinados discursos que desembocam em representações sobre essa região e sua estruturação agrária.

Nessa seara, também se faz necessário, nesse momento, advertir o leitor sobre as peculiaridades do recorte cronológico aqui estabelecido. Apesar disso não estar explícito no texto e também não dispor de uma rigidez, delimitamos o presente trabalho de meados da década de 1940 até o tempo presente. Essa demarcação inicial, de 1940, deve-se por dois motivos: primeiro porque é nesse momento que é criada a CANGO, e segundo, porque é nesse período que se intensifica a migração de colonos oriundos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e de algumas regiões do Paraná e é quando ocorre a extensiva ocupação da região.

Por outro lado, o recorte é propositalmente conduzido ao tempo contemporâneo, já que é a partir do/no presente que os questionamentos sobre a estrutura agrária e fundiária do espaço são construídos. De tal modo, as memórias dos sujeitos privilegiados no quarto e último capítulo também dialogam com as conjunturas do presente, apesar de serem constituídas a partir da relação presente/passado apresentada a memória.

Conforme mencionado acima, esse recorte não possui uma rigidez metodológica e é aqui delimitado a fim de facilitar o entendimento do leitor em relação aos processos que são analisados e sob que conjunturas são considerados.

Outra advertência que precisa ser considerada é que essa pesquisa não se fundamentou a partir de uma rigidez teórica alinhada à história cultural ou social. Portanto, o leitor encontrará, ao longo do texto, tanto autores dispostos a uma perspectiva mais cultural da análise histórica, quanto interpretações históricas que consideram a produção do conhecimento histórico a partir do seu aspecto social ou a partir de autores reconhecidamente próximos a uma história social.

A partir desse contexto, em relação aos aspectos teóricos, o texto é irrigado basicamente a partir de dois conceitos: representação e memória. O primeiro fundamentou as análises empreendidas nos capítulos I, II e III, enquanto o segundo deu sustentação às considerações elaboradas no IV.

Dessa forma, ao olharmos o conceito de representação, não podemos deixar de mencionar o historiador francês Roger Chartier o qual, ao expor algumas críticas epistemológicas e metodológicas apresentadas a esse conceito, salienta que “a defesa de uma noção estigmatizada como relativista e idealista não é fácil” e, apesar disso, busca ponderar que “não existe história possível se não se articulam as representações das práticas e as práticas da representação”. Isso significa que, para Chartier, torna-se tarefa

fundamental entendermos a história e a consequente produção do conhecimento histórico, a partir das “representações das práticas” e das “práticas de representação”.<sup>3</sup>

Assim, nesse trabalho nos preocupamos mais em pensar as práticas de representação. Isso significa considerar de que maneira diferentes entes e entidades se acham autorizados a perpetuar e historicizar a região Sudoeste do Paraná, seja em relação aos levantamentos sociais de 1957 ou sobre a sua estrutura agrária e fundiária. Dessa forma, para ficar mais claro sob que pressupostos Chartier acentua essa noção, salientamos:

Ou seja, qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação.<sup>4</sup>

Chartier chama atenção para não tomarmos o discurso das fontes como uma “relação imediata e transparente”. Não podemos simplesmente perceber a documentação da CANGO, do GETSOP ou da imprensa periódica que trata sobre a região enquanto uma relação imediata e transparente, mas, sim, a partir das suas próprias particularidades, seus “códigos” e “razões” de produção. Portanto, precisamos não só identificá-los, mas também entender as situações e conjunturas em que foram produzidos, para compreendermos, ou pelos menos nos aproximarmos das práticas que tais documentos buscam representar.

Em defesa da noção de representação na análise histórica e historiográfica, Chartier indica que esse posicionamento “metodológico” do historiador “não significa a redução” ou a suposta “anulação das práticas” analisadas. Muito pelo contrário, a análise da função representativa que determinados fatos e circunstâncias ganham no presente é função fundamental do pesquisador-historiador que, ao elaborar sua análise histórica utilizando-se da noção de representação, poderá ponderar não só as permanências e continuidades verificadas na sociedade analisada, como também as discontinuidades e rupturas.

Sob essa conjuntura, para Chartier, o conceito de representação é um valioso “apoio” para as análises empreendidas sobre as “relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social”. Chartier se refere, nesse ponto, tanto às

---

3 CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*. Dourados-MS, v. 13, n. 23, jan./jun. 2011. p. 16.

<sup>4</sup> Id. Ibid. p. 16.

“operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas, mediante as quais se percebe e se representa a realidade”, quanto “às práticas e aos signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um *status*, uma categoria social, um poder”.<sup>5</sup>

Evidentemente não devemos limitar nossa análise e compreensão a esses elementos, mas também pensar em que medida a representação pode ser entendida a partir de “formas institucionalizadas pelas quais uns ‘representantes’ (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, ‘presentificam’, a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder”. Isso significa que essa noção também é constituída a partir das relações de poder, que modificam profundamente a “compreensão do mundo social”.<sup>6</sup>

Essas relações nos indicam dois vieses que precisamos considerar: primeiramente, as modalidades, como exibido “o ser social”, e, depois, as representações mentais que são constituídas sobre esse social. Chegamos, assim, em um ponto fundamental para compreendermos este trabalho, o qual significa entender não só o constituir da região e sua organização agrária e fundiária, mas também as próprias representações que são elaboradas sobre esse espaço, sejam elas de cunho político ou cultural, as quais sempre buscam cristalizar a memória de um espaço pacificado com uma agricultura familiar de pequenas propriedades e, sobretudo, sem contradições sociais.

É evidente que todos esses aspectos aparecem como fruto do processo de representação, reproduzem-se, perpetuam uma memória e uma identidade para o espaço, que é constantemente referenciada. Esse processo mostra-se extremamente importante não só para manter e legitimar determinados procedimentos de poder, mas também para evitar que novos agentes se apropriem dessa memória representada. Para Chartier, é desse processo que derivam as lutas simbólicas, que legitimam e deslegitimam projetos sociais, mas até que ponto esse processo é importante?

Suponhamos que não existissem essas representações sobre a região Sudoeste do Paraná, isto é, que a memória pública não se preocupasse em perpetuar determinada memória e identidade sobre o acontecido, bem como os memorialistas não dessem importância para tais questões. Assim, teríamos outras representações sobre esse

---

<sup>5</sup> Id. Ibid. p. 20.

<sup>6</sup> Id. Ibid. p. 20.

espaço? E essas representações seriam as corretas? Então, é precisamente nesse ponto que se situam as lutas simbólicas e, nesse caso, elas representam – quando nos referimos à memória pública – determinados projetos políticos e econômicos.

O ponto que quero chegar, aqui, é que, na maioria das vezes, essa “memória” e identidade, que são construídas sob e para a região e seus movimentos sociais, são pacificadas e assentadas em posições de elevado destaque na esfera política e econômica. Por esse motivo, muitas das celebrações que rememoram as lutas de 1957 e a estrutura fundiária da região são elaboradas a partir de agentes que têm evidentes interesses em perpetuar essa memória. Estes podem ser de cunho político, com a conquista de uma posição de destaque frente aos moradores da região, ou podem ser de cunho econômico/político; ou seja, perpetua-se a memória de um movimento social pacificado, que não legitime outros movimentos sociais que passaram a existir – e ainda existem – nesse espaço nas décadas seguintes.

Conforme se nota, o processo constitutivo da representação, por mais que assim pareça e aspire, não acontece de forma harmônica. Na maioria das vezes, é elaborado a partir da exclusão ou da negação de determinados sujeitos e preceitos, seja por eles representarem justamente o que não se quer representar ou, simplesmente, por não condizerem com o que se busca construir. Notamos, nesse ponto, que a função representativa tem um evidente caráter de construção e, mesmo que determinada realidade tenha caráter duvidoso, a função de quem a representa é fazer daquela ausência uma presença; por esse motivo, a representação é sempre a presença de um objeto ausente.<sup>7</sup>

Em nosso caso, os levantes de 1957 não são necessariamente um objeto e tampouco estão presentes, mas, para que possamos reconhecer sua presença, precisamos representá-los, e é nesse momento que, muitas vezes, deparamo-nos com celebrações que nos querem oferecer essa representação de maneira pronta, constituída a partir de suas próprias relações de influência e poder. Ao mesmo tempo, isso não significa que devemos simplesmente acreditar que tudo é representação e que existe uma superior a qual devemos nos orientar, aliás, não é esse o objetivo desse trabalho, mas, sim, propor para discussão o quanto essas mesmas representações, que muitas vezes se dizem possuidoras de uma “verdade”, bem como detentoras da memória e da identidade, apropriam-se de determinadas vivências dos indivíduos, dos protagonistas do processo.

---

<sup>7</sup> Id. Ibid. p. 16, 17.

Nesse sentido, o presente trabalho busca pensar o constituir dessas distintas representações, como se elaboraram e se retro alinham, sem pretensões de propor uma representação sobre o espaço, mas, sim, pensar tais aspectos como problema de pesquisa.

Contudo é evidente que as preocupações deste trabalho, alinhadas ao conceito de representação, não estão restritas a esses elementos. À medida que privilegiamos a atuação da Colônia agrícola CANGO, do GETSOP e dos processos que pautam a modernização da agricultura nesse espaço, adentramos em uma nova alçada. A questão que precisa ser colocada é que observamos a forma de atuação desses órgãos na qualidade de um processo representativo, que institui simbologias para a região. Por exemplo, o contexto de criação da CANGO foi de expansão da fronteira agrária e a própria forma de atuação desse modelo de colônias agrícolas pode ser muito bem alinhada ao ideal de pequenas propriedades.

Da mesma forma, a maneira como o GETSOP procura atuar no processo de regularização fundiária com um discurso de respeito aos limites das propriedades agrícolas, de acordo com as peculiaridades de cada colono, também alimenta o ideal de pequenas propriedades e de uma estrutura fundiária diferenciada do espaço. Nessa alçada, entender como se deu a atuação desses órgãos é parte fundamental para compreendermos as representações sociais que foram e ainda são construídas sobre e para esse espaço, ao longo do tempo.

Em sentido diverso, isso não significa que esgotaremos a discussão em torno dessas questões, tampouco temos essa pretensão. Tais conjunturas são complexas e as funções representativas da região estão constantemente sendo reconstituídas. Por esse motivo, talvez a maior contribuição desse trabalho, em relação a esses processos, seja no sentido de constituir esses órgãos em consonância com as transformações que eram apresentadas à agricultura desse espaço. Ao mesmo tempo, também se poderá notar que, apesar de não ganhar um destaque conjuntural tão elevado, todas essas representações, que foram e são elaboradas sobre o Sudoeste paranaense, giram em torno da Revolta de 1957 e seus levantes sociais.

Esse movimento social acaba se tornando a força centrípeta da imensa maioria das discussões que são desenvolvidas sobre o Sudoeste do Paraná. Mesmo aqueles autores, historiadores ou não, que buscam pensar questões contemporâneas que não têm relação direta com a Revolta de 1957, acabam fazendo um rápido reconstituir histórico do espaço e demarcando com destaque os levantes sociais. Isso nos quer dizer que,



primeiramente, existe uma significativa memória pública que representa constantemente essa luta social, e, secundamente, que essa luta social é valorizada e motivo de orgulho para aqueles que a representam.

Assim, é a tiracolo de tais relações que se valoriza a questão fundiária do espaço, constituída a partir de uma conjuntura em que já se cristalizou, na memória pública da região, que existe uma estrutura fundiária diferenciada, na qual se evidenciam as pequenas propriedades e a agricultura familiar. Deste modo, é justamente para refletir tais aspectos e relações que esse trabalho é desenvolvido.

Isso nos mostra o poder que as representações sociais do espaço têm para com as representações mentais, na medida em que os indivíduos não só se sentem reconhecidos com tais representações do mundo social, mas também se veem autorizados a perpetuar tais modelos mentais para com os demais indivíduos que constituem a sociedade. Nessa linha de raciocínio, Chartier nos expõe um rico e interessante exemplo, quando apresenta o poder representativo das vestimentas dos médicos e magistrados, ao recordar algumas considerações de Pascal:

As suas togas vermelhas, os arminhos com que se enfaixam como gatos peludos, os palácios em que julgam, as flores-de-lis, todo esse aparato augusto era muito necessário; e, se os médicos não tivessem sotainas e galochas, e os doutores não usassem borla e capelo e túnicas muito amplas de quatro partes, nunca teriam enganado o mundo, que não pode resistir a essa vitrina tão autêntica. Se possuíssem a verdadeira justiça e se os médicos fossem senhores da verdadeira arte de curar, não teriam o que fazer da borla e do capelo; a majestade destas ciências seria venerável por si própria. Como, porém, possuem apenas ciências imaginárias, precisam tomar esses instrumentos vãos que impressionam as imaginações com que lidam; e destarte, com efeito, atraem o respeito.<sup>8</sup>

Ao fazer referência a Pascal, Chartier nos lembra do poder de “dominação simbólica” que tal relação representativa estabelece. Isso nos dimensiona o que podemos refletir em relação ao Sudoeste do Paraná e nos leva a questionar: se, de fato, existisse uma vigorosa agricultura familiar nesse espaço, com uma nítida estrutura fundiária de pequenas propriedades, seriam necessárias as representações que se busca construir sobre esse assunto?

Essas relações se manifestam, sobretudo, em celebrações comemorativas que designam o que e como se deve lembrar a luta pela terra e a estrutura fundiária da região. Esse comemorar e rememorar manifestam-se enquanto “dominação simbólica”

---

<sup>8</sup> CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*. Dourados-MS, v. 13, n. 23, jan./jun. 2011. p. 21.

do que se deve comemorar e o que devemos rememorar sobre esse espaço, compondo, assim, a memória pública sobre essa região e o seu constituir. Dessa forma, apesar de ser uma memória cristalizada, ela não é constante; ou seja, constantemente, sofre com apropriações e ressignificações que desembocam em lutas simbólicas de diferentes grupos os quais se acham autorizados a possuí-las e perpetuá-las.

Veza ou outra, essa contradição se manifesta sobre o Sudoeste paranaense, seja por meio de movimentos sociais que buscam na Revolta de 1957 um referencial para suas lutas no presente, ou por instituições públicas – e essa é a apropriação representativa mais corriqueira – que, em momentos festivos, utilizam-se da força representativa que a luta pela terra teve no espaço para tê-la como palanque político. Assim, mesmo que o movimento social de 1957 não se faça mais presente, isso não significa que ele não seja apropriado e utilizado como ordenamento do mundo social no qual circundam os indivíduos na contemporaneidade.

Sob esse ínterim, além desses elementos, precisamos considerar que as práticas representativas somente existem porque fazem parte do mundo social ao qual os sujeitos pertencem. Apesar de, em muitos casos, serem ilusórias, as representações não são constituídas para a falsidade, mas, muito pelo contrário, aspiram um reconhecimento que, somente será efetivo, se designar um estatuto de reconhecimento e verdade nos indivíduos. Nessa seara, para Chartier, as “lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem”.<sup>9</sup>

Isso significa que a incorporação das representações do mundo social pelo indivíduo ocorre tanto por meio dos processos de “adesão” quanto através do “rechaço” de tais estruturas mentais. Ou seja, constituiremos a função representativa de determinada realidade social tanto a aceitando como a negando, já que, mesmo negando determinada representação, o fato de a recusarmos faz sentido a partir do pressuposto de sua existência.

É evidente que poderíamos incorporar inúmeras outras discussões sobre o papel das representações e das significações construídas para e sobre o espaço estudado. Todavia, além desse conceito, no quarto o último capítulo, o conceito de memória é o que ganha maior evidência. Muito disso se deve ao mesmo constituir-se enquanto referência fundamental para as discussões desenvolvidas a partir da metodologia de

---

<sup>9</sup> Id. Ibid. p. 22.

história oral. Dessa forma, como esse capítulo tem como orientação as fontes orais, foi de vital importância a discussão introduzida, que busca refletir não só o constituir da memória na análise das narrativas orais, mas, também, de que maneira ela se expressa de forma cruzada com o conceito de representação.

Trabalhar com a metodologia de história oral apresenta inúmeras potencialidades que, se consideradas adequadamente, ampliam o campo de investigação do pesquisador social. Neste sentido, essa metodologia apresenta-se como aquela que permite empreender as vivências de indivíduos e valorizar o trabalho do historiador, a partir de um material que, até pouco tempo, não estava entre os mais utilizados pelos pesquisadores. Para além disso, em contexto contemporâneo, a história oral, junto à oralidade, aproxima-se de um aspecto central dos seres humanos – “o processo de comunicação e o desenvolvimento da linguagem”, os quais se apresentam junto ao desenvolvimento de uma importante parte da cultura e da esfera simbólica humana.<sup>10</sup>

Esses aspectos demonstram de que maneira a oralidade é vista como um espaço de dinamismo e de criação, diferentes modos de transmissão, que baseiam aspectos gerais, de uma cultura ou de um espaço. Assim, se abordarmos a utilização da metodologia oral junto ao trabalho do pesquisador social ou, neste caso, do historiador, pode-se considerar que a oralidade proporciona ao pesquisador uma significativa aproximação com seu objeto de pesquisa – apesar de a utilização de fontes documentais ou fotográficas também apresentarem esta proximidade – pois, ao privilegiar a oralidade através da metodologia de história oral, trazemos para junto de nós os sujeitos do processo, os protagonistas de suas trajetórias e, desta maneira, uma significativa aproximação, por vezes afetiva, de nosso objeto de pesquisa.

Um trabalho que apresenta um interessante termômetro sobre a utilização da metodologia oral é o de Jorge Eduardo Aceves Lozano, que, em “Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea”, expõe o que se pode considerar “desafios” a esta metodologia. Assim, a escolha deste texto demonstra a que pé estávamos quando da sua produção e aonde chegamos recentemente, no que diz respeito à produção e à utilização de fontes orais na produção do conhecimento histórico.

---

<sup>10</sup> LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15.

Lozano, inicialmente, indica algumas considerações introdutórias sobre o interesse da História em relação à oralidade e de que forma a história oral se constitui como uma metodologia e não uma técnica:

A história interessou-se pela “oralidade” na medida em que ela permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas. Por que podemos ver na história oral um método e não somente uma simples técnica? Essa é uma pergunta persistente, que demanda uma série de reflexões e enfoques para compreender sua prática, assim como as variantes e os estilos que se manifestam.<sup>11</sup>

Evidentemente, o interesse do historiador não é apenas fundamentar análises históricas com base em fontes “inéditas ou novas”. Esse trabalho é feito quando se analisa uma fonte, seja ela documental ou oral. Contudo, a grande questão é que, com a utilização da oralidade ou das fontes orais, torna-se possível ampliar a gama de fontes que podem ser utilizadas pelo pesquisador, ou seja, não nos limitamos apenas ao documento impresso que comumente foi a matéria prima do historiador, mas passamos a abranger as vivências, tanto no sentido singular, como no coletivo, o que a coloca para além da decisão técnica, assim:

[...] não é a depuração técnica da entrevista gravada; nem pretende exclusivamente formar arquivos orais; tampouco é apenas um roteiro para o processo detalhado e preciso de transcrição da oralidade; nem abandona a análise à iniciativa dos historiadores do futuro.<sup>12</sup>

A metodologia de história oral apresenta-se, assim, como uma fonte de mesmo nível que outras consideradas pelo pesquisador. Os itens elencados acima aparecem na qualidade de procedimentos desenvolvidos como consequência da sua utilização, o que acontece na formação de arquivos orais, na especialização e constante rediscussão de formas de transcrição e nos usos de tecnologia cada vez mais avançada, tanto na produção da entrevista como na transcrição.

Contudo, é necessário considerar que, no momento em que Lozano escreve, esta metodologia não tinha as raízes que tem hoje. Em contexto recente, já se está discutindo os modos de se gerir os arquivos orais, a necessidade de armazenar estas fontes, as formas como estes dados, tão voláteis, são armazenados, em um cenário de constante perda de dados. Ou seja, já temos um contexto de afirmação, de uma metodologia

---

<sup>11</sup> Id. Ibid. p. 16.

<sup>12</sup> Id. Ibid. p. 16.

reconhecida no meio acadêmico e, entretanto, encaramos novos problemas no uso de tecnologias cada vez mais renovadas, de ética, de autoria e, é claro, de arquivos cada vez maiores, os quais, por vezes, são armazenados sem se pensar na evolução tecnológica e na utilização deste material na posteridade.

Lozano ainda destaca outras considerações que são pertinentes de análise, sobre a incorporação da história oral como metodologia:

Diria que é antes um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais [...] Desta forma, a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na visão e versão que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais.<sup>13</sup>

Os elementos que devem ser retirados enquanto constantes na utilização desta metodologia são sua capacidade de apresentar, de modo mais apurado, a experiência dos atores sociais, a partir da análise qualitativa. Ao mesmo tempo em que possui uma significativa influência interdisciplinar, sua subjetividade deve ser e é encarada pelo pesquisador social de forma séria, o que lhe deu credibilidade, ao longo do tempo, na produção do conhecimento histórico.

A fonte oral ganhou muito terreno desde as considerações de Lozano. Já é uma unanimidade no campo acadêmico científico, com procedimentos seguros e constantemente revisitados, com aportes teóricos e, principalmente, com um significativo reconhecimento como prática de pesquisa. Dessa maneira, o “fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos e científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos ‘outros’”.<sup>14</sup>

Esta análise nos permite observar a utilização das fontes orais enquanto metodologia ao historiador. Entretanto, não se trata apenas de, depois de realizada a entrevista e feita a transcrição, selecionar determinado trecho e contexto e os aplicarmos no texto. É necessário levarmos em consideração algumas peculiaridades que nos “batem à porta” no momento da utilização da história oral; uma delas, e talvez a mais importante, é a questão da memória. Dizemos “questão da memória” porque não se trata apenas de determinada memória, como aquela que é recordada pelo entrevistado em determinado momento da narrativa, mas o termo “memória”, nesse sentido, contorna

---

<sup>13</sup> Id. Ibid. p. 16.

<sup>14</sup> Id. Ibid. p. 17.

todo um conjunto de interesses que envolvem tanto questões psíquicas como culturais de pertencimento e identidade. Para tentar entender alguns desses aspectos na sequência, tentaremos desenvolver alguns parágrafos sobre essa questão.

O primeiro autor selecionado como referência sobre estes aspectos é Paul Ricoeur, que, em “A memória, a história, o esquecimento”, trabalha uma miríade de questões em torno do conceito de memória, apresentando novas preposições para a abordagem dele na contemporaneidade. É para pensar nesse conceito tanto a partir de um balanço do que foi produzido até então, quanto como apresentando novas abordagens, que Ricoeur direciona suas análises.

Dessa maneira, Ricoeur indica a quem podemos atribuir a recepção da lembrança e a prática que a busca, ou seja, o que existe entre a lembrança e a prática que nos faz lembrá-la. Evidentemente esta não é a única preocupação do autor neste ponto, mas também se caracteriza como uma inquietação dos historiadores contemporâneos o entender se a memória é protagonista das ações tomadas individualmente ou as “coletividades tomadas em conjunto”.<sup>15</sup>

Esses questionamentos apresentados por Ricoeur são, sem sombra de dúvida, objeto de constante revisitar do historiador ou do pesquisador social que trabalha com a metodologia oral e que tem como matéria prima a memória. Indica-se isso porque não trabalhamos apenas o narrado junto ao tempo e ao espaço que é apresentado ao entrevistado. É evidente que, ao conceder uma entrevista, o indivíduo não relata apenas o que viveu tal como aconteceu, pois sua memória está em constante atrito com o que lhe é apresentado no momento da entrevista, ao mesmo tempo em que ele constrói sua narrativa tomando emprestado, das suas diferentes vivências, a construção daquela memória.

Essas questões demonstram como o aspecto subjetivo é um elemento constante para o pesquisador que trabalha com a metodologia oral, o que também deixa clara a importância da memória. Dessa maneira, Ricoeur recoloca em cena uma questão fundamental para os pesquisadores que já se debruçaram sobre este conceito: “a memória é primordialmente pessoal ou coletiva?”.<sup>16</sup> Entretanto, antes de responder propriamente a essa questão, remontam-se as análises que a derivaram ao longo do tempo. Apresenta-se, assim, que temos, por um lado, “uma problemática da

---

<sup>15</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 105.

<sup>16</sup> Id. Ibid. p. 105.

subjetivação de feição francamente ecológica e, por outro, a irrupção da sociologia no campo das ciências sociais e, com ela, de um conceito inédito de consciência coletiva”.<sup>17</sup> Caracterizam-se esses processos propondo, à primeira, uma “escola do olhar interior” alinhada a três exemplos, notadamente: Santo Agostinho, John Locke e Husserl; já a segunda é apresentada como a tradição do “olhar exterior”, já que, na sociologia da virada do século XX, a consciência coletiva não é questionada e, enquanto isso, a memória individual se torna problemática. Para Ricoeur, é nessa situação que a memória individual e coletiva são postas em rivalidade e, entretanto, elas não se opõem no mesmo plano, mas em universos alheios. Com isso, ao remontar essas duas tradições de pensamento, procura-se apresentar pontes entre os discursos e, dessa maneira, “dar credibilidade à hipótese de uma constituição distinta, porém mútua e cruzada, da memória individual e da memória coletiva”.<sup>18</sup>

Todavia, esse não é o caminho mais percorrido no campo historiográfico, em especial, no histórico. Para grande parte dos historiadores, a ligação ocorre junto a uma memória que se faz no individual, mas acontece essencialmente na coletividade. Assim, o social ganha evidência primordialmente quando a coletividade aparece na análise histórica e percebe-se que não se exclui o individual, mas, pelo contrário, tem-se este como ponto de partida, que coloca em evidência as lembranças junto a uma coletividade que a constitui.

Essas ponderações acima do trabalho de Ricoeur demonstram o quão complexo e importante é considerar o aporte teórico da memória em nosso trabalho. A singularidade deste autor e seu exaustivo trabalho em torno deste conceito demonstram o quanto Ricoeur é significativo e deve ser considerado pelo pesquisador social. Ou seja, deve-se ler, compreender e discutir os aspectos apresentados por ele, ter em mente sua discussão e considerá-la junto à de outros autores, a exemplo de Bergson, Halbwachs e Pollak, que são grandes expressões deste debate ao longo do tempo e muito importantes para quem tem a memória junto às fontes orais enquanto objeto de pesquisa.

A partir de tais prerrogativas, evidentemente não poderíamos excluir dessa discussão a inigualável contribuição de Henri Bergson, sobretudo suas considerações em torno da materialidade e sua relação com a memória. Nesse sentido, em sua obra clássica “Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito”, Bergson

---

<sup>17</sup> Id. Ibid. p. 106.

<sup>18</sup> Id. Ibid. p. 107.

busca pensar, inicialmente, o papel do corpo na seleção de imagens para a representação. Nesse contexto, sugere que o universo subsiste integralmente e o cérebro é parte da imagem produzida sobre o universo. Isso significa que o cérebro não pode condicionar a imagem produzida sobre o universo, já que o universo – a massa – existe independentemente do cérebro.<sup>19</sup>

Sua argumentação coloca o corpo no centro da ação. Assim, Bergson chama de matéria, o conjunto das imagens, e de percepção da matéria, essas mesmas imagens relacionadas à ação possível de uma certa imagem determinada meu corpo.<sup>20</sup> No seu entendimento, a exterioridade enquanto matéria apresenta-se para o indivíduo através de “imagens”, as quais, no momento em que são relacionadas à ação possível do corpo, produzem a percepção. Essa contestação explica o momento em que mudamos nossa percepção em relação a coisas, objetos e acontecimentos já vividos, visto que sempre que estabelecemos novas relações com a materialidade, “modifica-se sua relação com o nosso corpo” o que modifica nossa percepção a partir de novas imagens apresentadas à nossa memória.

Segundo essa lógica discursiva, a matéria torna-se algo completamente diferente da representação. Porém, vamos mais além, e notemos de que maneira o autor nos esclarece a percepção do universo enquanto materialidade em relação ao corpo:

Há um sistema de imagens que chamo minha percepção do universo, e que se conturba de alto a baixo por leve variações de uma certa imagem privilegiada, meu corpo. Esta imagem ocupa o centro; sobre ela regulam-se todas as outras; a cada um de seus movimentos tudo muda, como se girássemos um caleidoscópio. Há, por outro lado, as mesmas imagens, mas relacionadas cada uma a si mesma, umas certamente influenciando sobre as outras, mas de maneira que o efeito permanece sempre proporcional à causa: é o que chamo de universo.<sup>21</sup>

O autor nos expõe alguns aspectos de sua concepção em relação à percepção do corpo em correspondência à materialidade do universo que nos cerca. É interessante observar em que medida o corpo ocupa a posição central, ou seja, procura centrar suas considerações em relação à memória e à exterioridade da matéria a partir da posição que ocupamos ou da própria memória. Assim, ainda em relação à percepção, Bergson

---

<sup>19</sup> BERGSON, Henri. *Matéria e memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 13, 14.

<sup>20</sup> Id. Ibid. p. 17.

<sup>21</sup> Id. Ibid. p. 20.



sugere que, por mais breve que se suponha, “ela ocupa sempre uma certa duração, exige consequentemente um esforço da memória”.<sup>22</sup>

Bergson acrescenta ainda que, mesmo a subjetividade “das qualidades sensíveis” acontece enquanto uma espécie de “contração do real” operada pela memória. Notamos assim que, para o autor, preliminarmente, a percepção acontece como um esforço da memória em relação ao exterior ou à materialidade. Assim, questiona-se: nesses movimentos da nossa memória, onde podemos encaixar a representação? Bergson nos dá algumas pistas em relação a isso quando sugere: “a distância entre estes dois termos, presença e representação, parece justamente medir o intervalo entre a própria matéria e a percepção consciente que temos dela”.<sup>23</sup>

Sua análise, neste momento, não está voltada exclusivamente para a questão da representação, mas, sim para o tema da matéria e da percepção e para as relações que estes dois termos estabelecem com a representação. A partir destas prerrogativas, lembra que em uma imagem que denominou “objeto material”, o que a “distingue enquanto imagem presente, enquanto realidade objetiva de uma imagem representada é a necessidade que se encontra de agir por cada um de seus pontos sobre todos os pontos das outras imagens”. Isso significa que a diferença fundamental da representação e da percepção é que a última expõe-se em interação “sobre todos os pontos das outras imagens”, não sendo apenas um caminho “por onde passam em todos os sentidos as modificações que se propagam na imensidão do universo”.<sup>24</sup>

Para convertê-la em representação seria necessário isolá-la. Para Bergson, a representação encontra-se exatamente neste ponto, “sempre virtual, neutralizada”, enquanto obrigação de prolongar-se e de perder-se em outra coisa. Ou seja, no seu entendimento, a nossa “representação da matéria é a medida de nossa ação possível sobre os corpos; ela resulta da eliminação daquilo que não interessa nossas necessidades e, de maneira mais geral, nossas funções”.<sup>25</sup> Via de regra, a representação, no entendimento de Bergson, acontece através da seleção/eliminação dos elementos da matéria que não nos são interessantes, ficando apenas o representado, aquilo que, de fato, nos é de interesse. Isso significa que a representação acontece como encenação da matéria, sem ter nada em comum com a substância – materialidade – de onde havia emanado.

---

<sup>22</sup> Id. Ibid. p. 31.

<sup>23</sup> Id. Ibid. p. 32.

<sup>24</sup> Id. Ibid. p. 33.

<sup>25</sup> Id. Ibid. p. 35.

Entramos, nesse momento, num ponto fundamental do raciocínio de Bergson, notadamente, aquele que nos permite entender, de forma mais clara, a posição da percepção em relação ao acontecido e a representação do fato narrado. Conforme delinea:

Quanto à própria percepção, enquanto imagem, não é preciso descrever sua gênese, pois você a colocou de início e não podia, aliás, deixar de colocá-la: ao dar-se o cérebro, ao dar-se a menor parcela de matéria, você não se dava a totalidade de imagens? O que você tem a explicar, portanto, não é como a percepção nasce, mas como ela se limita, já que ela seria, de direito, a imagem do todo, e ela se reduz, de fato, àquilo que interessa a você.<sup>26</sup>

Nesse momento nos fica mais evidente o ponto em que podemos localizar a percepção, mais especificamente entre o acontecido e a representação. É nessa intersecção que selecionamos o que de fato nos interessa a partir da imagem do todo ou de toda a materialidade que nos rodeia. Notadamente, ao utilizarmos as fontes orais, é preciso que fique evidente o posicionamento ocupado pelo sujeito e os movimentos centrípetos e centrífugos que a memória nos oferece quando da exposição de suas lembranças através do narrado.

Destarte, nossos entrevistados não elaboram simples percepções sobre suas vivências, tampouco baseiam suas experiências em representações que não dialoguem com as conjunturas que lhes são expostas pela materialidade que cerca o fato narrado e o tempo presente. Temos, assim, a sobrevivência de imagens passadas que são alimentadas pela percepção para a respectiva representação no presente.

Assim, os depoimentos, enquanto instrumento narrativo pelo qual o historiador/pesquisador se apropria para enriquecer seu arsenal de pesquisa, tornam-se momentos característicos não só na vida do seu entrevistado, mas também do próprio entrevistador, que expõem seus posicionamentos a partir das colocações explanadas por seus interlocutores.

As lembranças, narradas e exibidas por nossos entrevistados, estão certamente impregnadas de percepções que lhes dão credibilidade para que possam ser inseridas no contexto sugerido pelo entrevistador. Nesse mesmo contexto, as representações que constituímos do entrevistado são emolduradas a partir do fluxo impetrado por nossa memória, ou seja, constitui-se não só a partir do que já sabemos e do que queremos, mas também da conjuntura que nos é exibida pelo entrevistado no momento da entrevista.

---

<sup>26</sup> Id. Ibid. p. 38, 39.

Não há como fugirmos de tais circunstâncias, mesmo nós, historiadores minimamente sabedores de tais contextos e conjunturas, por vezes, fazemo-na com tamanha naturalidade que sequer a percebemos. Talvez, por esse motivo, as contribuições de Bergson sejam inigualáveis e fundamentais para as teorias acerca da memória e sua relação com a materialidade que a constitui.

Assim, não devemos tratar a contribuição deste autor, percebendo o cérebro enquanto mero instrumento de reação, mas, pelo contrário, enquanto mecanismo fundamental de ação que, a partir da materialidade, das imagens que são expostas ao nosso cérebro, constitui as percepções e representações enquanto atos performativos da memória.

A partir deste contexto, para finalizar a análise teórica e metodológica em torno da história oral, evidencia-se um dos inúmeros trabalhos de Alessandro Portelli, que em *História oral como arte de escuta*, nos lembra de que a história oral nada mais é que uma das inúmeras ferramentas das quais o historiador/pesquisador se utiliza nas suas práticas cotidianas de pesquisa, e isso significa que ela está sujeita “ao mesmo escrutínio crítico que todas as outras fontes” de pesquisa. Todavia, Portelli vai mais além e nos propõe que:

Quando falamos de *história oral*, entretanto, também nos referimos a algo mais específico. Mais do que uma ferramenta adicional, por vezes secundária, na panóplia do historiador, as fontes orais são utilizadas como o eixo de um outro tipo de trabalho histórico, no qual questões ligadas a memória, narrativa, subjetividade e diálogo moldam a própria agenda do historiador. Quando é este o caso, o uso crítico das fontes orais requer abordagens e procedimentos específicos, adequados à sua natureza e forma particulares.<sup>27</sup>

Inicialmente, Portelli nos chama a atenção para a questão da importância da história oral, sustentando que, apesar de muitos a considerarem, erroneamente, “secundária”, é imprescindível considerarmos a “memória”, a “narrativa” e a “subjetividade” que, conseqüentemente, “moldam a própria agenda do historiador”. Isso significa que não devemos tomá-la como mero objeto de reprodução de nossos objetivos, isto é, não podemos, simplesmente, fazer uma entrevista para o fim de responder a nossas perguntas de pesquisa, mas, sim, para saber ouvir a narrativa de nossos entrevistados, suas trajetórias de vida e, conseqüentemente, suas memórias e subjetividades.

---

<sup>27</sup> PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte de escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 9, 10.

Nesse contexto, Portelli nos expõe interessantes reflexões sobre os usos da memória, tanto a partir de uma concepção individual quanto em diálogo com coletividades. Assim, distingue os diferentes modos como podemos interpretá-la a partir de distintas perspectivas: como memória “monumento”, “involuntária” e “perturbadora”:

Primeiramente, porque a memória não é boa nem má. A memória simplesmente é: não podemos decidir se teremos ou não memória, e só conseguimos controlar parcialmente o seu conteúdo e o seu funcionamento. A memória, em grande medida, funciona como um músculo involuntário, independente de nossos comandos conscientes. Para usarmos outra analogia, a memória é como a respiração: podemos respirar bem ou respirar mal, podemos respirar um ar bom ou ruim, mas não podemos parar de respirar por muito tempo.<sup>28</sup>

A primeira consideração que faço acima da concepção de Portelli é em relação a sua afirmação de que, a memória “não é boa nem má”. Esse entendimento, evidentemente, está calcado na memória em seu sentido puro, sem as nossas próprias atribuições mentais que as qualificam enquanto boas ou ruins. É sobre esse “funcionamento” da memória que Portelli dedica algumas ponderações, das quais saliento nesse momento o seu “funcionamento” involuntário, o qual, para Portelli, está relacionado às perturbações que determinadas memórias causam aos grupos sociais.

Mas, evidentemente, suas observações são elaboradas a partir da memória-monumento, em diálogo com as memórias e discursos elaborados sobre a resistência italiana – partigiana – e que relações são estabelecidas com os momentos comemorativos, quando se sobressaem questões ligadas ao patriotismo e à identidade nacional.

Ademais, podemos considerar que Portelli nos oferece subsídios para refletir em que medida a “oposição entre memória e esquecimento também é falsa”. Isso porque considera o esquecimento como parte fundamental de nossa memória. Dessa forma, esta passa a ser vista não apenas como um armazém ou depósito de dados de nossas experiências diárias, mas também como “um trabalho constante de busca de sentido, que filtra os vestígios da experiência, entregando ao esquecimento aquilo que já não tem significado na atualidade”.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Id. Ibid. p. 45.

<sup>29</sup> Id. Ibid. p. 47.

Para Portelli, o esquecimento acontece tanto a partir daquilo que já não faz mais sentido em nossas experiências diárias quanto em razão do conteúdo que determinadas memórias nos trazem. Isso significa que, quando, eventualmente, temos uma memória traumática ou perturbadora, como o próprio Portelli nos sugere, tentamos esquecer ou suprimir nossas memórias.

É nesse movimento de esquecimento ou de supressão que as memórias perturbadoras acontecem de forma involuntária. Ou seja, são memórias que perturbam e por esse motivo tentamos voluntariamente esquecê-las, mesmo que eventualmente elas possam aparecer involuntariamente em nossas lembranças pessoais.

Para Portelli, todos esses caminhos evidenciados representam a “obsessão” pelo controle, mas “funcionalmente, representam a impossibilidade de controlar a memória e a consciência”.<sup>30</sup> Mesmo que tenhamos intenção de suprimir determinadas lembranças que nos perturbam, não conseguimos controlar a memória e as sensações, cheiros, imagens que nos são expostos e conduzem nossas recordações, sejam elas agradáveis ou não à nossa experiência.

Dessa forma, a memória serve tanto para recordar o que desejamos e achamos cômodo nas nossas vivências diárias, quanto para tentar recobrir – por meio do esquecimento – aquilo que não nos é de interesse. Evidentemente, não temos o total controle desses processos, já que, muitas vezes, simplesmente não conseguimos recordar o que queremos, ao passo que, em outras tantas vezes, temos recordações de momentos traumáticos os quais gostaríamos, literalmente, de apagar da memória.

Compreendemos, assim, que não existe uma única definição e nem um único entendimento sobre o funcionamento da memória. As diversas teorias sobre esse assunto, que foram e serão expostas ao longo deste trabalho, diferenciam-se de acordo com as perspectivas consideradas. Portelli formula suas ponderações a partir dos usos que podemos fazer do conceito de memória junto à história oral e demonstra em que medida a sua relação com o esquecimento pode nos expor distintas e riquíssimas abordagens de pesquisa.

---

<sup>30</sup> Id. Ibid. p. 56.

## CAPÍTULO I – A ESTRUTURA AGRÁRIA E FUNDIÁRIA DO SUDOESTE PARANAENSE

Este capítulo tem como principal objetivo expor as motivações deste trabalho. Apresentamos, assim, parte da bibliografia que pesquisa o Sudoeste do Paraná, com destaque para as interpretações produzidas sobre a estrutura agrária e fundiária dessa região. Desse modo, tem-se a intenção de refletir como tal local é entendido em termos agrários, principalmente no que se refere ao modelo de propriedade e de produção agrícola, quando da ocupação do espaço, notadamente nas décadas de 1940, 50 e 60.

Dessa maneira, podemos dividir o capítulo em três grandes momentos, nos quais se pretende destacar os seguintes aspectos: a primeira parte é dividida em três pontos, os quais são elaborados basicamente com dois propósitos: primeiro, visando dar uma nova dimensão ao objeto de estudo, isto é, para a região Sudoeste do Paraná, sobretudo, a partir da utilização do conceito de representação social.

Em seguida é realizada, tanto uma contextualização histórica sobre os camponeses e a questão agrária no Brasil e em contexto internacional, como um apanhado das definições e diferenciações de campo/cidade, rural/urbano, especialmente com o objetivo de refletir a inserção destas designações no espaço ora estudado.

Na segunda parte do texto é enfatizada tanto a localização da região Sudoeste do Paraná, como a Revolta de 1957. Os levantes são, em grande medida, destacados como ponto fundamental na estruturação da propriedade agrícola. Assim, é preciso ficar claro que a análise será elaborada em relação ao espaço nos quais ocorreram os levantes dos colonos, ao considerar que nem toda a região foi palco da indefinição jurídica da propriedade da terra.

Para compreender melhor esse contexto, são destacados alguns aspectos referentes à luta social de 1957. Parte fundamental do segundo ponto é uma contextualização comparativa da realidade brasileira nas décadas de 1950-60, em relação ao que se apresentou ao Sudoeste do Paraná, o contexto que conduz os colonos aos levantes e à conquista da propriedade da terra neste mesmo período.

Por fim, são expostas algumas concepções acerca do espaço aqui privilegiado. São apresentados alguns autores considerados “clássicos” em relação às interpretações sobre os levantes de 1957 e à estrutura agrária e fundiária deste espaço. Assim, é dada ênfase aos pontos em que tais autores se posicionam em relação ao aspecto agrário e à estrutura fundiária do Sudoeste paranaense, com destaque não só para a Revolta, mas

também para a ação da Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, e do GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, privilegiando, assim, a maneira como esses autores significam as transformações na estrutura fundiária.

A partir de tais considerações, o objetivo deste capítulo é apresentar tanto as motivações deste trabalho, ou seja, pensar a atribuição conferida ao Sudoeste do Paraná enquanto possuidor de uma estrutura agrária diferenciada, a qual seria fruto do movimento social de 1957. Quanto, em que medida se pode dar uma nova perspectiva a esse problema. Isso significa ponderar a inserção, enquanto contribuição, da presente pesquisa para as produções que procuram interpretar o Sudoeste do Paraná a partir de seus levantes sociais e do aspecto agrário.

### 1.1 Sudoeste do Paraná: representações sociais do espaço

Este item tem como principal preocupação apresentar de que maneira se pode dar uma nova perspectiva à pergunta que orienta este trabalho. Notadamente, as interpretações historiográficas que consideram o Sudoeste do Paraná constituem-se a partir de diferentes enfoques, os quais estruturam a forma como os levantes de 1957 e a estrutura agrária e fundiária do espaço são pensados. A partir desse cenário, o conceito de representação social do espaço passa a ser de suma importância para a elaboração de uma análise crítica, orientada, sobretudo, ao elencar os diferentes lugares em que tais textos são produzidos.

Nessa perspectiva, Roger Chartier tem grande relevância para se avaliar tal orientação teórica. Chartier, ao apresentar de que maneira a história cultural delimita-se por meio de um novo campo de estudos, sob a “designação de história das mentalidades”, destaca que esses novos caminhos apresentados à história procuram superar tanto a “antiga história intelectual literária, como a hegemônica história econômica e social”.<sup>31</sup>

Dessa maneira, esse novo enfoque apresenta à história cultural em que medida as práticas e representações podem ser pensadas enquanto objetos de estudos. Assim, no entendimento de Chartier, a história cultural “tem por principal objetivo identificar o

---

<sup>31</sup> CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: \_\_\_\_\_. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 15.

modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Tal perspectiva nos permite interpretar de que maneira podem ser percebidas distintas representações sociais de “uma determinada realidade social”.<sup>32</sup> No caso aqui privilegiado, o enfoque se volta em um primeiro momento à maneira como alguns autores – que possuem elevado reconhecimento em suas produções – interpretam o Sudoeste do Paraná, ao considerar seus levantes sociais e sua estruturação fundiária.

Para Chartier,

[...] as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.<sup>33</sup>

É necessário, portanto, deixar claro que cada discurso elaborado sobre o Sudoeste do Paraná seja visto em base a seu lugar de elaboração. Vamos analisar rapidamente, enquanto exemplo, dois autores que serão considerados mais a frente e que produzem interpretações sobre a região Sudoeste do Paraná e seus levantes sociais: o primeiro deles é Rubens da Silva Martins, que escreve com especial atenção para a conjuntura política e constrói sua representação sobre a região a partir dos posicionamentos políticos dos envolvidos na questão agrária de 1957; sua apropriação é, portanto, política, por esse motivo, representa esse espaço sobre este viés, ao mesmo tempo em que minimiza a conquista dos colonos. Além disso, Martins também entende que a “Revolução agrária” foi uma desordem e desobediência às autoridades, conseqüentemente, não reconheceu a violência praticada pelas companhias colonizadoras.

Por outro lado, Iria Zanoni Gomes elabora seu discurso a partir de um espaço social reconhecido – o acadêmico –, assim, sua argumentação pode ser vista como oposta à de Martins. Isso, em grande medida, deve-se por apropriar-se da conjuntura social a partir de suas experiências pessoais, isto é, de quem viveu aquele período. Deste modo, elabora sua representação social do espaço a partir de uma argumentação sustentada, tanto na academia, quanto na experiência social, com uma clara valorização dos sujeitos ora oprimidos, os colonos.

---

<sup>32</sup> Id. Ibid. p. 16, 17.

<sup>33</sup> Id. Ibid. p. 17.



Notamos, assim, que “as percepções do social” não são discursos “neutros”, pois produzidos a partir de estratégias e práticas sociais, suscitam um olhar atento para o local de onde cada um é elaborado. Cada qual procura impor uma autoridade e legitimar um espaço para sua feitura. Nestes termos, para Chartier, devemos ficar atentos às lutas de representação:

Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitação não é, portanto, afastar-se do social – como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais.<sup>34</sup>

Chartier ressalta, ao fim de suas considerações, que apoia as escolhas metodológicas de Pierre Bourdieu. Para tanto, procura exaltar que essa perspectiva não significa um afastamento do social – com referência às críticas negativas direcionadas à história cultural, assim, sua discussão procura versar a importância dessa concepção, ao alertar as relações que podem ser estabelecidas a partir de determinada representação.

Nesses termos, ressalta-se que é necessário pensar o conceito enquanto uma relação postulada “entre o signo visível e o referente por ele significado”. Esse entendimento permite perceber a “relação de representação – entendida, deste modo, como relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este, por lhe estar conforme”.<sup>35</sup> Notamos, assim, a relação de força e poder que o conceito de representação permite compreender, em especial, ao postular o relacionar tanto de uma “imagem presente”, como de um “objeto ausente”.

Ao tomarmos como exemplo a representação social do espaço – neste caso, do Sudoeste do Paraná, dos levantes de 1957 e de sua estrutura fundiária diferenciada –, esses aspectos podem ser percebidos tanto nas produções bibliográficas que procuram retratar o espaço social, suas lutas e transformações, quanto no que se refere às apropriações comemorativas que monumentalizam – sobretudo em relação à Revolta de 1957 – os marcos simbólicos da região e procuram dar duração e estabilidade à representação construída.

---

<sup>34</sup> Id. Ibid. p. 17.

<sup>35</sup> Id. Ibid. p. 21.

Para que fique clara a perspectiva privilegiada a partir de Chartier, selecionamos um exemplo prático de um dos seus trabalhos. Trata-se do texto “Práticas e representações: leituras camponesas em França no século XVIII”. A intenção de Chartier, neste trabalho, é pensar que tipos de leituras faziam os camponeses da França no referido século. Para tanto, utiliza-se de um conjunto documental diferenciado, notadamente, - os textos dirigidos ao abade Gregório em resposta às suas questões relativas aos costumes de leitura das gentes do campo.

Suas análises acima das respostas permitem conceber de que maneira,

[...] os testemunhos reunidos por Gregório ensinam, por um lado, como os letrados da província representam, para si ou para os outros, os leitores camponeses, e por outro, nessa mesma representação – como as suas leis e motivos próprios, e que traduz, mutila, transforma –, quais eram algumas das práticas populares do impresso.<sup>36</sup>

A argumentação de Chartier é elaborada após concluir que quem responde a Gregório são os letrados das províncias francesas e que essas repostas procuram representar, “para si” e para os “outros”, os leitores camponeses. Isso acontece, sobretudo, em razão da maneira como os letrados percebem as leituras camponesas, isto é, procuram representar mais acima das representações constituídas sobre esses indivíduos do que sobre as práticas que poderiam ser verificadas no espaço.

Além de propiciar uma melhor compreensão sobre o emprego do conceito de representação social, o exemplo de Chartier permite perceber de que maneira podemos verificar as práticas sociais a partir das representações constituídas sobre determinado espaço ou grupo. Nesse sentido, este trabalho procura dar uma nova perspectiva à maneira como a região Sudoeste do Paraná foi e vem sendo interpretada. Isso significa considerar as concepções constituídas sobre este espaço, ou seja, de que maneira as representações calcadas em discursos buscam constituir-se a partir das posições de poder e dominação que procuram representar.

## 1.2 Os camponeses e a questão agrária

---

<sup>36</sup> CHARTIER, Roger. Práticas e representações: leituras camponesas em França no século XVIII. In: \_\_\_\_\_. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 161.

Ao abordar a questão agrária e fundiária, seja em contexto nacional ou mesmo em um contexto mais amplo, é necessário apresentar algumas bases teóricas em relação a esses aspectos.

Nesse sentido, diversos autores já se propuseram a pensar sobre esses conceitos. Dentre eles, Karl Kaustsky, o qual apresenta considerações em relação à *questão agrária*, observando esse aspecto em um contexto em que as dinâmicas acerca da exploração da mão de obra eram vistas somente a partir da relação proletariado X burguesia, relações essas que não consideravam o aspecto fundiário e agrário. A partir disso, Kaustsky apresenta o tema em um contexto europeu de fins do século XIX, tanto sobre a “exploração do campo pela cidade”, como em relação “ao despovoamento do campo”. Considera essas relações a partir de algumas especificidades:

O processo de migração para as regiões industriais e para as cidades passa a verificar-se tão logo as vias de comunicação se estabelecem. Passa a desenvolver-se quanto mais fáceis se tornam as vias de acesso à cidade. Esse processo é favorecido igualmente pela informação que o trabalhador rural recebe, no tocante às condições de vida existentes na cidade, bem como pela própria facilidade de acesso à cidade.<sup>37</sup>

Não são de hoje, ou de um processo recente, as migrações do campo para a cidade. Diria que a grande diferença está nas peculiaridades dessas migrações a partir da segunda metade do século XX. Conforme observa Kaustsky, em fins do século XIX, no contexto Europeu, essas migrações aconteciam pela facilidade de acesso aos centros urbanos, principalmente para regiões industrializadas ou em processo de industrialização, que tinham como potencial incentivo a relação desfavorável entre o camponês e os comerciantes, além disso, verifica-se a migração enquanto processo de expropriação da terra e dos direitos consuetudinários. Em um contexto recente, essas migrações acontecem, sobretudo, pela falta de assistência à agricultura familiar e de incentivo para a permanência do jovem no campo.

As dinâmicas são um tanto distintas, mas não muito. As migrações observadas no Brasil de fins do século passado – também presentes no Sudoeste do Paraná – remetem a contextos mais amplos e a interesses, seja de grupos políticos ligados a grandes proprietários de terra, seja econômicos ou de incentivo à agricultura familiar. Esses aspectos são questionados na região estudada, observando como acontecem essas

---

<sup>37</sup> KAUSTSKY, Karl. *A questão agrária*. Tradução de Otto Erich Walter Maas – São Paulo: Editora Nova Cultural. 1998. p. 290.

dinâmicas em relação à permanência ou ao abandono do campo por parte do pequeno agricultor.

Outro autor que permite considerações em relação a essa questão é Eric Hobsbawm, que, em *Pessoas extraordinárias: Resistência, rebelião e jazz*, tece considerações em relação aos camponeses. Em um dos capítulos de seu trabalho, apresenta alguns aspectos dos camponeses e da política, destacando, a partir de diferentes exemplos, a capacidade desses sujeitos de reação política frente às dificuldades de conquista e permanência na terra.

Nesse sentido, Hobsbawm destaca que os camponeses, na maioria das vezes, não são uma classe ouvida e precisam de força e união para ter voz política. Assim, ao fim do capítulo, apresenta alguns aspectos que permitem compreender o que procurou privilegiar no artigo:

[...] o fato fundamental da política camponesa atual é o declínio do campesinato tradicional e, de fato, cada vez mais, o declínio numérico relativo de qualquer espécie de campesinato. [...] uma vez que em muitas partes do mundo a massa de migrantes rumo às cidades consiste de homens e mulheres de origem camponesa tradicional, que trazem para seu novo mundo os modos de agir e de pensar de seu antigo mundo, a história continua a ser uma força política atual. Não seria prudente desprezar esse fato.<sup>38</sup>

É necessário considerar dois aspectos desse trecho apresentado por Hobsbawm. O primeiro deles e mais importante diz respeito ao “declínio numérico de qualquer espécie de campesinato”. O autor percebe o enfraquecimento da relação do homem com a terra – no caso em questão e também nesta pesquisa – do pequeno agricultor ou do produtor rural que possuía uma pequena propriedade, e que, dadas as condições econômicas e políticas, não vê outra saída senão abandonar o campo. O outro aspecto diz respeito a esses mesmos camponeses, que deixam o campo rumo aos centros urbanos, mas que, segundo Hobsbawm, “trazem para seu novo mundo os modos de agir e de pensar de seu antigo mundo”, o que, para o autor, indica que a mudança camponesca não modificaria a forma de o camponês ver e participar da política.<sup>39</sup>

O objetivo aqui não é desprezar a última consideração de Hobsbawm, mas demonstrar como as dinâmicas podem ser diferentes em relação aos camponeses e à política. Como forma de introduzir esse problema em contexto nacional, indica-se de

<sup>38</sup> HOBBSAWM, Eric. *Pessoas Extraordinárias: Resistência, rebelião e jazz*. Tradução de Irene Hirsch, Lódio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 237, 238.

<sup>39</sup> Id. *Ibid.*, p. 237, 238.

que maneira diferentes autores percebem a questão campo-cidade e o aspecto agrário junto a considerações políticas. Com isso, alguns exemplos de disputas pela terra no Brasil podem ser observados.

Nesse sentido, citam-se os artigos de Caio Prado Junior, do início da década de 60, que foram publicados em forma de livro, em 1979, a exemplo de: *A questão agrária no Brasil*. Um destes artigos – por sinal, o primeiro da obra – é do ano de 1960, intitulado “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”, o qual permite paralelos desta pesquisa com o tema que aborda.

Deve-se considerar que Prado Junior escreve no início da década de 60 – quando alguns movimentos de lutas pela terra iniciavam-se no Brasil – momento posterior ao então recente conflito de 1957, no Sudoeste do Paraná. Ao observar como o autor aborda algumas questões do aspecto agrário no Brasil, é possível destacar a enorme disparidade existente entre o número de pequenos estabelecimentos agropecuários - 85% com 17% da área ocupada, enquanto apenas 9% de grandes estabelecimentos agrícolas detinham 75% da área ocupada,<sup>40</sup> - ou seja, a grande maioria tinha pouca terra enquanto uma pequena minoria detinha grande parte do território nacional. Não que essa realidade tenha se modificado drasticamente, mas é possível refletir como o movimento de 1957 aparece de maneira dissonante.

Nesse sentido, podemos considerar esses números junto a alguns exemplos apresentados pelo autor, que demonstram como as relações econômicas e de poder refletem na organização da sociedade:

O papel que historicamente sempre coube à massa trabalhadora do campo brasileiro – salvo as exceções, relativamente insignificantes dos colonos do extremo sul do País e do Espírito Santo –, e que ainda lhe cabe, é tão somente, no essencial, o de fornecedor de mão-de-obra à minoria privilegiada e dirigente desta empreitada que é e sempre foi a agropecuária brasileira.<sup>41</sup>

Prado Junior destaca “que, historicamente, sempre coube à massa trabalhadora do campo” a mão de obra de uma minoria privilegiada – fazendeiros ou grandes proprietários de terra. Ao mesmo tempo, salienta que algumas exceções destoam desse processo, as quais qualifica como “insignificantes”, de colonos no Sul do Brasil e no Espírito Santo. Essas considerações são importantes e interessantes, dado o momento em que Prado Junior escreve – início da década de 60.

---

<sup>40</sup> PRADO JR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo, 3ª Edição: Editora Brasiliense, 1979. p. 16.

<sup>41</sup> Id. *Ibid.*, p. 25.

Porém, é questionável a “insignificância” atribuída a esses movimentos. A partir de determinada perspectiva, é possível notá-los por suas peculiaridades e pelo quanto diferiam do contexto agrário brasileiro naquele período. Além disso, é justamente isso que caracteriza a luta pela terra no Brasil, formada a partir de movimentos pequenos, por vezes fragmentados, mas que conseguem grande expressão e inúmeros êxitos com o passar das décadas, dando um forte golpe ao modelo produtivo baseado na grande propriedade e na monocultura, que, a partir da década de 60, cada vez mais se faria presente.

José de Souza Martins apresenta números em relação à porcentagem de distribuição da propriedade da terra no período de 1972 a 1976 e pondera,

[...] que em nosso país a propriedade da terra é altamente concentrada e que a tendência é concentrar ainda mais: em 1972, apenas 1,5% dos proprietários tinham mais da metade da terra, 51,4%. Quatro anos depois, o número de grandes propriedades havia crescido para 1,7% e a terra que lhes pertencia havia aumentado muito mais, para 55,1%.<sup>42</sup>

Como foi possível observar nos números de Caio Prado, a situação na década de 60 para 70 não se modifica em relação à propriedade da terra. Pelo contrário, conforme apresenta Martins, de 72 para 76, apenas 1,7% dos proprietários detinham 55,1% da terra. Mais da metade das terras cultiváveis do Brasil pertencia a apenas 1,7% dos proprietários existentes.

Martins recorda que a expropriação da terra, a concentração da propriedade em mãos de poucos tem várias faces:

Para o pequeno agricultor do Sul e do Sudeste, o processo é mais suave, é quase disfarçado. A expulsão não é direta. Ela se dá pela não-criação de condições para que o filho do agricultor se torne agricultor autônomo como o pai. A sua tendência é tornar-se um assalariado na cidade. Para o agricultor, o colono, é cada vez mais difícil ganhar o suficiente para que o filho o siga.<sup>43</sup>

A argumentação de Martins é baseada na concentração da terra, observando como isso ocorre em diferentes regiões do Brasil, no caso em questão, o Sul e Sudeste. Por exemplo, se o Sudoeste do Paraná teve como “herança” do conflito de 1957 a pequena propriedade. Para esses pequenos agricultores, ofereceram-se todas as

<sup>42</sup> MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, 5ª Edição: Editora Vozes, 1995. p. 142.

<sup>43</sup> Id. *Ibid.*, p. 144.

condições para uma agricultura familiar. E é neste ponto que uma questão se sobrepõe: Por que acontece o abandono no campo nessa região?

Essa caracterização também é afetada pelas dinâmicas agrárias de concentração fundiária, apresentadas por Martins. Um dos fatores que teriam influenciado esta questão na região estudada indica que as pequenas propriedades, ao mesmo tempo em que eram muito grandes para uma agricultura familiar – a maioria das propriedades com mais de 30 hectares de terra –, também eram muito pequenas para uma agricultura de exportação, baseada na monocultura, modelo que se expandia no Brasil, o que faz aumentar na região o abandono do campo e a concentração fundiária.

Com isso, é possível questionar alguns desses aspectos, observando até que ponto essa concentração fundiária modificou o modelo de pequenas propriedades no Sudoeste do estado do Paraná. Mais do que isso, pensar a diversidade de relações que este espaço geográfico permite, não apenas pensando em permanências ou rupturas sociais e econômicas, mas na heterogeneidade de relações que se apresentam.

Marcos Aurélio Saquet trabalha brevemente questões similares a essas em seu artigo intitulado “Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense”, inserido no livro: *Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e rural*.

Saquet considera que existiu na região uma proximidade muito forte entre o rural e o urbano até pelo menos no fim da década de 1980. Elaborou essa constatação ao reconhecer a base que o levante de 1957 dá para a pequena propriedade.<sup>44</sup> Nesse sentido, apresenta um trabalho com uma densa pesquisa com análises quantitativas e demonstra diferentes formas de organizações entre rural e urbano. Considera que o fim da década de 1990 vem consolidar na região a prevalência das cidades com população maior do que o campo, ao mesmo tempo em que diminuiu o número de pequenas propriedades. Isso acontece no momento em que há um crescente aumento nas posses com mais de 100 hectares.

Complementa essas considerações destacando que “há, nesses processos, subordinação e exploração do trabalhador direto, falta de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, e concentração fundiária”.<sup>45</sup> Saquet identifica a falta de

---

<sup>44</sup> SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste do Paraná. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão e WITHACKER, Arthur Magon. (orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural*. 3.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 167.

<sup>45</sup> Id. Ibid., p. 172.

políticas públicas de incentivo às pequenas propriedades, principalmente na década de 90, ao mesmo tempo em que o endividamento de muitos desses pequenos agricultores nas décadas de 70 e 80 os faz entrar no século XXI em um contexto de enfraquecimento da pequena propriedade e da concentração fundiária, em um momento em que as cidades crescem demograficamente graças a essas dinâmicas.

A partir dessa estrutura e também questionando muitos dos aspectos apresentados nos trabalhos selecionados acima, é que se avaliam as dinâmicas econômicas e sociais que envolvem o Sudoeste do Paraná e os sujeitos que vivenciaram esse período. Destaca-se, aqui, a importância que a pesquisa oral tem para este trabalho, levando em consideração que um dos principais objetivos é apresentar as vivências ou as experiências dos protagonistas desses processos, considerar quem migrou do campo para a cidade ou permaneceu no meio rural suportando as diferentes pressões econômicas e sociais.

O conceito de território também é parte importante deste trabalho, percebido junto à noção de movimentos sociais. Essa definição é vista enquanto espaço no qual se desenvolve as lutas sociais. Entretanto, como a noção e o próprio espaço de pesquisa – o Sudoeste do Paraná – são mutáveis, é necessário refletir que,

[...] o território a partir das contradições sociais se constitui numa força capaz de potencializar a resistência camponesa à ordem dominante, imposição de oligarquias, opressão e poder das forças mercadológicas. Neste sentido, o território pode ser interpretado como resistência e possibilidade de ampliação das lutas contra esquemas de dominação e subordinação engendrados na sociedade capitalista.<sup>46</sup>

A intenção do autor é salientar as lutas sociais ligadas essencialmente a movimentos sociais, como o caso do MST na década de 1980, mas isso não significa que elas não possam ser colocadas ao lado de movimentos como o de 1957, no Sudoeste do estado, ao considerar que essa luta também foi contra uma “ordem dominante”, isto é, constituiu-se um território que pode ser “interpretado como resistência”. Nesse sentido, para Fabrini e Roos, a ação dos movimentos sociais tem uma dimensão territorial. Isso significa que, a partir do momento em que ocorre a ocupação de um espaço – por exemplo, pelo MST – acontece uma “territorialização camponesa” que envolve, evidentemente, uma “desterritorialização do agronegócio”.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> FABRINI, João Edmilson. ROOS, Djoni. *Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário*. São Paulo: Outras Expressões, 2014. p. 65.

<sup>47</sup> Id. *Ibid.*, p. 133, 134.



Isso não significa, em mesma medida, que o movimento dos colonos de 1957 seja uma “desterritorialização do agronegócio”, mas pode-se refletir como a vitória dos colonos constituiu uma nova territorialização para este espaço, ao considerar que a intenção das companhias “colonizadoras” era “grilar” a terra em benefício de poucos proprietários, isto é, pretendia-se, para a região, um espaço de ação latifundiário, no qual os colonos que não pudessem pagar pela terra seriam expulsos.

A partir desse cenário, Fabrini e Roos destacam que, ao considerar as distintas interpretações acerca do conceito de território,

[...] a transferência de poder para a base pode se comunicar com a doutrina liberal, pois os próprios sujeitos, investidos de poder e controle sobre o espaço, se encarregam de resolver seus problemas, forjando uma desobrigação estatal. Assim, dependendo da ótica da abordagem, o território pode reforçar ou negar a ordem mercadológica.<sup>48</sup>

Tais considerações desembocam na concepção “liberal” conservadora e na classista de território.

Em ambas as acepções, a definição pode ser colocada ao lado da noção de poder, ao considerar que o domínio pelos movimentos sociais busca um controle e o constituir de uma nova territorialização, bem como a noção derivada do Estado “território nação” é a expressão maior do poder. Entretanto, é necessário refletir as peculiaridades que se fazem presentes ao se colocar esse conceito junto ao Sudoeste do Paraná em referência ao movimento dos colonos, isso significa pensar que, se de alguma forma ocorre uma territorialização desse espaço a partir de um movimento social, isso não significa pensar em uma desterritorialização – como procura fazer o MST – do modelo de produção agronegociante e monocultor.

A agricultura de pequena propriedade – apesar de, aparentemente, constituir-se enquanto herança da Revolta de 1957, o que será questionado ao longo do texto – aparece enquanto expressão daquilo que Fabrini e Roos chamam de “agronegócio familiar”, operando junto à noção de desenvolvimento, que se emprega em contexto contemporâneo junto ao conceito de território. Assim:

O caminho para obtenção de vantagens à pequena agricultura é operar como um “agronegócio familiar”. A diferença entre a produção familiar e a capitalista seria apenas de escala, e o lugar social desse “agronegócio familiar” estaria garantido pela eficiência produtiva derivada da força local do território.

---

<sup>48</sup> Id. Ibid., p. 133, 134.

Assim, o desenvolvimento local e a operacionalização da pequena agricultura como um “agronegócio familiar” visam a fazer dos camponeses – e sua tradicional insurgência a esquemas opressores – sujeitos submissos, inofensivos e dóceis agentes da ordem mercadológica, construída a partir da dimensão local.<sup>49</sup>

É essa submissão apresentada aos colonos do Sudoeste do Paraná um dos aspectos que este trabalho busca compreender, o que significa entender os processos que pautaram a agricultura naquele espaço e as estruturas que operacionalizam a maior parte de sua agricultura recente. Isto é, refletir como o conceito de território pode ser pensado enquanto construção e reconstrução no referido espaço, distintas dinâmicas passam a pautar a organização da agricultura recente junto ao “agronegócio familiar”, em um espaço que é fruto de um movimento social, conquistado acima de um modelo latifundiário que se pretendia para tal espaço.

Tais considerações exprimem não só como existem distintos processos que regulam a agricultura desta região, mas também refletir de que maneira ocorreram as transformações deste local. Ou seja, temos dois pontos demarcados: o presente e a estrutura agrária e fundiária do referido espaço, bem como, os levantes e a consequente regularização da propriedade da terra. Assim, entre os levantes/regularização da propriedade e a agricultura recente, serão privilegiadas as diferentes territorialidades constituídas, ao observar como isso aparece frente ao que é apresentado à agricultura brasileira.

### 1.3 O campo/rural e a cidade/urbano reflexões conceituais

Pensar as definições de campo e de cidade não se constitui apenas em defini-los e, dessa forma, pautar conceitos prontos e adaptáveis a realidades distintas em tempo e espaço. É preciso, antes de tudo, pensar no sentido de cada concepção. O sentido de campo, por exemplo, se inserido ao lado da definição de cidade, ao leitor ficará claro que se trata do conceito alinhado ao que é entendido como rural, o que, automaticamente, facilitará a compreensão. Entretanto, se, ao apresentar esse item, atribui-se a ele o título “campo de reflexões conceituais”, o horizonte deste trabalho deveria abranger inúmeras definições.

Porém, não se pode acreditar que ao colocar o conceito de campo em oposição à cidade e como sinônimo de rural, tudo estará resolvido. No entrelaçar de diferentes

---

<sup>49</sup> Id. Ibid., p. 60.

acepções para o campo e para cidade, apresentam-se tanto definições clássicas, como institucionais, que baseiam políticas públicas de planejamento e assistência para esses espaços. Neste trabalho, estes conceitos são alinhados à região Sudoeste do Paraná. Desta forma, procura-se pensar como as transformações que este espaço sofrerá ao longo do tempo redefinem o que pode ser entendido como campo e, conseqüentemente, como se caracteriza o espaço urbano neste local.

Antes de maiores considerações que possam envolver o Sudoeste paranaense, serão situadas algumas destas definições. Dentre os questionamentos que perpassam alguns dos autores a seguir, privilegiados, cabe considerar as questões que envolvem a caracterização de campo enquanto setor primário, já que o urbano, ou a cidade, é visto como produtor de produtos pertencentes ao setor secundário e terciário. Outro questionamento recorrente é aquele que interroga se essas características ainda estariam presentes com as novas dinâmicas que se apresentam ao rural brasileiro.

### 1.3.1 Definições/diferenciações

Refletir as distinções entre as definições de campo e cidade ou rural e urbano passa pela análise de alguns autores que apresentam significados que podem ser considerados clássicos nas ciências humanas e sociais. A primeira que ganha ênfase nesta análise é a presente no trabalho organizado por José de Souza Martins, *Introdução crítica à sociologia rural*, no qual se encontra o artigo de Galpin, Sorokin e Zimmerman “Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano”.

Este artigo, ao suscitar pontos sobre a constituição do urbano e as diferentes “faces” que este meio apresenta em comparação ao rural, permite pensar nas características ou definições simples e compostas, que, colocadas ao lado dos municípios analisados neste trabalho, permitem algumas reflexões, ou seja, diferenças ocupacionais, de contato com a natureza, de tamanho e densidade populacional das comunidades.

Em relação às diferenças ocupacionais, sugerem-se questionamentos como: o que faz um sujeito ser um “urbanita”, em um meio “urbano” de pouco mais de 7.000 habitantes? A mesma questão pode ser feita ao contato com a natureza. Que contato tem com o meio natural que o cerca? Que contato tinha antes de ser um cidadão do meio urbano? Todas essas questões permitem refletir quais relações socioculturais esses

sujeitos podem ter no espaço urbano e, ao mesmo tempo, que relações lhes eram apresentadas no meio rural.

Essas indagações são elaboradas ao ter em mente alguns municípios da região Sudoeste do Paraná. Boa parte dos municípios deste espaço possui uma população que não ultrapassa os 10 mil habitantes. Em sua totalidade, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população da região em 2010 era de 404.779 mil habitantes, distribuídos em 37 municípios. Ao mesmo tempo, se observada somente a taxa de urbanização, em comparação com as outras regiões do Paraná, temos o menor índice do estado, de 58,58%. Esses dados ainda podem ser colocados ao lado da população das duas maiores cidades da região, Francisco Beltrão e Pato Branco, que eram de 78.943 e 72.370 mil habitantes respectivamente, o que dá um total de 151.313 mil; somente esses dois municípios correspondem a aproximadamente 37,4% da população total da região.

Desse modo, quase 40% dos residentes no Sudoeste paranaense, independente da área rural ou urbana, residem nos municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão, enquanto 60% habitam os outros 35 municípios. Assim, se dividirmos esses números, a média populacional destes 35 municípios é de aproximadamente 7.200 habitantes. Evidentemente que se trata de um cálculo médio, existindo municípios com população maior e menor que a média. Mas, em grande medida, mostram-se evidências de uma caracterização em que prevalece um baixo grau de urbanização, com um elevado número de municípios caracterizados por uma baixa e média densidade populacional. Isso significa um elevado número de pequenos e médios municípios.

Dessa maneira, o ponto fundamental que esta pesquisa pretende expor – com a análise das fontes – é entender os espaços rurais e urbanos no Sudoeste do Paraná a partir destas distinções clássicas. Assim, o trabalho de Galpin, Sorokin e Zimmerman deixa evidente que a oposição conceitual entre rural e urbano é comumente percebida como de um urbano ou de uma cidade com um significativo grau de urbanização e de um rural ou de um campo em que as características de vida monótona e de atraso são atreladas.<sup>50</sup>

Todavia, esta análise procura questionar esses elementos, demonstrar como o heterogêneo e o homogêneo podem ser vistos naquilo que é entendido como rural e

---

<sup>50</sup> GALPIN, Charles J. SOROKIN, Pitirim A. ZIMMERMAN, Carlo C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica a sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 198-224.

urbano, assim como em relação ao aspecto ocupacional e tantos outros. Isso significa pensar que elas podem ser diferenças fundamentais, entretanto, cada espaço possui suas próprias singularidades e se constitui de acordo com as características sociais que são apresentadas.

A diferença é a questão fundamental que se busca pensar nesta análise. Como é possível observar, as atribuições do urbano e do rural como distintos e com diversas peculiaridades que os diferenciam tornam estes espaços construções sociais muito mais complexas do que a realidade que encontramos.

É importante ressaltar que essas análises não se apresentam como julgamentos, mas sim como indícios que pautam o estudo da região. Nesses termos, ainda em relação à definição conceitual e ao caráter de diferença enquanto elemento fundamental para se pensar os espaços rurais e urbanos no Sudoeste do Paraná, apresento o trabalho de Raymond Williams: *O campo e a cidade na história e na literatura*. Williams procura evidenciar as imagens e associações em relação ao campo e à cidade. Assim, ao demonstrar como elas persistem, destaca-se que o objetivo do livro é descrevê-las e analisá-las junto a uma experiência histórica variada.

Com esses elementos, baseia-se no exemplo inglês, por entender que o mesmo possui especificidades, especialmente ligadas à Revolução Industrial, que transformou estes espaços.<sup>51</sup> É com essa intenção que inicia seu trabalho, ao pensar os espaços entendidos como campo e cidade. Dessa maneira, destaca que em torno das comunidades existentes, “historicamente bastante variadas”, firmaram-se poderosas generalizações:

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. O contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à Antiguidade clássica.<sup>52</sup>

Williams remonta as representações que podem ser consideradas “clássicas” em relação aos espaços urbanos e rurais. Destarte, têm-se generalizações que são distintas e distantes do que vem a ser a realidade histórica. O campo como espaço de vida natural,

<sup>51</sup> WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 12.

<sup>52</sup> Id. Ibid. p. 11.

paz e inocência opõe-se à cidade que se associa às comunicações e luz, o mesmo vale para o primeiro visto junto a associações negativas de “atraso, ignorância e limitação”, enquanto a cidade como local de tecnologia e de ambição.

Essas designações acabam por ignorar as variadas relações que se pode encontrar nesses distintos espaços. Conforme esclarece o autor, “a forma de vida campestre engloba as mais diversas práticas – de caçadores, pastores, fazendeiros e empresário agroindustriais”,<sup>53</sup> em organizações que, em exemplos próximos a nós, podem-se apresentar em propriedades regradas pela agricultura familiar ou geridas pela agro-exportação, assim como em grandes propriedades, latifúndios produtivos ou improdutivos, arrendatários ou trabalhadores assalariados do campo. Enfim, tem-se uma variada rede de relações que podem se apresentar ao espaço entendido como rural ou campo e o mesmo vale para a cidade, que pode ser vista tanto como “capital do Estado, centro administrativo, centro religioso, centro comercial, porto e armazém, base militar, polo industrial”.<sup>54</sup>

Segundo Williams, existe uma realidade variada de relações presentes nesses espaços que não se limitam somente às atribuições clássicas. Desse modo, essas colocações assentam ainda mais em evidência as premissas ou diferenças básicas entre os espaços urbanos e rurais anteriormente apresentadas com base no trabalho de Galpin, Sorokin e Zimmerman. As diferenças fundamentais apresentadas por esses autores entram em choque com as exposições de Williams, levando em consideração que tratam de realidades distintas em tempo e espaço. Todavia, insistem em uma mesma premissa: questionar as atribuições comumente conferidas aos espaços rurais e urbanos.

Williams demonstra que seu objetivo é observar as imagens e associações que são atribuídas a esses espaços. Ao desvendar como se constituem e se constroem os espaços urbanos e rurais, deparou-se, junto ao exemplo inglês, a um fato fundamental:

[...] as atitudes inglesas em relação ao campo e as concepções de vida rural persistiram com um poder extraordinário, de modo que, mesmo depois da sociedade tornar-se predominantemente urbana, a literatura, durante uma geração, continuou basicamente rural.<sup>55</sup>

---

<sup>53</sup> Id. Ibid. p. 11.

<sup>54</sup> Id. Ibid. p. 11.

<sup>55</sup> Id. Ibid. p. 13.

Desse modo, a observação histórica tanto em literaturas, como enquanto experiência, fê-lo notar que, “mesmo no século XX, numa terra urbana e industrializada, é extraordinário como ainda persistem formas de antigas ideias e experiências”.<sup>56</sup>

Apesar de Williams atribuir esse contraste apenas ao exemplo inglês, ele pode abranger uma gama excepcional de processos, em locais distintos no tempo e espaço. Sinalizar isso é referir-se ao que é construído para as extensões do campo e da cidade, para as associações e as diferenças de descrições que sempre taxam o rural como decadente, prestes a ser engolido pelo urbano que se desenvolve e é sinônimo de tecnologia, luz e ambição.

Essas interrogações mostram-se extremamente importantes para a análise deste trabalho, pois se colocam junto às transformações ocorridas na região Sudoeste do Paraná. O recorte desta pesquisa, ao remontar o início dos anos 1940 e ao apresentar-se até o tempo presente, traz uma abordagem ampla que coloca em cena as transformações nesse espaço, de um local ocupado por populações nativas que são expulsas – dizimadas –, para uma realidade em que se desenvolve uma pequena urbanização junto a uma agricultura muito bem suprida tecnologicamente. Tem-se, assim, em um recorte de aproximadamente 70 anos, significativas transformações que, de acordo com a representação que as caracterizam, podem ser indicadas como rurais, locais de vida tranquila, de contato com a natureza, ao mesmo tempo em que se pode encontrar um rural tecnológico que produz para o mercado interno e externo, o qual possui centros comerciais considerados urbanos.

Observam-se associações e imagens que podem ser construídas e devem ser avaliadas enquanto problema. Tem-se uma realidade histórica variada e que sofre constantes transformações no tempo presente. Nota-se que a preocupação e as motivações de Williams não são únicas e se retroalimentam de acordo com a realidade a ser observada.

Williams destaca que existe um problema de perspectiva. Conclui isso após uma detida análise sobre a realidade inglesa em relação ao campo, o qual está associado a uma caracterização bucólica que cada literato dá a esse espaço. Assim, ver o campo como um local em que as relações estão por desaparecer é como uma “escada rolante”, a qual deve ser considerada de acordo com a perspectiva histórica de cada autor ao escrever. Para Williams, essas perspectivas têm significados diferentes em épocas

---

<sup>56</sup> Id. Ibid. p. 13.

distintas e põem em questão valores diversos, que devem considerar elementos como a religião, a política, a cultura, valores diferenciados que cada perspectiva histórica possui ou cada período histórico tem.<sup>57</sup>

Para pensar outras questões sobre as construções e diferenciações em relação a estes espaços, é possível refletir o item que Williams intitula “O homem do campo de hoje”. Neste ponto, sugere que há certa influência da Inglaterra rural, por vezes positiva e outras, negativa. Aponta isso ao indicar o rural como subsidiário do “passado rural inglês” ligado às “concepções a respeito da boa vida, desde o estilo da mansão senhorial até a simplicidade da cabana”. Assim, para Williams, esses elementos persistem na literatura inglesa e foram até fortalecidos. Dessa maneira, consegue-se perceber uma importância inversa no século XX, entre a economia rural e a relevância cultural das ideias rurais.<sup>58</sup>

Essa contextualização torna possível a observação da importância econômica do mundo rural em locais com um significativo grau de urbanização ou industrialização. Apesar de persistir certa importância econômica, a mesma não pode ser comparada em contexto histórico, no qual o setor agrícola sempre teve algum destaque. Nesses termos, para o autor, existe uma inversão de valor em um contexto recente, em que se dá mais destaque para os valores e ideais rurais, do que a sua participação econômica efetivamente mostra.

De maneira geral, neste item, Williams apresenta considerações sobre o rural em um contexto recente junto à análise da literatura, sempre relacionando com o que pensava a sociedade quando determinada literatura foi escrita. Os diários de memórias aparecem para Williams como expressão que melhor descrevem as “paisagens campestres” e a “gente do interior”. Considera, assim, que os mesmos podem despertar, no leitor, experiências já vividas.

A análise demonstra que o papel da literatura acaba por provocar o que os indivíduos têm de rural dentro de si e, nesse contexto, os diários de memórias acabam sendo aqueles que melhor expressam essas experiências. É possível considerar que, de alguma maneira, todos temos algo de rural dentro de nós, algum vínculo que pode ser tanto afetivo, como emocional, o qual, segundo os exemplos explorados por Williams, pode ser inspirado na literatura.

---

<sup>57</sup> Id. Ibid. p. 27.

<sup>58</sup> Id. Ibid. p. 407.



Pode-se considerar ainda que, em uma conjuntura recente, o rural passa a se representar a partir do urbano. Neste ponto, Williams é muito crítico em relação à literatura inglesa, pois, em alguns casos, constroem-se imagens de um rural somente a partir de uma breve observação, sem um contato maior com este espaço, conforme pondera: “Assim, o respeito genuíno transformou-se numa forma de elogio que excluía o conhecimento humano, reduzindo os trabalhadores à categoria de seres não humanos, e sim ‘naturais’”.<sup>59</sup> Dessa maneira, este trabalho também pretende entender mais esse rural que é discutido de diferentes formas, tentando uma aproximação junto aos sujeitos deste espaço, uma aproximação que os compreendem a partir de seus espaços de trabalho e vida, enquanto sujeitos do processo.

É neste ponto que se questiona o conceito de rural ou campo no contexto brasileiro recente: que rural representa o Sudoeste do Paraná? A estrutura fundiária em pequenas propriedades é realmente uma realidade ou apenas uma construção assentada nos levantes de 1957? Que modelo de relações urbano/rurais prevalece e prevaleceu neste espaço? Esses são questionamentos que perpassam a estrutura deste trabalho e procuram apresentar novos horizontes à historiografia regional que trata sobre o assunto e a questão agrária no Brasil.

Nessa conjuntura, a análise documental mostra-se como um campo fértil para compreender as transformações ocorridas no Sudoeste do Paraná com o passar dos anos. Ao mesmo tempo em que as fontes orais, junto às experiências dos sujeitos do processo, pretendem privilegiar as diferentes percepções e vivências, de acordo com o contexto em que cada uma é apresentada. Conforme Williams nos instiga a pensar, é necessário observar a história do homem do campo como uma “história comum, tal como deve ser”, de um homem do campo que sobrevive em um mundo urbano e industrial.<sup>60</sup>

Assim, ao citar Fred Kitchen e sua autobiografia de 1939, destaca que nela existe o registro de todos os tipos de trabalho no campo e das condições de vida neste espaço; “sem nenhum dos gestos estereotipados a respeito do passado e do bucolismo”, apresenta características de quem reside no meio rural e fala de coisas características desse espaço. Não é um rural idílico, percebe o espaço em que reside sob seu ângulo, ou seja, as relações entre os residentes no campo com o meio urbano e também as inter-

---

<sup>59</sup> Id. Ibid. p. 425.

<sup>60</sup> Id. Ibid. p. 433.

relações entre os trabalhadores agrícolas daquele espaço.<sup>61</sup> Conforme Williams analisa sua obra:

Com sua veracidade, apresentando os dias difíceis juntamente com os dias bons, as frustrações com as satisfações, *Brother to the ox* representa a voz autêntica do homem do campo de hoje, que sobrevive num mundo basicamente urbano e industrial, que entra e sai desse mundo sem perder os vínculos concretos do trabalho e da comunidade. O que desperta admiração não é apenas a ausência de mitos, alusões e pseudo-história, e sim a percepção do contexto, das maneiras como homens sem terra e sem dinheiro trocam de emprego, numa economia em mutação, sentindo na carne o que normalmente é abstraído, mesmo numa visão histórica verdadeira. Esse é o mundo reconhecível do trabalhador moderno observador e inteligente, no caso um trabalhador rural durante a maior parte de sua vida, mas não toda ela.<sup>62</sup>

Em certo sentido, este fragmento expressa algumas pretensões deste trabalho: demonstrar a realidade dos trabalhadores do campo, os processos que cercam e cercaram a realidade agrária nacional e como isso reflete na estrutura agrária brasileira e da região em questão; privilegiar tanto as trajetórias dos sujeitos do processo através da fonte oral, como também as consequências das transformações na agricultura brasileira, a partir da segunda metade do século XX.

#### 1.4 O Sudoeste do Paraná e os levantes de outubro de 1957

Passamos agora a ponderar algumas considerações sobre o Sudoeste do Paraná (ver mapa 1, p. 58), essa região enquanto espaço geográfico e político, existe há pelo menos 100 anos, desde o fim da Guerra do Contestado, quando ficaram estabelecidas as fronteiras atuais entre o Paraná e Santa Catarina. Neste sentido, este espaço, que é entendido aqui como região,<sup>63</sup> possui em seus processos de ocupação algumas peculiaridades em relação aos seus primeiros habitantes. O historiador Ruy Christovam

<sup>61</sup> Id. Ibid. p. 431.

<sup>62</sup> Id. Ibid. p. 432.

<sup>63</sup> O conceito de região é considerado a partir da definição de Tarcísio Vanderlinde, que além de ressaltar sua diversidade e complexidade, destaca que sua definição está imbricada “aos critérios adotados pelo IBGE”, ao se referir a “um território de ação e controle”. Neste sentido, tal conceito dialoga com a geografia não apenas em termos de localização, mas também no que se refere ao aspecto territorial, isso significa refletir suas acepções, tanto enquanto “unidade administrativa”, quanto como espaço de relações políticas, econômicas e sociais. Entretanto, em relação às denominações constituídas por estados e municípios, poderíamos acrescentar as indicações de microrregião e mesorregião, sendo que a primeira apresenta-se como a divisão ou o agrupamento de determinado número de municípios limítrofes. O Sudoeste do Paraná é, portanto, uma mesorregião que possui três microrregiões, notadamente, Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco. Para maiores esclarecimentos verificar: VANDERLINDE, Tarcísio. Região. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 391, 392, 393.

Wachowicz<sup>64</sup> salienta a presença de “caboclos” e daqueles cuja origem é entendida como indígena. Entretanto, apesar de reconhecer esses dois grupos, dedica maior atenção à frente de exploração cabocla.

#### 1.4.1 Presença indígena e cabocla

Sobre a presença indígena em fins do século XIX no espaço que posteriormente seria reconhecido como Sudoeste do Paraná, Wachowicz salienta que:

[...] esta região era habitada, segundo o recenseamento de 1890, por 9.601 habitantes. Desses, 4.173 eram índios e/ou mestiços, o que corresponde a mais de 40% do total da população. O Brasil desta forma colhia o mais importante fruto da política adotada pelos *pai-bang* Condá e Viri.<sup>65</sup>

Para além dos dados sobre a presença desses sujeitos no espaço estudado, cabe considerar que o autor indica ter sido o “*uti possidetis*”, isto é, a posse ou ocupação do espaço por caboclos e indígenas, o diferencial para que o presidente estadunidense Grover Cleveland desse o ganho de causa ao Brasil na conhecida *Questão de Palmas* (1895), disputa que envolvia o Brasil e a Argentina sobre o território em questão.



**Figura/Mapa 1:** Mesorregião Sudoeste do Paraná. WIKIPEDIA: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o\\_do\\_Sudoeste\\_Paranaense](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Sudoeste_Paranaense)> Acesso em 26 de setembro de 2016.

<sup>64</sup> Apesar de ter formação em História Wachowicz é considerado memorialista por muito pesquisadores, ganhou reconhecimento acadêmico por seus trabalhos que abordam as diferentes regiões do Paraná, além daqueles que destacam a presença de imigrantes poloneses no estado.

<sup>65</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Lítero-Técnica, 1985. p. 26.

Todavia, Wachowicz destaca a importante atuação de Condá e Viri, indígenas que eram conhecidos como “colaboracionistas”, ou seja, mantinham boas relações com os fazendeiros de Palmas e de Campo Erê. Tais figuras podem ser vistas enquanto convenientes ao extermínio de outros grupos indígenas que eram reconhecidos como “refratários” e opositores às frentes de reocupação. Para Wachowicz, “a divisão dos índios em colaboracionistas e refratários levou-os à guerra fratricida”.<sup>66</sup> Cabe, entretanto, reconhecer que atribuir aos próprios indivíduos ou aos próprios indígenas o seu extermínio é retirar a responsabilidade dos fazendeiros e de outros que viam na presença indígena um entrave ao “desenvolvimento”.

Wachowicz, ao apresentar o que considera como “frente de exploração cabocla”, basicamente a partir do início do século XX, indica este espaço ainda como “um imenso vazio demográfico”, ao destacar que “os fazendeiros de Palmas, únicos capitalistas da região, nunca se interessaram em investir na colonização de terras que não fossem campos de criatório”.<sup>67</sup> É importante mencionar que, apesar da significativa presença indígena, a região ainda é tratada como “vazio demográfico”.

Wachowicz menciona, em relação aos indivíduos identificados como caboclos, que a migração desses sujeitos para a região se deve, em grande medida, ao “descontentamento” em relação à definição das fronteiras entre o Paraná e Santa Catarina em 1916, já que muitos caboclos não queriam ficar sob “jurisdição catarinense”. Dessa forma, destaca-se a criação, no ano de 1918, da colônia Bom Retiro, no atual município de Pato Branco, cuja prioridade era “albergar essa gente e tentar reunir no Sudoeste a população cabocla do contestado”.<sup>68</sup>

Ao definir o que considera caboclo no Sudoeste do Paraná, Wachowicz indica que o mesmo “não precisava ser necessariamente descendente de índio. Para o indivíduo ser classificado como caboclo, precisava ter sido apenas criado no sertão, ter hábitos e comportamentos de sertanejo”. Em relação ao tamanho das posses, sugere que a “grande maioria dos caboclos era o que se poderia denominar de pobres, possuíam 5, 6, 8 alqueires de posses”.<sup>69</sup>

---

<sup>66</sup> Id. Ibid. p. 10.

<sup>67</sup> Id. Ibid. p. 65.

<sup>68</sup> Id. Ibid. p. 73, 74.

<sup>69</sup> Id. Ibid. p. 104.

Na percepção da socióloga Iria Zanoni Gomes, em termos sociais e econômicos, a ocupação da região pode ser indicada como fruto de distintos processos, de uma ocupação extensiva para intensiva, conforme pondera:

O processo histórico de ocupação do Sudoeste do Paraná pode ser dividido em duas fases: a primeira, antes de 1940, de **ocupação extensiva** da terra, que se caracteriza por uma “economia cabocla”, voltada basicamente para a exploração da erva-mate, madeira e criação de suínos. A segunda, de **ocupação intensiva**, se refere ao efetivo processo de ocupação da região. Esse processo, iniciado na década de 40, intensifica-se na década seguinte com os migrantes gaúchos e catarinenses, descendentes de europeus, que haviam colonizado as “regiões antigas” do Rio Grande do Sul.<sup>70</sup>

Nesse processo de reocupação do espaço, cabe observar novamente a presença de populações nativas, reconhecidas como indígenas. Protasio Paulo Langer, em “*Toldos Guarani na Gleba Missões na década de 1950: os indígenas na memória dos colonos*”, ressalta que “essa paisagem era primitivamente ocupada por povos da família linguística Guarani”, ao reconhecer e alertar que, no meio acadêmico, essa população “era considerada – e ainda é, por boa parte da produção” – como “sorradeira e alheia”.<sup>71</sup> Da mesma maneira, os projetos de ocupação e exploração da fronteira agrícola brasileira procuraram excluir a existência desses sujeitos, isto é, eles não faziam parte dos interesses nacionais.

Por esse motivo é que, neste trabalho, tanto a frente de exploração cabocla, quanto a chegada de migrantes de outras regiões do estado e do Brasil, são considerados processos de reocupação do espaço. Ou seja, as populações nativas são reconhecidas como os primeiros ocupantes desta região. Isso significa pensar como, mesmo documentado a partir do trabalho de Langer, boa parte da historiografia que se dedicou a pensar o processo de ocupação desta região negligenciou a presença desses sujeitos. Na maioria dos casos, é apresentada ao leitor uma ocupação do espaço indicado enquanto “vazio demográfico”. Uma concepção ancorada na ideia de colonização em que somente a partir do momento em que os migrantes gaúchos e catarinenses chegam à região é que ocorre a ocupação da mesma.<sup>72</sup>

<sup>70</sup> GOMES, Iria Zanoni. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 2005. p. 13.

<sup>71</sup> LANGER, Protasio Paulo. *Toldos Guarani na Gleba Missões na década de 1950. Os indígenas na memória dos colonos. Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPI/Campo Grande*, ano 9, n. 17, jul./dez. 2009. p. 34, 35.

<sup>72</sup> Em relação à noção de vazio demográfico, mesmo esse conceito tendo suas bases a partir de critérios geográficos, sua utilização acaba reduzindo as populações indígenas e, ao mesmo tempo, indica que somente com a chegada dos migrantes sulistas a região passa a ser civilizada e deixa de ser um espaço vazio. Além do mais, não conseguimos supor a quantidade exata de indivíduos que já ocuparam esse

Entretanto, Langer, a partir de um expressivo número de fontes orais, demonstra como essa presença foi significativa e, mesmo não sendo “possível ouvir, diretamente, as imagens gravadas na memória dos indígenas. Isso porque não localizamos representantes diretos dos grupos que ocupavam aquela região”, é significativo o número de toldos elencados por seus entrevistados.<sup>73</sup>

Importa destacar que as vivências constituintes de diferentes sujeitos em outras pesquisas me permitem confirmar não só a significativa presença desses indivíduos, mas também resquícios dessa ocupação, sobretudo em artefatos cerâmicos – que são indicados como pertencentes a esses grupos – encontrados em propriedades agrícolas da região.

Além de Langer, em contexto contemporâneo, alguns trabalhos têm considerado ou mesmo mencionado a existência dessas populações na região. Isso demonstra que, de alguma maneira, tais sujeitos estão sendo pensados ou, mesmo minimamente, considerados. Entretanto, em nível regional e estadual, existe uma carência de pesquisas que abordem a exclusão desses indivíduos da “sociedade convencional”.<sup>74</sup>

A partir desse contexto, em relação aos caboclos, de acordo com Wachowicz, a entrada na década de 1940 pode ser designada como o fim da “frente de exploração”. A partir de então, “o caboclo não resistia a uma oferta de compra de sua posse. Era só o colono, vindo do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, fazer uma proposta e o negócio se concretizava”.<sup>75</sup> Essa transição se intensifica com a criação da CANGO, que passa a recepcionar os migrantes distribuindo lotes aos que não os haviam adquirido junto aos caboclos. Neste ponto, ganha destaque o cenário que antecede o movimento dos colonos na década de 1950. São esses migrantes que lutaram pelo título da terra a partir da luta social, que ficou conhecida como Revolta dos Colonos ou Posseiros.

---

espaço ao longo dos séculos. Outros trabalhos já se propuseram pensar e associar a noção de vazio demográfico junto aos grupos indígenas. Para maiores esclarecimentos ver a pesquisa de Vânia Maria Losada Moreira: <<http://www.angelfire.com/planet/anpuhes/ensaio30.htm>> Acesso em 26 de julho de 2017. Quem também possui inúmeros trabalhos sobre essa temática é o historiador Lúcio Tadeu Mota, dentre as suas pesquisas de destaque, evidenciamos: MOTA, Lúcio Tadeu. NOVAK, Éder da Silva. A política indigenista e os territórios indígenas no Paraná (1900-1950). *Fronteiras*. Dourados-MS, v. 18, n. 32, Jul./Dez. 2016.

<sup>73</sup> LANGER, op. cit. p. 39.

<sup>74</sup> Dentre as pesquisas que procuraram abordar tais aspectos em contexto contemporâneo podem ser destacadas: SCHKALEI, Cleiton Alexandre. Índios, caboclos e europeus: uma percepção sobre os pioneiros no estado do Paraná. *Anais do VII Seminário Estadual de Estudos Territoriais e II Jornada de Pesquisadores sobre a questão agrária no Paraná*. Ponta Grossa-PR, 2014. ZATTA, Ronaldo. A colonização oficial do sudoeste paranaense e mito do “vazio demográfico”. *Anais do XV Encontro Regional de História*, 15: Curitiba-PR, 2016.

<sup>75</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Lítero-Técnica, 1985. p. 86.

#### 1.4.2 Contexto dos levantes de outubro de 1957

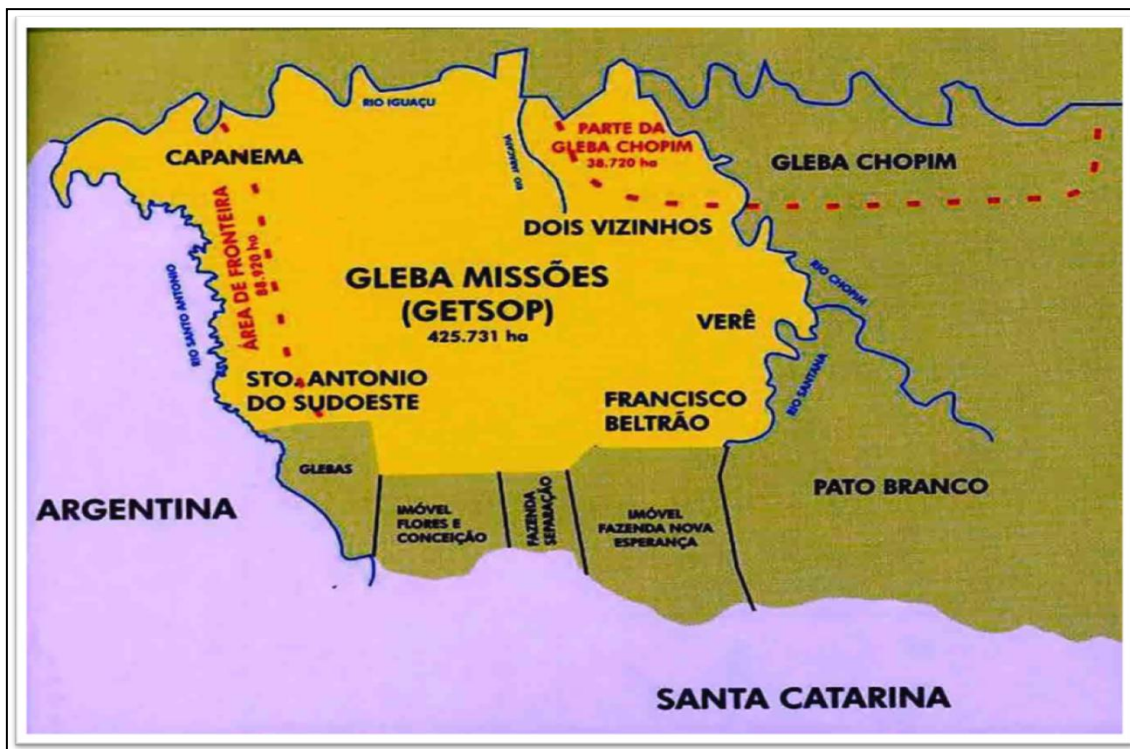
O movimento de 1957 aconteceu entre colonos – conforme mencionado, em sua grande maioria, migrantes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e de outras regiões do Paraná – e companhias colonizadoras, sendo que estas se diziam detentoras das terras ocupadas por aqueles. O incentivo à migração para este espaço aconteceu justamente com a criação da CANGO, Colônia agrícola estabelecida pelo governo de Getúlio Vargas, junto ao programa político governamental denominado “Marcha para o Oeste”. Este com o objetivo de ocupar novas fronteiras agrícolas no lado Oeste do Brasil, incentivava a migração para regiões pouco exploradas, como o caso do Sudoeste paranaense.

Porém, esses colonos, ao chegarem à região, encontraram um contexto peculiar de indefinição jurídica da terra, um problema que vinha desde o início do século XX e que envolvia o estado do Paraná, a União e os interesses particulares, impedindo a titulação das terras.

Na década de 1940 e 50, essa indefinição, que envolvia as Glebas Missões e parte da gleba Chopim, em uma extensão territorial de 4.257.100.000m<sup>2</sup> para a primeira gleba e 715.080.142m<sup>2</sup> para a segunda, vai ganhar novos e significativos capítulos.<sup>76</sup> Isso porque é eleito governador do estado do Paraná Moysés Lupion, que, em vista de seus interesses particulares ou de seu grupo, o “Grupo Lupion”, decide “colonizar” as terras em questão cobrando-as dos colonos.

---

<sup>76</sup> A definição de Gleba pode ser indicada como uma porção de terra que não esteja devidamente legalizada pelo Estado. Nestes termos, a gleba rural consiste em subdivisões de parte ou frações de terra de um determinado território. No caso do Sudoeste do Paraná, conforme fica evidente, existiam inúmeras indefinições jurídicas em relação às glebas Missões e Chopim.



**Figura/Mapa 2:** Área em litígio que resultou na Revolta em 1957. Fonte: *Acervo da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão*.

Assim, com o respaldo do governador do estado do Paraná, é instalada no ano de 1951 a companhia Clevelândia Industrial e Territorial Ltda - CITLA, posteriormente, em 1955 são instaladas suas subsidiárias Apucarana e Comercial. Essas empresas se diziam detentoras das terras ocupadas pelos colonos e, assim, efetuavam a cobrança delas pela segunda vez, considerando que muitos já haviam pagado pela fração de terra quando chegaram à região. Essa cobrança, inicialmente, no primeiro mandato de Lupion à frente do governo do estado do Paraná, acontece por meio de corretores. Porém, ao perceber que muitos agricultores resistiam justamente em vista da indefinição jurídica, Lupion procura estabelecer outra estratégia.

Nas eleições para o governo do estado do Paraná de 1955, justamente com o discurso de legalização das terras, Lupion novamente foi eleito governador. Entretanto, a cobrança dos colonos passa a ser diferente. Assim, de forma violenta, por meio de jagunços, acontecem inúmeros episódios em que colonos são mortos ou ameaçados com o respaldo do governo do estado e das agências governamentais locais (prefeitos, juízes, delegados, polícia).

Essa conjuntura conduz os colonos a se organizarem, mediados pelas emissoras de rádio de Francisco Beltrão e Pato Branco, movimento cujo auge se deu nos dias 9,



10, 11 e 12 de outubro de 1957, nas cidades mais importantes da época: Pato Branco, Francisco Beltrão, Capanema e Santo Antônio do Sudoeste.<sup>77</sup>

Após os levantes – com a ocupação dessas cidades pelos colonos –, as companhias são expulsas e os colonos conseguem a legalização da terra a partir da década de 1960, com a criação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná - GETSOP,<sup>78</sup> o qual encerra suas atividades na década de 70.<sup>79</sup>

Iria Zanoni Gomes salienta em seu trabalho que a questão da posse da terra nessa região é resultado da “política de concessões de grandes lotes de terras”, que desde o Império foi uma forma de pagamento “aos trabalhos realizados por empresas construtoras de ferrovias”.

Tais concessões foram feitas por D. Pedro II em 1889, por meio do Decreto n.º 10.432, que concedia “ao engenheiro João Teixeira Soares uma área de terras devolutas e nacionais equivalente a 9 km para cada lado da linha, na extensão total das estradas construídas, em troca da construção da estrada de ferro Itararé-Uruguay e dois ramais”.<sup>80</sup> Assim, com o fim do Império e o advento da República:

O governo provisório da República, através do Decreto n. 305, de 7 de abril de 1890, manteve, com algumas alterações, o Decreto Imperial. Em seguida, em 1891, essas concessões foram transferidas para a Companhia União Industrial e, em 6 de maio de 1893, pelo Decreto n.1.386, para a companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, do grupo Brasil Railway Company. Foi essa companhia quem realmente construiu a Estrada de ferro Itararé-Uruguay e o ramal Jaguariaíva (Paraná) – Ourinhos (São Paulo), bem como recebeu parte das terras concedidas, ficando um resto para receber posteriormente.<sup>81</sup>

A partir desta conjuntura coube ao “Estado do Paraná a demarcação e titulação das áreas concedidas”, todavia, ainda restavam dúvidas quanto ao direito da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (CEFSPRG). Assim, o Ministério da Viação: “em maio de 1908, julgou procedente o direito da Companhia e, em setembro de 1917, ao se lavrar, entre ela e o Estado do Paraná, o contrato para a construção do ramal Guarapuava, o Governo do Paraná reconhece o direito da São Paulo-Rio Grande”.<sup>82</sup>

<sup>77</sup> GOMES, Iria Zanoni. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 2005.

<sup>78</sup> O GETSOP foi criado por Jânio Quadros em 1961, como resposta a uma promessa de campanha, comprometia legalizar a posse da terra do Sudoeste paranaense. Assim, institui este órgão única e exclusivamente para resolver o litígio da terra nesta região, tanto é que, depois de cumpridas suas funções, já na década de 1970, o GETSOP é extinto em janeiro de 1974.

<sup>79</sup> GOMES, op. cit.

<sup>80</sup> Id. Ibid. p. 29.

<sup>81</sup> Id. Ibid. p. 29.

<sup>82</sup> Id. Ibid. p. 30.

Em relação a essa situação, o historiador Hermógenes Lazier nos apresenta alguns elementos sobre as transações que envolveram o estado do Paraná e a referida Companhia:

O Governo do Estado do Paraná assinou contratos com a CEFSPRG para a construção de estradas de ferro e já começou a titular terras à referida companhia. Em 17 de julho de 1913 o Presidente do Paraná, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, titulou a gleba Chopim com a área de 715.080.141m<sup>2</sup>. Mais tarde, em 1 de outubro de 1920, o Presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, titulou para a mesma companhia a gleba Missões, com a área de 4.257.100.000m<sup>2</sup>. O território das glebas Missões e Chopin representa quase todo o atual Sudoeste do Paraná. Portanto, quase toda a região foi titulada para a mesma companhia.<sup>83</sup>

Lazier salienta ainda que essa mesma companhia também recebeu “títulos de terras” em outras regiões do Paraná, como pagamento pela construção de estradas de ferro. Outras glebas que foram concedidas à Companhia São Paulo-Rio Grande foram: Santa Maria, Silva Jardim e Riosinho.<sup>84</sup> É importante ressaltar que não foram somente as Glebas Missões e Chopim no Sudoeste do Paraná que resultaram em conflitos sociais pela posse da terra. A gleba Silva Jardim, no atual município de Serranópolis do Iguaçu-PR, também teve conflitos sociais em decorrência destas titulações.

A etapa seguinte da questão jurídica da terra no Sudoeste do Paraná acontece na década de 1930, quando o Interventor Mário Tourinho decidiu analisar as concessões de terras feitas para a Companhia São Paulo-Rio Grande. Assim, ao perceber “irregularidades”, como o não “cumprimento do contrato”, decidiu através dos Decretos n.º 300 e n.º 29, anular algumas concessões dadas para essa companhia, dentre essas “estavam as glebas Missões e Chopim”, medida que fez as terras do Sudoeste do Paraná voltarem a ser de domínio público.<sup>85</sup>

Insatisfeita com essa decisão, a companhia decide entrar na Justiça contra o estado do Paraná, o que acarreta novas pendências judiciais sobre essa fração de terra. Isso porque, em 1940, através dos Decretos-Leis n.º 2.073 e 2.436 é incorporada ao patrimônio da União à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e a Brasil Railway. Assim, neste momento, o Governo Federal também passou a reivindicar as terras do Sudoeste do Paraná, já que mesmo estando anuladas as concessões da

<sup>83</sup> LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998. p. 25.

<sup>84</sup> Para maiores esclarecimentos sobre a localização destas glebas no estado do Paraná, ver: WESTPHALEN, Cecília Maria. *História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna da Região de Itaipu*. Curitiba: SBPH-Pr, 1987.

<sup>85</sup> LAZIER, op. cit. p. 26.

Companhia (CEFSPRG), ela recorria judicialmente e ainda se considerava detentora daquelas terras, que com estes decretos passaram a ser da União.

Essa ação do Governo Federal é justificada por considerar que a empresa devia aos cofres públicos mais de “três milhões de libras que recebera a título de adiantamento para ser deduzida de sua receita bruta”. Além disso, o governo concluiu que o patrimônio da empresa foi construído com “recursos sonogados dos cofres públicos”.<sup>86</sup> Sobre essa conjuntura Gomes destaca os seguintes aspectos:

A incorporação, portanto, significou uma desapropriação em pagamento, utilizada pelo Governo para a defesa do decoro e do erário públicos. [...] E, para administrar os bens incorporados, o Governo Federal criou a SEIPN – Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional. Como, pela incorporação, as terras situadas no Estado do Paraná e Santa Catarina, pertencentes à companhia, passaram ao domínio da União, as glebas Missões e Chopim, que faziam parte do patrimônio da mesma passaram a ser administradas pela Superintendência.<sup>87</sup>

Tal conjuntura indica para a questão jurídica da terra envolvendo basicamente a CEFSPRG, o Estado do Paraná e a União, assim, com a incorporação dos bens da companhia pela União, o litígio que envolvia as Glebas Missões e Chopim parecia estar resolvido. O Governo Federal não só considerou isso, como criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, com a intenção de ocupar esse espaço e expandir a fronteira agrícola brasileira.

Todavia, a questão jurídica da terra estava longe de ser resolvida, isso porque quem também tinha interesses nessas glebas era José Rupp, que obteve no final do século XIX, junto ao Governo de Santa Catarina, um contrato de “terras consideradas devolutas, para explorar ervais e matas”. Entretanto, naquele mesmo período, essas mesmas terras também pertenciam a CEFSPRG, que agiu judicialmente para manter sua posse. Assim, em um primeiro momento, ao ganhar judicialmente a manutenção de sua posse, a Companhia “apreendeu erva-mate e madeira” de Rupp.<sup>88</sup>

Mas tarde, quando as concessões da CEFSPRG foram cassadas, Rupp decidiu contestar a companhia judicialmente, pedindo a indenização dos bens – madeira e erva-mate – que haviam sido retirados. Foi através destas ações que Rupp consegue a

---

<sup>86</sup> GOMES, Iria Zanoni. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 2005. p. 32.

<sup>87</sup> Id. Ibid. p. 33.

<sup>88</sup> Id. Ibid. p. 34.

penhora de várias glebas que pertenciam a CEFSPRG, dentre estas estavam a Missões e Chopim que em 1940 já haviam sido incorporadas ao patrimônio público da União.<sup>89</sup>

A União Federal ao reconhecer essa situação “ofereceu embargos de terceiro senhor e possuidor, alegando, entre outros fundamentos o da impenhorabilidade daquelas glebas, por constituírem propriedade sua”.<sup>90</sup> Por outro lado, Gomes destaca que Rupp tentou várias vezes “de forma amigável” receber em terras o pagamento de sua indenização, tendo seus pedidos sempre indeferidos tanto pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, quanto pelo ministro da Fazenda.

Dado este contexto, José Rupp em junho de 1950 vende seus direitos a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA), que “fazia parte do Grupo de Moysés Lupion”, que além da CITLA também era composto pelas empresas: M. Lupion e Cia; Mineração de Carvão Norte do Paraná, Indústrias Brasileiras de Papel e Serrarias Reunidas Santisi.<sup>91</sup>

O que chama mais atenção após essa transação é que em novembro de 1950, pouco mais de quatro meses após Rupp vender seus direitos a CITLA, ela não só consegue resolver seu litígio junto ao Governo Federal, mas também com condições favoráveis para seus empreendimentos na região. Conforme elenca Gomes:

Com a mudança do credor mudaram também as regras do jogo. Num passe de mágica, o que era ilegal passou a ser legítimo. Aquilo que em constantes petições havia sido indeferido, passou a ser deferido. A mesma Superintendência, que negara acordo em 1 de julho de 1950, quatro meses após, não só aceita o pedido anterior, a titulação da Gleba Missões, como titula também parte da Gleba Chopim.<sup>92</sup>

Conforme notamos, a transação foi realizada com a clara intenção de beneficiar a companhia CITLA, assim, a “escritura de dação em pagamento, assinada em 17 de novembro de 1950, abrangeu uma área de 198.000 alqueires, incluindo a faixa de fronteira com a Argentina”.<sup>93</sup> Cabe salientar também que nessa mesma área já atuava a CANGO, tendo registrado mais de 3.000 famílias, ou seja, a ilegal ação da CITLA na região teve conseqüentemente que bater de frente com a CANGO, que já estava instalada naquele espaço, dando suporte e orientação técnica aos colonos.

---

<sup>89</sup> Id. Ibid. p. 34.

<sup>90</sup> Id. Ibid. p. 35.

<sup>91</sup> Id. Ibid. p. 35.

<sup>92</sup> Id. Ibid. p. 35.

<sup>93</sup> Id. Ibid. p. 35, 36.

Assim, em seguida no ano de 1951, a CITLA instala-se na região, todavia, teve pouco tempo para desenvolver suas atividades, já que Bento Munhoz da Rocha, que governou o Paraná de 1951-1955 “julgando conveniente que se aguardasse a decisão judicial sobre a escritura de dação em pagamento, a favor da CITLA”, proibiu o recolhimento das “Sisas”, imposto de transmissão imobiliária de qualquer transação que envolve terras dentro das glebas Missões e Chopim.<sup>94</sup>

Essas ações de Bento Munhoz da Rocha provisoriamente minaram as intenções da CITLA, que já tinha começado a comercializar terras e cobrar aqueles colonos que supostamente estavam devendo suas terras. Por outro lado, Wachowicz destaca que Mário Fontana sócio majoritário e gerente da CITLA queixava-se dessa decisão, ao mesmo tempo em que aguardava uma reviravolta política no governo do estado.

Wachowicz salienta que mesmo a CITLA não podendo fazer movimentações de registro de propriedades continuou atuando na região, com escritórios funcionando em Francisco Beltrão e Santo Antônio do Sudoeste, além disso, “quando ganhava qualquer questão meramente processual, na justiça, fazia o maior estardalhaço”, distribuindo jornais e fazendo churrascos alegando vitória judicial.<sup>95</sup>

A mudança tão esperada pela CITLA ocorre quando Moysés Lupion, que também era acionista da mesma, sobe ao poder frente ao governo do estado do Paraná no ano de 1955. Wachowicz destaca que:

O governador Lupion, agora em seu segundo mandato, fez revogar a portaria 419, de 2 de junho de 1953, do Secretário da Fazenda. Desta forma, ignoraram-se todos os problemas jurídicos que existiam na gleba Missões e a CITLA, com a Sisa do governo do Estado, poderia vender e fornecer livremente a escritura, para aqueles que comprassem terras na gleba Missões.<sup>96</sup>

A partir de então, com o respaldo do governo do estado, a CITLA começa a atuar livremente, organizando esta atuação através de duas subsidiárias: a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda, que atuava na região de Verê e Dois Vizinhos, enquanto a Apucarana na região de fronteira com a Argentina, basicamente em Capanema e Santo Antonio do Sudoeste. Por outro lado, a CITLA ficou com sua atenção voltada para a sede de Francisco Beltrão.

---

<sup>94</sup> Id. Ibid. p. 39.

<sup>95</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Lítero-Técnica, 1985. p. 192.

<sup>96</sup> Id. Ibid. p. 205.

É importante ressaltar que o avanço das companhias a partir de 1955 acontece, sobretudo, por meio dos chamados jagunços – muitos destes eram foragidos da justiça, outros foram recrutados justamente pela fama de serem cruéis e não possuírem pudor em relação aos serviços que lhes eram solicitados. Estes indivíduos contratados para a cobrança da terra dos colonos marcam o início das ações violentas na região, isso porque até 1955 a atuação da CITLA era mais propagandista e por meio de corretores de imóveis, porém ao perceber a resistência dos colonos em pagar a terra, decide inserir na região a figura do jagunço.

Outra questão que também deve ser considerada é a conflitualidade de interesses que se apresentavam, isso porque, não só as companhias CITLA, Apucarana e Comercial tinham projetos para a região, mas também a CANGO, que já atuava a mais de 10 anos e via com o avanço das companhias colonizadoras seu projeto para os agricultores ruir.

Com a intensificação da cobrança, também se intensificou a resistência e isso ocorreu tanto no meio social quanto no político. Exemplo disso foi a organização empreendida pelo vereador Pedro José da Silva, que representava o distrito de Verê na câmara municipal de Pato Branco. Este vereador decidiu reunir assinaturas dos colonos com a intenção de apresentá-las ao governo federal em forma de denúncia contra as atrocidades que vinham sendo cometidas pelas companhias colonizadoras.

Entretanto, Pedrinho Barbeiro, como era conhecido o vereador, não teve tempo de apresentar seu documento ao governo federal, no dia 21 de maio de 1957 bateram a sua casa alguns jagunços interessados em negócios com o vereador, que não teve tempo de esboçar qualquer reação, sendo assassinado pelos jagunços da companhia Comercial. Este e inúmeros outros casos similares fizeram com que os colonos buscassem uma organização para resistir. Uma dessas ações foi empreendida no dia 2 de agosto de 1957, também no distrito de Verê, colonos decidiram empreender uma ação armada contra o escritório da companhia Comercial existente naquela localidade.

Nesta ação, mais dois colonos foram mortos, por outro lado, os jagunços partiram em direção a Francisco Beltrão carregando em seus jipes alguns mortos e feridos. Gomes destaca que a situação de tensão que existia na região fez inúmeras vítimas e salienta que Othon Mäder fez um levantamento “das atrocidades cometidas na região, conseguindo documentar, com provas, 14 mortos, 2 desaparecidos, e 47 vítimas de espancamentos, sevícias, mutilações, estupros, assaltos, saques, incêndios” e extorsões, todas essas vítimas foram resultado das ações violentas empreendidas pelas

companhias que se diziam colonizadoras e que tinham o total respaldo do governo do estado e do seu governador Moysés Lupion.<sup>97</sup>

A partir dessa conjuntura os posseiros da região ampliaram sua organização em diferentes formas de resistência contra as companhias colonizadoras. Uma dessas foi o apoio de alguns radialistas da região, das rádios colmeia de Francisco Beltrão e Pato Branco, que alertavam os colonos sobre a ilegalidade das companhias e também ajudavam a organizá-los.

Hermógenes Lazier destaca da seguinte maneira este contexto:

Os posseiros e os habitantes da região foram ampliando sua organização e suas lutas. Finalmente venceram. Tomaram os municípios de Capanema, Barracão, Santo Antônio, Pato Branco e Francisco Beltrão. A conquista de Francisco Beltrão, no dia 10/10/1957, foi o ápice da luta, pois nesta cidade funcionavam os escritórios sedes da CITLA e da Comercial. Era o quartel-general dos jagunços.

Dia 11 de outubro de 1957 começou a depredação dos escritórios das companhias. Tudo foi jogado para a rua, principalmente as notas promissórias. Foi um acontecimento marcante e uma grande festa para os posseiros.<sup>98</sup>

A tomada da sede dos principais núcleos urbanos na época marca a vitória dos colonos. É importante ressaltar que a ação dos colonos em Francisco Beltrão foi executada sem que ocorresse confronto bélico aberto com os jagunços, já que os mesmos foram retirados da região após o levante. Isso contribuiu para que os levantes, apesar de acontecerem em um contexto de grande tensão social, com jagunços e colonos fortemente armados, ocorressem sem confronto direto entre as partes.

Iria Zanoni Gomes salienta que o movimento de 1957 não se encerra neste momento, mas, sim, somente após a conquista do título de propriedade da terra a partir de 1962 com a criação do GETSOP. Assim, em sua opinião, o movimento de 1957 tinha dois objetivos, “primeiro a expulsão das companhias de terra” e em seguida “a conquista do título de propriedade”.<sup>99</sup>

Além disso, cabe considerar que a luta dos colonos somente foi empreendida por não perceberem outra solução senão por meio da resistência frente às companhias colonizadoras. Ao mesmo tempo, a atuação dos colonos foi realizada por terem consciência que a ação das companhias era ilegal e que a conjuntura política, o respaldo

<sup>97</sup> GOMES, Iria Zanoni. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 2005. p. 63.

<sup>98</sup> LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998. p. 59.

<sup>99</sup> GOMES, op. cit. p. 119.

do governador Lupion, facilitava a atuação das mesmas. Assim, foi de extrema importância a oposição política que constantemente alertou os colonos sobre a ilegalidade das companhias colonizadoras.

A partir desta conjuntura, segundo grande parte da literatura que trabalha com a região ou com a Revolta de 1957, o levante possibilitou uma reocupação diferenciada desse espaço geográfico. Além da historiografia, alguns meios de comunicação, com alguma frequência, ressaltam essa estrutura fundiária. Essa diferença acontece em grande medida ligada à pequena propriedade, que, a partir de então, passaria a ser preponderante nos locais onde aconteceu a Revolta. É com base nesse contexto que a presente pesquisa procura constituir-se.

A respeito das publicações que são reconhecidas como clássicas e que serão analisadas a seguir, em contexto recente, inúmeros trabalhos foram desenvolvidos sobre o Sudoeste paranaense. Temos produções que procuram refletir os levantes e seus principais desdobramentos, como trabalhos que abordam as ressignificações da Revolta a partir de efemérides comemorativas.<sup>100</sup>

Com base nas considerações apresentadas acima, importa ponderar que essa conjuntura, da luta social no Sudoeste do Paraná, é a mesma de inúmeras outras em nível nacional, o que pode ser associado ao fato de, naquele momento, ter ocorrido um afloramento das lutas sociais no campo.

Ao avaliar os movimentos sociais e a “(não) reforma agrária brasileira”, João Edmilson Fabrini e Djoni Roos salientam que “foi com as Ligas Camponesas, a partir de 1950, que a discussão em torno da reforma agrária apareceu no Brasil”. É nesse contexto que emergem inúmeras lutas no meio rural brasileiro, muitas das quais contaram com a participação do Partido Comunista (PCB). Assim, pautado na noção de que, para o “desenvolvimento das forças produtivas no campo”, era necessária a eliminação do latifúndio, “entendido como resquício feudal”, a criação das Ligas

---

<sup>100</sup> Entre as produções acadêmicas que ganharam destaque na última década, é possível destacar: AMÂNCIO, Silvia Maria. *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: A Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões*. Maringá/PR: Dissertação – Mestrado em História, Universidade Estadual de Maringá-UEM, 2009. KOLING, Paulo José. *A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações*. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2018. ORBEN, Tiago A. *A Revolta dos Colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias*. Porto Alegre-RS: Dissertação – Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, 2014. PEGORARO, Éverly. *Dizeres em confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense*. 1 ed.. Guarapuava/PR, Unicentro, 2008. POLI, Jaci. *Da posse para a propriedade da terra no sudoeste do Paraná (1962 - 1973)*. Curitiba-PR: Dissertação – Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná-UFPR, 2009. RIPPEL, Leomar. *A mobilização política do discurso do “herói” pioneiro da luta social de 1957 no sudoeste do Paraná*. Passo Fundo-RS: Dissertação – Mestrado em História, Universidade de Passo Fundo-UPF, 2012.



Camponesas fez surgir a “União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), que funcionava com um braço sindical do PCB”.<sup>101</sup>

Fabrini e Roos recordam que as lutas camponesas<sup>102</sup> no Paraná são fruto de processos recentes e têm a década de 1950 como referência. Exemplo disso é o Norte do estado, que “foi palco de intensos conflitos com a formação da chamada Guerrilha de Porecatu, a partir da qual camponeses posseiros se armaram para manter as terras de Jaguapitã e Porecatu sob seu domínio e posse”. Essa luta acontece com enredo similar à do Sudoeste, ao considerar o repasse das terras dos posseiros a outros proprietários. Nesse processo de luta, a participação do Partido Comunista foi de suma importância para os camponeses garantirem “seu modo de vida”.<sup>103</sup>

Além do Sudoeste e Norte, o Oeste do Paraná também foi palco de movimentos de colonos. Apesar de ainda não serem muito difundidos no campo acadêmico, causaram grande estabilidade aos colonos da região, a exemplo da luta pela terra na gleba Silva Jardim, no atual município de Serranópolis do Iguaçu – conflito que remonta os mesmos antecedentes do de 1957. Além deste, cabe considerar também o levante dos colonos em Três Barras do Paraná na década de 1960. Evidentemente que tais conflitos são os que tiveram alguma forma de êxito e repercussão, pois, nos que não foram reconhecidos ou não tiveram êxito, sobressaíram-se as relações de poder e a opressão aos camponeses.

De acordo com Fabrini e Roos, essas “disputas de território entre camponeses e agronegócio/latifundiários, no Paraná, estão inseridas num contexto amplo de lutas, ou seja, contra a reprodução das relações capitalistas de produção no campo paranaense, brasileiro e mundial”.<sup>104</sup> Consideram, assim, que existem dois projetos territoriais em disputa no campo brasileiro: o do camponês e o dos “agronegociantes e latifundiários”. Nesse sentido, as resistências nas décadas de 1950-60 serviram de base para o

<sup>101</sup> FABRINI, João Edmilson. ROOS, Djoní. *Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário*. São Paulo: Outras Expressões, 2014. p. 81, 82.

<sup>102</sup> É importante salientar que, a utilização da definição de camponês é feita a partir da incorporação desta designação junto às bibliografias utilizadas neste trabalho. Isto é, apesar da luta social de 1957 ter sido empreendida por agricultores reconhecidos como colonos, a designação camponês acabou sendo incorporada na historiografia brasileira enquanto termo que representa várias parcelas de trabalhadores rurais brasileiros, dentre eles os colonos. Assim, no decorrer do texto, por se utilizar de inúmeros autores que pensam a realidade agrícola brasileira a partir de suas diferentes vertentes sociais é utilizado o termo camponês, consciente de sua amplitude tanto em contexto nacional, como internacionalmente. Para maiores esclarecimentos em relação a essa discussão ver: GRZYNSZPAN, Mario. Campesinato. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 72, 73, 74.

<sup>103</sup> FABRINI; ROOS, op. cit. p. 101.

<sup>104</sup> Id. Ibid. p. 135, 136.

desenvolvimento das lutas camponesas posteriores que se fortaleceram com a criação e atuação do MST nas décadas seguintes.

Quem também manifesta considerações acerca do contexto em relação ao meio rural brasileiro é José de Souza Martins, o qual estabelece que:

Particularmente a partir dos anos 1950, camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria, rebelando-se de vários modos contra seus opressores, quebrando velhas cadeias, levando proprietários de terras aos tribunais para exigir o reparo de uma injustiça ou o pagamento de uma indenização; exigindo do Estado uma política de reforma agrária; resistindo de vários modos a expulsão e despejos.<sup>105</sup>

Ocorre, assim, um fortalecimento da presença política nas lutas camponesas. Para Martins, o PCB, as Ligas Camponesas e alguns setores da Igreja disputaram a hegemonia na organização dos trabalhadores rurais, o que evidentemente não significa que não possam ter surgido movimentos sociais no campo sem a presença dessas entidades. Porém, em grande medida, o que o autor nos faz olhar é a possibilidade de transformação que o campesinato percebe e almeja. O passado aparece enquanto aprendizado junto à noção de expropriação e de reforma agrária. Tais categorias são apresentadas ao horizonte do trabalhador rural brasileiro, o qual passa a perceber que, sem uma luta contra a opressão da classe agrária dominante, sua condição não se alteraria e que a reforma agrária seria um viés para a superação das relações de poder impostas ao meio rural brasileiro.

Martins procura guiar sua argumentação chamando atenção para o modo como as lutas sociais no campo são produto de processos históricos e que, por vezes, não ganham o mesmo destaque que as greves ou os movimentos urbanos;

Poucos sabem e se dão conta de que o campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a proclamação da República, tem uma reiterada experiência direta de confronto militar com o Exército: em Canudos, no Contestado, e, de um outro modo, em Trombas e Formoso; ou, então, uma experiência de intervenção direta do Exército: na insurreição do Sudoeste do Paraná, no Nordeste, e mais recentemente nos conflitos camponeses do Araguaia-Tocantins.<sup>106</sup>

Somadas aos elementos apresentados anteriormente, tais considerações nos dão a dimensão da importância das lutas camponesas na formação histórica brasileira. Isso

<sup>105</sup> MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, 5ª Edição: Editora Vozes, 1995. p. 10.

<sup>106</sup> Id. Ibid. p. 27.

significa um processo de luta que, na maioria dos casos, foi marcado pela violência do Estado através de suas instituições de repressão, mas o papel político dos agentes desse processo ou a atuação contra as classes dominantes serviu de aprendizado não só aos camponeses, mas também aos diferentes grupos que almejavam mudança social. Isso fica evidente a partir da estruturação do MST e de outros grupos de resistência camponesa, quando a luta pela terra também é constituída por desempregados urbanos que, em algum momento anterior, já haviam sido trabalhadores rurais.

De acordo com Fabrini e Roos, na conjuntura de transição vivida pelo meio rural brasileiro nas décadas de 1950-60, foi necessária a reafirmação da estrutura agrária junto ao modelo latifundiário, momento em que:

[...] as forças conservadoras defenderam um desenvolvimento agrícola sem alteração na estrutura agrária, pois a agricultura sempre havia cumprido as chamadas “funções da agricultura”, inclusive respondendo à produção de alimentos para as populações urbanas e matérias-primas para as indústrias.<sup>107</sup>

Conforme a conveniência, a “agricultura capitalista” procurava reafirmar-se em um cenário de forte industrialização ou de intenso incentivo à urbanização, que seria engrossada evidentemente pelo êxodo rural, enquanto “outra ponta do processo”. Conseqüentemente, “o processo de industrialização avançou e ampliou sua participação na agricultura e a concentração fundiária, o latifúndio, permaneceu e até aumentou neste período de expansão da indústria, a partir de meados da década de 1960”.<sup>108</sup>

Nesse cenário, a grande parcela de pequenos proprietários, arrendatários ou indivíduos que desenvolviam atividades agrícolas remuneradas são obrigados a migrar, os que não vão para centros urbanos em desenvolvimento, procuram outras regiões do país, em especial o Norte, à medida que a fronteira agrícola se expandia e ainda se expande em tal direção.

### 1.5 A agricultura brasileira nas décadas 1950-60

Trabalhar com a agricultura brasileira nesse período perpassa por considerações que evidenciam as políticas públicas para esse setor. Nessa perspectiva, não se trata de observar tais questões apenas sob a ótica do que foi feito ou pensado em termos

---

<sup>107</sup> FABRINI; ROOS, op. cit. p. 12

<sup>108</sup> Id. Ibid. p. 12.

agrícolas, mas, também, como outros processos ou outras políticas tiveram, como consequência, as modificações no cenário agrícola nacional.

Cabe elencar que, durante os governos de Vargas (1950-1954), Jânio Quadros e João Goulart foram apresentadas vultosas discussões sobre a realidade agrícola. Pode-se sugerir que, se, em algum momento, existiu uma conjuntura política que poderia reorganizar a agricultura brasileira junto a um modelo de reforma agrária, este momento foi o governo Vargas. Após esse período, com o trágico fim de Vargas, até o governo Kubitschek, em relação à agricultura, poucas modificações significativas foram vistas no quadro político nacional que ganharia uma nova estruturação a partir de então.

Assim, ao considerar o governo de Juscelino Kubitschek e sua política desenvolvimentista, deve-se ter em mente o que procurava atender o “Plano de metas”, o qual, em linhas gerais, tinha como objetivos “acelerar a acumulação, aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos em atividades produtoras”.<sup>109</sup> Isso, em grande medida, pretendia privilegiar a industrialização, o que traria novas oportunidades de emprego e melhoraria o nível de vida da população urbana.

Para Rodrigues,

[...] o crescimento industrial deveu-se, também, à manutenção do atraso de vastas regiões – especialmente o campo – onde o regime de propriedade e as técnicas arcaicas de produção eram favoráveis à evasão de mão-de-obra, cada vez mais necessária nos centros urbanos.<sup>110</sup>

É perceptível que, de acordo com as considerações de Rodrigues, a organização ou reorganização do campo acontece enquanto um processo benéfico no sentido da industrialização, pois proveria os centros urbanos com a mão de obra considerada “atrasada” e “miserável”. Além desse setor, um dos maiores beneficiários desta migração campo/cidade foi o de serviços, que absorveu significativa parcela dos migrantes.

No entanto, não cabe creditar esses processos como automáticos, pois o que conduz a saída do agricultor do campo não acontece apenas como reflexo da urbanização, como uma ação natural, conforme a interpretação de Rodrigues permite entender. Esse processo está calcado em políticas públicas que perpassam os governos

---

<sup>109</sup> RODRIGUES, Marly. *A década de 50: Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. São Paulo-SP: Editora Ática, 1992. p. 65.

<sup>110</sup> Id. *Ibid.* p. 69.

de Café Filho e Juscelino Kubitschek. Eugênio Gudín, que foi ministro da Fazenda no governo Café Filho, defendia uma política econômica neoliberal ao país. São dele as bases de uma economia que facilitava os investimentos estrangeiros, empreendida com mais vigor por JK. De acordo com Bielschowsky, Gudín era considerado um dos líderes do pensamento neoliberal no país, essa maneira de ver e pensar a realidade brasileira o faz creditar o problema agrário nacional da seguinte maneira:

Seu argumento básico era que a redistribuição da propriedade seria uma medida praticamente inútil e que os projetos que a visavam desconsideravam que a pobreza da vida rural é consequência da baixa produtividade, a qual se deve à insuficiência de quatro elementos: saúde, alfabetização, técnica agrícola e crédito. A propriedade da terra seria, conforme o autor, apenas um quinto elemento, para o qual não havia necessidade de quaisquer medidas legislativas.<sup>111</sup>

Ao analisar dedicadamente o que Bielschowsky atribui a Gudín, não se pode negar a realidade brasileira em relação à “técnica agrícola” e ao “crédito” para a agricultura, ao considerar esses elementos mais próximos, em termos de baixa produção agrícola. Saúde e alfabetização não afetavam apenas o cenário rural brasileiro, mas os variados segmentos da sociedade, tanto no campo como na cidade, tendo como ponto em comum a falta de recursos financeiros.

Entretanto, indica-se essas noções ao rural e sinaliza-se que as mesmas fazem com que a “redistribuição” da propriedade da terra “seria uma medida praticamente inútil”. Nesse cenário, a propriedade da terra apareceria enquanto um “quinto elemento”, que serviria apenas para quem dispusesse de saúde, alfabetização, técnica agrícola e crédito. Evidentemente somente um grupo seletivo de proprietários tinha essas condições na década de 1950.

Essa argumentação pode até mostrar-se falha do ponto de vista da realidade nacional. Entretanto foi útil para JK quando deu atenção para a agricultura baseada em grandes propriedades, sem uma política efetiva de reforma agrária. Mantém-se a estrutura agrária brasileira, junto às grandes propriedades, que irá ganhar fôlego nas décadas seguintes com as políticas modernizadoras e uma produção ainda mais voltada ao mercado externo.

Outro elemento que também cabe considerar são as ideias elaboradas pela Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, com a intenção de desenvolver

---

<sup>111</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 72.

as regiões consideradas periféricas e minimizar a dependência externa, com atenção especial para a industrialização. A argumentação valia-se de uma interpretação da realidade de que, a produção industrial não trazia benefícios para os países da América Latina, o que tornava necessária uma produção que fosse absorvida pelos próprios países, minimizando o mercado externo.

Nesses termos, para o pensamento cepalino, era necessária uma significativa infraestrutura que pudesse desenvolver a industrialização. Nessa conjuntura, a agricultura aparece como elemento extremamente importante, pois, no Brasil, o setor primário tinha um viés exportador, o que fazia com que o país ficasse sujeito à instabilidade econômica internacional, principalmente dos países importadores da produção brasileira.<sup>112</sup>

É importante salientar que muitas das propostas da CEPAL foram absorvidas pelos governos de Vargas e Kubistchek, o que acontecia tanto através dos pensadores que apresentavam essas ideias ao Brasil, como através de nomes que participaram das políticas de governo, como foi o caso de Celso Furtado, uma referência constante quando se indica a influência cepalina nas políticas de governo. Isso, de maneira geral, de acordo com Jacqueline Haffner, torna possível “notar também uma certa ligação entre o crescimento industrial e agrícola” e isso não contradiz a teoria da CEPAL para a agricultura e indústria.<sup>113</sup>

Em relação à agricultura, a lógica de produção para exportação, além de depender da instabilidade do mercado, ainda mantinha a dependência dos países desenvolvidos, ou seja, algo contrário ao nexo de desenvolvimento da CEPAL, que era dar mais autonomia às economias periféricas. A política de exportação agrícola era vista como um viés para a economia agrícola nacional, mas que não poderia ser visto como único, com a intenção de diminuir a influência externa da economia deste setor.

De acordo com Haffner, para a CEPAL, “a preocupação única não seria somente a área industrial, uma vez que o setor agrícola deveria ser contemplado da mesma forma que o anterior”. Na concepção cepalina, não havia uma separação entre essas duas atividades, pois o funcionamento do sistema exigia uma harmonia entre as atividades produtivas. Nesse contexto, as políticas agrícolas que deveriam ser desenvolvidas e que contemplariam o progresso da produção viriam por meio de “formas mais modernas e

---

<sup>112</sup> HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernández. *A CEPAL e a industrialização brasileira (1950-1961)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 19.

<sup>113</sup> Id. Ibid. p. 162.

competitivas de produzir”.<sup>114</sup> Assim, a modernização das técnicas de produção estava na pauta do pensamento cepalino, pois integraria a indústria como uma das soluções dos problemas para a dependência do mercado externo.

Entretanto, cabe reafirmar que para a CEPAL não se deveria abandonar o mercado externo. A concepção era a de que ele não precisaria ser colocado como principal apoio da produção agrícola, o que o manteria em um espaço de risco frente a crises internacionais, como já havia acontecido com o café em 1930. Isto é, uma produção agrícola voltada para dentro da economia, deixando o mercado externo em segundo plano.

Para a CEPAL era necessário dinamizar a produção, defendia-se que a indústria deveria “andar de mãos dadas com a agricultura, porque, somente assim, poder-se-ia atingir o desenvolvimento de fato”.<sup>115</sup> Haffner indica que para o pensamento cepalino, se observada a produção em conjunto, industrial e agrícola, poderia minimizar-se a influência externa, haja vista que a primeira produziria implementos agrícolas, fertilizantes e herbicidas, enquanto a segunda produziria alimentos para o país.

Na interpretação da CEPAL, também era função da agricultura: fornecer divisas para a importação de máquinas e insumos para a indústria, produzir gêneros alimentícios que diminuiriam os custos de mão de obra e fornecer matéria prima para a indústria local. Entretanto, não foi verificado o “efeito benéfico da industrialização na agricultura nesse período”. Assim, a relação entre “industrialização-agricultura, nos padrões que eram esperados”, não aconteceu.<sup>116</sup>

Essa breve contextualização da realidade agrícola brasileira, nas décadas de 1950-60, dá-nos uma dimensão da complexidade desta conjuntura, ao mesmo tempo em que demonstra como a indefinição jurídica da terra no Sudoeste do Paraná destoa do cenário que era apresentado ao Brasil. Pode-se observar que, em termos nacionais, tem-se um incentivo cada vez mais declarado à modernização da agricultura, tanto para o mercado interno, como para o externo, além de políticas de crédito e incentivos de vários setores à manutenção da estrutura agrária latifundiária. Por outro lado, no Sudoeste do Paraná podemos constatar uma situação diferente. Com os Levantes de 1957, estabelece-se uma organização agrária um tanto distinta, ao mesmo tempo em que as políticas de modernização da agricultura ainda tardaram a aparecer.

---

<sup>114</sup> Id. Ibid. p. 151.

<sup>115</sup> Id. Ibid. p. 157.

<sup>116</sup> Id. Ibid. p. 159.

É sobre esses aspectos e contradições que as considerações acima foram tecidas, sobretudo em termos comparativos, sobre quais dinâmicas se sobressaíam na agricultura brasileira no momento em que ocorria a organização da posse da terra no Sudoeste do Paraná.

#### 1.6 Delimitações da pesquisa: memória/historiografia

Este item tem como principal objetivo perceber de que maneira se explicou o problema agrário do Sudoeste do Paraná. Nesse sentido, serão destacadas distintas vertentes, tanto de autores considerados memorialistas, como daqueles indicados como historiadores.

Assim, segundo parte da memória/historiografia que pesquisa a região ou o levante de 1957, este espaço se distingue por ter uma caracterização fundiária singular, fruto dos levantes sociais de outubro de 1957. Pensando nessas considerações, pretendem-se apresentar alguns desses trabalhos. Foram selecionados essencialmente aqueles considerados “clássicos”, que se tornaram referência ou ganharam destaque enquanto pesquisa sobre o tema.

Os trabalhos escolhidos são, em sua grande maioria, da década de 1980, dos quais, foi privilegiado o momento em que o autor se posiciona em relação à estrutura fundiária da região, observando de que forma ele a percebe e como indica o movimento social enquanto influência para tanto. Cabe elencar ainda que, além da historiografia, é difundida na região, principalmente nas efemérides comemorativas, que a Revolta deu uma estrutura agrária diferenciada, caracterizada essencialmente pela significativa presença das pequenas propriedades.

A partir desse cenário, o primeiro autor indicado sobre tais aspectos é Rubens da Silva Martins<sup>117</sup> e seu trabalho: *Entre jagunços e posseiros*, publicado em 1986. A opção por apresentar primeiramente as considerações de Martins se dá por entender que este autor se diferencia em diversos sentidos dos destacados mais a frente. Martins, que pode ser percebido como memorialista, defende sua posição no levante, por meio de relatórios, telegramas e ofícios, além de inúmeros outros documentos oficiais. Seu livro é uma espécie de relato autobiográfico como justificativa para suas ações em 1957,

---

<sup>117</sup> Rubens da Silva Martins foi médico da CANGO e prefeito de Francisco Beltrão. Sua posição na questão agrária de 1957 foi muito contestada, já que, naquele momento era delegado de polícia e tinha suas convicções políticas alinhadas ao PSD e a Moyses Lupion. Neste sentido, percebe os levantes dos colonos como motivação política, enquanto influência de seus opositores PTB e UDN.



momento em que era delegado de polícia no município de Francisco Beltrão. Com um texto muito extenso, sua principal tese é a de que o conflito remonta antecedentes essencialmente políticos, classificando os colonos como manipulados pelas lideranças políticas opositoras, como desordeiros.

Martins salienta, no início de sua obra, alguns aspectos que evidenciam seu posicionamento em relação à estrutura agrária do Sudoeste paranaense. Por ter sido médico da CANGO, dá ênfase às suas expectativas quando decide mudar-se para o povoado de Marrecas – atual Francisco Beltrão – a convite do “então Administrador da CANGO, Dr. Eduardo Virmond Suplicy para, a expensas da mesma, prestar assistência médica aos colonos ali instalados”.<sup>118</sup>

Essa passa a ser uma característica frequente do texto, uma valorização da ação da Colônia no sentido assistencialista, tanto ao povoado de Marrecas, como aos arredores ainda pouco ocupados pelos ditos colonizadores. Nesse sentido, divide-se o trabalho em três partes, na I privilegia-se “A experiência política e profissional de um médico no Sudoeste do Paraná”, na II, “A primeira gestão do município de Francisco Beltrão e os principais eventos de interesse da comunidade” e na III, “A Revolução agrária no Sudoeste do Paraná”.

No primeiro item da primeira seção ou capítulo, Martins apresenta algumas “considerações em torno de uma das mais completas legislações do mundo”. Sua argumentação, inicialmente, refere-se a algumas políticas agrícolas desenvolvidas pelo governo Vargas, com destaque para as Colônias Agrícolas:

A criação de granjas-modelo, no Governo Vargas, a pretexto de atender aos reclamos de nosso homem do campo e de aprimorar a produção agrícola no país, ensejou, tão somente, a concessão indevida de terras aos apaniguados da Ditadura [...]. Todavia, a implantação pelo mesmo Governo, de Colônias Agrícolas Nacionais, visando o aproveitamento de terras supostamente devolutas, ainda que feita de maneira atabalhoada, deixou no Paraná, um saldo positivo, ao propiciar em 1945, a marcha rumo a nossas fronteiras com o Paraguai e a Argentina, promovendo a ocupação física e o aproveitamento de uma extensa e fértil região até então inexplorada.<sup>119</sup>

Nota-se a indicação de movimentos distintos no tocante à política agrária do governo Vargas. O primeiro deles é em relação às “granjas-modelo”, sobre as quais Martins tece críticas, sobretudo no que diz respeito à distribuição de lotes no “núcleo colonial Duque de Caxias”, que pertencia ao município de Nova Iguaçu, nos arredores

<sup>118</sup> MARTINS, Rubens da Silva. *Entre jagunços e posseiros*. 1ª Edição, Curitiba, 1986. p. 1.

<sup>119</sup> Id. *Ibid.* p. 21.

do Distrito Federal. Dessa maneira, tais lotes estariam sendo distribuídos a personalidades, como “o Ministro Gustavo Capanema” e “o pintor Cândido Portinari”. Para o autor, essa foi apenas uma das faces do governo Vargas, notadamente a que “concedia terras” aos conhecidos “apaniguados”.<sup>120</sup>

Indica-se isso ao ponderar que tanto as granjas-modelo, como a criação de núcleos colônias – momento que destaca, por exemplo, a criação da CANGO – são processos imersos em atos suspeitos em uma maneira “de legislar para ‘inglês ver’ e de ‘dar jeitinhos’”. Neste momento, sobrepõem-se nomes de indivíduos que teriam chegado à região junto com a criação da CANGO, mas que não estavam nos planos da referida Colônia, que notadamente seria acomodar “reservistas convocados pelo serviço militar”.<sup>121</sup>

Estes aspectos permitem algumas interpretações em relação à percepção de Martins sobre a instalação da CANGO e sua contribuição para a estrutura agrária da região. Mesmo que não seja de forma tão declarada, o autor percebe que a criação da Colônia, ainda “que feita de maneira atabalhoada, deixou no Paraná, um saldo positivo”, indicando, em seguida, a migração que a criação da Colônia teria resultado no “aproveitamento de uma extensa e fértil região até então inexplorada”.

Assim, mesmo crítico das políticas empreendidas pelo governo Vargas – que classifica como ditador –, Martins percebe de forma positiva a criação da Colônia agrícola. É razoável identificar que se atribui a essa Colônia a estrutura agrária diferenciada que a região possui e não ao movimento dos posseiros de 1957. Todavia, a comprovação ou não dessa tese se fará a partir da análise mais apurada de outros trechos de seu livro.

Ao se referir a sua administração na prefeitura de Francisco Beltrão, Martins exalta duas visitas de Lupion ao município, uma enquanto Senador, na qual Martins declara apoio a sua candidatura ao Governo do estado. A segunda, já como Governador, momento cujo destaque era a ideia de que finalmente o município iria prosperar e que Lupion resolveria o litígio da terra. Sobre a primeira visita, em um dos seus discursos, Martins indica que a questão agrária na região está totalmente relacionada à troca na administração da CANGO:

---

<sup>120</sup> Id. Ibid. p. 22.

<sup>121</sup> Id. Ibid. p. 25.

Há doze anos, aproximadamente, criado esse órgão federal que é a CANGO, pelo saudoso Presidente Getúlio Vargas, vinha o Governo, localizando nesta região, homens de todos os recantos do País, concedendo-lhes o direito possessório sobre 20 alqueires, proporcionando-lhes assistência material e técnica, amparando-os durante os primeiros meses em que se dedicavam ao amaino da terra, enquanto desta não lhes fosse possível extrair os meios necessários a sua subsistência; construindo estradas e caminhos; instalando cursos de alfabetização; assegurando-lhes assistência médico-hospitalar eficiente.<sup>122</sup>

Martins complementa essas considerações indicando que, depois dessa fase, a Colônia não concedia a nenhum “colono lotes com mais de treze alqueires”, “a terra não é mais gratuita” e o caráter assistencialista do órgão não existiria mais.<sup>123</sup> Dentre os elementos que podem ser salientados, estão aqueles que perpassam a troca na administração da Colônia. O discurso de Martins deixa evidente o caráter assistencialista da CANGO – que é bem difundido na historiografia que pesquisa a região – além da concessão de lotes agrícolas, indica o direito a 20 alqueires por colono, o que, posteriormente, seria reduzido a não mais que 13.

Independente da concessão dos lotes ser referente a 20 ou 13 alqueires, se essas políticas realmente aconteceram, é evidente a atuação da CANGO enquanto influência para uma estrutura agrária diferenciada a partir de pequenas propriedades no Sudoeste paranaense. Resta saber qual o posicionamento de Martins sobre esses aspectos no capítulo que trabalha os levantes sociais, ao recordar que, segundo parte da historiografia, é o levante que dá a caracterização de pequenas propriedades a região.

Assim, na parte III, trabalha-se “A revolução agrária no Sudoeste do Paraná”. Em relação à CANGO, sua argumentação apresenta-se crítica à passagem da administração da Colônia ao INIC;<sup>124</sup> enfatiza-se isso destacando pronunciamentos: um do próprio autor, outro de Jahyr de Freitas e um último do diretório do PSD de Francisco Beltrão. Neste contexto, não se menciona diretamente a atuação da CANGO enquanto influência na estrutura agrária, apenas se aponta algumas contradições referentes ao tamanho dos lotes, de acordo com o órgão que o geria, conforme pronunciamento datado de 1955:

---

<sup>122</sup> Id. Ibid. p. 290.

<sup>123</sup> Id. Ibid. p. 291.

<sup>124</sup> Quando o Instituto Nacional de Imigração e Colonização-INIC passa a gerir a organização da CANGO a transformando em Núcleo Colonial é identificada uma brusca mudança na forma de atuação da Colônia. Isto é, a administração da CANGO perde muito do seu caráter de assistência rural e limita muito sua atuação junto aos colonos.

Ingressar no “Núcleo” importa receber apenas 8, 10 ou 12 alqueires, que devem ser pagos ao “INIC”. Ao colono já fixado há mais de seis anos pelas administrações anteriores negou-se o direito à terra, reduzindo-se o lote, que ele abrira na mata virgem e que valorizara com seu próprio suor, à metade ou apenas a uma terça parte.<sup>125</sup>

Complementam-se essas questões enfatizando a perda do caráter assistencialista da Colônia. Pode-se ponderar que as trocas na gestão federal fazem ressentir as formas de ação da CANGO, mas, além disso, Martins lamenta também enquanto político, pois sua administração na prefeitura tinha muita cooperação com a Colônia. Outra questão a ser considerada é a redução no tamanho dos lotes, fazendo menção aos de 8, 10 e 12 alqueires. Esses aspectos são importantes, pois é reconhecida a significativa influência que a CANGO teve no Sudoeste do Paraná. Assim, em termos de estrutura agrária e fundiária, é possível notar que existiam distintas políticas para este espaço e que, de acordo com a gestão, isso poderia significar um lote que variava de 8 a 20 alqueires.

Ao se observar o trabalho de Martins, enquanto balanço comparativo da tese que sustenta este trabalho – de que a região tem uma estrutura fundiária, fruto do movimento social de 1957 –, verifica-se que não é possível aplicá-lo. Isso se deve, em grande medida, ao fato de o autor negar a influência da Revolta dos colonos enquanto elemento que apresenta uma diferenciação agrária ao Sudoeste do Paraná. Pode-se alinhar, enquanto uma influência não declarada por Martins, a atuação da CANGO no sentido assistencialista e na concessão de lotes aos colonos – isso na sua primeira fase, até 1954. Trazem-se elementos que podem ser alocados junto a uma caracterização na estrutura fundiária, todavia isso não é evidente, tampouco defendido. Exemplo disso é quando é relacionada a doação de lotes de 20 alqueires aos colonos, isto é, se a CANGO tinha entre suas políticas agrárias a doação de lotes nessas proporções, seria evidente sua interferência na estrutura fundiária.

No entanto, Martins apenas apresenta tais indícios e não declara que eles tenham sido vitais ou diferenciais para uma estruturação fundiária a partir da conceitualização de pequenas propriedades. Tampouco associa, como fazem outros autores, os levantes de outubro de 1957, enquanto diferencial para a manutenção dessa estrutura. Sua argumentação se mostra muito mais alinhada a uma revolução agrária marcadamente política, no qual os colonos são manipulados por lideranças políticas contrárias ao governo de Lupion.

---

<sup>125</sup> MARTINS, op. cit. p. 318.

Não existe dúvida de que esta argumentação é extremamente frágil e não consegue deslegitimar a união dos colonos em defesa da terra, conquistada a partir da conscientização de que somente a luta os faria vitoriosos.

Ruy Wachowicz é uma das principais referências em relação às interpretações consideradas clássicas acerca do Sudoeste do Paraná e seus levantes de outubro de 1957. Nesse sentido, em relação à estrutura fundiária e ao modelo de pequenas propriedades, podem-se salientar alguns pontos de seu trabalho. O primeiro deles é quando ele faz referência às posses dos caboclos, ainda antes da chegada dos migrantes sulistas, conforme salienta: “As posses no Sudoeste variavam muito de tamanho, mas quase todos podiam ser enquadrados como pequenos proprietários: 2, 5, 10, 20, 40 até 100 alqueires”.<sup>126</sup>

Apesar de fazer referência a um contexto anterior à reocupação sulista, Wachowicz demonstra uma tendência na região para o modelo de propriedade em que os indivíduos reconhecidos como caboclos prezavam por pequenas propriedades. Assim, o migrante que chegava e apanhava uma propriedade, normalmente adquiria uma de, em média, 40 hectares. Evidentemente isso não significa que colonos não possam ter comprado propriedades de 100 ou 200 hectares, porém é notório que isso é mais esporádico e o mais corriqueiro era o colono comprar uma pequena propriedade,<sup>127</sup> já que esse era o modelo de agricultura – de base familiar – que se praticava no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina.

Além dos aspectos elencados, cabe considerar que esse modelo de pequenas propriedades se mostra novamente anterior ao movimento de 1957 e não só em relação a isso, mas também anterior à criação da CANGO. As considerações de Wachowicz fazem pensar que, de alguma forma, independente da política fundiária adotada pela Colônia, as propriedades e os colonos que já estavam instalados na região davam prioridade por uma organização agrícola de pequenas posses. Isso é compreensível até por esse modelo ser mais aceito em termos de produção de alimentos no período. Além das dificuldades econômicas, também se deve considerar que não era tarefa fácil explorar uma grande área cujo predomínio da vegetação nativa ainda era evidente.

---

<sup>126</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Littero-Técnica, 1985. p. 85.

<sup>127</sup> Utiliza-se neste caso a definição do conceito de pequenas propriedades junto ao que é definido pelo Estado. O que significa uma propriedade, no Sudoeste do Paraná, de no máximo quatro módulos fiscais, ou seja, uma propriedade com no máximo 80 hectares.

Wachowicz também aborda alguns aspectos em relação ao tamanho das propriedades, quando destaca a entrevista realizada com Deni Schwartz, que foi chefe do GETSOP em Francisco Beltrão. Nesse sentido, salienta que foi “justamente no período entre os 5 anos que se estendem de 1957 até a criação do GETSOP”, no ano de 1962 – “nesse espaço de tempo ninguém na região sentia-se proprietário e nem posseiro” – e que tal condição teria facilitado a destruição da maior “concentração de araucárias do planeta”; independente “se o indivíduo possuía 5, 10 ou 200 alqueires, ele não se sentia proprietário, porque no dia seguinte ele poderia deixar de sê-lo”.<sup>128</sup>

Notadamente, tal discurso pode se encaixar como justificativa para a devastação da floresta de araucárias da região, ao considerar que em outras partes do Paraná e, sobretudo, do Sul do Brasil, isso foi feito mesmo com a situação jurídica da terra legalizada. Porém, cabe considerar a referência em relação à dimensão da propriedade, que é de 5 a 200 alqueires. Neste caso, os 200 alqueires<sup>129</sup> aparecem como exemplo máximo de uma grande propriedade na região. Outra menção que o autor faz em relação a isso, a partir de Schwartz, é quando indica o seguinte: “Outra crítica que se fez à política adotada pelo GETSOP foi a titulação de todo pedaço de terra que tivesse posseiros. Não foram respeitados os módulos agrários para a região. Poderiam ser propriedades de 0,5 alqueire ou de 100, eram respeitadas e tituladas”.<sup>130</sup>

Nesse caso, a titulação era realizada de acordo com o solicitado pelo colono, independente da extensão da propriedade. É a partir desse contexto que surgem alguns minifúndios na região, os quais foram objetos de críticas. Em todo caso, pode-se refletir que, nesses termos, os levantes de outubro de 1957 tiveram influência decisiva na caracterização de pequenas propriedades, ao considerar que se respeitou o que era de interesse do colono, independentemente da extensão de sua propriedade, isto é, as mesmas propriedades que foram conquistadas na luta social foram tituladas. Se isso não fosse possível e tivesse requisitado um tamanho mínimo, muitos colonos que haviam conquistado a terra no levante precisariam vendê-la e abandonar a região.

Conforme se percebe, Wachowicz apresenta distintos contextos e põe em cena diferentes processos na caracterização de pequenas propriedades, seja a venda destas por caboclos antes mesmo da instalação da CANGO, a qual tinha uma política de

---

<sup>128</sup> WACHOWICZ, op. cit. p. 285, 286.

<sup>129</sup> O alqueire aqui considerado é o paulista, que corresponde a 24.200,00m<sup>2</sup>, ou aproximadamente 2,4 hectares. A unidade de medida alqueire será utilizada por considerar essa a principal referência de medida agrícola do Sudoeste do Paraná, isso tanto na década estudada, quanto em contexto recente. Além disso, é essa unidade de medida que é utilizada por grande parte da historiografia que pesquisa o tema.

<sup>130</sup> WACHOWICZ, op. cit. p. 287.

incentivo a este modelo de propriedade, seja com o GETSOP, que preza pela demarcação das terras a partir do que é definido pelo colono até então posseiro.

Ao dar continuidade à análise, talvez um dos mais importantes trabalhos sobre os antecedentes e os levantes sociais de 1957 seja o de Iria Zanoni Gomes, *1957: a revolta dos posseiros*. Esta obra é fruto de densa pesquisa empreendida pela autora e demonstra muito cuidado ao apresentar os eventos ocorridos em torno da questão. Sua acuidade em trabalhar o tema também se deve por ela ter uma relação próxima com os eventos ocorridos na década de 50. Sua família migrou em outubro de 1956 para Francisco Beltrão, um ano antes da tomada dos escritórios das companhias.

Neste interim, Gomes ressalta que viveu “os momentos mais tensos desse processo”, com a presença dos “jagunços na rua, as histórias das mortes, a roupa suja de sangue e furada de bala que uma vizinha lavava, a tomada da cidade pelos colonos”.<sup>131</sup> Todos os percursos que muitos colonos e comerciantes da região sofreram e que Gomes apresenta a partir das experiências, da análise historiográfica e de fontes em muitos casos inéditas.

Contudo, apesar de sua pesquisa fundamentar muito bem este cenário, serão destacados outros aspectos em seu trabalho. Notadamente, o interesse se volta para a pergunta que sustenta esta tese: o movimento de 1957 dá uma estrutura fundiária diferenciada ao Sudoeste do Paraná? Gomes apresenta inúmeros elementos em relação a isso, sobretudo referente à atuação da CANGO, a qual é elencada já na introdução.<sup>132</sup>

É possível verificar tais considerações quando é lembrado que este espaço foi ocupado dentro dos processos migratórios que expandiram a fronteira agrícola brasileira, “a partir da década de 40”. Nesse contexto, salienta-se a migração de colonos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina<sup>133</sup> que chegam à região em razão das “transformações” ocorridas na “agricultura e indústria gaúcha”. Tal processo se “deslocou para o sudoeste paranaense, reproduzindo ali uma agricultura mercantilizada com base na pequena produção familiar”.<sup>134</sup>

Para a autora, é a própria migração que influencia nas formas de produção e de ocupação do espaço. Os colonos que chegam à região vêm de um ambiente em que

<sup>131</sup> GOMES, Iria Zanoni. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 2005. p. 9.

<sup>132</sup> Cabe salientar que a autora divide o trabalho em três capítulos: capítulo I “A ocupação do sudoeste”; II “A luta pela terra: A questão legal e a questão moral” e III “Da violência a resistência”.

<sup>133</sup> Pode-se caracterizar como uma ausência em seu trabalho as correntes migratórias provenientes de outras regiões do Paraná na reocupação do Sudoeste. Gomes ignora isso e atribui a “ocupação” basicamente aos rio-grandenses e catarinenses, com ênfase para os ditos gaúchos. Outra questão importante e praticamente ignorada é a presença indígena.

<sup>134</sup> GOMES, op. cit. p. 8.

produziam em uma “agricultura mercantilizada”, com base na “pequena produção familiar”. Esse é para Gomes o modelo de agricultura que vai prevalecer na região, baseado em pequenas propriedades e em uma agricultura familiar.

É essa estrutura que precisava resistir às investidas das companhias colonizadoras. Todavia, para sua solidificação, “a estruturação dessa economia contou, de um lado, com o incentivo oficial, através do assentamento de colonos, realizado pela” CANGO, “por outro, passou por um longo período de luta pela terra, cujos personagens principais foram os colonos e as companhias de terra”. Além disso, migrar para a região significava “lutar para sobreviver como produtor familiar”.<sup>135</sup>

Não apenas esse cenário está em jogo para a autora, nesse processo “como em tantas outras regiões do país; o latifúndio se apresenta posterior à estruturação da economia com base na pequena produção familiar e vai lutar com ela pelo domínio das terras”.<sup>136</sup> É interessante observar como o latifúndio é inserido na região, enquanto um processo posterior à estruturação de uma produção familiar.

A autora expõe um raciocínio notadamente constituído a partir da realidade que se apresenta à região em contexto recente, ao observar a presença do latifúndio. Isso, no entanto, não deslegitima sua forma de notar a organização do espaço quando da ocupação: de que a terra tenha sido contestada acima de uma estrutura latifundiária que se pretendia para a região: “Esse movimento foi fundamental para a consolidação da pequena propriedade no Sudoeste do Paraná, o que significou uma ocupação democrática da terra, à medida que o latifúndio foi vencido”.<sup>137</sup>

Sua forma de identificar ou de interpretar a estrutura fundiária da região é a de que a Revolta de 1957 permite a consolidação da “pequena propriedade” em uma ocupação que qualifica como “democrática”, vencendo o latifúndio ou a grilagem. Esse cenário nos mostra que, para Gomes, a estrutura fundiária em pequenas propriedades é anterior ao movimento dos colonos, remetendo à forma de agricultura praticada no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, com uma produção familiar, como o modelo que se adequaria aos programas do governo federal e à estrutura que o espaço ofereceria. Ou seja, são elementos que remetem aos locais de onde saem esses colonos, os valores de produção agrícola que carregam juntos de si e as ações do governo, com a criação da CANGO, que permite uma organização agrícola diferenciada para a região, baseada na

---

<sup>135</sup> Id. Ibid. p. 8.

<sup>136</sup> Id. Ibid. p. 9.

<sup>137</sup> Id. Ibid. p. 9.



produção familiar em pequenas propriedades. A Revolta, nesse caso, consolida essa estrutura.

É possível creditar essa interpretação como a essência de Gomes sobre a estrutura fundiária da região no que se refere à ação dos colonos e da CANGO em relação à Revolta. Além disso, apresenta alguns elementos que concordam com esse modelo, principalmente no que se refere à criação da CANGO e a sua maneira de atuação junto ao modelo de pequena propriedade.

Com as mesmas indagações em mente, será analisada a abordagem de Hermógenes Lazier, que produz sua interpretação sobre os levantes de 1957 e a estrutura agrária e fundiária da região na década de 80. Sua dissertação *Estrutura agrária no sudoeste do Paraná*, de 1983, dá base ao livro *Análise histórica da posse da terra no Sudoeste do Paraná*, que Lazier publica posteriormente. Nesse sentido, a análise será conduzida a partir da dissertação, ao passo em que nos trechos que o livro apresentar pontos inéditos ou não explorados, ser-lhe-á dada atenção.

Na dissertação, Lazier se propõe a estudar o período que compreende os anos de 1943 a 1973, notadamente da criação da CANGO à extinção do GETSOP, centrando atenção nos “aspectos fundamentais da estrutura agrária e que irão atuar como elemento dinamizador do progresso de todo o Sudoeste do Paraná”.<sup>138</sup> Nessa conjuntura, apresenta alguns problemas que motivam sua análise a partir das seguintes questões:

Até que ponto a substituição da produção de subsistência pela produção de produtos de exportação teve influência na mecanização da lavoura e na concentração da propriedade? Em que medida a CANGO, a CITLA e o GETSOP contribuíram para transformações no sistema da terra no Sudoeste? Será que as transformações ocorridas na estrutura agrária contribuíram para um melhoramento econômico e social da população regional?<sup>139</sup>

Essas questões são fundamentais para se considerar a percepção de Lazier acerca da estrutura agrária da região com referência aos levantes de 1957. Assim, dentre suas hipóteses também destaca que a “atuação da CANGO e do GETSOP, órgãos do Governo Federal, foi decisiva para o povoamento e a dinamização da estrutura agrária do Sudoeste do Paraná, permitindo sua integração no contexto socioeconômico do

---

<sup>138</sup> LAZIER, Hermógenes. *Estrutura agrária no sudoeste do Paraná*. Dissertação – Mestrado em História: Universidade Federal do Paraná-UFPR, Curitiba, 1983. p. 16.

<sup>139</sup> Id. Ibid. p. 8.

Paraná”.<sup>140</sup> A argumentação é elaborada considerando a região, o Paraná, o Brasil e o mundo capitalista.

Pode-se observar, assim, que, de uma maneira geral, a interpretação de Lazier está focada na atuação da CANGO e do GETSOP como um elemento diferencial do Sudoeste do Paraná. Isso fica evidente, por exemplo, quando direciona o capítulo VI de seu livro ao “GETSOP” e à “reforma agrária”, isto é, atribui a atuação desse órgão federal uma espécie de reforma agrária para a região, conferindo ao espaço uma “nova colonização”, conforme demonstra:

Sua atuação foi uma verdadeira medida de reforma agrária, no sentido não só de distribuir terras, mas também dar assistência ao colono e à região, o GETSOP programou e executou tais medidas. [...] Pode-se afirmar que o GETSOP conclui a obra iniciada pela CANGO e interrompida pela ação da CITLA.<sup>141</sup>

Tais considerações tornam evidente o posicionamento de Lazier em relação à questão: para o autor, em grande medida, acontece uma estrutura agrária e fundiária diferenciada no Sudoeste do Paraná como fruto da ação da CANGO e do GETSOP. Todavia, é preciso lembrar que a atuação do GETSOP somente aconteceu em razão dos levantes de 1957 e só passou a existir pela necessidade de legalizar a posse da terra.

Pode-se salientar, assim, que, para Lazier, existe uma complementariedade na atuação desses órgãos na legalização da propriedade da terra e na caracterização agrária de pequenas propriedades da região. Nesse sentido, aparece como ponto fundamental o levante dos posseiros; sem o sucesso dos colonos em 1957 talvez não fosse possível a consolidação da propriedade familiar na região. Assim, mesmo sem declarar isso, para Lazier, a Revolta dos posseiros de 1957 é um elemento fundamental para a estrutura agrária da região a partir do modelo de pequenas propriedades.

Ao encerrar suas análises, Lazier conclui que seu objetivo foi estudar a “estrutura agrária do Sudoeste do Paraná dentro da dinâmica econômica, buscando bases que explicam o desenvolvimento e as transformações, vinculadas ao sistema capitalista”.<sup>142</sup> Nesse cenário, ao considerar suas hipóteses de trabalho destaca que:

Ficou claro nas pesquisas e no trabalho a inserção dos gaúchos e dos catarinenses na região. A semelhança de solo e clima com a região permitiu

<sup>140</sup> Id. Ibid. p. 9.

<sup>141</sup> LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998. p. 74.

<sup>142</sup> Id. Ibid. p. 95.

uma adaptação tranquila. Ocorreu uma integração econômica e social fundamentada na propriedade familiar. A partir de 1943, com a criação da CANGO, a quantidade de gaúchos e catarinenses que se deslocaram para o Sudoeste do Paraná foi muito grande. A propriedade familiar com sua produção de subsistência predominou durante muito tempo na região. As mudanças para a empresa rural começaram a ocorrer a partir do ano de 1970, quando teve início a mudança na vida econômica e social do Sudoeste do Paraná.<sup>143</sup>

Este trecho deixa claro o posicionamento de Lazier em relação à estrutura agrária da região. Indica-se isso, pois o autor demarca a década de 1970 como o período em que “mudanças para a empresa rural” começam a ocorrer na região. Tem-se assim uma análise distinta, proposta por Lazier, que considera a atuação da CANGO, dos colonos no movimento de 1957 e do GETSOP, como agentes que consolidam uma estrutura agrária de pequenas propriedades no Sudoeste do Paraná, baseada em uma agricultura familiar.

Entretanto, sua pesquisa não se restringe a isso. Seu texto consegue perceber o redimensionamento que, a partir dos anos 1970, passa a ocorrer no espaço agrícola do Sudoeste paranaense. Lazier indica isso junto à noção de “empresa rural” vinculada ao desenvolvimento e às transformações que o sistema capitalista de produção apresenta à região. Isso se evidencia junto à modernização da agricultura, à agro-exportação e à expansão da produção de monoculturas. No esteio desses processos, ocorre a diminuição da propriedade agrícola familiar baseada na produção em pequenas e médias propriedades, mas isso não significa o fim do discurso de que, na região, ainda predomine a produção familiar em pequenas propriedades.

Pode-se observar, dessa forma, que o texto de Lazier redimensiona a questão que dá origem a esta tese. Notadamente, Lazier apresenta os órgãos públicos que teriam influenciado uma estrutura agrária diferenciada na região, ao mesmo tempo em que expõe como as transformações na agricultura brasileira impactam nessa estrutura agrária.

Uma interpretação muito conhecida sobre o Sudoeste do Paraná em diálogo com os conceitos de “integração capitalista” e “pobreza rural” é a de João Bosco Feres que, em *Propriedade da terra: opressão e miséria, o meio rural na história social do Brasil*, elabora uma densa análise acerca do meio rural brasileiro, com especial atenção para os processos que envolvem a agricultura e a situação dos pequenos proprietários de terra. Seu trabalho privilegia constantemente a categoria de poder e dominação, exercida

---

<sup>143</sup> Id. Ibid. p. 97.

pelos grupos que compunham e ainda compõem o poder do meio rural na classe dominante brasileira.

Seu recorte se estabelece desde o “povoamento” – a partir de 1500 – do território brasileiro, até o período conhecido como “transição democrática”, na década de 1980. Neste ínterim, aborda, na quinta parte de seu trabalho, enquanto estudo de caso, o Sudoeste do Paraná, com atenção especial para a estruturação econômica e social a partir de seus levantes em 1957.

O interesse do autor em abordar a referida região se dá pela sua singularidade frente aos distintos processos de exploração da fronteira agrícola brasileira. Assim sugere:

[...] trata-se de uma das poucas *frentes camponesas* criadas no Brasil, contrariando a linha costumeira do processo de ocupação territorial pelas grandes propriedades latifundiárias. A ocupação do território, pela primeira vez na história, refletia um pensamento político voltado para a favorização dos *pequenos produtores*, em vista da criação de uma *classe média rural*. Economicamente visava-se também o estímulo da *produção policultora*, voltada para o abastecimento do mercado interno de alimentos. Além disso, a ocupação do Sudoeste paranaense ocorreu num contexto de planificação explícita do processo de colonização, a chamada *Marcha para o Oeste*.<sup>144</sup>

A primeira afirmação que nos interessa é a que destaca a reocupação da região como fruto de um processo contrário ao de expansão das “grandes propriedades latifundiárias”. Deve-se considerar essa afirmativa com certa prudência, ao indicar que os colonos que chegam à região são, em grande medida, migrantes que já praticavam em seus locais de origem uma agricultura familiar, seja no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina ou em outras regiões do Paraná. Além desses elementos, também se pode considerar que, a Oeste do Paraná, mesmo de maneira mais esporádica e com intermediação de companhias colonizadoras, tem-se uma ocupação de médias parcelas de terras. Isto é, a “costumeira ocupação pelas grandes propriedades latifundiárias” mostra-se não tão “costumeira” no Paraná. Mesmo que o modelo de médias e pequenas propriedades não tenha resistido por muito tempo, existe uma ocupação diferenciada, não só no Sudoeste, mas esporadicamente no Oeste, Norte e Sul do Paraná.

As demais afirmações de Feres apresentadas no trecho acima são apuradas com mais cuidado no capítulo em que é abordada a atuação da CANGO. Entretanto, cabe considerar a visão do autor ao valorizar a criação de uma “classe média rural” a partir de

---

<sup>144</sup> FERES, João Bosco. *Propriedade da terra: opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil*. Amsterdam: Centro de Estudos de Documentação Latino-Americanos – CEDLA, 1990. p. 472.

“pequenos proprietários” e de uma produção de “policulturas” para o abastecimento do mercado interno. É evidente que, no contexto de expansão da fronteira agrária brasileira e da “Marcha para o Oeste”, a intenção era a de produção de alimentos, sobretudo em um período de crescimento urbano e industrialização, em que a oferta de alimentos aos centros urbanos tornava-se cada vez mais necessária.

Feres apresenta certa tendência ao afirmar a forma de organização não só do Sudoeste, mas também das outras regiões do estado. Para o Sudoeste, destaca que sua organização se deu basicamente a partir de uma “*frente colonial*”, a qual possuía “suas pequenas propriedades produtoras de cereais e de suínos para o mercado interno”, complementando ainda que tal frente era caracterizada na década de 1960 pelo “minifúndio policultor voltado para o mercado interno”. Em relação às outras regiões, indica uma estrutura agrária a partir de: “*fronteira tradicional*, de Paranaguá e Curitiba, através da sua pecuária nos *campos* e da exploração do mate e dos pinhais, e a *frente do café*, ao Norte do estado”.<sup>145</sup>

Essas características apresentadas, apesar de serem inéditas e de grande capacidade interpretativa, são consideravelmente superficiais, pois as atribuições conferidas a estas regiões denotam demasiado juízo de valor, considerando que, na década de 1960, não só de minifúndio foi – e é – constituído o Sudoeste do Paraná e não só de exploração cafeeira foi formado o Norte do estado.

Todavia, sua interpretação acerca dos movimentos sociais, ocorridos nas décadas de 1940, 50 e 60, mostra-se muito interessante. Isso acontece na medida em que Feres identifica esse período como aquele em que a fronteira agrária passa pelo Paraná e que, no esteio dessa passagem, emergem os movimentos de luta pela terra. Expõe, assim, o exemplo de Porecatu, quando ocorre a desapropriação da terra para interesse social. Também salienta outros exemplos da luta de colonos no Norte e Oeste do Paraná indicando que:

Posseiros tradicionais e colonos conseguiram agregar, com sucesso, seus interesses comuns e suas forças, em defesa da pequena propriedade camponesa. Venceram a batalha, na medida em que o Paraná, na década de 60 apresentava realmente o quadro fundiário mais equilibrado do Brasil. Venceram também, na medida em que sua luta pela posse legal da terra, elevou o campesinato paranaense a um grau de organização e de integração social até então desconhecidos em outras regiões do Brasil. O mesmo pode ser dito da integração política do pequeno produtor e de seus interesses, fortemente refletidos nos conflitos políticos do estado.<sup>146</sup>

<sup>145</sup> Id. Ibid. p. 478.

<sup>146</sup> Id. Ibid. p. 491.

As considerações expressas acima talvez demonstrem de forma mais clara a interpretação de Feres em relação ao saldo das lutas sociais no Paraná, ao considerar que “posseiros tradicionais e colonos” alcançaram êxito em seus movimentos sociais, e isso proporciona ao Paraná o “quadro fundiário mais equilibrado do Brasil”. De acordo com o autor, o Paraná tem um contexto singular de estrutura agrária, fruto de movimentos sociais das décadas de 50 e 60 que fundamentam a propriedade camponesa em sua estrutura fundiária.

Essa estrutura fundamentada na propriedade camponesa é, para Feres, "um processo mais racional de distribuição das terras e de implantação de infraestruturas, favorecendo enormemente a formação dessa camada média de agricultores". Ao mesmo tempo, salienta que essa formação sofre com as flutuações das políticas de Estado em relação à agricultura, não havendo a “cristalização” dessa estrutura de organização social no campo.<sup>147</sup>

Todavia, cabe considerar que a denominada “classe média de agricultores” não pode ser vista com tanta facilidade, ao ponderar que os agricultores que ocupam esse espaço nas décadas de 1940 e 50 sobrevivem em um contexto agrícola precário. Pode-se indicar assim que a estrutura fundiária da região poderia favorecer a formação de “uma classe média de agricultores”. Entretanto, não naquele período em que as condições econômicas e sociais eram precárias ao campo brasileiro.

Em sua análise sobre os levantes de 1957, Feres deixa claro que a luta dos colonos é pela propriedade e de pequenos proprietários rurais. Dessa maneira, já estava consolidada a ocupação da região a partir das pequenas propriedades e é esta estrutura que se defende com o movimento dos colonos em outubro de 1957.

Além desses aspectos, Feres também percebe o Sudoeste paranaense “como metáfora do resto do país”, por sua preocupação central no livro ser referente ao campesinato brasileiro e ao processo de ocupação do espaço nacional. Nesses termos, considera-se que a região teve “as necessárias variantes de um processo de desenvolvimento desigual, típico de um país colonizado, subdesenvolvido e dependente”.<sup>148</sup> É possível concluir, assim, que seu modo de ver e interpretar a realidade do Sudoeste do Paraná, nas décadas de 50 e 60, é mais metafórico e exemplificador do

---

<sup>147</sup> Id. Ibid. p. 491.

<sup>148</sup> Id. Ibid. p. 583.

que possuidor de uma análise apurada do modelo de propriedade que se desenvolvia ou se consolidava no referido espaço.

Afora as considerações expressas anteriormente, a interpretação de Feres sobre a estrutura fundiária da região Sudoeste do Paraná se mostra conveniente com o que é reproduzido por grande parte das historiografias que a aborda. Notadamente, exalta um processo de reocupação direcionado junto ao contexto da Marcha para Oeste, que é intermediado pela CANGO, a qual passa a ser a referência da estrutura agrária da região junto às pequenas propriedades e aos minifúndios – processo que foi regularizado após os levantes de 1957, com a atuação do GETSOP.

Cabe lembrar que, para Feres, os colonos que ocupam a região vêm de um modelo de produção agrícola familiar e a consolidação do modelo de pequenas propriedades junto à CANGO facilita a inserção deles na região.

Para refletir mais algumas questões em relação à estrutura agrária e fundiária deste espaço, é importante salientar também algumas considerações de Deni Lineu Schwartz. Por ter exercido a função de chefe do GETSOP, Schwartz apresenta algumas peculiaridades da titulação das terras na região, ao considerar a consolidação de uma estrutura agrária diferenciada:

[...] era moda os tais brasilianistas virem aqui e fazerem entrevistas e saiu um livro de um inglês falando que nós estávamos fazendo favelas rurais. Por quê? Porque quem faz as leis não entende de povo, essa é a grande verdade. Tem uma lei que você não pode titular terra com menos de um módulo rural e aí começou a briga, o que faz com um cidadão que ocupa três alqueires, dois alqueires, mata o cara? Leva pra onde? Mato Grosso, Amazonas? Não, nós nos rebelamos e resolvemos fazer como nós queríamos, a instrução veio de Curitiba. Você pega e dá uma ordem de ocupação pro cidadão.<sup>149</sup>

Tais considerações evidenciam o “problema” dos minifúndios na região, isto é, críticas feitas à estrutura fundiária que estaria privilegiando as ditas “favelas rurais”. Essas características nos mostram que o Sudoeste paranaense não só teve uma organização da propriedade agrícola diferenciada junto às pequenas propriedades, mas também que esse modelo foi alvo de críticas, pois, as propriedades seriam muito pequenas para a produção agrícola.

Essa característica que poderia ser marcante na região não é mais encontrada com tanta facilidade, ao considerar que em contexto recente não se observavam tantos

---

<sup>149</sup> Schwartz, Deni Lineu. *Jornal de Beltrão* - 26/05/2013. Francisco Beltrão – PR, <<http://www.jornalbeltrao.com.br/noticia/116035/deni-lineu-schwartz-o-chefe-do-getsop-que-titulou-as-terras>> Acesso em 14 de dezembro de 2018.

minifúndios, exceto nas conhecidas vilas rurais.<sup>150</sup> Afora isso, os minifúndios são cada vez mais difíceis de serem encontrados, uma característica que indica como ocorreram e ainda ocorrem as transformações nos modelos de produção e na estrutura agrária e fundiária deste espaço.

As considerações apresentadas acima tiveram como objetivo destacar algumas interpretações acerca da estrutura agrária e fundiária da região aqui estudada. Em grande medida, privilegiaram-se os trabalhos reconhecidos como clássicos ou que possuíam muita difusão entre os pesquisadores que abordavam o Sudoeste do Paraná e seus levantes de 1957. Assim, constatarem-se referências às singularidades do espaço no que se refere ao modelo de propriedade que passou a preponderar na região após a ação de órgãos federais como a CANGO e o GETSOP. Ao mesmo tempo, o levante dos colonos ganhou destaque enquanto elemento fundamental para a definição de uma estrutura fundiária diferenciada.

A partir desta análise, pode-se verificar que as diferentes interpretações construídas acima do espaço estudado indicam distintas posições de produção, o que demonstra diversos caminhos na forma de expor o constituir da região e sua estrutura fundiária.<sup>151</sup> Grosso modo, as discussões nos remetem a várias respostas para a pergunta que guia este trabalho, ao mesmo tempo em que estas respostas representam características próprias, isto é, cada autor produz a partir de um determinado espaço historiográfico e conduz seu raciocínio ao postular os valores que lhe são caros no momento da escrita.

Constitui-se, assim, uma estrutura argumentativa que nos permite perceber esses autores dentro de determinados modelos interpretativos. Podemos identificar, assim, aqueles considerados memorialistas, como Rubens da Silva Martins, Ruy Wachowicz e, até determinado ponto, Hermógenes Lazier. Os memorialistas podem ser reconhecidos

---

<sup>150</sup> O Programa Vilas Rurais do estado do Paraná foi desenvolvido pelo ex-governo Jaime Lerner no ano de 1995. Entendido e apresentado como um programa de reforma agrária para o estado acabou por ocasionar uma espécie de urbanização do espaço rural, ao considerar que a maioria dos lotes não possuía mais de 0,5 hectares. Para maiores esclarecimentos verificar: FERNANDES, Bernardo Mançano; PONTE, Karina Furini da. “As vilas rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidade”. *Terra Livre*, São Paulo: Ano 18, n.19, 2002.

<sup>151</sup> Recentemente inúmeros trabalhos vêm sendo construídos em relação a essa questão. Um destes trabalhos é o de Alexandro Abatti que em “O Sudoeste do Paraná: a construção da identidade dos pequenos agricultores através do GETSOP e ASSESOAR” procura destacar em que medida estas entidades influenciam no constituir de uma “identidade de pequenos agricultores”, para os colonos que conquistaram a terra no movimento de 1957. Para maiores esclarecimentos ver: ABATTI, Alexandro. O Sudoeste do Paraná: a construção da identidade dos pequenos agricultores através do GETSOP e ASSESOAR. In: BONAMIGO, Carlos Antônio. (et al.). *História e região: os 100 anos do Sudoeste do Paraná e do Oeste de Santa Catarina*. Francisco Beltrão: Editoria Jornal de Beltrão, 2016.



ou identificados como aqueles autores que entendem ser necessária a reprodução dos principais episódios de determinado fato social, sem necessariamente se preocupar com os preceitos teóricos e metodológicos definidos pela História. Neste sentido, os textos produzidos por autores assim identificados, em muitos casos, não apresentam fontes e rigor teórico, ao mesmo tempo em que não se preocupam em designar as referências para sua obra.

Em muitos casos, essa não preocupação com fontes e referências advém da experiência histórica vivida pelo autor. Neste caso, o memorialista, enquanto indivíduo que viveu determinado contexto, vê-se autorizado a escrever e a se inscrever enquanto representante de determinada realidade social, tendo como fonte sua própria experiência. De acordo com Domingues, podemos notar os memorialistas da seguinte maneira:

Entendemos como memorialistas escritores que utilizam diversas ferramentas e fontes em seus textos - às vezes resultando em textos de cunho autobiográfico, nos quais o autor utiliza, a sua experiência de vida e a tradição oral, da cidade sobre a qual escreve, para construir a narrativa histórica -, sem que para isso se utilizem das normas metodológicas e teóricas da escrita acadêmica sobre história. Muitas vezes esses escritores realizam e realizaram pesquisas de fôlego, debruçando-se durante anos sobre arquivos apesar de quase sempre não divulgarem quais foram os arquivos pesquisados, não utilizarem referências, e, às vezes, na escrita, misturarem o que é de sua autoria com citações de documentos consultados ou de autores lidos. Esses escritores partem muitas vezes de textos de historiadores, mas seguem caminhos totalmente diferentes dos acadêmicos.<sup>152</sup>

Dentre os autores citados anteriormente, o que talvez melhor se enquadre na descrição de Domingues seja Rubens da Silva Martins, que parte de uma escrita semi-autobiográfica junto a um vultoso número de fontes, as quais, na maioria das vezes, ele utiliza para comprovar seu discurso, para a posição no levante e nos acontecimentos políticos que antecedem 1957.

Já em relação a Wachowicz e Lazier, ambos possuem formação acadêmica na área de História e se utilizam de fontes e metodologias reconhecidas para suas produções. Entretanto, Wachowicz escreve sobre as diferentes regiões do estado do Paraná, ou seja, não produz apenas sobre o Sudoeste deste estado, mas também elabora densos trabalhos sobre outras regiões.

---

<sup>152</sup> DOMINGUES, Viviane P. Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica. *Anais do Simpósio Nacional de História*, 26: São Paulo, 2011. p. 2.

Lazier escreve seu livro sobre os levantes de 1957 como o resultado de sua dissertação de Mestrado em História. Entretanto, no livro, que é fruto de sua dissertação, não apresenta o mesmo rigor teórico e metodológico, ficando a sua elaboração muito similar às produções dos memorialistas. Observamos assim que, em termos de contribuição acadêmica, podemos considerar um destaque a elaboração da sua dissertação.

Em relação aos outros autores, notadamente: Iria Zanoni Gomes e João Bosco Feres, ambos escrevem textos com características acadêmicas. Gomes produz seu trabalho enquanto fruto de seu Mestrado em Sociologia, assim, apresenta um texto bem conduzido, com fontes reconhecidas, além de uma boa base teórica. Soma-se a este enfoque sua experiência pessoal, já que sua família residia na região no período dos acontecimentos que envolveram o litígio da terra em 1957. Esses elementos fazem com que Gomes seja uma das principais referências historiográficas.

Em relação a Feres, apesar de seu trabalho não ser somente sobre a questão da terra no Sudoeste do Paraná, sua forma de abordagem, referenciais e fontes lhe dão destaque no meio historiográfico. Todavia, por se propor a abordar um longo período da história agrária brasileira, seu texto fica devendo em inúmeros momentos, inclusive quando trata do Sudoeste paranaense.

Além dos autores elencados, também temos, na qualidade de outra perspectiva em relação à questão fundiária, a entrevista de Deni Lineu Schawartz. Essa interpretação destoa dos autores apresentados, isso se deve em grande medida por Schawartz apresentar seu ponto de vista a partir de sua atuação enquanto gerente do GETSOP. Ou seja, seu entendimento em relação à questão fundiária está relacionado à forma de ação do grupo que regularizou a posse da terra na região, e não a outros fatores como os migrantes que reocupam o espaço, a atuação da CANGO ou mesmo os levantes de 1957.

O panorama apresentado<sup>153</sup> em relação às diferentes maneiras como se explicou a questão fundiária no Sudoeste do Paraná, permite-nos vislumbrar em que medida é possível se dar uma nova perspectiva ao problema, a partir das questões observadas no presente. Ponderar isso significa pensar de que maneira essa região pode ser vista teoricamente, que olhar podemos lançar, ou como podemos definir a representação social deste espaço entendido como região.

---

<sup>153</sup> Sobre as produções acadêmicas recentes em relação à Revolta dos colonos de 1957 ver nota 100.

## CAPÍTULO II – A COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL GENERAL OSÓRIO (CANGO) ENQUANTO INFLUÊNCIA NA ESTRUTURA AGRÁRIA E FUNDIÁRIA DO SUDOESTE PARANAENSE

Este capítulo tem como intenção analisar o aspecto agrário e fundiário do Sudoeste paranaense no que se refere à criação e atuação da CANGO. No entanto, inicialmente, será dada atenção ao significado da definição de estrutura agrária e fundiária ao observar como alguns autores notam essas designações e para que fique claro ao leitor o que cada uma delas pode significar em relação à sua aplicação ou utilização no desenvolver do texto.

A reflexão é conduzida na tentativa de entender como o processo histórico e político econômico brasileiro influenciou na constituir da estrutura agrária e fundiária, com destaque para o modelo de propriedade latifundiária e para as características de produção monocultora-agroexportadora, que aparecem historicamente enquanto permanência na organização econômica da agricultura.

Outra parte importante deste capítulo é entender como alguns autores percebem a atuação da Colônia enquanto influência na formação social e econômica deste espaço. Assim, é dado destaque para algumas literaturas que privilegiaram a atuação da Colônia na região. Junto a isso, é elencado seu contexto de criação e suas primeiras políticas administrativas.

Em seguida, será destacada a discussão que envolve o trabalho da CANGO enquanto influência na organização agrícola do espaço, isto é, são apresentadas fontes documentais, para se refletir como a atuação da Colônia reflete na organização econômica e social da região. Tal argumentação é complementada com a discussão do conceito de território a partir das definições clássicas, destacando como se assentou, antes da CANGO, a posse da terra neste espaço. Ou seja, como esse conceito pode significar terra e poder.

Por fim, será realizada a análise documental, momento em que são apresentadas fontes pertencentes à Colônia, com destaque para sua atividade no período de 1944 a 1954. A partir desta análise, será possível observar não só como este órgão influenciou na estrutura agrária e fundiária do Sudoeste, mas também, sua atuação, em comparação ao que é apresentado pela literatura que aborda a região e o trabalho da Colônia.

## 2.1 Estrutura agrária e fundiária

Ao refletir o que pode ser considerado enquanto estrutura agrária ou fundiária, apresentamos, em um primeiro momento, o aspecto fundiário, que, no Brasil, historicamente está relacionado aos modelos de repartição da propriedade da terra. Isso significa pensar na marcante concentração fundiária que suscita as desigualdades sociais, as quais perpassam a realidade rural brasileira ao longo da sua história.

Nesse sentido, pensar na distribuição da propriedade da terra significa refletir sobre os processos sociais que são apresentados a cada realidade. Para Antonio Thomas Júnior, “a estrutura fundiária não pode ser entendida apenas como um conjunto de indicadores que expressa determinada característica da propriedade da terra como sendo mais ou menos concentrada, em pequenas, médias e grandes extensões de terra”.<sup>154</sup> Segundo o autor, o Brasil possui uma trama social muito mais “plural” do que a compreensão da divisão fundiária, a partir de tais categorias, propondo, assim, pensar o “conteúdo social, político, econômico” e geográfico da estrutura fundiária brasileira.

Compreender essas questões perpassa por considerar a experiência dos trabalhadores rurais brasileiros frente ao “poder” e “controle exercido pelos proprietários de terra”, latifundiários e outros grupos que detinham a hegemonia das relações políticas e econômicas no tocante ao meio rural. Temos, assim, para Thomas Júnior, duas relações que pautam a compreensão ou entendimento do significado de estrutura fundiária: notadamente uma compreensão mais ampla, que abrange os processos históricos referentes aos aspectos políticos, sociais e econômicos; e, outra, que permite entender o significado da designação estrutura fundiária, ao lado das designações estatísticas - os índices que tornam possível a compressão de como ocorreu a evolução histórica da repartição da propriedade da terra no Brasil:

[...] informações disponibilizadas no cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para 2003, revelam que 70 mil imóveis (1,6% do total) ocupam quase metade (43,5%) da área cadastrada ou 183 milhões de hectares, sendo que, quanto ao uso da terra e sua função social, apenas 30% da área dos imóveis foi classificada como produtiva.<sup>155</sup>

Os dados referentes ao ano de 2003 revelam uma realidade encontrada com facilidade em relação à repartição da propriedade da terra brasileira. Indicam, assim,

<sup>154</sup> THOMAS JÚNIOR, Antonio. Estrutura Fundiária. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 207, 208.

<sup>155</sup> Id. Ibid. p. 208.

quase metade – ou 183 milhões de hectares – como pertencentes a apenas 70 mil proprietários, isso dá em média mais de 2.600 hectares por propriedade. Um número considerável ao ponderar que, neste mesmo período, aproximadamente “4 milhões de famílias sem terra engrossavam as fileiras dos desempregados”.<sup>156</sup>

Thomas Júnior complementa suas considerações ao destacar que, “em relação ao total da área agricultável – 850 milhões de hectares –, apenas 50 milhões estão ocupados pela agricultura”, ao mesmo tempo em que existia “de 100 a 200 milhões de hectares de terras não cadastradas ou devolutas no Brasil”.<sup>157</sup> Deve-se acrescentar a esses números as áreas indígenas – em constante tensão – e as áreas de preservação.

Isso significa refletir de que maneira a questão fundiária no Brasil remonta não apenas às questões que estão dadas no presente, mas também os processos econômicos e políticos que constituem as classes hegemônicas da sociedade brasileira. João Bosco Feres permite refletir sobre essas questões quando se propõe a considerar “como foi formada a estrutura da agricultura brasileira, que papel teve, nesse processo, o regime de propriedade fundiária e quais as suas consequências para o conjunto do setor”.<sup>158</sup>

Ao indicar essa como sua principal discussão, Feres salienta que dela derivam outros pressupostos, dentre os quais aqueles que buscam “explicar o funcionamento das estruturas políticas e econômicas da agricultura, criadas já na fase colonial e mantidas – quase intactas – até hoje, bem como de suas crises sucessivas e cíclicas durante cinco séculos”.<sup>159</sup> A partir dessa argumentação, é possível verificar que, para Feres, as estruturas econômicas e políticas da agricultura brasileira refletem na definição do que viria a ser sua estrutura fundiária e que essa definição tem se mantido intacta desde o período colonial até os dias de hoje.

Sua argumentação ganha substância quando trabalha à exaustão esses aspectos e toma como ponto central de seu livro “o regime de posse da terra no Brasil e seus efeitos para a gênese do campesinato e para o trabalhador rural”.<sup>160</sup> Para Feres, isso significa pensar de que maneira se constituiu a repartição da propriedade da terra no Brasil. Assim, remonta à “ocupação” ao “povoamento” e ao “sistema sesmarial” que, “com sua evidente incongruência face à realidade da colônia, provocara desvios fundamentais na estrutura fundiária, que até hoje se fazem sentir no campo brasileiro”.

---

<sup>156</sup> Id. Ibid. p. 208.

<sup>157</sup> Id. Ibid. p. 208.

<sup>158</sup> FERES, João Bosco. *Propriedade da terra: opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil*. Amsterdam: Centro de Estudos de Documentação Latino-Americanos – CEDLA, 1990. p. 3.

<sup>159</sup> Id. Ibid. p. 7.

<sup>160</sup> Id. Ibid. p. 8.

Essa seria para Feres a base da estrutura latifundiária que se tornaria predominante no meio rural brasileiro:

Uma das principais distorções do sesmarismo no Brasil é que seu efeito foi exatamente o contrário do que se passou em Portugal, no século XIV. Enquanto o sistema provocou, em Portugal, o fracionamento da propriedade agrícola, chegando mesmo ao minifúndio, no Brasil – sobrando terras e faltando quem as pedisse ou ocupasse – o sesmarismo gerou o *latifúndio*.<sup>161</sup>

Feres faz referência ao sistema de “Donatárias”, que consistia, basicamente, na repartição política do território e na distribuição de faixas de terras a alguns sujeitos. Assim, para o autor, é daí que decorre o sistema fundiário brasileiro, a partir de um implante realizado no Brasil Colonial e que dá as bases para uma estrutura de propriedades junto ao modelo latifundiário. Essa questão se acentua ainda mais no Período Imperial, momento no qual a distribuição da posse da terra volta a ser debatida. De acordo com Feres, a propriedade da terra, a partir da posse, passa a ser instrumento de “proprietários ricos” que “em nada diferia das antigas sesmarias – ou diferia exatamente nos aspectos menos vantajosos das sesmarias: a limitação das extensões e a obrigação de cultivo”.<sup>162</sup>

Além disso, é também do Período Imperial a primeira legislação agrária brasileira; a Lei de Terras de 1850 foi elaborada com a intenção inicial de corrigir o problema do sistema fundiário, ao considerar que até aquele período:

A ganância com que a terra fora ocupada (a extensão das propriedades superando em muito a capacidade de exploração dos proprietários) era a causa principal desse desvio: a maioria das sesmarias distribuídas encontrava-se ainda em um estado de inculta, ou era apenas parcialmente ocupada por culturas de exportação.<sup>163</sup>

É com a intenção de repensar o sistema colonial que o debate em torno da Lei de Terras é iniciado na década de 1840. Entretanto, isso não significaria mudanças drásticas no tocante à redistribuição da posse da terra. Em grande medida, após a independência do Brasil até a aprovação da Lei, as posses de grandes frações de terras aumentam significativamente. Para Feres, isso acontece, em grande medida, devido às ocupações “feitas por grandes proprietários, visando acumular propriedades para fins de

---

<sup>161</sup> Id. Ibid. p. 26.

<sup>162</sup> Id. Ibid. p. 139.

<sup>163</sup> Id. Ibid. p. 137.

futuras divisões em herança”, evidentemente que, quem possuía maior poder econômico e político conseguia maior êxito em suas ocupações de “reserva”:

A abolição da regra que limitava o direito de herança da sesmaria ao filho primogênito do sesmeiro, alimentava a gana dos proprietários de terras: mais terra devia ser ocupada para que os filhos pudessem herdar convenientemente. Os proprietários do litoral enviavam pelotões de ocupantes para o interior profundo do sertão – onde houvesse notícia de terra fértil e valiosa – para realizar sua *ocupação preventiva*.<sup>164</sup>

A posse conquistada ou usurpada por esses indivíduos não é questionada com a Lei de 1850. Em sentido diverso, procura-se manter a estrutura latifundiária de um espaço rural ainda pouco explorado economicamente. Entretanto, a nova legislação agrária apresenta um item importante: o que torna a terra “objeto de venda”, a partir de um determinado preço que impeça o trabalhador de se tornar proprietário rapidamente. Esses aspectos deixam evidentes que a nova legislação não tinha como objetivo apresentar transformações na estrutura agrária e fundiária do Brasil. Notadamente, a iminente proibição do tráfico negreiro fez necessária uma legislação que refletisse economicamente o meio rural brasileiro.

Assim, se em algum momento – e isso era cada vez mais palpável – chegasse ao fim o tráfico negreiro e, conseqüentemente, a escravidão, a terra passaria a ganhar mais valor, ao mesmo tempo em que os imigrantes também poderiam adquirir sua posse. Por estes motivos é que a Lei de 1850, ao mesmo tempo em que manteve o Brasil em uma estrutura fundiária latifundiária, ainda deu subsistência à manutenção de um modelo agrícola primário agroexportador.

Com a concentração da propriedade, junto ao modelo latifundiário, é possível concluir que, mesmo após 1850, não se percebem grandes transformações no meio rural brasileiro do período colonial para o Império. Mantem-se, assim, uma estrutura política e econômica que marginaliza o pequeno produtor rural, seja proprietário ou apenas empregado de grandes fazendas. Tal estruturação da economia agrícola brasileira, infelizmente, não iria mudar de uma hora para outra.

É possível notar que muitos dos problemas associados ao meio rural brasileiro, em contexto contemporâneo, remetem a essa trajetória histórica, que molda a estrutura fundiária brasileira e faz com que se predomine o modelo de repartição da posse da terra a partir de latifúndios e grandes propriedades. Essa composição, que foi e é assentada

---

<sup>164</sup> Id. Ibid. p. 139.

acima dos blocos políticos e econômicos que, historicamente, estiveram no poder, molda a organização agrária brasileira. Assim, constrói-se uma estrutura que coloca o Brasil, historicamente, enquanto produtor de monoculturas de exportação.

Essa estrutura já custou caro à economia do país, como na crise do café, na década de 1930. Entretanto, isso não significou mudanças nessa organização. Recentemente esse modelo agrário monocultor-agroexportador alavancou um crescimento econômico vertiginoso ao Brasil, o que acentua o discurso dos grandes proprietários de terra de que o modelo agrícola monocultor-agroexportador é um dos principais pilares da economia brasileira contemporânea, sendo essencial sua manutenção.

Evidentemente, este é um discurso que se realinha com o apoio recente dos meios de comunicação e da esfera política latifundiária, que compõem uma bancada de peso no Congresso Nacional. Entretanto, tais constatações demonstram a amplitude das designações de estrutura agrária e fundiária e nos mostra em que medida isto está, historicamente, imbricado na organização política e econômica do Brasil.

Ao retomar algumas considerações de Thomas Júnior, importa destacar, com base nos dados do IBGE, os censos agropecuários de 1985 e 1995-1996. Nesse sentido, nota-se o quanto é visível a concentração da propriedade da terra no Brasil: “É marcante a constatação dos 101.893 mil estabelecimentos (21%) da faixa de 501 a 5 mil hectares representar 123 milhões de hectares (35%)” ao mesmo tempo em que quando se “compara aos 4.318.061 milhões de estabelecimentos da faixa de menos de 10 a 100 hectares, que detêm apenas 20% em área, ou seja, 70 milhões de hectares”.<sup>165</sup> A constatação elaborada acima do levantamento do IBGE salienta a estrutura fundiária vigente no Brasil, além de nos dar a dimensão de como as transformações nesta estrutura são difíceis e de gestação demorada.

O autor conclui sua análise sobre o conceito de estrutura fundiária destacando que:

Ainda que esse processo esteja sendo ampliado com os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital, a questão agrária no Brasil tem na estrutura fundiária, ou mais precisamente na concentração da propriedade da terra, o resultado das desigualdades geradas pelo sistema social do capital, sendo, pois, esse um dos principais entraves para o alavancamento da luta pela terra e da reforma agrária.<sup>166</sup>

---

<sup>165</sup> THOMAS JÚNIOR, Antonio. Estrutura Fundiária. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 208.

<sup>166</sup> Id. Ibid. p. 208, 209.



As considerações apresentadas nos fazem refletir de que maneira os conflitos sociais no meio rural brasileiro acontecem enquanto reflexo da questão fundiária. Assim, ao mesmo tempo em que a concentração fundiária se apresenta como um entrave para a reforma agrária, percebemos um afloramento das lutas sociais no campo. Não que isso tenha sido uma regra, mas, em alguns casos, é uma estruturação da propriedade da terra junto ao modelo de grandes posses que faz emergir inúmeras lutas sociais no meio rural brasileiro, sobretudo a partir da segunda metade do século XX.

Refletir essas questões significa ponderar também as estruturas políticas que se mantiveram no poder ao longo dos séculos no Brasil. Notadamente as articulações políticas, quase sempre na trajetória histórica brasileira, sinalizaram para uma manutenção e ampliação da estrutura de propriedade latifundiária. O processo contrário a esse acontece de forma muito mais esporádica.

José de Souza Martins introduz algumas dessas discussões em relação à estrutura agrária e fundiária brasileira e propõe refletir em que momento, em nossa trajetória histórica, as categorias de camponês e campesinato ganham evidência. Sua argumentação volta-se para o período posterior à Lei de Terras de 1850, momento pelo qual a terra passa a ser objeto de disputa e poder, já que a escravidão e o Império chegavam ao fim:

A República encontra alteradas as bases da ordem social – o trabalho escravo extinto, a propriedade da terra modificada: a propriedade fundiária constituída agora no principal instrumento de subjugação do trabalho, o oposto exatamente de período escravista, em que a forma da propriedade, o regime das sesmarias, era o produto da escravidão e do tráfico negreiro. O monopólio da classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra. O senhor de escravos se transforma em senhor de terras. A terra que até então fora desdenhada em face da propriedade do escravo passa a constituir objeto de disputas amplas. A velha disputa colonial pela fazenda, pelos bens da família, transforma-se em disputa pela terra, pois é a forma de subjugar o trabalho livre.<sup>167</sup>

A terra, enquanto objeto de monopólio e poder político, transfigura a dominação do senhor de escravos em senhor de terras. O homem livre, seja ele ex-escravo ou imigrante, tem com a República a possibilidade de se tornar proprietário. Entretanto, isso não significou que esse processo fosse fácil, a terra, na grande maioria dos casos, era de difícil aquisição, poucos tinham poder econômico para tanto, mas, apesar deste

---

<sup>167</sup> MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, 5ª Edição: Editora Vozes, 1995. p. 44, 45.

cenário, nota-se que é possível perceber neste momento o aparecimento de alguma diferenciação agrária. Quem consegue comprar sua propriedade – em muitos casos, os imigrantes das colônias do Sul –, apresenta uma distinção na estrutura fundiária brasileira, notadamente, a partir de um modelo de pequenas e médias propriedades junto à produção de bens de consumo interno.

Apesar dessas alterações, quando observamos a conjuntura política de fins do século XIX e início do XX, no que se refere aos grupos que compunham o poder, não se apresentam mudanças drásticas. A “política dos governadores” – na qual a sustentação de determinados grupos políticos, no poder em nível nacional e estadual, se dava por meio de “favores políticos” – inaugura o período em que a ação dos “coronéis” – grandes proprietários de terra – mantinha no poder político e econômico os mesmos grupos, ao mesmo tempo em que a estrutura fundiária brasileira não sofreu grandes alterações.

Para Martins, essa conjuntura está ancorada, no início do período republicano, nos seguintes aspectos:

Agora, o espaço do camponês passa a ser um e o espaço do fazendeiro passa a ser outro. Em segundo lugar, porque as modificações no regime fundiário abrem caminho para um novo campesinato, que cada vez mais terá menos que ver com o velho campesinato de posseiros e agregados. Trata-se de um campesinato de pequenos proprietários, um campesinato moderno cada vez mais dependente do mercado, um campesinato de homens livres, compradores de terra, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria.<sup>168</sup>

Conforme se observa, ao mesmo tempo em que se tem um afloramento da categoria de campesinato, no âmbito político e econômico não se observam tais transformações. Segundo Martins, a ascensão destes camponeses livres “da grande propriedade”, como proprietários e não mais “agregados” nem “posseiros”, acontece ao mesmo tempo em que a primeira Constituição da República (1891) faz com que “as terras devolutas” sejam “transferidas para os Estados” e entregues nas “mãos das oligarquias regionais”. Assim, “cada Estado desenvolverá sua política de concessão de terras, começando aí as transferências maciças de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização interessadas na especulação imobiliária”.<sup>169</sup>

---

<sup>168</sup> Id. Ibid. p. 43.

<sup>169</sup> Id. Ibid. p. 43.

É a partir dessas políticas que surge a indefinição jurídica da terra no Sudoeste paranaense. Nota-se, assim, em que medida as políticas fundiárias de fins do século XIX e início do XX refletem em conflitos sociais posteriores. Naquele mesmo período, pode-se verificar o resultado desse processo a partir dos conflitos conhecidos como Canudos e Contestado. Com a República, adentramos no século XX com conjunturas diferenciadas no plano econômico e político. Entretanto, isso não significou transformações no modelo de propriedade agrícola e na estrutura agrária e fundiária. Em sentido diverso, a organização política passou a ser pautada – a partir da política dos governadores – de acordo com as oligarquias regionais.

O coronelismo persistiu na qualidade de modelo de organização política econômica e excluiu quem discordasse dessa estrutura ou não pudesse movimentar uma clientela para negociar posições políticas. Não se cogitava ou não se conseguia enxergar o tema da reforma agrária enquanto essa estrutura política estivesse no poder. A bem da verdade, somente a partir da década de 1940 é que as discussões nesse sentido começaram a avançar, momento em que os movimentos de contestação à estrutura fundiária brasileira começam a emergir no meio rural.

Conforme se observa, a construção da questão agrária brasileira nos permite entender que, quando indicamos a “estrutura fundiária”, já está estabelecido que nos referimos ao modelo de organização e repartição da propriedade da terra, a partir de latifúndios e grandes propriedades. Ou seja, a estrutura fundiária brasileira se constitui a partir desse modelo agrícola e só vai passar a incluir outros grupos sociais quando estes se dispuserem a lutar por uma estrutura diferente, notadamente a partir de uma repartição da propriedade da terra que contemple pequenos e médios agricultores.

As políticas agrícolas desenvolvidas por Getúlio Vargas aparecem como um importante momento da questão agrária brasileira. Foi Vargas quem criou a política de colônias agrícolas, dentre as quais a CANGO. Isso foi possível a partir do “Decreto Lei 2.009 de 09 de fevereiro de 1940”, o qual embasou a criação de “Colônias Agrícolas Nacionais”. De acordo com Castanha e Cattelan, essa política desenvolvida evidencia “como a política expansionista e integradora do Estado Novo foi ousada. A integração nacional serviu de base ideológica para a expansão do capital”.<sup>170</sup>

---

<sup>170</sup> CASTANHA, André Paulo. CATTELAN, Carla. A Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) e o processo de escolarização no Sudoeste do Paraná: 1948 – 1957. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre: EDIPUCRS, v.9, n.1, jan/jun, 2016. p. 288, 289.

A referência apresentada acima procura inserir a expansão do capitalismo no Brasil junto aos ideais nacionalistas propostos por Vargas. Notadamente, a criação de coloniais agrícolas, junto à “Marcha para o Oeste”, vem consolidar esse projeto de integração nacional e de ocupação dos chamados “vazios demográficos”. No esteio disso, aparecem os incentivos às migrações, principalmente de colonos filhos de imigrantes do Sul do Brasil.

Fabrini e Roos, ao se proporem discutir a estrutura agrária e o desenvolvimento do meio rural brasileiro, indicam que esse processo consolida-se a partir da hegemonia do “modelo latifundiário e do agronegócio”. Sinalizam assim que, em contexto contemporâneo, “em vista da estrutura fundiária altamente concentrada, o campo brasileiro foi e tem sido espaço de inúmeros conflitos de terra”. A organização dessas formas de resistência ocorreu e ocorre em oposição à estrutura fundiária brasileira.

De acordo com a interpretação de Fabrini e Roos, esse modelo de organização e repartição da propriedade da terra pautou-se, ao longo do tempo, da seguinte maneira: inicialmente, a partir de um “latifúndio” que “excluía pela não produção” e que, agora, ou em contexto recente, tem no “agronegócio” o modelo de organização agrícola que “exclui pela produção”. Todavia, para os autores, essa organização fundiária não significa que tais produtores ofereçam alimentos à mesa dos brasileiros e isso contradiz o discurso conservador, que indica o modelo latifundiário ou agronegociante como aquele que produz alimentos ao país ou como sinônimo de “grande produção”.<sup>171</sup>

Os autores procuram argumentar que essa “grande produção” se volta basicamente ao mercado externo e que a parcela de agricultores que realmente abastece o mercado interno em gêneros alimentícios é aquela reconhecida como campesinato. Nesse sentido, destacam que, “com exceção da cana-de-açúcar, que é produzida por médios e grandes proprietários rurais, os demais produtos do agronegócio, inclusive a soja, são produzidos, em sua maior parte, por pequenos e médios proprietários”.<sup>172</sup> Dessa forma, os modelos de produção de alimentos para o mercado interno e externo refletem a estrutura agrária e fundiária brasileira:

Os pequenos agricultores, dispendo de apenas 24,3% área total de terras do país (IBGE, 2006) e aproximadamente 15% dos recursos financeiros (R\$ 18 bilhões, de acordo com o Plano Safra 2012-2013) destinados à agricultura comercial, são responsáveis por 100% da produção de verduras, 87% de

---

<sup>171</sup> FABRINI, João Edmilson. ROOS, Djoni. *Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário*. São Paulo: Outras Expressões, 2014. p. 7.

<sup>172</sup> Id. Ibid. p. 7, 8.

mandioca, 70% de feijão, 59% de suínos, 58% de leite, 50% de aves, 46% de milho, 38% café etc. Acrescenta-se ainda que, enquanto as pequenas propriedades empregam 74,4% dos trabalhadores e ocupam 15 pessoas a cada 100 hectares, a agricultura de negócio (agronegócio) emprega apenas 25,6% dos trabalhadores e ocupa somente 1,7% de pessoas.<sup>173</sup>

Os dados refletem tanto a estrutura fundiária brasileira, quanto à agrária e demonstram que essa estrutura está fundamentada em uma repartição da propriedade em que apenas 24,3% da área de terras do país pertencem aos pequenos agricultores, enquanto a contribuição dessa parcela em termos alimentícios é significativa, ao considerar que é este o modelo de propriedade que produz grande parte dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, como, mandioca, feijão, leite, milho, café, verduras e carnes.

Isso significa pensar de que maneira o discurso que associa o modelo de propriedade latifundiário-agroexportador como aquele que produz alimentos ao país foi construído com o intuito de valorizar o viés econômico dessa produção. Ou seja, grande parte da produção agrícola dos latifúndios e grandes propriedades estão voltadas ao mercado externo. Essa foi, historicamente, a organização fundiária brasileira, mesmo em contextos em que a discussão sobre a reforma agrária ganhou corpo e destaque social – como antes do golpe militar de 1964 e durante o período de discussão da Constituição de 1988 –, quando “as forças conservadoras defenderam um desenvolvimento agrícola sem alteração na estrutura agrária” e fundiária.<sup>174</sup>

Para pensar esses aspectos, Fabrini e Roos destacam outros números que evidenciam uma estrutura fundiária altamente concentrada. Salientam, assim, as propriedades com menos de 10 hectares, que correspondiam 2.477.071 milhões de imóveis agrícolas ou 47,86%, com uma área de 7.798.607 hectares, ou seja, apenas 2,36% das terras agriculturáveis brasileira. Já no outro extremo, é possível observar que as propriedades com mais de 1.000 mil hectares são apenas 46.911 imóveis ou 0,91% do total de imóveis agrícolas; por outro lado, representam 44,42% da área agrícola brasileira ou 146.553.218 milhões de hectares.<sup>175</sup>

Esses números demonstram como a repartição da propriedade da terra nunca foi resolvida no Brasil, apesar de ter ocorrido a partir da segunda metade do século XX um pequeno avanço na proporção de pequenas e médias propriedades. A característica marcante da estrutura fundiária brasileira permanece de domínio do latifúndio e das

---

<sup>173</sup> Id. Ibid. p. 8.

<sup>174</sup> Id. Ibid. p. 12.

<sup>175</sup> Id. Ibid. p. 12.

grandes propriedades. A manutenção dessa estrutura também está ligada à adaptação do latifúndio ao modelo de produção agronegociante:

[...] para segmentos dominantes da sociedade, o agronegócio se constitui numa via de desenvolvimento para o Brasil. Os setores dominantes entendem que não há no país um problema agrário que demande mudanças estruturais na posse da terra, apenas ajustes no modelo.<sup>176</sup>

Essa compreensão foi e vem sendo construída como justificativa para a não realização de uma política de reforma agrária ampla e irrestrita, como defendem os movimentos sociais no campo. Por outro lado, o discurso positivo, que tem se associado nas últimas décadas ao agronegócio, procura exaltar o crescimento econômico do país ao lado da exportação de *commodities* como milho e soja. Ou seja, para a classe política e econômica dominante, a não mudança nas estruturas agrária vigentes é extremamente cômoda, ao considerar que esses grupos têm seus interesses ligados à manutenção dessa estrutura. Assim, o discurso positivado do “agronegócio de exportação”, como sustentáculo do desenvolvimento econômico do Brasil contemporâneo, está de acordo com as propostas políticas dos grupos que estão no poder político brasileiro.

Entretanto, essa investida dos grupos dominantes em contexto recente não significa a ausência de lutas sociais. Para Fabrini e Roos, “a concentração e o monopólio da terra, que permanecem, e até se intensificaram, nos dias atuais, têm sido uma das principais razões do surgimento de conflitos no campo”.<sup>177</sup> Isso pode ser observado tanto em fins do século XIX e início do XX, com Canudos e Contestado, quanto a partir da metade do século XX, momento em que emergem inúmeros movimentos sociais no meio rural brasileiro, dentre os quais está o que dá origem à presente pesquisa.

Dessa forma, com o fim da ditadura militar e as discussões que antecederam a nova Constituição da República, em relação à reforma agrária, temos um contexto de efervescência dos movimentos de contestação da estrutura fundiária, notadamente, o principal destes, o MST, que, na década de 1980, começa a atuar em diferentes regiões do Brasil. Nessa perspectiva, é possível observar que, apesar da continuidade da estrutura agrária e fundiária brasileira junto ao modelo latifundiário agroexportador de grandes propriedades, isso não significa não ter havido resistência camponesa e nem

---

<sup>176</sup> Id. Ibid. p. 16.

<sup>177</sup> Id. Ibid. p. 15.

que ela ainda se faça muito presente nos conflitos pela posse de terra no interior do Brasil.

Em contexto contemporâneo, ao refletir essas considerações em relação às lutas sociais no meio rural brasileiro, Martins destaca que a “problemática da reforma agrária, como solução para a questão fundiária, repousa hoje sobre uma base social muito mais diferenciada do que aquela dos anos 50, pois inclui, além de arrendatários e parceiros, os posseiros e até os pequenos proprietários”.<sup>178</sup>

Conforme se observa, a solução para a questão da concentração fundiária brasileira está longe de ser resolvida e somam-se a isso as dificuldades que podem ser constatadas em curto prazo. Os grupos políticos presentes no Congresso Nacional se mantêm os mesmos,<sup>179</sup> e o discurso de crise econômica facilita a implantação por parte do Governo Federal e Estadual de políticas públicas que retiram dos trabalhadores rurais e urbanos melhores condições de vida.

## 2.2 A criação da CANGO e sua atuação no Sudoeste do Paraná

Neste item será dado destaque, a partir de alguns autores, ao processo de criação da Colônia, bem como de que maneira sua atuação foi facilitada ou contida pelas companhias colonizadoras junto à indefinição jurídica que resultou nos levantes de 1957.

O processo de criação/instalação da CANGO no Sudoeste do Paraná deve ser visto inicialmente por meio do programa político governamental conhecido como “Marcha para o Oeste” o qual, criado por Getúlio Vargas, visava basicamente à expansão da fronteira agrária brasileira em grande medida a Oeste do Brasil. Nesse sentido, a fronteira, entendida aqui a partir de seu sentido geopolítico, passa a ganhar significativa atenção do governo brasileiro, sobretudo depois da década de 1930,

---

<sup>178</sup> MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, 5ª Edição: Editora Vozes, 1995. p. 11.

<sup>179</sup> Mesmo que exista certa renovação no Congresso Nacional, que chega a 48% na legislatura de 2019-2022, a maior dos últimos 30 anos. Essa suposta nova conjuntura não expõe políticos tão inexperientes como se imagina, grande parte dos novos deputados são ex-governadores, ex-senadores, ex-deputados estaduais ou até ex-prefeitos. Ou seja, já estão inseridos em grupos políticos. A Frente Parlamentar da Agropecuária ou a Bancada Ruralista, ainda continua com uma significativa representatividade, dos 218 parlamentares pertencentes a essa bancada na legislatura anterior, 99 se reelegeram, isso sem considerar aqueles que representam a “renovação”, mas, que, serão incorporados a esse grupo. Ivete Simionatto e Carolina Rodrigues Costa possuem um interessante estudo sobre o poder de dominação exercido pelas Frentes Parlamentares no Congresso Nacional, com ênfase para o caso da Bancada Ruralista. Para maiores esclarecimentos ver: COSTA, Carolina Rodrigues. SIMIONATTO, Ivete. Como os dominantes dominam: O caso da Bancada Ruralista. *Temporalis*. Brasília - DF, n. 24, jul./dez. 2012.

momento no qual se privilegiava os valores da segurança nacional e das próprias políticas de nacionalização.

O historiador Antonio Marcos Myskiw, ao abordar aspectos similares a estes no Oeste do Paraná, elenca o contexto brasileiro no que se refere à “Marcha para o Oeste”: “a partir da década de 1930, Vargas elaborou uma proposta política e ideológica de nacionalização da sociedade brasileira e do espaço nacional, dando ênfase ao sentimento de pertencimento à terra, ao Brasil”.<sup>180</sup> Tais elementos permitem visualizar a política de unidade nacional proposta por Vargas, que não tinha a ver apenas com a ocupação dos chamados “vazios demográficos”, mas, sobretudo, no que se refere ao domínio de “capitais econômicos e culturais”, visando, assim, ao alargamento da fronteira agrícola nacional, procurando integrar regiões pouco exploradas em termos agrícolas, principalmente nos estados do Sul e no atual Mato Grosso do Sul.

Myskiw recorda que é com a constituição de 1937 que essas políticas são alargadas, momento no qual Vargas lança seu discurso em relação à “Marcha para o Oeste”:

Neste mesmo ano (1937), foi cunhado o *slogan* “Marcha para Oeste”, tendo por objetivo dar sequência aos discursos até então e vinculados por Vargas, ou seja, além de reforçar a unidade territorial e o abasileiramento, lançou-se mão de uma estratégia alicerçada na proposta de nacionalização, a de ocupação e desenvolvimento territorial, via colonização oficial.<sup>181</sup>

Para Myskiw, a instalação da CANGO acontece como resultado desse processo. Assim, na sua interpretação, “Acabar com os obstáculos (dificuldade de acesso, comunicação, pouca densidade demográfica) dessa natureza eram tarefas a serem realizadas”. Essas ações visavam, evidentemente, projetos políticos mais amplos, que tinham a ver tanto com a questão fronteiriça, como em relação à produção de alimentos. Ou seja, era necessário ocupar não apenas no sentido populacional, mas economicamente, em termos de produção agrícola para os núcleos urbanos. Dessa forma, essa “multiplicidade de significados atribuídos a essa política migratória era resultado de uma estratégia geo-econômica, tendo por objetivo articular economicamente as diversas regiões do país”.<sup>182</sup>

---

<sup>180</sup> MYSKIW, Antonio Marcos. *Titulação de terras no Oeste paranaense: Uma análise documental*. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso/História, CCHEL-Colegiado de História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2000. p. 25.

<sup>181</sup> Id. Ibid. p. 26.

<sup>182</sup> Id. Ibid. p. 27.



Ao considerar como uma das primeiras políticas deste projeto de “Marcha para o Oeste” a criação dos Núcleos coloniais, Castanha e Cattelan destacam que podemos inserir a instalação da CANGO nesse contexto da seguinte maneira:

As bases legais para a organização dos Núcleos Coloniais foram fixadas pelo Decreto-Lei nº 2.009, de 09 de fevereiro de 1940. O referido decreto definiu os núcleos coloniais como uma reunião de lotes medidos e demarcados, criados pela União, Estados, Municípios e por empresas particulares a fim de acolher agricultores, em pequenas propriedades rurais. O Decreto-Lei ainda previu, no artigo 7º, que os Núcleos Coloniais, além de residências, para o pessoal técnico, administrativo e para os trabalhadores, deveriam estabelecer campos de demonstração experimental, destinados a cultura própria da região, pequenas oficinas de trabalho com ferro e madeira, serviço médico e farmacêutico, cooperativas de venda, consumo, crédito e escolas para o ensino rural, de acordo com programas advindos da Superintendência do Ensino Agrícola.<sup>183</sup>

Conforme se nota, a estruturação dos Núcleos coloniais deveria obedecer algumas premissas de organização, com atenção especial aos lotes medidos e demarcados para “pequenas propriedades rurais”. Essa indicação permite conceber em que medida a organização agrícola por meio da Colônia já se inicia a partir de uma perspectiva mais ampla, isto é, de uma concepção de ocupação do espaço, no caso do Sudoeste do Paraná, baseada em uma organização agrícola de pequenas propriedades.

Além deste decreto, em 1941, o governo Vargas retoma o debate em relação à organização das colônias agrícolas; assim, a partir do Decreto 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais.

O Governo Federal, em colaboração com os Governos estaduais e municipais e todos os órgãos da administração pública federal e por intermédio do Ministério da Agricultura, promoverá a fundação e instalação de grandes Colônias Agrícolas Nacionais, as quais serão destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros.<sup>184</sup>

É possível observar no decreto as premissas que delimitam a quem se destinava a criação das colônias agrícolas. Assim, destaca-se o direcionar para fixação de cidadãos brasileiros com aptidão para os trabalhos agrícolas. Carla Cattelan, em sua dissertação,

<sup>183</sup> CASTANHA, André Paulo. CATTELAN, Carla. A Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) e o processo de escolarização no Sudoeste do Paraná: 1948 – 1957. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre: EDIPUCRS, v.9, n.1, jan/jun, 2016. p. 288.

<sup>184</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: DECRETO LEI 3.059/1941: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 5 de abril de 2017.

indica que, com base nesse decreto, foram criadas até 1948 sete colônias, nos estados do Paraná (CANGO), Amazonas, Mato Grosso do Sul (Dourados), Goiás, Pará, Maranhão e Piauí.<sup>185</sup>

Nesse sentido, podemos observar o panorama geral que conduz a criação e instalação da CANGO, que é estabelecida no Sudoeste do Paraná a partir do Decreto 12.417, de 12 de maio de 1943. Suas diretrizes são assim estabelecidas:

Fica criada a Colônia Agrícola Nacional ‘General Osorio’, no Estado do Paraná, na faixa de 60 quilômetros da fronteira, na região Barracão - Santo Antonio, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura.<sup>186</sup>

Ruy Wachowicz, ao analisar este mesmo contexto e a criação do Território Federal do Iguazu,<sup>187</sup> destaca que essa política de ocupação tem a ver com “uma série de decretos leis”, os quais, a partir de 1938, vão regulamentar a “colonização na faixa dos 150 km da fronteira”. Dentre as determinações estabelecidas pelo governo federal, consta que, na faixa de 30 km da fronteira, – posteriormente essa faixa considerada de fronteira seria aumentada para 150 km –, as propriedades agrícolas não poderiam ultrapassar os 100 hectares e, além disso, para poder ocupar uma propriedade nessa região, o colono teria que ser “brasileiro nato” ou “casado com brasileira”.<sup>188</sup>

Podemos notar que as determinações estabelecidas pelo governo federal têm a ver com o contexto de políticas de nacionalização e que, para tanto, a ocupação e estabelecimento de brasileiros na faixa de fronteira se torna tarefa primordial nesse processo. Dessa forma, a criação de colônias agrícolas a Oeste da região Sul e no atual estado do Mato Grosso do Sul não se insere apenas em uma conjuntura de expansão da

<sup>185</sup> CATTELAN, Carla. *Educação rural no município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: A escola multisseriada*. Dissertação (Mestrado em Educação), Francisco Beltrão, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2014. p. 44.

<sup>186</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: DECRETO LEI 12.417/1943. <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-12417-12-maio-1943-450906-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 5 de abril de 2017.

<sup>187</sup> O Território Federal do Iguazu foi criado pelo Decreto Lei 5.812 de 13 de setembro de 1943. Através deste decreto o governo federal criou vários territórios federais. Para Wachowicz a discussão sobre a divisão do território brasileiro veio a tona no início da década de 1930: “Nesta oportunidade, ventilou-se a conveniência ou não de o governo federal criar territórios federais nas regiões de fronteira, a fim de acelerar seu povoamento”. Neste sentido, Wachowicz destaca que as discussões envolvendo a criação de territórios federais é retomada na Constituição de 1937, que deu uma maior atenção as regiões de fronteira, o que facilitou a criação do território Federal do Iguazu, que abrangia grande parte das atuais regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Lítero-Técnica, 1985. p. 139, 140 e 145.

<sup>188</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Lítero-Técnica, 1985. p. 145, 146.

fronteira agrícola brasileira, mas, também, de segurança nacional, estabelecendo colônias em locais economicamente pouco explorados.

Wachowicz, ao apresentar outros elementos sobre a criação e instalação da Colônia agrícola, destaca que: “a administração da CANGO instalou-se provisoriamente em Pato Branco, por não ter estrada até Marrecas”.<sup>189</sup> De acordo com Cattelan, a transferência definitiva para a vila de Marrecas ocorre somente no ano de 1948, momento em que construiu sua sede e seus pavilhões ao “lado esquerdo do rio Marrecas”.<sup>190</sup>

De acordo com Wachowicz, passado esse primeiro momento, quando são estabelecidas as vias até o atual município de Francisco Beltrão, a Colônia começa a atuar na recepção e direcionamento dos colonos, conforme indica:

Todo o colono ao chegar à CANGO passava por um exame médico. Se possuísse alguma doença, passava a ser tratado gradualmente pela administração. Depois de construída sua casa, recebia ferramentas e sementes e passava a trabalhar na sua propriedade. A CANGO, por interesse do governo federal, proporcionou as melhores condições de fixação do agricultor em toda a história do Estado, pelo menos até meados da década de 1950.<sup>191</sup>

As considerações de Wachowicz permitem dimensionar o foco e escopo de atuação da Colônia, notadamente, privilegiando uma política assistencialista para a fixação e direcionamento dos colonos em suas pequenas propriedades. Além disso, o autor nos lembra que a atuação dessa política em prol dos colonos sofreu significativas transformações relativas à interferência do governo federal, já que “enquanto a CANGO foi colônia, os migrantes sulistas recebiam a propriedade agrícola de graça, de conformidade com a lei”. Entretanto, “quando a administração da colônia passou para o INIC, em 1955, tal privilegio concedido pela CANGO foi eliminado”.<sup>192</sup>

Quem também teceu considerações sobre a instalação da CANGO no Sudoeste do Paraná foi Hermógenes Lazier, que, ao apresentar a conjuntura de sua criação, elenca novos elementos em relação a isso: “Era pouco povoada a região quando vários

---

<sup>189</sup> Id. Ibid. p. 182.

<sup>190</sup> CATTELAN, Carla. *Educação rural no município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: A escola multisseriada*. Dissertação (Mestrado em Educação), Francisco Beltrão, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2014. p. 45.

<sup>191</sup> WACHOWICZ, op. cit. p. 183.

<sup>192</sup> Id. Ibid. p. 183.

reservistas do Exército nacional solicitaram, apoiados no Decreto Lei 1.968, de 17 de janeiro de 1940, a doação de lotes de terra na faixa de fronteira”.<sup>193</sup>

As considerações de Lazier nos fazem refletir em que medida a ocupação da faixa de fronteira não era apenas importante em termos de produção agrícola e de ocupação dos chamados “vazios demográficos”, mas, também, em vista da segurança nacional, já que a autorização para a criação da Colônia ocorre a partir de uma solicitação de reservistas do Exército, mesmo que, após isso, a efetiva ocupação tenha ocorrido por colonos migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Outro nome que apresenta considerações em relação à presença e atuação da CANGO na região é Walter A. Pécoits. Considerado uma das lideranças dos colonos no movimento de 1957, Pécoits, ao fazer a apresentação do livro de Lazier, destaca de que maneira percebe a atuação da Colônia: “percebo que a Colônia foi talvez, até hoje, no Brasil, a melhor experiência de reforma agrária”.<sup>194</sup>

As ponderações destacadas por Pécoits são elaboradas a partir de uma reflexão construída ao analisar a atuação da CANGO de uma forma geral, isto é, elabora essa conclusão após a legalização da posse da terra. Sua conclusão demonstra a importância que a Colônia teve para aquele espaço, ao considerar que, mesmo tendo sua atuação suprimida pelas companhias colonizadoras, é ainda considerada como precursora de uma experiência de reforma agrária no Brasil.

Assim, conforme foi destacado no capítulo I, Iria Zanoni Gomes apresenta, em seu trabalho, tanto os principais episódios em relação aos levantes de 1957, quanto o processo de ocupação da região a partir da migração de colonos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. No que se refere à sua forma de ver e interpretar a criação e atuação da CANGO, podemos destacar que a autora a percebe como “colonização dirigida”, enquanto “iniciativa oficial” do governo federal.

Para Gomes, a presença da Colônia na região teve participação decisiva no desfecho da Revolta em favor dos colonos. Além disso, cabe considerar o “papel que desempenhou no sentido de ocupação da região e do tipo de economia que aí se estruturou”.<sup>195</sup> As considerações acima demonstram de que maneira, para a autora, a instalação e a atuação da Colônia desempenharam um papel importante no tipo de economia agrícola que seria desenvolvida na região.

---

<sup>193</sup> LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998. p. 33.

<sup>194</sup> Id. Ibid. p. 10.

<sup>195</sup> GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 2005. p. 14.

Gomes recorda que a Colônia teve “dois momentos” sendo um primeiro como “Colônia Agrícola em que as terras eram dadas aos colonos” e um segundo “quando é transformada em Núcleo Colonial e se determina que a terra passe a ser vendida”. Nesses termos, para a autora, o momento em que a CANGO concretamente atua é enquanto “Colônia Agrícola”, ocasião a qual apresenta suas principais características assistencialistas aos agricultores, dentre elas, “ajuda técnica, social e de infraestrutura”.<sup>196</sup>

Walter A. Pécoits destaca da seguinte maneira a ação da Colônia:

Nesta colônia agrícola, o agricultor... chegava, recebia a terra, a casa, ferramentas agrícolas, sementes, assistência dentária e médico-hospitalar. Tudo de graça... uma média de 10 a 20 alqueires por agricultor... mediam a gleba e, conforme o colono vinha chegando, eles o colocavam na terra que escolhera e aceitara receber.<sup>197</sup>

As colocações apresentadas salientam certo direcionamento no modelo de propriedade, além da assistência técnica, sementes, ferramentas e, em alguns casos, a moradia. Os colonos também tinham direito a, em média, 10 a 20 alqueires. Ou seja, nessa perspectiva, é possível concluir que a CANGO influencia diretamente no constituir de uma estrutura fundiária diferenciada para o Sudoeste do Paraná ou, pelo menos, no espaço em que pôde atuar.

Também conseguimos visualizar essa influência quando retomamos o Decreto 3.059, de fevereiro de 1941, o qual estabelece que, após escolhida a região, o procedimento que determina o plano geral de colonização em seu inciso primeiro delimita que: “a área do lote variará de 20 a 50 hectares”.<sup>198</sup> Isto é, possivelmente a atuação da CANGO seguia o plano de colonização, já que a maioria dos registros encontrados indica para propriedades com no máximo 50 hectares.

Gomes evidencia que o “sistema de pequena propriedade adotado na colonização, sem ônus para o agricultor”, favoreceu a rápida migração de colonos para a região. Além disso, deve se discorrer outros fatores, tais como: clima, solo, relevo, com características similares àquelas das áreas de colonização do Rio Grande do Sul e Santa

---

<sup>196</sup> Id. Ibid. p. 16.

<sup>197</sup> PÉCOITS, Walter A. “Entrevista concedida a Roberto Gomes”. Francisco Beltrão, novembro de 1977. *Apud*: GOMES, Iria Zononi. 1957: A Revolta dos Posseiros. Curitiba: Criar Edições, 2005. p. 16.

<sup>198</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: DECRETO LEI 3.059/1941: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 5 de abril de 2017.

Catarina – principais locais de onde migravam esses colonos –, como elementos a serem considerados para o constante aumento da migração para a região.

Podemos conceber esses como os principais fatores que proporcionam uma ligeira ocupação do espaço, principalmente no que se refere à assistência da CANGO e à doação de pequenos e médios lotes de terras. A interpretação de Gomes sobre a atuação da Colônia na região possibilita entender que sua ação permitiu a organização de um campesinato diferenciado, marcado pelas relações econômicas mercantis, mediadas em grande medida pela CANGO:

Cabe ressaltar, porém, que, se a CANGO foi um elemento impulsionador da ocupação do Sudoeste e da estruturação, nesta região, de uma economia com base na pequena produção familiar, *a intensidade do movimento migratório para essa região... ultrapassou as próprias possibilidades de controle decorrentes da atuação da CANGO*. A ocupação espontânea, tanto na área da CANGO como fora dela foi de uma intensidade várias vezes maior.<sup>199</sup>

As questões apresentadas por Gomes se referem à limitação da atuação da Colônia. Isso significa que, apesar de terem existido várias políticas assistencialistas aos colonos, não devemos considerar isso como uma realidade acessível a todos, porque, em grande medida, a migração para a região ocorreu de forma rápida. Exemplo disso é que, em 1946, a Colônia tinha cadastradas 2.529 pessoas; em 1950, o número de cadastros era 7.147, enquanto nessa data a população da região já era de 76.373. Em 1960, a população era de 230.379, sendo mais de 50% do total residindo no espaço rural.<sup>200</sup>

Isso significa que, apesar das políticas assistencialistas terem sido de grande relevância para os colonos que chegavam à região, o grande fluxo migratório limitava a ação da Colônia a um número reduzido de migrantes. Por esse motivo, apesar de existir um reconhecimento da CANGO enquanto influência agrária e fundiária na estruturação agrícola do Sudoeste do Paraná, ela não pode ser vista como única alternativa.

Outro fator que pode ter influenciado na rápida e significativa ocupação do espaço foi a propaganda feita nos locais de origem dos migrantes. Em muitos casos, o colono que migrava já tinha um familiar que residia na região. Isso facilitava a sua inserção no espaço, tanto na aquisição da posse da terra, quanto em relação ao modelo de agricultura que melhor se adequaria.

Em entrevistas orais realizadas nesse espaço, conseguimos perceber de que maneira as relações familiares facilitavam a maior migração. Tereza Tartas, que migrou

<sup>199</sup> GOMES, Iria Zononi. 1957: A Revolta dos Posseiros. Curitiba: Criar Edições, 2005. p. 20.

<sup>200</sup> Id. Ibid. p. 17, 19.

com sua família para a região no início da década de 1950, descreve aspectos similares aos citados. Quando se refere à sua mãe, destaca que: “ela vinha pra Chapecó e enxergava quanta mudança indo, quanta mudança sempre: ‘vai tudo pro Paraná’ e ‘vai tudo pro Paraná’ e o irmão dela já tava morando ali no Bananal [comunidade rural de Verê] e veio e comprô aquela terra”.<sup>201</sup>

A transcrição da experiência de Tereza destaca como a migração para a região foi significativa, além de demonstrar como os laços familiares influenciaram nesse processo. Sua memória exalta aquele momento a partir do que lhe foi mais significativo ou do que mais lhe marcou quando da “mudança” de Chapecó para Verê – local onde foi residir no Sudoeste do Paraná.

Dessa maneira, Gomes expõe sua argumentação a partir da ideia de que inicialmente os colonos apresentavam uma organização do trabalho junto “às necessidades da família”. O que se consumia dentro da Colônia era basicamente o que era “produzido internamente”. Entretanto,

[...] com a intensificação do processo migratório, na década de 50, há na região uma disseminação de pequenas comunidades rurais, que vão surgindo a partir da constituição de pequenos centros comerciais onde os produtores vendem sua produção e compram os produtos industrializados que consomem.<sup>202</sup>

Gomes insere neste ponto sua argumentação acerca da relação comerciante colono, baseada, em grande medida, pelos vínculos estabelecidos entre estes indivíduos a partir do momento em que aparecem as primeiras comunidades rurais. No seu entendimento, em termos econômicos e sociais, os comerciantes e colonos passam a ter uma correspondência muito próxima. Na percepção da autora, foram estabelecidas relações de interdependência entre esses dois grupos, isto é, um dependia do outro. O colono dependia do comerciante para dar vazão ao seu excedente agrícola, bem como para comprar os produtos industrializados que não tinha acesso.

Por outro lado, o comerciante, evidentemente, dependia do sucesso das relações econômicas do agricultor para que seu comércio obtivesse êxito. Temos, assim, uma estrutura econômica e social caracterizada por uma agricultura de base familiar, como sustentação econômica de nível local. Para Gomes, essa ligação será um dos elementos

---

<sup>201</sup> TARTAS, Tereza. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *A Revolta dos Colonos outras memórias*. Por Tiago A. Orben. Município de Verê, perímetro urbano, Verê/PR, 17 de janeiro de 2013, duração: 54 min. 20 seg. p. 8.

<sup>202</sup> GOMES, op. cit. p. 21.

fundamentais para o sucesso dos colonos nos levantes de 1957. Isso se deve, em grande medida, porque, para os comerciantes, além de também ter o seu estabelecimento ou lote em litígio, via suas relações com os agricultores se esvaírem, na medida em que muitos começavam a abandonar a região no momento da intensificação – através da violência – da cobrança da terra por parte das companhias colonizadoras.

Por esse motivo, Gomes sustenta a argumentação de que o sucesso na conquista da propriedade da terra pelos colonos está imbricado na relação comerciante colono. Esta ligação nos dá uma noção da conjuntura agrícola presente no Sudoeste do Paraná na década de 1950. Isto é, temos um rápido processo migratório, que estabelece, na região, agricultores que prezavam por uma agricultura de base familiar, inicialmente voltada para os gêneros alimentícios de primeira necessidade e, em um segundo momento, com o aparecimento das comunidades rurais e dos primeiros núcleos urbanos, passava a ser uma organização econômica regada pelas relações estabelecidas com os comerciantes.

A partir desse contexto, ainda no que se refere aos trabalhos que interpretam a ação da Colônia nessa região, uma das produções que apresenta inúmeros elementos sobre a sua criação e atuação é o de Rubens da Silva Martins. Conforme já mencionado, Martins foi funcionário da CANGO e tem um discurso um tanto controverso sobre a atuação das companhias na região.

A partir dessas questões, enfatizamos, de uma forma mais geral, o trabalho de Martins. Além da sua experiência médica, dentre os temas que são privilegiados com mais ênfase na parte I do livro, está uma declarada valorização da atuação da CANGO, principalmente relacionada ao administrador Eduardo Virmond Suplicy e a Jahyr de Freitas, sendo que este foi assistente de administração da Colônia e eventual substituto de Suplicy.

Nesse sentido, quando trata do processo de ocupação das terras nos arredores de Francisco Beltrão, Martins cita a presença de indivíduos identificados como defensores da companhia “Pinho e Terras”, que pertencia ao grupo Dalcanale. Entretanto, não trabalha a indefinição jurídica da terra na região, apenas cita que as terras estavam envoltas em disputas de diferentes interesses em nível estadual e nacional, mas não informa ao leitor que os interessados eram as companhias colonizadoras, em especial a



Clevelândia Industrial e Territorial Ltda-CITLA, que, naquele momento, já se fazia presente na região.<sup>203</sup>

Cabe considerar ainda que o período ao qual Martins se refere nesta parte I já tem a presença da CITLA e de corretores de imóveis na região. Todavia, o autor não privilegia a atuação da companhia, o que ao mesmo tempo reafirma o desempenho da CANGO, que é exaltada com frequência por Martins, o qual, apesar desses aspectos, em termos de estrutura agrária, não indica nenhuma perspectiva em relação à Colônia.

Além disso, ao longo de seu trabalho, Martins é extremamente crítico à desvinculação da Colônia do Ministério da Agricultura, enfatizando que, em 1954, quando ela passa a ser denominada Núcleo Colonial e gerida pelo INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização), perde muitas de suas características assistencialistas, além de pôr fim à cooperação que existia entre a Colônia e a prefeitura de Francisco Beltrão. A partir desse momento, para Martins, a CANGO passa a ser um empecilho a sua gestão.<sup>204</sup>

O envolvimento da Colônia, já enquanto Núcleo Colonial e gerida pelo INIC, ganha significativo destaque no texto de Martins, isso porque sua argumentação é constantemente favorável à CITLA. Nesse contexto, dá destaque às ações da CITLA que “neutraliza”, por meio de decisões judiciais, a atuação da CANGO. Essas questões demonstram novamente o partidarismo do autor e sua argumentação favorável às ilegais companhias que atuavam na região.<sup>205</sup>

Por fim, podemos elencar a interpretação de Éverly Pegoraro. Apesar de ter graduação em jornalismo, Pegoraro procura inscrever sua compreensão sobre o Sudoeste do Paraná e seus levantes de 1957 a partir da obra: *Dizeres em confronto: a Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense*, trabalho que é fruto de sua dissertação em História Social, elaborada junto à Universidade Federal Fluminense/Unicentro.

Dessa maneira, a autora, ao se referir à ocupação da região a partir da ação de companhias colonizadoras e da Colônia agrícola CANGO, qualifica esse período como de colonização dirigida. Assim, na sua interpretação, a atuação da Colônia “foi o ponto de partida da colonização efetiva do Sudoeste paranaense”. Nesta perspectiva indica este contexto:

---

<sup>203</sup> MARTINS, Rubens da Silva. *Entre jagunços e posseiros*. 1ª Edição, Curitiba, 1986. p. 30.

<sup>204</sup> Id. Ibid. p. 220.

<sup>205</sup> Id. Ibid. p. 336-340.

O projeto inicial para a CANGO era fundar uma colônia militar na faixa de fronteira do Paraná, a pedido dos reservistas. A comissão designada para estudar o projeto escolheu a Gleba Missões, optando por ampliá-la para colonos também. O seu projeto de colonização passou por dois momentos diferentes: primeiramente, estava sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, como colônia agrícola, permanecendo assim por dez anos. Posteriormente, foi transformado em Núcleo da Fundação Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) com o nome de Núcleo Colonial General Osório, quando passou a ter fins lucrativos.<sup>206</sup>

Nessa perspectiva, a autora percebe a Colônia a partir de seu viés assistencialista, já que “essa fornecia o material de construção, oferecia o tratamento médico e dentário e distribuía ferramentas e sementes aos colonos”.<sup>207</sup> A interpretação de Pegoraro pode ser alinhada a um discurso conveniente, ou seja, separa as diferentes fases de atuação da CANGO e, nesse meio, destaca aqueles momentos em que essa Colônia teve atuação destacada em relação aos colonos.

Além disso, podemos notar que o discurso de Pegoraro, em alguma medida, destoa do que foi apresentado pela literatura acima, sobretudo no momento em que indica o trabalho de Ricardo Abramovay. Na sua visão, apesar deste autor elogiar a atuação da CANGO, ele nos faz atentar para um aspecto, muitas vezes, ignorado: “a colônia privilegiava os descendentes europeus, ou seja, só tinha direito à terra quem tivesse o direito de ocupá-la como proprietário, quem estivesse disposto a trabalhar nela”.<sup>208</sup>

Essa perspectiva está claramente calcada em juízos de valor construídos acima dos diferentes grupos de migrantes que ocuparam o Sudoeste do Paraná. Ao salientar as considerações de Abramovay, de que a Colônia privilegiava quem estivesse disposto a “trabalhar nela”, a autora produz indiretamente um juízo de valor sobre os indivíduos reconhecidos como caboclos, como sujeitos inapropriados para o trabalho e que não se enquadrariam nos preceitos da colonização.

Para complementar esse raciocínio, Pegoraro argumenta da seguinte maneira: “o caboclo, oficialmente, também tinha o direito de adquirir essas terras, mas para ele, a terra era uma necessidade social, um meio de subsistência, mais importante que o título de propriedade”. Ou seja, a autora nos faz entender que o modelo de colonização dirigido pela Colônia agrícola estava correto, já que, ao privilegiar os filhos de

<sup>206</sup> PEGORARO, Éverly. *Dizeres em confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense*. 1 ed.. Guarapuava/PR, Unicentro, 2008. p. 58.

<sup>207</sup> Id. Ibid. p. 59.

<sup>208</sup> Id. Ibid. p. 58, 59.

migrantes europeus, fazia com que essas terras, mesmo sob indefinição jurídica, ficassem com quem, efetivamente, pretendia trabalhar e trazer a prosperidade à região.

Mesmo o caboclo tendo “oficialmente” direito a adquirir terras, sua visão sobre a propriedade da terra e sobre a produção agrícola era distinta do migrante vindo do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, já que, para ele, na percepção de Pegoraro, mais importante do que o título da terra era a sua necessidade social.

A partir dessas questões, as variadas interpretações acerca da criação e atuação da CANGO no Sudoeste do Paraná nos permitem concluir que a Colônia teve distintas fases de atuação, com destaque para um primeiro momento, quando distribuía pequenas propriedades aos colonos e prestava assistência técnica e social. Além disso: existe consenso na literatura sobre essas distintas fases, bem como em relação ao período em que, efetivamente, atuou, isto é, até o início da década de 1950. Ademais, a maioria dos autores elencados considera que a “colonização” da região ocorre a partir do momento em que chegam os migrantes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e de outras regiões do Paraná, com destaque para aqueles reconhecidos como filhos de imigrantes europeus, que se adaptariam com maior facilidade às formas de produção agrícola propostas pela CANGO.

No esteio disso, existe uma evidente desvalorização das populações indígenas e caboclas, que são mencionadas apenas como grupos existentes, mas que possuem valores distintos dos prezados pela “colonização oficial”.

A partir da literatura apresentada e analisada acima, podemos concluir que a criação de Núcleos Coloniais, apesar de apresentar um direcionamento na instalação de agricultores em pequenas propriedades, para grande parte dos autores indica que a “colonização” do espaço acontece a partir do momento em que chegam à região os migrantes sulistas. Assim, a forma de organização agrícola seria privilegiada em pequenas propriedades, ao considerar que esses eram os valores que tais migrantes traziam de seus locais de origem.

Para além disso, é evidente que, em seu período de atuação inicial, a CANGO tinha políticas administrativas claramente assistencialistas e que prezavam por uma repartição da propriedade da terra a partir de pequenas propriedades. Também foi possível notar que esse modelo estava ancorado nas políticas agrárias do governo federal para as regiões de fronteira, ou seja, nesses espaços, seria mais interessante o estabelecimento de colonos em pequenas e médias propriedades.

Podemos mencionar que a Colônia também está inserida no processo de modernização da agricultura brasileira. Sua forma de atuação está ancorada numa modernização do espaço rural, de novas técnicas e culturas agrícolas que os colonos atendidos deveriam seguir. É evidente que, em seu período inicial essa atuação é muito discreta, mas com o passar dos anos, os agrônomos e técnicos da Colônia conseguem aos poucos apresentar novos modelos agrícolas aos colonos atendidos.

Tal conjuntura nos permite concluir previamente que, de acordo com as interpretações construídas acima da instalação e atuação da Colônia no Sudoeste do Paraná, podemos notar que, para grande parte da literatura, a CANGO é a influência inicial da estrutura agrária e fundiária diferenciada da região. Todavia, nos resta saber, a partir da documentação da própria Colônia, até que ponto suas políticas administrativas influenciaram nesse processo, ou, até que ponto a estrutura agrária e fundiária do espaço foi regradada pela presença da CANGO.

### 2.3 A instalação da CANGO e seu enfoque inicial

Para refletir até que ponto essa diferenciação agrária e fundiária do Sudoeste paranaense se assenta na atuação da CANGO, serão apresentadas a seguir algumas considerações para se pensar sobre esses aspectos. A análise será elaborada acima da documentação da Colônia, assim, será destacado, inicialmente, um relatório do ano de 1942, que foi elaborado para a “escolha de terras para a localização de Reservistas do Exército”, na região de fronteira do Brasil com a Argentina.

Iria Zanoni Gomes salienta que a criação da CANGO respondeu à “reivindicação por lotes de terra de reservistas ex-agricultores”. Assim, a instalação de uma Colônia agrícola nessa região mostra-se a partir de um objetivo estratégico, de “povoamento da fronteira”, que, para Gomes, tinha em suas premissas os seguintes elementos:

Em 1941, o Conselho de Segurança Nacional solicita ao Ministério da Agricultura a previsão de planos de colonização em terrenos reivindicados pela União, não só nos arredores de Foz do Iguaçu, como em terras idênticas, nas vizinhanças de centros de consumo de outros Estados, para neles localizar reservistas e também famílias de colonos. Em resposta a essa solicitação, o Ministério, em comum acordo com o Estado Maior do Exército, designou uma comissão para escolher o local. Essa comissão fez um levantamento da área de fronteira do Paraná e Santa Catarina e elaborou um relatório no qual sugere a localização de uma colônia, não em Foz do Iguaçu,

mas em “Separação”, distante 10 km de Barracão, na divisa com a Argentina. Foi com base nesse relatório que Getúlio Vargas criou a CANGO.<sup>209</sup>

A preocupação em ocupar o espaço de fronteira parte do Conselho de Segurança Nacional. Assim, o fato de indicar reservistas que eram ex-agricultores ou filhos de agricultores demonstra como a intenção inicial de criação de uma colônia agrícola naquela região era puramente estratégica.

O relatório foi elaborado por Francisco Fernandes Leite (Engenheiro), Sylvano Alves da Rocha e José de Oliveira Marques. A tarefa de escolha de terras na região de fronteira com a Argentina para a futura instalação de uma colônia agrícola se iniciou em Curitiba. Destacam, assim, que estavam cientes de que a execução daquela expedição vinha como cumprimento a uma determinação judicial de 17 de janeiro de 1942. Nesse sentido, ao chegarem a Curitiba, “foi verificado, de comum acordo com o Estado Maior do Exército e com o Departamento de Terras e Colonização do Paraná, que seria mais aconselhável” iniciar “a missão pela Zona fronteira Barracão-Santo Antônio, em vez de fazê-lo pela Foz do Iguassú”.<sup>210</sup>

Essa constatação demonstra o caráter exploratório da expedição e o não reconhecimento da existência de povoados na região Sudoeste do Paraná. Nesse caso, afora Foz do Iguaçu, que já possuía uma base militar desde o início do século XX, a referência é feita às localidades de Barracão e Santo Antônio, locais onde somente uma “linha seca” separava o Brasil da Argentina. Assim apresentam algumas constatações ou, conforme designam, alguns “problemas pátrios”, que, ainda pendentes naquele espaço, necessitavam de uma solução “urgente e inadiável”, o que, evidentemente, justificaria a criação de uma Colônia Agrícola:

- a) Assistência aos nacionais, que ali vivem sem amparo algum, por parte dos poderes públicos;
- b) Prestamento de instrução primária às crianças em idade escolar, que em número avultado não frequentam nenhum estabelecimento de ensino do nosso lado ou a recebem nas escolas argentinas, entoando hinos estrangeiros e aprendendo uma língua diferente da do país de origem;
- c) Saneamento social da população local, pois que a situação geográfica da região proporciona aos foragidos da justiça um favorável esconderijo que, atualmente, pela indiferença das nossas autoridades, vivem impunes,

---

<sup>209</sup> GOMES, Iria Zononi. 1957: A Revolta dos Posseiros. Curitiba: Criar Edições, 2005. p. 15.

<sup>210</sup> LEITE, Francisco Fernandes. MARQUES, José de Oliveira. ROCHA, Sylvano Alves da. Relatório para escolha de terras para localização de Reservistas do Exército na faixa fronteira do Brasil com a República Argentina. *Apud*: LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998. p. 99.

perturbando a vida ordeira e proveitosa dos que trabalham e podem ser úteis a Nação.<sup>211</sup>

A presença de nacionais ou cidadãos brasileiros apresenta a primeira preocupação para com os sujeitos ali residentes - a ausência do Estado e de suas políticas públicas. Por esse motivo, alertam que a falta de “instrução primária” às crianças brasileiras as fazia migrar para o lado argentino na busca dessa assistência. Além deste, outro ponto salientado é o que se refere à indiferença das autoridades sobre aquele espaço em termos de segurança, pois muitos “foragidos” faziam da região um “favorável esconderijo”.

Pode-se constatar que, de alguma maneira, com a posterior instalação da Colônia, foram criadas políticas públicas para sanar os pontos ressaltados. Isso pode ser verificado no significativo número de escolas criadas pela CANGO. De acordo com Castanha e Cattelan, assim como outras benfeitorias construídas na região Sudoeste e no entorno do atual município de Francisco Beltrão, a educação também se “desenvolveu por iniciativa da CANGO, a partir de 1948, e se constituiu em um instrumento de capacitação dos filhos dos posseiros que aqui se encontravam. A CANGO foi, portanto, a precursora da educação primária, na então Vila Marrecas”.<sup>212</sup>

Em documentos consultados, que expõem os colonos cadastrados na Colônia até o dia 31 de dezembro de 1948, temos 831 famílias com uma população total de 3.816 pessoas, sendo que destas apenas 1.133 aparecem como “alfabetizados”. Isso significa que menos de um terço da população migrante era alfabetizada.<sup>213</sup>

Isso pode justificar os dados apresentados nos relatórios da Colônia, os quais revelam que foram construídas 15 escolas em um intervalo de três anos, de 1948 a 1951, o que significa pensar como a educação foi considerada essencial para a região. Entretanto, essas escolas foram construídas a partir do momento em que a migração começa a se intensificar, principalmente nos arredores da Vila Marrecas; somente posteriormente é que as escolas passaram a ser construídas em localidades mais distantes da sede da Colônia e, automaticamente, mais próximas da fronteira.

---

<sup>211</sup> Id. Ibid. p. 100.

<sup>212</sup> CASTANHA, André Paulo. CATTELAN, Carla. A Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) e o processo de escolarização no Sudoeste do Paraná: 1948 – 1957. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre: EDIPUCRS, v.9, n.1, jan/jun, 2016. p. 293.

<sup>213</sup> ANEXO 1: Relação de colonos fichados na Secretaria da CANGO até 31 de dezembro de 1948. *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 13 de agosto de 2015. O documento tem além da capa outras 23 páginas de tabelas. Portanto, apresentarei apenas a capa e a primeira e última página das tabelas.

Se avançarmos mais alguns anos, é possível constatar que, enquanto a Colônia pôde atuar na região, continuou desenvolvendo suas políticas educativas. Isso porque, em 1955, já eram 27 escolas e mais de mil colonos alfabetizados, sendo, deste montante, 442 do sexo feminino e 568 do masculino; o relatório ainda apresenta que cada escola possuía um professor.<sup>214</sup> Isto é, os 27 professores empregados, na Colônia, atendiam seus alunos no sistema de educação multisseriada, que consistia, basicamente, na educação de alunos de diferentes idades em uma única sala, sendo o professor responsável por atender todas as séries ao mesmo tempo.

Deve se considerar também que o processo de escolarização brasileiro começa a se acentuar ou ganhar destaque a partir da década de 1930, com algumas políticas empreendidas por Vargas. Entretanto, essa escolarização estava voltada apenas a uma pequena fração da população brasileira, sobretudo a urbana. A “escolarização urbana ganhou relevância e passou a fazer parte desse ideário, enquanto a escola rural permaneceu inalterada, naturalizando a contradição entre rural e urbano de forma a ampliar a dicotomia entre cidade e campo”.<sup>215</sup>

Em termos de segurança pública, apesar de não ter sido criada nenhuma base militar na região de Barracão e Santo Antônio, a Colônia agrícola possuía os chamados inspetores de quarteirão, sujeitos responsáveis pela ordem e segurança de determinadas localidades. Em documentos do período podemos verificar como a Colônia tinha vários empregados reconhecidos como Inspetor de Quarteirão ou Guarda Florestal, conforme se observa no anexo 3, o qual apresenta 27 nomes indicados como guarda florestal ou rural, todos residentes na Colônia e exercendo suas funções dentro dos seus limites geográficos.<sup>216</sup>

A seguir é apresentada uma ficha de um desses guardas rurais, datada de 1956:

---

<sup>214</sup> ANEXO 2: Núcleo Colonial General Osório – Boletim estatístico setembro de 1955. *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 24 de novembro de 2015.

<sup>215</sup> CASTANHA; CATTELAN, op. cit. p. 291, 292.

<sup>216</sup> ANEXO 3: Relação dos Guardas rurais e florestais da CANGO. *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 24 de novembro de 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO VEGETAL  
DIVISÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO  
COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL GENERAL OSÓRIO

**GUARDA RURAL**

N.º .....

Impressão Dactiloscópica

Polegar direito

⊙ portador deste,  
Sr. SEBASTIÃO FOGASSO DA SILVA  
foi designado pela Administração desta  
Colônia Agrícola Nacional "General  
Osório" para exercer o cargo de Guarda  
Rural em LONTRAS - MARGEM DIREITA -  
de acôrdo com os termos da Portaria  
n.º 16 de 14 de Maio de 1956  
O ESCRITURÁRIO O ADMINISTRADOR

Gráfica Tipocarte Ltda. - Curitiba

**Figura 3:** Ficha Cadastral guarda rural Sebastião Fogasso da Silva. Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão, acesso em 13 de agosto de 2015.

O documento de identificação acima pertenceu ao guarda rural Sebastião Fogasso da Silva, que trabalhava na localidade de “Lontras-Margem Direita”. A função dos guardas rurais e florestais era, basicamente, ser uma via de comunicação entre a administração da Colônia e as localidades, principalmente aquelas mais isoladas. Esses guardas também eram vistos como um “representante” da Colônia ou mesmo do Estado e serviam aos colonos enquanto mediadores no contato com a sede da CANGO.

Na documentação arquivada pela Colônia, encontram-se documentos que demonstram como acontecia a comunicação dos guardas com a sede da CANGO, conforme a descrição de um desses comunicados, datado de 1953: “Senhor administrador da Cango: Dirijem-se a essa administração, os colonos, a fim de requererem e ficharem-se no lugar denominado Parda, o senhor Pedro Bonetti da Silva e



de outro lado Florêncio Ferreira”.<sup>217</sup> Quem assina o documento é o guarda rural Luiz Rodrigues do município de Santo Antônio.

Em outro exemplo, também de 1953, o mesmo Luiz Rodrigues envia o seguinte recado à administração da CANGO: “Senhor administrador: dirige-se a essa administração a fim de requererem os lotes e ficharem-se os senhores...”.<sup>218</sup> Neste sentido, além de representarem a “guarda” de localidades distantes da sede, esses sujeitos também tinham a função de intermediação, principalmente em relação aos novos colonos que chegavam à região e precisavam se cadastrar. Isso, ao mesmo tempo, demonstra como a função de “guarda rural” era extremamente estratégica para a CANGO, pois a mantinha informada sobre a entrada de novos colonos.

Essa documentação, que faz referência a uma linha de comunicação entre a administração e seus guardas, também expressa inúmeros conflitos entre os posseiros da região. Isso significa pensar de que maneira não foi somente a instabilidade das companhias colonizadoras – grileiras – que trouxe conflitos entre os colonos da região. Em grande medida, pode-se observar que as disputas por posse de lotes de terra já aconteciam antes da chegada das companhias na região, ao mesmo tempo, o levante de 1957 não significou o esgotamento das questões envolvendo a posse da terra.

Os aspectos apresentados acima demonstram que, de alguma maneira, o relatório de 1942 fez ressoar algumas políticas administrativas desenvolvidas pela CANGO. Apesar da localização da sede da Colônia não ter sido realizada na região indicada pelos engenheiros, ocorreu a criação dela e a atenção à educação e à segurança foi concretizada:

Quer nos parecer que a localização de reservistas do exército, nas terras objeto do presente relatório, além das vantagens do melhoramento agrícola da região, irá constituir a guarda avançada da fronteira da Pátria, não obstante mantermos as mais amistosas relações com os nossos vizinhos das Repúblicas Cisplatinas.<sup>219</sup>

A presença de reservistas do exército não se fez tão presente quanto se pretendia no momento da indicação da Colônia na região fronteira. Assim, é dado destaque, no

<sup>217</sup> ANEXO 4: Comunicado a CANGO: guarda rural Luiz Rodrigues. *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 23 de novembro de 2015.

<sup>218</sup> ANEXO 5: Comunicado a CANGO: guarda rural Luiz Rodrigues *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 23 de novembro de 2015.

<sup>219</sup> LEITE, Francisco Fernandes. MARQUES, José de Oliveira. ROCHA, Sylvano Alves da. Relatório para escolha de terras para localização de Reservistas do Exército na faixa fronteira do Brasil com a República Argentina. *Apud*: LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998. p. 100.

relatório, que a sede deveria “ser no lugar” denominado “Separação, distante dez quilômetros do povoado fronteiro de Barracão e dessa sede deve se irradiar a Colônia para a periferia, num raio de 20 km ou mais”.<sup>220</sup> Conforme explícito no relatório, a atenção deveria ser dada à “linha seca” da fronteira, sendo o estabelecimento de colonos ao logo da fronteira uma prioridade, o que não aconteceu.

### 2.3.1 Influência na organização agrícola

Afora os elementos mais gerais que enfatizam o local onde deveria ser instalada a sede da Colônia e seus limites, o relatório também apresenta algumas considerações sobre a região em relação a: “clima”, “agricultura” – que poderia ser praticada –, “cursos de água”, “essências florestais”, “fauna”, “vias de comunicação”, “casas” e “localização” dos colonos que, futuramente, iriam compor a Colônia.

Em relação ao clima, os técnicos destacam que a região possui excelentes condições para “as culturas de zonas temperadas”. Isso significa que, no verão, principalmente nos meses de dezembro e janeiro, “nas horas mais quentes do dia”, a temperatura pode chegar aos 36°. Já o inverno registra em seus meses mais frios constantes geadas e temperaturas negativas, ocasionado, inclusive, em episódios mais esporádicos, o “aparecimento de neve”.<sup>221</sup> Estas e outras condições climáticas são exaltadas pelos técnicos e assegurariam “uma garantia de prosperidade à futura colônia”.

A partir desses aspectos, é dado destaque à agricultura ou ao modelo de agricultura que melhor se adequaria à região e quais culturas poderiam ser desenvolvidas, considerando o clima elencado. Assim, destaca-se que a terra possuía uma boa composição química e que pela sua “vestimenta” não era difícil verificar seu “grau de fertilidade”. A exploração agrícola é indicada a diversas culturas, especialmente a de cereais, ao considerar que “empregando-se métodos racionais adequados, não só oferecem maior rendimento, como evitam também a devastação das matas”.

---

<sup>220</sup> Id. Ibid. p. 101.

<sup>221</sup> Na documentação pertencente à CANGO é possível confirmar a presença deste fenômeno climático na região, conforme a transcrição da mensagem que foi enviada ao INIC: “Assistimos um espetáculo maravilhoso em 20-07-57 com a caída de neve, houve lugar que atingiu a espessura de cinco centímetros”. A referida mensagem foi enviada pelo engenheiro agrônomo Bartholomeu Alves, então administrador da Colônia. ANEXO 6: Comunicado CANGO – 24 de julho de 1957. *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 24 de novembro de 2015.

Os técnicos sugerem, assim, que as matas estariam sendo “devastadas” pelo modo de agricultura praticado, “por meio de roças”, o qual faz do sertanejo um sujeito de vida “nômade” sem acesso aos meios de produção mecânico, que poderiam trazer maior produtividade e minimizar os impactos ambientais. Dessa forma, recomendam que:

Essa fixação obrigatória do agricultor à terra evitará também que novas devastações sejam praticadas e conseqüentemente que outras prejudiciais clareiras surjam no seio da mata virgem, com lamentável eliminação das nossas mais preciosas essências florestais. Inconsciente do grande mal de que é obreiro, transforma-se o nosso sertanejo em lídimo “fazedor de deserto”, sendo que a legislação de amparo às matas, a que se refere o Código Florestal é naquela zona absoluta inexequível pela distância e pela falta de fáceis vias de comunicação.<sup>222</sup>

Nesse ponto, pode-se considerar que os técnicos equivocaram-se ao afirmarem que o sertanejo estava devastando as “essências florestais” como um “fazedor de deserto”; de tal modo, a fixação do agricultor evitaria “novas devastações”. Como é notório em relação à região, após a chegada dos migrantes, principalmente os oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, as essências florestais foram consumidas rapidamente pela indústria madeireira. Em primeiro lugar, porque o migrante via na floresta um entrave ao “desenvolvimento”, principalmente no que se refere à agricultura. Além disso, muitos madeireiros que migraram para a região viam nas florestas um vigoroso empreendimento econômico, especialmente nas araucárias ou no “pinheiro do Paraná”.

Um interessante paralelo pode ser feito nesse momento com a discussão desenvolvida no quarto capítulo. No último capítulo o leitor poderá perceber uma amostra ou o resultado da fixação dos migrantes na região. Com a ocupação da região e a conseqüente modernização das técnicas agrícolas inseridas a partir de 1970, verificamos hoje um quadro em que os remanescentes florestais que ainda existem nessa região vêm sendo diminuídos drasticamente. Isso acontece, sobretudo, enquanto resultado da agricultura a partir do modelo de produção agrícola monocultor, que não inclui ou minimiza a preservação ambiental em suas práticas agrícolas.

---

<sup>222</sup> LEITE, Francisco Fernandes. MARQUES, José de Oliveira. ROCHA, Sylvano Alves da. Relatório para escolha de terras para localização de Reservistas do Exército na faixa fronteira do Brasil com a República Argentina. *Apud*: LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998. p. 103.

Essas constatações evidenciam o equívoco dos técnicos que elaboraram o relatório para a criação da Colônia ao deduzirem que o sertanejo, ao abrir clareiras para suas “roças”, era o “fazedor de deserto”, enquanto o agricultor que viria ocupar o espaço impediria a continuidade desta ação.

No entendimento dos técnicos, “a prática de uma agricultura moderna” a partir da “colonização” seria “a única esperança que nos afigura de impedir que maiores danos sejam causados às matas virgens, ainda, remanescentes naquela futura região”.<sup>223</sup> A partir desse cenário, são sugeridas as culturas que poderiam ser desenvolvidas, aquelas que, de acordo com o clima apresentado, trariam mais vantagens aos agricultores que viriam a se instalar na Colônia. Dessa forma, indicam-se as seguintes culturas: “trigo, centeio, aveia e cevada, com um rendimento médio calculado de 1.500 a 2.000 Kg” por hectare.

Além destas, também se destaca o potencial para o desenvolvimento do “milho”, “arroz”, “feijão”, “batatinha”, “mandioca”, “batata doce”, “alfafa”, “quicuí”, “azevém” e “linho”. Outrossim, recomenda-se que o clima é favorável ao desenvolvimento da videira e de árvores frutíferas de clima temperado, como: “ameixeiras”, “pereiras”, “pessegueiros”, “marmeleiros” e “caquizeiros”, assim como a horticultura de uma forma geral.<sup>224</sup> No último capítulo também será possível perceber que os agricultores que seguem a dinâmica da preservação ambiental e do plantio de policulturas até existem nessa região, mas estão em número diminuído, tendo que resistir ao avanço da agricultura segundo o modelo de agronegócio.

Pode-se notar que as culturas elencadas são, em sua maioria, de subsistência. Essa passa a ser a dinâmica da fase inicial da Colônia, sobretudo na década de 1940 e início da década de 1950. Temos, neste período, o início da reocupação da região pelos colonos, que passam basicamente a produzir gêneros alimentícios de primeira necessidade. Os excedentes eram esporadicamente vendidos à CANGO. Somente com o aumento da população e, principalmente, depois de estabelecidas algumas estradas de rodagem é que a produção de alimentos, principalmente de suínos, passa a ser destinada para lugares fora da região - vendidos para Palmas e Guarapuava.

Nos documentos da Colônia, podemos constatar a baixa produção agrícola da região na década de 1940, com destaque para os gêneros alimentícios de primeira necessidade ou de subsistência (ver figura 4, p. 132). Cabe considerar que os números

---

<sup>223</sup> Id. Ibid. p. 103.

<sup>224</sup> Id. Ibid. p. 104.

apresentados refletem a quantidade total de produtos agrícolas da CANGO, isto é, o total da produção obtida e a quantidade que foi exportada ou vendida para fora.

As culturas que aparecem com registros de produção no ano de 1949 são: “abóbora, alho, alfafa, aipim, amendoim, arroz, aveia, batatinha, batata doce, cana de açúcar, cebola, cevada, centeio, ervilha, feijão, fumo, hortaliças, linho, melancia, melão, milho, pimenta, pêssego, paina e trigo”. Evidentemente, não se deve considerar estes como todos os produtos agrícolas produzidos na região naquele período, mas, conforme se nota, trata-se de um registro feito pela Colônia, que pode não ter considerado a produção de colonos que não estavam cadastrados e, assim, ter omitido outros produtos agrícolas além de uma maior produção.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA COLÔNIA AGRÍCOLA  
NACIONAL "GENERAL OSÓRIO", NO ESTADO DO PARANÁ

1 9 4 9

CULTURAS	UNI- DADE	OBTIDAS		EXPORTADAS	
		QUANTIDADE	VALOR CR\$	QUANTID	VALOR EM CR\$
Abobora	Quilo	344.020	172.010,00	1.200	600,00
Alho	"	1.020	4.080,00	1.020	4.080,00
Alfafa	"	10.930	10.930,00	4.100	4.100,00
Aipim	"	372.160	186.080,00	200.000	100.000,00
Amendoim	"	12.126	12.126,00	12.126	12.126,00
Arroz	"	100.143	350.500,50	-	-
Aveia	"	2.375	7.125,00	1.125	3.375,00
Batatinha	"	37.293	55.939,50	15.000	22.500,00
Batata Doce	"	243.528	121.764,00	1.500	750,00
Cana de açúcar	"	63.138	31.569,00	10.000	5.000,00
Cebola	"	1.186	3.558,00	1.186	3.558,00
Cevada	"	344	1.720,00	-	-
Centeio	"	994	1.988,00	-	-
Ervilhas	"	1.590	1.590,00	1.590	1.590,00
Feijão	"	1.726.824	1.036.094,40	500.500	300.300,00
Fumo	"	985	4.925,00	985	4.925,00
Hortaliças	"	13.976	8.389,60	8.000	4.800,00
Linho	"	13	65,00	13	65,00
Mandioca	"	171.050	85.525,00	-	-
Melancia	Centno	13.537	1.353.700,00	5.500	550.000,00
Melão	"	495	49.500,00	300	33.000,00
Milho	Quilo	2.225.076	890.030,40	100.000	40.000,00
Pimenta	"	251	2.008,00	251	2.008,00
Pesego	Cahto	259	2.590,00	259	2.590,00
Paina	Quilo	247	2.964,00	247	2.964,00
Trigo	"	986.786	2.466.965,00	493.400	1.233.500,00
<b>T O T A L</b> .....			<b>6.863.712,40</b>		<b>2.331.831,00</b>

Jahyr de Freitas  
Escriturario

Leonidas Coelho de Souza  
Administrador

Figura 4: Produção Agrícola da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) - 1949. Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão, acesso em 24 de novembro de 2015.

Ao considerar os produtos que ganham evidência pela elevada produção, pode-se destacar 2.225.076 quilos de milho e 1.726.824 de feijão; além destes, também se registra uma boa produção de batata doce, aipim, trigo e arroz. Dentre estes produtos, os que foram vendidos para fora da Colônia ou exportados, destacam-se o feijão e o trigo; em relação a este último cereal, é importante salientar que sua produção foi de 986.786 quilos, entretanto foi o produto que mais trouxe retorno econômico à Colônia e aos colonos, com um valor total de produção de CR\$ 2.466.712. Dessa maneira, apesar da produção de trigo não ser tão elevada como as do feijão e do milho, provavelmente um preço melhor na venda ao mercado trouxe mais lucros.

Outro dado que podemos ponderar é sobre o volume relativamente baixo de exportações em comparação a quantidade obtida, por exemplo, o milho teve apenas 100.00 quilos exportados em face de uma produção de 2.225.076 quilos. Mesmo o feijão e o trigo que trouxeram bons retornos a Colônia e aos colonos, não tiveram exportações tão elevadas, quanto ao feijão foi exportado cerca de um terço de sua produção, enquanto o trigo teve aproximadamente 50% da produção exportada.

Por outro lado, tivemos produtos que foram exportados em sua totalidade, como, alho, amendoim, cebola, ervilha, fumo, linho, pimenta, pêssigo e paina. Alguns destes produtos foram exportados possivelmente pela falta de mercado dentro da própria Colônia, já que a maioria dos agricultores e moradores provavelmente produzia produtos como, alho, amendoim, cebola, ervilha, pimenta e pêssigo para as suas necessidades básicas, o que justificaria a não venda de tais produtos pela Colônia e a sua consequente total destinação a exportação.

Também mencionamos que o arroz, a cevada, o centeio e a mandioca não tiveram registros de exportação. Possivelmente tais produtos foram comercializados em sua totalidade dentro da própria Colônia.

Em grande medida, os dados apresentados acima representam a estrutura agrária da região. O espaço estava em seu período inicial de reocupação, com a CANGO cadastrando os colonos que chegavam e incentivando o cultivo dos produtos agrícolas. A produção diversificada demonstra como, inicialmente, as culturas desenvolvidas respondiam aos gêneros alimentícios de primeira necessidade, ao mesmo tempo em que, de alguma maneira, seguiam a orientação dos técnicos que elaboraram o relatório, ao considerar que praticamente todos os produtos cultivados até 1949 foram indicados pelos técnicos.

A partir dessas considerações, é possível ponderar que internamente ou dentro da abrangência da CANGO, existia uma orientação para os colonos sobre que culturas deveriam ser desenvolvidas, e isso, de alguma forma, evidencia uma posição importante da Colônia em seus primeiros 10 anos de atuação. Os documentos apresentados demonstram que da criação/instalação – 1943 – da CANGO, até a restrição de suas atividades, com mudanças no governo federal e a ação das companhias grileiras, por volta de 1953, temos um espaço de produção e reprodução das relações agrícolas e econômicas mediadas pela Colônia. Ou seja, ela desempenhava um papel importante e ditava a estrutura agrária e fundiária da região, direcionando o plantio dos produtos agrícolas e o modelo de propriedade que mais se adequaria à região.

Com base nessas questões, pensa-se a noção de território como fruto da interação entre os sujeitos sociais e uma fração de espaço, o qual pode ser objeto de divergência, luta pela posse ou ocupação. O que a documentação da CANGO tem nos apresentado sobre a territorialidade do Sudoeste do Paraná é o constituir de um novo status à região, a partir do momento em que a Colônia é instalada; isso significa ponderar que passa a ser construída uma nova territorialidade para o espaço a partir de novas noções sobre agricultura, propriedade e valor da terra.

Mesmo que a Colônia, em sua fase inicial de atuação, tenha demarcado e doado lotes de terra, o valor econômico e social sobre aquele território passa a ter outro significado, notadamente alinhado ao desenvolvimento econômico e social. Temos, assim, tanto uma reconstrução territorial junto aos colonos que chegam do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, quanto uma desconstrução do território, que não obedece mais aos anseios da população cabocla e indígena que prezavam pela subsistência.

Apesar da mudança, isso não significa que ela tenha ocorrido de uma hora para outra, ao entender que, com a instalação da CANGO, já se alteram as relações econômicas e sociais de produção e valores atribuídos a ela. Distante disso, os dados presentes na figura 4 (p. 132) demonstram que, até 1949 existia uma economia assentada na agricultura de subsistência.

Entretanto, isso não significa que o anseio do novo grupo que passa a ocupar a região não era o de produzir para fins comerciais a partir de uma agricultura intensiva, conforme se verifica na transcrição do documento a seguir:

Cabe-me informar-vos que não foi possível encontrar colonos e nem avaliar conveniente as diferentes culturas dos habitantes esparsos nas terras destinadas à colonização, pelos motivos seguintes: a) Só no corrente

exercício ficará terminada a estrada de serviço, com 64 km de acesso as terras a serem colonizadas.<sup>225</sup>

O documento indica o grau de inserção da Colônia na região e os principais entraves encontrados.

O constituir do novo território encontra na natureza seu principal obstáculo, isso demonstra que não se pode tratar o constituir de uma nova territorialidade de forma simples, todo processo tem suas nuances que precisam ser consideradas. A ideia de “colonização” por si só demonstra que a proposta de reocupação do espaço e de trazer o “desenvolvimento” econômico e social impõe uma nova territorialidade.

As dificuldades encontradas e a abrangência que a administração da Colônia precisava atender atrapalhava sua efetiva atuação, conforme menciona-se na continuidade do comunicado:

[...] só agora foi possível iniciar o levantamento de glebas para divisão de lotes e localização de colonos, ao mesmo tempo em que está sendo feito o levantamento das áreas cultivadas e benfeitorias existentes nos respectivos polígonos, e portanto, só após tais trabalhos poderão ser fornecidos os elementos referidos [...].

[...] independente do que acaba de ser esclarecido, os colonos, moradores antigos das terras de colônia, embora trabalhadores, de prole numerosa e esforçados, não demonstram progresso na agro-pecuária, pela série de dificuldades que encontram, oriundas das condições locais, que lhes prejudicam seriamente, todas elas consequentes da falta de comunicação de veículos que lhe possam reparar as necessidades, e só agora a repartição pode chegar com a longa quilometragem àquele local, sem dúvida sanando em parte um dos maiores problemas da colonização.<sup>226</sup>

Quem assinou esse documento no ano de 1946 foi Eduardo Virmond Suplicy, primeiro administrador da CANGO e que o escreveu em resposta a um comunicado que pedia esclarecimentos sobre a situação da Colônia. Nota-se assim que, mesmo após mais de três anos de sua criação, somente naquele momento se pode ter uma noção da amplitude das terras e das glebas que seriam divididas entre os colonos, em áreas que poderiam ser cultivadas.

Afora esses elementos, o processo de territorialização mostra-se constituído junto a inúmeras dificuldades, para tanto, não bastava apenas o “ímpeto” do colono ao se estabelecer em determinado espaço, mas, para que o processo produtivo

<sup>225</sup> ANEXO 7: Eduardo Virmond Suplicy – Administrador da CANGO. Comunicado de 08 de agosto de 1946. *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 19 de fevereiro de 2016.

<sup>226</sup> Id. Ibid. s/p.



proporcionasse o desenvolvimento da região, era necessário o “progresso” na agropecuária e isso somente seria possível se as barreiras naturais – como estradas de rodagem e armazéns – fossem vencidas. Isso significa que, na visão da CANGO, através do seu administrador, somente com a integração colono-colônia seria possível o progresso agrícola e econômico da região.

Nesse ponto, assenta-se a nova territorialidade, notadamente a partir da ação dos diferentes entes que a constituem e procuram elaborar um novo espaço levando em consideração seus valores. Ao considerar essas questões, para Pieruccini, o território:

[...] permite, em sua leitura, que se compreenda a vida em sociedade. Por meio dele é possível reconhecer as diferenças ou similitudes que se esboçam no espaço, à medida que o modo de produção capitalista avança em diferentes direções e altera constantemente a função produtiva ali presente.<sup>227</sup>

As considerações de Pieruccini permitem refletir a noção de território junto ao “modo de produção capitalista”, sendo que a desterritorialização e re-territorialização de determinados espaços, comumente acontece em função do desenvolvimento das estruturas de produção e reprodução das relações capitalistas. No caso aqui estudado, podemos verificar isso de forma evidente com a instalação da CANGO, conforme já ficou claro anteriormente; com a chegada da Colônia e de novos colonos, as relações comerciais são acentuadas para além da subsistência, a produção agrícola dos novos moradores passa a ser para o mercado.

Essas questões podem ser verificadas ainda hoje, ao considerarmos que, para grande parte da sociedade, as populações nativas são taxadas como atrasadas e alheias aos típicos valores capitalistas, tais como o trabalho e a acumulação de bens de valor econômico. Constituiu-se, assim, uma visão de que os povos indígenas são atrasados e preguiçosos, simplesmente por eles não se enquadrarem nos valores capitalistas de produção e reprodução da vida social e econômica. É sobre essa estrutura que a instalação da CANGO vai se assentar na década de 1940, constituindo uma territorialidade a partir dos modelos de produção capitalista, ignorando os sujeitos que ali estavam e possuíam outros valores em relação à terra e o seu modo de viver.

---

<sup>227</sup> PIERUCCINI, Mariângela Alice. *A modernização da agricultura e a construção de territorialidades rurais no município de Cascavel – PR 1960-2007*. Tese (Doutorado em Geografia), Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2007. p. 59.

## 2.4 O Território enquanto espaço de poder

Existem inúmeros autores que se propuseram refletir sobre a expansão das relações capitalistas ao lado do conceito de território. Muitos deles o fizeram no campo de estudos da Geografia.

Um dos principais autores que se propõe a pensar essas questões nesse meio é Claude Raffestin que, em *Por uma Geografia do poder*, apresenta como os atores produzem um território a partir de uma realidade inicial. Assim, indica que esta pode ser vista enquanto espaço, já que espaço e território não são a mesma coisa:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço.<sup>228</sup>

As considerações destacadas delimitam de forma clara que, para Raffestin, o território se forma a partir do espaço. Nesse sentido, ao colocarmos como ponto inicial de nossa pesquisa a instalação da CANGO, pode-se atribuir uma territorialização a partir da criação da Colônia, ao considerar que esta, enquanto representante do Estado, “apropria-se” do espaço e o territorializa a partir de seus valores ou dos valores políticos, econômicos, sociais, etc.

Nesses termos, Raffestin nos sugere que “o espaço é a ‘prisão original’, enquanto o território é a prisão que os homens constroem para si”.<sup>229</sup> Porém, não é somente isso, para o autor também existe a relação de poder, a qual se expressa no “espaço onde se projetou um trabalho”. Ao considerar esses elementos, não se deve negar que o território se apoia no espaço, “apesar de não ser mais o espaço”:

E uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.<sup>230</sup>

<sup>228</sup> RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo-SP: Editora Ática, 1993. p. 143.

<sup>229</sup> Id. Ibid. p. 144.

<sup>230</sup> Id. Ibid. p. 144.

Podemos tomar, a título de exemplo de representação de determinado espaço, o relatório de 1942, elaborado por técnicos e engenheiros para a futura instalação da colônia agrícola. Esse relatório se inscreve “num campo de poder”. Notadamente, enquanto representantes do Estado, os agentes que o elaboram já se apropriam do espaço e constroem uma representação dele para sua futura territorialização. A “imagem desejada” para a territorialização traz variadas representações sobre agricultura, clima, fauna, essências florestais, cursos de água, dentre outros elementos que facilitam o constituir da nova territorialidade.

Evidentemente, trata-se de uma elaboração que considera os valores atribuídos pelos atores que a elaboraram. Isso significa ponderar que, ao indicar tais elementos, privilegiou-se o modelo de território que se pretendia, especialmente, o constituir de uma colonização mercadológica. Ou seja, reocupar o espaço junto à perspectiva de ampliação da fronteira agrária nacional, integrando-o ao mercado agrícola brasileiro. Raffestin procura deixar clara essa questão quando sugere que:

A representação proposta aqui é portanto um conjunto definido em relação aos objetivos de um ator. Não se trata pois do "espaço", mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação.<sup>231</sup>

Os objetivos definidos pelo “ator” aparecem enquanto elemento importante a ser considerado, todavia, em relação ao Sudoeste do Paraná e ao relatório que indicava a criação da Colônia, devem-se considerar alguns elementos. Primeiramente, questiona-se quem é o ator? Os governantes que criam as políticas de Estado ou os engenheiros e técnicos que elaboraram o relatório? Nesse caso, ao não ser um mero espaço, “mais um espaço construído pelo ator”, é necessário considerar que, inicialmente, quem constrói esse espaço são as políticas de Estado. Por outro lado, quem comunica e direciona suas intenções para com esse espaço são os agentes públicos através do relatório.

É, portanto, a partir da ação conjunta do Governo e de seus agentes que o “espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido”. Por meio de uma relação social de comunicação, o espaço passa a ser território, estando apto a receber novos valores e a constituir-se.

---

<sup>231</sup> Id. Ibid. p. 147.

Em contexto nacional, dentre os diversos autores que se propõem a pensar o território, podemos destacar Bernardo Mançano Fernandes, para quem a significação desse conceito tem uma relação de poder que precisa ser constantemente debatida. Sua abordagem demonstra como o território vem sendo usado em variadas áreas das ciências humanas e sociais, da mesma forma, também tem sido “tema principal” na “elaboração de projetos de políticas públicas”.<sup>232</sup>

As leituras feitas demonstram que é essencial considerar a relação ou a vinculação que o território tem com o poder político e econômico. Para tanto, distintas vertentes compreendem essa conexão de forma diferenciada; conforme ficou evidente, para Raffestin, essa relação se dá pela “ação do ator” que, a partir de uma relação de poder, reconstitui um espaço, uma nova territorialidade.

Por outro lado, em uma abordagem mais próxima da vertente marxista/classista, o território foi e vem sendo muito debatido junto aos movimentos sociais no campo e à Via Campesina. É para esses grupos que grande parte das produções acadêmicas baseadas na vertente marxista tem se debruçado. Para Fernandes, o fato de o conceito ser discutido em diferentes áreas e com diferentes metodologias, fá-lo ter um princípio de multidimensionalidade, e esse é o grande desafio ao se pensar a conceitualização de território.

Nessa perspectiva, Fernandes expõe em que medida o território “é usado como instrumento de controle social” com a intenção de “subordinar comunidades rurais”. Na sua essencialidade, ao lado das relações de poder também “estão entre seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania”. Para além destes atributos:

[...] é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania. Quando nos referimos ao território em sua multiescalaridade, ou seja, em suas diversas escalas geográficas, como espaço de governança de um país, de um estado ou de um município, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia dos governos na tomada de decisões. Quando nos referimos ao território como propriedade particular individual ou comunitária, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia de seus proprietários na tomada de decisões a respeito do desenvolvimento desses territórios.<sup>233</sup>

---

<sup>232</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: FABRINI, João Edmilson. PAULINO, Eliane Tomiasi. (orgs.). *Campesinato e Territórios em disputa*. São Paulo-SP: 1ª edição, Editora Expressão Popular, 2008. p. 273.

<sup>233</sup> Id. Ibid. p. 279.

As considerações expostas por Fernandes nos fazem refletir a relação de poder que determina a soberania, tanto de territórios, como de espaços de governança. Nesse sentido, “quem determina a política define a forma de organização dos territórios”. Essa interpretação permite ponderar de que maneira é necessário identificarmos as diferentes soberanias que constituem determinado território. No caso aqui privilegiado, a Colônia agrícola presente no espaço enquanto representante do Estado passa a exercer um poder. Entretanto, esse poder não pode ser visto apenas como espaço de governança, pois se o conceito é percebido apenas dessa forma, sua acepção mostra-se demasiadamente reducionista.

Por essa via de reflexão, podemos considerar o território como uma totalidade, mas isso não significa que ele seja “uno”, ou seja, que tenha apenas um espaço de governança e se manifeste como instrumento de dominação. Para Fernandes, considerar o conceito apenas como “uno” é ignorar suas conflitualidades. Essas relações podem ser expressas, por exemplo, pela ampliação dos territórios onde se implantam políticas de desenvolvimento para a evolução do capital, processo que resulta de um “fortalecimento das relações” econômicas capitalistas, em oposição ao detrimento das comunidades rurais que dependem de uma agricultura familiar-comunitária.<sup>234</sup>

Fernandes nos expõe algumas facetas do conceito de território a partir da sua perspectiva interpretativa, conforme se nota, na sua acepção a designação acontece a partir das relações de poder/soberania, ao considerar as conflitualidades que um espaço poderá ter ao se verificar os interesses. Podemos notar assim que, para entender um território em sua totalidade, é necessário compreender suas diferentes escalas e sempre considerar as conflitualidades, por perceber que os territórios são criações sociais.

Nas abordagens expressas acima, podemos verificar de que maneira o conceito que utilizamos possui vertentes distintas, seja a de Raffestin, que considera o “ator” enquanto protagonista na concepção territorial, seja a da vertente classista, que entende a relação poder/soberania e conflitualidade enquanto requisitos a serem considerados para se constituir uma compreensão de como se compõem os territórios.

Para Fabrini e Roos, existem distintas abordagens sobre esse conceito. Destacam, para tanto, a concepção “liberal e classista de território”, sendo que o ponto em comum dessa discussão está na “interpretação hegemônica de território”, que foi “construída por diversos autores a partir do pensamento de Raffestin”. O território passa

---

<sup>234</sup> Id. Ibid. p. 280 e 282.

a ser visto como “emanação de poder derivado do Estado (território nação) ou como grupos sociais capazes de exercer determinado controle, domínio, comando e autoridade sobre o espaço”.<sup>235</sup>

Desta vertente, as elaborações sobre o conceito podem considerar tanto o Estado e se constituir a margem deste – a exemplo do MST e dos movimentos sociais no campo – como – a partir do enfoque territorial de desenvolvimento rural, que em uma perspectiva liberal se “casa com a compreensão de corporações capitalistas – os governos e partidos neoliberais”.<sup>236</sup> Conforme se observa, é por meio dessas diferentes elaborações que a concepção de território pode ser compreendida. Evidentemente que, neste trabalho, temos maior afinidade com uma interpretação que considera as contradições e conflitualidades de determinado território como ponto fundamental para sua compreensão.

Na elaboração desta análise, pode-se verificar que o constituir de uma nova territorialidade em parte do espaço que, posteriormente, seria reconhecido como Sudoeste do Paraná apresenta elementos de poder – expresso pelo Governo que atende os encaminhamentos dos técnicos e engenheiros que elaboraram o relatório para a criação da Colônia – e de conflitualidade. Essa relação de conflito pode ser vista tanto a partir do momento em que a Colônia se instala na região e apresenta-se uma nova soberania sobre aquele espaço, quanto com as companhias grileiras que propõem um novo projeto territorial para os colonos ali residentes.

Esses aspectos geram tanto novas relações de poder/soberania, como conflitualidades entre os atores envolvidos, ou seja, passa a ocorrer uma sobreposição de projetos territoriais que provocam conflitos e instabilidades, cada qual assentado em premissas próprias para aquele espaço. Temos assim o aspecto territorial como ponto fundamental na análise deste trabalho, principalmente no que se refere à criação/instalação da CANGO.

## 2.5 A CANGO e a estruturação fundiária do Sudoeste paranaense

Este item apresenta para discussão alguns documentos pertencentes à Colônia agrícola, com a intenção de refletir de que maneira seus primeiros anos de atuação – até

---

<sup>235</sup> FABRINI, João Edmilson. ROOS, Djoni. *Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário*. São Paulo: Outras Expressões, 2014. p. 58.

<sup>236</sup> Id. Ibid. p. 59.

o início da década de 1950 – trouxeram consequências na estruturação fundiária da região, principalmente no que se refere ao modelo de pequenas propriedades.

Desta maneira, apesar de ter consultado uma vasta documentação pertencente à Colônia, em razão da dispersão de muitos destes documentos,<sup>237</sup> não foi possível delimitar com clareza uma política de terras defendida pela CANGO. O que temos de concreto é que ela tinha uma orientação inicial de distribuição de terras aos colonos em pequenas propriedades, entretanto, não conseguimos identificar até que ponto este projeto pôde ser desenvolvido.

Encontrei, no Centro de Memória do Sudoeste do Paraná, uma farta documentação identificada como “roteiros de lote”, todas sem data. Em um primeiro momento, acreditei que esses “roteiros” teriam sido elaborados na primeira fase de atuação da CANGO, isto é, antes da década de 1950. Entretanto, ao analisá-los com maior cuidado, pude verificar que os mesmos foram produzidos já na década de 1950. Tal conclusão foi possível ao observar que, na identificação da Colônia, consta “Núcleo Colonial General Osório”, nome dado à CANGO já na década de 1950, em substituição a designação “Colônia Agrícola General Osório”. Conforme elencado anteriormente, mudança ocorrida em razão da troca no órgão de governo que passaria a gerir a Colônia.

Outro elemento que permite concluir que se trata de uma documentação do segundo período de atuação da Colônia é a indicação no cabeçalho do documento de Francisco Beltrão como município. Conforme é sabido, a emancipação política e administrativa de Francisco Beltrão ocorreu no ano de 1952.

Dessa forma, começamos nossa análise por um documento que pode dar-nos uma noção da finalidade da produção dos “roteiros de lote”. O registro em questão é datado de 8 de outubro de 1956. Trata-se de um ofício de autoria do Administrador da CANGO, enviado ao então Administrador do INIC e elaborado com o seguinte assunto: “Demarcação de lotes de terra”. Podemos elencar os seguintes aspectos presentes neste ofício:

---

<sup>237</sup> O acervo que disponibilizou a documentação pertencente à CANGO foi o Centro de Memória sobre o Sudoeste do Paraná. Quando tive acesso aos arquivos, fui autorizado a fazer a pesquisa, entretanto, também fui alertado para a situação que se encontrava a documentação. Como o Centro de Memória do Sudoeste do Paraná estava apenas começando organizar os documentos – remetidos pela prefeitura de Francisco Beltrão – havia muitos documentos dispersos, ao mesmo tempo em que o arquivo ainda não tinha conseguido organizar toda a documentação. Acredito que meu trabalho tenha sido muito prejudicado em relação a isso, não por culpa do Centro de Memória, mas pelo descaso com que tal documentação foi tratada ao longo dos anos, basicamente abandonada em depósitos da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. Também deve se considerar que não encontrei muitos dos documentos que a literatura que pesquisa a região diz existir, como, por exemplo, os relatórios anuais. Resta saber se esta documentação foi perdida/descartada ou omitida quando da doação ao atual arquivo.

Em resposta a seu ofício n.44, tenho a esclarecer o seguinte:

- Que esta administração tem em mãos os elementos do processo topográfico de 30 (trinta) glebas completas, perfazendo um total de 828 (oitocentos e vinte oito) lotes.
- O processo consta nos cálculos e planilhas das glebas e dos lotes; plantas em papel vegetal das glebas e dos lotes e cadernetas de campo referentes.
- Esses lotes acham-se perfeitamente demarcados no campo.<sup>238</sup>

Conforme se nota, a Colônia procurou demarcar um grande número de lotes de terra ou, para ser mais exato, 828, sendo eles divididos em 30 glebas completas. O administrador da CANGO procura esclarecer, ao diretor do INIC, que possuía as plantas destas glebas e destes lotes, além de planilhas que os especificariam.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que foram encontrados muitos desses materiais indicados no referido ofício, entretanto, nada muito organizado; o que mais foi localizado foram os dados topográficos, ou melhor, as descrições dos lotes (ver figura 6, p. 150). Por outro lado, na continuação deste mesmo documento, podemos ter uma noção das informações indicadas, a exemplo da gleba 25, que possui: “1 planta geral da gleba; 31 plantas de lotes; 31 roteiros de lotes e 56 planilhas de cálculos”.<sup>239</sup> Para ficar mais claro ao leitor, destacamos a planta geral desta gleba:

---

<sup>238</sup> ANEXO 8: Ofício nº88: Demarcação dos lotes de terra – 08 de outubro de 1956. *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 11 de agosto de 2015.

<sup>239</sup> Id. Ibid. s/p.



G L E B A 25

Amarração: Nas estações 54 da Gleba 24 e 84 da Gleba 21.

Situação: Parte do ponto 54 da Gleba 24, na margem do Rio Pedreira, sobe por este até sua nascente na estaca 56; segue por este até sua, digo segue por uma linha sêca pelo divisor até a estação 84 da Gleba 21, na nascente do Rio Tunas.

Caderneta: Nº 41 está o perímetro, nº 42 estradas, nºs 66 e 67 as linhas divisórias.

Número dos lotes: 31 (trinta e um) lotes com a seguinte numeração: 437 a 466 e mais o 465A.

Documentação:

- Cálculo analítico em planilhas, do perímetro, estradas e aguadas.
- Cálculo analítico da área, em planilhas, dos lotes roteiro em três vias, e plantas individuais dos lotes.
- Planta geral da Gleba em papel vegetal na escala de 1:10.000.

Lote nº 437	308.015,79 m <sup>2</sup>	Lote nº 453	253.363,74 m <sup>2</sup>
" 438	301.128,17 m <sup>2</sup>	" 454	246.084,57 m <sup>2</sup>
" 439	282.419,27 m <sup>2</sup>	" 455	217.642,74 m <sup>2</sup>
" 440	272.233,72 m <sup>2</sup>	" 456	303.598,11 m <sup>2</sup>
" 441	295.014,31 m <sup>2</sup>	" 457	219.862,54 m <sup>2</sup>
" 442	214.640,31 m <sup>2</sup>	" 458	265.556,52 m <sup>2</sup>
" 443	237.371,32 m <sup>2</sup>	" 459	224.338,94 m <sup>2</sup>
" 444	286.860,67 m <sup>2</sup>	" 460	183.828,03 m <sup>2</sup>
" 445	214.091,36 m <sup>2</sup>	" 461	250.928,19 m <sup>2</sup>
" 446	230.414,07 m <sup>2</sup>	" 462	239.215,17 m <sup>2</sup>
" 447	264.410,35 m <sup>2</sup>	" 463	230.134,98 m <sup>2</sup>
" 448	206.751,00 m <sup>2</sup>	" 464	156.058,87 m <sup>2</sup>
" 449	220.789,12 m <sup>2</sup>	" 465	271.594,95 m <sup>2</sup>
" 450	287.737,78 m <sup>2</sup>	" 465A	157.654,01 m <sup>2</sup>
" 451	246.487,20 m <sup>2</sup>	" 466	203.386,30 m <sup>2</sup>
" 452	235.552,26 m <sup>2</sup>	31	7.527.084,36 m <sup>2</sup>

**Figura 5:** Planta geral Gleba 25 (CANGO). Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão, acesso em 11 de agosto de 2015.

Podemos analisar este documento a partir de duas perspectivas: uma primeira, que se refere à própria distribuição da propriedade da terra, ou seja, ao tamanho das propriedades nas referidas glebas, o que pode dar-nos elementos para refletir sobre a estrutura fundiária do espaço.

Outro ponto diz respeito às políticas de atuação da CANGO, isso ganha evidência ao considerar-se que a Colônia teve duas fases de atuação. Em uma primeira, distribuía lotes gratuitamente aos colonos e prestava assistência técnica e social. Já em um segundo momento – referente aos documentos apresentados –, as terras passariam a ser vendidas, ao mesmo tempo em que ocorre uma drástica diminuição nas políticas de assistência aos colonos.

Começamos por analisar as distintas fases de atuação da Colônia. Um dos principais trabalhos que aborda essa questão e nos dá pistas sobre estes distintos

momentos de atuação é o de Iria Zanoni Gomes, que esclarece os seguintes elementos: “A CANGO teve dois momentos: O primeiro, como Colônia Agrícola, em que as terras eram dadas aos colonos e o segundo, quando é transformada em Núcleo Colonial, e se determina que a terra passe a ser vendida”.<sup>240</sup>

Gomes indica os dois momentos de atuação da Colônia, com especial atenção para a conjuntura que conduz a venda da terra ao colono. Entretanto, a autora faz algumas ressalvas em relação a essa questão, a partir de um relatório<sup>241</sup> de 1956:

No Relatório de 1956, que o Núcleo envio ao INIC, constava o seguinte “...havendo autorização, pode essa administração começar a entregar a cada colono o seu lote com respectiva planta e cobrar a 1ª (primeira) prestação, cujo valor de sua área foi também avaliado em CR\$ 6.000,00 (Seis mil cruzeiros) cada alqueire geométrico”. Núcleo Colonial General Osório. Ofício n.19/57, *Relatório Ano 1956*, 24/01/57. Francisco Beltrão/PR. O Núcleo nunca vendeu a terra porque a questão da legitimidade de sua propriedade estava em juízo. Desta forma, a fase que atuou concretamente se restringiu ao 1º momento. Se não tivesse havido 1957, provavelmente a história seria outra.<sup>242</sup>

De acordo com o exposto, possivelmente os roteiros de lotes das 30 glebas indicadas na documentação acima foram produzidos para o fim de cobrar o valor da propriedade da terra dos colonos já estabelecidos.

Além disso, os aspectos destacados por Gomes também demonstram a multiplicidade de interesses que envolviam a questão da posse da terra na região. Temos assim um contexto de pressão sobre os colonos que vai além das companhias grileiras, ao considerar que a CANGO em determinado contexto também tinha a intenção de cobrar as terras ocupadas. De acordo com a autora, se “não tivesse havido” os levantamentos de 1957, provavelmente teríamos um contexto complexo de disputas pelas terras ocupadas pelos referidos colonos.

Essas informações concordam com a documentação apresentada anteriormente. Assim, ao fim de 1956, a Colônia já tinha toda a documentação dos lotes e glebas, com o valor estabelecido de CR\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) para cada alqueire. A partir disso, ao retomarmos algumas das informações presentes na figura 5 (p. 144), podemos estabelecer conclusões acerca do valor da terra naquele período.

<sup>240</sup> GOMES, Iria Zanoni. 1957: A Revolta dos Posseiros. Curitiba: Criar Edições, 2005. p. 16.

<sup>241</sup> Este relatório é um dos exemplos de documentos reportados na literatura, que não foi encontrado na documentação remetida pela Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão ao Centro de Memória sobre o Sudoeste do Paraná.

<sup>242</sup> GOMES, op. cit. p. 16.

Dos 31 lotes da gleba, 25 possuem a seguinte variação de extensão: o maior com um total de 308.015,79m<sup>2</sup>, enquanto o menor, o lote 464, com 156.058,87m<sup>2</sup>. Se transformarmos estes números em alqueires, temos para a área maior 12,7 alqueires, enquanto para a menor, 6,4.

Tais cálculos nos indicam que, para o agricultor adquirir (comprar) da CANGO seu lote, isto é, obter a propriedade na qual já estava estabelecido, deveria dispor de um capital que variava entre, CR\$ 72.200,00 (setenta e dois mil e duzentos Cruzeiros) para a maior propriedade da gleba, e CR\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos Cruzeiros) para o agricultor que possuísse a menor propriedade. Destarte, se olharmos para a média das propriedades desta gleba, podemos notar que a grande maioria varia entre 230.000,00m<sup>2</sup> e 280.000,00m<sup>2</sup>, ou seja, a maioria das propriedades tinha uma variação de tamanho de 9 a 11 alqueires.

A partir dessas considerações, avançamos em relação à outra perspectiva que este documento pode nos revelar. Essa documentação que descreve os lotes e as glebas pertencentes à Colônia, em 1956, permite-nos visualizar a organização fundiária deste espaço, tornando possível recolocar nossa questão fundamental: que conjuntura conduz o reconhecimento de uma estrutura agrária e fundiária diferenciada no Sudoeste do Paraná?

Iniciamos nossa análise justamente com a gleba 25, a qual já está exposta (p. 144). Esta possui 31 lotes, sendo que o maior deles não chega a 13 alqueires e o menor tem pouco mais de 6 alqueires; sua área total é de 7.527.084,50m<sup>2</sup>, o que representa aproximadamente 311 alqueires; se dividirmos esse número pelos lotes registrados, temos uma média de pouco mais de 10 alqueires por propriedade.

Notadamente, a estrutura fundiária dessa gleba é de pequenas propriedades, isso deixa evidente os dois períodos de atuação da Colônia: com uma primeira fase direcionada à orientação e à distribuição gratuita da propriedade da terra em pequenas propriedades, ao considerar que os lotes são quase todos do mesmo tamanho. Por outro lado, em sua segunda fase, podemos notar de que maneira essa organização dos lotes e glebas foi contestada pela própria CANGO, no momento da troca de sua administração, ou seja, quando os colonos já estavam estabelecidos em suas propriedades.

Para refletir outros elementos em relação à estrutura fundiária da região, destacamos os dados das outras glebas. Gleba 7: seu maior lote possuía uma área de 444.048,63m<sup>2</sup>, o que significa pouco mais de 18 alqueires, já o menor tinha uma área de 261.383,07m<sup>2</sup>, ou 10,8 alq. Se analisarmos a estrutura geral dessa gleba, é possível notar

que ela possuía lotes um pouco mais extensos, em relação aos apresentados na gleba 25; para ser mais exato, sua área total é de 7.871.989,51m<sup>2</sup> (325 alq.), os quais, divididos entre os 26 lotes indicados, dá uma média de 12,5 alq.<sup>243</sup> Isto é, temos uma pequena variação na média, pouco mais de 10 alq por lote na gleba 25, em relação aos 12,5 alq por lote na gleba 7.

Passamos agora para a gleba 16, que apresenta, em seu registro, 15 lotes, sendo o de maior extensão com 411.594,30m<sup>2</sup> (17 alq.), enquanto o de menor extensão tem 242.647,71m<sup>2</sup> (10,3 alq.); sua área total é de 4.611.003,61m<sup>2</sup> (190,5 alq.), que, divididos entre os 16 lotes, dá uma média de aproximadamente 11,9 alqueires por propriedade.<sup>244</sup>

Além dos dados apresentados acima, foram encontrados registros completos referentes às glebas 17, 18, 19 e 30, nas quais destacamos os seguintes elementos em relação à extensão das propriedades registradas pela CANGO:

**Tabela elaborada pelo autor**

Gleba 17 35 Lotes	Maior área: 326.608,34m <sup>2</sup> (13,5 alq.)	Menor área: 149.006,30m <sup>2</sup> (6,1 alq.)	Área Total da Gleba: 8.791.934,89m <sup>2</sup> (363,3 alq.)	Média da Gleba em alq. Por lote: (10,3 alq.)
Gleba 18 16 Lotes	Maior área: 495.103,98m <sup>2</sup> (20,4 alq.)	Menor área: 175.681,56m <sup>2</sup> (7,2 alq.)	Área Total da Gleba: 5.803.382,64m <sup>2</sup> (239,8 alq.)	Média da Gleba em alq. Por Lote: (14,9 alq.)
Gleba 19 26 Lotes	Maior área: 404.121,26m <sup>2</sup> (16,7 alq.)	Menor área: 261.609,22m <sup>2</sup> (10,8 alq.)	Área Total da Gleba: 8.719.049,22m <sup>2</sup> (360,3 alq.)	Média da Gleba em alq. Por Lote: (13,8 alq.)
Gleba 30 45 Lotes	Maior área: 311.814,90m <sup>2</sup> (12,8 alq.)	Menor área: 168.105,55m <sup>2</sup> (6,9 alq.)	Área Total da Gleba: 11.321.601,70m <sup>2</sup> (468 alq.)	Média da Gleba em alq. Por Lote: (10,4 alq.)

**Tabela 1:** Planta geral das Glebas 17, 18, 19 e 30 (CANGO). *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 11 de agosto de 2015. (Anexos 11, 12, 13 e 14).

Ao analisar os dados apresentados acima, podemos elencar algumas conclusões: as duas glebas (18 e 19) que apresentam o menor número de lotes são as que possuem as maiores médias em relação à extensão dos lotes. A gleba 18 – apesar de apresentar

<sup>243</sup> ANEXO 9: Planta geral Gleba 07 (CANGO). *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 12 de agosto de 2015.

<sup>244</sup> ANEXO 10: Planta geral Gleba 16 (CANGO). *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 12 de agosto de 2015.

um lote com pouco mais de sete alqueires – possui uma média de 14,9 alq., ao passo que a gleba 19 tem uma média de 13,8 alq. por lote.

Além disso, a tabela também nos permite pensar a variação média no tamanho das propriedades; apesar de apresentar lotes de apenas seis alqueires, a média de todas as glebas está entre 10 e 15 alqueires. Evidentemente, existem lotes com mais de 15 alqueires, mas a média indica que grande parte dos colonos possuía uma propriedade que variava entre 10 e 15 alq.

Em termos de estrutura fundiária, isso significa que, com a CANGO, existiu uma organização da propriedade da terra a partir do modelo de pequenas e médias propriedades, e que esse foi o projeto inicial da Colônia, prejudicado pela ação das companhias grileiras e das trocas na gestão da própria Colônia, que apresenta aos colonos uma nova forma de atuação na década de 1950.

Prova disso é que esses roteiros de lotes são elaborados para cobrar dos colonos a terra que ocupavam. Um documento que demonstra essa intenção por parte da Colônia expõe os seguintes aspectos:

Aos senhores guardas que atendem aos colonos abaixo relacionados:  
A seção de engenharia pede que sejam avisados os colonos abaixo discriminados, a fim de comparecerem sexta feira dia 4 do corrente, a dita seção, para verificarem o loteamento da gleba 32. Aos que não vierem, não caberá nenhuma reclamação posterior. Rio Jaracatiá e Vitória.<sup>245</sup>

O documento é datado de 1º de maio de 1956 e, notadamente, convoca os colonos relacionados a comparecerem a seção de engenharia da Colônia para verificar o loteamento da gleba 32. Na lista que dá sequência ao documento consta o nome de 47 agricultores ou agricultoras, todos possivelmente já residentes na referida gleba. Ao lado de alguns nomes, constam algumas marcações como “não” ou apenas um sinal de positivo. Possivelmente essa notação dizia respeito à situação do lote ao qual o colono estava ocupando, ou seja, se já havia comparecido à sede da Colônia.<sup>246</sup>

Consta ainda, ao fim do documento: “os vizinhos dos colonos relacionados devem também comparecer, pois seus nomes podem estar omissos por engano, ou por não terem sido suas casas levantadas”.<sup>247</sup> Quem assina o referido documento é o

<sup>245</sup> ANEXO 15: Núcleo Colonial General Osório – comunicado aos Guardas rurais. *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 18 de fevereiro de 2016.

<sup>246</sup> Id. Ibid. s/p.

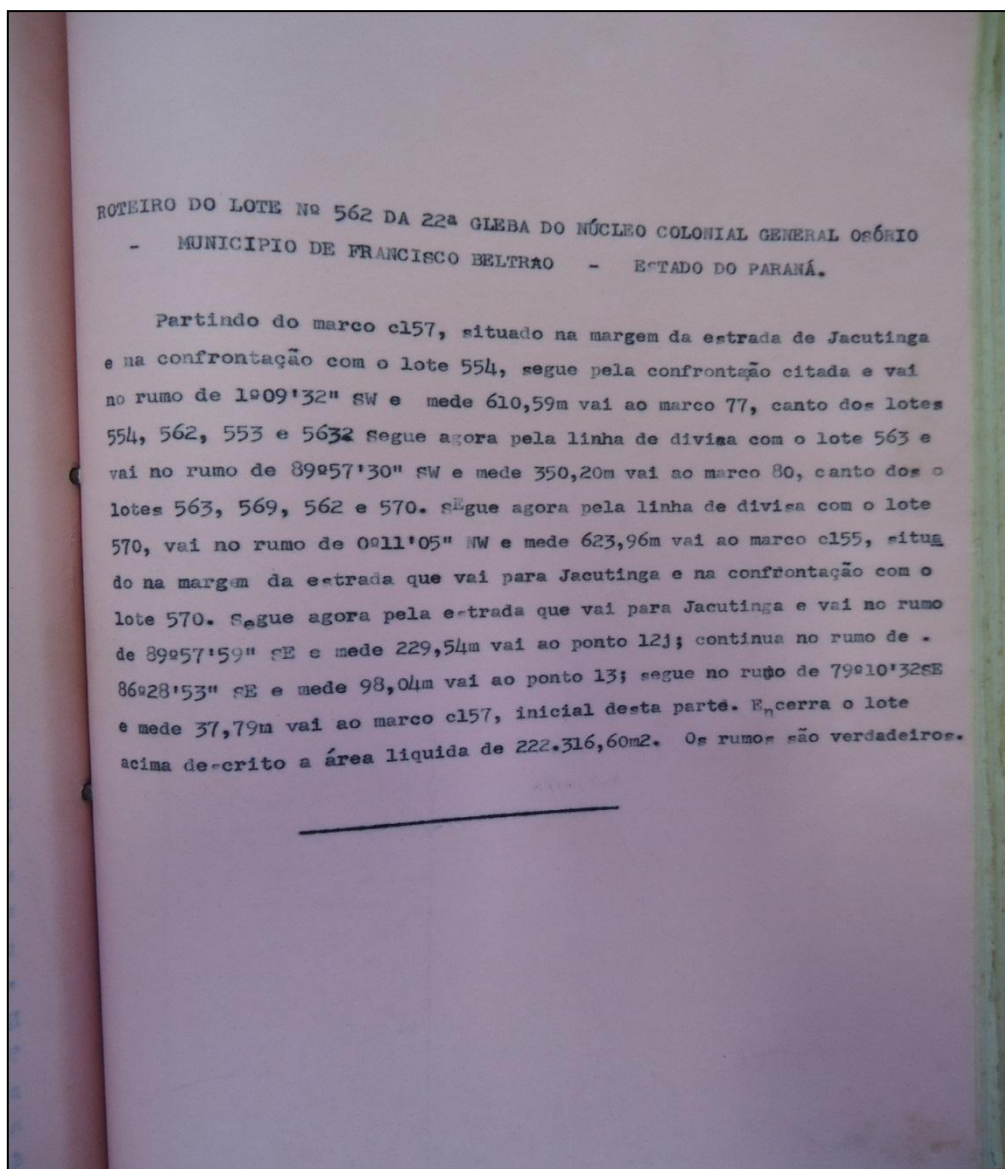
<sup>247</sup> Id. Ibid. s/p.

engenheiro responsável pelo setor de Serviços de Engenharia da CANGO, Amadeu Pereira Coutinho.

Dessa maneira, é possível constatar que existia todo um trabalho antes da elaboração deste e dos demais documentos apresentados anteriormente, o que demonstra que a administração da Colônia procurou mapear todas as glebas que estavam dentro de sua área de atuação, ao passo em que procurava arrolar os colonos residentes nas mesmas.

Evidentemente, trata-se de um documento que convoca o colono a regularizar sua situação junto ao Núcleo e isso significava pagar pelo lote em que residia. Notamos, assim, o cenário de instabilidade em que vivia o agricultor do Sudoeste do Paraná naquele período, ao considerar que lhe cobravam a terra, tanto as companhias grileiras, quanto a CANGO, que outrora o tinha acolhido e oferecido assistência técnica e social. É nessa conjuntura que muitos decidem abandonar a região, ao passo que é também este mesmo contexto que conduz os colonos ao movimento de 1957.

Para que fique mais claro de que maneira foi feita essa documentação com a intenção de cobrar a terra dos colonos, apresentamos, na sequência, um roteiro de lote que demonstra o trabalho realizado pelo setor de engenharia e serviços da CANGO:



**Figura 6:** Roteiro de Lote Nº 562 da 22ª Gleba do Núcleo Colonial General Osório. Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão, acesso em 11 de agosto de 2015.

O registro acima expõe de que maneira era feito o roteiro dos lotes que pertenciam aos agricultores. Notamos, uma série de elementos técnicos que demarcam os limites da propriedade em questão. Além disso, também consta, ao final, a área líquida do lote, que é de 222.316,60m<sup>2</sup>, o que significa uma propriedade de pouco mais de 9 alqueires.

Cabe considerar que foram encontrados registros de aproximadamente 300 documentos similares a este, produzidos no mesmo período, o que significa que a CANGO desenvolveu um amplo projeto com a intenção de regularizar a posse junto aos colonos, mesmo que por meio de cobrança. O relatório apresentado a partir de Gomes, referente ao ano de 1956, demonstra tais aspectos: “havendo autorização, pode essa

administração começar a entregar a cada colono o seu lote com respectiva planta e cobrar a 1ª (primeira) prestação, cujo valor de sua área foi também avaliado em CR\$ 6.000,00 (Seis mil cruzeiros) cada alqueire geométrico”.<sup>248</sup>

A própria Iria Zanoni Gomes admite que essa ação só não foi efetivada em razão da luta dos colonos em 1957 e também pela ação das companhias grileiras. Todavia, além da documentação já arrolada, podemos notar que a administração possuía desenhos de plantas de propriedades, conforme podemos verificar no exemplo a seguir (ver figura 7, p.152).

Apesar de já termos visto alguns aspectos similares a estes no anexo 8 (p. 143), o qual indica que cada gleba possuía “1 planta geral”, notamos que tal documento tem como data o ano de 1952, para ser mais preciso 15 de novembro de 1952, enquanto o anexo 8 é de 1956. Por outro lado, quem assina a referida planta é o então administrador da Colônia, Glauco Olinger; também consta o nome do engenheiro civil e chefe da seção de terras, Henrique Dietrich, e o nome de Amadeu Pereira Coutinho, técnico e engenheiro agrônomo.

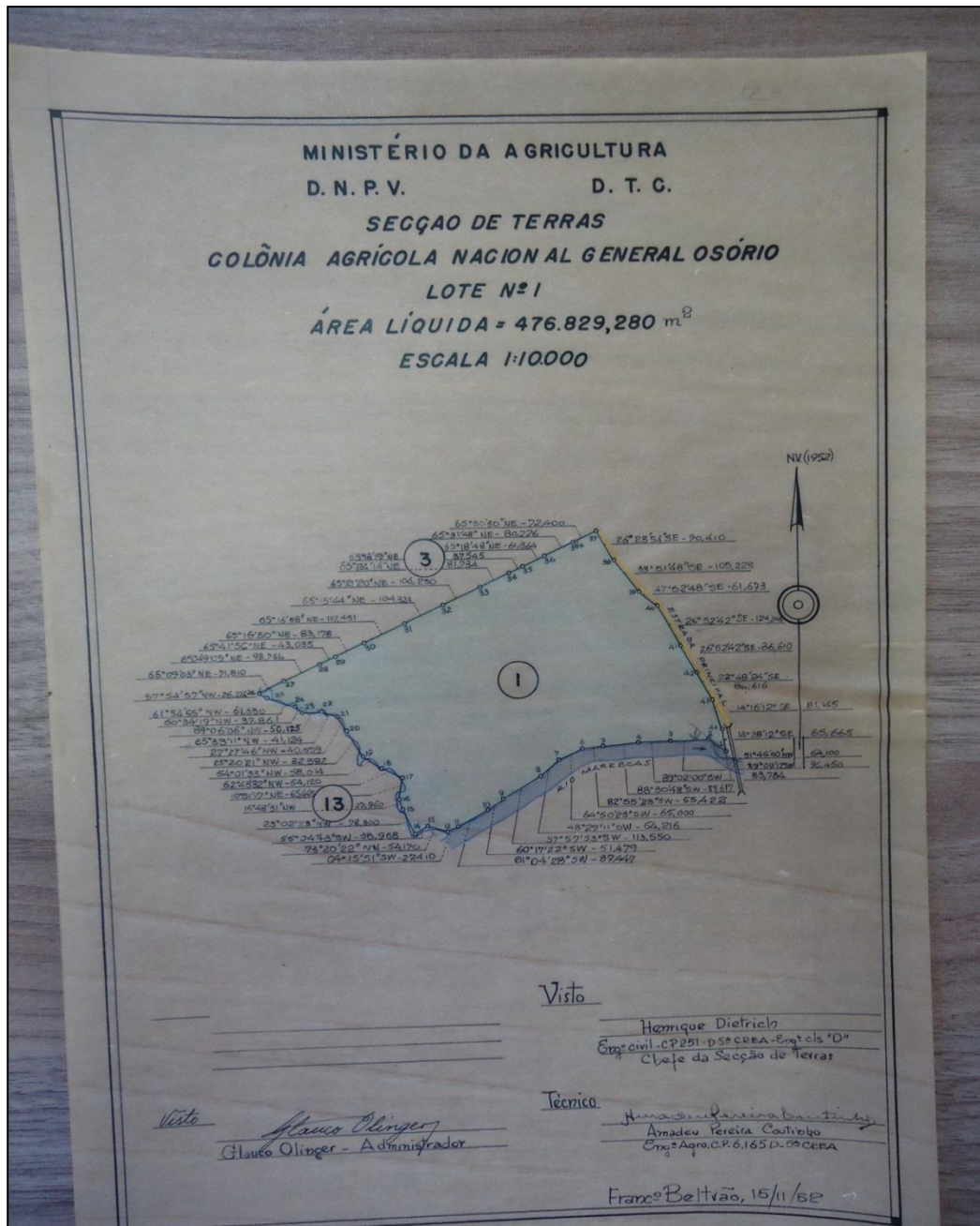
Conforme foi visto anteriormente, no documento (anexo 15, p. 148) que convoca os colonos a comparecerem à sede da Colônia, quem dá validade àquele registro é o próprio Amadeu Pereira Coutinho. Isso demonstra como Coutinho permaneceu na Colônia por um longo período. Nesse caso, encontramos registros de seus trabalhos em um período de quatro anos, ou seja, além de serem indicados como políticas administrativas de um segundo período de atuação da Colônia, esses roteiros de lotes e as plantas de propriedades podem ser uma característica de determinado administrador da CANGO,<sup>249</sup> que tinha claramente a intenção de regularizar a posse da terra na região, cobrando a mesma dos colonos já residentes.

---

<sup>248</sup> GOMES, Iria Zanoni. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 2005. p. 16.

<sup>249</sup> De acordo com os registros, a CANGO teve como primeiro administrador Eduardo Virmond Suplicy (foram encontrados documentos de sua administração até pelo menos junho de 1950). Nos documentos selecionados, Glauco Olinger aparece como seu sucessor. Todavia, Cattelan (2014, p. 49) destaca que Suplicy foi exonerado da administração da CANGO, por motivos políticos, em junho de 1950, retornando em março de 1951 e permanecendo até novembro de 1954. Entretanto, conforme é possível notar no registro acima, Glauco Olinger aparece como administrador da CANGO em documentos de 1952.





**Figura 7:** Colônia Agrícola Nacional General Osório – Planta de Propriedade – Lote Nº1. Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão, acesso em 11 de agosto de 2015.

Isso pode ser questionado quando observamos o cabeçalho do documento acima, ao considerar que o nome da CANGO ainda aparece enquanto “Colônia Agrícola” e não como “Núcleo Colonial”. Conforme já foi mencionado, existe consenso na literatura de que, quando a CANGO passa a ser gerida pelo INIC e se transforma em “Núcleo Colonial”, as terras passariam a serem vendidas aos colonos. Todavia, quando observamos o registro acima notamos que isso pode ter acontecido já antes da Colônia

ser gerida pelo INIC, ou seja, pode ter sido uma política administrativa de determinado administrador da Colônia.<sup>250</sup>

Pegamos como exemplo Glauco Olinger, o qual, no documento acima, aparece como administrador da Colônia em 15 de novembro de 1952, por outro lado encontramos menção a sua administração também em 1955, conforme exposto na transcrição do documento abaixo:

Declaro que o colono Honorato José Pinto por não ser fichado nesta CANGO e desejando legalizar-se perante o INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) passou uma nota promissória (n.85) em favor do mesmo instituto, que será cobrada de acordo com as instruções que vierem da direção do INIC, com as quais o referido colono, declara, se conformará.<sup>251</sup>

O documento é complementado indicando que a “nota promissória” só seria cobrada quando o INIC enviasse a escritura das terras, “cujo preço” seria “estabelecido por uma comissão legal de avaliação”.<sup>252</sup> A referida comissão de avaliação não é indicada, tampouco se seria composta somente por funcionários do INIC ou apenas pela própria CANGO; por outro lado, podemos notar que o encaminhamento da Colônia para situações como a do senhor Honorato José Pinto é a de legalizar a posse da terra por meio da escrituração por pagamento ao INIC.<sup>253</sup>

Esse exemplo nos permite refletir de que maneira as mudanças na forma de atuação da CANGO, bem como o modo de se referir à propriedade da terra estão relacionadas não só com a atuação do INIC, mas também, com a forma de trabalho de alguns administradores, nesse caso, de Glauco Olinger. Encontramos registros de sua

---

<sup>250</sup> O Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) foi criado pela Lei nº 2.163, de 5 de janeiro de 1954, vinculado ao Ministério da Agricultura absorveu a Divisão de Terras e Colonização (DTC). De acordo com Alzira Alves de Abreu cabia ao mesmo “traçar e executar o programa nacional de colonização, tendo em vista a fixação dos imigrantes e o maior acesso dos nacionais à pequena propriedade agrícola; assistir e encaminhar os trabalhadores nacionais migrantes de uma para outra região, e orientar e promover a seleção, a entrada, a distribuição e a fixação de imigrantes no país”. Durante sua atuação o órgão criou alguns núcleos colônias, além de gerir as colônias agrícolas já existentes. Abreu salienta que o mesmo sofrera algumas críticas, em especial por criar núcleos colônias, sobretudo no Nordeste, sem “estudos técnicos”. FGV-CPDOC: VERBETE INIC: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-imigracao-e-colonizacao-inic>>. Acesso em 21 de março de 2017.

<sup>251</sup> ANEXO 16: Declaração – Núcleo Colonial General Osório: 04 de abril de 1955, Glauco Olinger – Administrador. *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 19 de fevereiro de 2016.

<sup>252</sup> Id. Ibid. s/p.

<sup>253</sup> Também foram encontrados documentos com nomes de colonos que desejavam localizar-se nas dependências da Colônia. Em um destes registros consta uma relação de 43 nomes de agricultores, ao lado de alguns consta o estado civil “casado” e a provável localidade pretendida, com maiores indicações para Pato Branco e Itapejara. Ver: ANEXO 17: Relação dos colonos que pretende localizar-se nas dependências do INIC “Instituto de Imigração e Colonização”. *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 24 de novembro de 2015.

ação enquanto Administrador – em documento que faz menção à CANGO ainda enquanto “Colônia Agrícola” –, de 1952 a 1955, em documentos que dizem respeito à questão da propriedade da terra e a lotes a serem demarcados/transferidos a outros colonos.

Isso pode significar que, ao contrário do que muitos pesquisadores salientam, a troca dos órgãos que geriam a Colônia, da Divisão de Terras e Colonização (DTC) para o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), pode não ser o único aspecto diferencial da mudança na forma de atuação da CANGO. Isso porque as diferentes fases de atuação podem ser muito mais caracterizadas pela ação de seus administradores, cobrando ou doando a terra aos colonos. É evidente que o órgão responsável por gerir a Colônia pode ser, de determinada maneira, um facilitador de atuação em favor ou não dos colonos, mas devemos considerar a autonomia do administrador em sua forma de gerir.

Mais do que isso, toda essa documentação demonstra a instabilidade vivenciada pelos colonos. Mudanças de gestão, tanto na esfera local como na nacional, constituíram um contexto de total insegurança em relação à propriedade da terra. Essas foram talvez as principais motivações que levaram os colonos a lutarem pela propriedade da terra em outubro de 1957, isto é, além da violência física e psicológica que, constantemente, sofriam, advindas das companhias que se diziam colonizadoras, eles também não tinham segurança em relação aos outros órgãos que poderiam lhes auxiliar, seja a CANGO, seja os representantes dos poderes municipal e estadual.

Além disso, podemos pensar que a mudança na forma de atuação da CANGO também pode estar relacionada à chegada das companhias grileiras – CITLA, Apucarana e Comercial – na região. Gomes ressalta que o impacto dessas companhias na forma de atuação da CANGO foi tamanho que, de 1951 a 1955, “não existem relatórios sobre as atividades do órgão”. Assim, também devemos considerar esses aspectos no que se refere às diferentes fases de atuação da Colônia.<sup>254</sup>

Dessa maneira, Gomes apresenta sua opinião sobre essa questão, destacando que, a partir do momento em que as companhias se instalam na região, além de limitar a atuação da CANGO, passa a ocorrer um embate entre seus administradores. Em sua opinião, a forma diferenciada de atuação da Colônia, a partir de 1951, está relacionada ao avanço das companhias grileiras.

---

<sup>254</sup> GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 2005. p. 19.

Para Gomes, a CITLA e a CANGO tinham projetos de “colonização distintos”. A CITLA e suas subsidiárias viam no colono um entrave para seus empreendimentos, sendo seu objetivo inicial “implantar uma grande indústria de celulose”. Assim, os colonos que já estavam residindo na região deveriam legalizar sua posse – através do pagamento – e os que, por ventura, adentrassem a região seriam “alocados apenas nas terras cobertas de mato branco, onde os pinheiros eram escassos”.<sup>255</sup>

Por outro lado, a CANGO tinha, inicialmente, como objetivo primordial, a ocupação da região a partir de “colonos vindos das regiões mais antigas” do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Na interpretação de Gomes, o “assentamento desses colonos deveria ser feito mediante a distribuição de lotes coloniais, que variavam entre 24 e 50 hectares, com ênfase na produção agrícola de alimentos voltados para o consumo interno”.<sup>256</sup>

Os documentos anteriormente apresentados confirmaram a afirmação da autora. A variação de 24 a 50 hectares equivale ao cálculo médio de 10 a aproximadamente 20 alqueires por propriedade. Conforme verificamos, todos os roteiros de lotes vistos até então tinham uma área dentro desta faixa. Outro aspecto interessante e que merece destaque é que a produção de alimentos nessas propriedades tinha como ênfase o mercado interno, o que significa uma produção familiar de gêneros alimentícios de primeira necessidade.

É importante pensarmos esses distintos projetos de reocupação do Sudoeste do Paraná para que tenhamos consciência dos diferentes interesses envolvidos nesse processo, os quais desencadearam os levantes dos colonos, em outubro de 1957.

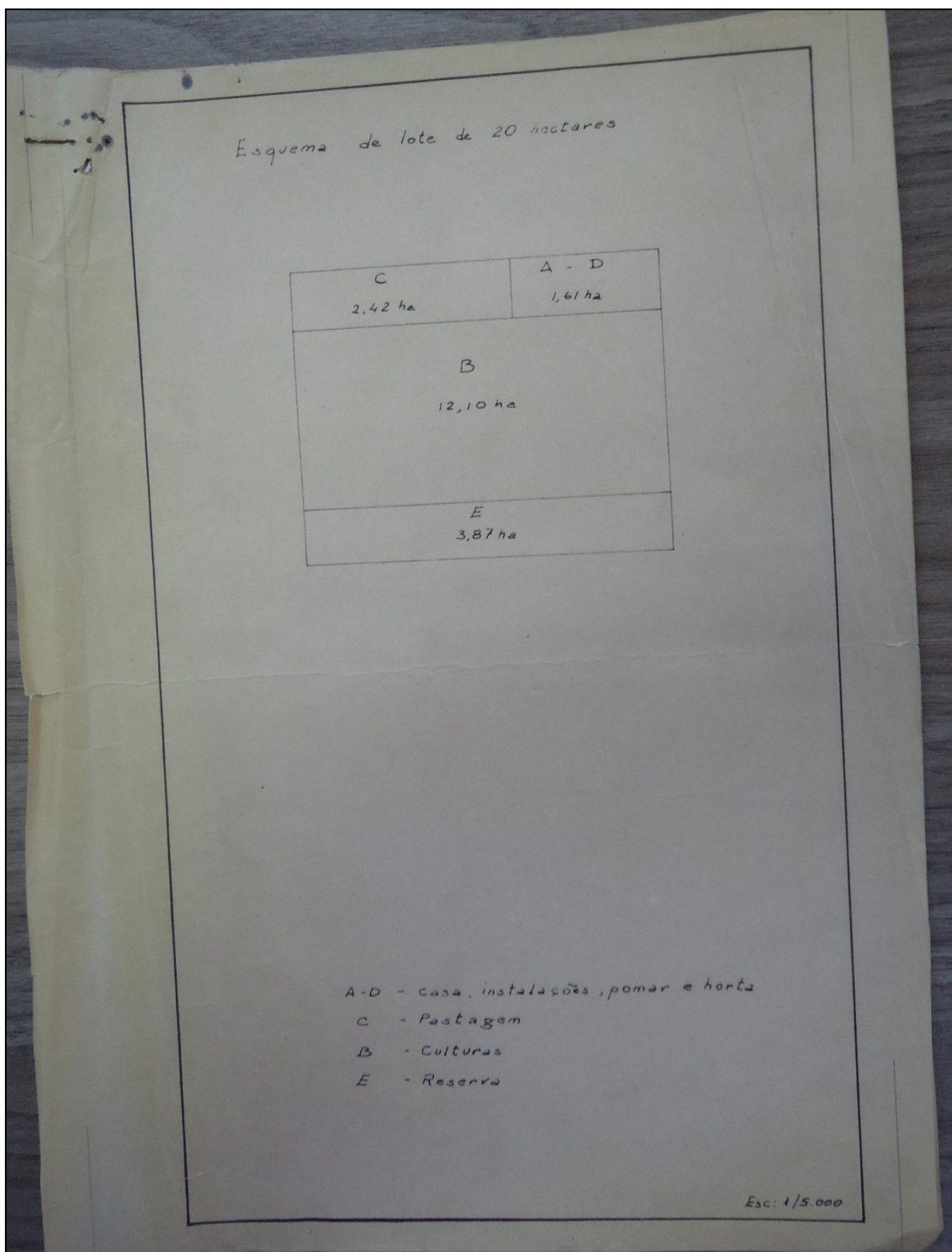
Voltando novamente nossa atenção ao documento destacado (figura 7, p. 152), ele também nos permite perceber a área total do referido lote, que é de 476.829,280m<sup>2</sup>, o que significa uma propriedade de 19,7 alqueires. Nesse sentido, foi possível notar que, de todos os documentos apresentados, nenhum deles teve sua área maior que 20 alqueires. Isso significa, sem sombra de dúvida, a forte influência da Colônia na caracterização fundiária da região a partir do modelo de pequenas propriedades.

Nessa perspectiva, indicamos um dos registros que permite dimensionar essa política fundiária desenvolvida pela Colônia:

---

<sup>255</sup> Id. Ibid. p. 44.

<sup>256</sup> Id. Ibid. p. 44.



**Figura 8:** Esquema de lote de 20 hectares (CANGO). Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão, acesso em 10 de agosto de 2015.

O documento intitulado “esquema de lote de 20 hectares” expõe um modelo de distribuição das áreas de um lote com 20 hectares ou pouco menos de 10 alqueires. Dessa maneira, o lote aparece dividido em quatro áreas, sendo “A” e “D” para a casa,

instalações, pomar e horta com 1,6 ha; “C” para pastagens, com 2,42 ha; “B” para culturas, com 12,10 ha; e “E” para a reserva, com 3,87 hectares.

O registro demonstra claramente em que medida a CANGO tinha uma política de distribuição da propriedade da terra a partir do modelo de pequenas propriedades. Nesse caso, o exemplo remete a uma propriedade de 20 hectares e, apesar do documento não apresentar a data de sua produção, acreditamos que seja referente à primeira fase de atuação da Colônia, ou seja, quando era administrada por Eduardo Suplicy e gerida pela Divisão de Terras e Colonização.

Deduzimos isso ao considerar que se trata de um material elaborado para pensar uma representação sobre um lote ou uma pequena propriedade. Dessa maneira, olhando a ocupação da região, ao longo das décadas de 1940 e 50, notamos que, em meados de 1950, o Sudoeste do Paraná já possuía uma ocupação significativa.<sup>257</sup> Isto é, a produção de um esquema de divisão da área de um lote fazia muito mais sentido na década de 40, no início dos trabalhos da Colônia quando a região ainda estava pouco ocupada, do que no fim da década de 50, quando temos mais de 200 mil pessoas residindo neste espaço, já com seus lotes demarcados.

Ao mesmo tempo, notamos o quanto a documentação da década de 1950 é diferente do esquema apresentado acima. Nos registros de 1950, quando Glauco Olinger administrava a CANGO, temos como principal preocupação a regularização dos lotes e a demarcação deles de acordo com as plantas e os roteiros elaborados pela própria Colônia, enquanto esse esquema procurava delinear de que maneira deveria ser a organização – por área – de uma pequena propriedade agrícola.

Assim, podemos constatar que a maior área da propriedade agrícola é destinada para as “culturas” ou para a produção de alimentos. Além disso, também é dedicada uma boa fração – quase 4 hectares – para a área de “reserva”, indicação que obedecia a uma prerrogativa da Divisão de Terras e Colonização, conforme consta no Decreto 3.059 de fevereiro de 1941, que dispõe sobre as atribuições na criação das colônias

---

<sup>257</sup> Em 1946 a CANGO tinha cadastradas 2.529 pessoas, enquanto em fins de 1956 o cadastro tinha 15.284 e 26.000 esperavam cadastramento. Entretanto, se analisarmos a população total da região os números são expressivos, em 1950 a população total da região era de 76.373, dez anos depois, em 1960, essa população salta para 230.379 pessoas, sendo 119.787 na área rural. Isso significa que, em um curto espaço de tempo ocorre uma massiva migração para o Sudoeste do Paraná. GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 2005. p. 20, 21.

agrícolas: “Tratando-se de regiões de florestas naturais, em cada lote será mantida uma reserva florestal não inferior a 25% da sua área total”.<sup>258</sup>

De acordo com o exposto no esquema acima, notamos que ele segue as prerrogativas do decreto apenas em parte, ou seja, destina uma área do lote para a reserva florestal; todavia, essa área não chega aos 25% sugeridos, já que, para atingir esse número, seria necessário, no mínimo, 5 hectares para a reserva florestal. Além desses aspectos, também podemos considerar esses detalhes como mais indícios que demonstram como o documento possivelmente foi produzido na década de 1940, para atender às prerrogativas do Decreto e do DTC.

Destarte, observamos que a política fundiária – inicial – da CANGO encontrava-se balizada a partir da organização agrícola de pequenas propriedades. Assim, outro documento que comprova isso é um segundo esquema que apresenta uma planta de propriedade de 40 hectares: (ver figura 9, p. 159).

O esquema apresentado é similar ao anterior, com a mesma divisão das áreas, isto é, com espaço reservado para: “A” e “D” “casa, instalações pomar e horta”; “B” para “culturas; “C” para “pastagens”; e “E” para “reserva”. Todavia, é interessante observar que, apesar da área do lote passar de 20 para 40 hectares, a única das extensões do esquema que aumenta de proporção é a de reserva, passando de 3,87 hectares no primeiro esquema para 23,87 no segundo.

Notamos, assim, que, nos parâmetros da Colônia, teoricamente um lote maior, neste caso, de 40 hectares, significava apenas um espaço maior para a área de reserva, ou seja, as culturas continuavam ocupando os 12,10 hectares, tanto na propriedade de 20, quanto na de 40 hectares.

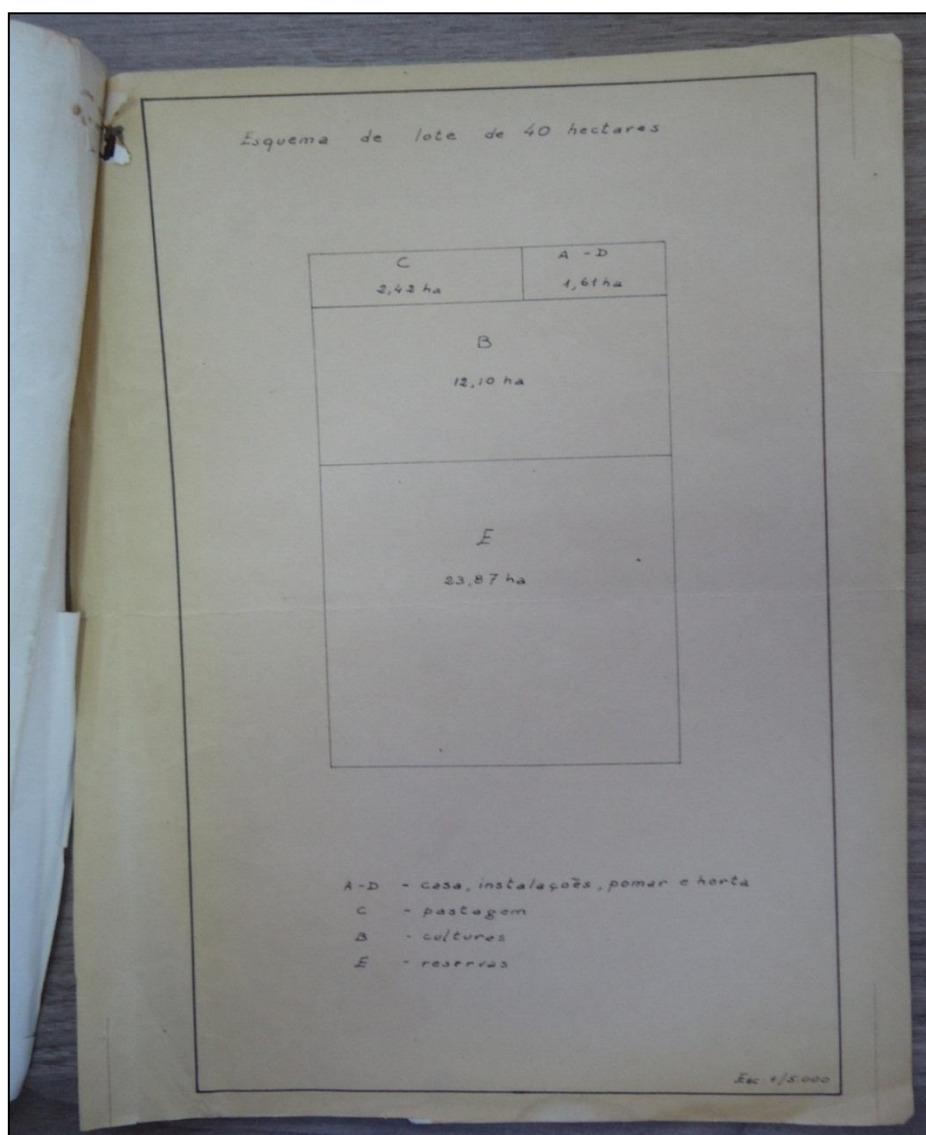
Ademais, neste esquema, a área destinada à reserva contemplava com certa folga, as prerrogativas do Decreto 3.059. Assim, ao destinar para a área de reserva 23,87 hectares, a administração determinava que o lote com 40 hectares deveria ter mais de 50% de sua área de reserva. Esse espaço maior para a reserva também pode ser visto como um atenuante ao considerar que o modelo de lote de 20 hectares não previa os 25% sugeridos no decreto. É evidente que devemos ponderar que, dada as condições de exploração agrícola do período, dificilmente um colono e sua família conseguia explorar mais de 12 hectares de terra, já que a produção era voltada quase que exclusivamente ao

---

<sup>258</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: DECRETO LEI 3.059/1941: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 5 de abril de 2017.

consumo, além do mais, o trabalho era feito com ferramentas agrícolas, ou seja, de maneira manual.

Ainda sobre a questão de preservação ambiental, o decreto destaca outros dois incisos: “§ 3º Sempre que possível será mantida uma grande reserva florestal típica da região, em torno da colônia. § 4º Na elaboração do plano geral de colonização, serão respeitadas as belezas naturais da região, bem como cuidar-se-á da proteção à sua flora e fauna”.<sup>259</sup> Isto é, procurava-se orientar não só a preservação ambiental na demarcação dos lotes de terra, mas também sobre “uma grande reserva florestal típica da região” e as “belezas naturais”.



**Figura 9:** Esquema de lote de 40 hectares (CANGO). Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão, acesso em 10 de agosto de 2015.

<sup>259</sup> Id. Ibid. s/p.



Tais documentos nos instigam a refletir em que medida esse modelo de propriedade foi colocado em prática na região em questão. Conforme notamos no desenvolver do capítulo, a CANGO – em seu período inicial de atuação até pelo menos o início da década de 1950 – tinha uma política agrícola claramente baseada na produção agrícola familiar em pequenas propriedades, organização que molda a estrutura agrária – a produção de alimentos – e fundiária – a repartição da propriedade da terra – do Sudoeste paranaense.

A partir deste cenário, para concluir este capítulo, apresentamos algumas considerações acerca da relação que podemos estabelecer entre a história e os documentos ora apresentados. Primeiramente, é preciso mencionar que esta análise, ao se pautar no presente ou na paisagem atual do Sudoeste paranaense, propõe redimensionar os entendimentos construídos sobre este espaço, e quando indicamos isso, pode-se mirar as representações elaboradas para e sobre esta região.

Nessa seara, não podemos ignorar o processo contínuo do presente que se relaciona ao passado. O presente a que nos referimos é o constituir do Sudoeste do Paraná como espaço geográfico e político, suas articulações e elaborações ao longo do tempo, já o passado pode ser visto enquanto resultado dos diferentes agentes que constituíram e interpretaram esta região, tanto a literatura, que buscou cristalizar a ocupação e os levantes de 1957, quanto a CANGO enquanto representante do Estado, com suas políticas para com os colonos.

No primeiro capítulo, foi possível identificar de que maneira diferentes autores procuram representar a região aqui estudada. Assim, nos propomos a refletir em que medida a atuação da CANGO aparece na formação da representação social do Sudoeste paranaense no que se refere ao aspecto agrário e fundiário.

Desta maneira, retomamos algumas considerações de Roger Chartier que, em “Por uma sociologia histórica das práticas culturais”, ao fazer referência ao Antigo Regime, enquanto objeto de estudos, indica que “a distinção fundamental entre representação e representado, entre signo e significado, é pervertida pelas formas de teatralização da vida social”.<sup>260</sup> A relação proposta por Chartier pode ser considerada enquanto nexos da relação presente e passado no Sudoeste do Paraná. Indicamos isso ao

---

<sup>260</sup> CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: \_\_\_\_\_. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 21.

ponderar a maneira como se constituiu, para este espaço, representações sociais que são, de alguma forma pervertidas pela teatralização da vida social.

Referimo-nos, neste ponto, à maneira como as representações sociais dão duração e estabilidade às identidades históricas de determinados grupos. No caso aqui privilegiado, temos o constituir de uma identidade calcada na noção de pequenas propriedades e agricultura familiar, enquanto fruto e resultado de um movimento social. Essa elaboração naturalmente exclui ou minimiza os grupos que não colaboram para tal identidade, nesse meio, no qual a CANGO tem função importante, mas não principal ou fundamental.

A ação da Colônia é lembrada e vista apenas como importante na recepção dos colonos e no direcionamento para as propriedades agrícolas, sua atuação é constantemente minimizada pela ação das companhias agrícolas grileiras, junto ao contexto que antecede a Revolta de 1957. Por outro lado, no desenvolver deste capítulo, foi possível ao leitor verificar em que medida o funcionamento da CANGO foi importante para a organização agrícola do espaço, ao passo em que o signo que a representa, na maioria das vezes, é minimizado por um privilegiar dos levantes de 1957.

A relação estabelecida por Chartier nos permite refletir que as formas de teatralização “têm em vista fazer com que a identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência da representação, isto é, que a coisa não exista a não ser no signo que a exhibe”.<sup>261</sup> Assim, o Sudoeste do Paraná, na qualidade de representação social, aparece como signo de luta social que lhe dá uma estrutura agrária e fundiária diferenciada; não é possível identificar, nas mesmas proporções, este mesmo nexos em relação à CANGO.

Apesar disso, a documentação apresentada no desenvolver do capítulo expõe inúmeros aspectos em relação a isso, ou seja, uma atividade da Colônia que dita a organização agrícola do espaço. É evidente que os levantes de 1957 são importantes e vitais para a estrutura agrária e fundiária da região. Por outro lado, o que se questiona é o direcionamento que se dá a esses elementos. Tanto em comemorações, quanto na literatura que pesquisa esse espaço, existe uma exacerbada valorização e monumentalização da Revolta dos Posseiros, o que evidentemente minimiza a ação dos outros agentes desse processo.

A partir desse cenário, Chartier nos sugere pensar a representação como prova de uma realidade que não existe:

---

<sup>261</sup> Id. Ibid. p. 21.

A relação de representação é assim confundida pela ação da imaginação, “essa parte dominante do homem, essa mestra do erro e da falsidade”, que faz tomar o logro pela verdade, que ostenta os signos visíveis como prova de uma realidade que não é. Assim deturpada, a representação transforma-se em máquina de fabrico de respeito e de submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado, que é necessário onde quer que se falte o possível recurso a uma violência imediata.<sup>262</sup>

Inserimos nesses pontos nossa reflexão: evidentemente que existe uma memória regional, tanto na literatura que pesquisa este espaço, quanto nas celebrações oficiais que rememoram a “colonização” da região. A questão é em que medida a valorização desses grupos traz, em contrapartida, a desvalorização dos demais atores que também participaram desse processo.

Nesse movimento, os projetos comemorativos aparecem como agentes importantes para constituir signos, sejam eles materiais ou imateriais. A materialidade pode ser vista na monumentalização dos espaços, na construção de monumentos que glorificam os levantes dos colonos. Por outro lado, os signos imateriais podem ser constatados nas representações historiográficas, na memória que se busca constituir para o Sudoeste do Paraná, enquanto um espaço diferenciado em termos agrários em vista ao movimento de 1957.

Por outro lado, Chartier nos alerta a respeito do que está em jogo nessas “lutas de representação”, pois, mais do que os processos nos quais elas estão pautadas, está a “hierarquização da estrutura social”. Assim, na sua percepção, a história cultural, ao privilegiar esse viés em suas análises, “pode regressar ultimamente ao social, já que faz incidir a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e relações” as quais “atribuem a cada classe, grupo” a ser “constituído de sua identidade”.<sup>263</sup>

Nessa perspectiva, esse novo viés de ver e interpretar a história nos possibilita investigar a duração e a instabilidade atribuídas às identidades elaboradas sob as representações sociais, as quais são estabelecidas a partir de noções e posições formadas com base na história ou na tentativa de se estruturar a trajetória de determinada sociedade a partir da representação social de valores que lhe são caros.

No desenvolver deste capítulo, foi possível observar como a atuação da CANGO foi importante e contraditória, pois, ao sofrer as flutuações da atuação das companhias grileiras, teve sua ação reprimida, ao passo em que teve significativo destaque na

---

<sup>262</sup> Id. Ibid. p. 22.

<sup>263</sup> Id. Ibid. p. 23.

organização da propriedade da terra, a partir do modelo de pequenas propriedades, além de incentivar – em seu período inicial – a produção de policulturas para o abastecimento do mercado interno.

Tais considerações não procuram lançar luz sobre aspectos considerados inéditos ou reveladores – ao considerar que a forma de atuação da Colônia é consenso no Sudoeste do Paraná – mas sim, expor que existem fragmentações e mutações no que se refere às representações sobre essa região e sua estrutura agrária e fundiária. Por esse motivo, o seu reconstituir – o retorno aos órgãos que influenciaram neste processo – mostra-se como elemento de extrema importância, seja em relação à CANGO, seja em vista à atuação do GETSOP.

### CAPÍTULO III – CONSOLIDAÇÃO OU REESTRUTURAÇÃO: O GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ (GETSOP) E AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA BRASILEIRA

Este capítulo tem como intenção refletir as novas premissas apresentadas à agricultura brasileira durante as décadas de 1960, 70 e 80, com a intenção de ponderar de que maneira tais transformações refletem na organização agrícola do Sudoeste do Paraná.

Conforme foi elencado nos capítulos anteriores, foram elaboradas diferentes representações em relação à estrutura agrária e fundiária deste espaço. Assim, este capítulo procura seguir essa mesma linha argumentativa, mas com especial atenção para o que se convencionou chamar de modernização conservadora da agricultura brasileira. Como consequência deste processo, em relação à região em questão, procuramos elencar com destaque o aparecimento dos complexos agroindustriais e das cooperativas agrícolas, observando de que maneira isso ecoou nas vivências dos agricultores da região naquele período.

Além dessas questões, também destacamos, no presente capítulo, a atuação do GETSOP enquanto influência na organização agrária e fundiária da região. Pretende-se, assim, ponderar a maneira de atuação desse órgão e em que medida delineou-se uma estrutura agrária ou fundiária diferenciada para o espaço. É importante considerar que sua atuação será pensada de forma comparativa ao que era apresentado à agricultura brasileira naquele período.

A partir de tais prerrogativas, em linhas gerais, o capítulo está organizado da seguinte maneira: inicialmente, nos dois primeiros itens, são elencados aspectos relacionados à política agrícola brasileira durante as décadas de 1960 e 70. É importante ressaltar que, no desenvolver do texto, constantemente retornemos a tais políticas, por considerar que elas não só influenciam a estruturação agrária e fundiária do espaço aqui estudado, mas também se constituem como objeto de estudo.

Em seguida, é dada atenção à atuação do GETSOP e, para isso, são elencados três itens sobre os trabalhos desenvolvidos por esse órgão no Sudoeste do Paraná. Nesses itens, é especificado o papel que o mesmo desempenhou junto aos colonos, com ênfase para em que medida sua forma de atuação delineou uma estrutura agrária e fundiária para o espaço. Para tanto, são utilizados inúmeros documentos impressos e orais: os impressos referem-se ao próprio GETSOP e foram arrolados no INCRA de

Francisco Beltrão; já os orais são fontes secundárias, buscadas a partir de outras pesquisas já desenvolvidas.

Por fim, são analisadas algumas fontes documentais produzidas nas décadas de 1970-80 pelo periódico “Poeira”, fontes que permitem dimensionar a estruturação da agricultura brasileira no referido período, além de demonstrar inúmeras contradições sociais no Sudoeste do Paraná, após o processo de titulação das terras nas décadas de 1960-70. O mesmo periódico também é utilizado para ponderar considerações em relação às políticas de modernização e tecnificação das relações no meio rural brasileiro, com destaque para aquelas que influenciaram, de maneira mais direta, a organização agrária e fundiária do espaço aqui estudado.

Conforme podemos verificar, este capítulo pretende explorar a estruturação da agricultura brasileira na segunda metade do século XX, com ênfase nas contradições sociais que se verificam como fruto deste processo, em especial, no Sudoeste do Paraná, notadamente, objeto primordial deste estudo.

### 3.1 A agricultura brasileira 1960-70

A partir deste contexto, nas décadas seguintes, a modernização da agricultura tornou-se possível em diferentes regiões do Brasil. Valdir Gregory apresenta algumas considerações referentes a esta conjuntura no Oeste paranaense:

Em decorrência dessas proposições, foi implantada a modernização conservadora do setor rural. Isto é, houve inovações tecnológicas sem alterar as estruturas agrárias seletivas e excludentes. Avançou a mecanização pelo uso mais intenso de maquinários, como o trator e de implementos a ele atrelados. O simbolismo da “tratorização” foi intenso. Utilizaram-se, sistematicamente, insumos modernos, como fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes selecionadas, rações, medicamentos veterinários. A composição e a utilização do trabalho foram atingidos pela maior utilização de mão-de-obra assalariada, pela expropriação dos pequenos produtores.<sup>264</sup>

As colocações de Gregory evidenciam a região Oeste do Paraná. Entretanto, estas considerações podem ser relacionadas ao Sudoeste paranaense, tanto em razão da proximidade espacial e temporal em que esses processos ocorrem nessas regiões, como em razão do processo similar de modernização da agricultura nesses dois espaços, fruto

---

<sup>264</sup> GREGORY, Valdir. Colonização e modernização: representações camponesas no Oeste do Paraná. In: NEUMANN, Rosane Marcia. TEDESCO, João Carlos. (orgs.) *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Vol. III – Porto Alegre: Letra e Vida, 2013. p. 222.

das mesmas políticas públicas. Assim, Gregory apresenta algumas colocações interessantes em relação à “modernização conservadora do setor rural”.

Nesse sentido, uma das colocações mais importantes é a que trata da não modificação das estruturas agrárias. Ou seja, a modernização da agricultura com a intenção de desenvolver as zonas periféricas fez permanecer a estrutura de grandes propriedades, além de introduzir moldes “empresarias de organização da produção”. Ocorre, dessa forma, uma adequação do rural para o uso de maquinários, de defensivos agrícolas ou agrotóxicos, numa transição da agricultura vista como tradicional baseada na policultura, para o modelo agrícola moderno com incentivos para a monocultura, com atenção especial ao cultivo da soja.

Todavia, conforme já salientado anteriormente, existe certo consenso na memória pública ou mesmo em historiografias que, Sudoeste do Paraná teve uma reocupação diferenciada, o que, em grande medida, deu uma estrutura agrária em que as pequenas propriedades prevaleceram. Assim, além da resistência a essa agricultura moderna, também deve-se considerar que foi um processo de difícil adaptação, já que essa modernização não foi pensada a partir das peculiaridades das diferentes regiões do Brasil, mas, sim, a partir de uma modernização conservadora que serviria à agricultura brasileira de forma ampla, que beneficiasse uma estrutura agrária de grandes propriedades, para manter e expandir este modelo.

João Edmilson Fabrini e Djoni Roos permitem um balanço deste processo junto à noção de desenvolvimento em termos de estrutura agrária, a partir da segunda metade do século XX:

Os diagnósticos inspirados em parâmetros teóricos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) procuraram demonstrar que a presença do latifúndio e da concentração de terra representava um atraso econômico e limite a industrialização, pois significava dificuldades na oferta de alimentos às cidades porque a produção não reagia nas proporções das necessidades. Essas condições levariam à elevação dos preços dos alimentos e, conseqüentemente, dos salários, tornando inviável o processo de industrialização, não permitindo a ampliação do mercado interno da nação. Nesta interpretação, os latifúndios eram um atraso para a economia e não faziam parte das relações capitalistas. O atraso econômico do latifúndio chegaria ao fim com a implantação de típicas relações capitalistas de produção.<sup>265</sup>

---

<sup>265</sup> FABRINI, João Edmilson. ROOS, Djoni. *Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário*. São Paulo: Outras Expressões, 2014. p. 11.

Para Fabrini e Roos, enquanto influência da CEPAL, a presença do latifúndio no Brasil era vista como um fator de atraso à industrialização, já que este modelo de produção não favorecia a oferta de alimentos às cidades, o que elevaria os preços e apresentaria outras condições desfavoráveis para o ideal de desenvolvimento dos centros urbanos. Para os autores, este contexto permanece até a “compreensão conservadora” afirmar que “a estrutura agrária concentrada não era obstáculo para o desenvolvimento. Entre os defensores desta última tese, encontram-se Delfim Neto, Ruy Muller Paiva e, mais recentemente, Xico Graziano”.<sup>266</sup>

É possível observar que o contexto antecedente, bem como a entrada do Brasil no regime ditatorial, apresenta algumas incertezas em relação aos modelos de propriedade que melhor interessariam à economia do país. Nesse meio tempo até a adoção de uma posição conservadora de modernização da agricultura, que daria suporte durante o regime civil militar ao latifúndio e às grandes propriedades, não é possível perceber significativas rupturas na estrutura agrária nacional.

Para complementar estes aspectos, neste contexto de passagem da década de 1950 para 1970, pode-se destacar o exaustivo trabalho de Paul Singer no que tange à “estrutura de classes e à repartição da renda no Brasil”. Tal autor dá uma atenção significativa ao contexto agrícola neste período, em vista que, em termos econômicos, era uma das principais fontes de renda do país. Assim, ao abordar dados sobre a “população economicamente ativa – PEA” –, no meio rural, sinaliza a relação entre o tamanho das propriedades e o número de assalariados empregados de 1950 a 1975, ao indicar o quanto a penetração da “propriedade capitalista” modifica as relações empregatícias, principalmente nas grandes propriedades:

[...] a Produção Simples de Mercadorias – ou seja, a participação dos responsáveis pela exploração e seus familiares na produção direta – se faz presente mesmo em estabelecimentos relativamente grandes, como os de 200 a 500 ha, tendo a mecanização contribuído para explicar este caráter da produção, ao ensejar a substituição de assalariados por tratores e outros implementos mecânicos ou produtos químicos. Não é possível que essas empresas capitalistas se tenham tornado explorações familiares. É muito mais provável que explorações que já eram familiares, mas que empregavam assalariados, por ocasião das colheitas e talvez no preparo das terras, passaram a usar tratores, colheitadeiras, herbicidas, etc. em vez de empregados temporários. É o que explica que, entre 1960 e 1970, é o número destes últimos que cai sobretudo e não dos empregados permanentes. O que deve ter acontecido, portanto, é que as explorações familiares se tornaram mais “puramente” familiares, limitando-se a usar apenas a mão-de-obra do responsável e de seus familiares, ao passo que as empresas agrícolas

---

<sup>266</sup> Id. Ibid. p. 12.



capitalistas passaram a operar predominantemente com empregados permanentes, ambos os tipos de estabelecimento dispensando os assalariados temporários.<sup>267</sup>

Com base no contexto exposto por Singer, podemos constatar a significativa diminuição de empregados temporários e permanentes, o que evidencia a conjuntura de transição no número de trabalhadores assalariados no meio rural brasileiro, no período de 1950 a 70. Esses processos, como consequência de políticas públicas, reafirmavam a propriedade agrícola junto ao modelo latifundiário, alçada ao lado da modernização da agricultura e da produção para o mercado externo, políticas reafirmadas ou afirmadas em grande medida durante o regime civil militar.

Uma ressalva importante feita pelo autor e que deve ser considerada é a subjetividade de alguns censos, quando tratam da população economicamente ativa. No censo demográfico, existe a indicação de população economicamente ativa, mas se exclui as mulheres na agricultura, as quais eram apresentadas somente como “donas de casa”.<sup>268</sup> Essa distorção tem uma importância significativa, haja vista que as mulheres tinham e ainda têm uma participação expressiva na produção agrícola, sobretudo no que se refere à produção agrícola de base familiar.

Assim, ao pensar o regime civil militar e suas políticas para a agricultura brasileira, é praticamente impossível passar despercebida a aprovação do Estatuto da Terra, em 30 de novembro de 1964. Mesmo que cause surpresa, Castelo Branco, ao sancionar a lei 4.504, trazia para o cenário público nacional todo o processo de construção desta lei, ou seja, remontava-se o período anterior ao golpe, no início dos anos 60.<sup>269</sup>

Porém, para Feres, não existe significativo avanço no que se refere às transações comerciais da terra, o que acaba reproduzindo “os mesmos interesses que originaram a “lei de terras”, de 1850:

Analisando-se, por exemplo, as orientações do Estatuto da Terra sobre a questão da aquisição de terras, pode-se ver o seguinte: quem quiser adquirir uma grande área rural, pode fazê-lo, sem o menor embaraço ou incomodo, desde que dispunha de capital para pagá-la. Não se exige nenhuma prova de bons antecedentes, de sanidade física ou de capacidade de exploração da terra. A mera garantia financeira é suficiente.<sup>270</sup>

<sup>267</sup> SINGER, Paul. *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 33, 34.

<sup>268</sup> Id. Ibid. p. 28.

<sup>269</sup> FERES João Bosco. *Propriedade da terra: opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil*. Amsterdam: Centro de Estudos de Documentação Latino-Americanos – CEDLA, 1990. p. 399.

<sup>270</sup> Id. Ibid. p. 405.

Em termos de aplicabilidade, se a interpretação da lei seguisse as mesmas prerrogativas, tanto para grandes propriedades como para pequenas, não haveria grande contestação sobre as intenções dela. Porém, Feres alerta que, “para se adquirir uma pequena propriedade”, o acesso à terra passa a ter outras prerrogativas, as quais indicam que a “transação só poderá ser efetuada depois de atendidas as exigências de maioria, sanidade física e bons antecedentes por parte do comprador”.<sup>271</sup> Notadamente, trata-se de dois pesos e duas medidas na aplicação da lei, pois a rigorosidade na aquisição de uma pequena propriedade não se apresenta nos mesmos termos quando se trata de latifúndios.

Esse cenário passa a ser elaborado com intenções voltadas para a modernização conservadora da agricultura. Suplementada essencialmente junto ao discurso de sustentação da industrialização acelerada, pela qual passava o país, a modernização da agricultura brasileira voltava-se ao mercado exportador, o que, ao mesmo tempo, apresentava-se como referência de condições para a produção:

A modernização consistiu, fundamentalmente, na transferência de tecnologia, no incentivo ao desenvolvimento de empresas agropecuárias e agroindustriais de capital intensivo, na reestruturação do sistema de crédito rural e de comercialização e, finalmente, na tentativa de incorporação planejada das novas áreas da fronteira agrícola. Com essas medidas o Estado procurava solidificar a aliança político-econômica entre a burguesia industrial e os proprietários de terras. A cristalização dessa aliança constituiu a base de legitimação do regime autoritário que dominou o Brasil por vinte anos.<sup>272</sup>

Conforme fica evidente, o cenário que trata da modernização da agricultura brasileira não é apenas da influência externa, mas apresenta-se uma série de elementos que demarcam a transferência de crédito e tecnologia ao agricultor. A maioria dos beneficiados ou quem consegue adequar-se a esta estrutura são, evidentemente, os grandes proprietários. Os processos que seguem demonstram como o pequeno proprietário, ao tentar adequar-se a essa nova conjuntura apresentada ao campo, acaba contraindo ainda mais dívidas, com implementos agrícolas ou com créditos para a produção.

Ao forçar os agricultores a modernizarem-se de maneira rápida, não se observa as diferentes peculiaridades das propriedades brasileiras, o que faz crescer “o número de

---

<sup>271</sup> Id. Ibid. p. 405.

<sup>272</sup> Id. Ibid. p. 416.

máquinas com capacidade ociosa, especialmente entre os pequenos produtores”.<sup>273</sup> Outros elementos desastrosos podiam ser evidenciados no uso, sem orientação técnica, de adubos químicos, o que degradava o solo e fazia com que o agricultor contraísse mais dívidas, haja vista que ele pautava-se em uma produção em grande escala, a qual não acontecia.

Em linhas gerais, o resultado de todo esse contexto pode ser explicado pelo endividamento do pequeno e médio agricultor que, na maioria dos casos, obrigava-se a vender sua propriedade para latifundiários. Além disso, verifica-se uma relação direta “entre o grau de modernização e a distribuição da renda”.<sup>274</sup> Em suma, o regime civil militar acaba apresentando ao Brasil grandes pilares que passam a sustentar a agricultura nas décadas seguintes, bases que indicam a expansão da fronteira agrária nacional em direção à Amazônia, em uma produção com forte presença de latifúndios e baseada em monoculturas.

### 3.2 Modernização agrícola, a expansão da estrutura agrária: grandes propriedades e latifúndio

Trabalhar com esse período implica considerar alguns autores que o analisaram ao longo da história agrária brasileira. Um dos principais deles, e que talvez tenha maior relevância, é o do historiador Caio Prado Junior, que, em *A questão agrária no Brasil*, procura delinear a realidade agrícola e fundiária nesse período. Apesar do trabalho de Prado Jr ter sido escrito na década de 1960 – o livro reuniu artigos publicados originalmente na *Revista Brasiliense* –, sua maneira de olhar a realidade agrária brasileira mostra-se ainda hoje muito atual.

No período, o autor apresentava um novo viés interpretativo em relação ao meio rural. Na sua perspectiva, o Brasil possuía uma estrutura agrícola dependente do mercado externo e este modelo dava sustentação à organização agrícola a partir do modelo latifundiário e de grandes propriedades. Sua argumentação confrontava também a interpretação marxista sobre o meio rural, já que essa interpretação defendia que o Brasil possuía resquícios feudais e que, para a superação disso, era necessária uma revolução burguesa, ou seja, uma explicação calcada nos modelos da Internacional Comunista, inclinação que era sustentada, no Brasil, sobretudo pelo PCB.

---

<sup>273</sup> Id. Ibid. p. 420.

<sup>274</sup> Id. Ibid. p. 421.

Neste sentido, encontramos em Prado Jr uma visão extremamente crítica da organização agrícola no Brasil. Destaca-se, assim, que, no período, uma grande parcela da população brasileira dependia da utilização da terra para seu sustento, mas que, por outro lado, verificava-se:

[...] por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a econômica brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada em benefício de uma reduzida minoria.<sup>275</sup>

Em sua visão, a utilização da terra se dava em benefício de uma pequena minoria, naturalmente, os grandes proprietários e latifundiários. Porém, mais do que isso, Prado Jr sustenta que existe outro aspecto que deve ser considerado junto a essas circunstâncias, já que, para ele, notadamente, essa estrutura de organização e repartição da propriedade da terra mantinha-se graças à forma como a administração pública percebia este problema, principalmente no que se refere à pobreza e à condição miserável em que se encontravam a grande maioria dos pequenos agricultores brasileiros.

Assim, ao citar o exemplo de São Paulo, o autor afirma que a questão agrária era colocada em destaque em fins da década de 1950. Todavia, a maneira como foi vista a reforma agrária a reduz a “um conjunto de medidas destinadas a favorecer a exploração da terra, mas sem atenção alguma à questão dos indivíduos e das categorias sociais da população rural que se acham em condições de tirar proveito dessa exploração da terra”.<sup>276</sup> Nesse sentido, na sua visão, antes de se refletir como esses agricultores poderiam explorar a terra em sentido homogêneo e evidentemente econômico, dever-se-ia pensar na questão dos indivíduos na qualidade de categorias sociais heterogêneas, ou seja, que possuem diferenças sociais e econômicas.

Nessa perspectiva, para Prado Jr, um dos problemas é a forma como a questão agrária e fundiária era tratada no Brasil, vista, sobretudo, a partir de uma dificuldade agropecuária e econômica. Na sua visão, “os problemas agrários, como quaisquer outros problemas sociais e econômicos, são, antes de tudo, ‘humanos’” e, naquele período, esta

---

<sup>275</sup> PRADO JR, Caio. *A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil*. 1ª Edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 291.

<sup>276</sup> Id. Ibid. p. 294.

questão apresentava-se de forma muito latente, já que grande parte da população brasileira ainda se encontrava no meio rural e em péssimas condições sociais.<sup>277</sup>

O autor também estende essa crítica à maneira como os problemas agrários são apresentados por Celso Furtado à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Assim, ao analisar as propostas para a agropecuária, destaca que “os problemas agrários são aí propostos em termos nos quais se excluem inteiramente as questões relativas ao próprio fundamento em que se assentam as atividades agrícolas e pastoris, a saber, a terra e sua apropriação”.<sup>278</sup>

Sua argumentação insiste no fato de que, antes de se pensar em resolver o problema agrário brasileiro, seria necessário considerar e corrigir a “deplorável situação de miséria material e moral da população trabalhadora do campo brasileiro”. Somente depois disso, é que se poderiam refletir melhores maneiras de se conduzir a agropecuária brasileira como “negócio”, ou seja, aumentar a produtividade e diminuir os custos de produção.<sup>279</sup>

Nesse sentido, para o autor, observar o problema sob esta ótica é considerar a questão agrária somente sob a perspectiva dos grandes proprietários e fazendeiros, sendo que este deveria ser o fim do processo na resolução do problema agrário brasileiro e não a perspectiva inicial.

Podemos notar como a análise de Prado Jr mantém-se atual, ao considerarmos de que maneira é encarada a questão fundiária brasileira. Evidentemente, em fins da década de 1950 – período ao qual o autor faz referência quando escreve o texto –, tínhamos uma base de representantes políticos que apresentavam seus interesses imbricados aos fazendeiros e a grandes proprietários de terra, isso quando não era o próprio fazendeiro o representante político. Como consequência disso, não é possível verificar mudanças drásticas em termos agrários neste período, ao considerar que, evidentemente, os representantes políticos não iriam aprovar legislações que lhes fossem prejudiciais.

Prado Jr nos esclarece que, em 1950, 75% da área agrícola ocupada pertenciam a apenas 9% dos proprietários agrícolas. Ou seja, existia uma grande fração de terra nas mãos de pouquíssimos proprietários. Essa realidade não se alterava, evidentemente, por estes sujeitos estarem presentes ou serem representados por elites políticas no Congresso Nacional. Conforme esclarece Prado Jr, a Sudene, mesmo que encabeçada

---

<sup>277</sup> Id. Ibid. p. 295.

<sup>278</sup> Id. Ibid. p. 295.

<sup>279</sup> Id. Ibid. p. 297.

por um economista do porte de Celso Furtado, repete o erro de “confundir os diferentes setores, categorias e classes sociais diretamente ligados às atividades agrárias, no conceito genérico de ‘agropecuária’”.<sup>280</sup> Esse erro acaba por incorporar na Sudene o discurso dos fazendeiros e de grandes proprietários agrícolas, isto é, não se elabora nada que quebre com a lógica de funcionamento do Estado em relação à questão agrária.

Esse contexto ainda se faz muito presente contemporaneamente, ao considerar a grande bancada ruralista que compõe o Congresso Nacional – com lugares de destaque frente a ministérios – na atual legislatura são pelo menos 99 parlamentares pertencentes a essa bancada.<sup>281</sup> Essa conjuntura favorece os interesses dos latifundiários e de grandes proprietários, tanto em relação ao desmatamento na floresta amazônica, quanto à violência empreendida contra camponeses e indígenas que lutam por um pedaço de terra, momentos em que sequer se menciona o item “reforma agrária”.

Esse cenário nos mostra que a forma como é abordada a questão agrária e fundiária, no Brasil, pouco se modificou, de 1950 para o tempo presente. Isso significa que os grupos que estão no poder e possuem influência política e econômica continuam a ver a questão agrária sob a ótica dos latifundiários.

Prado Jr procura pensar de que maneira a distribuição da propriedade da terra reflete a condição dos trabalhadores do campo brasileiro. Assim, sua argumentação demonstra que, além de uma grande parcela não dispor de terras para trabalhar, os que dispõem ocupam as menores parcelas, em condições desfavoráveis para o desenvolvimento da agricultura:

Uma tal estrutura e distribuição da propriedade fundiária – aliada à circunstância de que em geral é a grande propriedade que ocupa as terras mais favoráveis, seja pelas suas qualidades naturais, seja pela sua localização – faz com que, de um lado, uma considerável parcela da população rural se encontre insuficientemente aquinhoadas e não disponha de terras suficientes para sua manutenção em nível adequado.<sup>282</sup>

Podemos complementar esse cenário com a realidade apresentada aos trabalhadores rurais, no período. Esses trabalhadores representavam a imensa maioria da população rural brasileira, para ser mais específico, 85% dos trabalhadores rurais estavam residindo em estabelecimentos com menos de 100 hectares. Prado Jr destaca

---

<sup>280</sup> Id. Ibid. p. 295.

<sup>281</sup> EXAME: Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/bancada-ruralista-reduz-no-congresso-mas-promete-representatividade/>> Acesso em 7 de fevereiro de 2019.

<sup>282</sup> PRADO JR, op. cit. p. 293.

que essa população, na maioria dos casos, não dispunha de terra própria nem de “recursos e possibilidades para ocupar e explorar terras alheias a título de arrendatário autônomo”. Nessas condições, “vê-se obrigada a buscar emprego em serviço alheio”.<sup>283</sup>

Para o autor, essa disparidade na oferta e procura de trabalho no campo brasileiro aumentou ainda mais as desigualdades sociais, ao considerar que o fazendeiro impunha suas condições ao trabalhador, já que havia excedente de mão de obra. São, para Prado Jr, essas relações que impõem ínfimas condições de vida ao trabalhador rural brasileiro, na década de 1950, padrões os quais “beiram, muitas vezes, formas caracteristicamente servis”.<sup>284</sup>

Evidentemente, essa realidade não se alterou com o golpe civil militar de 1964. Muito pelo contrário, esse cenário se acentuou a partir do momento em que os militares afirmaram que o modelo de grande propriedade não era um empecilho para o desenvolvimento econômico. Esse processo tendeu a afirmar-se a partir do momento em que o regime militar apresenta ao Brasil seu ideal de modernização da agricultura.

Indicamos isso ao considerar que a ideia de modernização agrícola não é desenvolvida somente pelos militares, pois a noção de que o Brasil precisava se modernizar em termos agrícolas vinha sendo pensada desde a República Velha. Por outro lado, a questão da modernização da agricultura brasileira, durante o regime militar, envolveu também o crédito agrícola.

Guilherme da Costa Delgado, em “Capital Financeiro e agricultura no Brasil”, destaca que a questão do crédito rural vinculado ao Estado é, evidentemente, anterior à tomada do poder pelos militares. Todavia, isso se mostrava em contexto muito mais ínfimo, com políticas voltadas basicamente aos produtores de Café, açúcar e álcool, intermediados pelos institutos que representavam essa parcela de proprietários agrícolas.<sup>285</sup>

Nesse sentido, sua análise procura refletir sobre que conjuntura é pensada esta modernização conservadora da agricultura brasileira, ao ponderar a criação dos complexos agroindustriais e a concessão do crédito agrícola:

Esse projeto, que com muita propriedade foi cognominado de “modernização conservadora”, mantém intocável a estrutura da propriedade territorial, sancionando-a como base de integração e valorização junto ao sistema de

---

<sup>283</sup> Id. Ibid. p. 292, 293.

<sup>284</sup> Id. Ibid. p. 293.

<sup>285</sup> DELGADO, Guilherme Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo-SP: Ícone Editora/co-edição: Editora da UNICAMP, 1985. p. 20.

crédito, e fonte de obtenção de financiamentos em condições favorecidas de juros, prazos e carências.<sup>286</sup>

Para Delgado, o auge desse processo de modernização acontece no fim da década de 1970, momento em que o Estado consegue atuar profundamente como regulador da economia agrícola, sobretudo por meio dos financiamentos. Em longo prazo, conseguimos notar que a prioridade dada para tal política fundiária estava alinhada à “proteção e ao favorecimento da propriedade territorial rural”.<sup>287</sup>

Nessa mesma linha argumentativa, Moacir Palmeira destaca que a chamada modernização conservadora da agricultura brasileira, ao se fazer sem que a “estrutura da propriedade rural fosse alterada”, apresentou efeitos “perversos” ao meio rural brasileiro. Não só em relação à concentração fundiária, mas também no que se refere às “disparidades de renda” e ao êxodo rural, “aumentou” também a “taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas”, além, é claro, de piorar significativamente a “qualidade de vida da população trabalhadora do campo”.<sup>288</sup>

Ao analisar as premissas apresentadas por Palmeira, podemos notar de que maneira as drásticas modificações na estrutura da propriedade da terra propostas pelos militares estão relacionadas a um projeto para a agricultura brasileira. Tal projeto está calcado em um processo que privilegia a não alteração da estrutura fundiária, ao mesmo tempo em que era apresentado um ideal de modernização junto a novas técnicas agrícolas e à criação de complexos agroindustriais.

Evidentemente, todos esses processos mostram-se extremamente estratégicos para os militares, grandes proprietários de terras e latifundiários, ao considerar que o Brasil vivia, nas décadas de 1950 e 60, um efervescer da questão agrária. Isso, tanto no que se refere aos movimentos sociais, cada vez mais presentes em diferentes regiões do Brasil, quanto em relação à discussão que envolve a produção agrícola brasileira e as condições que eram apresentadas à agricultura, ou seja, tínhamos um contexto em que as cidades cresciam demograficamente e que a produção de alimentos para esses centros urbanos – como São Paulo e Rio de Janeiro – era extremamente deficitária.

Assim, o projeto apresentado pelos militares em relação à agricultura vem, sobretudo, para suprir esses pontos e interfere na organização da propriedade e da produção agrícola brasileira de forma ampla. Nesse contexto, não menos importante foi

---

<sup>286</sup> Id. Ibid. p. 11.

<sup>287</sup> Id. Ibid. p. 12.

<sup>288</sup> PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão agrária. *Estudos Avançados*. São Paulo-SP vol.3, n.7, setembro/dezembro, 1989. p. 87.



a modificação da realidade agrícola do Sudoeste paranaense ou da fração desta região, que havia sido palco dos levantes de outubro de 1957.

Essa nova proposta de organização agrícola pode ser percebida no Sudoeste do Paraná de diferentes formas. Após sua regularização fundiária, aqueles pequenos e médios proprietários que conseguiam, minimamente, tecnificar-se e, de alguma forma, trazer para suas propriedades novos implementos agrícolas por meio de linhas de crédito, conseguem algum sucesso em suas empreitadas agrícolas. Por outro lado, os que possuíam um minifúndio ou uma propriedade menor que 10 hectares, encontram inúmeras dificuldades, isso porque, muitos desses sujeitos venderam suas propriedades – migraram para os centros urbanos mais próximos, ou mesmo para capitais, como Curitiba e Florianópolis –, enquanto outros as arrendaram e passaram a trabalhar de “peão” para agricultores da região.

Na prática, o meio rural passa a ser pensado de maneira seletiva, com prioridade para quem já tinha sua propriedade agrícola, o que também contribuía com a não alteração da estrutura fundiária brasileira. No Sudoeste do Paraná, quando indicamos a modernização da agricultura – de implementos e técnicas de cultivo –, podemos refletir as modificações que realmente aconteceram nesse sentido.

A família de meu avô paterno – filho de imigrantes italianos de prole numerosa – migrou para a região no início da década de 1950. Meu pai, que vivenciou esse período de modernização da agricultura, destaca com frequência como esse processo ocorreu. A modernização significou para a família de meu avô a compra de implementos agrícolas como: trator, arado nivelador e trilhadeira. Esses implementos significavam um grande avanço tecnológico para o período, por isso não considero o exemplo deles como padrão, já que nem todos os agricultores conseguiam crédito para financiar tais implementos.

A família de meu avô, como a maioria de seus vizinhos, possuía uma pequena propriedade de pouco mais de 30 hectares. Todavia, apesar de terem um significativo número de implementos agrícolas, a grande maioria dos agricultores conseguia, no máximo, financiar um trator e, além disso, faltava-lhes técnica para operar essas máquinas, assim como para melhorar a produção agrícola.

Nessa conjuntura, a realidade agrícola da região, apesar de estar teoricamente se modernizando, ainda era muito rudimentar. Os agricultores que possuíam apenas trator e demais implementos acabavam prestando serviços aos demais e, assim, aqueles que não tinham os implementos agrícolas ficavam dependentes, o que se traduzia numa

relação em que a modernização era verificada apenas para alguns, enquanto outros a tinham apenas de forma indireta.

Além disso, muitos dos colonos que possuíam algum implemento agrícola não tinham terra e técnica suficiente para fazer uso do trator ou do arado nivelador que haviam financiado. Dessa maneira, os agricultores que possuíam mais implementos e os sabiam operar, obtinham maior sucesso agrícola, tanto em suas propriedades, como nas dos seus vizinhos.

Essas políticas agrícolas, que tiveram grande difusão na região na década de 1970, produziram diferentes percepções sobre a política agrária brasileira durante o regime militar. Sinalizo isso ao considerar que, para muitos desses colonos (proprietários), esse foi um período de saída da miséria, pois, mesmo continuando pobres e endividados, conseguiam produzir em suas pequenas propriedades. Assim, não se torna tarefa difícil encontrar, entre os moradores da região, colonos que veem este período com saudosismo ou com algum apreço.

Por outro lado, para aqueles agricultores (proprietários) que não conseguiram se tecnificar/modernizar, este período é visto com certo desdenho, pois não lhes foram oferecidas as mesmas condições oferecidas a seus vizinhos, ao passo em que também dependiam dos agricultores que possuíam os implementos agrícolas para produzir.

Existe ainda um terceiro grupo, que engloba os trabalhadores rurais (que não eram proprietários). Para esses sujeitos, a modernização da agricultura foi sentida de forma mais evidente em relação à exclusão, ao considerar que boa parte da mão de obra empregada no trabalho rural foi substituída pelos implementos agrícolas, sendo que esse processo acentuava-se de forma cada vez mais rápida. Além disso, com os militares no poder, somava-se contra esses trabalhadores rurais a repressão aos movimentos sociais no campo, isto é, era apresentado um contexto pouco favorável para a permanência no campo, e muitos destes acabavam migrando para as cidades.

Conforme se evidencia, existiam na região diferentes camadas sociais de agricultores e a chamada modernização da agricultura foi apresentada a cada uma delas de forma diferente. Também devemos considerar que, quando relacionamos as políticas de modernização da agricultura ao Sudoeste do Paraná, precisamos ponderar que, nessa região, esse processo ocorreu um pouco mais tarde do que em outras regiões do Paraná e do Brasil. Isso porque novos implementos agrícolas, como trator, trilhadeira, arado nivelador, dentre outros, começaram a aparecer com maior intensidade nesse espaço a

partir da segunda metade da década de 1970, quando o processo de modernização agrícola já estava quase finalizado em muitas regiões do Brasil.

Este cenário nos instiga a pensar em que medida essa modernização mais tardia da região está relacionada à regularização da posse da terra e na própria atuação do GETSOP, que claramente tinha como objetivos não só regularizar a posse da terra, mas também oferecer melhores condições de trabalho e assistência técnica ao trabalhador rural.<sup>289</sup> Uma atuação enquanto extensão rural, na modernização da agricultura da região, tanto no tocante a maquinários quanto em relação à infraestrutura.

Ao retomar algumas considerações de Moacir Palmeira, destacamos de que maneira, para o autor, são as articulações apresentadas ao meio rural brasileiro em relação ao que se convencionou chamar de modernização da agricultura e à mudança de sua base técnica:

Em muitos casos, as motivações econômicas dos capitalistas que investem na agricultura, qualquer que seja a origem de seus capitais, residem menos na perspectiva de aí realizar lucros maiores do que em outros setores da economia ou, a exemplo dos *rentiers* clássicos, de daí retirar uma renda em nada incompatível com os seus lucros, do que na perspectiva de uma aplicação de dinheiro comparativamente vantajosa, dentro dos marcos de uma determinada política econômica e considerada a conjuntura do mercado, a outras aplicações financeiras (DELGADO, 1985, parte II). Já para os trabalhadores rurais, não se trata simplesmente de representar a *agricultura* (ou a "lavoura", como se dizia numa outra época) mas de acabar com a articulação hierarquizada de interesses que se pensa debaixo desse termo. O projeto em que investem é um projeto de classe, não é um projeto de setor, e a sociedade vislumbrada em suas manifestações não cabe nos limites da *agricultura*.<sup>290</sup>

Conforme se observa, temos diferentes projetos apresentados à agricultura neste contexto de modernização agrícola. Por outro lado, na visão de Palmeira, aquele que mais tem a ver com a base política militar que estava no poder é o alinhado “às motivações econômicas dos capitalistas que investem na agricultura”. Para estes sujeitos, o investimento, naquele momento, era mais na terra, na qualidade de capital, do que nos lucros que, por ventura, poderiam ser extraídos com a produção agrícola que determinado espaço poderia dar.

Nesse sentido, a atuação política dos militares, ao lado do ideal de modernização agrícola, vem beneficiar – isso levando em consideração uma análise da conjuntura brasileira como um todo – um seleto grupo de grandes proprietários rurais e

<sup>289</sup> Essas considerações são desenvolvidas no item em que é considerada a atuação do GETSOP.

<sup>290</sup> PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão agrária. *Estudos Avançados*. São Paulo-SP vol.3, n.7, Setembro/Dezembro, 1989. p. 88.

latifundiários que têm, na não alteração da estrutura fundiária brasileira, o grande trunfo durante o regime civil militar.

Além disso, também é importante refletir de que maneira a criação do Estatuto da Terra (Lei 4.504), de 30 de novembro de 1964, reflete-se nessa nova maneira de se conceber a agricultura no Brasil. Para Palmeira, não conseguimos pensar a modernização da agricultura sem refletir a ação do Estado. Nesta conjuntura, tanto o supracitado Estatuto da Terra, quanto o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 aparecem como exemplos deste “aparato”, criado pelo Estado brasileiro para se pensar o meio rural.

Segundo o autor, ambas as legislações foram “resultado de um longo processo de lutas sociais e políticas”, e, evidentemente, tais leis são elaboradas para suprimir ou neutralizar o número crescente de conflitos sociais no meio rural brasileiro. Assim, para Palmeira também representavam:

[...] a imposição unilateral da vontade de um grupo, refletiram um jogo de conflitos e composições entre os interesses dos setores sociais envolvidos com a questão da terra ou dos direitos trabalhistas, ao mesmo tempo que expressaram as alterações nas “composições de poder e estilos de populismo” que desembocaram no golpe militar de 1964.<sup>291</sup>

Esta estruturação vem favorecer os grupos sociais que estavam no poder, segundo a interpretação de Palmeira. Apesar de a nova legislação apresentar “um novo recorte da realidade”, ela também cria novas categorias normativas para o uso da sociedade e do Estado, o que, evidentemente, vem favorecer a atuação do Estado como regulador, “com força de lei” de categorias, como: “latifúndio, minifúndio, empresa rural, arrendamento”.

Nesse sentido, para o autor, o Estatuto da Terra, “na sua ambiguidade”, abre espaço para diferentes vias de desenvolvimento do setor agrícola, ao passo em que também aumenta as formas de intervenção do Estado. Assim, “nos governos que se sucederam após 1964, uma via foi priorizada: a da modernização do latifúndio, em prejuízo daquela que era, aparentemente, privilegiada pela letra do Estatuto, a da formação de propriedades familiares”.<sup>292</sup>

Não só nesse sentido os governos militares priorizam o modelo latifundiário de produção agrícola e organização da propriedade da terra, mas também, sobre a não

---

<sup>291</sup> Id. Ibid. p. 94.

<sup>292</sup> Id. Ibid. p. 95, 96.

realização da reforma agrária, ampla e irrestrita, como desejavam e ainda almejam os movimentos sociais.

Notamos, assim, que, em seus princípios e definições, o Estatuto dispõe sobre a “Execução da Reforma Agrária” e a “promoção da Política Agrícola”. Assim, soava como animador, dado o período e o governo, a inclusão do termo Reforma Agrária nas prerrogativas dessa legislação.

Todavia, o 1º inciso do texto já procura expor a dinâmica geral que guiaria os programas do regime militar em relação à agricultura brasileira: “Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visam a promover uma melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.<sup>293</sup>

Ao considerar a Reforma Agrária como um mero “conjunto de medidas”, previamente se excluí o desejo da grande maioria dos trabalhadores rurais brasileiros, uma reforma agrária ampla e irrestrita. Além disso, essas prerrogativas também concordam com o direcionamento que essa legislação procura dar ao meio rural brasileiro. Notadamente, quando se fala em reforma agrária, esta deveria ser vista principalmente como “aumento de produtividade”, termo que concorda com uma promoção da política agrícola modernizadora e que não seria visto pelo viés da “justiça social”, que, apesar de também estar presente nesta legislação, foi vista apenas sob a ótica do grande proprietário de terra ou do latifundiário.

Conforme se observa, o objetivo dos militares em elaborar uma nova legislação agrária mostrava-se ligado a uma estratégia de governo, a de criar um aparato legal para a legislação agrária brasileira que não modificasse sua estrutura fundiária. Isso fica evidente no 2º artigo do Estatuto da Terra, que estabelece:

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.<sup>294</sup>

<sup>293</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: LEI 4.504/1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)> Acesso em 29 de maio de 2017.

<sup>294</sup> Id. Ibid.

Essas prerrogativas mostram-se extremamente cômodas para aqueles que já possuíam uma propriedade agrícola, independentemente de sua extensão. Assim, apesar de assegurar a todos o acesso à “propriedade da terra”, na prática, não era tarefa difícil para um latifundiário comprovar a função social de sua posse frente aos militares, ao considerar que, na maioria dos casos, ambos apresentavam os mesmos interesses econômicos e sociais.

Em linhas gerais, podemos considerar o referido Estatuto como uma medida, até certo ponto, surpreendente, ao ponderar sua elaboração em pleno regime militar. Por outro lado, ao observar o quanto esta legislação ainda nos serve de base para as políticas agrícolas de governo, pode-se refletir em que medida a organização da propriedade da terra sofreu alterações no Brasil. É notório que, das duas premissas que guiavam o Estatuto quando foi estabelecido, a Reforma Agrária e o Desenvolvimento da Agricultura, esta foi a que mais ganhou atenção, não só nas décadas seguintes, mas também em contexto recente.

Essa continua a ser a dinâmica que guia a agricultura brasileira, ou seja, ainda continuamos vendo a Reforma Agrária de maneira seletiva e excludente. Acredito que, em contexto recente, estamos mais distantes de uma política agrária de redistribuição da propriedade da terra do que estávamos quando da promulgação da referida lei, em 1964. Naquele período, as terras particulares poderiam ser consideradas para Reforma Agrária “em caráter prioritário, quando se tratavam de zonas críticas ou de tensão social”.<sup>295</sup>

Em sentido diverso, em contexto contemporâneo, a tensão social continua e até aumenta em algumas localidades do Brasil. Por outro lado, com exceção do MST e de outros movimentos de luta pela terra, raras às vezes se menciona uma política de Reforma Agrária no Brasil.

De acordo com o cenário apresentado acima, conseguimos perceber que as modificações nas estruturas produtivas do Brasil impactam de forma diferente as diversas regiões do nosso país e não poderia ser diferente no Sudoeste do Paraná. Conforme foi elencado, neste espaço, os agricultores (proprietários) e trabalhadores rurais (sem terra) sentem de forma diferente o que se convencionou chamar de modernização da agricultura.

Enquanto fruto dessa conjuntura, desenvolvida com maior vigor na década de 1970, conseguimos perceber como influência desse processo novas dinâmicas na

---

<sup>295</sup> Id. Ibid.

organização agrária e fundiária da região, já a partir do início da década de 1980. Isso significa que a noção de que o Sudoeste do Paraná possuía uma organização agrícola e fundiária diferenciada – em pequenas propriedades –, enquanto fruto das lutas de 1957, não pode ser mais assinalada com tanta propriedade, já que a modernização da agricultura – maquinários e técnicas agrícolas – vem influenciar somente a organização produtiva de alguns agricultores.

À medida que esse contexto afeta a organização agrária e fundiária, não podemos falar mais em relações homogêneas naquele espaço, isto é, não é mais possível dizer que aquela região tenha como característica fundamental uma estrutura fundiária diferenciada de pequenas propriedades.

Quem elabora uma discussão que nos permite pensar algumas dessas relações é o historiador Ricardo Callegari, que, em sua obra “Entre lutas, valores e pressões: Juventude Rural Sem Terra e a Organização Social do Trabalho nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan”, destaca a inserção de movimentos sociais neste espaço e recorda de que maneira essa reorganização agrícola acontece.

Callegari nos detalha um aspecto interessante, ao nos fazer refletir sobre a inserção de movimentos sociais de luta pela terra nesta região, no caso, o MST. Dessa maneira, permite-nos refletir em que medida este espaço possuía, ou possui, uma estrutura fundiária diferenciada que possibilita a inserção do maior movimento de reivindicação de Reforma Agrária do Brasil?

Evidentemente, essa questão não pode ser respondida sem ponderarmos o trabalho de Callegari. De acordo com o autor, ao recordar as interpretações de Wachowicz, Aurélio Vianna e Iria Zanoni Gomes, a Revolta dos Posseiros de 1957 contribui para desenvolver um “perfil fundiário” com grande “concentração de pequenas propriedades de até cinquenta hectares”. Por outro lado, Callegari alerta que essa conjuntura:

[...] não livrou a região de contradições sociais nem de concentração de terras produzidas no contexto da mecanização e tecnificação da produção agrícola a partir da segunda metade dos anos de 1960. Segundo dados obtidos pelos Censos Demográficos de 1980 a 2006 a região Sudoeste na década de 1980 possuía uma área total ocupada de 757.103 hectares, sendo que 522.625 hectares (69%) se concentravam em propriedades abaixo de 50 hectares. No ano de 1995, porém, percebemos que o número da área ocupada diminui para 699.198 hectares (8% a menos) e a área ocupada pelas propriedades

familiares diminuí para 440.830 hectares, enquanto a área ocupada no estrato acima de 50 hectares aumentou para 258.368.<sup>296</sup>

Nesse contexto, é evidente que os dados apresentados por Callegari salientam as décadas de 1980 e 90. Todavia, destacam em que medida a estrutura fundiária do espaço vem se modificando, com destaque para a constante diminuição na área ocupada pelas propriedades com menos de 50 hectares. Essa crescente modificação na estrutura fundiária apresenta-se enquanto resultado das relações que salientamos anteriormente, ou seja, a modernização da agricultura brasileira, apesar de apresentar contrastes e diferenças de acordo com as diferentes regiões do Brasil, acaba diminuindo o número de pequenas e médias propriedades, enquanto, por outro lado, verifica-se um aumento no número de propriedades acima de 50 hectares.

Para refletir outras questões desse contexto, destaco o importante trabalho de Vanessa Fleischfresser, “Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70”, na qual a autora salienta de que maneira esses processos se apresentaram aos agricultores brasileiros, com ênfase para as condições que são oferecidas aos produtores rurais paranaenses, a partir de estudos de casos.

Dessa maneira, ao considerar o uso do termo “modernização tecnológica” da agricultura, Fleischfresser salienta as diferentes abordagens que existem sobre esse assunto, mas opta por aquela que indica esse processo como “alterações na base técnica da produção agrícola” devido à “adoção de meios de produção de origem industrial, produzidos fora das unidades produtivas rurais e, portanto, adquiridos por meio do mercado”.<sup>297</sup>

Isso faz com que haja uma “mercantilização total do processo produtivo”, que é articulada por meio de algumas premissas: primeiramente apresenta-se como uma necessidade a “intensificação das relações entre agricultura/indústria”, o que acarreta alterações no processo produtivo. Aliado a isso, temos “as políticas econômicas

---

<sup>296</sup> CALLEGARI, Ricardo. *Entre lutas, valores e pressões: Juventude Rural Sem Terra e a Organização Social do Trabalho nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan*. Dissertação – Mestrado em História – Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon-PR, 2015. p. 49.

<sup>297</sup> FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação no Paraná da década de 1970*. Curitiba: Livraria do Chain/CONCITEC/IPARDES, 1988. p. 11.



implementadas pelo Estado”, que, através do crédito disponibilizado a alguns produtores rurais, viabilizou a aquisição de insumos.<sup>298</sup>

Por fim, podemos destacar o que, reconhecidamente, é indicado como a criação dos “Complexos Agroindustriais” que condicionam o setor agrícola a um estágio “intermediário da produção”, subordinado à “dominação das indústrias” que, ao “serem grandes empresas internacionais”, com significativa expressão econômica e política, conseguem “impor seus interesses” aos agricultores a partir de um novo modelo de organização agrícola. Assim, para Fleischfresser, é nessas circunstâncias que,

[...] a partir da segunda metade dos anos sessenta, o Estado se mobiliza e implementa o projeto de modernização da agricultura, respondendo à necessidade de criar uma demanda capaz de absorver a produção das indústrias de bens de capital para o setor, abastecer as agroindústrias e atender a demanda por exportações e por alimentos para o mercado interno, as duas últimas em crescimento a partir do final do período.<sup>299</sup>

Conforme se verifica, a modernização da agricultura tinha como pontos principais: criar uma demanda ou um mercado que absorvesse os implementos agrícolas, fertilizantes e componentes químicos necessários à agricultura; abastecer as agroindústrias, principalmente com a intenção de impulsionar o setor agrícola e, por fim, trazer divisas através das exportações – processo que beneficiaria o setor industrial como um todo –, além de incentivar a produção de alimentos para o mercado interno.

Todas essas premissas são apresentadas e tratadas como benéficas para o desenvolvimento da economia agrícola e industrial do Estado. Evidentemente, tal conjuntura não considerou as mudanças que tais políticas causariam na vida dos trabalhadores rurais brasileiros, sobretudo, dos trabalhadores sem terra e daqueles que possuíam pequenas frações.

De acordo com Fleischfresser, as diferenças sociais entre os produtores tendem a se acentuar nesse período, pois, se antes os agricultores “já não dispunham de condições homogêneas de produção, com a introdução de técnicas produtivas externas ao meio rural, as diferenças se intensificam”.<sup>300</sup> Nessas circunstâncias, rapidamente verificou-se a quem serviria este modelo de modernização do setor agrícola brasileiro, que, em curto prazo, demonstrou um salto inferior ao esperado, principalmente no que se refere ao

---

<sup>298</sup> Id. Ibid. p. 12, 13.

<sup>299</sup> Id. Ibid. p. 12, 13.

<sup>300</sup> Id. Ibid. p. 12.

crescimento da produção agrícola. Além disso, também se verificou um rápido esgotamento dos solos, já que as técnicas de cultivo ainda não haviam sido aprimoradas.

Todavia, o pior dos resultados foi, sem dúvida, a exclusão social vivenciada por grande parte da parcela dos trabalhadores rurais, sejam aqueles que possuíam uma pequena fração de terra e se viram obrigados a vendê-la – por não se adaptarem ou mesmo por já estarem endividados, na tentativa de se modernizar –, sejam os que eram trabalhadores rurais sem terra, que, com o aumento da mecanização no trabalho agrícola, foram substituídos ou desvalorizados, migrando para centros urbanos industriais em crescimento.

Conforme notamos, é nesse momento que acontece a regularização da posse da terra no Sudoeste do Paraná, indicada como um exemplo de reforma agrária. Nesse sentido, procuro investigar em que medida a experiência dos agricultores que residiam naquele espaço expõe aspectos da conjuntura política e econômica vivida pelo Brasil naquele período. Assim, o processo de modernização da agricultura e de suas técnicas fez-se muito presente nesse espaço, de maneira peculiar e com significativas diferenças em relação a outras regiões do Brasil.

Nesse processo, a forma de atuação do GETSOP desempenhou papel fundamental no modelo de agricultura que deveria ser seguido, já que sua atuação acontece não apenas em relação à regularização da posse da terra, mas também à influência no arranjo agrícola.

### 3.3 O GETSOP e a organização fundiária do espaço

Este item procura expor em que medida a atuação do GETSOP influenciou na organização agrária e fundiária do Sudoeste do Paraná. Assim, serão elencados os aspectos demográficos da regularização da propriedade da terra, quanto às questões que envolvem o aspecto assistencial a esses colonos, ou seja, em que medida este órgão, enquanto representante do Estado, apresenta-se como mediador das políticas agrícolas modernizadoras, expostas ao meio rural brasileiro neste período.

Em um primeiro momento, exibimos um quadro que expõe a distribuição da propriedade da terra na região no ano de 1968:

QUADRO 2 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR MUNICÍPIO EM 1968

MUNICÍPIOS	Nº Ordem	0 a 10 ha		10 a 25 ha		25 a 50 ha		50 a 100 ha		100 a 1 000 ha		1 000 a 10 000	
		Nº Estab.	ha	Nº Estab.	ha	Nº Estab.	ha	Nº Estab.	ha	Nº Estab.	ha	Nº Estab.	ha
Realeza	1	522	2 839	549	9 440	178	9 440	56	3 784	26	4 519		
Renasçença	2	192	1 147	377	6 381	245	8 719	108	7 709	44	9 429		
Salgado Filho	3	318	1 888	680	12 524	351	12 262	100	6 491	34	6 209		
Salto do Lontra	4	1 025	6 154	1 506	23 924	412	15 322	101	7 185	37	7 123		
Coronel Vivida	5	491	2 594	849	14 747	493	17 665	231	16 088	63	11 280		
Enéas Marques	6	376	2 234	754	12 871	341	11 782	55	3 461	6	995		
Francisco Beltrão	7	748	2 543	1 346	24 273	739	25 421	102	6 432	12	2 624	1	1 392
Itapejara do Oeste	8	229	1 172	486	6 203	215	7 349	65	4 286	11	1 407		
Mariópolis	9	128	749	385	7 121	181	6 623	44	2 924	25	6 327	1	2 672
Santa Izabel	10	565	3 066	608	10 151	244	8 591	66	4 822	25	4 384		
Santo Antônio	11	1 137	6 730	1 350	23 050	463	16 113	94	6 356	40	10 494	2	3 600
Verê	12	433	2 524	642	10 691	258	8 863	68	4 584	17	2 793		
Vitorino	13	112	638	321	5 685	199	7 504	76	5 220	50	10 859	2	3 267
Chopinzinho	14	563	3 054	1 182	21 916	709	25 100	282	19 384	154	34 648	11	33 242
São João	15	292	1 592	452	7 933	214	7 485	71	4 889	16	2 470		
S. J. D'Oeste	16	491	2 680	759	13 571	290	10 877	83	5 791	37	10 158	5	23 355
Marmeleiro	17	154	921	541	10 034	201	7 565	86	6 028	44	10 543	7	19 749
Pato Branco	18	348	1 925	734	12 839	569	20 828	295	20 478	75	11 845		
P. D'Oeste	19	648	4 248	721	12 253	183	6 320	36	2 604	6	870		
Planalto	20	899	5 490	978	15 964	177	6 024	25	1 627	5	1 281		
Ampère	21	436	2 433	677	11 361	278	9 454	57	3 778	7	1 592		
Barracão	22	893	5 200	795	13 645	189	7 165	70	5 091	24	5 889		
Capanema	23	1 095	6 147	1 298	20 821	278	9 753	57	3 686	13	3 562		
Dois Vizinhos	24	1 028	6 402	1 386	23 395	464	16 655	130	8 972	33	4 916		
TOTAIS		13 207	77 010	19 376	330 807	7 871	279 997	2 358	161 932	806	166 217	29	87 277
Área Média		5,83 ha		17,073 ha		35,573 ha		68,67 ha		206,22 ha		3 009,55 ha	
Estab. Área % TOTAL		30,25%	6,77%	44,4%	29,11%	18,03%	24,64%	5,40%	14,25%	1,84%	14,63%	0,66%	8,68%
Nº TOTAL de Propriedade:		43 648		Área TOTAL: 1 136 100 ha				Área Média: 26,028 ha					

FONTES: Pré-Diagnóstico do Sudoeste (INCRA/GETSOP/AMSOP)

**Figura 10:** LAZIER, Hermógenes. *Estrutura Fundiária por município Sudoeste do Paraná - 1968.* (INCRA/GETSOP/AMSOP).

As análises que esse quadro permitem são inúmeras e, evidentemente, daremos atenção para aquelas que são mais significativas para este trabalho. Dessa maneira, é preciso que fique claro que o quadro indica a distribuição da propriedade da terra em todo o Sudoeste do Paraná, ou seja, não considera apenas os municípios em que ocorreu a Revolta de 1957. Mesmo assim, alguns exemplos de municípios fora do litígio de 1957 serão considerados em termos comparativos.

O primeiro indicador que chamo à atenção é o que apresenta o total de propriedades e de hectares nos estabelecimentos de 10 a 25 hectares. Nessa faixa, temos um total de 19.376 estabelecimentos, que ocupam 330.807 hectares, o que corresponde, respectivamente, a 44,4% dos estabelecimentos e a 29,11% da área. Além disso, esses números são os mais significativos, isto é, representam as maiores proporções no número de estabelecimento e de área de todo o Sudoeste do Paraná, com uma área média de 17.073 hectares por propriedade.

A partir dessa perspectiva, não se torna tarefa difícil afirmar a predominância do modelo de pequenas propriedades neste espaço, ao considerar que as maiores proporções estavam reservadas a este segmento. Além disso, tais números corroboram

com o discurso de que, com a vitória dos colonos, em 1957, e com a posterior atuação do GETSOP, a questão agrária na região estaria resolvida.

Entretanto, não é isso que se observa se considerarmos os segmentos de 100 a 1.000 hectares e de 1.000 a 10.000ha. Pegamos, inicialmente, a título de exemplo, os municípios de Salto do Lontra e de Santo Antônio do Sudoeste, os quais tiveram em suas áreas a questão do litígio da terra. Todavia, Salto do Lontra, em 1968, apresentava 37 estabelecimentos agrícolas na variável de 100 a 1.000 hectares, o que correspondia a mais de 7.000 hectares. Santo Antônio do Sudoeste, por sua vez, também apresentava números significativos neste segmento, com 40 estabelecimentos distribuídos em 10.494 hectares de terra.

O município de Santo Antônio também aparece quando consideramos as propriedades de 1.000 a 10.000ha. Neste caso, são registrados dois estabelecimentos com um total de 3.600 hectares, enquanto que Francisco Beltrão – município que também tinha sua área dentro das glebas em litígio em 1957 – possui um estabelecimento com 1.392 hectares. Além disso, nota-se que o imóvel denominado Santa Cruz, que tinha toda sua área dentro do município de Santo Antônio, também não foi considerado. Podemos considerar isso ao observar que a área total deste imóvel é de mais de 7.000 hectares, enquanto os dois estabelecimentos que aparecem no segmento de 1.000 a 10.000 hectares somam, juntos, apenas 3.600 ha. Cabe elencar, ainda, que essa área ficou fora da questão jurídica da terra em 1957, já que ela já estava titulada à empresa Dambros e Piva, de propriedade de Alexandre Dambros e Ramalho Piva.<sup>301</sup>

De acordo com este cenário, mesmo com a Revolta de 1957, ainda temos um significativo número de grandes propriedades, ou mesmo latifúndios, nos casos de Francisco Beltrão e de Santo Antônio. Isso significa que a questão da posse da terra não se encerra com o levante dos colonos de 1957, tampouco com a regularização da posse da terra com o GETSOP; mesmo com uma organização fundiária marcadamente em pequenas e médias propriedades, o que não respondia a esse ideal era, e ainda é, encontrado com muita facilidade nesse espaço.

A questão que devemos ponderar nesse momento é a ideia de pacificação que a atuação do GETSOP proporciona a esse espaço. Essa noção está sustentada principalmente no discurso pacificador que foi construído após a regularização da posse da terra. Esse discurso é encontrado não só em comemorações, mas também na própria

---

<sup>301</sup> ANEXO 18: Mapa Glebas Sudoeste do Paraná, em destaque o imóvel Santa Cruz que pertencia a empresa Dambros e Piva. *INCRA* – Francisco Beltrão, acesso em 28 de setembro de 2017.

historiografia que aborda o tema. Iria Zanoni Gomes destaca que, após o GETSOP encerrar suas atividades, “somente três ou quatro propriedades não foram tituladas porque os vizinhos não entraram em acordo”.<sup>302</sup>

Essa afirmação pode ser questionada pela própria inserção do MST no espaço, ao considerar que, se a questão fundiária estivesse resolvida, não veríamos a inserção desse movimento de reforma agrária. Além disso, é importante destacar que o MST não só consegue inserir-se na região, como obtém êxito em sua jornada, com a instalação de um assentamento no município de Francisco Beltrão.

Isso significa pensar em que medida o órgão criado para a regularização fundiária do espaço cumpriu efetivamente seu papel – se sim, de que maneira titulou grandes propriedades e latifúndios naquele espaço, se não, quais interesses não o fizeram titular determinadas propriedades. Tais aspectos obscurecem a afirmação de que somente “três ou quatro propriedades” não haviam sido regularizadas.

A partir dessa conjuntura, também merece destaque o significativo número de estabelecimentos dentro da variável de 0 a 10 ha. Os números que perfaziam 13.207 estabelecimentos correspondiam a mais de 30% dos imóveis rurais. Por outro lado, isso representava apenas 77.010 hectares ou 6,77% da área considerada. Só para se ter uma noção, estes 13.207 estabelecimentos ocupam uma área de terra menor que os 29 estabelecimentos pertencentes ao extrato de 1.000 a 10.000 hectares, que ocupam 87.277ha.

Isso demonstra que a regularização fundiária da região significou a legalização de um significativo número de micro propriedades ou minifúndios. Anteriormente já externei algumas dessas questões, a partir de considerações de Deni Lineu Schwartz, que foi chefe do GETSOP, o qual salienta que, mesmo com um significativo número de minifúndios, a ordem foi a de titular todos em nome dos seus respectivos donos, mesmo que, posteriormente, essa titulação pudesse trazer problemas em relação à forma de produção agrícola.<sup>303</sup>

Tais questões também podem estar relacionadas à rapidez com que ocorreu a transformação na estrutura fundiária da região. Isso porque esses colonos proprietários de minifúndios, ao não terem uma fração de terra em que pudessem desenvolver satisfatoriamente suas atividades agrícolas, ao mesmo tempo em que a grande maioria

---

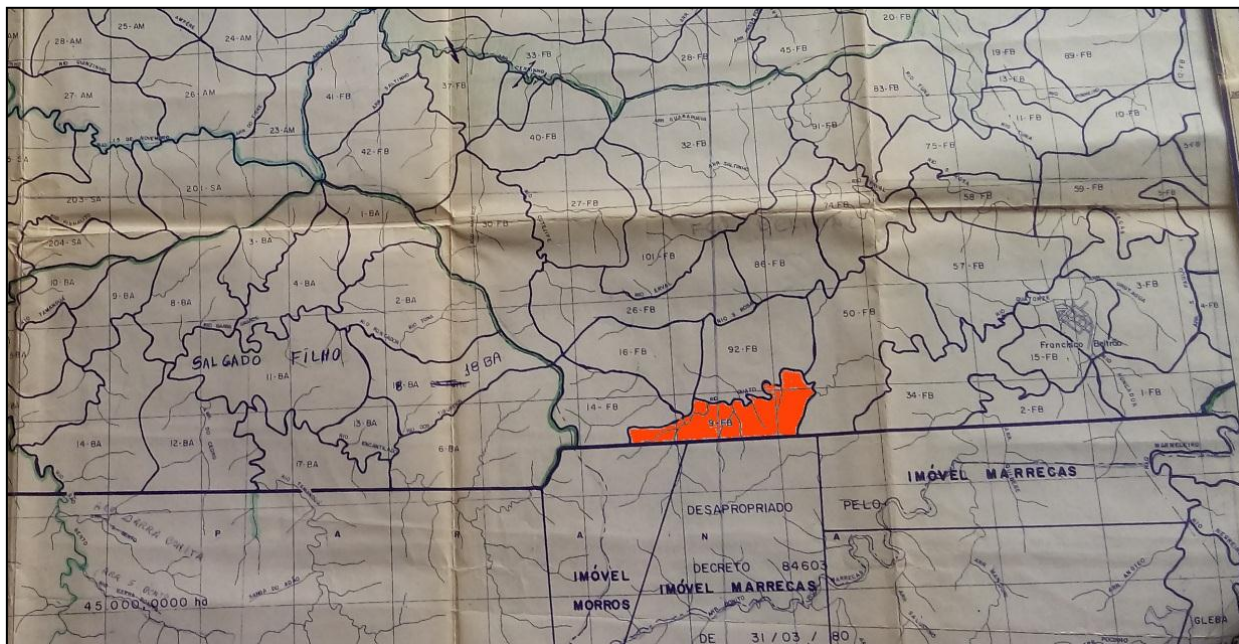
<sup>302</sup> GOMES, Iria Zanoni. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 2005. p. 119.

<sup>303</sup> SCHAWARTZ, Deni Lineu. *Jornal de Beltrão*. Francisco Beltrão – PR, 2013. Disponível em: <<http://www.guiaparanasudoeste.com.br/noticias/Noticia.aspx?id=26453>> Acesso em 29 de setembro de 2014.

também não dispunha de crédito agrícola para plantar e modernizar sua produção, acabaram vendendo com maior facilidade, o que, conseqüentemente, desencadeou uma maior concentração fundiária e transformações na organização agrária e fundiária.

Tais aspectos demonstram que não é com a vitória nos levantamentos de 1957, muito menos com a regularização fundiária a partir de 1962, que a questão da terra encontra-se resolvida nesse espaço. Conforme se nota, os conflitos sociais e as modificações na estrutura agrária e fundiária desse espaço encontram-se em constante transformação, respondendo aos anseios do capital junto às políticas de modernização da agricultura brasileira.

Podemos apresentar, a exemplo dessa conjuntura, a inserção do MST no Sudoeste do Paraná, com destaque para sua atuação em parte da terra que esteve em litígio em 1957. Referimo-nos, nesse ponto, mais especificamente, ao assentamento Missões, que está situado no município de Francisco Beltrão e tem – de acordo com informações do INCRA de Francisco Beltrão –, aproximadamente, um terço de sua área dentro da Gleba Missões. No mapa a seguir, destacamos a Gleba 9-FB, que, posteriormente, seria colocada em questão pelo MST:



**Figura/Mapa 11:** GETSOP: em destaque Gleba 9-FB. INCRA/GETSOP. Francisco Beltrão, acesso em 28 de setembro de 2017.

A fração destacada em vermelho corresponde à Gleba 9-FB. Essa denominação foi dada pelo GETSOP quando da regularização da posse da terra, nas décadas de 1960 e 70. Conforme é perceptível, essa gleba é “cortada” pelo travessão que delimita a

abrangência de atuação do GETSOP dentro das Glebas Missões e Chopim. Nesse caso, abaixo do travessão estão as terras que não foram regularizadas por esse grupo e não estavam em questão na Revolta de 1957; acima do travessão são as terras conquistadas na Revolta e que foram regularizadas pelo GETSOP.

Dessa maneira, é instigante pensar qual conjuntura é apresentada a essa Gleba, 9-FB, para que, mesmo após sua regularização, tenhamos a inserção do MST nessa fração de terra. Essa constatação coloca em evidência os predicados que, constantemente, são atribuídos a esse espaço, já que ele sofreu uma espécie de reforma agrária com a atuação do GETSOP e, após essa regularização, as lutas sociais dentro das terras regularizadas não existiram mais, uma atribuição contraditória, quando notamos a criação do assentamento Missões, que tem parte de sua área dentro de uma das glebas tituladas por este órgão.

Em relação a esse assentamento, o historiador Ricardo Callegari, que tem pesquisado a inserção e atuação de movimentos sociais no Sudoeste do Paraná, indica que o Assentamento Missões está situado a cerca de 20 km da cidade de Francisco Beltrão, e que “surgiu de uma ocupação de terras improdutivas, no caso da fazenda Marrecas e da colônia Missões”, sendo ambas propriedades da empresa Ângelo Camilotti e Cia Ltda. A “área foi ocupada por 320 famílias, pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no dia 27/05/1996”. Posteriormente, o assentamento foi criado com 136 famílias, formando três comunidades e uma vila rural.<sup>304</sup>

Conforme foi elencado anteriormente, o assentamento Missões ocupa aproximadamente um terço da área que foi regularizada pelo GETSOP, no caso, a Gleba 9-FB. Por outro lado, o restante do assentamento está dentro do imóvel denominado Fazenda Marrecas, que, conforme fica evidente no mapa acima, apesar de ter sido desapropriado por meio do Decreto 84.603, de 31 de março de 1980, teve apenas parte de sua área ocupada e convertida ao MST.

De acordo com Callegari, tanto a Fazenda Marrecas quanto o imóvel Missões “eram de propriedade de Ângelo Camilotti, porém haviam sido tomadas pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Paraná, em decorrência de dívidas que o dono das fazendas tinha com os bancos”. Essa conjuntura, principalmente em relação às dívidas, serviu de

---

<sup>304</sup> CALLEGARI, Ricardo. *Entre lutas, valores e pressões: Juventude Rural Sem Terra e a Organização Social do Trabalho nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan*. Dissertação – Mestrado em História – Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon-PR, 2015. p. 20.

embasamento para o MST ocupar, pressionar o governo do Estado e, posteriormente, conquistar as frações de terras requeridas como políticas de reforma agrária.

Nas pesquisas realizadas no INCRA de Francisco Beltrão, foi dedicada atenção para os títulos expedidos à Gleba 9-FB. Assim, inicialmente, foi somada a área total de todos os lotes titulados pelo GETSOP. Concluiu-se que a gleba possuía aproximadamente 1.218 hectares. Por outro lado, de acordo com dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo INCRA, o assentamento Missões possuía, em 2014, 133 famílias distribuídas em 1.983 hectares, ou seja, a área total da Gleba 9-FB é superior a um terço do assentamento.<sup>305</sup>

Além dessas questões, ao analisar, no INCRA, os documentos pertencentes a essa Gleba, encontrei somente sete lotes titulados a Ângelo Camilotti<sup>306</sup> ou a seus familiares, os quais totalizam uma área de pouco mais de 170 hectares. Por outro lado, quando realizei a pesquisa, fui informado, por funcionários do INCRA, que a família Camilotti comprou as demais áreas da Gleba 9-FB posteriormente. Isto é, quando da titulação, a família Camilotti possuía apenas esses pouco mais de 170 hectares, sendo que, posteriormente, adquiriu os demais terrenos dessa Gleba.

Independente destas questões, o aspecto que se sobressai neste ponto é que a família Camilotti consegue tomar posse de grande parte, senão toda, da Gleba 9-FB. Isso significa que, mesmo com a titulação dessas terras pelo GETSOP, não se eliminou – como a historiografia convencionalmente qualifica – o problema fundiário no Sudoeste do Paraná, tampouco se moldou, como vimos anteriormente, uma estrutura fundiária fundamentalmente de pequenas propriedades.

As evidências indicam dois possíveis direcionamentos: as práticas de grilagem continuaram existindo, ou a documentação foi assentada com a prévia intenção de favorecer determinadas famílias. É importante salientar que o trabalho feito pelo GETSOP não expõe grandes brechas em relação às titulações dessa Gleba, ou seja, existem processos de titulação e títulos tanto para Ângelo Camilotti e sua família, quanto em nome de outros agricultores.<sup>307</sup>

---

<sup>305</sup> De acordo com o que foi indicado pelo INCRA de Francisco Beltrão o assentamento Missões tem um terço de sua área dentro das terras tituladas pelo GETSOP.

<sup>306</sup> Ângelo Camilotti foi prefeito de Francisco Beltrão pelo PSD no período de 1956/1960 (candidato único).

<sup>307</sup> ANEXO 19: Lotes titulados da Gleba 9-FB. INCRA – Francisco Beltrão, acesso em 28 de setembro de 2017. Neste anexo é exposto um documento que apresenta a titulação de lotes em nome de Ângelo Camilotti e outro de titulação de lotes da mesma gleba a outros agricultores, no caso, expõe-se como exemplo o lote de José Alves de Almeida.



Assim, a atuação do MST nesse espaço demonstra como a questão da terra, mesmo dentro da área de abrangência do GETSOP, apresenta contradições e conflitos sociais. Isso significa questionar a noção romantizada – perpetuada na historiografia que pesquisa esse espaço e nas celebrações que rememoram a luta social de 1957 – de que, após os levantes e a atuação do GETSOP, o espaço é pacificado e não existem mais lutas sociais e disputas jurídicas em relação à posse da terra. Podemos notar, previamente, que tais questões apresentam-se muito latentes, tanto nas décadas de 1980-90, quanto em contexto recente, em relação às inúmeras transformações apresentadas à estrutura fundiária da região.

Nas comemorações e celebrações que rememoram a luta social de 1957 e a posterior regularização fundiária do espaço, com alguma frequência, percebemos um claro discurso pacificador. Exemplo disso é o que diz o diretor e autor de um espetáculo teatral no município de Dois Vizinhos, em comemoração aos 60 anos da Revolta de 1957. Ivan Lovison destaca que a peça de teatro “1957, uma tocaia no inferno” procura salientar as diferentes lideranças que fizeram o movimento de 1957 acontecer, com especial destaque aos colonos:

[...] construtores de um momento ímpar em nossa história, fizeram de ferramentas de trabalho, armas de guerra, e tornaram o Sudoeste do Paraná o mais bem sucedido caso de Reforma Agrária do Brasil, quiçá das Américas. Isso é muito importante e precisa ser resgatado.<sup>308</sup>

Lovison salienta uma visão romantizada do acontecido, em especial, por tratá-lo a partir de uma peça de teatro. Assim, nessa nova representação sobre a Revolta e os sujeitos que a constituíram, dá ênfase aos sentidos que se perpetuaram com referência a esse marco. Em suas palavras: "Foi a bravura deles que garantiu uma região de homens e mulheres livres, trabalhadores, e, sobretudo, cooperativos".<sup>309</sup> As considerações do diretor da peça teatral dialogam com o discurso elaborado pelo periódico em suas variadas reportagens, que aportam a comemoração dos 60 anos do levante social.

Essa conjuntura enaltece as considerações de Lovison em relação a sua colocação de que o Sudoeste do Paraná teve o “mais bem sucedido caso de Reforma Agrária do Brasil, quiçá das Américas”. Essa colocação se torna ainda mais significativa, não apenas por ser pronunciada por Lovison, mas também por ganhar destaque na

<sup>308</sup> LOVISON, Ivan. *Diário do Sudoeste*. Disponível em: <<https://www.diariosudoeste.com.br/noticia/gmt-de-dois-vizinhos-produz-espetaculo-sobre-60-anos-da-revolta-dos-posseiros>> Acesso em 11 de outubro de 2017.

<sup>309</sup> Id. Ibid.

imprensa regional, sobretudo no Diário do Sudoeste – em sua versão *online* –, um periódico que tem grande circulação na região e produziu, nos meses de junho a outubro de 2017, várias reportagens que destacam a programação comemorativa na região, além de colunas especiais – sobretudo no início de outubro – produzidas pela própria equipe editorial do periódico.

O exemplo acima demonstra que não é somente na historiografia que encontramos referências à Revolta de 1957 e à atuação do GETSOP enquanto facilitadores de uma experiência de reforma agrária para a região. Diria até que ambos são reflexos um do outro, isto é, a memória regional, através da imprensa e de manifestações comemorativas, reproduz alguns sentidos já atribuídos à região pela historiografia que pesquisa o tema.

Enquanto a historiografia, principalmente aquela vista como clássica, produzida nas décadas de 1970-80, reproduziu em sua elaboração, um discurso apaziguador e conveniente, após os levantes sociais e a regularização da posse da terra, as lutas sociais não existem mais nesse espaço, sobressaindo-se apenas sua estrutura fundiária diferenciada e os valores dos colonos que ali conquistaram a propriedade da terra.

No esteio dessas questões, com frequência, é rememorada a ocupação do espaço a partir dos colonos gaúchos e catarinenses. Tais questões afloram mais quando existem celebrações comemorativas. Nesses momentos, o discurso que se enaltece é o de uma dada identidade histórica da região com referência a tais sujeitos, ou seja, “o que o Sudoeste do Paraná é hoje se deve à ação desses indivíduos no passado”, discurso que, ao mesmo tempo, valoriza a organização agrícola e fundiária atual e desqualifica as lutas sociais que se desenvolveram após os levantes de 1957.

Em outras reportagens do Diário do Sudoeste, encontramos referências a essa identidade histórica da região, principalmente no que se refere à estrutura agrícola e fundiária do espaço. Nessa perspectiva, em reportagem publicada no dia 6 de outubro de 2017, o periódico salienta os levantes sociais como “uma Revolta que precisa ser contada”, indicando, nesse ponto, a não inserção da Revolta nos currículos escolares em nível estadual e municipal. Contudo, além disso, também evidencia “um sistema agrário que deu certo”, referindo-se à organização fundiária a partir de minifúndios. Assim, indica que: “a Revolta é muito mais que um fato histórico. É algo que permanece vivo na identidade cultural da região e na característica agrária”.<sup>310</sup>

---

<sup>310</sup> DIÁRIO DO SUDOESTE: Disponível em: <<https://www.diariodosudoeste.com.br/noticia/uma-revolta-que-precisa-ser-contada-um-sistema-agrario-que-deu-certo>> Acesso em 12 de outubro de 2017.

É preciso considerar que a regularização fundiária realmente apresentou uma significativa presença de minifúndios na região. Todavia, os processos que pautam a agricultura brasileira, a partir da década de 1980 até os dias atuais, fazem com que essa estrutura fundiária não se faça mais tão presente no espaço. Além disso, devemos lembrar que um minifúndio corresponde a uma propriedade menor que um módulo fiscal que, na região, varia, dependendo do município, de 18 a 20 hectares, e são justamente essas propriedades as primeiras a serem vendidas ou absorvidas pelo avanço do agronegócio.

Conforme veremos no capítulo IV, acompanhamos um vertiginoso crescimento no número de médias e grandes propriedades que, na ausência de políticas públicas para as propriedades de pequeno porte, expandem suas áreas de plantio. Assim, as colocações expostas na reportagem, que valorizam a estrutura fundiária a partir do minifúndio, são construídas com base em um discurso pacificador e conveniente ao modelo de agricultura que se apresenta à região:

É salutar notar que o minifúndio se sobrepôs, contrariando a lógica do latifúndio que impera no país, e que os frutos sociais econômicos foram muito maiores [...] Enquanto a Reforma Agrária segue sendo uma utopia no Brasil, que caminha a passos muito lentos, o Sudoeste teve uma reforma de fato, aos seus moldes, que é exemplo para o Brasil.<sup>311</sup>

Além de exaltar a estrutura fundiária com referência aos minifúndios, o periódico também destaca que a região teve sua própria reforma agrária, a qual deveria ser seguida pelo restante do país. Retomo, nesse ponto, as considerações já levantadas anteriormente: evidentemente, apresentar o Sudoeste do Paraná como um exemplo que vai contra a lógica do latifúndio é, na atualidade, um exercício extremamente cômodo. Assim, considera-se que, apesar de não existir uma repartição da propriedade da terra no modelo latifundiário, predomina-se, na região, uma produção que segue esse modelo agrícola e privilegia o desenvolvimento de uma agricultura a partir da produção de monoculturas de exportação.

Dessa forma, apresentar essa estrutura de minifúndios como um exemplo de agricultura que deu certo e traz desenvolvimento econômico e social para o espaço significa ter uma postura de valorização do modelo agrário vigente no país, o qual nega

---

Esta reportagem não tem jornalista que a assina, o que significa que é apresentada enquanto uma opinião do próprio periódico.

<sup>311</sup> Id. Ibid.

os conflitos sociais pela terra, os quais aconteceram depois da Revolta e da regularização da posse da terra.

Ainda nessa linha argumentativa, no mesmo dia 6 de outubro de 2017, o periódico publica outra reportagem especial sobre a região e a Revolta de 1957, com o título “A Revolta vive: os impactos, sociais, culturais e econômicos”. Nessa matéria, novamente o jornal procura exaltar a conquista dos colonos como contribuição para a identidade cultural da região, além de sublinhar a estrutura fundiária de minifúndios: “A conquista contribuiu para formar a identidade cultural local e definiu a característica fundiária da região, o minifúndio”.<sup>312</sup>

De maneira geral, essa reportagem concorda com as ideias apresentadas na anterior, ao elencar que a região não teria tantas “distorções sociais” em função do levante e da organização fundiária em minifúndios. Além disso, o periódico enaltece que: “A Revolta permitiu que os agricultores tivessem a titulação da terra. Além de estabilidade, mais tarde, a posse traria benefícios como o acesso ao crédito”. Evidentemente, tais considerações são extremamente subjetivas, ao ponderar que a estabilidade, bem como o acesso ao crédito foram apresentados à região de maneira seletiva, sendo que a grande maioria dos agricultores – sobretudo aqueles que possuem médias e grandes propriedades, e não minifúndios – somente tiveram acesso a esses benefícios recentemente, com políticas de crédito que começaram a se desenvolver a partir dos anos 2000.

Nesse momento, o periódico, por meio de Guilherme Bittar, que é quem assina a matéria, abre espaço para a opinião de Nereu Ceni, que é apresentado como “arquiteto e estudioso do assunto”. Ceni salienta que esse contexto:

[...] deu tranquilidade para os agricultores trabalharem e criarem seus filhos, sem viver sob ameaça. Por isso, somos um povo trabalhador, que dá valor as coisas, somos econômico no sentido do gasto, ousados porque temos essa história de luta, acreditamos que juntos temos força e lutamos pelo certo.<sup>313</sup>

É interessante notar que Ceni se coloca como parte do “povo trabalhador”, que “dá valor às coisas”, discurso que enobrece e oferece subsídio para a identidade histórica e cultural do espaço com referência à Revolta e à sua estrutura fundiária. Nesse contexto, a representação, elaborada tanto pelo Diário do Sudoeste quanto pelos sujeitos

<sup>312</sup> BITTAR, Guilherme. *Diário do Sudoeste*: Disponível em: <<https://www.diariosudoeste.com.br/noticia/a-revolta-vive-os-impactos-sociais-culturais-e-economicos>> Acesso em 13 de outubro de 2017.

<sup>313</sup> Id. Ibid.

que colaboram com as reportagens no cenário comemorativo de 60 anos do levante, é de unidade do espaço que busca constituir e unificar uma dada identidade histórica e cultural para a região, calcada nos valores de um “povo trabalhador”.

Essa circunstância explicaria o desenvolvimento econômico da região ligado à agricultura, discurso que se convencionou ainda mais quando é exaltada uma dada agricultura de minifúndios, ou seja, constituiu-se uma representação idealizada sobre o Sudoeste do Paraná, seus levantes sociais e sua estrutura fundiária, que corroboram não só com os anseios do periódico, mas também com a imagem que se quer passar sobre essa região e seu levante social.

Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, em “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”, salientam que é de suma importância, na contemporaneidade, considerar a imprensa junto ao capitalismo e à história social. As autoras indicam isso ao refletir que a imprensa vem “atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica”. Assim, é preciso refletir o seu papel e “tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas”.<sup>314</sup>

Cruz e Peixoto nos lembram que é preciso ter consciência do poder que a imprensa tem dentro do capitalismo. Assim, ela não atua apenas como ente “depositário” e reproduzidor de acontecimentos, mas, sim, a partir de conjunturas e interesses próprios, que dialogam com os grupos que procuram representar e apresentar para a sociedade.

Dessa maneira, não podemos perceber o Diário do Sudoeste apenas como um depositário ou um periódico que simplesmente reproduz a Revolta de 1957 e a estrutura fundiária atual do espaço. O jornal expõe, antes de tudo, a visão que se quer constituir sobre a região e sua estrutura fundiária, bem como dos levantes, uma perspectiva ancorada na ideia de pacificação e “apaziguamento” do espaço, que gerou “segurança e prosperidade” à região.

### 3.4 A titulação das terras

Para compreender o processo de titulação das terras do Sudoeste do Paraná é necessário refletir de que maneira essa ação foi desempenhada pelo Grupo Executivo

---

<sup>314</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*. São Paulo, n.35, dezembro de 2007. p. 257.

para as Terras do Sudoeste do Paraná - GETSOP. Todavia, primeiramente, é preciso deixar claro que, a partir do momento em que o GETSOP foi criado, ficou estabelecido que as terras passariam a ser terras públicas e, dessa maneira, seriam colonizadas a partir da União e do Estado do Paraná.

Isso significa que, em sua perspectiva inicial, a ideia é de colonização, mesmo com os colonos já residindo no espaço, o ideal dos governos federal e estadual é de recolonizar o espaço e isso, evidentemente, significa lhe atribuir novas representações.

Essas designações encontram-se presentes no acordo firmado entre o Governo Federal e o Estado do Paraná, em 22 de junho de 1962, pouco mais de três meses depois da publicação do Decreto número 51.431, pelo qual o Presidente João Goulart criou o GETSOP. Hermógenes Lazier, ao destacar o referido acordo, salienta que as receitas provenientes da “colonização das áreas referidas” deveriam ser depositadas em “bancos oficiais em nome do órgão misto para a reaplicação direta na própria zona”. Isso significa que os valores arrecadados no processo de “colonização” deveriam ser revertidos para a própria região colonizada.<sup>315</sup>

As prerrogativas expostas são apresentadas no terceiro item do referido acordo, que, apesar de mencionar a possível existência de uma receita na “colonização” do espaço, não se refere, em momento algum, em vender a terra aos colonos, tampouco indica que esses agricultores deveriam pagar pelas suas terras. Em todos os decretos analisados para este trabalho, o 50.379, de 27 de março de 1961, declara ser de utilidade pública, para fins de desapropriação, as glebas missões e chopim;<sup>316</sup> o 50.494, de 25 de abril de 1961, determina regime de urgência na desapropriação por utilidade pública as referidas glebas;<sup>317</sup> e o Decreto 51.431 cria o GETSOP.<sup>318</sup> Em nenhum deles – exceto no acordo destacado acima –, encontrei menção de que os colonos deveriam pagar pelas terras ou pelo processo de titulação.

Esse é, aliás, um tema que aparece na historiografia que pesquisa a titulação das terras do Sudoeste enquanto resultado da luta social de 1957. Na maioria das vezes, esse

<sup>315</sup> LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998. p. 71.

<sup>316</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: DECRETO LEI 50.379/1961: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50379-27-marco-1961-389943-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 30 de outubro de 2017.

<sup>317</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: DECRETO LEI 50.494/1961: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50494-25-abril-1961-390330-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 30 de outubro de 2017.

<sup>318</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: DECRETO LEI 51.431: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51431-19-marco-1962-391358-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 30 de outubro de 2017.

processo é apresentado de forma pacífica, com destaque para a legalização da posse da terra enquanto um ato de reforma agrária, expondo elementos que nos permitem entender que essa “colonização” e titulação das terras foi uma medida meramente formal e que não gerou custos aos colonos envolvidos.

Para entender de forma mais clara como esse processo é retratado por alguns autores que pesquisam o tema, saliento, inicialmente, de que maneira Hermógenes Lazier trata a questão. Na interpretação de Lazier, a atuação do GETSOP “foi uma verdadeira medida de reforma agrária, no sentido não só de distribuir terras, mas também dar assistência ao colono e à região, o GETSOP programou e executou tais medidas”.<sup>319</sup>

Essa forma de Lazier apresentar a atuação do GETSOP não esclarece se os colonos tiveram custos com o processo de legalização da posse da terra, mas indica apenas que as terras foram distribuídas, dando a entender que os colonos ganharam o título da terra e não pagaram por ela.

Iria Zanoni Gomes também salienta, no fim de seu livro, a ação do GETSOP. Assim, da mesma maneira que Lazier, Gomes não expõe elementos segundo os quais os colonos tivessem que pagar pelas terras ou pelo processo de titulação, mas evidencia o momento em que o órgão encerra suas atividades, em 1973, quando “havia sido titulados 32.256 lotes rurais e 24.661 urbanos”, com ênfase para as “três ou quatro propriedades”, as quais não foram tituladas “porque os vizinhos não entraram em acordo”.<sup>320</sup>

Ademais, Gomes, por trabalhar, em sua obra, o movimento de 1957, liga a regularização da posse da terra à Revolta e encerra seu texto destacando: “O Movimento de 57 tinha atingido seus objetivos: num primeiro momento, a expulsão das companhias terra e, num segundo, a conquista do título de propriedade”.<sup>321</sup>

O discurso da autora apresenta uma espécie de cronologia quanto aos objetivos da Revolta de 1957, qual seja, a expulsão das companhias e o título de propriedade da terra. Destaco, nesse momento, que, ao expressar a “conquista” da propriedade e não mencionar o seu possível pagamento ao órgão que regularizou a posse da terra, Gomes também passa a impressão de que os agricultores não precisaram pagar por essa regularização. Além disso, também podemos evidenciar o destaque que Gomes dá para

---

<sup>319</sup> LAZIER, op. cit. p. 74.

<sup>320</sup> GOMES, Iria Zanoni. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 2005. p. 119.

<sup>321</sup> Id. Ibid. p. 119.

o total de títulos expedidos, não sendo regularizadas apenas “três ou quatro propriedades” em que havia desavenças entre os vizinhos.

Neste sentido, para Gomes, existe uma pacificação da região após a regularização da propriedade da terra, não só em razão do GETSOP ter cumprido a regularização em larga escala, mas também pela questão agrária na região ter atingido seus objetivos, na qualidade de exemplo de “reforma agrária”.

Ruy Wachowicz também apresenta sua argumentação em relação a essa questão em seu livro *Paraná Sudoeste: ocupação e colonização*. Basicamente, seguindo a mesma linha argumentativa dos outros autores, Wachowicz salienta que o “GETSOP distribuiu, para os colonos da região, um total superior a 40 mil títulos de propriedade”, com destaque para sua ampla atuação não só na regularização da posse da terra, mas também através do viés assistencialista na modernização da agricultura e das técnicas de cultivo dos agricultores.<sup>322</sup>

Wachowicz elabora esse discurso sempre remetendo a entrevista realizada com Deni Lineu Schwartz, que foi o engenheiro chefe e responsável pelo escritório do órgão em Francisco Beltrão. Também remete com ênfase as articulações para a criação e instalação do GETSOP, nesse momento dá destaque para a atuação de Walter Pécoits, como um personagem importante desse processo, isto é, um discurso que procura exaltar as principais figuras do levante e do cenário político posterior.

Além desses elementos, outra questão que podemos mencionar é que Wachowicz, da mesma maneira que Gomes e Lazier, expõe a ideia de que o GETSOP “distribuiu” a terra aos “colonos da região”, com ênfase para os mais de “40 mil títulos” expedidos. Notamos, nesse momento, que nem Wachowicz, tampouco os outros autores expostos, indicam que a terra ou o processo de titulação foi pago e, ao mesmo tempo, não deixam evidente que os colonos obtiveram a terra gratuitamente. Todavia, dão-nos indícios de que o processo foi pacífico ao destacarem que a terra foi “distribuída”, isto é, cedida aos colonos e não paga.

Em relação a estes aspectos, Wachowicz é ainda mais enfático, ao elencar que, no processo de titulação:

[...] foi rigorosamente proibido aos funcionários do GETSOP aceitar qualquer presente da parte do colono. Nem uma galinha, nem um porco. Para conscientizar o colono a esse respeito, foi feita uma campanha de

---

<sup>322</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Lítero-Técnica, 1985. p. 286.



esclarecimento por folhetos e pelas rádios emissoras. O GETSOP conseguiu entregar em toda a gleba Missões os títulos, com exceção de apenas quatro, por falta de acerto entre os vizinhos. Os interessados apelaram ao judiciário.<sup>323</sup>

Não é possível compreender com clareza os objetivos de Wachowicz ao salientar isso. A interpretação que conseguimos empreender é a de que os colonos não poderiam oferecer esses presentes aos funcionários do GETSOP como forma de pagamento, em retribuição aos serviços prestados. Assim, Wachowicz passa, com mais clareza ainda, a noção de que as terras foram distribuídas gratuitamente aos agricultores, isso porque não dá indícios de que os colonos tenham tido que pagar por elas, ao mesmo tempo em que apresenta elementos em que destaca a distribuição das terras ou “entrega” dos títulos, passando a impressão de uma ação sem custos aos colonos, que sequer poderiam presentear os funcionários do órgão responsável pela titulação.

Retomando algumas considerações de Lazier, conseguimos notar outros aspectos relacionados a isso, ao salientar que “os lavradores e moradores da região de posseiros passaram a proprietários” e, graças ao GETSOP, “receberam o título de propriedade da terra onde moravam e trabalhavam”,<sup>324</sup> é importante considerar que Lazier destaca que este órgão conclui os serviços que haviam sido iniciados pela CANGO e que foram interrompidas pelas companhias colonizadoras que se diziam donas das terras dos colonos.

Além disso, Lazier também expõe o custo total do processo de titulação: “O GETSOP mediu, demarcou e dividiu, em lotes, 350 glebas, 8 patrimônios e 30 povoados, totalizando 545.249,64 hectares e 56.917 lotes, com um custo total de Cr\$ 1.704.896,42”.<sup>325</sup>

Assim, a questão mais interessante a se fazer, a respeito desse custo de titulação é: quem teve que pagar por essa conta? Se, de fato, os colonos obtiveram gratuitamente o título de propriedade, como alguns autores que pesquisam o tema nos fazem entender, eles tiveram mesmo que pagar por esse processo de titulação?

Quem também compartilha a visão de Lazier, de que o GETSOP conclui os trabalhos iniciados pela CANGO, é Ricardo Abramovay, o qual apresenta essa argumentação, principalmente por ter em Lazier uma das suas principais referências quando trabalha a região e seus levantamentos sociais. Entretanto, a perspectiva de

---

<sup>323</sup> Id. Ibid. p. 287.

<sup>324</sup> LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998. p. 74.

<sup>325</sup> Id. Ibid. p. 74.

Abramovay em relação a essa questão é um tanto mais crítica ao compararmos sua visão à dos autores apresentados anteriormente.

Abramovay admite a noção de reforma agrária atribuída ao GETSOP, principalmente pelo órgão ter sido criado por um governo que incluía em sua pauta propostas democráticas, como a reforma agrária. Nesses termos, a experiência do Sudoeste do Paraná passa a ser encarada sob essa perspectiva. Se, “posteriormente”, os conflitos sociais e os “problemas de terra da região” voltaram a acontecer, isso ocorreu como reflexo das ações empreendidas pelo governo militar, que passou a gerir o órgão a partir de 1964.<sup>326</sup>

Assim, na visão de Abramovay, a legalização acontece, inicialmente, como uma perspectiva política de reforma agrária, que se realinha de acordo com a conjuntura apresentada ao Brasil. Afora isso, o autor não nos expõe elementos em relação a um possível pagamento pelas terras por parte dos colonos, tampouco indica que eles receberam o título gratuitamente.

Éverly Pegoraro, em sua dissertação de Mestrado em História Social intitulada *Dizeres em confronto: a Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense*, ao tratar o processo de regularização da posse da terra no Sudoeste do Paraná, salienta que o GETSOP tinha como finalidade “executar o processo de desapropriação”. Além disso, também estavam entre as atribuições do órgão: “projetar e executar a colonização racional das Glebas Missões e parte da Chopim e medir, demarcar e dividir em lotes as glebas” que eram “objeto da colonização”.<sup>327</sup>

Conforme se observa, as considerações de Pegoraro também não expõem indícios de que os colonos tenham tido que pagar pela fração de terra que ocupavam. A autora, como a maioria dos demais autores analisados, opta por ressaltar a atuação do órgão como uma medida de reforma agrária, enquanto uma ação que recoloniza o espaço. Nesse ínterim, também exalta o acordo firmado entre a União e o Estado do Paraná, que garantiu os trabalhos do GETSOP na região, além, é claro, de enaltecer a extinção desse grupo em 1974, com destaque para o vultoso número de títulos distribuídos aos moradores da região.

---

<sup>326</sup> ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense*. Dissertação – Mestrado em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP, 1981. p. 48, 49.

<sup>327</sup> PEGORARO, Éverly. *Dizeres em confronto: a Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense*. Dissertação – Mestrado em História Social – Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói – RJ, 2007. p. 54.

Quem produziu uma rica e interessante pesquisa sobre a atuação do GETSOP no Sudoeste do Paraná foi o historiador Jaci Poli, em sua Dissertação de Mestrado em História: *Da posse para a propriedade da terra no Sudoeste do Paraná (1962-1973)*. Dessa maneira, apesar do título e foco de Poli serem o processo de titulação das terras da região a partir da ação do GTSOP, o autor dá mais atenção a esses aspectos em seu último capítulo, no qual considerada “A solução do conflito Agrário no Sudoeste” a partir da ação do GETSOP.

Antes de maiores considerações, é importante frisar que a pesquisa de Poli é uma das mais relevantes no tocante a atuação do GETSOP, tanto no que se refere ao ineditismo das fontes, como em relação a sua forma de abordagem. Mas, conforme mencionei, o autor trabalha o GETSOP apenas em seu último capítulo, assim, nos dois primeiros capítulos aborda tanto a questão agrária em nível internacional e nacional, quanto os antecedentes históricos e o conseqüente conflito armado ocorrido no Sudoeste do Paraná.

Poli faz uma importante e interessante distinção, percebe que existiu na região um conflito agrário e um conflito armado. Ou seja, em sua visão o conflito agrário existia antes mesmo de 1957 e continuou sem solução após os levantes dos colonos, sendo resolvido com a atuação do GETSOP. Por outro lado, o conflito armado é caracterizado por Poli enquanto o momento em que é intensificada a cobrança das terras – por meio dos jagunços – para com os colonos nos anos de 1956 e 57, que culmina com os levantes de outubro de 1957.

Com base em tais características, Poli percebe o pós-57 enquanto uma continuidade na questão agrária do Sudoeste. Dessa maneira, sua análise do GETSOP expõe elementos interessantes sobre a atuação deste órgão em relação à modernização da agricultura brasileira, entretanto, sua análise é constituída somente a partir da análise de algumas bibliografias, sobretudo, de Hermógenes Lazier. Muitas vezes Poli expõe elementos interessantes sobre os convênios e incentivos criados para a modernização da agricultura da região, entretanto, não chega a expor fontes documentais que deem mais embasamento as suas considerações.<sup>328</sup>

Por outro lado, o aspecto que mais diferencia Poli dos demais autores que tratam sobre o tema é que o mesmo admite que as terras não foram dadas gratuitamente aos colonos, conforme evidencia:

---

<sup>328</sup> POLI, Jaci. *Da posse para a propriedade da terra no Sudoeste do Paraná (1962 - 1973)*. Curitiba-PR: Dissertação – Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná-UFPR, 2009. p. 132, 133.

O projeto de colonização desencadeado tinha como fundamento o reconhecimento do direito dos posseiros sobre as terras ocupadas que não seriam doadas ou tituladas gratuitamente. O GETSOP formalizaria um processo de venda da terra aos posseiros por um valor que, embora bastante acessível, caracterizava a venda da terra pública para os posseiros.<sup>329</sup>

Poli reafirma com alguma frequência que o valor pago pelas terras foi baixo, isso possibilitou, em seu entendimento, que todos os colonos adquirissem suas terras, mesmo tendo que pagar pelo processo de titulação e pelo título de propriedade. Todavia, apesar de fazer tais afirmações, Poli não chega a expor cálculos sobre o valor real cobrado pelo processo de titulação e pelas terras. Ou seja, nos deixa carente de cálculos e comparativos que comprovem sua hipótese.

Antes de encerrarmos esse item, é necessário fazer um parêntese em relação às questões destacadas, sobretudo aquelas que discutem a atuação do GETSOP na qualidade de um órgão que distribuiu a terra “gratuitamente” aos colonos da região. A maioria dos autores destacados – com exceção de Poli – trabalha com o Sudoeste do Paraná a partir dos levantamentos de 1957, ou seja, não abordam a atuação desse órgão especificamente. Em sua grande maioria, é dado destaque ao GETSOP, como o órgão público federal que regularizou a posse da terra naquele espaço. Isto é, exceto Poli, o que muitos autores que pesquisam o Sudoeste do Paraná, seus levantamentos de 1957 e suas consequências acabam por fazer é reproduzir o discurso construído sobre a atuação do GETSOP, como uma ação pacificadora, de reforma agrária, que recoloniza o espaço.

Pois bem, o que pretendemos fazer a seguir é inverter um pouco essa lógica e pensar a atuação do GETSOP analisando alguns documentos pertencentes a ele. Nesse ponto, daremos destaque, inicialmente, para os seguintes aspectos: como ocorreu o processo de titulação? Esse processo foi pago? Quanto custou para cada colono o título da terra? A partir desses elementos, nos propomos a refletir novas considerações sobre essa região e a regularização da posse da terra que aconteceu neste espaço.

### 3.5 O GETSOP: regularização da posse da terra ou Reforma Agrária

Para compreender a maneira como esse órgão atuou na regularização da posse da terra, na região Sudoeste do Paraná, fui até o município de Francisco Beltrão, mais especificamente na sede do INCRA, local indicado como depositário da documentação

---

<sup>329</sup> Id. Ibid. p. 140.

que pertencia ao GETSOP. Minha intenção inicial era a de entender e buscar documentos referentes à atuação desse órgão público federal, tanto em relação à regularização da posse da terra, quanto no tocante à assistência técnica aos colonos, na modernização da agricultura e de suas técnicas.

Todavia, ao chegar à sede do INCRA do referido município, fui informado que naquele local existiam somente os documentos que diziam respeito ao processo de titulação das terras, ou seja, não havia documento algum relacionado à atuação do GETSOP como assistencial rural. Dado esse contexto, como meu interesse também era o processo de titulação, decidi analisar a documentação disponível.

Inicialmente, o funcionário que me atendeu – aliás, todos os funcionários do INCRA de Francisco Beltrão foram muito prestativos e dedicaram muita atenção aos documentos que solicitei – explicou que o instituto mantinha arquivados os requerimentos de lotes, documentação que comprova o processo de titulação dos lotes, de todos os agricultores e moradores urbanos cuja posse das terras foi regularizada por esse órgão. Além disso, também estão arquivados os títulos referentes aos respectivos requerimentos, ou seja, estão depositados no INCRA de Francisco Beltrão todos os títulos originais expedidos pelo GETSOP quando da regularização da posse da terra no Sudoeste do Paraná, nas décadas de 1960 e 70.

A partir desse contexto, iniciei analisando os requerimentos de lotes. Notei que, quando da regularização da posse da terra, a região foi dividida em 7 núcleos, que correspondiam às localidades próximas dos municípios de: Francisco Beltrão(FB), Ampére(AM), Dois Vizinhos(DV), Santo Antônio do Sudoeste(SA), Capanema(CP), Barracão(BA) e Perola do Oeste(PO). Como cada um desses núcleos apresentava uma vultosa documentação, optei por fotografar 10 requerimentos por núcleo, com a intenção de entender de que maneira ocorreu o processo de titulação e em que período os títulos foram expedidos, de acordo com o núcleo.

A grande maioria dos requerimentos de lotes rurais apresenta uma estrutura similar. Na primeira página do protocolo de titulação, expõem-se os dados do agricultor e da propriedade que seria titulada, destaca-se, nessa página, o carimbo do GETSOP indicando que o terreno foi “titulado”, como no exemplo a seguir, que diz respeito a um lote pertencente ao núcleo Ampére, mais especificamente ao primeiro lote deste núcleo, 1-AM (ver figura 12, p. 205).

O requerimento em questão é referente ao processo de titulação da propriedade de José Basgal, residente na localidade indicada como “Km 55”, do município de

Ampére. Quando da titulação, Basgal possuía um lote de 27 hectares, que estava localizada dentro da Gleba Missões.

EXMO. SR. PRESIDENTE DO GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ (GETSOP)

Deferido em face das informações, ao preço de CR\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos cruzeiros) por hectare, inclusive o valor da medição, com 40% de abatimento para pagamento a vista

Em 24 set / 1964

Francisco Beltrão Presidente

José Basgal

abaixo assinado, ocupante do Lote nº 1, da Gleba nº 1-AM da Núcleo Umbere, com 2700 ha da Colônia Missões, situada no Município de Umbere, vem respeitosamente por intermédio de V. Excia. requerer ao Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, por compra, o referido imóvel, para que, depois de pagos os emolumentos devidos, lhe seja expedido o título de domínio em seu próprio nome.

Nestes Termos  
P. Deferimento

Francisco Beltrão, 26 de maio de 1964

José Basgal

PROTÓCOLO Nº 1424

**Figura 12:** Requerimento de lote rural: lote nº1 da Gleba 1-AM. INCRA/GETSOP. Francisco Beltrão, acesso em 28 de setembro de 2017.

É interessante observar o que está anotado na parte superior do documento, indicando: “Deferido em face das informações, ao preço de CR\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) por hectare, inclusive o valor de medição, com 40% de abatimento para pagamento a vista”.<sup>330</sup>

<sup>330</sup> Requerimento de lote rural: lote n.1 da Gleba 1-AM. GETSOP/INCRA, Francisco Beltrão 28 de setembro de 2017.

A data deste documento é de 22 de maio de 1964, porém o que consta na anotação é 24 de agosto de 1964, mesma data que aparece em algumas das outras páginas do requerimento. Possivelmente algum empecilho fez com que o processo de titulação desse lote ficasse parado de maio até 24 agosto de 1964, quando foi deferido e expedido o título. Afora essas questões, também é preciso salientar que temos muito claro neste documento que os colonos deveriam pagar tanto a terra que ocupavam quanto o processo de “medição”, sendo o valor estabelecido para a terra e a medição em CR\$ 2.500,00, por hectare.

Evidentemente, é possível calcular o valor aproximado dessa quantia no valor atual, entretanto, não podemos simplesmente converter a moeda e tomar seus valores a partir dos padrões atuais. A título de exemplo, a família de meu avô paterno pagou pelo processo de titulação o valor correspondente a um pinheiro araucária, isso no ano de 1966, para uma propriedade de pouco mais de 40 hectares. Além disso, também precisamos considerar o período, que tinha uma significativa exploração madeireira, em que as araucárias tinham um bom valor de mercado, ou seja, não podemos tratar o valor pago pelas terras e pelo processo de titulação como irrisório, meramente simbólico. Ao mesmo tempo, também não podemos tratar esses valores como inacessíveis aos colonos, evidentemente eram preços passíveis de serem pagos, com boas condições, especialmente para quem pagasse a vista, com 40% de desconto.

Também deve-se considerar que houve reajustes no valor da terra, ao longo da atuação do GETSOP. O exemplo do processo de titulação de José Basgal é significativo em relação a isso. Mesmo o documento apresentando a anotação de que o valor a ser pago pela terra e pela medição seria de CR\$ 2.500,00 por hectare – para a quitação nos recibos, bem como no extrato da conta corrente –, consta como valor da terra CR\$108.000,00 Cruzeiros, o que corresponde a CR\$ 4.000,00 por hectare (ver figura 13, p. 205).

Além destes elementos, é possível observar que as terras foram pagas em 3 de maio de 1965, quase um ano após José Basgal ter dado início ao processo de titulação. Também encontrei em anexo ao requerimento de titulação um extrato da conta corrente que Basgal possuía no Banestado (Banco do Estado do Paraná). Neste extrato, de 14 de maio de 1965, é possível observar que a terra foi paga à vista, em uma única parcela, o

que concedeu ao colono 40% de desconto, sendo o valor final pago de 64.800,00 Cruzeiros.<sup>331</sup>

ESTADO DO PARANÁ  
GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ

VISTO

GUIA N.º 1849-65

Tesoureiro

Tr. José Basgal

par na Agência do Banco Banestado S.B. os valores e emolumentos

especificados, para compra de 37.00 hectares de Terras devolutas

inadas lote nº 1 da gleba 1 AM, Nucleo Am. Col. Missões

situadas no município de Ampere

quisiu a título de compra por despacho de 24 / 3 / 64

proferido no protocolo 1424-64

de hectare: Cr\$ 4.000 Pagamento: Semas

Prestação correspondente a Cr\$ 108.000

Título Cr\$

Registro, feito e porte Cr\$

Editais, Vistas e sentença Cr\$

Cr\$

Cr\$

Cr\$

Soma Cr\$ 108.000

deduzir: 40% pago a vista Cr\$ 43.200

restante e quatro mil e oitocentos cruzeiros A pagar Cr\$ 64.800

Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, 3 de 5 de 19 65

VISTO

Tesoureiro

Francisco A. B. Ramos

Funcionário

**BANCO DE ESTADO DO PARANÁ**  
**RECEBIDO**  
**FRANCISCO BELTRÃO**

**Figura 13:** Requerimento de lote rural: recibo, lote nº1 da Gleba 1-AM. INCRA/GETSOP. Francisco Beltrão, acesso em 28 de setembro de 2017.

Conforme podemos notar, Basgal pagou CR\$ 4.000,00 por hectare de sua propriedade agrícola, pelo processo de titulação, isso em 3 de maio de 1965, enquanto que, em maio de 1964, o valor do hectare de terra era de CR\$ 2.500,00; ou seja, em um ano, o valor pago pela terra teve uma boa valorização, ou pelo menos se considerou a inflação para a correção do valor. Também localizei registros de que o valor do hectare de terra manteve-se neste patamar até pelo menos fins da década de 1960, já que, em 21 de novembro de 1969, foi encontrado um documento de um proprietário que pagou CR\$

<sup>331</sup> ANEXO 20: Extrato de Conta Corrente de José Basgal. INCRA – Francisco Beltrão, acesso em 28 de setembro de 2017.



20.000,00 por hectare, isto é, um valor cinco vezes maior em relação àquele que vinha sendo pago pela terra até então.<sup>332</sup> Evidentemente que também pode ser uma correção que vem de encontro à inflação, que tinha taxas altíssimas nesse período, mas, o fato é que o preço era constantemente reajustado.

Esse cenário nos permite refletir que as propriedades agrícolas e o processo de titulação foram pagos e tiveram seus valores reajustados com o passar dos anos. Devemos considerar que, naquele período, o hectare de terra não tinha o mesmo valor de mercado que possui hoje, sendo essa valorização um processo que ocorreu principalmente atrelado à mecanização agrícola e à modernização das técnicas de produção, processo que começa a acontecer no Sudoeste do Paraná, justamente com a ação do GETSOP.

Isso significa que quem teve suas terras tituladas na década de 1970 pagou um valor superior em comparação aos que tiveram suas terras tituladas na década de 1960, principalmente aqueles que pagaram apenas CR\$ 2.500,00 por hectare em 1963, 64 e 65, isso em comparação àqueles que precisaram desembolsar CR\$ 20.000,00 por hectare a partir de 1970, momento em que as terras estavam mais valorizadas.<sup>333</sup>

Precisamos considerar, aqui, o descontrole inflacionário que tem historicamente influenciado a economia brasileira. Para o economista Dercio Garcia Munhoz, a década de 1960 teve um “extraordinário salto das taxas de inflação”, passando “dos pouco mais de 30% registrados em 1960 para mais de 90% na variação dezembro/dezembro, ao final de 1964”. Isso significa que quando o processo de titulação da posse da terra iniciou-se, a inflação anual estava em elevação, atingindo o seu pico no ano de 1964, quando passa dos 90%. Por outro lado, temos, nos anos seguintes, uma desaceleração das taxas, conforme menciona Munhoz: “políticas de estabilização baseadas em controles de preços”, fizeram com que ocorresse um “equilíbrio das finanças governamentais, e uma redução dos salários reais permitiram um recuo persistente nas

---

<sup>332</sup> ANEXO 21: Recibo de pagamento de terras ao Banestado-Francisco Beltrão de Ernesto Jelinek. INCRA – Francisco Beltrão, acesso em 28 de setembro de 2017.

<sup>333</sup> Também devemos ponderar, conforme dados disponibilizados por Kolling (2018), que o processo de titulação acelera a partir de 1968, quando passam a ser tituladas mais de quatro mil propriedades anualmente (até 1967 haviam sido tituladas pouco mais de nove mil propriedades). Sendo o seu auge o ano de 1971 com 6.102 títulos expedidos, ou seja, a grande maioria pagou mais pela terra, já que tiveram suas propriedades tituladas em fins da década de 1960 e início de 70. KOLLING, Paulo José. *A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações*. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2018. p. 217, 218.

taxas de inflação, para 35/40%, em 1965-66, 25% aproximadamente em 1967-68, e em torno de 19% anuais ao término da década”.<sup>334</sup>

Isso significa que, quando o processo de titulação das terras teve início, a inflação estava em alta e, em contrapartida, ao longo da década de atuação do GETSOP – basicamente 1964-1974 –, ocorreu uma desaceleração das taxas inflacionárias. Tais dados concordam com a hipótese levantada, segundo a qual ocorreu uma valorização real do preço da terra nesse período, pois o aumento no preço do hectare cobrado do colono, de CR\$ 2.500,00 em 1963, 64 e 65 passou a ser de CR\$ 20.000,00 em fins da década de 60 e início de 70.

A partir desse contexto, convém analisar em que medida esse processo de titulação das terras da região pode ser considerado um exemplo de Reforma Agrária. Uma das explicações que pode elucidar essa conotação é aquela que atrela o termo à história das “lutas, revoltas ou mesmo das revoluções camponesas”. Nesse caso, a noção está diretamente ligada a uma revolução agrária, todavia, ela se diferencia da atribuição conferida ao termo como fruto de ações governamentais, neste caso, a ação do Estado visa a modificar a “estrutura agrária de regiões ou países”.<sup>335</sup>

As colocações de Ariovaldo Umbelino nos permitem imaginar que o caso do Sudoeste do Paraná estaria mais próximo de um exemplo de Reforma Agrária, atrelada às lutas sociais, ao considerar que são os levantes de 1957 que fazem com que o Governo Federal intervenha na questão e desapropriar as terras em benefício dos colonos. Por outro lado, não podemos dimensionar se, sem as ações governamentais, as terras seriam tituladas aos colonos. Dessa forma, a titulação das terras da região acontece também como uma política de Estado, que cria mecanismos para a legalização da posse da terra no referido espaço.

Todavia, conforme já foi elencado anteriormente, o Governo Federal, quando da desapropriação destas terras, não mencionou que seus fins seriam resultado de uma política de Reforma Agrária. Conforme fica evidente no Decreto 50.379 de 27 de março de 1961, as terras que compreendiam as Glebas Missões e Chopim são declaradas “de utilidade pública para fins de desapropriação”, não se menciona em momento algum

---

<sup>334</sup> MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação brasileira os ensinamentos desde a crise dos anos 30. *Economia Contemporânea*. n.1, jan – jun, 1997.

<sup>335</sup> UMBELINO, Ariovaldo. Reforma Agrária. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 385.

que a desapropriação acontece em benefício da Reforma Agrária ou como um modelo desta política.<sup>336</sup>

Tais aspectos nos dão ainda mais argumentos para crer na ideia de que, com a Revolta dos Colonos de 1957, temos um exemplo de Reforma Agrária no Sudoeste do Paraná, muito mais associada à atribuição dada pela historiografia que pesquisa o tema e as efemérides comemorativas que ressignificam o acontecido e buscam moldar determinadas representações sobre esse espaço e seu exemplo de luta pela terra.

Por outro lado, a ação empreendida pelo Estado independe dessas novas significações que o espaço ganha na contemporaneidade, pois, a criação do GETSOP dá sustentação à organização fundiária então existente na região. Entretanto, essas ações careceram, em muitos aspectos, do que vem a ser a conceitualização de Reforma Agrária defendida por pesquisadores do assunto, e isso se refere, principalmente, à estrutura fundiária da região. Evidentemente, após a regularização da posse da terra, a região manteve uma marcante organização fundiária em pequenas propriedades, mas isso não excluiu – e esse trabalho procura, em alguma medida, discutir esses aspectos – as contradições sociais na repartição da propriedade da terra, assim como não impediu o aparecimento de conflitos sociais ligados à posse da terra, nas décadas seguintes.

Além desses aspectos, também devemos considerar que a política agrária atual considera que as terras de Reforma Agrária devem ser pagas. É evidente que esse pagamento não é abusivo e as condições apresentadas ao agricultor quase sempre são as melhores. Por outro lado, não é possível dimensionar se foram apresentadas essas mesmas facilidades aos colonos, quando da regularização feita pelo GETSOP, e o que a historiografia que pesquisa o tema acabou fazendo foi simplificar, reduzir esse processo, exaltando o status da regularização da posse da terra na região, a exemplo de Reforma Agrária. Não é do nosso interesse simplesmente deslegitimar essa atribuição, mas ponderar que não podemos encarar as ações do GETSOP como exemplo de uma ação que pacificou o espaço e distribuiu terras gratuitamente.

Além dessas questões, também podemos encontrar, nos requerimentos de lotes rurais, relatórios de vistoria das propriedades. Aparentemente, esses relatórios eram o primeiro passo para o processo de titulação. Assim, é possível perceber alguns elementos de como acontecia a organização agrícola do espaço, principalmente no que

---

<sup>336</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: DECRETO LEI 50.379/1961: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50379-27-marco-1961-389943-publicacaoriginal-1-pe.html>> Acesso em 30 de outubro de 2017.

se refere à distribuição das culturas na propriedade e à produção agrícola dos agricultores ali residentes.

Apresentamos, a título de exemplo, um relatório de vistoria:

RELATÓRIO DE VISTORIA

5-DV..... LOTE Nº 21.....  
 D.V..... ÁREA 7,50 Ha.....  
 VERÊ..... LOCALIDADE: BANARAL.....  
 AUGUSTO MÜNTE FILHO..... 37 ANOS.....  
 TÍTULO ELEITOR Nº 11.902.....  
 AUGUSTO MÜNTE e ANA MÜNTE.....  
 5..... MAIORES 1..... MENORES 4.....  
 SIM.....  
 ARENSE..... ESTADO ARENSE.....  
 ALFENANÇA.....  
 CRUZ MACHADO..... ESTADO PARANÁ.....  
 NÃO.....  
 NÃO..... NOME =.....  
 COMPRA de FLORIANO MÜNTE no dia 30.000.....  
 =.....  
 =.....  
 7 ANOS..... LOCAL lot 21 5-DV.....  
 SIM..... QUANTOS 1..... LOCAL lot 21 5-DV.....  
 32,9 m.....  
 30 pés.....  
 1/2 alq. milho 1/2 alq. mandioca.....  
 UMA QUARTA e MEIA CORDÃO de ARAME.....  
 3/4 alq..... Nº DE ÁRVORES =.....  
 =..... Nº DE ÁRVORES =.....  
 =.....  
 =.....  
 a) SUÍNOS..... b) BOVINOS 3.....  
 2..... d) AVES =.....  
 7 CARROÇA.....

**Figura 14:** Relatório de vistoria de lote rural: lote nº21 da Gleba 5-DV. INCRA/GETSOP. Francisco Beltrão, acesso em 28 de setembro de 2017.

A ficha em questão foi elaborada no dia 8 de junho de 1965, em um dos lotes que Augusto Münte Filho possuía em seu nome. Conforme podemos notar, Münte Filho tinha 7 anos de ocupação sobre o lote, localizado no município de Verê, quando foi realizada a vistoria. Além disso, consta ainda que o proprietário tinha 5 filhos, sendo 4

deles menores de idade e somente um de maior. Em relação à sua naturalidade, consta o local indicado como “Arpnse – Alemanha”, enquanto que o local onde residia antes de migrar para Verê é o município de Cruz Machado – PR.

Além desses elementos, também podemos ressaltar que Münte Filho adquiriu tal lote de terra, possivelmente, no ano de 1958, já que possuía 7 anos de ocupação e que o comprou de Floriano Minski, pagando CR\$ 30.000,00 pela área de 7,5 hectares. Por outro lado, quando ocorreu o processo de titulação, que fora objeto da vistoria em questão, Münte Filho pagou novamente por seu lote de terra. O preço fixado foi o mesmo, já que o GETSOP considerou o preço que vinha sendo cobrado no período aos demais proprietários da região, ou seja, CR\$ 4.000,00 por hectare de terra, o que significou um preço final de CR\$ 30.000,00.

Evidentemente, conforme é possível verificar no restante do processo de titulação, Münte Filho optou por pagar o imóvel à vista e obteve, com isso, 40% de descontos, mas podemos perceber que foram aplicados os preços que vinham sendo praticados para a titulação das terras do Sudoeste do Paraná. Isso, ao considerar que Münte Filho pagou CR\$ 30.000,00, em 1958, por sua posse, o mesmo valor que o GETSOP apresentou quando da titulação em 1965. Isso significa que Münte Filho teve que desembolsar CR\$ 48.000,00 Cruzeiros por sua propriedade agrícola, já que pagou CR\$ 30.000,00 a Floriano Minski, quando comprou a posse, e mais 60% do valor cobrado pelo GETSOP, o que correspondeu CR\$ 18.000,00.

Outro elemento interessante que podemos notar nesse Relatório de Vistoria é a distribuição das culturas agrícolas na propriedade. Consta que Münte Filho possuía: meio alqueire de milho e meio de mandioca; uma quarta e meia cercada de arame, que era destinada a pastagens; 9 bovinos e 2 equinos; além de um pomar com 30 árvores frutíferas, cuja variedade não é identificada. Em relação às benfeitorias, salientam-se uma carroça e um paiol com dimensões de 3X4 metros quadrados. O verso desse documento apresenta ainda um desenho da propriedade feito à caneta e uma observação que indica: “neste lote o posseiro só mantém criação e cultivado”.<sup>337</sup> Ou seja, Münte Filho não possuía sua residência neste lote, isso possivelmente se justifica por indicar, na própria ficha, ter outro lote, onde provavelmente residia.

Podemos concluir, após essa breve análise, que, em meados da década de 1960, a agricultura da região ainda era extremamente voltada para a subsistência,

---

<sup>337</sup> ANEXO 22: Relatório de vistoria de lote rural: lote nº21 da Gleba 5-DV. INCRA – Francisco Beltrão, acesso em 28 de setembro de 2017.

privilegiando o plantio de culturas como: milho, mandioca, feijão, arroz, trigo, batata e outros gêneros de primeira necessidade. Alimentos essenciais para a sobrevivência do agricultor e para os poucos animais que possuía, sendo que os principais animais elencados são: aves (galinha, ganso, pato e marreco), suínos, bovinos e equinos. Somam-se a isso os processos rudimentares de plantio e colheita, feitos com tração animal, que tinham na carroça um dos principais meios de locomoção e transporte da produção agrícola.

Tal organização agrária fazia com que a distribuição dos cultivos nas propriedades acontecesse com espaço reservado tanto para o plantio de culturas agrícolas, como para as pastagens, essenciais para o alimento dos bovinos. Neste período, a região possuía uma significativa produção de milho, produção que estava atrelada à criação de suínos, que necessitavam deste alimento para a engorda. Assim, a maioria dos colonos que plantava esse cereal o colhia para a engorda de suínos, os quais, posteriormente, seriam comercializados. Evidentemente, também existiam colonos que não aguardavam a colheita desse cereal, soltando os suínos na lavoura assim que ela atingisse a época apropriada para tal prática, a “safra”.

Essa conjuntura nos indica que a organização agrícola do Sudoeste do Paraná manteve-se a partir da subsistência até pelo menos meados da década de 1960. Antes disso, existia neste espaço uma pequena mercantilização das relações de produção, o que em nada se compara à introdução de culturas e técnicas tipicamente capitalistas de produção, que advém das políticas de modernização da agricultura apresentadas ao Brasil nesse período.

Conforme evidenciamos anteriormente, o ideal de modernização da agricultura brasileira foi gestado a partir de meados da década de 1950 e início da década de 1960, tendo seu desenvolvimento mais apurado após o golpe civil militar de 1964. Todavia, conforme conseguimos notar nos documentos acima. Nesse período, a região Sudoeste do Paraná ainda estava regularizando a posse da terra, processo que se estenderia até o início da década de 1970. Neste ínterim, mesmo com o incentivo do GETSOP, não se verificou uma vigorosa modernização da produção agrícola e das técnicas de plantio.

Na documentação analisada junto ao INCRA de Francisco Beltrão, foi possível observar em que medida a produção agrícola da região, no início da década de 1970, ainda era muito voltada para a subsistência. Evidentemente, existiam agricultores que produziam em escala comercial, mas isso se dava em contexto muito menor, em

comparação àqueles que produziam com vistas às primeiras necessidades, comercializando somente o excedente.

No gráfico a seguir, foram elencados os produtos agrícolas com maior produção no levantamento feito pelo IBGE em 1970:

**Tabela 2: Principais produtos agrícolas produzidos na região Sudoeste do Paraná no ano de 1970. (produção em toneladas; área de plantio em hectares e rendimentos em Cruzeiros).**

Produto Agrícola	Produção em Toneladas	Área de plantio em hectares	Rendimento (Mil Cruzeiros)
Arroz em casca	17.817	20.469	4.914
Feijão em grão	42.120	74.932	27.167
Mandioca	353.468	27.896	21.879
Milho em grão	443.980	246.665	51.468
Soja em grão	48.111	60.345	13.207
Trigo em grão	36.914	57.920	13.752

Tabela organizada pelo autor, com base nos dados disponibilizados pelo IBGE, referente ao Censo Econômico e Agropecuário de 1970.<sup>338</sup>

Além dos dados evidenciados acima, também conseguimos verificar, no Censo de 1970, uma boa produção de batata inglesa – com 1.099 hectares destinados a essa lavoura e uma produção de 1.943 toneladas, enquanto que, em 1975, a área de plantio desse tubérculo foi de apenas 300 hectares, com uma produção de 1.393 toneladas – e de cana de açúcar – com 28.241 toneladas em uma área de 1.476 hectares, enquanto que, em 1975 a produção foi de apenas 5.161 toneladas, distribuídas em 241 hectares.

Outras culturas temporárias que diminuíram sua área de plantio e produção, em 1975, são: Abóbora, passando de 2.896 mil frutos em 1970 para 1.340 em 1975; Aveia em casca, de 18 toneladas em 1970 para 2 toneladas em 1975; e batata-doce, de 15.127 toneladas em 1970 para 8.739 em 1975. Além disso, no censo de 1970 registra-se uma variedade maior de produtos agrícolas com produção no Sudoeste do Paraná, enquanto que, em 1975, vários desses produtos sequer são considerados.

Por outro lado, a produção de tabaco, ou “fumo em folha”, teve relativo aumento de 1970 para 75, passando de 1.118 toneladas, distribuídas em 1.260 hectares, em 1970, para 3.578 toneladas, em 3.063 hectares, em 1975.

A partir desses dados, em termos comparativos, podemos tirar algumas conclusões ao analisarmos o Censo Agropecuário de 1975. Nesse censo, consta que o Sudoeste do Paraná possuía 52.241 estabelecimentos agrícolas, para os quais existiam

<sup>338</sup> SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. *Censo Agropecuário Paraná 1970*. Série Regional, Vol. III, Tomo XIX, Rio de Janeiro, abril de 1975.

2.830 tratores de roda, sendo que a grande maioria dos proprietários utilizava para os trabalhos agrícolas a força animal, presente em 43.576 estabelecimentos. Isto é, conforme conseguimos notar, em 1975, a imensa maioria dos agricultores da região ainda utilizava a força animal para desempenhar suas atividades agrícolas, ficando a tração mecânica, através dos tratores, restrita a poucos proprietários.<sup>339</sup>

Se considerarmos esse mesmo número de estabelecimentos em relação aos financiamentos agrícolas, temos um percentual um pouco mais elevado, que chega quase a 20% dos produtores, isso porque consta que 9.726 agricultores conseguiram financiamentos no ano de 1975, o que correspondeu a 282.572,00 Cruzeiros. Desses beneficiários, 8.375 conseguiram os recursos de entidades governamentais. Tais dados nos mostram que é a partir de meados da década de 1970 que a modernização da agricultura começa a se desenvolver com maior vigor no Sudoeste do Paraná, com crédito para o plantio e a aquisição de implementos agrícolas.<sup>340</sup>

Essa realidade também aparece na produção agrícola, com destaque para a produção de milho, que visava a alimentar as 1.267.629 cabeças de suínos que existiam na região em 1975. Na tabela a seguir, conseguimos ter uma dimensão da produção agrícola da região em 1975:

**Tabela 3: Principais produtos agrícolas produzidos na região Sudoeste do Paraná no ano de 1975. (produção em toneladas; área de plantio em hectares e rendimentos em Cruzeiros).**

Produto Agrícola	Produção em Toneladas	Área de plantio em hectares	Rendimento (Mil Cruzeiros)
Arroz em casca	49.333	36.635	60.972
Feijão em grão	48.510	59.600	70.622
Mandioca	98.885	7.461	51.638
Milho em grão	661.609	308.584	376.425
Soja em grão	245.476	187.931	296.093
Trigo em grão	27.892	44.557	40.195

Tabela organizada pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo IBGE referente ao Censo Econômico e Agropecuário de 1975.<sup>341</sup>

Ao compararmos as duas tabelas, conseguimos perceber o impacto das políticas modernizadoras na agricultura da região. De maneira geral, ocorreu um natural aumento na produção agrícola – em toneladas –, que se verificou nas produções de arroz, feijão,

<sup>339</sup> SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. *Censo Agropecuário Paraná 1975. Série Regional, Vol. I, Tomo 18, Rio de Janeiro, 1979. p. 304 e 310.*

<sup>340</sup> Id. Ibid. p. 460.

<sup>341</sup> Id. Ibid.



milho e soja; por outro lado, a produção de mandioca e trigo tiveram reduções, a mais significativa foi a mandioca, cuja produção foi de 353.468 toneladas em 1970, para 98.885 em 1975, menos de um terço. Em relação à área de cultivo dessa raiz, esta foi reduzida praticamente na mesma proporção: de 27.896 hectares, em 1970, passou para apenas 7.461, em 1975.

Também podemos destacar o crescimento na produção de milho, que saltou de 443.908 toneladas, distribuídas em 246.665 hectares em 1970, para 661.609 toneladas, em 308.584 hectares em 1975. Cabe salientar, aqui, que a área de plantio de milho não aumentou tanto, isso significa que, possivelmente, o que mais contribuiu para essa significativa produção, em 1975, foi o melhoramento na técnica de plantio e na adubação utilizada pelo agricultor.

Entretanto, o produto que mais ganhou evidência em relação ao aumento na produção agrícola e na área de plantio foi a soja. Sua produção tem um enorme salto de 48.111 mil toneladas em 1970, para incríveis 245.476 mil toneladas em 1975, produção esta quatro vezes maior que a registrada em 1970. Isso também se verifica na área de plantio, que salta de 60.343 hectares para 187.931 em 1975. Em relação aos rendimentos em Cruzeiros, os números são ainda mais impressionantes, com CR\$ 13.207 em 1970, enquanto que, em 1975, os rendimentos alcançaram 296.093 Cruzeiros.<sup>342</sup> Isso significa que – não só no sudoeste do Paraná, mas em várias regiões do Brasil que passaram pelo processo de modernização agrícola – a soja talvez seja o cereal que mais marca esse período: de passagem de uma agricultura de produção agrícola diversificada, para a produção de monoculturas em larga escala, com vistas ao mercado internacional.

Outro aspecto que deve ser considerado é que os rendimentos em Cruzeiros são imensamente superiores, de 1970 para 1975. Um dos motivos que pode explicar isso é um melhor preço na venda do produto agrícola ao mercado. É evidente que os ganhos são maiores porque houve um aumento na produção – com exceção do trigo e da mandioca – e que isso também contribuiu para o aumento dos ganhos.

Nesse ínterim, é preciso considerar que muitos agricultores plantavam a soja, nesse período, para alimentação de suínos, já que o cereal não tinha um valor comercial tão elevado como tem nos dias atuais. É claro que existiam colonos que

---

<sup>342</sup> Convém mencionar que esse aumento nos rendimentos em Cruzeiros não é um simples produto do processo inflacionário, já que de 1970 a 75 a inflação teve uma pequena variação, iniciou a década próximo dos 20% e em 1975 não chegava aos 25%. Isto é, esse aumento dos rendimentos é uma elevação real, enquanto consequência do aumento das áreas de plantio e colheita.

comercializavam sua produção de soja, mas uma significativa fatia desses produtores plantava com a intenção do cereal servir de alimento para a criação de suínos.

Sobre esse cenário, Hermógenes Lazier salienta que a região sofreu grandes transformações em um curto espaço de tempo:

Outro setor que no Sudoeste sofreu grandes transformações foi a mecanização da lavoura, principalmente a partir de 1970. De 380 tratores em 1970 passou para 2.960 em 1975. O número de tratores na região aumentou 679% apenas em 5 anos. Existem 150 tipos diferentes de tratores. Para a aquisição dessas máquinas, os posseiros e proprietários investiram muito dinheiro e se endividaram bastante. As empresas multinacionais ampliaram a fabricação de tratores e as agências financeiras facilitaram os créditos para que os colonos pudessem comprar. Só com máquinas e instrumentos agrícolas os agricultores do Sudoeste ampliaram os investimentos de Cr\$ 6.047.000,00 em 1970, para Cr\$ 120.132.000,00 em 1975, numa proporção de 1.887%.<sup>343</sup>

As considerações de Lazier evidenciam muitas das contradições observadas pelas políticas modernizadoras da agricultura brasileira. O próprio Lazier salienta, em seu trabalho, que “muitos agricultores compram um trator sem ter condições financeiras e sem ter necessidade”. Isso fez com que o colono se endividasse não só em relação ao financiamento feito para a aquisição desse maquinário, mas, também, relativo à manutenção e aos custos que uma máquina como essa trazia para a propriedade.<sup>344</sup> Ou seja, os custos com combustível, manutenção e a falta de técnica para operar um trator e os implementos a ele atrelados fizeram com que muitos agricultores da região iniciassem sua jornada junto à modernização da agricultura, endividados e com implementos agrícolas ociosos.

Outro fator preponderante para o insucesso de muitos agricultores nesse aspecto são as características agrárias da região: o relevo acidentado dificultava a utilização de tais implementos, ainda mais daqueles que não dispunham de técnicas para operar as máquinas agrícolas.

Conseguimos notar que, em um curto intervalo de tempo, a região aumentou sua área de plantio, produtividade e ganhos na produção. Lazier destaca que a produção de soja aumentou “410% em cinco anos”. Assim, é perceptível de que maneira esse período já apresenta elementos de passagem, de uma agricultura de subsistência para a comercial, de acordo com as prerrogativas apresentadas pelas políticas de modernização

<sup>343</sup> LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998. p. 82.

<sup>344</sup> Id. Ibid. p. 82.

da agricultura. Em 1975, mesmo que, em números, ainda existiam poucos tratores e recursos financeiros para o plantio de lavouras, podemos verificar que ocorreu uma concentração da produção de alguns cereais, principalmente milho e soja.

Conforme elencado acima, a região manteve uma significativa produção de milho, principalmente em razão do grande rebanho de suínos existente. Por outro lado, conseguimos notar que a soja também ganhou destaque, enquanto segunda cultura de maior produção, produto que teve seu plantio incentivado com as políticas de modernização da agricultura. Ou seja, é a partir de meados da década de 1970 que a região Sudoeste do Paraná começou a apresentar as características de modernização da agricultura, política que tinha, como características marcantes, o incentivo à produção de monoculturas e a concentração da propriedade da terra.

Ironicamente, é nesse mesmo período que a região tinha, finalmente, consolidado sua estrutura fundiária, com a regularização da posse da terra recém-concluída pelo GETSOP. Nas décadas seguintes, a tendência na região foi a retração cada vez maior no plantio de milho em oposição ao constante aumento no plantio de soja. Para efeito de comparação, no ano de 2016, a produção de soja em grão na região atingiu 2.104.767 de toneladas, enquanto a produção de milho ficou em apenas 925.908 toneladas.

Contudo essa nova conjuntura “modernizante”, que foi apresentada ao Brasil e, conseqüentemente, ao Sudoeste do Paraná, não significou apenas o plantio em larga escala de culturas como a soja, mas, também, a retração de outras culturas que eram apreciadas com maior destaque anteriormente. Isso significa que, antes das políticas modernizadoras, a região tinha uma produção muito mais diversificada, com o registro de produção de diferentes culturas. Tais policulturas tendem a diminuir vertiginosamente nas décadas seguintes – 1980, 90 e anos 2000 –, sendo o cenário atual quase que predominantemente marcado pela produção de soja.

Nessa concepção, também é nosso objetivo, neste texto, pensar em que medida a inserção e atuação do GETSOP incentivou as políticas modernizadoras da agricultura na região. Destarte, ao pesquisar a atuação deste órgão, neste espaço, deparei-me, no município de Francisco Beltrão, com um monumento construído em homenagem ao GETSOP. No mesmo conseguimos visualizar alguns aspectos das políticas modernizadoras propostas pelo governo da época e incentivadas por esse grupo.



**Figura 15:** Monumento construído pela Prefeitura de Francisco Beltrão em 1972. Celebra a regularização da propriedade da Terra empreendida pelo GETSOP no Sudoeste do Paraná. Fonte: Fotografia do autor. Francisco Beltrão, 2008.

O referido monumento nos expõe, em uma só imagem, diferentes planos: na parte superior, abaixo da inscrição “Regularização da propriedade da terra”, visualizamos a representação de um título de terra sendo entregue; o documento em questão teria sido oferecido a Fiorindo Tesser, lote número 14, da gleba 1-FB. Cabe destacar que o título está sendo entregue em cima da área – Glebas Missões e Chopim – que representa a atuação do GETSOP no Sudoeste do Paraná, destacada em amarelo. Na parte central, temos uma escola e alguns alunos, procurando demonstrar que o órgão incentivou a educação na região.

Por fim, na parte inferior, temos a agricultura: uma pequena lavoura, um trator com um arado ou uma grade, um pequeno fragmento de araucárias, tocos de árvores arrancadas e outras árvores pequenas, aparentemente querendo demonstrar algum reflorestamento. Temos, assim, na parte inferior, uma breve representação da modernização da agricultura na região no início da década de 1970, com a presença do trator e de seu implemento no manejo da terra, feito pelo colono. Além disso, podemos refletir em que medida procurou-se demonstrar o avanço da agricultura sobre a natureza ao se retratar tocos de araucárias.

Outro aspecto que podemos considerar no referido monumento é a noção de que o GETSOP trouxe “paz, prosperidade e tranquilidade” para essa região; assim, quando o órgão encerra suas atividades, procura demarcar/representar seu passado, e o monumento torna isso possível.<sup>345</sup> Outra questão interessante e que merece destaque é que o mesmo foi construído antes mesmo do GETSOP encerrar suas atividades, o órgão é extinto no início de 1974, mas, o monumento é de 1972, na oportunidade o prefeito de Francisco Beltrão (1969-1972) era Deni Lineu Schwartz que também foi o chefe regional do GETSOP. Isso significa que o monumento visa representar e glorificar sua trajetória frente ao órgão e ao município de Francisco Beltrão.

Com vistas a esta conjuntura, concluímos a análise ponderando os múltiplos significados que o monumento apresenta, o qual ganha especial destaque, nesse contexto, no momento em que é construído, quando o GETSOP está prestes a encerrar suas atividades. Isso significa que o órgão procurou cristalizar uma ideia de modernização da agricultura a partir da construção do referido monumento. É evidente que também teve como intenção exaltar a atuação do órgão, mas, conseguimos notar em que medida procura-se dar uma nova perspectiva para o espaço, seja em termos educacionais, com as crianças na escola, seja em termos agrícolas, com a modernização da agricultura.

Nesse ínterim, é possível perceber em que medida o encerramento da atuação do GETSOP – com a legalização da posse da terra – está alinhado ao contexto de modernização agrícola, que era apresentado ao meio rural brasileiro naquele mesmo período. Todavia, conforme mencionado anteriormente, a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná aconteceu um tanto mais tarde, em relação a outras regiões do Paraná e do Brasil. Assim, ao observar as conjunturas que permeavam a organização agrícola da região nas décadas de 1950 e 60, conseguimos concluir que a indefinição jurídica da terra e a demora no processo de legalização na posse – aproximadamente 10 anos para legalizar as posses de todos os colonos da região – contribuíram para que a modernização agrícola do espaço tenha ocorrido de forma mais tardia.

Isso se justifica não só pela insegurança do colono em não ter o título da terra, mas também pela ausência de crédito agrícola; primeiro porque não existiam políticas que contemplavam tais agricultores e, segundo, porque, para que o colono conseguisse

---

<sup>345</sup> Quem faz uma densa e rica análise sobre esse monumento é o historiador Paulo José Koling. Para mais esclarecimentos ver: KOLING, Paulo José. *A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações*. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2018. p. 235.

financiar sua produção ou implementos agrícolas, era necessário o título da terra, processo que se consolidou com o fim dos trabalhos do GETSOP, em 1973.

Para nos aprofundarmos um pouco mais nessa discussão, expomos, em seguida, algumas questões apresentadas por Deni Lineu Schwartz, em 1979, ao ser entrevistado pelo historiador Ruy Christovam Wachowicz.<sup>346</sup> Quando interrogado sobre as atividades exercidas pelo GETSOP, além da titulação das propriedades, Schwartz nos elenca alguns elementos interessantes:

Nós fomos, além da titulação propriamente dita, um dos itens que regulamentou o GETSOP é que toda a arrecadação tida na área era revertida à própria área e isso não só foi cumprido, como principalmente outras verbas do governo federal e do governo estadual foram anexadas. Então houve um desenvolvimento integrado digamos assim.<sup>347</sup>

Temos, neste breve fragmento, inúmeros elementos que Wachowicz acaba não abordando em seu livro, e percebemos que a historiografia que pesquisa o tema não trabalha em relação à atuação do GETSOP e que a história oral – mesmo sendo uma entrevista feita em fins da década de 1970 – pode nos propiciar. Assim, um primeiro elemento que cabe destacar é a significativa atuação que o órgão teve para além do processo de titulação. É importante frisar que Schwartz salienta essa atuação com muita ênfase na entrevista concedida a Wachowicz. Destaca que “toda a arrecadação tida na área era revertida à própria área”, o que significa que as arrecadações adquiridas no processo de titulação da região foram exclusivamente destinadas a investimentos na região. Talvez, por esse motivo, Schwartz destaque com tanta ênfase os outros serviços executados pelo GETSOP para além do processo de titulação.

Nessa perspectiva, é interessante observar em que medida a esmagadora maioria dos autores – que pesquisam o Sudoeste do Paraná, seus levantes sociais e mesmo a

---

<sup>346</sup> É necessário considerar que as entrevistas feitas por Wachowicz expõem questionamentos elaborados de maneira extremamente objetiva, com a “aparente” intenção de buscar respostas prontas. Uma entrevista com um objetivo pré-determinado faz com que se negligenciam elementos como os elencados nesse texto. Já que Wachowicz tinha a intenção de exaltar a atuação do GETSOP na pacificação do espaço. Além disso, para Koling, as entrevistas produzidas por esse autor vão além de um simples projeto de pesquisa: “influenciou a produção acadêmica posterior e repercutiu no meio social e na opinião pública. “Diríamos até que Wachowicz tornou-se um igual aos próprios líderes ‘oficiais’ da revolta de 1957”, já que muitas entrevistas tiveram a participação de “Jácomo Trento, o ‘Porto Alegre’, que interagiu no diálogo com os entrevistados”. Isso significa que não podemos descartar essas questões subjetivas ao utilizarmos essa fonte. Para mais esclarecimentos ver: KOLING, Paulo José. *A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações*. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2018. p. 23, 24.

<sup>347</sup> SCHWARTZ, Deni Lineu. *Entrevista concedida a Ruy Christovam Wachowicz*. Curitiba/PR: 11 de outubro de 1979. s/p.

atuação do GETSOP – não se atentam para esse aspecto. O próprio Wachowicz, que produziu esta entrevista, destaca que o GETSOP executou inúmeras outras tarefas “em menor escala”, e que tais atividades foram feitas a partir das “taxas cobradas das serrarias” existentes na região naquele período, e não do processo de titulação. Para Wachowicz, a verba para o GETSOP executar outras atividades para além da titulação da terra não adveio do colono, mas, sim, das 270 serrarias que existiam na região, no início da década de 1960, e que tiveram que pagar taxas para o GETSOP a fim de continuarem operando.<sup>348</sup>

Outro ponto interessante é que, nessa mesma entrevista concedida a Wachowicz, Schwartz salienta que, com os recursos adquiridos junto às madeireiras, foi construído o horto municipal: “Tivemos também um setor florestal, os recursos que arrecadávamos com uma taxa sobre a produção de madeira da região foram repassados, e criamos um horto florestal que existe até hoje”.<sup>349</sup> Conforme notamos, o próprio entrevistado contradiz Wachowicz em relação aos recursos obtidos junto às serrarias, salientando que tais verbas foram destinadas ao horto, com o objetivo de produzir mudas de árvores para serem plantadas na região.

Nesse sentido, Schwartz deixa claro que as verbas do processo de titulação foram revertidas em benfeitorias para a região, conforme menciona em palestra proferida no dia 26 de abril de 2013, no município de Francisco Beltrão:

Naturalmente, nós tivemos problemas políticos, porque uma das coisas importantes que se tinha era que vendia a terra por um preço simbólico praticamente e todo o recurso era revertido na região, por isso as escolinhas foram feitas, as máquinas foram compradas, não tinha esse negócio de mandar pro Tesouro e depois não volta mais.<sup>350</sup>

Deni Schwartz evidencia que a terra foi vendida aos colonos por “um preço simbólico” e que isso possibilitou trazer várias melhorias para a região, em termos educacionais, com a construção de escolas e com a modernização da agricultura, por meio da aquisição de sementes selecionadas e máquinas para a destoca. Nessa perspectiva, salienta ainda os seguintes aspectos:

---

<sup>348</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Littero-Técnica, 1985. p. 286, 287 e 288.

<sup>349</sup> SCHWARTZ (1979), op. cit. s/p.

<sup>350</sup> SCHAWARTZ, Deni Lineu. *Jornal de Beltrão*. Francisco Beltrão – PR, 2013. Disponível em: <<http://www.guiaparanasudoeste.com.br/noticias/Noticia.aspx?id=26453>> Acesso em 29 de setembro de 2014.

O GETSOP tinha um setor agropecuário, as primeiras sementes selecionadas que entraram naquela região foram levadas pelo GETSOP, depois criamos uma patrulha de mecanização agrícola com tratores de destoca e com tratores agrícolas, essa patrulha também foi pioneira. A partir dali é que despertou o interesse pelo trator e etc.<sup>351</sup>

Notamos, nesse trecho, que o órgão procurou incentivar a modernização do setor agrícola, tanto a partir das sementes selecionadas quanto com os tratores para a destoca e manejo da terra. Na palestra de 2013, Schwartz volta a mencionar esse assunto e salienta com ênfase que: “aqui não existia Café do Paraná, não existia um secador, não existia depósito de cereais, não existia nada, nós trouxemos Café do Paraná, o Getsop foi o primeiro que trouxe um agrônomo e começamos a vender a semente”.<sup>352</sup> Evidentemente, seu discurso procura demonstrar uma clara valorização do órgão e de sua atuação no setor agrícola. Afora isso, é preciso mencionar em que medida ele influenciava a modernização do setor agrícola, ao trazer um agrônomo para vender sementes selecionadas e auxiliar os colonos.

Além disso, Schwartz salienta que o órgão conseguiu comprar equipamentos: “tratores pesados e patrolas e entregamos ao DER” [Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná]; ademais, “em convênio, criamos um distrito especial do DER na região, que, depois, passou a ser um distrito oficial do DER, o qual está até hoje em Francisco Beltrão”.<sup>353</sup>

Schwartz ainda dá ênfase a outras atividades desenvolvidas a partir das verbas adquiridas com o processo de titulação:

O sistema viário hoje existente no Sudoeste foi todo ele planejado pelo GETSOP, a estrada Francisco Beltrão-Capanema, que já era uma reivindicação da região, entrou nesses acertos com o DER e graças a isso acabou saindo, hoje totalmente asfaltada. Estradas que ligam, por exemplo, Realeza a Salto do Lontra, Dois Vizinhos, enfim uma série de estradas, foram planejadas naquela época sempre junto com o DER. O aeroporto de Francisco Beltrão, asfaltado, foi feito por iniciativa do GETSOP.

É possível notar que, pela quantia de serviços executados, possivelmente o valor arrecadado com o processo de titulação não foi tão simbólico, como Schwartz salienta, haja vista a contradição de que, se o valor cobrado fosse tão pequeno, não seria possível executar todas as obras que Schwartz destaca terem feito. Anteriormente, quando expomos alguns processos de titulação, foi possível verificar que alguns colonos

<sup>351</sup> SCHWARTZ (1979), op. cit. s/p.

<sup>352</sup> SCHWARTZ (2013), op. cit.

<sup>353</sup> SCHWARTZ (1979), op. cit. s/p.



pagaram ao GETSOP o mesmo valor em Cruzeiros que haviam pagado quando da chegada à região, isto é, não foi um valor tão simbólico quanto o ex-diretor do órgão nos quer expor. É evidente que também existiam as taxas que eram cobradas das serrarias, entretanto, não creio que seria possível executar tantas obras somente com essas taxas.

Também é preciso mencionar que, na entrevista concedida a Wachowicz, Schwartz destacou que conseguiram recursos do governo do estado e do federal, os quais foram destinados para: “conseguimos repassar muitos recursos do governo federal e estadual e foram construídas centenas de escolas no interior dos municípios, num projeto que até hoje está beneficiando a região”. Isso significa que os recursos advinham não só do processo de titulação, mas também do governo federal e estadual. Entretanto, a ênfase recai sobre as atividades que foram exercidas com a “aplicação dos recursos obtidos com essa titulação”.<sup>354</sup>

A partir desse contexto, conseguimos notar em que medida o discurso de Schwartz corrobora com o que está exposto no monumento que procura exaltar a atuação do GETSOP. Nos três planos do monumento, temos representações dos aspectos expostos por Schwartz na entrevista. Assim, na parte superior, o destaque fica com a simbólica entrega do título da terra e das benfeitorias que esse processo trouxe para a região: a construção de escolas; a modernização da agricultura com os implementos agrícolas e sementes selecionadas; a criação do horto municipal e o incentivo ao reflorestamento; a ponte que também pode nos dar uma dimensão das estradas construídas pelo órgão, com o incentivo do DER.

Evidenciamos, assim, em que medida Schwartz elabora um discurso institucional, de valorização do órgão em que trabalhou. Devemos considerar também que, quando concede o referido relato a Wachowicz, Schwartz exercia a função de Deputado Estadual pelo Estado do Paraná, cargo conseguido graças à projeção política alçada após seus trabalhos desempenhados no GETSOP. Nesses termos, certamente nos pareceria estranho se tal político nos apresentasse um discurso que não exaltasse o trabalho do órgão. Também devemos ponderar que, em 1979, quando Schwartz concede esta entrevista a Wachowicz, a atuação do órgão e sua consequente valorização ainda estavam muito presentes em sua memória, isso faz com que construa um discurso muito mais institucional do que um depoimento colhido na contemporaneidade.

---

<sup>354</sup> Id. Ibid. s/p.

De acordo com o mencionado anteriormente, Wachowicz pouco utilizou a entrevista de Schwartz em seu livro e um dos fragmentos mais interessantes dessa entrevista é quando o ex-diretor do GETSOP elenca as críticas sofridas por ele em relação à forma de atuação. Assim, em relação à titulação das propriedades, elenca que uma das críticas mais vigorosas foi aquela que desqualificou os serviços do órgão por titular todas as propriedades, independentemente de sua extensão em hectares ou alqueires, processo que acarretou inúmeros minifúndios no espaço, ou seja, propriedades com menos de um módulo fiscal, que correspondia a sete alqueires no período.

Na visão de Schwartz, uma solução para esse problema seria o deslocamento de colonos – que possuíam minifúndios – para novas fronteiras agrícolas no Mato Grosso, conforme salienta:

Mas, a ideia era a seguinte: pegar esse pessoal de minifúndios e levar para outras áreas de colonização, nós levamos 40 famílias, todos eles sem terra ou com terras abaixo de dois alqueires, tivemos o cuidado, eu já não era mais o chefe, mas houve o cuidado de pegar pessoas de diversas regiões, de diversos municípios, essas pessoas foram levadas para Iguatemi no Mato Grosso [do Sul], no sul do Mato Grosso, pessoas que praticamente não tinham nada, tanto que foram levadas 40 famílias em alguns caminhões e ônibus utilizados pelo GETSOP e que hoje estão, com exceção de três ou quatro que voltaram, mas dessas 40, trinta e poucas estão nessa colonização e muito bem de vida, tanto que eu soube a poucos dias que querem me homenagear lá naquela região pela iniciativa, infelizmente eu ainda não pude visitá-los para confirmar pessoalmente, mas os parente tem dito que eles estão muito bem lá.<sup>355</sup>

Esse fragmento expõe uma descontinuidade, isto é, algo que não encontramos nos autores que abordam a trajetória histórica do Sudoeste do Paraná e do GETSOP. Ademais, as considerações de Schwartz evidenciam em que medida o órgão tinha autonomia para atuar no espaço, tendo deslocado aproximadamente 40 famílias para o município de Iguatemi, no Sul do Mato Grosso do Sul, abrindo uma nova frente de colonização nessa região. Todavia, apesar do sucesso que atribui a tal experiência, esta não foi mais utilizada, ficando restrita a um grupo de 40 famílias.

Por outro lado, notamos até que ponto as críticas enfrentadas pelo órgão o fez mudar de atitude em relação à titulação da propriedade da terra. Nessa seara, Schwartz expõe sua preocupação em relação à organização fundiária da região, mesmo após o processo de titulação ter sido encerrado:

---

<sup>355</sup> Id. Ibid. s/p.

E os boias-frias estão se criando também no Sudoeste e essas pessoas teriam chances não só no Mato Grosso, mas inclusive no Paraná se houvesse uma orientação de lá, no Sudoeste se desaglutinar as propriedades, não para fazer grandes e etc e tal, mas propriedades razoáveis de 15 alqueires, que é a propriedade da topografia do terreno, propriedade razoável de 15 a 20 alqueires para as pessoas que vivem lá, e levar esse pessoal para outras áreas, isso seria humano, seria uma Reforma Agrária pacífica e tranquila. Recursos!? Nenhum centavo do Estado! Basta que os bancos ao invés de financiarem tratores da indústria, das multinacionais, tratores para pessoas que tem cinco alqueires, passassem a financiar a compra de terras, a aglutinação de terras dá um limite, o limite achado ideal para uma família. Porque o que vende sai com dinheiro e o orientado irá para terras, orientado pelo próprio governo, e o que fica, fica com mais terras com possibilidades melhores para viver.<sup>356</sup>

Esse fragmento da entrevista de Schwartz mostra-se muito interessante, primeiro porque expõe de que maneira a região sofria com as transformações que eram apresentadas à agricultura brasileira naquele período, ao considerar a presença de “boias-frias” no espaço. Entretanto, precisamos ponderar que tais sujeitos somente aparecem devido às contradições sociais que foram apresentadas, ou seja, ao mesmo tempo em que existiam muitos minifúndios, que em 1968 chegavam a 30,25% dos estabelecimentos da região (ver figura 10, p. 186), também se multiplicavam as grandes propriedades, principalmente aquelas na faixa de 100 a 1.000 hectares.

Assim, em 1979, quando Schwartz concede sua entrevista, encontramos um cenário de expansão das grandes propriedades, que eram impulsionadas pelas políticas modernizadoras da agricultura, apresentadas à região em meados desta década. Nesses termos, não é novidade o aparecimento de boias-frias no espaço, ao considerar que a modernização do meio rural brasileiro não foi pensada para esse segmento de agricultores, mas, sim, para aqueles que já dispunham de uma boa fração de terra e capital para investir na propriedade. O próprio discurso de Schwartz nos demonstra isso, ao elencar que os bancos não deveriam financiar tratores para agricultores com apenas cinco alqueires, pois considera que um implemento agrícola para essa faixa de agricultores é insustentável, fazendo-o apenas endividar-se e ter que vender sua propriedade para pagar o financiamento.

Além desses aspectos, o discurso de Schwartz traz muitos outros que estavam em voga quando concedeu a entrevista a Wachowicz. Conforme se evidencia, um desses aspectos é a Reforma Agrária, para a qual Schwartz, na posição de Deputado Estadual e de quem trabalhou em um órgão de terras, expõe como solução o financiamento de

---

<sup>356</sup> Id. Ibid. s/p.

terras – a partir dos bancos – para esses colonos que possuíam menos de um módulo fiscal. Tal solução, em sua visão, seria ideal tanto para o colono que possuía um minifúndio quando para aquele que compraria o minifúndio, o primeiro ficaria com o dinheiro e a possibilidade de financiar outra propriedade em outra região do Brasil, e o segundo ficaria com mais terras para produzir.

Resta-nos saber se essa política, de fato, contemplaria os agricultores em questão, ou apenas serviria aos interesses daqueles que a recomendaram. Nesse sentido, notamos que, mesmo a partir de uma ideia que excluía a participação financeira do Estado, naquele período, Schwartz ainda defendia uma política de Reforma Agrária para o Brasil, todavia, nos dias atuais, o meio político brasileiro sequer menciona uma política agrária ampla e irrestrita.

Para finalizarmos a análise da entrevista de Schwartz, apresentamos mais um significativo trecho em que o entrevistado demonstra as contradições que existiam e de que maneira isso abriu espaço para uma das principais críticas sofridas pelo GETSOP, a titulação dos minifúndios:

[...] mas quanto à titulação para mini-fundiários é a grande crítica, inclusive de sindicatos também influenciados pelo INDA, certa vez nos criticaram muito. Ficou sempre a pergunta: o que fazer com o homem que tinha meio alqueire? Que vivia em meio alqueire, sobrevivia em meio alqueire e que aquilo era dele, na época essa influência dos tecnocratas fez com que o GETSOP suspendesse essa titulação e criasse uma figura ridícula, de um título chamado: licença para ocupação, era um outro termo, mas aproximadamente isso, então o GETSOP, a pessoa que tivesse menos de dois alqueires entregava uma licença para ocupar aquela terra, que dizer, é ridícula por que o cidadão já estava naquela terra e ninguém nesse país estava com vontade de tira-lo daquela terra. Como não existia um outro tipo de atividade para tirar esse cidadão e leva-lo para outra parte, o resultado foi que cerca de um ano depois o GETSOP caiu em si novamente, eu sempre fui opositor dessa ideia, caiu em si e passou a titular realmente, não interessava a quantidade de terra. Mas, essa foi a crítica mais violenta, mas a verdade é que não se deu outra alternativa, o que se faria com um homem que tinha menos que um módulo, sete alqueires? Jogar no rio Iguaçu ia encher o rio Iguaçu, porque a média hoje, no final do GETSOP, a média, a área média dos lotes foi de 5,5 alqueires mais ou menos, portanto já abaixo do módulo. É bom que se diga, que nós fizemos uma tentativa, que infelizmente como tudo nesse Brasil e isso eu sinto violentamente, porque eu fui o autor da ideia e depois não foi mais permitido, eu sai do GETSOP [acredito que do cargo de chefia] fiquei só como membro e não me foi permitido dar continuidade.<sup>357</sup>

---

<sup>357</sup> Id. Ibid. s/p.

Schwartz atribui a referida crítica a Joe Foweraker, que publicou uma tese pela Universidade de Oxford, na Inglaterra, em 1971,<sup>358</sup> questionando a maneira como se estava titulando as terras do Sudoeste do Paraná. Em sua visão, os trabalhos do GETSOP estavam construindo favelas rurais, dado o grande número de minifúndios que estavam sendo titulados na região. Schwartz demonstra estar muito incomodado com essa crítica na entrevista, principalmente por considerar que isso fez o órgão mudar sua forma de atuação, já que tal crítica teria influenciado funcionários do INDA, e estes, conseqüentemente, ao reproduzir a crítica, fizeram com que o GETSOP mudasse sua forma de trabalho.

Dessa maneira, Schwartz salienta que isso ocorreu por volta de 1968/69 e se mostra irritado, tanto com a crítica, quanto com a nova forma que procederam no processo de titulação. Isso porque tiveram que suspender a titulação e dar ao colono que tinha menos de dois alqueires uma “licença de ocupação”. Schwartz considerou essa política “ridícula”, já que ninguém tinha intenção de tirar aqueles colonos da terra que ocupavam, ou seja, não existiam políticas para eles, sendo a única que existia na região a que foi citada pelo próprio entrevistado anteriormente.

A partir dessas questões, é necessário fazer algumas ponderações antes de encerramos este item. A primeira delas diz respeito à maneira como devemos encarar os depoimentos de Schwartz e, evidentemente, suas entrevistas reproduzem uma visão institucional e, principalmente, de valorização dessa instituição, o GETSOP. Talvez, por ter sido uma experiência única na história do Brasil, que teve início e fim, essa valoração ganhe ainda mais evidência em sua entrevista. Nesses termos, não devemos tomar seu discurso como pronto, enquanto mera reprodução da atuação do órgão, mas, sim, como mais uma representação sobre esse espaço social, representação que ganha ainda mais significação por sua reprodução ter sido encampada por um indivíduo que viveu a realidade social a qual nos debruçamos e que procura valorizar seu discurso e atuação, tanto a partir das críticas que esse órgão teve, quanto a partir dos elogios.

A outra ponderação diz respeito à própria forma como Schwartz reproduz suas memórias. Primeiramente, pela proximidade com o acontecido – a entrevista mais utilizada aqui foi realizada em 1979 –, pouco tempo depois do fim dos trabalhos do GETSOP, momento em que Schwartz era notória figura política, tendo sido prefeito de

---

<sup>358</sup> Para maiores esclarecimentos sobre as considerações de Joe Foweraker ver: FOWERAKER, Joe. *The Frontier in the South-west of Paraná, from 1940*. Tese de Bacharelado, Universidade de Oxford, Inglaterra, 1971.

Francisco Beltrão e estando, quando da entrevista, em seu segundo mandato de Deputado Estadual pelo Paraná. Isso faz com que seu discurso busque constantemente positivar a atuação do GETSOP, tanto que reproduz em sua entrevista o monumento existente em Francisco Beltrão, que retrata as benfeitorias feitas pelo órgão no Sudoeste do Paraná. Além disso, mesmo sob a perspectiva das críticas que o órgão sofrera, Schwartz minimiza-as e destaca que elas foram feitas sem que se conhecesse a realidade em questão, salientando que elas pouco influenciaram o sucesso de atuação do órgão.

A partir dessas considerações, é preciso salientar o ineditismo de tal fonte. Produzida nos fins da década de 1970, não tem sido muito explorada pela historiografia e, mesmo sendo Wachowicz quem a elaborou, pouco utilizou em seu trabalho. Sob essa perceptiva, mesmo que as ponderações de Schwartz tenham um cunho extremamente institucional, elas expõem diversos elementos da atuação do GETSOP, em termos agrários e fundiários no Sudoeste do Paraná, principalmente em relação ao pagamento das terras, feito pelos colonos e o investimento de verbas na região. Assim, ao considerar seu significativo ineditismo, certamente temos uma contribuição para a melhor compreensão da atuação do GETSOP na região em questão.

Além destas questões, a análise feita acima da documentação do GETSOP procura chamar atenção para a venda da terra junto aos colonos da região. Ou seja, ao contrário do que a historiografia clássica e a memória pública procuram reportar, o processo de titulação das terras do Sudoeste do Paraná não foi uma medida de Reforma Agrária, tampouco foram distribuídas terras gratuitamente. Conforme observamos, os colonos tiveram que pagar pelas suas terras e pelo processo de titulação, muitos deles pela segunda vez, já que já haviam pago pela terra quando chegaram a região.

Outro aspecto importante é que a criação e instalação do GETSOP não significa a ausência ou o fim das lutas sociais nessa região. Conforme evidenciado, o problema agrário continuou existindo, mesmo no espaço onde órgão atuou. O que contrária o discurso de que após 1957 e principalmente após a legalização da posse da terra a região teria sido pacificada, não existindo mais lutas ou conflitos sociais. Tais considerações evidenciam a complexidade de relações que podem ser verificadas nesse espaço após o movimento dos colonos de 1957, muitas delas, relacionadas ao próprio processo de modernização da agricultura brasileira que acontecia nesse mesmo período.

### 3.6 Modernização e tecnificação das relações de produção no Sudoeste do Paraná

Agora iremos explorar outros aspectos da conhecida e chamada modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná. Conforme percebemos anteriormente, esse processo contou com o apoio técnico e de implementos agrícolas do GETSOP, a partir do início da década de 1970, processo acelerado com o fim dos trabalhos desse órgão e com a entrega dos títulos de terras aos colonos.

Entretanto, outros aspectos contribuíram para o desenvolvimento de novas técnicas de plantio e de uso da terra na região, a partir de meados da década de 1970. Muitas das contradições que resultam desse processo podem ser verificadas no boletim intitulado “Poeira” (Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra do Paraná),<sup>359</sup> sobre o qual reportamos incoerências desse contexto de modernização agrícola. O boletim tinha como objetivo informar os agricultores sobre as condições políticas, econômicas e sociais que o Brasil, o Paraná e, em especial, as regiões Oeste e Sudoeste do estado atravessavam em termos agrícolas, sobretudo em relação aos abusos e às dificuldades enfrentadas por tais agricultores.

Nas edições analisadas para este trabalho, o boletim expõe algumas reportagens de outros periódicos. Exemplo disso é quando destaca, em sua 7ª edição, de 7 de fevereiro de 1979, uma matéria do jornal “O Paraná”, a qual dá ênfase ao uso de agrotóxicos pelos agricultores, em especial aos impactos que isso pode causar ao meio ambiente:

A situação da agricultura brasileira é a mesma de uma pessoa drogada: não pode abandonar os tóxicos de um dia para o outro, mas precisa evitá-los... quanto mais química estamos aplicando nas lavouras, mais problemas e mais quantidade de pragas estamos tendo e por isso mais química aplicaremos... Os venenos não matam somente as pragas, mas também a vida [palavra suprimida por ser incompreensível] para o equilíbrio natural. Se o alimento mais importante do solo é a matéria orgânica, por que hoje a desprezamos [...] Caso continuarmos nesse ritmo, dentro de 20 anos será o caos... Essa situação somente mudará com pressões populares, associações de defesa do meio ambiente, da conscientização dos agricultores e dos agrônomos, pois o governo se mostra conivente (de acordo) com as multinacionais que promovem a disseminação dos produtos químicos entre os lavradores, através

---

<sup>359</sup> De acordo com o exposto em sua página institucional a Comissão Pastoral da Terra (CPT) “nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Nasceu ligada à Igreja Católica. O vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter no período em que a repressão atingia agentes de pastoral e lideranças populares. Logo, porém, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB”. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>> Acesso em 09 de abril de 2019.

de uma propaganda opressiva e de toda uma política oficial que está por trás disso (por exemplo, os bancos exigem que os agricultores usem defensivos químicos para ganhar financiamento agrícola).<sup>360</sup>

Apesar da matéria não mencionar nenhuma região em específico, é possível notar em que medida a modernização do setor agrícola vinha sendo discutida em âmbito nacional. Assim, primeiramente, é preciso considerar a preocupação com a quantidade de “veneno” utilizada pelos agricultores, principalmente em termos ambientais. De acordo com a reportagem, quanto mais “tóxicos” o agricultor utilizar em sua propriedade, mais problemas com novas “pragas” ele vai ter, sugerindo que muitas das pragas existentes acabam ficando resistentes aos agrotóxicos utilizados, obrigando o agricultor a, gradativamente, utilizar venenos mais fortes e em maior quantidade.

A analogia feita, de que a situação da “agricultura brasileira é a mesma de uma pessoa drogada”, mostra-se muito interessante e construída sob um viés muito crítico, principalmente em relação ao uso de agrotóxicos na agricultura. Também podemos notar uma visão mais crítica às políticas modernizadoras no que tange ao financiamento agrícola, ou seja, de acordo com o exposto, os bancos “exigem que os agricultores usem defensivos químicos para ganhar financiamento agrícola”, promovendo as multinacionais que produzem tais produtos e não deixando, dessa forma, escolha ao agricultor, que, se quiser produzir com financiamentos públicos, terá que levar a reboque o pacote tecnológico com os agrotóxicos e adubos exigidos pelo governo.<sup>361</sup>

Além desses elementos, devemos considerar que o periódico “O Paraná”, que publicou esta reportagem originalmente, via com certa desconfiança a utilização de agrotóxicos propostos pelo Estado junto à modernização da agricultura. Dessa forma, é por compartilhar dos mesmos preceitos expostos na matéria que “Poeira” a expõe, principalmente como forma de orientação aos colonos, já que o boletim tinha grande circulação nos sindicatos dos trabalhadores rurais das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Isto é, percebemos em que medida o boletim apresentava-se como orientação aos agricultores, com um forte viés político de oposição ao regime militar e de denúncia às contradições verificadas na agricultura brasileira daquele período.

Outra questão que podemos considerar nessa matéria é em relação ao desequilíbrio natural que a demasiada aplicação de agrotóxicos produz. Nesses termos é interessante notar em que medida esse desequilíbrio se verifica nos dias atuais, já que

---

<sup>360</sup> POEIRA. *Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná*. Curitiba-PR, 7ª edição, fevereiro de 1979. p. 2.

<sup>361</sup> Id. Ibid. p. 2.



muitos agricultores que produzem soja e milho transgênicos não conseguem mais controlar a “buva”, *Conyza bonariensis*, em meio às plantações, já que essa planta tornou-se resistente ao *Glyphosate* ou Glifosato, principal herbicida dessecante de ervas daninhas em culturas transgênicas.

O uso excessivo deste agrotóxico fez com que a buva ficasse resistente à aplicação de Glifosato, tornando-se uma grande “dor de cabeça” para os agricultores, não só para aqueles que cultivam cereais transgênicos, mas também para os que possuem culturas convencionais. Assim, notamos em que medida, a reportagem apresentada acima destaca elementos que se fazem presentes na agricultura brasileira ainda hoje, principalmente em relação ao excessivo uso de venenos e ao quanto esses “defensivos” deixam os agricultores dependentes das multinacionais.

Ainda na década de 1970, em outra edição de “Poeira”, é possível observar uma significativa crítica ao denominado “Pacote agrícola”, lançado pelo governo Figueiredo em maio de 1979, com a intenção de modernizar o meio rural brasileiro e suas relações de produção:

E a forma de aumentar a produtividade, segundo o governo, é fazer com que os pequenos agricultores usem na produção cada vez mais adubos químicos, sementes fiscalizadas, defensivos químicos, máquinas agrícolas, etc. É por isso que o governo ampliou o crédito para a agricultura. Justamente para possibilitar este aumento no consumo de produtos industriais na produção agrícola. Ao invés de usar as sementes próprias ou dos vizinhos, o agricultor é levado a pedir empréstimos no banco para comprar sementes fiscalizadas. Ele é levado a consumir uma quantidade de adubos que muitas vezes não corresponde ao que ele realmente precisa. Ele é levado a se endividar cada vez mais junto aos bancos. O "pacote agrícola" não significa crédito para todos. Quem não tem terra ou tem muito pouca continua com dificuldade de obter crédito. E para quem consegue o crédito o que o “pacote agrícola” reserva não é nada novo. É aquilo que grande parte dos pequenos agricultores do Paraná conhece: endividamento cada vez maior junto aos bancos, insegurança com os preços dos insumos cada vez mais altos e obrigatoriedade de adotar as técnicas recomendadas nos contratos de financiamento, mesmo quando o agricultor sabe que estas não são as melhores técnicas.<sup>362</sup>

Diferentemente da anterior, essa matéria, que tem como título: “Stábile: Não à Reforma Agrária”, foi produzida pelo próprio “Poeira” e procura salientar as contradições que o chamado “pacote tecnológico” expõe aos agricultores, principalmente aos pequenos, os quais ficam presos aos bancos por conta dos financiamentos e da necessidade de obter o referido pacote. Isso, somado à baixa

---

<sup>362</sup> POEIRA. *Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná*. Curitiba-PR, 10ª edição, dezembro de 1979. p. 14.

produtividade, faz com que muitos pequenos agricultores se endividem rapidamente, tendo, conseqüentemente, que abandonar o meio rural. Por esse motivo, a matéria salienta que, para Amaury Stábile, então ministro da Agricultura do governo Figueiredo, o pacote representava um claro “não” para a Reforma Agrária, haja vista a sua consideração de que uma Reforma Agrária “desorganizaria a agricultura do Brasil”. Isto é, o então ministro desconsiderava todas as contradições sociais que existiam no meio rural brasileiro, ao justificar sua escolha.

Outro aspecto interessante desse trecho é o alerta que “Poeira” faz para a necessidade dos agricultores terem que usar sementes fiscalizadas “ao invés de usar as sementes próprias ou a dos vizinhos”.<sup>363</sup> Essa discussão em torno das sementes, constantemente, vem à tona. Recentemente ela foi remontada em torno da utilização de sementes cultivares – sementes que são resultado do cruzamento de duas espécies puras e diferentes – ou seja, são sementes híbridas, que foram modificadas pela ação humana. A discussão em relação a essas sementes foi retomada no Projeto de Lei 827/2015, de autoria do Deputado Federal e ruralista Dirceu Sperafico,<sup>364</sup> a qual, basicamente, visa à “proteção aos Cultivares”. Na prática, o projeto pretende restringir o livre plantio, armazenamento e distribuição dessas sementes entre os agricultores, fazendo com que sejam pagos *royalties* para as multinacionais que são detentoras das suas variedades.

Tal prática não só irá restringir a livre circulação de sementes entre os agricultores, mas, também, proporcionará o monopólio das sementes às multinacionais, minando a opção dos agricultores junto à produção agrícola.

Voltando à década de 1970, quando essa discussão também se fazia presente, “Poeira” traz uma visão muito crítica em relação a esse aspecto, salientando, em vários momentos, que o modelo de modernização da agricultura que estava sendo posto em prática naquele momento beneficiava apenas os grandes proprietários e as multinacionais, principalmente no plantio de culturas como a soja, que exigia um maior investimento de capital por parte do agricultor.

Em relação à região Sudoeste do Paraná, “Poeira” apresenta uma entrevista, em agosto de 1981, com o então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capanema – Pedro Tonelli. A entrevista expõe vários aspectos sobre a organização da

---

<sup>363</sup> Id. Ibid. p. 14.

<sup>364</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS: PROJETO DE LEI 827/2015. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1311226&filename=PL+827/2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1311226&filename=PL+827/2015)> Acesso em 13 de fevereiro de 2018.

agricultura brasileira e do Sudoeste do Paraná naquele período, sendo um dos principais a situação dos pequenos proprietários da região. Nesse aspecto, Tonelli salienta:

Nossa posição é de que como está não pode continuar, pois os pequenos serão engolidos pelos grandes grupos. Por isso, temos que nos organizar para resistir e a curto prazo, agindo da seguinte forma: Não vendermos as nossas terras; plantar e criar de tudo o que nos sabemos e que sirva para nós e nossos companheiros da cidade. Temos que lutar para conseguir terra para os nossos filhos e para os que estão sem terra. Temos que plantar e consumir o que serve para nos e não o que dá lucro para os grandes. Julgamos, finalmente, que para termos um mínimo de segurança, devemos lutar organizados para começar a tomar decisões a nível nacional.<sup>365</sup>

A visão de Tonelli é claramente a de um líder sindical, de quem defende sua classe, no caso, os pequenos agricultores da região. Além disso, ela também nos ajuda a entender um pouco o contexto que os agricultores brasileiros vinham enfrentando, o que demonstra um evidente descontentamento com as políticas do governo, destacando que a forma de resistir a essas políticas seria a produção agrícola diversificada, junto à manutenção da estrutura fundiária de pequenas propriedades.

Conforme foi possível verificar no desenvolver deste trabalho, após o ano de 1957 e a legalização da posse da terra, a região Sudoeste do Paraná é constantemente referenciada como um espaço de pacificação social em termos agrários. Isso é representado tanto na historiografia que pesquisa esse espaço, quanto na imprensa e em comemorações que rememoram a luta social. Todavia, essa forma de representar esse espaço social acaba por homogeneizar o espaço geográfico entendido como Sudoeste do Paraná, o que significa englobar, na mesma representação, frações que não fizeram parte do levante dos colonos de 1957 e que tiveram contradições sociais e disputas pela terra após esse período.

Um claro exemplo disso é o município de Chopinzinho, situado na mesma região, mas que não teve a questão jurídica da terra contestada na década de 1950. As definições em relação à questão da terra nesse município aconteceram em fins da década de 1970, conforme reporta o boletim “Poeira”:

Chopinzinho, conta com aproximadamente 20 mil alqueires de terra distribuídos entre 1.500 proprietários. Quase todos os proprietários estavam de posse da Escritura de suas terras, devidamente registrada, há mais de 15 anos. A área foi desapropriada, anuladas as escrituras e as terras estão sendo re-tituladas a seus respectivos ocupantes. Na verdade, as Escrituras não

---

<sup>365</sup> POEIRA. *Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná*. Curitiba-PR, 17ª edição, julho/agosto de 1981. p. 22.

tinham suficiente garantia legal, por existirem outros títulos emitidos sobre estas terras, desde o tempo de Lupion. Porém, os agricultores não concordam com o INCRA: negam-se a pagar novamente o valor da terra e o valor da demarcação que o INCRA lhes quer cobrar na entrega do Título definitivo.<sup>366</sup>

O exemplo do município de Chopinzinho nos mostra o quanto a questão jurídica da terra se fez presente no Sudoeste do Paraná, sobretudo em municípios que não tiveram a atuação do GETSOP. Nesse caso, notamos que as terras da referida gleba estavam tituladas a diferentes proprietários, ainda como fruto das políticas de grilagem empreendidas pelo ex-governador do Paraná Moysés Lupion. Conforme percebemos, quando o INCRA percebe tais irregularidades, decide cobrar a terra novamente dos agricultores, assim como o processo de titulação, gerando automaticamente essa tensão social reportada pelo “Poeira”.<sup>367</sup>

Anteriormente já havíamos visto outros exemplos de disputas jurídicas pela posse da terra no Sudoeste do Paraná em áreas dentro e fora do espaço de atuação do GETSOP, principalmente com a inserção de movimentos de luta pela terra, como o MST. Tais evidências nos mostram que o conflito de 1957 e a consequente titulação da posse da terra não significaram a ausência de lutas sociais posteriores, o que contrapõe a tese comumente atribuída a esse espaço de pacificação das relações de luta pela terra, após seus levantes sociais.

Outro exemplo de lutas sociais no Sudoeste do Paraná é a ocupação da fazenda Anoni, nos atuais municípios de Marmeleiro e Campo Erê – município que fica no Oeste de Santa Catarina – em 15 de julho de 1983. No boletim “Poeira”, de 1982, são apresentados alguns aspectos do contexto que antecede essa ocupação, como o “Documento dos agricultores sem terra de Marmeleiro” e uma assembleia realizada na mesma cidade, em 25 de fevereiro de 1982.<sup>368</sup>

Outros episódios da instabilidade, observada no município de Marmeleiro, podem ser verificados no boletim número 29, de julho e agosto de 1983. A edição

<sup>366</sup> POEIRA. *Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná*. Curitiba-PR, 10ª edição, dezembro de 1979. p. 10.

<sup>367</sup> Em outra edição do *Poeira* de maio e junho de 1983 são relatados outros acontecimentos ocorridos com os agricultores de Chopinzinho. Nesse caso, é dado destaque, por meio de um abaixo assinado, a abusos cometidos por jagunços a serviço da empresa Giacomet e Marodin Indústria de Madeira S.A, contra agricultores da Linha Panorama, perímetro rural do referido município. Não é possível precisar se este caso se trata do mesmo problema relatado no boletim de 1979, de qualquer forma são relatados abusos contra os referidos agricultores com a intenção de que eles abandonem a referida área, num contexto muito similar ao ocorrido em 1957 nas glebas Missões e Chopin. Para maiores esclarecimentos Ver: POEIRA. *Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná*. Curitiba-PR, 28ª edição, maio/junho de 1983. p. 6, 7 e 8.

<sup>368</sup> POEIRA. *Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná*. Curitiba-PR, 21ª edição, março/abril de 1982. p. 18, 19.

lançada poucos meses após a ocupação dos colonos reporta o assassinato do agricultor João de Paula, morto por jagunços, a mando do proprietário da fazenda Anoni.<sup>369</sup> É importante ressaltar que essas experiências de luta pela terra, no Sudoeste do Paraná, juntamente com o movimento dos atingidos pela barragem de Itaipu – que ocorre neste mesmo período – vão ser o embrião para a organização do MST. Ou seja, tais lutas, assim como outras empreendidas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, darão escopo para a organização do MST, que acabou absorvendo os diversos movimentos que existiam de luta pela terra no Brasil, como o MASTES – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná – e o Movimento dos Agricultores sem Terra do Oeste do Paraná – MASTRO –, que nasce, inicialmente, como uma organização de defesa dos agricultores expropriados pela ITAIPU.

As considerações acima expostas nos permitem entender que a região Sudoeste do Paraná não se tornou um espaço de pacificação social após 1957, seja fora da área de atuação do GETSOP ou mesmo dentro. Conforme observamos o exemplo da Gleba 9-FB, as lutas e resistências continuaram existindo, ficando a noção de pacificação deste espaço social muito mais ligada às representações construídas sobre ele.

É preciso considerar que muitas lutas sociais emergem dessa conjuntura que é apresentada ao Brasil, ou seja, ao mesmo tempo em que o meio rural se modernizava e excluía agricultores, muitos destes, que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho, no espaço urbano, optaram por ingressar nos movimentos sociais que nasciam naquele período.

Ainda sobre esses aspectos, o boletim “Poeira”, de setembro de 1981, expõe-nos algumas questões sobre a situação de muitos pequenos agricultores do meio rural brasileiro:

No Paraná a situação dos agricultores com pouca ou nenhuma terra está piorando muito nos últimos anos. Os principais motivos são: a mecanização intensiva a política agrícola que só beneficia quem tem acesso ao crédito rural em grande quantidade; as grandes áreas alagadas por barragens; a produção integrada de suínos e aves, aumentando cada vez mais a especulação de terras feita por grandes proprietários e ajudada pelo crédito rural. O resultado é o aumento absurdo do preço da terra, que torna cada vez mais difícil que pequenos agricultores comprem terra.<sup>370</sup>

<sup>369</sup> POEIRA. *Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná*. Curitiba-PR, 29ª edição, julho/agosto de 1983. p. 21, 22.

<sup>370</sup> POEIRA. *Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná*. Curitiba-PR, 18ª edição, setembro/outubro de 1981. p. 21.

Esse pequeno trecho foi retirado de uma matéria produzida pelo engenheiro agrônomo Claus M. Germer, intitulada: “Mastro ergue a bandeira da justiça social no campo: terra aos que nela trabalham”. Em grande medida, o “Poeira”, por meio do agrônomo Germer, procura demonstrar as contradições que eram apresentadas ao meio rural brasileiro através das políticas de modernização agrícola. Nesse sentido, ganha ênfase a situação de precariedade de muitos agricultores, principalmente os pequenos e aqueles que não dispunham de terra. Tais questões ficam evidentes ao elencar os motivos que dão escopo a essa precarização, como: a mecanização agrícola; o crédito rural apenas para quem dispunha de capital e a produção de aves e suínos diretamente para complexos agroindustriais.

Nesses termos, para Germer, essas políticas “modernizantes” tinham como foco primordial os grandes proprietários ou quem tinha acesso ao crédito rural em grande quantidade, ficando o pequeno agricultor e o sem terra sem perspectivas de se manter na atividade agrícola. Soma-se a isso o aumento do preço da terra, o que dificultava a aquisição de uma propriedade para aqueles que não tinham. Dessa maneira, a modernização do espaço agrícola apresentou-se de forma diferente aos agricultores brasileiros: para aqueles que possuíam uma boa quantidade de terra e conseguiam financiar sua produção e implementos agrícolas, ela foi essencial para o aumento de sua propriedade e produtividade. Por outro lado, para a grande maioria dos agricultores, principalmente àqueles com pouca ou sem terra, a modernização apresenta-se como um modo de exclusão social, ao não consentir, aos agricultores menos favorecidos, o acesso a tais políticas, sujeitando-os à miséria no meio rural ou à migração para o espaço urbano.

Conforme notamos, muitos agricultores decidem lutar junto a movimentos sociais que estavam em ascensão naquele período. Porém, em grande medida, percebemos, com a modernização da agricultura, um evidente quadro de exclusão social.

A partir de tais considerações, é dado destaque a uma matéria publicada pelo “Poeira”, na edição de maio/junho de 1982. Nessa edição, o periódico salienta a política de Reforma Agrária proposta pelos militares. Assim, de maneira muito crítica, a essas políticas, Darci Pasqualotto, identificado como membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nacional, dá ênfase a que grupos sociais a modernização agrícola apresentava-se, ao lembrar que o Estatuto da Terra de 1964 acabou beneficiando apenas os grandes proprietários e latifundiários:

Modernizar a agricultura quer dizer: conseguir a continuidade da propriedade capitalista da terra, por isso, a concentração e o monopólio. Modernizar quer dizer ainda: negar a possibilidade de se ocupar a terra de forma diferente do que a proposta pelas necessidades do capital e do sistema político a serviço deste capital. Em outras palavras: modernizar a agricultura significa favorecer as indústrias de tratores agrícolas, e demais equipamentos, as fábricas de insumos, pesticidas, fertilizantes, etc. O exemplo do Paraná é significativo: em 10 anos (1970-1980) foram incorporados 60 mil tratores na agricultura e expulsos 1,2 milhões de pessoas que trabalhavam a terra, 400 mil bóias-frias e 800 mil pequenos proprietários, parceiros, arrendatários, etc.<sup>371</sup>

As colocações de Pasqualotto são muito interessantes e manifestam o posicionamento do “Poeira” em relação ao Estatuto da Terra de 1964. Assim, em grande medida, o referido Estatuto foi engendrado com a intenção de “dar continuidade a propriedade capitalista da terra”, através da concentração e do monopólio. Nesses termos, além de favorecer os grupos políticos que estavam no poder, a modernização do setor ainda abriu espaço para o avanço das multinacionais no Brasil, como a indústria de tratores, de insumos e pesticidas, que abasteciam esse novo rural que era apresentado aos agricultores brasileiros.

Além de beneficiar o setor agrícola, a partir dos grandes proprietários de terra e latifundiários, o Estatuto define um modelo para as pequenas propriedades, restringindo a extensão delas, ao passo que os latifúndios e as grandes propriedades ficam sem limites estabelecidos, ao mesmo tempo em que é dado incentivo à criação de empresas rurais, com o objetivo de, supostamente, diminuir os latifúndios, já que os latifundiários se tornariam empresários do meio rural.

Conforme notamos, o boletim abordava várias conjunturas do meio rural brasileiro, mas sua atenção maior voltava-se para as contradições verificadas na região centro Sul do Brasil, mais especificamente as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Assim, é justamente para refletir sobre a inserção das cooperativas agrícolas nessas regiões que o agrônomo Claus M. Germer publica outro artigo no boletim “Poeira”, intitulado: “Cooperativas Agrícolas e Trabalhadores Rurais”, no qual procura expor algumas contradições do aparecimento e rápido crescimento dessas cooperativas, ao

---

<sup>371</sup> POEIRA. *Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná*. Curitiba-PR, 22ª edição, maio/junho de 1982. p. 13.

salientar que elas surgem com o discurso de representar os pequenos agricultores e, todavia, não é exatamente essa a prática adotada por elas.<sup>372</sup>

Germer se refere, nesse momento, principalmente, às grandes cooperativas existentes no Oeste e Norte paranaense, a exemplo da Coopavel, da Coamo e da Cocamar. A crítica fundamental de Germer recai sobre o modelo de cooperativismo que vinha sendo desenvolvido por tais cooperativas, que não privilegiavam o associativismo em benefício dos pequenos agricultores, mas, privilegiavam uma cooperação empresarial, isto é, em sua visão, tais cooperativas beneficiavam um modelo de gestão empresarial, com primazia pelos ganhos, enquanto empresa, e não em benefício dos agricultores que lhe davam e dão sustentação:

Ouve-se frequentemente críticas de pequenos agricultores ou seus líderes contra as cooperativas, alegando que elas são dominadas pelos grandes produtores e dão pouca assistência aos pequenos, que mais necessitam dela. Há queixas contra o espírito empresarial que as domina, e contra o centralismo que são dirigidas. [...] hoje é importante que as cooperativas deixem de ser apenas um canal organizado de transferência de renda do produtor para grandes grupos econômicos que produzem insumos e industrializam a produção.<sup>373</sup>

A partir dessa argumentação, Germer questiona quem, de fato, conduz tais cooperativas, ao salientar que, apesar dos pequenos agricultores serem a maioria no quadro social, não são eles os dirigentes e maiores beneficiados do cooperativismo. Assim, o cooperativismo que nasce de uma política de união em benefício de todos acaba sendo benéfico apenas para alguns ou, nos casos reportados por Germer, no Oeste e Norte do Paraná, em benefício de “grandes produtores e para grandes grupos econômicos que produzem insumos e industrializam a produção”.<sup>374</sup>

Em grande medida, essa passa a ser a lógica de muitas cooperativas agrícolas que nascem nesse período, enquadrando-se no processo de modernização e tecnificação do espaço rural, com o discurso de que trabalham para o pequeno agricultor, mas que, acabam financiando as empresas multinacionais de insumos e pesticidas. Esse avanço das cooperativas agrícolas na região Sul do Brasil também se justifica por ser esse o espaço onde a modernização do setor se verificou com maior vigor, principalmente com o incremento das exportações a partir da soja.

---

<sup>372</sup> POEIRA. *Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná*. Curitiba-PR, 23ª edição, julho/agosto de 1982. p. 13-16.

<sup>373</sup> Id. Ibid. p. 13.

<sup>374</sup> Id. Ibid. p. 13.



Foi neste contexto de constantes transformações provocadas pela expansão e dominação do capitalismo no campo, no qual a produção agrícola passou a se subordinar à necessidade de valorização dos grandes capitais urbanos, que se desenvolveu o cooperativismo agrícola brasileiro.<sup>375</sup>

As considerações de Erasto Castilhos de Mellos são muito importantes e interessantes, pois nos colocam a par do contexto que possibilitou o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil. Assim, é importante frisar o momento de expansão e dominação do capital no meio rural do Brasil, pois esse período marca, fundamentalmente, a transição do homem rural brasileiro, momento em que conseguimos perceber a inserção do capital no campo através de tecnologias, que respondiam aos anseios “dos grandes capitais urbanos”, que não só dependiam do sucesso deste “novo rural”, mas também haviam acendido graças a esse processo.

Tal conjuntura nos mostra que as políticas modernizantes da agricultura brasileira apresentavam-se não só como práticas de Estado, com acumulação de capitais e abertura de fronteiras para empresas multinacionais, mas, também, como estímulo à expansão do capitalismo sobre o campo, setor considerado, até então, atrasado e que poderia ser utilizado em benefício do setor industrial urbano, tanto no que tange à mão de obra considerada excedente no espaço rural – trabalhadores rurais sem terra –, quanto em relação ao estímulo para setor industrial, por meio de novas tecnologias: tratores, arados, pulverizadores, moto-niveladoras, colheitadeiras, etc.

Não devemos esquecer também que, com o aumento das exportações por meio do setor agrícola, seriam trazidas mais divisas para o Estado, já que este poderia, assim, injetar maior capital em seus empreendimentos e também no setor empresarial urbano. Isso significa que a modernização do setor agrícola brasileiro apresentou-se como um excelente negócio para a classe política e para um amplo setor da elite econômica brasileira, que viram seus lucros aumentarem, graças a tais processos.

No Sudoeste do Paraná, também temos o aparecimento de algumas cooperativas neste período de modernização agrícola. Entretanto, elas não ganham o mesmo destaque das que aparecem no Oeste e Norte do Paraná. Acredito que muito disso se deve à modernização um tanto mais tardia do Sudoeste, pois, conforme notamos anteriormente, esse processo vai se desenvolver com maior vigor nessa região a partir de meados da

---

<sup>375</sup> MELLOS, Erasto Castilhos de. *A mercantilização da produção agrícola regional e o Estado na dinâmica da acumulação do capital e expansão das cooperativas agropecuárias singulares: o caso do Extremo-Oeste paranaense*. Dissertação – Mestrado em Economia Regional e Urbana, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 1988. p. 36.

década de 1970, enquanto que, em outras regiões do Paraná e do Brasil, nesse período, já tínhamos uma significativa inserção das políticas agrícolas modernizantes.

No entanto, isso não significa que as cooperativas não tenham aparecido no Sudoeste do Paraná. Elas vão começar a ganhar destaque e expressão nesse espaço a partir da década de 1990, sendo que, atualmente, o cooperativismo se faz muito presente no espaço e rege diversas relações econômicas e sociais. Contemporaneamente, conforme veremos no próximo capítulo, as cooperativas agrícolas não só mantêm o discurso de atuação em benefício dos pequenos agricultores, como, também, aparecem como peça fundamental da inserção de multinacionais no mercado agrícola brasileiro.

Dessa forma, no próximo capítulo, serão expostas algumas interfaces da realidade contemporânea verificada no Sudoeste do Paraná. Assim, será possível perceber em que medida a organização recente desse espaço aparece como fruto do arranjo agrícola gestado durante o regime civil/militar. Sob essa perspectiva, será elencada a inserção das cooperativas agrícolas, com ênfase nas estruturas que permitem que elas atuem, aproveitando-se da estrutura fundiária da região para a expansão de suas atividades.

Evidentemente, não são somente esses aspectos que serão considerados no próximo capítulo, mas também as contradições sociais que resultam desse processo. Assim, será possível perceber em que medida as transformações que envolveram a agricultura brasileira, por meio de sua modernização, refletem nas conjunturas verificadas no Sudoeste do Paraná contemporaneamente.

Por esse motivo, as discussões desenvolvidas a seguir são inseridas para questionar e nos fazer refletir se de fato o problema agrário do Sudoeste do Paraná deixou de existir. Ou seja, será que com a regularização da propriedade da terra e a modernização da agricultura não surgem novos problemas na questão agrária e fundiária deste espaço? São novos sujeitos que constituem o Sudoeste e uma nova historicidade para a questão agrária desse espaço, entretanto, demonstrarei como esses novos sujeitos enfrentam problemas de acesso e permanência na terra, que foram em grande medida gestados durante o processo de regularização fundiária da região em consonância com a modernização da agricultura brasileira.

#### CAPÍTULO IV – A AGRICULTURA FAMILIAR NO SUDOESTE PARANAENSE: COOPERATIVISMO, TRAJETÓRIAS DE VIDA, PRODUÇÃO ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA

Esse capítulo tem como objetivo primordial destacar a organização agrária e fundiária do Sudoeste do Paraná contemporaneamente, ou seja, diferentemente do que foi feito nos capítulos anteriores, será dado destaque aos aspectos sociais que regem a organização agrícola desse espaço em contexto recente. Para compreender tais processos será de grande valia a metodologia de história oral, utilizada como fonte essencial para as considerações tecidas sobre esta região.

Assim, inicialmente, é dada atenção a uma breve discussão teórica e metodológica que abrange o conceito de memória visto como matéria prima ao pesquisador social que trabalha tanto com a metodologia oral, como interrogando esse método de pesquisa, isto é, que observa os modelos de narrativa, a subjetividade e a construção da entrevista de uma forma ampla, tanto a partir da definição de memória, como junto às diferentes peculiaridades dessa metodologia.

Sua importância torna-se evidente, pois as entrevistas são constituídas no presente, todavia alimentadas por lembranças de experiências vividas. Na construção da narrativa, a memória aparece como instrumento ativo, que seleciona o que deve ou não ser dito, de acordo com a conveniência e a interpretação do contexto apresentado aos entrevistados, o que lhes permite revelar ou não determinadas memórias. É sobre esses aspectos que serão destacadas algumas páginas sobre a questão da memória, percebendo-a como instrumento de ação.

Também ganha evidência, no desenvolver do trabalho, a definição de agricultura familiar. É sobre essa caracterização, que também podemos chamar de conceito, que está alinhada boa parte da organização agrícola da região estudada. Dessa maneira, torna-se tarefa primordial apresentar como esse conceito ganha destaque como política pública junto ao governo federal, ao mesmo tempo em que se analisa o reflexo dessas relações na realidade do Sudoeste paranaense.

A partir de tais prerrogativas, as entrevistas que o leitor encontrará no desenvolver desse capítulo abrangem: um funcionário/gerente de uma cooperativa agrícola, com destacada atuação na região. A entrevista em questão foi realizada com o senhor Elton Luiz Johann, notadamente, gerente do entreposto Verê da Coasul – Cooperativa Agroindustrial. A intenção, ao apresentar essa entrevista, é trazer para

discussão a presença das cooperativas agrícolas e de crédito no Sudoeste paranaense, com atenção especial à Coasul, cooperativa agrícola de maior abrangência nesse espaço.

Nessa mesma linha argumentativa, e talvez na qualidade de fruto das contradições expostas ao espaço, a partir da inserção e da atuação da Coasul, é dado destaque a uma entrevista oral, realizada com o casal de jovens trabalhadores urbanos, Ricardo Claudino e Josmara Petroski, filhos de agricultores, com anseios para a agricultura, mas que residem no espaço rural e precisam se deslocar para o ambiente urbano em busca de trabalho.

Não distante dessa realidade, são as experiências vivenciadas pelo casal de trabalhadores rurais sem terra – Arcanjo e Maria do Prado, com ênfase para os deslocamentos enfrentados por tais sujeitos ao longo de suas vidas.

Por fim, expomos, ainda, duas entrevistas, que salientam a presença e atuação do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – CAPA – e da Cooperativa dos Produtores Orgânicos e Agroecológicos do Sudoeste do Paraná – Coopervereda –, com ênfase para o protagonismo de pequenos agricultores na produção de produtos orgânicos nessa região.

Uma questão que precisa ser enfatizada e que perpassa todas as narrativas aqui privilegiadas é o local de onde narram. Todas as narrativas são de sujeitos residentes ou que trabalham no município de Verê. Dois motivos me levam a dar ênfase nessa localidade como representante do Sudoeste do Paraná. Primeiro, minha motivação pessoal. Tenho estreitas relações com sujeitos que residem naquele local, já realizei outras pesquisas que abordam a região a partir desse município. Desse modo, a escolha de Verê não só facilitou minha empreitada, como também me fez colher bons resultados.

O segundo motivo está relacionado às próprias peculiaridades agrícolas que encontro nesse município. Não só por ter todas as contradições sociais que podemos verificar em outras localidades da região Sudoeste do Paraná, mas também por expor rupturas e permanências em sua estrutura agrária e fundiária. Desse modo, para que o leitor não considere estanho ou contraditório, decidi tomar esse município como estudo de caso e amostra da realidade e contradições que podem ser verificadas na região como um todo. Não estou excluindo a possibilidade de que não haja condições e contradições econômicas e sociais em outras localidades, que opõem o que verifiquei a partir de Verê, mas sim, que essa localidade tem permanências e rupturas em sua estrutura

agrária e fundiária que servem de exemplo para observarmos a estruturação da propriedade da terra na região.

De tal modo, também me chamou atenção em relação a Verê a presença e atuação de uma cooperativa e de um centro de apoio à produção orgânica e agroecológica, aspecto que não se verifica, com tamanha magnitude, em outros municípios da referida região.

Conforme se observa, este capítulo procura expor diferentes perspectivas sobre a organização agrícola e econômica do Sudoeste do Paraná, tomando como base o município de Verê, de modo que o leitor poderá observar em que medida existem relações heterogêneas na estruturação agrária e fundiária desse espaço, com ênfase para a retração de sua estrutura fundiária de pequenas propriedades, o que também significa transformações na sua base de produção agrícola.

#### 4.1 Memória(s) e subjetividade

Quando nos referimos às potencialidades da história oral, logo em seguida nos são apresentadas inúmeras questões que podem ser consideradas na aplicação/utilização dessa metodologia no campo histórico. Porém, ao mesmo tempo em que podemos nos referir às “potencialidades”, também se sobrepõem os limites que ela apresenta ao pesquisador.

Assim, não há dúvida de que um dos aspectos basilares da metodologia oral é o conceito de memória, que aparece como elemento ativo na construção das fontes orais. Porém, além disso, a subjetividade também deve ser vista como um aspecto fundamental para as questões que se busca compreender com base na história oral. Benito Bisso Schmidt, ao dar atenção à utilização do termo “subjetividade” junto às fontes orais, salienta que “uma das primeiras bandeiras da história oral foi justamente a possibilidade de trazer à tona a subjetividade dos agentes”, sobretudo “suas emoções e sentimentos, de inserir nas explicações históricas a dimensão subjetiva dos processos sociais”.<sup>376</sup>

Segundo a argumentação de Schmidt apesar do enorme potencial que o aspecto subjetivo apresenta ao pesquisador, por meio da metodologia oral, ainda “estamos mal

---

<sup>376</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da história oral? In: LAVERDI, Robson (orgs.). et al. *História oral, desigualdades e diferenças*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2012. p. 84.

equipados, em termos teóricos e metodológicos, para dar conta dessa dimensão”. A crítica do autor recai sobre a maneira como os historiadores buscam analisar as fontes orais, com atenção para “os ditos” e “os não ditos”, ao passo que se associam tais questões à noção de “trauma”. Para Schmidt, procura-se analisar as emoções do entrevistado e, a partir disso, aplicar o aspecto subjetivo ao que o depoente relaciona ao descrever sua narrativa.<sup>377</sup>

Evidentemente que Schmidt nos coloca uma questão importante e questionadora sobre a subjetividade das narrativas orais. Assim, o primeiro ponto que devemos considerar é que, muitas vezes, acabamos por considerar a subjetividade da entrevista oral algo negativo, um problema que precisa ser superado pelo pesquisador/historiador, tanto quando da realização quanto no momento de análise dessa fonte, já que sua validade estaria sendo perdida, se não fosse considerada tal variável.

Essa forma de aplicar e analisar uma narrativa oral acaba por desarmar um dos seus principais atributos, que é a utilização do aspecto subjetivo para a análise das memórias de forma mais ampla, não se restringindo apenas ao relato narrado a partir da conjuntura exposta ao entrevistador. Isso significa que a subjetividade, como fruto do movimento produzido pela memória no momento da exposição da vivência, aparece como elemento diferencial na análise histórica, e isso significa que ela não só pode trazer um aspecto diferencial à fonte oral, como também pode fazer dessa fonte um elemento ativo na construção de determinado conhecimento histórico.

Todavia, é preciso ficar claro que só conseguiremos perceber a subjetividade como ato performativo da memória após muita experiência com fontes orais. Isso significa que dificilmente conseguimos, em uma primeira tentativa com a metodologia oral, identificar as subjetividades do entrevistado e relacioná-la aos aspectos que lhe são expostos a partir de suas memórias. Nesse ponto, Schmidt nos empresta mais algumas considerações em relação a esses aspectos:

O que procuro ressaltar com essas considerações é que a noção de subjetividade não deve ser pensada, sobretudo para nós historiadores, como uma figura ou uma dimensão a-história ou trans-histórica, uma essência de todo ser humano, uma matéria alojada no coração ou na mente dos homens, algo natural e que pode ser resgatado e analisado pelos praticantes da história oral; ela é, sim, resultado de múltiplos percursos históricos que convergiram, não sem tensões, para a fabricação do indivíduo moderno, aquele que “possui” uma determinada subjetividade.<sup>378</sup>

---

<sup>377</sup> Id. Ibid. p. 85.

<sup>378</sup> Id. Ibid. p. 87.

Tais considerações nos instigam a pensar em que medida a subjetividade é vista como um aspecto isolado, feita somente a partir das emoções do entrevistado, enquanto seria mais conveniente encará-la como reflexo daquilo que é apresentado ao entrevistado no momento da entrevista. O ponto onde quero chegar é que talvez seja mais interessante observar esse aspecto da narrativa a partir do contexto em que ela é apresentada ao entrevistado, isso significa que os direcionamentos e subjetividades que, por ventura, possam surgir, no transcorrer da entrevista estejam muito mais relacionados às conjunturas que são apresentadas pelo mediador da entrevista.

Evidentemente que algumas subjetividades podem ser elaboradas a partir de “traumas” e experiências singulares na trajetória do entrevistado. Entretanto, devemos ter consciência de que a entrevista é produzida como uma experiência de diálogo e, nesse contexto, não é possível nos colocarmos como sujeitos neutros. Conforme menciona Schmidt, a subjetividade é muito mais resultado dos “múltiplos percursos históricos” e de suas “tensões” do que uma dimensão deslocada da história. Neste ínterim, a figura do pesquisador/historiador exerce função primordial para entendermos os direcionamentos que o uso dessa metodologia pode nos apresentar.<sup>379</sup>

Afora essas questões, a colaboração de Schmidt para o debate envolvendo a subjetividade nas fontes orais deve ser destacada, principalmente no que se refere à “inocência” com que vemos esse aspecto. O autor nos alerta sobre o fato de, na qualidade de pesquisadores, não podermos olhar a subjetividade com a “inocência” que, comumente, conferimos a ela, e isso significa, primordialmente, uma maneira diferente de enxergá-la, sobretudo quando há colocações, nas indagações, que podem ser consideradas a partir da memória.

Em diálogo com questões similares a essas, Roseli Boschilia expõe alguns aspectos interessantes que podemos considerar ao relacionar a memória e a subjetividade nos relatos orais. Assim, para a autora, “longe de trazer à tona uma lembrança congelada do passado, ao rememorar, a pessoa procura dar sentido a sua narrativa a partir de códigos, representações e valores do presente, levando, desse modo, a memória a um processo de re-significação contínua”.<sup>380</sup>

---

<sup>379</sup> Id. Ibid. p. 87.

<sup>380</sup> BOSCHILIA, Roseli. Memória e subjetividade em relatos de imigrantes portugueses. In: LAVERDI, Robson (orgs.). et al. *História oral, desigualdades e diferenças*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2012. p. 98, 99.

Essa é, sem dúvida alguma, uma característica marcante e que precisamos considerar na utilização das fontes orais em nossos trabalhos. Evidentemente que, quando nossos entrevistados rememoram determinados fatos e acontecimentos, não se expõe o passado “congelado”, tal como vivenciaram, mas, sim, ressignificam esse passado a partir de “códigos, representações” e valores do presente. De acordo com o que expõe Boschilia, esse processo contínuo de “re-significação” é elaborado, no presente, a partir das conjunturas e subjetividades expostas ao entrevistado no momento da entrevista. Isso também significa que sua narrativa não é simplesmente a reprodução do acontecido com base no presente, mas também uma narrativa elaborada a partir das vivências entre o fato narrado e o presente e, nesse meio, por meio do papel ativo da memória, também é construída a narrativa.

Boschilia ainda nos lembra que é “no exercício dialético de reconstruir o passado, a partir de um olhar ancorado no presente”, que “cada pessoa procura articular questões ligadas ao seu universo particular, ou seja, àquilo que compõe sua subjetividade, com o mundo social externo”.<sup>381</sup> É nesse íterim que emergem as questões relacionadas à memória vista a partir do individual e do coletivo; isso significa que as experiências vividas ou compartilhadas se inter-relacionam na memória e fazem com que o entrevistado exponha suas vivências de acordo com o presente que lhe é apresentado.

Henry Rousso, ao discutir questões sobre as diferentes formas como se percebe a memória, recorda que, em seu sentido mais “básico”, ela é a “presença do passado”, e esse seu elemento fundamental desperta o interesse de historiadores do tempo presente, ou seja, daqueles que procuram pensar a contemporaneidade. Rousso salienta que a memória “é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta, de fato, uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”.<sup>382</sup>

As colocações de Rousso nos fazem pensar em que medida as memórias de nossos entrevistados expõem as representações que mais lhes convém no presente. Isto é, a reconstrução feita pela memória do indivíduo no presente é permeada pelo seu contexto “familiar” ou social, o qual o influencia na representação que busca expor sobre suas trajetórias no presente. Nesses termos, para Rousso, a memória aparece como

---

<sup>381</sup> Id. Ibid. p. 99.

<sup>382</sup> ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. Ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 94.



elemento fundamental na construção da “identidade” do indivíduo, que está alinhada à percepção que ele tem de “si e dos outros”.<sup>383</sup>

Isso faz com que o indivíduo faça transparecer uma memória individual, a qual se faz a partir do social e é determinada de acordo com a coletividade à qual o sujeito pertence, o que significa que a percepção de cada sujeito difere de acordo com o grupo social do qual faz parte.

Evidentemente que alguns sujeitos terão suas memórias polidas por percepções ou pertencimentos que dizem respeito às mesmas coletividades. Para Rousso, essa é uma das principais questões que se apresentam aos estudiosos da memória, ao considerar que, se nos parece “evidente” o caráter coletivo da memória individual, o mesmo não se pode dizer da memória coletiva, isto é, “uma presença e, portanto, uma representação do passado que seja compartilhada nos mesmos termos por toda uma coletividade”.<sup>384</sup>

Na sua percepção, para tentar superar esse “obstáculo teórico”, os historiadores procuram analisar as representações do passado observando determinadas épocas e lugares. Assim, ao identificar “um caráter recorrente e repetitivo, que diga respeito a um grupo significativo e que tenha aceitação nesse grupo ou fora dele, constitui-se a manifestação mais clara de uma ‘memória coletiva’”.<sup>385</sup> Na visão do autor, pensar a História a partir dessas “manifestações”, mesmo que de maneira demasiadamente empírica, permite ao historiador chegar o mais próximo possível da noção de memória coletiva.

Além dessas questões, ao falarmos de memória coletiva, ou simplesmente do caráter coletivo da memória individual, evidentemente, não podemos deixar de citar as contribuições de Maurice Halbwachs. Sua forma de perceber a memória, seja a partir do individual, seja a partir da coletividade, despertaram, nas ciências humanas e sociais, inúmeros elogios e críticas. Algumas dessas questões podem ser verificadas no trabalho de Regina Weber e Elenita Malta Pereira, as quais, inicialmente, dão-nos uma noção da maneira como Halbwachs concebe a memória coletiva:

Halbwachs expõe sua teoria sobre a memória, esperando comprovar, através de uma série de exemplos, o fundo social, coletivo, de praticamente todas as nossas lembranças. Narrando em primeira pessoa, o autor cita acontecimentos de sua vida particular, tais como passeios, viagens, visitas, que provocaram recordações posteriores. Entretanto, ao lembrar-se desses

---

<sup>383</sup> Id. Ibid. p. 95.

<sup>384</sup> Id. Ibid. p. 95.

<sup>385</sup> Id. Ibid. p. 95.

eventos, afirma não estar sozinho, pois em pensamento, situava-se “neste ou naquele grupo”.<sup>386</sup>

As autoras fazem uma excelente explanação em relação à maneira como Halbwachs percebe a memória coletiva e, em grande medida, destacam como o autor nos faz notar nossas lembranças a partir de coletividades. Dessa maneira, em seus exemplos, Halbwachs procura destacar em que medida suas lembranças possuem um fundo social que as constituem na coletividade, assim, reflete a respeito das experiências compartilhadas: “em todos esses momentos, em todas essas circunstâncias, não posso dizer que estava só, que refletia sozinho, já que em pensamento eu me deslocava de determinado grupo para outro”.<sup>387</sup>

Halbwachs remete, nesse ponto, aos grupos sociais com os quais conviveu em determinado momento de sua vida e que teriam a capacidade de constituir o substrato social de suas lembranças, numa interação entre o individual e o coletivo da memória. De acordo com Weber e Pereira, em Halbwachs, para “a permanência da lembrança, é preciso que ainda façamos parte do grupo e lembramo-nos dos eventos, enquanto as pessoas envolvidas estejam fazendo parte de nosso contexto”.<sup>388</sup> Mesmo que esses indivíduos não se façam presentes no momento em que recordamos determinada lembrança à qual os relacionamos, para Halbwachs, a lembrança somente acontece a partir do vínculo que ainda mantemos com o grupo a que ela nos remete.

Assim, se nos afastarmos de determinados indivíduos, dos grupos sociais aos quais fazíamos parte, o esquecimento por desapego do grupo poderá acontecer. Evidentemente que, na visão de Halbwachs,<sup>389</sup> outros indivíduos podem lembrar-se de acontecimentos que viveram coletivamente conosco e fazer com que nossa própria lembrança nos pareça estranha, isto é, o esquecimento por desapego ao grupo pode acontecer somente em nossa memória, já que não determinamos o que os outros indivíduos devem lembrar ou esquecer.

Nesse contexto, voltamos nosso olhar às considerações de Weber e Pereira. Segundo as autoras, em relação às críticas e diálogos que o conceito de memória coletiva de Halbwachs suscita aos historiadores, Marc Bloch apresenta-se como um dos principais expoentes em relação a isso. Assim, o “conceito de memória coletiva é

---

<sup>386</sup> WEBER, Regina; PEREIRA, Elenita Malta. Halbwachs e a memória: contribuições à história cultural. *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá: UFMT, v.3, n.1 – jan/jun, 2010. p. 107.

<sup>387</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 26.

<sup>388</sup> WEBER, Regina; PEREIRA, Elenita Malta. op. cit. p. 107, 108.

<sup>389</sup> HALBWACHS. op. cit.

questionável para Bloch porque, em muitos casos, podemos estar usando erroneamente o termo em questões que envolvem apenas a comunicação entre os indivíduos”.<sup>390</sup>

Referem-se, nesse ponto, à maneira rasteira como o referido conceito é tratado, limitando a discussão em torno da memória em si, ou mesmo, a partir do seu viés coletivo. Creio que Bloch esteja fazendo alusão à forma como os historiadores apropriam-se das considerações de Halbwachs sobre a coletividade das lembranças individuais, como uma expressão maior e acabada da memória coletiva, ou seja, não podemos somente usar tais exemplos como expressão maior da memória coletiva, enquanto único suporte de nossas considerações.

Tais questões têm importância significativa quando colocadas ao lado das vivências privilegiadas a partir da história oral. Nessa seara, outro “argumento de Bloch é que a memória, tanto a coletiva como a individual, não conserva exatamente o passado, ela o reconstrói incessantemente, partindo do presente”. Para Bloch, a memória acontece muito mais na qualidade de “esforço”, já que “só pode ser elaborada no presente, a partir de um passado repensado, re-significado, ao longo do tempo, por um indivíduo, ou uma coletividade”.<sup>391</sup>

Bloch nos adverte que, para nós, historiadores, é de suma importância considerar a memória, todavia não podemos percebê-la como uma expressão inequívoca do passado, já que ela “não conserva exatamente o passado”, mas sim, é re-elaborada no presente, com vistas ao passado re-significado. No presente, quando nos remetemos a determinado fato passado, olhamo-lo a partir das significações do presente, pois nossa memória não tem o poder de armazenar o passado tal como aconteceu e nos reproduzi-lo sempre que solicitado. A memória acontece muito mais como significação, isto é, quando buscamos determinada lembrança em nossa memória, reconstruímo-la a partir das conveniências do presente, analisamos as conjunturas do presente e a expomos da melhor forma possível, para que possamos ouvir, nós e nosso receptor, o que nos for mais cômodo.

Alessandro Portelli, em um dos seus principais artigos: “A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”, adverte-nos sobre a narrativa e a maneira como devemos perceber a subjetividade:

---

<sup>390</sup> WEBER, Regina; PEREIRA, Elenita Malta. op. cit. p. 110.

<sup>391</sup> Id. Ibid. p. 111.

[...] a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é *interpretar*. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados.<sup>392</sup>

Portelli nos expõe aspectos fundamentais para o trabalho com fontes orais junto ao significado que as memórias podem apresentar quando alçadas à contemporaneidade por meio da memória. Dessa maneira, considera que narrar nada mais é que expressar o “significado” da “experiência” por meio “dos fatos” e esse movimento feito pela memória já é uma “interpretação”. Para Portelli, a subjetividade se expressa na maneira como os sujeitos constroem e significam suas vivências, como os indivíduos elaboram sua própria experiência e identidade. Em sua visão, não podemos tratar a subjetividade apenas como uma questão “fantasiosa” na busca por uma suposta “objetividade”, mas sim, nos atentarmos como a memória é reconstruída a partir dos processos, das conjunturas que cercam as experiências do entrevistado na contemporaneidade.

#### 4.2 Agricultura familiar e estrutura fundiária

Ao pensar a estrutura agrária e fundiária de pequenas propriedades, que boa parte da literatura que pesquisa a região atribui, sobrepõe-se a conceitualização de agricultura familiar. Isso acontece, em grande medida, em razão da relação que é feita deste conceito com as pequenas propriedades. Todavia, deve-se ter certo cuidado na utilização do termo, pois existem, nos dias atuais, não só no Sudoeste do Paraná, mas em nível nacional, grupos que consideram pejorativa a utilização dos termos “pequenos” e “pequenas”, pois associam essas expressões a uma redução do modelo de propriedade em questão.

Entretanto, a região estudada tem um contexto singular. Existem proprietários pautados em uma agricultura familiar orgânica e que aderem à ideia de que não são pequenos, mesmo possuindo um terreno com poucos hectares, ao mesmo tempo em que existem aqueles que admitem serem pequenos e que praticam uma agricultura capitalista, com o plantio de monoculturas como soja e milho. Esses agricultores são

---

<sup>392</sup> PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*. Rio de Janeiro: UFF, vol. 1 n. 2, dezembro de 1996. p. 60.

intermediados pelas cooperativas agrícolas e de crédito que, por meio de linhas de crédito, financiam suas produções e implementos agrícolas com recursos do governo federal, inserindo esses agricultores na lógica capitalista de produção e mercado, mesmo possuindo uma propriedade considerada pequena.

É pensando no cuidado que precisamos ter com os termos agricultura familiar e pequena propriedade, em uma região com diferentes realidades, que acreditamos ser necessário ponderar alguns aspectos historiográficos em relação a eles. Tais considerações possibilitaram ainda uma compreensão mais apurada da realidade vivida pelos entrevistados.

De acordo com o que expõe Delma Pessanha Neves, pensar a conceitualização de agricultura familiar não é tarefa simples ou fácil. Para a autora, o termo tem uma conotação primordial que “se referia a segmentos de produtores (modernos) integrados ao mercado pela especialização e sob uso intensificado de instrumentos de trabalho concebidos segundo a lógica da produção industrial”. Ou seja, como categoria, esses agricultores estariam atrelados à lógica de interdependência entre a “agricultura e a indústria”. Todavia, Neves alerta que o termo com essa conotação não foi incorporado pelos pesquisadores brasileiros, sendo esse modelo, de interconexão agricultura e indústria, mais caracterizado no Brasil como “agricultores integrados ou tecnificados”.<sup>393</sup>

É no esteio dessa discussão que o termo se redimensiona junto aos pesquisadores brasileiros que passam a encarar:

A proposição da agricultura familiar como novo termo de apelação, de mobilização política e de enquadramento social consagrou então a construção de novos modelos de desenvolvimento econômico, capazes de orientar a organização de unidades produtivas politicamente requeridas como sustentáveis. Emerge então, desse processo, a construção do agricultor familiar como sujeito de direitos.<sup>394</sup>

A conotação adotada no Brasil passa a ser, em grande medida, de “mobilização política” e “enquadramento social”, voltada para as unidades produtivas ou as propriedades indicadas como “sustentáveis”. Esse processo acaba dando “visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais precarizados”, que

---

<sup>393</sup> NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar. In: MOTTA, Márcia. (org.) *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 23.

<sup>394</sup> Id. Ibid. p. 23.

sofriam justamente a interferência da ação entre indústria e agricultura, processo visto no Brasil como acirrado de “exclusões e expropriações diversas”.<sup>395</sup>

Visto sob essa ótica, é possível notar não só diferentes significados para o termo agricultura familiar, mas, também, em que contexto isso é apresentado à realidade brasileira e redimensionado por pesquisadores. Junto a isso, sobre as múltiplas significações do termo, Neves pondera:

A agricultura familiar, no debate político e sindical, corresponde à agregação de um amplo e diferenciado conjunto de produtores, cuja atividade produtiva e gestão do estabelecimento tomam por base a vinculação dos membros da família. Essa é a condição fundamental de sua distinção frente aos empresários agropecuários, gestores de fatores de produção cuja exploração se assenta no trabalho assalariado.<sup>396</sup>

Em linhas gerais, tem-se a vinculação da agricultura familiar como atividade diferenciada – em comparação aos empresários agropecuários e gestores de produção e exploração do trabalho assalariado – como gestão do estabelecimento ou da propriedade com vinculação aos membros da família. Isto é, a agricultura familiar brasileira estaria ligada essencialmente ao trabalho em propriedades que envolvam a família. Essa posição pode ser evidenciada em contexto recente junto às políticas públicas criadas para os grupos identificados como agricultores familiares.

A título de exemplo, cita-se a Lei 11.326/2006, que estabelece “os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e aos Empreendimentos Familiares Rurais”,<sup>397</sup> e determina, em seu artigo 3º, as seguintes prerrogativas:

I – não detenha a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais; II – utilize mão-de-obra predominantemente da própria família em suas atividades econômicas; III – tenha percentual mínimo originado das atividades de seu estabelecimento; IV – dirija o estabelecimento com sua família, com auxílio eventual de terceiros.<sup>398</sup>

Gonçalves Neto e Reis sinalizam que o mais significativo nesse artigo é o que determina o item IV, o qual estabelece que a agricultura familiar se caracteriza como

---

<sup>395</sup> Id. Ibid. p. 23.

<sup>396</sup> Id. Ibid. p. 24.

<sup>397</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: CASA CIVIL: SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS: *LEI: 11.326/2006*: Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)> Acesso em 9 de novembro de 2015.

<sup>398</sup> Id. Ibid.

estabelecimento dirigido pela família e com eventual auxílio de terceiros”.<sup>399</sup> Essas prerrogativas trazem para junto da agricultura familiar alguns benefícios para que, teoricamente, valorize-se a produção, seus meios e os sujeitos nela envolvidos. Entretanto, na região aqui estudada, nem sempre a conceitualização de agricultura familiar e pequenas propriedades envolve predominantemente a mão de obra familiar em seus meios de produção.

Conforme já argumentado acima, com a inserção das cooperativas agrícolas e de crédito, boa parte dos agricultores que são considerados da agricultura familiar produz para o mercado externo e envolve poucos membros da família. Isso, levando em consideração que se trata de uma produção altamente mecanizada, que não necessita de muitas pessoas no processo produtivo.

A partir deste panorama, é possível observar tanto a diversidade que essa conceitualização pode ter, quanto a dificuldade de aplicarmos o conceito de agricultura familiar em diferentes realidades brasileiras, a exemplo do Sudoeste paranaense, no qual relações heterogêneas na organização da produção agrícola mostram-se presentes. Ao mesmo tempo, essa análise demonstra o quanto esse conceito é maleável e depende da ação política ou de políticas públicas, sendo determinado, em muitos casos, por relações de poder, que o redimensionam conforme a política pública que atenda.

No esteio das relações apresentadas até então, encontra-se a estrutura fundiária definida como de pequenas propriedades. Para pensarmos alguns aspectos e, ao mesmo tempo, termos consciência de que relações pautam a realidade brasileira quando falamos de estrutura agrária ou fundiária, indicamos algumas considerações de Antonio Thomas Júnior, segundo o qual:

[...] a estrutura fundiária não pode ser entendida apenas como um conjunto de indicadores que expressa determinadas características da propriedade da terra como sendo mais ou menos concentrada, em pequenas, médias e grandes extensões de terra. As explicações que dessas afirmações extraímos para darmos conta das realidades plurais de países, regiões e sociedades são muito pouco e não nos permitem compreender a complexa trama de relações que redefine o conteúdo social, político, econômico, geográfico da estrutura fundiária.<sup>400</sup>

---

<sup>399</sup> GONÇALVES NETO, João da Cruz. REIS, Luá Cristine Siqueira. Produção de alimentos: agricultura familiar x cultura de exportação no Brasil, sob a perspectiva da sustentabilidade. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*. Brasília, v.4, n.1, 2014. p. 90.

<sup>400</sup> THOMAS JÚNIOR, Antonio. Estrutura fundiária. In: MOTTA, Márcia. (org.) *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 207, 208.

Inicialmente, há de se considerar que determinar uma estrutura fundiária como de pequenas ou grandes propriedades não significa que localidades com menor concentração fundiária sejam predominantemente caracterizadas por uma agricultura familiar. Thomas Júnior salienta que devemos “compreender a complexa trama de relações que redefine o conteúdo social, político” e econômico, ao ponderar as realidades plurais presentes na estrutura fundiária brasileira.<sup>401</sup>

O exemplo do Sudoeste paranaense faz-se ainda mais presente nesse momento, ao considerar que se trata da luta e da resistência pela propriedade da terra. Isto é, devemos analisar as diferentes especificidades impostas à estrutura agrária brasileira, pautando-se nas lutas sociais como expressões de resistência e de constante questionamento da estrutura agrária latifundiária. Dessa forma, o exemplo aqui analisado ganha destaque por ser em uma região que, reconhecidamente, teria uma repartição da propriedade da terra que teria acontecido de forma mais igualitária, fruto justamente do movimento social de 1957.

#### 4.3 A institucionalização do cooperativismo na região Sudoeste do Paraná

Este item procura apresentar, através da metodologia oral, o que é entendido como agricultura familiar na região Sudoeste do Paraná. Para tanto, toma como referência a influência das cooperativas agrícolas e de crédito junto a esta denominação. Dessa maneira, expõe-se uma entrevista realizada com Elton Luiz Johann, gerente do entreposto Verê da Coasul – Cooperativa Agroindustrial. Apresenta-se a presença das cooperativas agrícolas e de crédito no Sudoeste paranaense, com atenção especial à Coasul, maior cooperativa agrícola deste espaço. Entretanto, é preciso destacar que, apesar da significativa presença da Coasul na regulação da produção agrícola da região, isso não significa que esse espaço geográfico não tenha algumas peculiaridades em relação à organização da agricultura no cenário nacional.

Antes de nos debruçarmos sobre a presença e atuação da Coasul e de demais cooperativas na organização agrícola do Sudoeste do Paraná, cabe salientar algumas considerações sobre o cooperativismo, com ênfase no seu aparecimento na região e nas conjunturas que guiaram a estruturação deste modelo de aparelhamento agrícola ao longo das últimas décadas.

---

<sup>401</sup> Id. Ibid. p. 207, 208.



Recordo que vimos, no capítulo anterior, as significativas transformações que eram apresentadas à agricultura brasileira nas décadas de 1970 e 1980, principalmente em relação à chamada modernização, que evidenciava ao meio rural uma nova tecnificação, impulsionada pelo crédito agrícola, que tornava acessível a alguns agricultores o custeio de sua lavoura e a aquisição de máquinas agrícolas.

Entretanto, esse processo não ocorreu “de um dia para outro”, mas, sim, foi gestado de forma cuidadosa em benefício daqueles que possuíam terra, de grandes proprietários e latifundiários, em uma demonstração de descaso em relação ao abandono e à exclusão social de grande parte dos trabalhadores rurais sem terra, meeiros, parceiros ou que desempenhavam alguma função remunerada no espaço rural brasileiro.

Conforme notamos no capítulo III, por meio do boletim “Poeira”, da Comissão Pastoral da Terra, essa realidade não foi diferente nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Nesses espaços, as novas políticas agrícolas foram implementadas com o apoio das cooperativas agrícolas, que surgiram baseadas no discurso de representar o pequeno agricultor, mas acabaram por consolidar a modernização do meio rural, a partir da lógica capitalista apresentada pelo Estado brasileiro.

Erasto Castilhos de Mellos, que desenvolveu um exaustivo e rico estudo sobre a mercantilização da produção agrícola e a função do Estado na acumulação do capital por meio das cooperativas agrícolas no Oeste paranaense, oferece-nos subsídios para pensarmos essas questões, sobretudo, em relação às distintas fases que o cooperativismo foi considerado no meio rural brasileiro. Na percepção de Mellos, existem duas fases de desenvolvimento do cooperativismo brasileiro: a primeira, que considera a “cooperativa como instrumento de defesa da pequena produção”, e a segunda “da cooperativa como elemento de apoio à viabilização da reprodução dos capitais oligopólicos”.<sup>402</sup> É preciso considerar que as ideias de associativismo e cooperativismo já haviam sido desenvolvidas na Europa e foram assim trazidas para o Brasil. Inicialmente em áreas de colonização alemã e italiana no interior do Rio Grande do Sul. Mellos evidencia que a primeira fase do cooperativismo no Brasil vai até meados da década de 1950, momento em que ficou caracterizado:

---

<sup>402</sup> MELLOS, Erasto Castilhos de. *A mercantilização da produção agrícola regional e o Estado na dinâmica da acumulação do capital e expansão das cooperativas agropecuárias singulares: o caso do Extremo-Oeste paranaense*. Dissertação – Mestrado em Economia Regional e Urbana, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 1988. p. 3.

[...] como um movimento de defesa dos pequenos produtores na sua relação com o capital mercantil. Esse movimento teve origem em áreas colonizadas com elementos oriundos de países onde a doutrina cooperativista e as experiências de cooperação já se encontravam bastante difundidas.<sup>403</sup>

Vemos como as áreas de colonização alemã e italiana, no interior do estado do Rio Grande do Sul, passam a ser reconhecidas como “berço do cooperativismo agrícola brasileiro”.<sup>404</sup> Essa dinâmica do cooperativismo brasileiro passa a ganhar nova roupagem a partir da década de 1960, principalmente a partir das políticas agrícolas apresentadas ao Brasil após o Golpe civil/militar de 1964. Processo que não só intensifica a expansão do capitalismo sobre a agricultura, mas, também, traz a tiracolo as empresas multinacionais e a acentuação das desigualdades sociais.

Mellos salienta que, no Brasil, as “cooperativas organizam-se”, na maioria dos casos, “como tentativa de autonomia dos pequenos produtores rurais na sua relação com o capital comercial”. Com isso:

A viabilização e a expansão das cooperativas agrícolas passaram, então, a ser condicionadas por incentivos creditícios, financeiros e técnicos. Através destes, o Estado direcionou o desenvolvimento do cooperativismo agrícola, colocando-o em perfeita sintonia com os interesses que se formaram em torno da modernização da agricultura. Nesse sentido, a exemplo dos demais componentes da política agrícola, como preço, crédito e tecnologia, a cooperação também constituiu instrumento seletivo no que se refere a produtores, produtos e regiões, estimulando a diferenciação social e as desigualdades regionais.<sup>405</sup>

Sob esta perspectiva, as políticas de incentivo ao cooperativismo fizeram com que as cooperativas se tornassem aparatos para o desenvolvimento da modernização do meio rural. Além de um elo para a mercantilização da produção, o agricultor que estivesse associado a uma cooperativa, também teria disponível o crédito para o custeio e a modernização de seus implementos agrícolas.

Nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, o desenvolvimento desse modelo de cooperativismo se deu de forma singular, graças ao Projeto Integrado de

---

<sup>403</sup> Id. Ibid. p. 10.

<sup>404</sup> O trabalho de Alba Cristina Couto dos Santos: *As marcas de Amstad no cooperativismo e no associativismo gaúcho: as lembranças da associação Theodor Amstad e da Sicredi pioneira*. Aborda muitos destes aspectos da primeira fase do cooperativismo brasileiro, sobretudo a partir da atuação de Theodor Amstad, figura fundamental para a consolidação do cooperativismo nas colônias alemãs. Para maiores esclarecimentos ver: SANTOS, Alba Cristina Couto dos. *As marcas de Amstad no cooperativismo e no associativismo gaúcho: as lembranças da associação Theodor Amstad e da Sicredi pioneira*. Porto Alegre-RS: Dissertação – Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUCRS, 2013.

<sup>405</sup> MELLOS. op. cit. p. 2.

Desenvolvimento Cooperativista – PIDCOOP, também conhecido como Projeto Iguazu de Cooperativismo.

Na visão de Mellos, o que possibilitou esse processo foram, inicialmente, as mudanças estruturais apresentadas à agricultura brasileira naquele período, pois houve uma “crescente inserção da produção agrícola ao movimento de reprodução do capital” e isso fez com que a agricultura perdesse, “gradativamente, sua autonomia, subordinando-se aos setores de maior concentração e centralização de capital, em especial à grande indústria”. Essa conjuntura fez com que a agricultura passasse a ser vista como um vigoroso mercado para a indústria: máquinas, fertilizantes, produtos agropecuários, além, é claro, de baixar o preço dos alimentos e forçar a migração de mão de obra para as cidades.<sup>406</sup>

Dessa maneira, é na década de 1970 que se consolida a dominação do capital sobre o meio rural brasileiro. Nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, muito disso se deve ao Projeto Iguazu de Cooperativismo – PIC. Esse projeto, implantado de 1971 a 1974, é considerado a primeira experiência de desenvolvimento do cooperativismo no Brasil. Posteriormente, foram desenvolvidos outros similares em outras regiões do Paraná e em mais “sete estados brasileiros”.<sup>407</sup>

Mellos destaca que o desenvolvimento de tais projetos estava em sintonia com a “nova legislação cooperativista” que deixava “explícita a intenção do Estado em utilizar a cooperativa como instrumento de modernização do campo, servindo, assim, aos interesses do grande capital industrial e bancário”.<sup>408</sup> Entretanto, é preciso considerar que esse processo ocorre somente após a década de 1970, ou seja, quando o PIC passa a ser desenvolvido, a grande maioria das cooperativas que o integrariam já existiam, como a Coasul, que tem sua fundação em fins da década de 1960. A atuação das cooperativas passa a ser completamente diferente a partir da implantação do PIC, pois, antes desse projeto, a organização era mais a partir de um esforço coletivo, com a intenção de comercializar a produção. Atualmente, esse discurso é enfatizado nas páginas *online*,<sup>409</sup> ao salientar a organização de um pequeno número de agricultores que se reuniam com a intenção de comercializar a produção agrícola.

---

<sup>406</sup> Id. Ibid. p. 174.

<sup>407</sup> Id. Ibid. p. 189.

<sup>408</sup> Id. Ibid. p. 190.

<sup>409</sup> A própria Coasul apresenta esse discurso em sua página institucional: Disponível em: <<http://www.coasul.com.br/institucional/conheca-a-coasul/>> Acesso em 19 de abril de 2018.

Dado esse contexto, os órgãos oficiais mais próximos ao cooperativismo montaram um “grupo de trabalho que contava com o assessoramento direto de um técnico da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID”. A partir dos trabalhos desenvolvidos, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – ACARPA –, o Departamento de Assistência ao Cooperativismo do Paraná – DAC – e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – elaboraram um termo denominado “Documento Base de Doze Pontos”, que tinha como objetivo a organização e implantação de um plano integrado para o desenvolvimento do cooperativismo, tendo seu projeto piloto, o PIC.<sup>410</sup>

Em linhas gerais, visava a atender toda a região Sudoeste e Oeste do Paraná, com a intenção de acolher os municípios que faziam parte da área do projeto. Mellos, em seu trabalho, afirmou que dentro desse raio de atuação do PIC já existiam inúmeras cooperativas e que elas foram consideradas “viáveis” ou “inviáveis”, de acordo com sua localização geográfica e com a população que poderia atender, destacando, assim, quais foram as cooperativas consideradas viáveis e que o projeto procurou incorporar:

As cooperativas consideradas viáveis pelo plano e que, portanto, deveriam ser estimuladas eram: a Cooperativa Agrícola Sul Brasil de Guaíra; Cooperativa Mista Laranjeiras do Sul Ltda – CAMILAS, com sede em Laranjeiras do Sul; a Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda – COASUL, sediada em São João; Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense Ltda – CAMDUL, em Dois Vizinhos; Cooperativa Agropecuária Guarany Ltda – CAPEG, com sede em Pato Branco; Cooperativa Agropecuária Sabadi Ltda – COOPERSABADI, sediada em Barracão; Cooperativa Mista Francisco Beltrão Ltda – COMFRABEL, em Francisco Beltrão; Cooperativa Mista Sipal Ltda em Medianeira; Cooperativa Agrícola Mista Rondon – COPAGRIL, com sede em Marechal Cândido Rondon; Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda – COOPAGRO, sediada em Toledo e a Cooperativa Agrícola Mista Palotina Ltda – CAMPAL, com sede em Palotina. Além destas deveriam ser construídas, como de fato foram, mais duas cooperativas no município de Cascavel, outra no de Capanema, são elas: a Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda – COOPAVEL e a cooperativa Agropecuária Capanema Ltda – COAGRO.<sup>411</sup>

Conforme se evidencia, o Projeto Iguaçu de Cooperativismo visava a incentivar o desenvolvimento de 13 cooperativas nas regiões Sudoeste e Oeste do Paraná. Dessas 13, seis ficavam na região Sudoeste, notadamente: COASUL, CAMDUL, CAPEG, COOPERSABADI, COMFRABEL E COAGRO. Desse montante, atualmente, três

<sup>410</sup> MELLOS. op. cit. p. 192, 193.

<sup>411</sup> Id. Ibid. p. 196.

delas ainda continuam atuando,<sup>412</sup> com destaque para a COASUL e a COAGRO, as quais dividem a hegemonia de ação com a COOPAVEL de Cascavel, a qual adquiriu, ainda na década de 1980, a COOPERSABADI. Já, a CAMDUL e a CAPEG declararam falência nas duas últimas décadas.

Notamos, assim, que, das seis cooperativas da região Sudoeste consideradas viáveis pelo PIC, apenas três delas continuam atuando. Todavia, isso não significa a retração do cooperativismo, pois, na medida em que algumas faliram, outras se alastraram pela região, como a Coasul, que incorporou boa parte das instalações da Camdul e, atualmente, está presente em boa parte dos municípios.

Outro elemento que merece atenção em relação ao PIC são as cooperativas consideradas inviáveis, isto é, que deveriam ser desestimuladas até a sua completa extinção. Essa imposição acabou tendo resistência de algumas cooperativas. Na região Oeste, merece atenção a COPACOL, que, no período, deveria ser absorvida pela COOPAVEL, já que estava situada em Cafelândia, distrito que, na época, pertencia a Cascavel. No entendimento dos proponentes do PIC, não seria viável e possível duas cooperativas no mesmo município. Entretanto, por existir há mais tempo e ter maior força em seu quadro social, a COPACOL resistiu ao desestímulo e, atualmente, compete, no mercado, nos mesmos padrões da COOPAVEL.

Na região Sudoeste, temos um caso parecido. A cooperativa do município de Verê também foi considerada inviável, por sua proximidade com a COMFRABEL de Francisco Beltrão. Todavia, apesar da resistência do quadro social, acabou sendo absorvida pela cooperativa de Francisco Beltrão. Isso, de alguma forma, também pode ser visto na região de Pato Branco, pois a cooperativa CAPEG foi considerada viável e, entretanto, recentemente declarou falência. Já a cooperativa CAMISC – Cooperativa Agrícola Mista São Cristóvão –, da pequena cidade de Mariópolis, tem grande inserção nos municípios próximos a Pato Branco e na região Oeste de Santa Catarina. Assim, apesar de ter sido criada nesse mesmo período, a CAMISC sequer foi mencionada no PIC.

Isso significa que os elementos apresentados no Projeto Iguaçu de Cooperativismo não podem ser considerados um completo sucesso e que dependeram

---

<sup>412</sup> A COMFRABEL ainda atua na região, entretanto suas atividades estão extremamente reduzidas. Recentemente foi publicado no *Jornal de Beltrão* que a mesma está em processo de liquidação e que a sua atuação se restringe apenas as áreas de leite e ração. Disponível em: <<http://www.jornaldebeltro.com.br/noticia/270540/a-falta-que-a-comfrabel-nos-faz>> Acesso em 26 de abril de 2018.

muito das forças administrativas das próprias cooperativas para obter êxito em seus empreendimentos econômicos. Evidentemente que o aporte financeiro do Estado foi fundamental nesse sucesso. Enquanto que, também devemos considerar que o PIC não impossibilitou o crescimento de outras cooperativas, como a Camisc, no Sudoeste, e a Copacol, no Oeste do Paraná.

Notamos em que medida o PIC influenciou o desenvolvimento de várias cooperativas nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Além disso, chama-nos atenção a falência de várias cooperativas consideradas viáveis da região Sudoeste, como: CAMDUL, CAPEG e COOPERSABADI e, apesar de estar atuando ainda, a COMFRABEL caminha nesse sentido. Ou seja, das seis cooperativas consideradas viáveis no PIC, ainda continuam atuando a COASUL e a COAGRO, com destaque para a COASUL, que está presente em quase toda a região, enquanto a COAGRO se restringe à região de fronteira com a Argentina, além de ter a concorrência da COOPAVEL de Cascavel naquele espaço.

Assim, um dos motivos que nos leva a considerar o trabalho da Coasul é a sua significativa atuação junto aos agricultores dessa região, principalmente nas duas últimas décadas. Isto é, notam-se significativas transformações na maneira como o cooperativismo passa a ser tratado pelos agricultores da região e utilizado pelo capital agrícola mundial para a reprodução de culturas convenientes à sua lógica.

Nesse contexto, nota-se de que maneira o cooperativismo ganha um impulso ainda na década de 1970, aliado à modernização do setor agrícola, proposta pelo Estado, e a necessidade de criação de uma burguesia agrária regional. Esse cenário conduz os agricultores da região e suas cooperativas a inserirem-se na lógica de produção e reprodução do capital, ou seja, aquelas mesmas cooperativas que haviam sido criadas na década de 1960, com a intenção de comercializar a produção agrícola dos colonos, passam a servir de instrumento do Estado para a efetivação de suas políticas modernizadoras do setor rural.

Essas estratégias beneficiavam o Estado, não só em termos econômicos e de produção agrícola, mas também na inserção de multinacionais no território nacional, processo que alavancaria a economia do setor urbano e rural, mas que traria, em contrapartida, inúmeras desigualdades e exclusões sociais.

#### 4.3.1 O cooperativismo e a disposição agrária do espaço

A partir desta contextualização, vamos pensar o cenário agrícola recente da região Sudoeste do Paraná, ao observar quais estruturas guiam a agricultura atual neste espaço, ao passo em que é possível, ao leitor, observar a realidade da agricultura brasileira junto a um estudo de caso, em comparação ao contexto apresentado anteriormente sobre as transformações na agricultura brasileira na segunda metade do século XX.

Levantamentos recentes indicam que, de maneira geral, a agricultura familiar brasileira enfrenta dificuldades, alinhadas principalmente às políticas públicas que são elaboradas para o modelo de produção familiar, mas que não privilegiam essa estrutura.<sup>413</sup>

Nesse contexto, é apresentada à agricultura familiar – que está alinhada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – uma nova lei para a valorização da produção, a Lei 11.947 de 2009, determinando que 30% da alimentação escolar seja da agricultura familiar, o que também pode se evidenciar no programa “Mais Alimentos”, dentro da linha Pronaf e Pronafinho – voltada, exclusivamente, para o pequeno e médio agricultor – enquanto financiamento para a modernização da produção e dos implementos agrícolas.

Em termos de políticas públicas, na década recente, teoricamente ocorreu uma valorização da produção advinda do pequeno e médio agricultor, pois foram concedidos recursos para que esse tipo de agricultor conseguisse produzir. É importante salientar que nunca na trajetória histórica da agricultura brasileira se deu uma atenção tão significativa ao pequeno e médio agricultor. Entretanto, resta questionar a amplitude dessas políticas agrícolas em um país de dimensões continentais e se elas realmente valorizam a produção a partir do estabelecimento familiar.

De acordo com Gonçalves Neto e Reis, é possível perceber alguns elementos desse novo panorama da agricultura familiar nas considerações de Bernardo Mançano:

Antes, o conflito do campesinato se dava com as monoculturas e a ampliação da agroindústria, no período ditatorial em que quase houve extinção dos movimentos camponeses. Atualmente, para ele, o conflito deslocou-se dos latifúndios e hoje confronta “com corporações transnacionais” e esta

---

<sup>413</sup> GONÇALVES NETO, João da Cruz. REIS, Luá Cristine Siqueira. Produção de alimentos: agricultura familiar x cultura de exportação no Brasil, sob a perspectiva da sustentabilidade. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*. Brasília, v.4, n.1, 2014. p. 92.

mudança se deve em especial ao processo de globalização da questão agrária brasileira.<sup>414</sup>

Inicialmente, não existe dúvida alguma em relação às considerações de Mançano. Conforme ficou evidente nos capítulos anteriores, durante o regime civil militar, ocorreu a massiva expansão dos complexos agroindustriais, ao mesmo tempo em que houve grande repressão aos movimentos camponeses. Entretanto, Mançano destaca que, atualmente, o conflito se dá com as “corporações transnacionais” e que esse processo é resultado da globalização da questão agrária brasileira. Sobre isso é apresentada como uma possível resposta para a presença destas corporações transnacionais, no Sul do Brasil, os elementos destacados na entrevista realizada com Elton Luiz Johann.

O objetivo é apresentar, através da fonte oral, as formas de organização das cooperativas nesse espaço, privilegiando os programas desenvolvidos para os cooperados e de que forma isso reflete na reorganização da estrutura agrária dessa região, com referência às pequenas propriedades, indagando até que ponto o modelo cooperativista é guiado pelas políticas públicas da agricultura nacional.

Johann destaca alguns elementos da fundação da Coasul no município de São João:

Ela teve iniciativa na cidade de São João no ano de 1969, no mês de junho, precisamente no dia 21 de junho. Então foi uma iniciativa de 43 agricultores no município de São João com o propósito de armazenar a produção, porque na época quando o município estava iniciando também, então o pessoal tinha bastante dificuldade pra armazenar e comercializar este produto e em uma iniciativa de 43 produtores que se reuniram ali e acabaram fundando a Coasul no dia 21 de junho do ano de 1969.<sup>415</sup>

Existem algumas semelhanças nos processos de criação de cooperativas no Oeste e Sudoeste do Paraná. Da mesma forma que a Coasul, um grande número de cooperativas é instituído no estado do Paraná nesse mesmo período, como a Coamo e a Coopavel, fundadas nos municípios de Campo Mourão e Cascavel na década de 70. Em páginas institucionais *online*, é possível encontrar algumas semelhanças no discurso de fundação, principalmente no que diz respeito à união de um pequeno grupo de

---

<sup>414</sup> Id. Ibid. p. 91.

<sup>415</sup> JOHANN, Elton Luiz. *Entrevista concedida a Tiago A. Orben*. Perímetro urbano. Verê/PR: 14 de agosto de 2015, duração: 72 min. 59 segs. p. 1.



agricultores com o intuito de armazenar a produção, o que, ao mesmo tempo, valoriza os atributos de grandeza e expansão delas no contexto recente.

Em relação à Coasul, em 2015, quando foi realizada a entrevista, a cooperativa estava presente em 18 dos 42 municípios do Sudoeste do Paraná e em mais dois municípios da região Centro Sul – Porto Barreiro e Rio Bonito do Iguaçu. Contava também com uma unidade em Palma Sola, no Oeste de Santa Catarina. Tinha ainda, no município de São João, três fábricas de ração, uma Unidade de Beneficiamento de Sementes e um abatedouro de aves inaugurado no ano de 2010. A cooperativa conta com um total de 7.406 associados e 2.600 funcionários, destes 1.600 é do frigorífico de aves.<sup>416</sup>

A Cooperativa trabalha com o mercado nacional e em mais de 40 países do exterior. Depois de 2010, passou de um faturamento de 350 milhões de reais, para uma perspectiva de 1 bilhão e 200 milhões – em 2015. É importante salientar que, comparando com outras cooperativas presentes no Paraná ou no Sul do Brasil, o faturamento e inserção da Coasul no mercado externo ainda é pouco significativo, isso em grande medida devido a seu crescimento mais significativo ser resultado de processos recentes.

A título de exemplo, a cooperativa Coamo – Agroindustrial Cooperativa – teve um faturamento ou uma receita bruta de mais de 8 bilhões de reais no ano de 2014. Deve-se levar em consideração que a área de abrangência dessa cooperativa é maior do que a Coasul e, apesar de surgir praticamente no mesmo período, tem sua expansão mais significativa nas décadas recentes. Sua atuação ocorre principalmente na região de Campo Mourão e no Centro Oeste do Paraná, apesar de, em seu histórico recente, estar presente em várias regiões do estado do Paraná e em parte do Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

Em relação à atuação da Coasul na agricultura do Sudoeste paranaense, cabe elencar que na entrevista foi dada uma atenção especial à produção agrícola entendida como de base familiar, por perceber o reconhecimento atribuído à estrutura agrária desse espaço como caracterizada pelas pequenas propriedades. Um dos elementos que é frequentemente questionado em relação a uma estrutura agrícola de pequenas propriedades é a permanência do jovem no campo, já que, em um contexto histórico,

---

<sup>416</sup> Id. Ibid.

quando a discussão é referente ao êxodo rural, a saída do jovem do campo é um elemento constante. Para essa conjuntura, Johann apresenta a seguinte argumentação:

É que daqui é tanto pessoas daqui da cidade que compõe o quadro de colaboradores e também o pessoal do interior, a gente da prioridade até pra filhos de associados, então a gente tem esse método dentro da empresa, se tiver o pessoal, se tiver filho de associado e tiver qualificado pra assumir a função a gente dá preferência pra filho de associado da cooperativa. Uma com o objetivo assim de você evita essa migração, porque essas cidades pequenas como a região Sudoeste, são praticamente cidades pequenas. Então nos últimos anos o pessoal estava migrando pra cidades maiores, como, vamos pegar um exemplo, Curitiba, São Paulo. Então hoje com estas mudanças, até planos agrícolas, então estamos conseguindo fixar o pessoal dentro do município que ele reside e não migrar pra cidades maiores em busca de trabalho, hoje já se consegue nessas cidades menores da nossa região mesmo.<sup>417</sup>

Quando Johann designa “colaboradores”, deve-se entender funcionários do frigorífico de aves, fábrica de ração, unidade de beneficiamento de sementes, etc. É para esse setor que ocorre a oportunidade de emprego ao filho do associado, pois a cooperativa dá preferência a este, em seu complexo agroindustrial, com o discurso de que esta ação irá manter o jovem no campo. Entretanto, ao empregar o filho do associado, a cooperativa retira o sujeito de suas relações de trabalho com a terra, apresentando novos valores em relação ao trabalho.

Johann procura destacar a permanência do jovem em seu município de origem, pois o destino da migração, na maioria das vezes, é para capitais como Curitiba e São Paulo. Com esse incentivo ao filho do associado, seria possível fazer com que ele ficasse no município onde nasceu. É interessante observar que não se trata de manter o jovem no campo, como agricultor, mas apenas evitar a migração para núcleos urbanos maiores, mantendo-o no município onde nasceu, ainda que no perímetro urbano, empregando-o em um complexo agroindustrial.

Ao mesmo tempo, isso somente é possível porque o contexto que a cooperativa apresenta ao cooperado permite que seu filho não trabalhe mais na propriedade. As atividades agrícolas nas pequenas propriedades passam a apresentar-se alinhadas ao modelo de agricultura capitalista, por meio da monocultura e de uma agricultura mecanizada que envolve poucas pessoas na atividade agrícola, modelo contrário à agricultura familiar que privilegia o trabalho agrícola junto a todos os membros da

---

<sup>417</sup> Id. Ibid. p. 3.

unidade familiar. Isso ocorre como resultado da ação da cooperativa em conjunto com o governo e as políticas públicas desenvolvidas, conforme esclarece Johann:

Hoje a gente tem o Sicredi e a Cresol que são grandes parceiros da Coasul, o produtor faz o que, ele precisa plantar, ele vai buscar recursos financeiros junto a um banco ou alguma outra instituição, então, principalmente a Cresol o trabalho que eles estão fazendo hoje é um trabalho até bem louvável, porque eles que estão buscando recursos pro pequeno produtor, sendo que a nossa região hoje, até a própria cooperativa consegue muitos recursos de PRONAF também. Porque 79% do nosso quadro social, ou seja, de cooperados hoje, são pequenos cooperados da agricultura familiar e hoje esse agricultor da agricultura familiar ele tá tendo um amparo financeiro digamos assim, praticamente da Cresol, que vai junto ao Banco Central ao Banco do Brasil buscar recursos pra manter esse agricultor lá na agricultura, fazendo o que realmente ele sabe fazer, que é plantar.<sup>418</sup>

O primeiro elemento a ser considerado é o número de 79% do “quadro social” de agricultores como “pequenos cooperados da agricultura familiar”. Esse cenário permite que a cooperativa trabalhe com as linhas de financiamento do Pronaf e Pronafinho, conforme já enunciado, criadas a partir do programa “Mais Alimentos”, do governo federal, para financiar as culturas da agricultura familiar e implementos agrícolas. Quem faz essa intermediação são as cooperativas de crédito, no caso do Sudoeste do Paraná, destaca-se a Cresol – Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária –, o Sicredi e o Sicoob, as quais permitem aos agricultores que financiem suas lavouras e implementos agrícolas, facilitando o trabalho das cooperativas agrícolas – como é o caso da Coasul –, que é quem compra essa produção do agricultor.

Apresenta-se uma estrutura agrária que é regulada pelas cooperativas de crédito e agrícola que, amparadas em políticas públicas, conseguem manter a estrutura agrária da região fazendo jus ao conceito de agricultura familiar em pequenas propriedades. Entretanto, não é produzida, e tão pouco empregada, a mão de obra familiar nessa produção. Em sua grande maioria, os recursos adquiridos do governo federal, por meio de suas linhas de crédito, financiam lavouras de soja e milho, culturas voltadas ao mercado externo que, por meio da cooperativa agrícola, torna possível a exportação dessa produção.

Mançano, como foi citado, enfatiza que o confronto do campesinato atual é com as “corporações transnacionais”, as quais, nesse caso, compram a produção advinda da “agricultura familiar”, por meio das cooperativas. De acordo com Johann, ao vender

---

<sup>418</sup> Id. Ibid. p. 4.

essa produção para o mercado externo, a cooperativa, ao comprovar que é uma produção advinda da linha PRONAF e Pronafinho, consegue dar ao agricultor R\$1,40 a mais por cada saca de soja, além do valor de mercado. Assim, agrega-se valor na venda pelo fato de o produto ser da agricultura familiar, a exemplo da ADM e da Smbios.<sup>419</sup>

Por fim, destaco o que, para Johann, caracteriza-se como agricultura familiar: a propriedade que tem de 2 a 10 alqueires de plantio e que envolve essencialmente milho e soja. Ganha evidência também a produção de leite, a fruticultura e a produção de hortaliças, apesar da limitação, em especial, da fruticultura e das hortaliças. Isso tudo acontece dentro das linhas de crédito para investimento, junto às cooperativas de crédito. É possível observar, segundo indicação de Johann, que 79% dos agricultores atendidos pela cooperativa são de uma estrutura de pequenas propriedades e, entretanto, as relações verificadas são um tanto distantes daquelas que se evidenciam em uma produção agrícola de base familiar.

O exemplo apresentado acima não se constitui como uma regra no Sudoeste paranaense e no Sul do Brasil. A região é extensa e tem uma significativa produção de leite, além de resistir, em muitos espaços, a produção de fruticultura e de hortaliças. Ao mesmo tempo, esse contexto não significa que o crédito rural e a produção de monocultura sejam de fácil acesso e nem todas as pequenas e médias propriedades são geridas por essa lógica. Ademais existe muita exploração do pequeno produtor na região, o que não está atrelado à lógica apenas mencionada, a exemplo das empresas fumageiras. Além disso, também existe muita precariedade nas condições de produção de muitos agricultores, em termos de assistência técnica e apoio à produção.

Soma-se, a esses elementos, a ampliação das grandes propriedades, pois muitos pequenos produtores, em razão da falta de recursos, da retração e vagarosa retirada das empresas fumageiras, junto à ausência de assistência técnica, estão vendendo ou arrendando suas terras para médios e grandes proprietários, que conseguem se adequar às lógicas modernas de produção e de mercado.

---

<sup>419</sup> A ADM *Archer Daniels Midland Company* é uma empresa multinacional do ramo alimentício com sede em Chicago, Illinois EUA. Possui mais de 270 fábricas em todo o mundo, nas quais são processados grãos de cereais e plantas oleaginosas. Teve um faturamento bruto de US\$ 62.346 bilhões no ano de 2016. Para maiores informações ver: <<https://www.adm.com/>> Acesso em 20 de novembro de 2018. Por outro lado, não encontrei nenhuma empresa nacional ou estrangeira do ramo agrícola ou alimentício chamada SMBios, existe no Brasil a BSBIOS, com sede no município de Passo Fundo no Rio Grande do Sul, a qual tem como finalidade a produção de biodiesel, tendo como principais matérias primas a soja e a canola. Consta ainda na página da empresa que a mesma mantém estreita relação com a Agricultura familiar, da qual adquire no mínimo 40% de sua matéria prima. Para maiores esclarecimentos ver: <<http://www.bsbios.com/>>. Acesso em 20 de novembro de 2018.

A agricultura familiar, baseada em uma produção que envolve a família e que privilegia a pluriatividade, a produção de subsistência e a consequente venda de excedente, persiste. Entretanto isso ocorre em contexto ínfimo, em comparação à produção baseada na lógica capitalista.

Cabe elencar que esse cenário deve ser encarado com certa prudência, pois a agricultura de exportação é um dos elementos que tem alavancado o crescimento econômico do Brasil, na última década, ou seja, um desenvolvimento que depende de condições externas, o que o torna mais vulnerável às crises. Apresenta-se uma produção vinculada à agricultura capitalista, voltada ao mercado externo, o que, de acordo com Martins, tem alavancado o aumento do PIB brasileiro, o qual “está baseado em um significativo incremento da produção e da exportação de *commodities* notadamente agrícolas, característica que tem preocupado os estudiosos devido ao receio de um retorno à especialização primária”.<sup>420</sup>

Esse contexto nacional relativiza a ideia do desenvolvimento brasileiro, que está fortemente atrelado ao setor agrícola primário, o que, ao mesmo tempo, permite o entendimento das condições que possibilitaram a expansão das cooperativas agrícolas e de crédito no Centro Sul do Brasil. Evidentemente, o caso aqui apresentado mostra-se como um exemplo de políticas públicas, baseadas em uma conceituação de agricultura familiar que a torna dependente da lógica agrícola capitalista de mercado. Não se tem uma agricultura familiar comumente entendida, mas sim, alinhada a programas de governo e calcada em um desenvolvimento junto ao mercado externo, sensivelmente sujeito a crises.

Contexto de alerta, no momento em que se disseminam os discursos de crise econômica nacional. Em um cenário de retração no setor agrícola, as consequências não serão as mesmas para quem produz em uma grande propriedade diretamente ligada ao mercado externo e para quem produz em pequenas propriedades e depende de programas do governo e da intermediação de cooperativas para efetivar esse modelo agrícola.

---

<sup>420</sup> MARTINS, Luis Carlos dos Passos. Azevedo Amaral e o debate sobre o desenvolvimento: entre nacionalismo, industrialismo e desenvolvimentismo. In: SILVEIRA, Helder Gordim da. ABREU, Luciano Aronne de. (orgs.). *De Vargas aos militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 107, 108.

#### 4.4 Experiências rurais e urbanas na região Sudoeste do Paraná

O presente item expõe uma entrevista com um casal de filhos de agricultores, Ricardo Claudino e Josmara Petroski, os quais foram escolhidos, essencialmente, em razão das vivências que possuem, ligadas à terra, e pela condição que se encontravam quando foram entrevistados: empregados urbanos, mesmo residindo no meio rural em uma propriedade da qual não são donos, ou seja, são caseiros.

Nesse sentido, são expostas indagações essencialmente a partir dos sujeitos desse processo no presente, e as “relações de força” que se sobrepõem. Ao pensar as realidades e sociabilidades vividas por eles, estabelece-se como contraponto as relações políticas e sociais que se impõem à questão agrária, no Brasil, observando como as relações de poder demarcam o antagonismo, a partir do viver no campo e na cidade.

##### 4.4.1. Vivências rurais de trabalhadores urbanos

Ricardo Claudino tem 25 anos e, atualmente, está empregado em uma empresa de insumos agrícolas e produtos agropecuários da cidade de Verê-PR. Sua principal função na empresa é a de entregar produtos agrícolas – adubos e defensivos – aos agricultores da região; além disso, também é sua função cuidar – como caseiro – da propriedade onde reside. É um dos 5 filhos de Pedro Joenck e Leonir Claudino e é natural de Verê. Teve sua infância na comunidade rural de Nova União – popularmente conhecida como Pinheirinho. Dos seus 4 irmãos, 3 irmãs permanecem no campo, e o irmão mudou-se para Santa Catarina. Seu pai não possui terreno próprio e trabalha de agregado em uma pequena propriedade de 5 alqueires.<sup>421</sup> Sua mãe, Leonir, que não vive mais com seu pai, também não possui terras e reside como agregada em uma propriedade de 21 alqueires.<sup>422</sup> Tanto Pedro como Leonir são filhos de agricultores e, mesmo não possuindo terreno, tentam constituir vivências no campo, como agregados em pequenas propriedades.

---

<sup>421</sup> É utilizada a unidade de medida alqueire, já que esta é a apresentada pelos entrevistados, todavia, é preciso que fique claro que um alqueire no Sudoeste do Paraná corresponde a aproximadamente 24.000m<sup>2</sup>, ou seja, 2,4 hectares.

<sup>422</sup> CLAUDINO, Ricardo; PETROSKI, Josmara. *Entrevista concedida a Tiago A. Orben*. Comunidade rural de Barra Verde, Verê/PR: 9 de abril de 2016, duração: 38 min. 57 segs.

Josmara tem 20 anos e reside com Ricardo. Atualmente trabalha como costureira em uma fábrica têxtil no perímetro urbano do município de Verê.<sup>423</sup> Seus pais possuem terreno próprio, uma pequena propriedade de 9 alqueires, também na comunidade de Nova União. De acordo com Josmara, seus pais, Adolfo Petroski e Luzia Henzi Orbem, sempre tiveram suas vivências ligadas à agricultura e à propriedade, sendo esta fruto da herança dos pais de sua mãe. Possui outros 4 irmãos, sendo que um deles “a menina, tem 13 [anos], tá na escola agrícola agora, tá estudando, aí ela fica uma semana na escola e uma semana em casa”.<sup>424</sup>

Antes de maiores considerações sobre as vivências dos entrevistados, destaco que o primeiro ponto a ser analisado da narrativa de Ricardo e Josmara é que ambos não se consideram “porta-vozes” ou indivíduos autorizados a falarem sobre a agricultura e a estrutura agrária e fundiária da região Sudoeste do Paraná. A primeira reação de ambos é de incompreensão, de sujeitos deslocados, como não autorizados a falar sobre a agricultura. Esse direcionamento nos mostra alguns elementos: para os entrevistados, manifestar opinião sobre a agricultura talvez fosse mais conveniente a quem possui uma propriedade e não para empregados urbanos que apenas residem no meio rural. Demonstram entender também que não possuem vivências ligadas à agricultura e, por isso, não conferem validade aos questionamentos que lhes são apresentados. Esses elementos fazem com que a entrevista se desenrole com certa dificuldade, pois estão convencidos da não validade de suas experiências.

Também não há como excluir minha presença na subjetivação de suas memórias. Ambos conhecem minhas vivências e de minha família na agricultura, e isso os faz direcionar as indagações de acordo com aquilo que acreditam serem meus objetivos na entrevista. Apesar da subjetividade que esses elementos nos apresentam, vários aspectos sobre suas vivências na agricultura e, agora como empregados urbanos, podem ser destacados.

---

<sup>423</sup> Josmara e Ricardo precisam se deslocar todos os dias da propriedade onde vivem, na comunidade rural de Barra Verde, até a sede do município de Verê, onde tem seus vínculos empregatícios. A distância da residência dos entrevistados até seus empregos é de aproximadamente 8 km, que são percorridos com a motocicleta do casal.

<sup>424</sup> CLAUDINO, Ricardo; PETROSKI, Josmara. op. cit.

#### 4.4.2 Experiências agrícolas

Iniciamos a análise da entrevista destacando as vivências agrícolas, tanto dos entrevistados, como de suas famílias. Em relação à Josmara, o primeiro item a ser salientado é sobre seu pai, conforme esclarece: “O pai sempre trabalhou de boia-fria na roça dos outros, daí, depois, quando eles vieram pra cá, ficou a herança do pai da mãe da mãe e agora ele tá cuidando lá”. Esses aspectos são expostos após a entrevistada ser questionada sobre qual era a ocupação de seus pais; assim, recorda-se que Adolfo Petroski, antes de ter sua propriedade, trabalhava de “boia-fria na roça dos outros”.<sup>425</sup>

Já em relação à família de Ricardo, ainda hoje, tanto seu pai – mesmo aposentado – quanto sua mãe ainda não possuem propriedade agrícola e, mesmo assim, insistem na agricultura.

Com referência a essas considerações e tendo em mente a condição que é apresentada aos entrevistados na atualidade, são direcionadas questões que envolvem diretamente a vivência deles na agricultura. Ricardo tem uma experiência mais significativa quanto a isso, pois decide abandonar a escola quando estava na 6ª série; conforme salienta: “eu fugi cedo da escola”. Quando é questionado sobre o motivo que o levou a abandonar os estudos, enfatiza que foi para: “trabalhá na roça, só, sempre na roça [...], é na agricultura assim [...] de pião! Sempre de pião trabalhamos”.<sup>426</sup>

Sobre as vivências de Josmara na agricultura, ela destaca, com ênfase, que, quando residia com seus pais, praticava uma agricultura em que prevaleciam as seguintes culturas: “maioria era fumo, era milho e fumo, só essas duas plantas, só que mais era fumo ainda, mais fumo do que milho”. Indica esses aspectos quando se refere ao que seus pais e vizinhos mais cultivavam. Todavia, em contexto recente, sinaliza algumas transformações, ao afirmar que a produção de fumo foi abandonada e que, agora, na propriedade: “planta milho pro gasto assim e arrenda a terra, daí planta trigo, planta soja agora na terra, mais arrendada”.<sup>427</sup>

Os motivos que levaram a família de Josmara, e muitas outras da região, a não cultivar mais fumo foram, na opinião de Ricardo: “foi indo que o preço não foi ajudando e é muito serviço o fumo e não sobra muita coisa”.<sup>428</sup> Já Josmara, além de

---

<sup>425</sup> Id. Ibid. p. 3.

<sup>426</sup> Id. Ibid. p. 4.

<sup>427</sup> Id. Ibid. p. 5.

<sup>428</sup> Id. Ibid. p. 5.



salientar as dificuldades de produção, também indica que o fumo: “só uma vez por ano dá dinheiro e trabalhamos o ano inteiro”.<sup>429</sup>

Encerramos a análise desse ponto indicando a percepção dos entrevistados sobre a situação agrícola atual. Nesse ponto, Ricardo, mais uma vez, é sucinto e aponta que: “tá boa agora! Produz bem, o preço tá bom”.<sup>430</sup> Sua companheira também, inicialmente, percebe desta forma: “as condições de plantio também é tudo mais fácil, tudo com máquina, antes era tudo com maquininha de mão e boi. Agora tudo quanto é lugar eles arrumam pra ir trator e é tudo mais fácil, mais prático tudo”. Entretanto, em seguida apresenta um discurso mais crítico:

Por um lado melhorou pela facilidade, mas por outro é muito, eu acho assim que é muito veneno, tudo a base de veneno, tudo a base de. É bom assim, quando produz bem tem facilidade tudo, no plantio, na colheita, mas antigamente não era tanto veneno assim como agora.<sup>431</sup>

É possível observar que os entrevistados, inicialmente, apresentam um discurso que corrobora com o que é comumente atribuído à agricultura convencional moderna. Por outro lado, Josmara sai em defesa da produção orgânica, exalta que a facilidade na alta produtividade traz consigo o uso excessivo de veneno, indicando que não se valoriza, na região, uma produção agrícola que preze pela saúde e qualidade dos alimentos. Esse direcionamento de sua narrativa pode estar ligado ao fato de que uma de suas irmãs – com necessidades especiais – produza alimentos orgânicos. Além disso, seu discurso pode estar atrelado a produção de tabaco, que utiliza em seu processo produtivo uma grande quantidade de veneno.

Destarte, não são somente esses motivos que fazem com que Josmara tenha uma visão crítica. Apesar de estar empregada no espaço urbano, suas vivências e experiências são agrícolas e é neste espaço que construiu seus valores e sua maneira de interpretar a realidade que a cerca. Seu espaço de vivência é o rural, e é isso que a constitui, e não o fato de estar empregada no espaço urbano. Ricardo também demonstra muito apreço pelo espaço rural e salienta isso em vários momentos da entrevista, tanto é que abandona a escola na 6ª série para trabalhar na agricultura. Isto é, apesar dos entrevistados serem empregados urbanos, é na agricultura que suas experiências são constituídas e que possuem vivências mais próximas.

---

<sup>429</sup> Id. Ibid. p. 5.

<sup>430</sup> Id. Ibid. p. 5.

<sup>431</sup> Id. Ibid. p. 6.

#### 4.4.3 Situação recente enquanto empregados urbanos e perspectiva futura

As memórias de Ricardo e Josmara nos possibilitam refletir ainda a situação recente do casal, residindo no campo e trabalhando no espaço urbano. Josmara afirma que trabalha atualmente em uma “fábrica” de confecção de roupas, como “costureira”, e descreve, da seguinte maneira, como aconteceu seu processo de inserção no mercado de trabalho:

Saí de lá da roça daí vim, já vim destinada a começar trabalhar lá, trabalhei um pouco numa coisa, um pouco na outra e daí comecei a gostar assim de ver os outros costurar e comecei aprender. E é o primeiro serviço na cidade e o único até agora. Tem que gostar, é uma coisa assim que a gente gosta assim só de ver e já aprende e é bom, exige bastante paciência, mas é bom, é bastante detalhe.<sup>432</sup>

A primeira impressão que temos, ao analisar o relato, é a de que a entrevistada está satisfeita com sua condição, ao indicar que é seu primeiro emprego na cidade. Dessa maneira, causa certa surpresa a afirmação que descreve que é “uma coisa assim que a gente gosta só de ver”, e “exige bastante paciência, mas é bom”. Todavia, o “gostar” é no sentido da costura como ofício, ou seja, é um trabalho com “detalhes”, que precisa ser feito com paciência e somente quem realmente “gosta” consegue fazer com satisfação.<sup>433</sup> Assim, não está avaliando seu trabalho na qualidade de retribuição financeira, mas, sim, sua função e a satisfação que encontra com o que está exercendo.

Junto ao que é colocado à entrevistada, seu trabalho lhe traz contentamento, no entanto, se tivesse uma oportunidade na agricultura e não dependesse dos rendimentos conseguidos na cidade, não hesitaria em abandonar seu trabalho de costureira. Essa consideração fica clara quando é dirigida a seguinte questão ao casal: “Se vocês tivessem uma oportunidade na agricultura hoje?” Sem hesitar Josmara concorda com seu companheiro: “Tirar leite, ficar em casa um pouco, eu também voltaria [...]”, “Muito horário a cumprir, a gente ainda não acostumou”.<sup>434</sup>

Tais considerações apresentam as diversas projeções que a memória pode nos apresentar quando relacionamos as vivências dos indivíduos junto às suas experiências. Isto é, Josmara tem vivências agrícolas e é para esse espaço que direciona suas

---

<sup>432</sup> Id. Ibid. p. 6.

<sup>433</sup> Id. Ibid. p. 6.

<sup>434</sup> Id. Ibid. p. 7.

exposições em vários momentos da entrevista. Assim, até pode ter experiências felizes e de satisfação social com o emprego na cidade, mas são para as vivências no espaço rural que espera projetar seu futuro. Destaca assim o “tirar leite” e o “ficar em casa” como possibilidades que só o campo pode oferecer, ao mesmo tempo em que ainda “não se acostumou” a “cumprir horário”, demonstrando que isso se apresenta como um sacrifício em suas experiências diárias, o qual poderia ser evitado se tivesse uma oportunidade na agricultura hoje.

Já Ricardo, quando é indagado sobre suas ocupações na cidade, destaca que seu trabalho é em serviços gerais, com destaque para: “motorista de carregadeira, empilhadeira, agora eu alterei [acredito que deva ser a habilitação] pra caminhão e eu sei de caminhão também e de tudo um pouco”. Além disso, também indica que tem algumas mudanças na rotina de trabalho quando o período é de safra – colheita da produção – conforme salienta: “Na safra, nós vamos pro interior fazer entrega de insumo, sementes”. [...] “trabalha mais, é mais serviço manual”. Nota-se que, apesar de sua ocupação acontecer na cidade, seu trabalho é com máquinas “carregadeiras, empilhadeiras” e, recentemente, com caminhões; nesse processo, é constante seu contato com as lavouras agrícolas, em especial na “safra”, quando existe maior demanda na entrega de insumos e sementes, ao passo em que também é reconhecidamente o período em que se exige mais “serviço manual”.<sup>435</sup>

Isto é, seu trabalho diário não está limitado ao ambiente urbano, já que executa “diversas tarefas” e, diferentemente de Josmara, em um ambiente aberto, além do constante contato com lavouras com a entrega dos “insumos agrícolas”. Tais aspectos poderiam nos fazer acreditar que Ricardo tenha uma perspectiva distinta em relação à Josmara, quanto à atividade que desenvolve e o desejo em ter uma propriedade agrícola. Contudo, assim como sua companheira, expõe o anseio em voltar para a agricultura: “Se fosse meu o terreno, eu voltaria hoje, trabalhar na roça”. Fica evidente seu descontentamento com a ocupação urbana quando salienta que: “É muito mandado, é muito, empresa assim” [...], “deu o horário tem que tá lá”.<sup>436</sup>

Esse último elemento da memória de Ricardo refere-se à obrigação de horário que o trabalho urbano lhe impõe, além, é claro, de estar submetido a uma ordem superior, ou seja, a patronal. Esses aspectos são complementados quando responde a questão de que se tivesse um terreno e pudesse ser seu, “Sim daí trabalharia no interior, cidade nem

---

<sup>435</sup> Id. Ibid. p. 7.

<sup>436</sup> Id. Ibid. p. 7.

pensar! Só ir lá mesmo pra cumprir o horário de serviço e trabalhar”. A cidade é, tanto para Ricardo, quanto para Josmara, apenas um local de passagem, tanto é que já tiveram propostas do patrão de Ricardo para que morassem no ambiente urbano, a qual foi descartada com veemência: “Eles já fizeram proposta pra mim morar no pátio da empresa, não, não. Tá bom lá onde eu estou, não quero nem saber de sair de lá”.<sup>437</sup>

De alguma maneira, os entrevistados ainda se consideram agricultores, suas experiências e vivências são essencialmente na agricultura e a condição de caseiros os permite continuar minimamente tendo estas vivências. Mesmo que a terra não seja deles, mesmo que não possam cultivá-la – com exceção da horta – a condição que é apresentada a eles lhes permite continuar vivendo no campo, mesmo sob relações de trabalho que não sejam agrícolas.

As considerações do casal indicam para aspectos relacionados à liberdade, associada ao rural, enquanto a cidade e o emprego aparecem como obrigação. Estão presos às relações patronais, ao “horário” e, contraditoriamente, são justamente essas relações que os mantêm no campo como caseiros.

Essas contradições colocam em evidência as perspectivas futuras do casal, as quais não são residir na cidade, conforme Josmara deixa evidente: “Ah não, ‘Deus o livre’. Só se, Deus que me perdoe, um dia ser obrigado, mas acho que nunca né?! Agora por gosto é no interior”. O interior ou o rural aparece enquanto espaço de expectativa, de permanência de suas vivências e experiências, não que não possam se adaptar a diferentes ocupações no ambiente urbano – como bem o fazem – mas, mantêm a esperança de um dia ter sua própria terra, cultivar para si, ou, como indica Josmara, “tirar leite” e “ficar um pouco em casa”.<sup>438</sup>

São esses aspectos e contradições que, através da análise da memória dos entrevistados, faz emergir, ao historiador e cientista social, o uso da fonte oral. Conforme salienta Michael Pollak, os elementos constitutivos da memória individual e coletiva são, em primeiro lugar, “os acontecimentos vividos pessoalmente”, enquanto, “em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sinta

---

<sup>437</sup> Id. Ibid. p. 7.

<sup>438</sup> Id. Ibid. p. 7, 8.

pertencer”.<sup>439</sup> No caso aqui destacados, são acontecimentos vividos na coletividade, mas que são apresentados a partir da reflexão individual de Ricardo e Josmara.

Esses aspectos encontram-se entrelaçados a relações sociais e econômicas que se impõem à questão agrária brasileira. Relações de poder associadas a seletos grupos de proprietários, os quais, em contexto histórico, detêm a maior parte da propriedade da terra no Brasil. De outro lado, há a grande maioria da população rural, que não possui propriedade – como Ricardo e Josmara – ou que possui apenas uma pequena fração de terra. Na ausência de políticas públicas para essa parcela de agricultores, esses acabam sendo excluídos do meio rural e submetidos a uma nova ordem ao migrarem para médias e grandes cidades.

No caso específico dos narradores aqui privilegiados, mesmo como empregados urbanos, eles tentam manter relações de contato com o espaço rural e ainda possuem esperança em ter sua própria propriedade. Ao nos determos por mais um momento em suas trajetórias, considerando o que expressam na entrevista, pode ser colocada as considerações de Pollak, para o qual “a memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória”.<sup>440</sup>

Com consciência da subjetividade que é apresentada ao ato de gravar uma entrevista em que se privilegia a trajetória de vida de Ricardo e Josmara na agricultura, suas memórias aparecem articuladas junto ao que viveram até então, no espaço agrícola, e à expectativa que podem ter em relação a isso, a partir do contexto em que vivem. Isto é, são as “preocupações do momento”, é a expectativa em ter uma propriedade agrícola que direciona suas considerações, articulada pela memória junto ao contexto que lhes é apresentado, o que não significa que não seja um forte desejo do casal e que um dia não possam realizá-lo.

Além desses elementos, o exemplo apresentado também teve como intenção colocar em questão as noções de pequena propriedade e agricultura familiar, que, muitas vezes, são atribuídas à região Sudoeste do Paraná como fruto de seu movimento social de 1957. As experiências expostas pretendem aproximar o leitor da realidade que cerca a agricultura nessa região, além de colocar em questão a perspectiva futura da juventude em relação ao meio rural brasileiro.

---

<sup>439</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 5, n. 10, 1992. p. 201.

<sup>440</sup> Id. Ibid. p. 204.

Ou seja, são filhos de pequenos agricultores, com anseios para agricultura, mas que não se inserem nos modelos de agricultura e propriedade em voga na região. Isso corrobora com o que foi discutido anteriormente; a organização agrícola do Sudoeste do Paraná e sua estrutura fundiária estão em constante transformação, nesse processo o espaço da agricultura familiar – o trabalho de toda a família em atividades agrícolas – tem diminuindo drasticamente, em oposição ao avanço do agronegócio, mesmo sob uma suposta estrutura de pequenas propriedades, já que o cooperativismo, conforme vimos anteriormente, facilita esta inserção.

#### 4.5 Vivências de trabalhadores rurais na região Sudoeste do Paraná

Este tópico pretende explorar as vivências de sujeitos que residem no Sudoeste do Paraná em contexto contemporâneo, com destaque para suas práticas relacionadas à agricultura. Neste sentido, por meio da história oral, serão destacados os espaços de experiência dos entrevistados, no que se refere às suas vivências agrícolas – com ênfase nos deslocamentos experimentados pelos sujeitos ao longo de suas trajetórias –, ligadas ao meio rural. Dessa forma, pretende-se elencar em que contexto se apresenta a agricultura da região Sudoeste do Paraná no período recente, ou seja, que dinâmicas se sobressaem em relação ao meio rural.

A entrevista a ser analisada a seguir foi realizada com o casal de agricultores Arcanjo do Prado e Maria do Prado, no dia 6 de julho de 2011, como parte do projeto de extensão intitulado: “Memórias da terra: modos de viver, lutas e resistências camponesas no Oeste e Sudoeste do Paraná”.<sup>441</sup> Ambos possuem significativas vivências agrícolas como arrendatários e empregados temporários e, no momento da entrevista, residiam em uma Vila Rural<sup>442</sup> (nessa vila, possuem um lote de terra de 0,5 hectares), no município de Verê-PR. Arcanjo continua trabalhando como empregado temporário em propriedades agrícolas da região e Maria, eventualmente, acompanha o marido, mas geralmente trabalha nos afazeres domésticos. Ganha destaque em suas vivências as diferentes ocupações experimentadas ao longo de suas trajetórias, ao

---

<sup>441</sup> Faziam parte do projeto o professor Dr. Paulo José Koling (coordenador) e os acadêmicos do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE): Franciele Pinheiro, Jael dos Santos e Tiago A. Orben.

<sup>442</sup> O Programa Vilas Rurais do Estado do Paraná foi desenvolvido pelo ex-governador Jaime Lerner no ano de 1995. Entendido e apresentado como um programa de Reforma Agrária para o estado acabou por ocasionar uma espécie de urbanização do espaço rural, ao considerar que a maioria dos lotes não possuía mais de 0,5 hectares.

mesmo tempo em que expõem de que maneira diferentes dinâmicas regram a estrutura agrária e fundiária recente do Sudoeste do Paraná.

#### 4.5.1 Deslocamentos pela terra: transitoriedades e vivências agrícolas

A partir das questões expostas, apresentamos algumas experiências e vivências de Arcanjo e Maria do Prado, ao longo de suas vidas como trabalhadores rurais. Nesse aspecto, ganha especial destaque os espaços sociais onde os entrevistados construíram suas vivências agrícolas, na maioria das vezes, na condição de empregados temporários e vivendo sob a égide de relações patronais de submissão, na qual os vínculos de trabalho estabelecidos é que os faziam detentores de moradia e alimentação.

Conforme foi elencada anteriormente, a entrevista foi realizada no dia 6 de julho de 2011 como parte do projeto de extensão intitulado: “Memórias da terra: modos de viver, lutas e resistências camponesas no Oeste e Sudoeste do Paraná”, o qual tinha como intenção focar memórias, modos de vida, lutas e resistências pela terra nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. A partir dessa conjuntura, no Sudoeste, procurou-se priorizar as memórias de remanescentes dos levantes sociais ocorridos em outubro de 1957. Entretanto, o projeto acabou por absorver outras contradições sociais que se mostraram evidentes nessa região, sobretudo aquelas ligadas às questões que envolvem a posse da terra e os sujeitos envolvidos nos modos de vida e nas diferentes vivências agrícolas observadas naquele espaço.

Iniciamos a análise das narrativas de Arcanjo e de Maria salientando a maneira como expõem suas experiências em relação à agricultura. Sobre as vivências de sua família, enquanto trabalhador rural, Arcanjo destaca:

É, a turma dava os pedacinhos, até aquela época era a maior parte era mato. Daí eles pegavam e aonde tinha a turma, dizia lá tu faz uma casinha, pode pegar aquele pedaço e plantar. Então ele ia lá e fazia um ranchinho lá no meio do mato e lá eles plantavam e viviam assim. [...] mas eles plantavam de tudo um pouquinho pra se viver.<sup>443</sup>

Antes de darmos atenção ao trecho elencado, é preciso salientar que Arcanjo do Prado, quando da realização da entrevista, no ano de 2011, estava com 47 anos e tinha

---

<sup>443</sup> PRADO, Arcanjo do; PRADO, Maria do. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *Memórias da terra: Modos de viver lutas e resistências camponesas no Oeste e Sudoeste do Paraná*. Por Francieli Pinheiro, Paulo José Kolling e Tiago A. Orben. *Perímetro rural*. Verê/PR: 6 de julho de 2011, duração: 37min. 53segs. p. 2.

três filhos. Assim, salienta, em sua narrativa, a maneira como a família de seu pai construiu sua trajetória de vida em relação à agricultura. Inicialmente, destaca que seu avô paterno, quando migrou para a região, “conseguiu ter” um pedaço de terra, mas que, após seu falecimento, o pai de Arcanjo decidiu vender essa propriedade, pois, de acordo com o entrevistado, seu pai achou que “comprava mais fácil, só que bem no fim ficou sem” a terra.

Conforme fica evidente, a trajetória inicial da família de Arcanjo do Prado se assemelha a de muitos agricultores que migraram para a região nas décadas de 1940 e 50, com a compra de posses. Todavia, esse caminho sofre modificações quando o pai de Arcanjo decide desfazer-se da propriedade que possuía, isso faz com que sua numerosa família comece a trabalhar em propriedades da região, como empregados temporários – os populares “bóias-frias”. Essa passa a ser uma característica marcante da família de Arcanjo; ele, seu pai e irmãos ficam conhecidos nas redondezas como “Os Prados”. Dessa maneira, eram reconhecidos como sujeitos bons de serviço, que trabalhavam por dia ou de agregado, além de ser uma família numerosa, o que fazia com que a empreita rendesse mais e satisfizesse aqueles que os contratavam.

Tais questões esclarecem muitos aspectos da entrevista de Arcanjo, apresentada anteriormente. Arcanjo destaca as roças que improvisavam em terras cedidas por agricultores, donos de grandes e médias propriedades, que aproveitavam algum espaço da sua propriedade para alocar à família dos “Prados”; assim, até cediam algum espaço para plantar e construir uma “casinha”: “dizia lá tu faz uma casinha, pode pegar aquele pedaço e plantar”.<sup>444</sup> Esse sistema facilitava a mão de obra do empregador, já que tinha sua força de trabalho próximo de si e a baixo custo. Outro aspecto interessante é que o fato de residirem em determinada propriedade não excluía a possibilidade dos “Prados” trabalharem por dia para outros agricultores.

Com vistas a essa conjuntura, Arcanjo salienta de que maneira ele e sua família sobreviviam na região:

É, fazia empreitadinha, empreitadinha fazia com a turma, que, por dia quase não aguentava o serviço, era muito novo. Empreitava uns pedacinhos pra fazer, empreitava com todo mundo uns pedacinhos naquela época lá, que fazia a maior parte de enxada e tudo o que é coisinha.<sup>445</sup>

---

<sup>444</sup> Id. Ibid. p. 4.

<sup>445</sup> Id. Ibid. p. 4.



O entrevistado nos expõe alguns aspectos sobre suas experiências em relação à agricultura em sua juventude. Nesse sentido, destaca que começou a trabalhar com seu pai e irmãos com aproximadamente 13 anos – em meados da década de 1970 – e que, nessa idade, preferiam trabalhar por empreitada, já que, nesse sistema, o trabalho era feito coletivamente, junto aos irmãos, ao considerar que, nessa forma de trabalho, tinham menos desgaste físico em comparação ao trabalho feito “por dia”.

Na empreita era feito um acordo entre o patrão – proprietário agrícola – e os trabalhadores. Ficava acertado que determinada área – de feijão, por exemplo – deveria ser colhida até determinado dia e pelo valor acordado. Enquanto que o trabalho por dia, além de gerar certa pressão do patrão para com o trabalhador, era feito o pagamento individual, cada trabalhador ganhava pelos dias de trabalho. Por esse motivo, a experiência de Arcanjo, em sua juventude, está mais ligada ao trabalho em empreitada, juntamente ao pai e aos irmãos.

O contexto apresentado por Arcanjo e Maria refere-se às décadas de 1970, 80 e início de 90.<sup>446</sup> Nesse período, viveram sua infância e juventude como filhos de trabalhadores rurais sem terra, tanto é que se conheceram dessa forma. As famílias de Maria e Arcanjo trabalhavam para o mesmo patrão, no município de Verê/PR e isso fez com que se aproximassem e, posteriormente, construíssem uma relação juntos. Nesse contexto, Maria nos expõe alguns aspectos de como se apresentava a organização agrária da região naquele período, salientando que seu pai trabalhou para vários proprietários de terra e que, nessas propriedades, as culturas agrícolas mais presentes eram a soja e o milho, conforme se refere a uma propriedade em que trabalhavam no município de Dois Vizinhos/PR: “plantava soja, plantava milho. Ele precisava de bastante pião, por que ele destocava bastante[...]”, “Precisava bastante pião pra ajuntá as raízes que eles destocavam e pra limpá as planta”.<sup>447</sup>

O processo de destoca adveio com o avanço da agricultura na região, isso aconteceu após a exploração madeireira, que ocorreu de forma massiva nas décadas de 1950 e 60. Assim, para que a terra pudesse ser plantada, era necessário arrancar os tocos das árvores derrubadas ou mesmo derrubar algumas parcelas de capoeira remanescentes. Esse processo de “limpeza” da terra ficou conhecido como “destoca”. Nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, esse procedimento é característico da modernização da agricultura, isto é, foi uma etapa importante para o desenvolvimento

---

<sup>446</sup> Arcanjo do Prado nasceu no ano de 1963, enquanto Maria em 1970.

<sup>447</sup> PRADO, Arcanjo do; PRADO, Maria do. op. cit. p. 5.

de culturas e técnicas agrícolas vinculadas ao processo de tecnificação do meio rural brasileiro.

Nesses termos, se, para os agricultores que possuíam propriedade agrícola, principalmente os grandes proprietários e latifundiários, esse processo foi essencial para a modernização e ampliação da produção agrícola, para os trabalhadores rurais sem terra, ele se apresentou como uma ação que não modificou suas condições de vida no campo. Ou seja, manteve-os como trabalhadores rurais sem terra e sem perspectiva de mudar de condição, já que as políticas agrícolas daquele período – sobretudo durante o regime civil militar – não privilegiavam esse grupo social. Apresentavam-se como alternativas: a migração para o espaço urbano ou a vida migrante, na busca por ocupações agrícolas que lhes rendessem ganhos.

Outra consequência desse processo é que, no Sudoeste do Paraná, apesar de existir grandes propriedades e latifúndios elas não eram tantas como em outras regiões do Paraná ou do Brasil, com isso, os trabalhadores rurais sem terra, como Arcanjo e Maria, precisavam se deslocar constantemente em busca de trabalho, situação que os fazia migrar com frequência. Maria do Prado destacou que, por sua família ser muito pobre, seu pai migrava regularmente em busca de trabalho e isso afetou diretamente seus estudos, já que estudou apenas até o segundo ano do primário. A prioridade de sua família era conseguir alguma renda para suprir as primeiras necessidades com alimentação e vestuário. Isso fez com que Maria começasse a trabalhar muito jovem como diarista e babá.

As migrações e a necessidade de renda para a família também obrigaram Arcanjo a abandonar seus estudos; assim, como não possuíam escolarização, Arcanjo e Maria argumentaram que foi na agricultura que construíram seu modo de viver. Sobre a realidade recente, como trabalhadores rurais, Arcanjo descreveu os seguintes aspectos: “Ah, eu trabalho por tudo, onde quer, tudo o que lugar que tivé serviço, eu estou indo, é empreitada, por dia, hoje aqui tá na média de 40 [reais] por dia. Plantar, roçar, carpir, plantá fumo, colher”.<sup>448</sup>

Conforme conseguimos notar, a mudança de Arcanjo e Maria do Prado para a Vila Rural, onde residiam no momento da entrevista, não modificou suas relações de trabalho, já que continuam trabalhando como empregados temporários, “por dia” ou por “empreita”, para alguns agricultores da região. Isso acontece em razão da conjuntura

---

<sup>448</sup> Id. Ibid. p. 8.

que lhes é apresentada; apesar de residirem em uma Vila Rural e terem um lote de terra, não conseguem produzir nesse lote o suficiente para viverem do campo, tendo que se submeter às relações de trabalho, como empregados temporários, para conseguirem satisfazer suas necessidades.

Isso corrobora com a tese de que a criação de vilas rurais no Estado do Paraná foi muito mais um projeto de urbanização do espaço rural, do que propriamente um programa de Reforma Agrária, como foi divulgado no seu lançamento, na década de 1990. Além disso, os lugares “estratégicos” onde estão localizadas essas vilas – próximas a sedes dos municípios ou dos distritos – confirmam a ideia de que esse projeto serviu apenas para alocar mão de obra barata para o setor agrícola e agroindustrial.<sup>449</sup>

Em nosso exemplo, essa realidade apresenta-se de forma sintomática. Arcanjo reside na vila juntamente a outros 14 moradores dos quais três são seus irmãos e apenas residem na vila, pois buscam trabalho nas propriedades agrícolas de Verê, em frigoríficos e em complexos agroindustriais da região. Sobre esse cenário que é apresentado a ele e seus irmãos, Arcanjo declarou:

Mas agora, na época que nós entremos aqui, nós trabalhávamos com empreitada, então era bastante serviço e tinha bastante gente. Só que na época que nós entremos aqui, nós arrancávamos bastante feijão e serviço grande, tinha bastante gente que trabalhava. Daí eles, surgiu bastante emprego, então o que era novo foi tudo trabalha de empregado, ficou só, o que tá aqui no caso mesmo da minha parte aqui, tá só eu e o meu irmão ali, o Bastião, que trabalhemos assim. Mas os outros aqui que trabalhavam junto com nós tão tudo empregado.<sup>450</sup>

Em relação aos trabalhadores que estão empregados, em sua maioria ocupam funções em frigoríficos de aves ou em complexos agroindustriais, em Verê, Dois Vizinhos e Francisco Beltrão. Outro aspecto interessante, que podemos notar nesse trecho da entrevista de Arcanjo, é em relação ao pouco “serviço” disponível para quem trabalha “por dia” ou por “empreita”, como ele e seu irmão Bastião. É instigante pensar de que maneira, mesmo com uma baixa retribuição de R\$ 40,00 por dia de trabalho, Arcanjo e seu irmão têm dificuldades em encontrar serviço. Evidentemente que essa dificuldade encontrada por Arcanjo e Bastião está relacionada à constante modernização

<sup>449</sup> Para maiores esclarecimentos sobre o projeto de Vilas Rurais no Estado do Paraná ver: FERNANDES, Bernardo Mançano; PONTE, Karina Furini da. As vilas rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidades. *Terra Livre*. São Paulo, ano 18, n.19, jul./dez. 2002.

<sup>450</sup> PRADO, Arcanjo do; PRADO, Maria do. op. cit. p. 8, 9.

dos implementos agrícolas e ao predomínio de monoculturas na região, com o avanço cada vez maior no plantio de soja e milho. Tais culturas agrícolas, em sua grande maioria transgênicas, não necessitam mais de grande quantidade de mão de obra braçal, pois se utiliza de processos modernos de plantio, desenvolvimento da lavoura e colheita, o que, conseqüentemente, aumenta a exclusão social de trabalhadores como Arcanjo e Bastião.

Os aspectos expostos por Arcanjo delineiam a conjuntura agrícola recente do Sudoeste do Paraná, com o massivo aumento nas lavouras regradadas por monoculturas. Ricardo Callegari também enfatiza que a modernização da agricultura ocasionou a concentração da propriedade da terra nesse espaço, conforme destaca ao salientar dados referentes ao ano de 2006:

As propriedades com menos de 10 hectares são 20 mil e 99 (45%) e controlam uma área 100 mil 228 hectares (10,4%) da região. Enquanto que as propriedades entre 10 e 20 hectares são 11 mil 952 (27%) e controlam uma área de 170 mil 977 (17,7%). As propriedades entre 20 a 50 hectares são 8 mil 42 (18%) e controlam uma área de 241 mil 780 hectares (25%). As propriedades com mais de 50 e menos de 200 são 2 mil 884 (6,5%) e possuem 249 mil 957 hectares (26%). Já as propriedades acima de 200 hectares são 523 (1,16%) e controlam 199 mil 968 hectares (20,8%).<sup>451</sup>

Conforme observamos, se somarmos as propriedades de 50-200 hectares e as acima de 200, temos mais de 46% da área agricultável da região. Isso em 2006 há mais de 10 anos, os dados do último censo (2017) ainda são parciais, mas demonstram um aumento no número de grandes propriedades enquanto ocorre a retratação das pequenas e médias. Junto a isso também verificamos a predominância no plantio de culturas temporárias como o milho e a soja. Destarte, se Arcanjo possui uma visão mais pessimista sobre o trabalho em contexto contemporâneo, sua esposa, Maria, destacou algumas vantagens em ter seu lote de terra na vila rural:

[...] porque lá onde que nós morava pra sair era muito péssimo o lugar pra sair, não tinha condições, quando ficava doente era difícil pra sair. Para as piazadas ir pra aula também era difícil, porque tinha que ir longe, subir num potreiro pra podê pegar a lotação, e aqui não.

---

<sup>451</sup> CALLEGARI, Ricardo. “Invadir é uma coisa e ocupar pra prantá e trabaiá aí é outra coisa”: narrativas de assentados sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná – 1970/2006. In: BROCARDI, Daniele; DEBIASI, Rose Elke; ORBEN, Tiago Arcanjo (Orgs.) *Terra e memórias: Vivências, conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p. 133.

Nesse contexto, acrescentou: “Aqui melhorou em serviço e tudo o quanto é coisa, até pra ir pra escola, pra gente sair e tudo mais”.<sup>452</sup>

A perspectiva de Maria é mais otimista, em relação a de seu marido, Arcanjo, principalmente sobre o local onde residiam antes de se mudarem para a Vila Rural. Isto é, destacou que onde residiam anteriormente era mais difícil o acesso à escola para seus filhos, além de terem maiores dificuldades de se deslocar quando havia uma necessidade mais urgente, como em caso de doença. Outro ponto interessante da entrevista de Maria é que ela percebeu com bons olhos o atual local onde residem, em razão da facilidade que foi concedida para seus filhos irem à escola, tendo, assim, uma oportunidade que ela não teve em sua juventude. Nesses termos, quando indagamos a entrevistada sobre o que significou o lote de terra em que reside, ela não hesitou em responder: “Significa tudo, porque um dia vai ser da gente, um dia você pode dizer esse pedacinho é meu”.<sup>453</sup>

Na visão de Maria, mesmo que ainda tenha que pagar pelo lote de terra e que este lote tenha dimensões reduzidas – já que consegue cultivar apenas uma pequena horta e criar alguns animais –, ao analisar as vivências experimentadas ao longo de sua trajetória como trabalhadora rural sem terra, conclui que aquele pequeno lote de terra “significa tudo” em sua vida, pois, mesmo que não tenha conseguido tirar todo o sustento necessário para sua família dali, foi naquele local que conseguiu “criar” seus filhos e, finalmente, estabelecer-se em sua casa e, um dia, quem sabe, poderá “dizer: esse pedacinho é meu”. Ao considerar que todos os moradores da vila precisam pagar pelos lotes que ocupam, mesmo que o valor seja considerado baixo.

Evidentemente, Maria do Prado expressou sua alegria e orgulho por, quem sabe um dia, ter um “pedacinho de terra”, a partir das condições que lhe foram apresentadas durante a vida como uma trabalhadora rural sem terra. Não temos dúvida de que sua construção narrativa também seria festiva se residisse em uma propriedade agrícola da qual ela e Arcanjo pudessem tirar o sustento para seus filhos, não precisando depender do trabalho de bóia fria para construir suas vivências.

Ainda em relação ao lote em que reside e às condições que lhe foram apresentadas ao longo da vida, Maria do Prado refletiu da seguinte maneira:

---

<sup>452</sup> PRADO, Arcanjo do; PRADO, Maria do. op. cit. p. 8.

<sup>453</sup> Id. Ibid. p. 12.

A importância de tu ter onde morar e tu dizer esse lote é meu e um dia tu poder colocar teus filhos também. Porque se tu mora de pião, tu tá sempre de pião, tu nunca um dia vai ser nada dono teu ali e o que tu quer fazer em cima tu não consegue por que o terreno não é teu e assim tu tendo o teu terreno, tu faz o que tu pode em cima e teus filhos também ficam colocado.<sup>454</sup>

A construção narrativa de Maria é muito interessante, sobretudo no que se refere a ter um terreno, neste caso, um lote de terra o que, em sua visão, é importante porque isso possibilitou que seus filhos não tenham que passar pelo que ela passou, ou seja, o fato de Maria ter conseguido um pequeno terreno permitiu que seus filhos não tenham que morar de favor em propriedades da região. Sua narrativa é significativa, principalmente no que se refere ao trabalho como “pião”, por considerar que nessa condição “tu nunca um dia vai ser nada, dono teu ali”.

Maria elabora sua narrativa a partir do presente ou das conjunturas que lhe são apresentadas no momento da entrevista. Ela somente diz que é importante ter um lote próprio de terra, porque teve uma vida toda como trabalhadora rural sem terra, situação que não deseja aos seus filhos. Sua narrativa aparece como expressão de uma interpretação construída a partir de suas vivências como trabalhadora rural sem terra; nesses termos, a entrevistada percebeu aquele período como de sofrimento.

Nesse mesmo enredo narrativo, conseguimos notar de que maneira Maria do Prado explica as ocupações de seus dois filhos, não mais dependendo de trabalhos temporários para ter uma moradia. Assim, sobre o trabalho dos filhos destacou:

Eu tenho o mais velho que trabalha lá em uma granja lá, no aviário; tem o mais pequeno que tá agora com 16 [anos], que trabalha ali no Kennedy [distrito de Verê] ajudando a tirar leite. Ele tinha feito até a carteira de trabalho pra trabalhar até junto com o irmão dele lá. Má na hora de fazer os exames e tudo ele não conseguiu passar, deu que ele tem hérnia de disco na coluna, daí ele não pode trabalhar. O mais velho também agora foi fazer exame, começo a doer as costas dele também, deu que tem.<sup>455</sup>

Maria expôs as atividades laborais de seus filhos de maneira muito satisfatória, pois considera que eles conquistaram oportunidades de ter uma renda e desempenharem uma ocupação. Todavia, precisamos notar em que medida as atividades desempenhadas pelos seus filhos lhes causaram problemas de saúde. Como são filhos de trabalhadores rurais sem terra, viveram a infância junto às atividades dos pais e, neste caso, ao ajudarem o pai, na roça – existem casos em que as crianças acompanham os pais na

---

<sup>454</sup> Id. Ibid. p. 13.

<sup>455</sup> Id. Ibid. p. 14.

empreita –, ou a mãe, nos afazeres domésticos, atividades que se apresentam como corriqueiras para muitas crianças do meio rural brasileiro.

Arcanjo do Prado confirmou que seus filhos e os de seus irmãos os acompanhavam na roça: “daí se judiaram bastante uma parte na roça e hoje eles tão mais tranquilo, agora piaçada nova, que tudo eles trabalhavam, a nossa família, tudo a piaçada ia pra roça”.<sup>456</sup>

Evidentemente que, quando acontecem de forma excessiva, esses trabalhos podem ocasionar sérios problemas de saúde às crianças. Neste caso, os filhos de Arcanjo e Maria do Prado já sentem esses efeitos em sua juventude, pois apresentam sérios problemas de saúde na coluna. Isso significa que a exploração acontecia não só com os filhos de Arcanjo e Maria, mas também com seus familiares, que os acompanharam na lida diária.

Outra questão que podemos analisar nesse fragmento da entrevista de Maria é em relação às ocupações desempenhadas por seus filhos. De acordo com o que foi explanado anteriormente, o programa Vila Rural, apesar de ser apresentado como um projeto de Reforma Agrária, não teve exatamente esse propósito. Isso se deve em razão da área de terra de Arcanjo e Maria ser extremamente reduzida, o que faz com que seus filhos não consigam desenvolver atividades agrícolas nessas terras, submetendo-se ao trabalho assalariado.

Isso significa que seus filhos acabaram como trabalhadores assalariados, dentro da lógica imposta pelo programa de Vila Rural. Além disso, Arcanjo do Prado salienta, em sua fala, que esse foi o destino da maioria dos seus irmãos, ou seja, acabaram empregados em complexos agroindustriais: “os outros meus irmãos tão trabalhando no laticínio”.<sup>457</sup> Em sua visão, isso acontece porque, por um lado, diminuiu a oferta de trabalho por dia e no sistema de empreita, principalmente em relação ao feijão, leguminosa que demandava muita mão de obra com a colheita, mas que, agora, com a mecanização da colheita, dispensa trabalhadores braçais.

De acordo com Arcanjo, esse processo fez com que diminuísse o número de trabalhadores rurais que desempenhavam atividades como ele: “foram trabalhá tudo de empregado, que não têm gente nem pra arrancá uma quarta de feijão”. Nesse sentido, recorda ainda que: “Pegava uma roça de feijão aí de 10, 8, 9 alqueires, pegava pião ia lá

---

<sup>456</sup> Id. Ibid. p. 14.

<sup>457</sup> Id. Ibid. p. 10.

e fazia”.<sup>458</sup> Ou seja, considera que hoje já não existe essa possibilidade, primeiro porque seus irmãos – com exceção de um deles – estão todos empregados em outras ocupações não agrícolas, além disso, a mecanização do processo de colheita do feijão e de outras culturas agrícolas diminuiu, em muito, a oferta de trabalho no meio rural. Assim, Arcanjo destacou que “se vira” como pode trabalhando para agricultores da região, principalmente em outras atividades, como a que salientou no momento da entrevista: “agora eu estou quebrando milho, já plantemos o fumo já [risos] agora em agosto vamos colher”.<sup>459</sup>

A partir desses elementos, notamos de que maneira Arcanjo e Maria do Prado elaboram suas narrativas. Com simplicidade, salientam que é no espaço rural que constituíram suas vivências, na medida em que ainda se consideram moradores desse espaço. Não se consideram moradores do ambiente urbano – mesmo residindo em um espaço com essas características – e demonstram, assim, que construíram lembranças felizes ligadas à terra, mesmo que o sofrimento e a exclusão social tenham sido a marca de tais experiências.

Nesse ínterim, podemos pensar de que maneira as memórias apresentadas pelos entrevistados ganham significação, na contemporaneidade, por meio da história oral. Michael Pollak salienta que:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à ‘Memória oficial’, no caso a memória nacional.<sup>460</sup>

É exatamente esse percurso que este trabalho procura traçar. Pensar em que medida esses sujeitos “marginalizados” da “Memória oficial” sobre o Sudoeste do Paraná não aparecem em comemorações e celebrações públicas que remetem à trajetória histórica do espaço em relação à questão agrária e à luta pela terra. Isto é, convencionou-se um discurso sobre a região que não considera a existência desses grupos sociais, que comumente atribui ao espaço uma noção de pacificação da questão agrária após 1957. Nesses termos, as experiências aqui destacadas procuram salientar as discontinuidades, a memória dos “excluídos”, daqueles que, convencionalmente, não são lembrados quando se relaciona a questão agrária à região Sudoeste do Paraná.

<sup>458</sup> Id. Ibid. p. 10.

<sup>459</sup> Id. Ibid. p. 10.

<sup>460</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989. p. 4.



Essas questões são elencadas, questionando as representações que comumente são atribuídas a esse espaço, como portador de uma estrutura fundiária diferenciada, de pequenas propriedades e de uma pacificação da questão agrária na região após 1957. Nesses termos, as experiências de Arcanjo e Maria nos mostram justamente o contrário, que existiam e ainda existem muitos trabalhadores rurais sem terra na região; ao mesmo tempo, cabe-nos questionar o porquê de uma significativa parcela desses trabalhadores sem terra não aparecerem na “Memória oficial”, que rememora à trajetória de lutas pela terra deste espaço.

Conforme se evidenciou por meio da metodologia oral, foi possível perceber os deslocamentos experimentados por tais sujeitos ao longo de suas vidas, com destaque para as vivências junto ao espaço rural, sempre como trabalhadores rurais sem terra. Evidentemente que os deslocamentos experimentados pelos entrevistados são fruto das conjunturas apresentadas à agricultura brasileira nas últimas décadas. Creio que tais elementos mereçam maior atenção em outra produção, ao considerar que a realidade social que encontramos no meio rural brasileiro acontece como reflexo das conjunturas políticas e econômicas historicamente impostas a esse espaço.

Esse cenário nos mostra que a forma como o meio público político aborda a questão agrária e fundiária no Brasil pouco se modificou ao longo dos anos, o que significa que os grupos que estão no poder e possuem influência política e econômica continuam a ver a questão agrária sob a ótica dos latifundiários. Mesmo que exista resistência, que grupos de luta pela terra consigam colocar seus representantes no poder, a “bancada ruralista” – como são chamados os grandes proprietários e latifundiários no Congresso Nacional – não permite que ocorram grandes transformações no meio rural brasileiro, principalmente as que venham contra os interesses desse grupo, sobretudo as políticas de Reforma Agrária ou mesmo que repense a estrutura fundiária brasileira.<sup>461</sup>

A partir desse cenário, tais considerações não procuram lançar luz sobre aspectos considerados inéditos ou reveladores, mas, sim, expor que existem fragmentações, mutações no que se refere às representações sobre essa região e sua estrutura agrária e fundiária. Por esse motivo, é de suma importância perceber a realidade social a partir de

---

<sup>461</sup> Essas considerações, bem como maiores esclarecimentos sobre esses aspectos podem ser encontrados na seguinte bibliografia: ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992. FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoní. *Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário*. São Paulo: Outras Expressões, 2014. MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec. 1977. MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 4 ed., Petrópolis: Vozes. 1990. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo de Produção Capitalista e Agricultura*. São Paulo: Ática. 2007. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto. 1991.

suas distintas perspectivas, ao privilegiar aqueles que, muitas vezes, não são apresentados pela historiografia que pesquisa esse espaço social.

Conforme conseguimos notar, as fontes orais possuem uma linguagem própria, a qual é permeada pelos caminhos apresentados pela memória do entrevistado quando da sua feitura. Essa linguagem faz dessa metodologia um importante instrumento social, que nos faz perceber não só as vivências e experiências de pessoas comuns, como Arcanjo e Maria do Prado, mas também em que medida suas trajetórias foram e são permeadas pelas conjunturas apresentadas à agricultura brasileira ao longo das últimas décadas. É nessa relação passado/presente que tentamos fazer da metodologia oral um instrumento de luta social, que possibilita aos sujeitos sociais expor suas trajetórias de vida enquanto trabalhadores rurais.

#### 4.6 A influência do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) na organização agrícola do Sudoeste do Paraná

Esse item apresenta para discussão algumas questões relacionadas ao aspecto agrário e fundiário em relação à região Sudoeste do Paraná. Assim, procuro refletir a atuação do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) no município de Verê. Nesse sentido, observou-se a significativa atuação do CAPA como influência nas dinâmicas agrícolas desse município, o que trouxe para discussão as questões que envolvem a caracterização ou a definição de agricultura familiar e de pequenas propriedades.

É importante frisar que, em relação à agricultura, essa região apresenta-se regrada por relações heterogêneas, isto é, não conseguimos enquadrar padrões agrícolas que caracterizariam o espaço. Conforme observamos anteriormente, temos uma forte influência de cooperativas agrícolas e de crédito que, com um significativo aporte financeiro junto a linhas de crédito do governo federal, financiam a produção e implementos agrícolas aos agricultores, possibilitando que eles possam produzir monoculturas como milho e soja, com vistas ao mercado externo. Por outro lado, também se pode verificar nessa região a presença do turismo rural e a produção de alimentos orgânicos, o que nos é mostrado pelo exemplo do trabalho do CAPA no município de Verê. Todas essas relações ainda podem ser complementadas com o progressivo aumento das grandes propriedades agrícolas, ou seja, a caracterização de

pequenas propriedades, antes vistas na historiografia como fruto do movimento dos colonos de 1957, pode não ser mais tão evidente no espaço em questão.

Dessa maneira, inicialmente será apresentada uma breve caracterização do CAPA e seu foco de atuação no município em questão, ao mesmo tempo também esclareço a metodologia usada no trabalho e os objetivos propostos. Cabe salientar que se pretende, nesse ponto, destacar a perspectiva do CAPA em relação a essa questão, isso será feito por meio da entrevista realizada com Jhony Luchmann, coordenador do CAPA no município de Verê.

Em um segundo momento, serão analisados outros aspectos que Luchmann salienta em relação à organização agrária e fundiária do Sudoeste do Paraná e de que maneira o CAPA desempenha suas funções com vistas a essa conjuntura. Nesse sentido, serão elencados aspectos relacionados à concentração fundiária do espaço, refletindo em que medida esse aspecto relaciona-se ao financiamento agrícola – através de políticas públicas.

Por fim, serão apresentadas algumas conclusões, com destaque para sua contribuição para as pesquisas relacionadas à história agrária brasileira, com ênfase para aquelas que dialoguem com os conceitos de pequenas propriedades, agricultura familiar e agroecologia.

#### 4.6.1 A atuação do CAPA no município de Verê

O CAPA, de acordo com as informações fornecidas em sua página *online*, é uma organização da sociedade civil vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.<sup>462</sup> Fundado em 1978, iniciou “suas atividades em 15 de junho de 1979, na cidade de Santa Rosa (RS), com o nome de Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor”. Consta em suas prerrogativas que o órgão foi criado no momento em que pequenos agricultores e agricultoras estavam sendo expulsos do campo pela chamada “Revolução Verde”, a qual pautava a produção agrícola em grande escala por meio de meios mecanizados e com o uso de agrotóxicos. Nesse momento, o CAPA se

---

<sup>462</sup> Quem produziu um importante e interessante trabalho sobre a inserção da igreja luterana entre os agricultores do Sul do Brasil foi o historiador Tarcísio Vanderlinde, que em sua tese de Doutorado em História pensa não só o papel do luteranismo entre os pequenos agricultores, sobretudo alemães, mas também, a história da questão camponesa no Sul do Brasil. Dessa forma, acaba por introduzir em sua pesquisa o papel do CAPA e sua atuação para com os pequenos agricultores. Para maiores esclarecimentos sobre o tema ver: VANDERLINDE, Tarcísio. *Entre Dois Reinos: a inserção luterana entre os pequenos agricultores no Sul do Brasil*. Cascavel/PR: Edunioeste, 2006.

apresentou como uma opção economicamente sustentável para o pequeno proprietário agrícola, oferecendo alternativas para sua permanência no meio rural.<sup>463</sup>

A entrevista oral feita com Jhony Luchmann<sup>464</sup> apresenta alguns aspectos sobre a criação do CAPA e de que maneira inicia sua atuação na região Sul do Brasil, destacando que a década de 1970, “historicamente, foi o maior período de êxodo rural da história do Brasil” e é nesse contexto que o órgão foi criado, conforme esclarece:

E aí também entra um pouco desta questão da agroecologia, lá na década de [19]70 era a agricultura alternativa, então o Capa, frente ao êxodo rural e a Revolução Verde, tava propondo realizar, praticar uma agricultura alternativa ao que estava sendo implantado pelo pacote tecnológico. Então era agricultura alternativa, e aí, desde o início, o Capa sempre trouxe uma alternativa a esse pacote aí, para os agricultores não ficarem, as famílias não ficarem reféns desse modelo, pra ter uma alternativa e nasceu com esse objetivo, pra viabilizar eles em pequenas áreas de terra, pra eles ter uma condição de viver bem, de ter uma renda, consegui se inserir na sociedade também, dignamente. Assim, tem toda a questão social e a gente caminhou pra focar nesse trabalho de dá essa condição de vida adequada pras famílias. E aí, desde o início, a gente vem buscando alternativas, todo o contexto social do final da década de [19]70 pra 80, 90 e as políticas públicas que foram iniciando a partir dos anos 2000, e a gente foi inserindo as cooperativas, os públicos dentro desse [...], dessas políticas que foram surgindo.<sup>465</sup>

Luchmann nos apresenta o contexto de criação do CAPA, em paralelo ao que era apresentado à agricultura brasileira nas décadas de 1970, 80 e 90, com destaque para a Agroecologia como alternativa ao modelo de agricultura proposto pela Revolução Verde. Essas questões estão relacionadas ao modelo de modernização da agricultura como política econômica, proposta apresentada pelo Estado brasileiro e que via nas “ideias oriundas da Revolução Verde” uma “expectativa de superação do subdesenvolvimento por meio de transformações no setor agropecuário”.<sup>466</sup>

Conseguimos notar em que medida o ideal de modernização da agricultura estava alinhado às ideias propagadas pela Revolução Verde. Para Vanessa Fleischfresser, o setor agrícola era visto como “uma barreira ao crescimento econômico, cuja transposição ocorreria com a introdução de técnicas novas de produção,

<sup>463</sup> CENTRO DE APOIO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA – CAPA. Disponível em: <<http://capa.org.br/>> Acesso em 21 de abril de 2017.

<sup>464</sup> Jhony Luchmann possui Mestrado em Agronomia e Graduação em Tecnologia em Horticultura, trabalha no CAPA desde 2011. No ano de 2018 Jhony mudou-se para Marechal Cândido Rondon e passou a trabalhar no CAPA deste município.

<sup>465</sup> LUCHMANN, Jhony. *Entrevista concedida a Tiago A. Orben*. Perímetro urbano do município de Verê/PR: 2 de junho de 2017, duração: 1h 22min. 26segs. p. 5.

<sup>466</sup> FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70*. Curitiba: Livraria do Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988. p. 12.

basicamente químicas, de sementes apropriadas a elas e de mecanização”.<sup>467</sup> Essa conjuntura fica caracterizada pela inserção do pacote tecnológico, que visava à modernização da agricultura, dos meios de produção e de suas técnicas, com o objetivo de produzir em larga escala, com vistas ao abastecimento do mercado interno, além de incrementar as exportações.

De acordo com Luchmann, é para fazer frente a essas políticas que expropriavam grande parcela de produtores rurais do campo brasileiro, que o CAPA se apresenta como alternativa. Colocando-se como opção para as pequenas e médias famílias, no momento em que, historicamente, no Brasil, ocorre um dos maiores fluxos migratórios do campo para a cidade.

Esse cenário sobrepõe a agricultura aos padrões do capital industrial, isso significa que o setor agrícola passa a ficar dependente das tecnologias provenientes da indústria, ao mesmo tempo em que aumentam as desigualdades sociais, conforme esclarece Fleischfresser:

Como consequência desse tipo de modernização, as desigualdades socioeconômicas entre os produtores se acentuam, porque se antes já não dispunham de condições homogêneas de produção, com a introdução de técnicas produtivas externas ao meio rural as diferenças se intensificam.<sup>468</sup>

Soma-se a esses aspectos o tamanho das propriedades. Enquanto para os grandes proprietários, a modernização apresentava-se como um interessante viés para a ampliação da produção e da área de plantio, para os pequenos e médios agricultores era uma barreira, sobretudo, para aqueles que possuíam propriedades em terrenos declivosos ou com baixa fertilidade do solo. Enquanto resultado disso, uma significativa parcela de produtores que não consegue se adaptar a essas condições acabam abandonando o meio rural, ao passo em que aumenta a concentração de terra e o enriquecimento de uma pequena parcela de produtores.

A não adaptação desses pequenos e médios agricultores, que vendem suas propriedades e migram para os centros urbanos, acontece principalmente ligada a “uma certa obrigatoriedade” do uso da tecnologia entre os produtores mercantis. Isso acontece porque o mercado intermediário e consumidor absorve o discurso modernizador e procura uma padronização nos produtos agrícolas – tamanho, peso e qualidade –, desvalorizando aqueles que não se enquadram nesse modelo.

---

<sup>467</sup> Id. Ibid. p. 12.

<sup>468</sup> Id. Ibid. p. 12.

O CAPA inicia sua trajetória inicialmente no Rio Grande do Sul, posteriormente expande sua atuação para os estados de Santa Catarina e do Paraná. No Paraná, além do núcleo Verê também assessora agricultores na região Oeste do Estado, com núcleo no município de Marechal Cândido Rondon.

No município de Verê, o CAPA foi criado no ano de 1997 e tinha como propósito atuar em “prol da agricultura familiar e camponesa de base ecológica”, enquanto núcleo visava a fortalecer esse segmento na região. Está entre suas premissas a produção associativa, solidária e agroecológica, com a intenção de valorizar a agricultura de base familiar e incentivar a preservação do meio ambiente.

Em relação à atuação na região, Luchmann destaca alguns elementos sobre a abrangência do CAPA:

Na verdade, hoje nós estamos aqui fixos no Verê, enquanto escritório e sede, mas a atuação ela é por meio de assessoria. Então a gente presta serviço, assessora alguns municípios, na verdade hoje nós não temos nenhum técnico fora daqui, então todos estão aqui. Agora, alguns momentos é possível, por exemplo, você ter um técnico que está mais distante aqui, por exemplo, uma região mais pra fronteira, como se fosse Capanema alguma coisa a gente teria condições de ter um técnico específico trabalhando naquela região, que viria esporadicamente pra cá, então se divide dessa forma, poderia se dividir, no caso hoje nesse momento não, hoje a equipe toda está presente aqui e daqui sai distribuindo, fazendo atividades na microrregião.<sup>469</sup>

Nesse trecho, Luchmann esclarece alguns elementos em relação à forma de atuação do CAPA e sua abrangência no Sudoeste do Paraná. Cabe salientar, em um primeiro momento, que o trabalho desenvolvido pelo centro é de assessoria, isso significa que prestam assistência técnica aos colonos da região, sobretudo, àqueles interessados em implantar um modelo de produção agroecológico, além, é claro, de assessorar aqueles que já estão inseridos nesse modelo de produção.

Luchmann também esclareceu, na entrevista, que a função essencial do CAPA é prestar assistência aos colonos inseridos ou interessados na produção agroecológica; isso significa que não compram a produção, tampouco vendem. O centro incentiva meios para os colonos se organizarem em cooperativas ou associações e consequentemente vender sua produção, ao mesmo tempo em que ajuda aqueles que procuram uma certificação para seus produtos, principalmente para os que já estão inseridos nesse meio há mais tempo.

---

<sup>469</sup> LUCHMANN, Jhony. *Entrevista concedida a Tiago A. Orben*. Perímetro urbano do município de Verê/PR: 2 de junho de 2017, duração: 1h 22min. 26secs. p. 4.

Em relação à abrangência de atuação do CAPA, no Sudoeste do Paraná, apesar de não possuírem nenhum técnico fora do município de Verê, isso não significa que os técnicos do núcleo não possam atender colonos em municípios mais distantes, como na região mais próxima da fronteira com a Argentina. Além desses elementos, também cabe salientar que o entrevistado destaca que os núcleos de Verê e Marechal Cândido Rondon são os mais recentes na trajetória do CAPA, ou seja, completaram, em 2017, 20 anos de atuação no Estado do Paraná, sendo os últimos criados na região Sul do Brasil.

Ao produzirmos uma fonte oral, colocamo-nos em uma posição delicada, e isso, tem a ver com a noção de “neutralidade” que muitos pesquisadores almejam ao lidar com essa fonte. Alistair Thomson, ao abordar alguns dos desafios para se pensar a história oral fora do mundo ocidental, apresenta-nos algumas provocações extremamente pertinentes para refletirmos seu uso. Ao ponderar a perspectiva internacional da história oral, destaca que, para essa metodologia firmar-se como referência no campo da história ou nas ciências humanas e sociais, precisa ser pensada sem receita, ou seja, indica que não existe uma maneira certa ou um segredo em se fazer história oral:

[...] a entrevista é uma relação que se insere em práticas culturais particulares e que é informada por relações e sistemas de comunicação específicos. Em outras palavras, não existe uma única “maneira certa” de entrevistar, e a maneira que o “bom senso” indica como “certa” para membros da elite branca do sexo masculino pode ser completamente inadequada em outros contextos culturais.<sup>470</sup>

Talvez o maior desafio aqui proposto é fazer com que as pessoas falem com seus “próprios termos” e não como representantes ou influenciados por determinados valores que podem lhes parecer caros no momento da entrevista. Essa talvez seja a maior barreira a ser superada na entrevista aqui apresentada, digo isso porque, em primeiro lugar, o entrevistado fala em nome de um determinado órgão, e isso pode ser determinante para que se apresente um discurso “pronto”, que corrobore com os preceitos defendidos pela instituição a qual representa.

Por outro lado, em última instância, estamos interessados no discurso da instituição, já que exploramos a influência do CAPA na organização agrícola do Sudoeste do Paraná. Nessa conjuntura, a questão se inverte na medida em que a

---

<sup>470</sup> THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: ALBERTI, Verena, FERNANDES, Tania Maria, FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.) *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 48.

formação de Luchmann e sua militância para com a causa agroecológica não irá influenciar no desenvolver de sua narrativa sobre a instituição. Visualizamos, assim, um campo a ser explorado e que precisa ser considerado ao lidarmos com essa fonte. No momento da entrevista, tive essa preocupação e mesmo com um breve roteiro em mãos, constantemente, preocupava-me com tais flutuações que a entrevista oral pode apresentar.

As palavras de Thomson soam como acalentadoras, ao indicar que não podemos nos propor a produzir uma fonte oral a partir de uma “maneira certa”, ao considerar que toda entrevista está inserida “em práticas culturais particulares e que é informada por relações e sistemas de comunicação específicos”.<sup>471</sup> Evidentemente que não consegui explorar todos os meandros da atuação do CAPA na região em questão, ao mesmo tempo em que, possivelmente, a experiência de Luchmann e sua militância tenha prevalecido em alguns momentos. Por outro lado, são os contextos apresentados pelo entrevistado que representam, sob a perspectiva do CAPA, a organização agrária e fundiária do Sudoeste do Paraná.

#### 4.6.2 Financiamento agrícola e concentração fundiária

Este item pretende explorar em que medida o financiamento agrícola influencia na estrutura agrária e fundiária da região estudada. Ao mesmo tempo, também será dado destaque a aspectos relacionados à concentração da propriedade da terra, sobretudo, como reflexo dos processos que pautam o financiamento agrícola no Brasil.

Antes de refletir esse cenário, apresentamos alguns pontos mais gerais sobre a atuação do CAPA no município de Verê e na região Sudoeste do Paraná. Tais aspectos são elencados para indicar em que medida o referido centro de aconselhamento e promoção da agroecologia consegue ter êxito em suas políticas. Em um primeiro momento, Luchmann procura expor um breve histórico de mudanças no nome do CAPA, indicando que, anteriormente, o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia era chamado de “Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor”. Graças às discussões promovidas em relação a essa questão, decidiu-se excluir o termo “pequeno agricultor”, principalmente em razão do debate que existia em torno desse termo, conforme esclarece:

---

<sup>471</sup> Id. Ibid. p. 48.



Porque agora a gente entendia que teoricamente assim, dizer que pequeno agricultor é um termo um pouco pejorativo, então havia um debate bem significativo que a gente promovia muitas vezes, que não eram pequenos agricultores, que eram sim grandes produtores de alimentos, de comida [...].<sup>472</sup>

Na opinião de Luchmann, esses agricultores têm uma “importância social gigantesca” e o nome do CAPA não contemplava essa importância, ao mesmo tempo em que os reduzia, ao lhes taxar como pequenos. Conforme ficou evidente no item anterior, existe toda uma discussão em relação a essa questão, ao considerar que temos também aqueles agricultores que se identificam como pequenos, mas que, muitas vezes, produzem, em suas propriedades, monoculturas. Essa realidade é encontrada com muita facilidade em diferentes regiões do Brasil, inclusive no Sudoeste do Paraná.

Além dessas questões, Luchmann procurou destacar, em sua narrativa, a abrangência de atuação do centro na região, conforme elenca:

[...] a gente tem em torno aí de 10, 12 municípios que a gente tem alguma incidência de fato, não por meio às vezes de uma assessoria técnica, mas a gente tá beneficiando por meio de certificação, a gente tá viabilizando para que as famílias consigam certificar sua unidade produtiva pra vender o alimento como orgânico. Então às vezes uma assessoria mais indireta por meio de uma associação, cooperativa, agricultores que tão, são sócios da cooperativa aqui, que a gente tá aportando, assessorando e beneficiados pela comercialização. Então assim, a gente considera que a gente tem uma atuação microrregional destes municípios.<sup>473</sup>

Luchmann destaca a incidência do CAPA na região, que gira em torno de 10 a 12 municípios, considerando que o Sudoeste do Paraná possui, hoje, 42 municípios; podemos dizer que a atuação desse centro incide em cerca de 25% dos municípios da região. Conforme o próprio entrevistado afirma: “poderia ser muito mais, porque tem demanda de trabalho”. Por outro lado, essa demanda fica reprimida pela falta de aporte financeiro, isso porque 70% dos recursos financeiros que mantêm a atuação do CAPA são basicamente provenientes de um fundo alemão. Luchmann esclarece esses aspectos da seguinte forma:

Então, assim: Nós somos uma ONG financiada pela agência de cooperação internacional chamada “Pão para o Mundo”, “Brotfür die Welt” em alemão, e são projetos trienal, três anos né, e hoje basicamente 70% vem de lá. Então

<sup>472</sup> LUCHMANN, Jhony. *Entrevista concedida a Tiago A. Orben*. Perímetro urbano do município de Verê/PR: 2 de junho de 2017, duração: 1h 22min. 26secs. p. 5.

<sup>473</sup> Id. *Ibid.* p. 7.

teria que ter uma contrapartida local pra gente conseguir aporta esse trabalho pra mais.<sup>474</sup>

Caso o Centro conseguisse atuar em outros municípios da região, seria possível não só incentivar a produção de alimentos orgânicos e a agroecologia, mas também conseguir meios de comercialização dessa produção em associações ou cooperativas. O entrevistado destaca que, no município de Verê, existe a Coopervereda, uma associação de produtores rurais que é assessorada pelo CAPA.

Todavia, para que essa realidade possa ser transformada, depende do empenho das prefeituras da região. Luchmann argumenta que, “historicamente, o Sudoeste – do Paraná – não é uma região de municípios muito bem financeiramente”, e isso faz com que as prefeituras prefiram “inchar a sua folha de pagamento com funcionários contratados e não investir, muitas vezes, em áreas que seriam estratégicas para o município”.<sup>475</sup> É possível identificar, nesse ponto, um aspecto interessante da organização econômica dos municípios da região, isso porque a maioria não possui grandes receitas, ao mesmo tempo em que grande parte da pequena receita que arrecadam fica com o pagamento dos funcionários públicos da prefeitura.

Além disso, Luchmann destaca que muitos municípios investem uma significativa fatia de seu orçamento “em saúde na secretária de saúde e são municípios campeões de uso de agrotóxicos”. O próprio entrevistado enfatiza que não desautoriza o investimento em saúde, mas, sim, a relação sem lógica em se investir tanto em saúde e, ao mesmo tempo, ter municípios na região campeões no uso de agrotóxicos:

Então, tem uma relação bem irônica, você investe todo quase o recurso que a prefeitura tem na saúde, mas na agricultura o orçamento é 2, 3%, 5%, então qual que é a política de fato pra propor alguma coisa pra reduzir o índice de utilização de agrotóxicos, uma coisa assim que fica assim fora de lógica.<sup>476</sup>

No entendimento do entrevistado, essas questões estão relacionadas. O não investimento em um modelo de agricultura agroecológico ou um pequeno investimento, de “2, 3%, 5%”, acaba dando margem para o avanço do agronegócio, que tem, como premissa em seus processos de produção, o uso intensivo de agrotóxicos. Ao mesmo tempo, Luchmann questiona: “por que é que há tantos índices de câncer? Por que é que

---

<sup>474</sup> Id. Ibid. p. 7.

<sup>475</sup> Id. Ibid. p. 7.

<sup>476</sup> Id. Ibid. p. 7.

há tantos índices de depressão no meio rural”<sup>477</sup> Para Luchmann, tais questões estão relacionadas, os municípios acabam tendo que investir mais em saúde por não priorizarem a qualidade de vida das pessoas em relação à produção agrícola e à alimentação. Com um orçamento minúsculo para essas áreas, a produção de alimentos agroecológicos não ganha espaço na agricultura do município e isso está totalmente ligado ao aumento da concentração da propriedade da terra e ao maior investimento em saúde.

É exatamente sobre esses aspectos que dialogaremos em seguida, sobretudo em relação à concentração da propriedade da terra. Essa realidade é cada vez mais visualizada na região estudada, com destaque tanto para o aumento das grandes propriedades, como para o número de arrendamento da terra. Nesse caso, muitos médios proprietários, que plantam até 10 alqueires, por possuírem implementos agrícolas, conseguem aumentar a área de plantio por meio do arrendamento, principalmente das terras pertencentes aos pequenos produtores. Luchmann nos aponta algumas questões relacionadas a isso:

É, o que eu estou percebendo assim é que há uma concentração de terra, não propriamente de compra, mas de arrendamento, isso a gente tem, algumas famílias que estão aí com uma área bem significativa de plantio, mas que não são proprietários, são arrendatários, isso de certa forma é uma concentração, mas hoje a expressão da distribuição no nosso território aqui é o agronegócio! Então ele que fala mais alto, então ele que domina toda a questão de terra aqui, de plantio e aí assim, todo o sistema tá desenhado pra atender as demandas dele e aí a gente tem observado algumas situações que, as famílias estão vendendo as propriedades, as menores, às vezes assim o cara tem 10, 15 alqueires, um agricultor grande né! Consideravelmente grande e aí tem um cara do lado, um vizinho que tem dois, três alqueires, mas uma terra boa! Faz uma proposta gigantesca e aí compra, compra mesmo, porque às vezes faz umas loucuras de oferta 2.500 mil e quinhentos [aproximadamente 160 mil reais por alqueire] sacos de soja, então se a terra é boa.<sup>478</sup>

Os pequenos proprietários que, muitas vezes, acabam arrendando sua terra ou vendendo, são, na maioria dos casos, agricultores que não conseguem se adequar ao modelo de produção agrícola ligada ao agronegócio, ao mesmo tempo em que não são absorvidos pela produção de alimentos orgânicos. Por vezes, falta assistência técnica, financiamento ou mesmo incredulidade nesse modo de produção, por acreditarem que esse modelo de agricultura “não dá dinheiro”. Além disso, os pontos destacados por

---

<sup>477</sup> Id. Ibid. p. 7.

<sup>478</sup> Id. Ibid. p. 14.

Luchmann contradizem a tese de que a região Sudoeste do Paraná tem uma estrutura fundiária diferenciada com vistas aos levantamentos de 1957.

Para entendermos de maneira mais apurada de que maneira a estrutura fundiária da região tem se modificado nas últimas décadas, apresentadas na sequência alguns números em relação a isso:

**Tabela 4: Número de estabelecimentos Mesorregião Sudoeste do Paraná em relação aos grupos de área em hectares.**

Mesorregião – Sudoeste do Paraná	1995-1996		2006	
	Estab.	%	Estab.	%
0 a 10 ha	20.658	43,7%	20.099	45,2%
10 a 100 ha	25.383	53,7%	22.113	49,7%
100 a 1.000 ha	1.223	2,6%	1.230	2,8%
1.000 ha e mais	12	0,0%	19	0,0%
Não declarado	1	0,0%	1.018	2,3%
Total	47.277	100,0%	44.479	100,0%

Tabela organizada pelo autor, com base nos dados disponibilizados pelo IBGE, referente aos Censos Agropecuários de 1995-1996 e 2006.

Antes de analisarmos a tabela é importante salientar que os dados do Censo Agropecuário de 2017 referentes a este segmento ainda não foram divulgados, o que certamente ajudaria para compreendermos de maneira mais acurada a estrutura fundiária da região. De qualquer forma, notamos que de 1995-96 a 2006 ocorreu uma ligeira concentração da propriedade da terra no Sudoeste do Paraná, isso pode se verificar na diminuição no número de propriedades com menos de 10 ha e na variável de 10 a menos de 100 ha. Por outro lado, temos um leve aumento no número de estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 ha e naqueles com mais de 1.000 hectares. Também precisamos considerar que ocorreu um salto gigantesco no número de propriedades não declaradas, se em 1995-96 era apenas uma, em 2006 são mais de mil propriedades que não são declaradas, o que pode ser um indício da concentração da propriedade da terra, já que estas propriedades poderiam estar em situação irregular e por esse motivo não foram declaradas.

Outro aspecto que devemos ponderar é que a fração que concentra o maior número de estabelecimentos é muito ampla, pois, engloba estabelecimentos de 10 a 100 hectares, sendo que, uma propriedade com 80 ou mesmo 100 hectares na região Sudoeste – dada a sua geografia agrícola – já pode ser considerada uma grande propriedade.

Mas, essa concentração da propriedade da terra fica mais evidente quando analisamos a área destes estabelecimentos:

**Tabela 5: Área dos estabelecimentos agropecuários da Mesorregião Sudoeste do Paraná em relação aos grupos de área em hectares.**

Mesorregião – Sudoeste do Paraná	1995-1996		2006	
	Área (ha)	Part.(%)	Área (ha)	Part.(%)
0 a 10 ha	115.342	11,2%	100.229	10,3%
10 a 100 ha	633.396	61,4%	558.620	57,6%
100 a 1.000 ha	261.672	25,4%	268.703	27,7%
1.000 ha e mais	21.191	2,1%	42.400	4,4%
Não declarado				
Total	1.031.602	100,0%	969.952	100,0%

Tabela organizada pelo autor, com base nos dados disponibilizados pelo IBGE, referente aos Censos Agropecuários de 1995-1996 e 2006.

Com base nesses dados, podemos concluir que os segmentos de menos de 10 ha e de 10 a 100 ha, tiveram uma significativa queda, ou seja, quase 90.00 mil hectares que deixam de pertencer a esses segmentos. Por outro lado, na variável de 100 a menos de 1.000 ha tivemos um ligeiro acréscimo de pouco mais de 7 mil hectares, enquanto que o maior salto fica com a fração de mais de 1.000 hectares, que passa dos poucos mais de 21.000 mil hectares, para o dobro disso com mais de 42.400 hectares em 2006.

Também devemos considerar que a área total teve uma relativa queda, enquanto que, não foram considerados os parâmetros de “não declarados”. De qualquer maneira, os números são significativos e evidenciam uma tendência a concentração da propriedade da terra.

Voltando nosso olhar à realidade que nos foi exposta por meio da entrevista de Luchmann, podemos constatar de que maneira o agronegócio tem avançado nesse espaço. Assim, o fato de supostamente existir um número elevado de pequenas e médias propriedades não tem significado um entrave para o desenvolvimento desse modo de produção agrícola. Isso se reflete na concentração da propriedade da terra, ou seja, no aumento do número de grandes proprietários, “tem famílias aí que tem, são grandes produtores já, pega aí famílias que tem 300, 400 alqueires de terra, passa de 1.000 hectares”.<sup>479</sup>

<sup>479</sup> Id. Ibid. p. 14.

Além disso, outro ponto que deve ser considerado e que está totalmente relacionado à concentração da propriedade da terra é o financiamento agrícola. Atualmente, o governo federal por meio do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) disponibiliza linhas de crédito para os pequenos e médios agricultores, principalmente por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Pronafinho para microcrédito, além, é claro, de diversas outras linhas. Existem também linhas de financiamento para investimentos em implementos agrícolas ou mesmo para a modernização da propriedade, para novos equipamentos, estufas, resfriadores de leite, etc.

Todos esses benefícios são direcionados aos pequenos e médios agricultores, desde que se enquadrem nas premissas do governo em relação ao crédito agrícola. Observando sob essa perspectiva, teoricamente, ocorreria uma valorização dos pequenos agricultores, além de incrementos na propriedade e possibilidade de maior diversidade na produção. Todavia, não é exatamente essa a realidade encontrada em várias regiões do Brasil e, em muitos casos, no Sudoeste do Paraná. Na entrevista de Luchmann, graças à proximidade que o entrevistado tem com esses processos, é possível perceber em que medida o crédito agrícola concedido pelo governo federal acaba financiando muito mais o agronegócio do que uma experiência familiar de produção agroecológica, conforme esclarece:

Esse é um tema bem delicado, porque assim, algumas cooperativas aí nasceram com o objetivo de fato de atender a agricultura propriamente bem familiar e hoje tão financiando a rodo o agronegócio. Então esse tema é bem delicado, porque muitas vezes as famílias que a gente acompanha precisavam de um investimento de 4 mil reais, 5 mil reais, que ia ajudar muito a propriedade! Às vezes a compra de um micro trator usado, às vezes a construção de duas ou três estufas, às vezes a implantação de um sistema de irrigação, às vezes é adquirir mudas de frutas, e aí assim, a burocracia que o banco coloca pra fazer o investimento é muito grande e aí esses 4, 5 mil reais, 10 mil reais, não compensa pra eles, daí assim, você financia uma lavoura aí, faz um investimento pra um soja, um milho aí que financia 100, 150, 200 mil aí é uma questão lógica de capital. Então, tem dificuldades, sim!<sup>480</sup>

Em primeiro lugar, é importante destacar que Luchmann trata o tema como “delicado”, ou seja, o entrevistado, na qualidade de entendedor da realidade agrícola da região, ao expor o tema do financiamento agrícola como delicado, indica-nos que existem inúmeros problemas em relação a isso, sobretudo para pequenos ou microcréditos. O que Luchmann destaca é que a burocracia apresentada pelos bancos

---

<sup>480</sup> Id. Ibid. p. 12, 13.

para se fazer um financiamento, tanto de custeio quanto de investimento, é muito grande. Assim, não é muito vantajoso para as cooperativas de crédito – Cresol, Sicredi, Sicoob ou mesmo o Banco do Brasil – fazer o processo burocrático para um financiamento de até 15 mil reais, recurso qual seria essencial para um pequeno agricultor.

O entrevistado questiona o fato de muitas dessas cooperativas de crédito terem se desenvolvido nas últimas décadas, graças a essas linhas de crédito para a agricultura familiar, ao passo que acabam financiando “a rodo” o agronegócio. Esse processo acontece porque, a partir do momento em que os pequenos e médios agricultores não conseguem microcréditos para modernizar suas propriedades, acabam cedendo às pressões do agronegócio, vendem ou arrendam suas propriedades para aqueles que conseguem produzir em maior escala e que, ao mesmo tempo, financiam valores maiores, de “100, 150, 200 mil”. Conforme esclarece Luchmann, “é uma questão lógica de capital”, aqueles que possuem mais recursos acabam obtendo maior sucesso na agricultura, neste caso, com o modelo agronegociante, que preza pelo plantio de monoculturas, sobretudo soja, milho e trigo como cultura de inverno.

Evidentemente que essas questões não estão restritas a apenas esses elementos. Existe todo um círculo econômico que se retroalimenta com a manutenção desse modelo de produção agrícola – tanto revendedoras de máquinas de grande porte, quanto vendedores de insumos e agrotóxicos. Sabe-se que todas essas relações pautam questões econômicas e movimentam diferentes setores da economia local e regional. Por outro lado, também exclui, desse processo, aquele que não é conveniente à lógica de reprodução social do capital. Tanto para o estado capitalista, quanto para as relações de reprodução da vida econômica em nível local, é mais interessante o modelo de agricultura agronegociante que, mesmo não sendo o ideal para todos, é o ideal no aspecto econômico.

A partir das considerações apresentadas, esse item pretende contribuir para as discussões relacionadas à produção de produtos orgânicos ou a agroecologia. Para tanto, utilizando-se do método de história oral, foi privilegiado o trabalho do CAPA, com destaque para a região Sudoeste do Paraná e o município de Verê, local onde essa entidade possui um dos seus núcleos de atuação junto aos agricultores.

Além dessas questões, procurou-se destacar a heterogeneidades de relações que podem ser verificadas na estrutura agrária e fundiária da região Sudoeste do Paraná, com ênfase para a medida em que podem ser verificadas diferentes relações econômicas

e sociais ligadas à agricultura nesse espaço. Nesse contexto, constatou-se que o CAPA exerce significativa influência na organização agrícola do espaço em destaque, sobretudo enquanto assessoria técnica para os agricultores interessados em uma produção orgânica ou agroecológica.

Todavia, conforme se evidenciou, o CAPA encontra muitas dificuldades para expandir sua abrangência no espaço em questão, tanto no aspecto ideológico – pois, muitos não creem nesse modelo enquanto lucrativo em suas atividades agrícolas – quanto na questão econômica, em relação à falta de incentivos dos municípios. Ao mesmo tempo em que os recursos – disponibilizados pelo BNDES – que, teoricamente, poderiam beneficiar esse grupo de pequenos e médios agricultores, acabam sendo direcionados – por meio das cooperativas de crédito – para o financiamento de um modelo de agricultura alinhada ao agronegócio.

Infelizmente essa conjuntura é encontrada com certa facilidade em diferentes regiões do Brasil, em especial na região Centro Sul, que concentra grande número de cooperativas agrícolas e de crédito, as quais, ao reproduzirem e incentivar esse modelo de agricultura – agronegociante –, junto aos médios agricultores, acabam consolidando e aumentando as desigualdades sociais e a contratação da propriedade da terra. Conforme ficou evidente na entrevista de Luchmann, existe demanda para o desenvolvimento de práticas agroecológicas na agricultura brasileira. Por outro lado, é necessário mais incentivo financeiro dos municípios em nível local e, principalmente, maior força de vontade das cooperativas de crédito, para que a expansão desse modelo de agricultura possa realmente acontecer.

Além disso, em relação à estrutura fundiária da região, cabe elencar a significativa retração do modelo de pequenas propriedades que, se em algum momento foi fruto do movimento social de 1957, tem perdido cada vez mais essas características, graças ao avanço do agronegócio que, ao mesmo tempo em que diminui o número de pequenas propriedades, concentra a posse da terra.

#### 4.7 Narrativas sobre o trabalho rural com alimentos orgânicos

Para finalizarmos o presente trabalho, serão expostas, a seguir, algumas vivências agrícolas do casal de agricultores Décio Cagnine e Izolete Bornhofen Cagnine, os quais produzem, em sua pequena propriedade agrícola, no município de Verê, alimentos orgânicos. Certamente não caberia encermos essa extensa empreitada



com narrativas de agricultores possuidores de grandes e médias propriedades agrícolas, que produzem monoculturas para o mercado externo – vinculados ao agronegócio monocultor. Não por tais experiências não terem validade acadêmica – pelo contrário, acredito que seja exatamente esse o caminho a ser percorrido para aprofundarmos e conhecermos sob que bases o agronegócio brasileiro está sustentado e o que lhe dá credibilidade na economia mundial –, mas, sim, para pensarmos em que medida o que resta da caracterização fundiária de pequenas propriedades dessa região pode ser apropriada para práticas agrícolas que, de fato, produzem alimentos saudáveis à mesa dos brasileiros. Conforme evidenciado, a entrevista foi realizada com o senhor Décio Cagnine e sua esposa Izolete Bornhofen Cagnine, na ensolarada tarde de sábado, dia 21 de maio de 2018. O local escolhido foi a residência dos entrevistados, na comunidade rural de Vila Colonial, município de Verê-PR.

Antes de maiores considerações acerca das experiências e vivências de Décio e Izolete, é importante salientar que muitos dos aspectos agrícolas expostos pelos entrevistados dialogam com as informações apresentados por Jhony Luchmann em relação à atuação do Capa. A correspondência existente entre o Capa e a propriedade agrícola de Décio e Izolete é muito significativa, primeiro porque o Capa é um dos principais meios de apoio aos agricultores que produzem alimentos orgânicos e agroecológicos no Sudoeste do Paraná, em especial no município de Verê, local onde – conforme verificamos anteriormente – está localizado um dos escritórios do órgão, segundo porque o próprio Décio – isso eu somente fui descobrir após ter iniciado a entrevista – trabalha no Capa de Verê, prestando assessoria aos agricultores do próprio município e dos demais municípios da região, em termos de produção agrícola orgânica ou agroecológica. Ou seja, a significativa experiência de Décio com a produção orgânica, desde o início dos anos 2000, fez com que ele fosse trabalhar no Capa de Verê.

Porém, o que me levou até Décio e Izolete não foi o contato com o Capa, mas, sim, o evidente sucesso que a Cooperativa dos Produtores Orgânicos e Agroecológicos do Sudoeste do Paraná – Coopervereda – tem nessa região. Desse modo, coincidência ou não, a Coopervereda está situada no município de Verê e, no momento, é a principal cooperativa de produtos orgânicos e agroecológicos da região. Assim, a partir do contato estabelecido com funcionários dessa cooperativa, foi-me indicado o nome de Décio e Izolete como excelentes agricultores para narrar suas vivências com a produção de produtos orgânicos.

As narrativas de Jhony e Décio possuem pontos de interconexão, mas ambas têm suas próprias peculiaridades. No momento da entrevista, Décio estava com 54 anos. Ele nasceu na propriedade onde reside, a qual pertencia aos seus pais, os quais tiveram uma trajetória muito similar a de muitos agricultores que migram para o Sudoeste do Paraná, no contexto de instabilidade social vivido em relação à posse da terra. Agricultores, migrantes de Cacique Doble-RS, possuíam uma pequena propriedade no Rio Grande do Sul e decidem migrar para o Paraná no ano de 1954, em busca de terras mais férteis e menos montanhosas. Nesse sentido, o entrevistado salienta que seus pais tiveram 14 filhos, dos quais 12 ainda estão vivos.

Sob essa perspectiva, Décio destaca de que maneira a área inicial de seu pai foi dividida entre os irmãos, fazendo com que ele ficasse com os três alqueires e meio onde reside hoje com sua esposa e dois filhos: “a área era de 50 hectares e aí ele foi, foram dividindo, dois alqueires pra um, dois alqueires pra outro, sobraram três alqueires e meio aqui para mim, daí estou com a propriedade e com o terreno ainda”.<sup>481</sup>

Conforme evidenciamos, Décio tem toda uma trajetória ligada à terra, já que seus pais eram os detentores da propriedade que possui hoje. Ele, evidentemente, não tem todo o terreno que seus pais tinham, mas frisou, ao longo da entrevista, que sua família consegue tirar grande parte do sustento da propriedade. Izolete também tem um percurso similar ao de Décio, seus pais residem em uma propriedade agrícola significativamente próxima a dos entrevistados e também não possuem muita terra. De acordo com Izolete, a propriedade de seu pai tem apenas cinco alqueires e meio.

Após conhecer um pouco das trajetórias de Décio e Izolete, ligadas à agricultura, interoguei-os em relação às culturas agrícolas que ganham mais evidência em sua propriedade, ao que Décio enfatizou:

As minhas atividades principais aqui é hortaliças e frutas orgânicas, todas elas orgânicas. No começo a gente começou, bem no começo há uns 25 anos atrás eu tinha fruticultura convencional e aí depois, uns praticamente uns 16, 17 anos atrás, aqueles cultivares que daquela época eram os bons passaram a não ser mais. Então uma parte começou a adoecer e aí a gente retirou, aí a gente não trabalhou mais com fruticultura e aí nesse intermediário a gente começou a trabalhar com hortaliças, mas já começando a trabalhar com hortaliças orgânicas.<sup>482</sup>

---

<sup>481</sup> CAGNINE, Décio; CAGNINE, Izolete Bornhofen. *Entrevista concedida a Tiago A. Orben*. Comunidade rural de Vila Colonial, Verê/PR: 21 de maio de 2018, duração: 1h 26min. 2segs. p. 2.

<sup>482</sup> Id. Ibid. p. 2, 3.

O primeiro ponto que podemos destacar sobre as culturas agrícolas na propriedade de Décio e Izolete é em relação às frutas e hortaliças, já que são essas culturas que se destacam e ganham significativa atenção no dia a dia de trabalho de Décio e sua família. Desse modo, é possível notar que o entrevistado demonstra, logo de início, ter todo um conhecimento na área de produção orgânica. Consegui perceber que isso se deve, em grande medida, por dois fatores: primeiro, pela experiência de Décio e Izolete nesse modelo de agricultura, há mais de 20 anos trabalhando com fruticultura e com pelo menos 16 anos com frutas e hortaliças orgânicas; o segundo fator, não revelado nesse momento, deve-se à formação de Décio, que possui curso Técnico Florestal, além de outras especializações em horticultura orgânica.

Nosso entrevistado não é um simples agricultor que se aventura na produção de produtos orgânicos e agroecológicos, conforme fica claro no desenvolvimento de sua narrativa, ele possui larga experiência nesse meio agrícola com um vasto conhecimento técnico, que o faz, inclusive, prestar assessoria técnica sobre o tema a outros agricultores da região.

Contudo, todo esse conhecimento que Décio expõe, em relação à área que atua, foi duramente conquistado, tendo como um dos principais obstáculos o preconceito e o pouco crédito que os agricultores da região davam a agricultura orgânica, em fins da década de 1990 e início dos anos 2000. De acordo com que o próprio entrevistado evidencia:

[...] então se a gente volta no tempo lá quando eu comecei a produção orgânica era muito tímida, quase ninguém. Tanto é que eles tachavam nós que trabalhava no Capa como uns loco: “aqueles loco do Capa querendo, imagine, querendo planta tomate sem usa veneno!”. “Imagine aqueles cara, aqueles loco lá planta alface e não usar veneno”. E nós quietos no nosso canto.<sup>483</sup>

A inserção de um modelo de agricultura diferente daqueles vivenciados pelos agricultores da região causou um claro estranhamento e se tornou até motivo de chacota, já que a grande maioria dos agricultores não acreditava ser possível o desenvolvimento de culturas agrícolas sem o uso de veneno, ainda mais uma “cultura vil”, como o tomate ou a alface. Outro preconceito que recaía sobre os agricultores era em relação ao pouco retorno financeiro que a produção orgânica traria, já que a região não tem grandes e médias cidades e, além do mais, a produção agrícola convencional, naquele período,

---

<sup>483</sup> Id. Ibid. p. 3.

apesar de não ter a segurança econômica que tem hoje, ainda era vista como mais confiável do que o cultivo de produtos orgânicos.

É sobre todas essas particularidades que Décio e sua família, bem como os demais agricultores da região, que optam por esse modelo de agricultura, precisam transpor para inserirem-se em um modelo de produção orgânica que lhes dê retorno financeiro. Assim, Décio enfatiza que a passagem da agricultura convencional para a orgânica não foi fácil, principalmente em razão do pouco conhecimento que ele e os demais entusiastas da ideia tinham sobre o assunto no Sudoeste do Paraná.

Décio menciona que, no início, como sua propriedade está localizada próximo da sede urbana do município de Verê, ele, juntamente a outros técnicos do Capa e demais interessados nas culturas agrícolas orgânicas, optavam por fazer experimentos em sua propriedade, já que era a de mais fácil acesso. Isso fez com que Décio sentisse as dificuldades dessa transição de forma muito mais impactante, já que a maioria dos experimentos e, conseqüentemente, erros aconteciam em sua propriedade agrícola.

Sobre as dificuldades iniciais, um dos pontos ressaltados pelo entrevistado foi a questão das dimensões das estufas:

[...] já no começo, já começamos a botar estufa plástica, que aquela época estufa plástica na região não tinha e aí a gente olhava muito pros aviário de frango, que naquela época lá era 10 por 50 [metros] o padrão, nós achamos, vamos fazer, vamos começar a montar estufa de 10 por 50, bem grande sabe, “nossa imagina!”. Mas não deu nada certo porque era muito grande e nos primeiros ventos que dava levava embora.<sup>484</sup>

Como não tinha referências nesse modelo de produção, as primeiras estufas plásticas construídas na propriedade de Décio tiveram que ser reconstruídas; muito disso se deve ao vento que arrancava o plástico e fazia com que todo o esforço de Décio e sua família “fosse pelos ares” literalmente. Sobre esse contexto, Izolete arrancou gargalhadas de todos os presentes na entrevista, quando enfatizou que reconstruíam a estufa e “Daí toda vez era ‘o vento levou!’”. Ou seja, o modelo de estufa que estavam utilizando, 10 X 50, não suportava a força do vento, o que fazia com que perdessem todo o investimento e trabalho empregado na construção.

Décio destacou que não foi somente o vento um entrave em seus primeiros anos na produção de produtos orgânicos. A estufa, nas dimensões indicadas pelos entrevistados, isto é, de 10 metros de largura por 50 de comprimento, não permitia que

---

<sup>484</sup> Id. Ibid. p. 4.

eles tivessem grande rotação de culturas, além de dificultar o controle de pragas e doenças. Assim, esse modelo de estufa precisou ser rapidamente abandonado, sendo diminuída, ao longo dos anos, chegando, atualmente, a uma dimensão considerada ideal pelo entrevistado, que é de 5 metros de largura por 21 de comprimento.

Nessas dimensões, de acordo com Décio, torna-se mais fácil o controle de pragas e doenças, evitando a perda de toda a produção, além de a estufa ser mais resistente às forças do vento.

Conforme evidenciamos, Décio e Izolete nos expõem interessantes narrativas sobre a inserção da família na produção agrícola orgânica. Porém, evidentemente que a assessoria do Capa não foi suficiente para o avanço da produção orgânica no município de Verê e na região. Um dos fatores que influenciou o desenvolvimento da produção orgânica em Verê foi a Associação dos Produtores Agroecológicos – Apav –, que posteriormente, transformar-se-ia na atual Coopervereda, conforme menciona Décio:

Em 2001 foi criada a Apav, Associação dos Produtores Agroecológicos, Apav, associação enfim. E aí ela conseguiu lá, não sei como, isso raro no Paraná, só duas associações que conseguiram ter nota de venda e a Apav tinha. Mas a associação ela se restringe muito aos vários, digamos assim, questão de recursos, quando é uma cooperativa é muito mais fácil de conseguir recursos, quando é uma cooperativa ela têm os benefícios e têm os[...]. Você pode destinar sobras, enfim, tem uma série de vantagens de ser cooperativa e a associação, ela tava muito restrita. Então pensou-se em formar uma cooperativa para ampliar mais, tanto é que ela é do Sudoeste do Paraná. Então pega, temos sócios de vários municípios já e pra gente pensar em crescer mais, como cooperativa pensar em crescer mais e ficar dentro de uma, ficar mais legal [juridicamente], digamos assim. Foi criada, se não me engano, acho que em 2014, então, até ela agora que digamos assim ela tá começando a se estabilizar e começa a melhorar também.<sup>485</sup>

Décio nos apresenta um panorama geral da atuação da Apav, desde 2001, data da sua criação, até 2014, quando é extinta para dar lugar à Coopervereda. É interessante notar as motivações que levam os agricultores a abandonar a associação e a inserirem-se no modelo cooperativista. De acordo com o entrevistado, isso se deve, primeiramente, porque a associação estava muito restrita ao município de Verê, mesmo sendo uma das poucas associações do estado do Paraná que possuía nota de venda de seus produtos. Todavia, além disso, o entrevistado menciona que o modelo cooperativista pode proporcionar uma série de vantagens aos sócios, a exemplo da destinação de sobras financeiras.

---

<sup>485</sup> Id. Ibid. p. 13.

Notamos em que medida subsistem perspectivas agrícolas distintas de cooperativismo na região estudada, já que, conforme evidenciamos anteriormente, existe uma forte presença de cooperativas de crédito e agrícolas a partir do modelo de produção agrícola agronegociante. Porém, isso não excluiu a possibilidade de que tenhamos cooperativas que trabalhem com um modelo de agricultura diferente, como a agricultura orgânica ou agroecológica. Afinal, apesar da grande expressão que o modelo cooperativista ganha junto ao agronegócio, não é somente a partir desse padrão que ele pode apresentar-se.

Evidentemente que a inserção da Coopervereda na agricultura da região não chega nem próximo a de outras cooperativas, como a Coasul, que tem mais de 7.000 associados. A Coopervereda tem em torno de 40 famílias, em sua maioria do município de Verê, apesar de possuir sócios nos municípios de Itapejara do Oeste, São Jorge do Oeste e Dois Vizinhos.

Desse modo, Décio salienta que nem todos os agricultores que fazem parte da cooperativa estão totalmente inseridos na produção de alimentos orgânicos, muitos ainda estão em processo de transição da agricultura convencional para a orgânica, isso significa que esses agricultores não produzem somente alimentos orgânicos em sua propriedade, mas também convencionais. Nesse sentido, tanto o Capa quanto a própria cooperativa orientam uma transição aos produtores, ou seja, faz-se um plano de manejo da propriedade para que, dentro de algum tempo, ela seja totalmente orgânica.

Décio também esclareceu que esse processo de transição do convencional para o orgânico influencia no processo de certificação, já que, de acordo com o modelo de produção praticado na propriedade agrícola, totalmente orgânico ou parcialmente, muda-se também a certificação.

Sob essa perspectiva, questiono, na sequência da entrevista, a questão da assistência técnica institucional aos agricultores orgânicos, o que Décio destaca da seguinte maneira:

Não! Emater [Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural] não, acho que eles nem sabe onde eu moro! [alguns risos]. Não sei se sabem, mas, enfim assim, não tem. O que a gente faz é assim, como a minha propriedade é uma propriedade, assim, que a gente faz muita pesquisa aqui, a gente faz parcerias com as universidades.<sup>486</sup>

---

<sup>486</sup> Id. Ibid. p. 15.

Notamos de que maneira Décio destaca a presença e influência de órgãos institucionais para assistência aos agricultores da região. Assim, é interessante observar que o entrevistado menciona a Emater, órgão que, teoricamente, deveria prestar assistência técnica e extensão rural aos agricultores da região, mas que, de acordo com o entrevistado, não oferece de forma satisfatória esses serviços. Décio chega inclusive a afirmar que acredita que “eles”, os funcionários da Emater, não sabem nem “onde” ele reside, tamanho o desinteresse que eles têm por políticas agrícolas nesse sentido.

Evidentemente que Décio elabora esse discurso não só por ser agricultor orgânico, mas também pela posição que ocupa no Capa, isto é, certamente o fato de fazer parte de um órgão que assessora agricultores orgânicos e agroecológicos, faz com que ele elabore uma narrativa crítica quanto às políticas públicas de assistência à produção agrícola orgânica. Dessa forma, sua subjetividade narrativa está implícita nas suas vivências e é explicitada na construção do discurso narrativo, que o leva a ver com desdém alguns órgãos governamentais, nesse caso, a Emater.

Porém, uma questão que merece atenção é em relação às parcerias que Décio faz com universidades, já que, no dia da entrevista, mencionou “uma parceria com a UTF[PR] de Pato Branco”, mais especificamente com um professor doutor na área de fruticultura. Assim, enfatizou que, em mais de uma oportunidade, desenvolveram experimentos com tomate e morango, práticas sobre as quais não só desenvolvem pesquisas, como também fornecem mais conhecimento sobre o assunto a Décio e sua família.

Outro ponto interessante da narrativa de Décio e Izolete é quando tratam da comercialização da produção agrícola. Sublinham que boa parte é vendida na própria propriedade, já que muitas pessoas do município já sabem que Décio e Izolete produzem alimentos orgânicos, assim, sempre que a notícia se espalha sobre a colheita de verduras, tomate ou algum outro alimento, com frequência, aparecem compradores na própria residência. A título de exemplo, no dia em que estava sendo gravada a entrevista, chegou à propriedade um sujeito com a intenção de comprar alface, o qual foi prontamente atendido por Izolete.

Além da produção comercializada na propriedade, grande parte do que é produzido é entregue na cooperativa Coopervereda, a qual vende uma pequena parcela no mercadinho que possui na cidade de Verê, enquanto o restante é comercializado por intermédio de políticas públicas. De acordo com o que menciona Décio, quando interpelado sobre a venda de alimentos a partir de políticas públicas:

Sim, tudo é política pública! Toda a cooperativa ela, assim, o mercado institucional na verdade é PAA, que é Programa de Aquisição de Alimentos, que é um programa que é da Conab [Companhia Nacional de Abastecimento], onde o agricultor produz e entrega pra cooperativa, a cooperativa entrega pras entidades, pra Sesc Mesa Brasil, pras escolas, pras Creches, APAE, APMI. Enfim, entrega, pega faz a nota de tudo que entrega no mês, manda pra Conab, a Conab ela soma isso, confere a documentação e libera o dinheiro no banco pra cooperativa, a cooperativa pega o dinheiro e paga os agricultor, quer dizer é um dinheiro que, o produtor produz aqui, mas o dinheiro vem de fora e ele fica no município, essa é uma política pública.<sup>487</sup>

Décio nos esclarece de que maneira uma política pública, no caso, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, beneficia a cooperativa e os agricultores cooperados. Menciona, assim, que toda a produção que a cooperativa recebe é direcionada para o mercado institucional, com exceção, evidentemente, da parcela que é comercializada no mercadinho, afora isso, a produção está vinculada aos programas públicos, que, nas palavras do entrevistado, trazem inúmeras vantagens ao município, tanto financeiras quanto alimentícias. Primeiramente porque se trata de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, os quais são oferecidos para escolas, Creches, APAE e APMI(s) dos municípios da região e, depois, porque o governo paga a cooperativa e esta repassa o valor aos agricultores, o que significa uma injeção financeira na economia do município e da região.

Porém, não é somente essa política pública que sustenta os agricultores e a cooperativa. Décio menciona também o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE –, cujos recursos são oriundos do governo estadual e federal em parceria. O entrevistado sinaliza que esse programa: “é alimentação pras escolas estaduais, então também, a cooperativa acessa, tanto é que ela vai entregar no município do Verê e no município de São João esse ano”.<sup>488</sup> Ou seja, a cooperativa já firmou contratos, com os municípios de Verê e São João, para fornecer alimentos orgânicos para as escolas estaduais destes municípios no ano de 2018.

Além das vendas por intermédio de políticas públicas a nível federal e estadual, Décio também expressa as vendas que são realizadas diretamente com a administração municipal de Verê – “tem a merenda municipal, que é pros colégios municipais. Então a prefeitura, ela demanda tantos pés de alface, ela demanda as hortaliças, passa pra

---

<sup>487</sup> Id. Ibid. p. 16, 17.

<sup>488</sup> Id. Ibid. p. 17.



cooperativa, a cooperativa faz”.<sup>489</sup> Décio indica que, nessas transações a nível municipal, a cooperativa consegue negociar o preço diretamente com a prefeitura, o que não só beneficia a cooperativa, mas os agricultores também.

A partir desse cenário, é interessante notar em que medida Décio e Izolete valorizam a atuação da Coopervereda ao longo de suas narrativas, demonstrando abertamente, não só uma defesa da cooperativa, mas daquilo que ela representa aos agricultores da região que produzem alimentos orgânicos. Suas narrativas constituem-se como diálogo, primeiro, com a realidade que vivenciam em suas práticas diárias como agricultores e, segundo, na atuação que ambos têm, no Capa, no caso de Décio, e na Coopervereda, no caso de Izolete, ao considerar que exaltou em sua narrativa que trabalha alguns dias da semana para a agroindústria da cooperativa.

É nesse ponto que as narrativas expõem-se como diálogo. Evidentemente, os entrevistados não elaboram seus discursos como meros agricultores, tampouco apenas como representantes de entidades que defendem a produção orgânica e agroecológica, mas, sim, nesse ínterim, que os constituem tanto como agricultores produtores de alimentos orgânicos como na qualidade de defensores desse modelo de agricultura, que, há tanto tempo, constitui suas vivências.

Um dos itens que me chamou atenção, ao longo da narrativa de Décio, talvez por eu não conhecer essa realidade com tamanha clareza quanto os meus entrevistados, foi a questão da retração das políticas públicas que auxiliam a venda da produção orgânica dos agricultores, os famosos PAAs. Décio, ao se referir à questão política brasileira e à forma como isso impacta nas políticas públicas voltadas a agricultura familiar, afirma:

Eu vejo assim que o agronegócio ele tá, ele tá tão presente, ele tá tão vivo nos comandantes lá de cima que dificilmente a gente vai conseguir reverter isso. Então, o que eu penso, assim, é que se a gente conseguisse pelo menos resistir a esse pessoal, porque assim, não tem interesse em ter agricultura orgânica, não tem pro governo, pros governantes, não tem interesse. Pra eles o que interessa é agronegócio, é exporta, é isso. Assim, se tu for ver lá no congresso aqueles que fazem as leis lá, são 10, 15 deputados lá da agricultura familiar que defendem os pequenos, tem uns 300 mais ou menos do agronegócio e tem uns 100, 150 empresários. Como que eles vão aprovar leis, direcionar as coisas pro pequeno agricultor!? Eles nem enxergam a gente, eles nem olham pra nós! Então assim, e tem outra, quando tem algum que quer puxar pro pequeno, os caras que bancaram eles lá, os cara do agronegócio eles vão lá e vão dizer assim: “cara, eu te elegi pra você fazer as leis pra me ajudar e não pra querer”. Essa questão dos PAAs [Programa de Aquisição de Alimentos], se vocês entendem um pouco como que é? O que aconteceu com os PAA, aquele que prenderam os caras na região, no Paraná e [...]. Porque tava crescendo demais, tava indo demais bem esse troco, sabe,

---

<sup>489</sup> Id. Ibid. p. 17.

o agricultor pequeno nunca ganhou tanto dinheiro e sabe ele tava produzindo alimento, ganhando dinheiro, entregando e pegando dinheiro. Mas o que aconteceu, começou a mexer no bolso dos, da BUNGE, dessas grandes empresas que eles entregavam esses produtos, entendeu!? Aí, “opa cara, olha vamos parar com esse troco, vamos fazer alguma coisa, não vamos matar os caras, mas vamos, vocês ficam lá plantando o pouquinho de vocês, mas vocês tão tirando o nosso mercado”. E vai acontecer assim sempre, vocês podem ter certeza, o interesse é maior.<sup>490</sup>

O primeiro ponto que evidenciamos é uma severa crítica às políticas desenvolvidas pelo governo federal, sobretudo a partir do agronegócio, que, de acordo com Décio, apresenta-se como expressão da agricultura brasileira, não havendo espaço para políticas que beneficiam o modelo de agricultura desenvolvido por ele e sua família. Nesse contexto, narra que existem poucos deputados que defendem a agricultura familiar, talvez 10 ou 15, enquanto o restante “nem enxerga a gente, eles nem olham pra nós!”, afirma, referindo-se à bancada empresarial e ao agronegócio que domina a cena política no Congresso Nacional.

Destarte, nesse ponto, Décio direciona suas considerações para a questão da redução do PAAs, ao salientar que isso é fruto dessa conjuntura. Em sua visão, isso somente acontece porque esse programa começa a ganhar notoriedade e beneficiar um significativo número de pequenos agricultores e, assim, evidencia que o sucesso alcançado trazia a contrapeso a diminuição das vendas de grandes empresas, como a BUNGE, o que fez com que fossem tomadas atitudes, jurídicas, no caso, para que os inúmeros programas de PAAs voltem ao patamar anterior e não “prejudiquem” tais multinacionais.<sup>491</sup>

Não entramos, nesse momento, no mérito da legitimidade da operação sinalizada pelo entrevistado, que causou a retração de políticas públicas para pequenos e médios agricultores, mas evidenciamos em que medida, na trajetória histórica de nosso país, a impunidade teve marca registrada, verificando-se na contemporaneidade ações que

---

<sup>490</sup> Id. Ibid. p. 22, 23.

<sup>491</sup> A operação que Décio refere-se neste ponto é a Agro-Fantasma, deflagrada entre “2009 e 2013, com o objetivo de investigar supostos desvios no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), vinculado ao programa Fome Zero, e resultou em vários processos judiciais e na prisão infundada de agricultores de todo o estado. As prisões foram decretadas pelo juiz federal Sérgio Moro, em Curitiba”. Na ocasião, “produtores rurais foram acusados de crimes de falsificação de documento público, falsidade ideológica, estelionato e associação criminosa. Além das associações e cooperativas de agricultores individuais, a Agro-Fantasma indiciou funcionários da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) por peculato e prevaricação”. Essa operação contribuiu para com a criminalização não só dos agricultores acusados, mas também de todo o Programa de Aquisição de Alimentos. Também é preciso salientar que no estado do Paraná todos os acusados foram absolvidos. Para maiores esclarecimentos ver: <<https://terradereitos.org.br/noticias/noticias/agricultores-sao-inocentados-de-acusacao-de-desvios-no-programa-de-aquisicao-de-alimentos/22636>> Acesso em 21 de novembro de 2018.

visam claramente a desmobilizar projetos, o que não se verificou ao longo do tempo e tampouco se verifica quando se mudam os atores sociais.

Em vista disso, Décio expõe dados significativos, que evidenciam em que medida tal ação retraiu o acesso de políticas públicas aos pequenos agricultores:

Tá loco! Em 2012, 2013 a cooperativa entregava pra mais de um milhão, era um, sabe, mas aí todo mundo, no Paraná tinha mais de 300 PAAs, todos os municípios tavam acessando, todo mundo tava ganhando dinheiro e aí deu aquele troco lá que, acharam que tinham roubado, depois não acharam nada, tá, arquivaram. Mas o que aconteceu, agora todo mundo tá receoso de fazer PAA porque pode ser que, então hoje no Paraná deve ter o que 20, 30 PAA funcionando, a cooperativa tem dois, mas assim, tem 20, 30 PAA e assim bem pequenininho, o recurso cortaram, 95% dos recursos que tava aí.<sup>492</sup>

As ponderações de Décio são muito significativas e aparecem em tom de denúncia, ao demonstrar de que maneira operações judiciais podem servir para desmobilizar projetos, nesse caso, em benefício de grandes empresas, muitas delas multinacionais, em oposição à retração de políticas públicas voltadas ao pequeno e médio agricultor. Décio analisa, de forma comparativa, o período em que os recursos públicos estavam disponíveis e, de forma significativa, a aquisição de alimentos orgânicos, em contraste com a realidade presente, o que faz com que a cooperativa tenha apenas dois PAAs, bem pequenos, como ele mesmo menciona.

Contudo, não é necessário ser um especialista para entendermos em que medida, na última década, a produção e inserção dos produtos orgânicos no mercado alimentício teve um significativo crescimento. Por outro lado, também notamos em que medida, sobretudo após o golpe parlamentar de 2016, as políticas públicas voltadas às minorias, assim como recursos para Saúde e Educação, tiveram uma significativa redução, já que o governo passou a atender com maior ênfase os interesses daqueles que o colocaram no poder, notadamente, o agronegócio, os grandes empresários, as multinacionais e, enfim, os setores que representam as classes dominantes da economia brasileira.

Tivemos, recentemente, claros exemplos desse contexto, primeiro com a retomada das discussões do Projeto de Lei 6299/2002, que busca fazer com que os agrotóxicos sejam colocados no mercado sem a autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), trazendo um evidente retrocesso nas práticas de controle e venda desses produtos.

---

<sup>492</sup> CAGNINE, Décio; CAGNINE, Izolete Bornhofen. op. cit. p. 23.

Ironicamente, ou nem tanto, dado o contexto que vivenciamos, também foi retomada a discussão do Projeto de Lei 4.576/16, o qual limita a venda de produtos orgânicos em feiras ou em propriedades particulares. Isto é, o referido projeto é um claro retrocesso para os agricultores orgânicos e agroecológicos, já que ele não permite que esses trabalhadores negociem sua produção agrícola, mesmo com certificação, em supermercados ou em outros estabelecimentos. A proposta tem sido combatida pelos defensores dos alimentos orgânicos, mas boa parte do Congresso Nacional, sobretudo a bancada ruralista, tem desempenhado grande esforço para que ela seja aprovada em plenário e restrinja a comercialização de produtos orgânicos.

Notamos, assim, como as considerações de Décio não estão deslocadas, já que temos projetos em andamento no Congresso Nacional que privilegiam o setor agrícola ligado ao agronegócio em desvalorização à produção de alimentos orgânicos. Práticas que não só prejudicam o crescimento econômico e social dos pequenos e médios agricultores inseridos nesse setor, mas também nos expõem evidentes problemas de saúde pública, ao autorizarem e favorecerem a venda de venenos, enquanto se impõem dificuldades para alimentos saudáveis como os orgânicos e agroecológicos.

Dada essa condição, não nos causa estranhamento o posicionamento crítico de Décio, e isso se deve, sobretudo, em razão da expectativa que tais políticas apresentam para a cooperativa e também para a família do entrevistado. Nessa mesma linha argumentativa, destaca de que maneira a atual conjuntura política brasileira expõe impactos na estrutura fundiária da região, com o avanço do agronegócio e a diminuição das pequenas e médias propriedades agrícolas:

Porque, o que tá acontecendo, o granjeiro tá na região, cada vez tão ficando maior, o pequeno tá ficando véio, não tá ficando os filhos na casa, pode [ver], vocês tiram essa conclusão vocês. Tá ficando só os velhos nas casas e os granjeiros tão ali esperando, pra eles se aposentar ou dá algum problema, tipo assim, daqui um pouco eu estou velho, os meus piá foram tudo pra cidade, eu vou vender a terra e vou comprar uma casa na cidade. Eles tão ali é isso que eles, o governo quer isso. Primeiro, que o agronegócio tome conta das áreas e que o filho do agricultor vá pra cidade, pra ele ser mandado pela agroindústria, pelos empresários, é isso, que é fácil, você tem mil empregado aqui e promete dar uns troquinhos pra manter ele vivo e dizer: “eu quero o meu voto aqui porque você tem emprego”, muito mais fácil, é por isso que eu digo assim: “eu, se fosse eu trabalhar aqui na minha propriedade, eu consigo produzir alimentos pra alimentar mil pessoas todo dia”. Então porque o Brasil não pode ter incentivo aos agricultores pra ficar, pra eles, mas não é interesse, eles não têm interesse disso.<sup>493</sup>

---

<sup>493</sup> Id. Ibid. p. 23, 24.

Logo de início, Décio nos apresenta uma interpretação interessante e significativa sobre a falta de perspectiva para a permanência dos filhos de agricultores no meio rural, principalmente dos filhos de camponeses. Isso acaba ocasionando o cenário descrito por Décio, segundo o qual o grande proprietário “granjeiro” fica na espera da aposentadoria do pequeno agricultor, de algum problema de saúde ou financeiro que facilite a compra da propriedade. Para o entrevistado, esse não só é o grande interesse dos latifundiários da região, mas também do próprio governo, que busca representar esse setor e incentivar seu desenvolvimento.

Notamos, assim, de que maneira, na continuidade de sua narrativa, Décio atrela as questões políticas com as conjunturas econômicas e sociais apresentadas à agricultura da região. Em sua opinião, a retração das políticas públicas para os pequenos e médios agricultores e o vertiginoso crescimento do agronegócio fazem com que desemboque a migração dos filhos de agricultores para o ambiente urbano, local em que constituem experiências de trabalhadores no setor agroindustrial ou industrial. Tal ligação, para Décio, explica a não alteração das bases políticas brasileiras, já que o empregado urbano acaba tornando-se submisso à ordem patronal, a qual inserida na cena pública política faz com que os ex-agricultores se tornem votos para não apenas manter-se a estrutura agrária e fundiária brasileira da maneira como está, mas também para acentuar as desigualdades sociais.

Notoriamente, Décio elabora essas análises e considerações tomando como base não só a região Sudoeste do Paraná, como também as conjunturas gerais que regem a agricultura brasileira na contemporaneidade. É claro que a região em que reside é a sua grande referência, até por isso, decido interrogá-lo para que expresse, de maneira mais apurada, como percebe a organização fundiária da região em contexto recente:

[...] não precisa nem fazer pesquisa, o agronegócio é assim, aquele que tinha há 10 anos atrás 100 alqueires, hoje ele tem 300! Aquele que tinha. Lavoura e gado, lavoura e gado e aquele que tinha, aqui o pai quando veio do Rio Grande ele tinha, eu acho que tinha 50 hectares, eu tenho nove, dez, então a tendência é esmiúça ou ficar menor o do pequeno e do grande ficar maior, ponto. É isso.<sup>494</sup>

Para Décio, o avanço do agronegócio no Sudoeste do Paraná é tão evidente que “não é necessário nem fazer pesquisa sobre esse tema”. O entrevistado complementa essa constatação afirmando que o agronegócio assenta sua base na lavoura – sobretudo a

---

<sup>494</sup> Id. Ibid. p. 24.

soja e o milho – e no gado. Assim, salienta que existe um evidente crescimento desse setor, chegando a citar a propriedade de seu pai, que era de aproximadamente 50 hectares e, hoje, tem apenas nove, que é a fração de terra que o próprio entrevistado ocupa. Nesse sentido, Décio afirma que, se “10 anos atrás” um agricultor possuía 100 alqueires na região, hoje ele já tem mais de 300.

Expõe, em seguida, elementos de suas experiências diárias para enfatizar a compra de pequenas e médias propriedades por agricultores vinculados ao agronegócio. Assim, menciona: “muitas casas que eu vou na, praticamente na região toda, onde tinha casas, moradores, as casas tão, em muitos lugares você vê aquelas casonas bonitas abandonadas lá no meio da granja, eles fizeram granja, lavoura!”. Complementa sua argumentação enfatizando que “só não derrubaram a casa ainda, mas não tem nada: ‘ali esses tempo tinha uma casa, derrubaram tá tudo granja’”.<sup>495</sup>

É interessante notar de que maneira Décio traz elementos da sua experiência diária para dar validade às suas constatações, nesse caso, enfatiza o avanço do agronegócio sobre as pequenas e médias propriedades rurais, ao salientar que as lavouras – possivelmente de soja e milho – tomam toda a extensão das propriedades, com exceção da área onde se encontram as casas. Para Décio, esse exemplo oferece um interessante contraste, já que coloca “aquelas casonas bonitas abandonadas lá no meio da granja”, além, é claro, de representar a migração do campo para a cidade.

Contudo, as constatações do entrevistado não se restringem a esses elementos, também destaca que:

[...] tá sumindo as propriedades, elas vão ficando, aquelas que têm pequenas elas vão ficando cada vez mais pequenas e aquelas grandes vão ficando mais grande. Aqui no Verê eu sei que tinha mil e poucas propriedades rurais, eu não sei se tem 800, 700, porque tá caindo.<sup>496</sup>

Um ponto sobre o qual cabe fazer algumas considerações nesse momento é o financiamento agrícola. Como o leitor deve ter notado anteriormente, na entrevista realizada com o diretor do Capa de Verê, Jhony Luchmann, foi salientado que existem inúmeras dificuldades para pequenos agricultores conseguirem financiamentos de implementos agrícolas e de custeio de lavouras. De acordo com Luchmann, existem dificuldades para os pequenos agricultores, já que as cooperativas de crédito dão

---

<sup>495</sup> Id. Ibid. p. 24.

<sup>496</sup> Id. Ibid. p. 24, 25.

preferência para aqueles que buscam financiamentos mais vultosos, para lavouras de soja e milho.

Para Luchmann, esse é um dos pontos fundamentais do avanço do agronegócio na região, ao passo que, apesar de Décio admitir as dificuldades dos pequenos e médios agricultores, não atrela o avanço do agronegócio à falta de crédito agrícola e, conseqüentemente, a financiamentos aos pequenos agricultores. Isso se deve, muito provavelmente, porque o entrevistado tem boas relações com as cooperativas de crédito, o que faz com que tenha facilidades nesse sentido, não mencionando problemas, quando indagado sobre os financiamentos agrícolas para pequenos e médios agricultores.

Entretanto, as hipóteses levantadas e investigadas ao longo dessa pesquisa constataram exatamente o contrário, conforme podemos notar na narrativa de Luchmann, apesar de Décio não ter problemas de financiamentos agrícolas, existem dificuldades em relação a essa questão no Sudoeste do Paraná, sobretudo quando se trata de pequenos créditos para a agricultura familiar.

Outro aspecto apontado por Décio, sobre o qual cabe fazer algumas considerações, é em relação à queda no número de propriedades no município de Verê, o que significa um claro exemplo de concentração fundiária. É evidente que para ter uma argumentação mais substancial em relação a isso seria necessário realizarmos um levantamento de todos os municípios da região e apurar qual o real decréscimo das pequenas e médias propriedades agrícolas em consequência da ação do agronegócio. Mas, alguns dados coletados com base em senso agropecuários nos permitem tecer algumas considerações:

**Tabela 6: Número de estabelecimentos agropecuários por município – Sudoeste do Paraná. (Nesta tabela não estão incluídos todos os municípios pertencentes a essa Mesorregião).**

Municípios	Estabelecimentos 1995-1996	Estabelecimentos 2006	Estabelecimentos 2017 (dados parciais)
Ampére	1.606	1.348	1.362
Barracão	1.576	722	794
Capanema	2.443	2.408	2.418
Dois Vizinhos	2.124	1.934	1.947
Francisco Beltrão	2.983	3.178	3.191
Pranchita	1.027	724	724
Realeza	1.381	1.498	1.514
Salto do Lontra	1.866	1.761	1.763
Santo Antônio do Sudoeste	1.644	2.132	2.135
Verê	1.400	1.301	1.305

Tabela organizada pelo autor, com base nos dados disponibilizados pelo IBGE, referente aos Censos Agropecuários de 1995-1996, 2006 e 2017.<sup>497</sup>

Ao analisar a tabela podemos concluir que o número de estabelecimentos cai em grande parte dos municípios de 1995-96 para 2006, com exceção de Francisco Beltrão, Santo Antônio do Sudoeste e Realeza. Nos demais, todos temos uma diminuição no número de estabelecimentos, com destaque para as significativas quedas verificadas em Barracão e Pranchita.

Em relação aos dados parciais do senso de 2017, em todos os municípios analisados temos uma pequena elevação no número de propriedades. Entretanto, esses dados são parciais, ou seja, os números apresentados são uma projeção a partir dos dados já coletados, não são, portanto, os números finais do levantamento feito pelo IBGE.

Outro aspecto que também precisa ser considerado é que o senso agropecuário de 2017 é declaratório e no que tange aos estabelecimentos, os mesmos podem ser declarados tanto por proprietários como por arrendatários. Isso significa que uma mesma área rural pode ser considerada duas vezes, pelo proprietário e pelo arrendatário. Nunca é tarde lembrar que no Sudoeste do Paraná verificamos recentemente um significativo aumento no número de arrendamento de pequenas e médias propriedades.

Com base nesses aspectos, as considerações de Décio não se encontram totalmente deslocadas, já que de 1995-96 até 2017 o município de Verê tem quase 100

<sup>497</sup> Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>>; <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>> Acesso em 14 de fevereiro de 2019.



propriedades a menos, ou seja, tem ocorrido uma diminuição no número de estabelecimentos agrícolas, o que pode ser resultado da concentração fundiária que ocorre nesse espaço.

Também foi possível notar, ao longo desse trabalho, que esses processos não são automáticos e tampouco acontecem com a naturalidade exposta por nosso entrevistado. Grande parte do que Décio narrou também pode estar relacionado às práticas agrícolas ligadas ao agronegócio monocultor, sem que o agricultor tenha, necessariamente, que vender sua pequena ou média propriedade. Remeto, nesse momento, à atuação das cooperativas agrícolas e de crédito, que, conforme foi possível verificar na entrevista realizada com o senhor Elton Jhonn – gerente da cooperativa Coasul no município de Verê –, possuem uma significativa inserção entre os pequenos e médios agricultores, motivo pelo qual praticam uma agricultura conhecida como “agronegocinho”, isto é, práticas agrícolas, como o plantio de monoculturas como soja e milho em suas pequenas e médias propriedades.

Isso acontece tanto de forma direta, pelo próprio agricultor, que consegue financiar suas culturas e alguns implementos essenciais para o plantio, como também na forma de arrendamento. Muitos médios agricultores acabam arrendando terras de pequenos, na maioria das vezes seus vizinhos. O próprio Décio nos dá elementos para confirmar essas questões, quando narra sobre o crescimento e inserção das cooperativas “do agronegócio” na região:

Assim, essas com certeza não vão parar, vai crescer, vai crescer porque elas têm inúmeras vantagens em relação ao, as outras empresas que compram e vendem insumos e sementes, porque as cooperativas se a gente for ver elas tem uma série de vantagens, por exemplo, essa questão do biodiesel. Essa questão do biodiesel tudo tem que passar por uma cooperativa, tem que passar por uma cooperativa, senão não pode, e cada cooperativa, por exemplo, um saco de soja passando pela cooperativa ela vai ganhar um real e meio a mais do preço que as outras empresas pagam, entendeu? Então, ser sócio de uma cooperativa hoje e poder colocar a DAP [Declaração de Aptidão ao Pronaf] lá e plantar soja pra entregar na [cooperativa] você já tem um real e meio a mais por saca, o cara que colhe 10 mil sacas é 15 mil reais a mais, assim, trabalhando no mesmo nível.<sup>498</sup>

É exatamente essa conjuntura que faz com que a estrutura agrária da região – variedade de culturas agrícolas cultivadas – tenha se modificado de forma rápida e significativa, com o avanço e predominância, quase que exclusiva, de culturas voltadas ao agronegócio. Já a estrutura fundiária – variação no número de propriedades e em sua

<sup>498</sup> CAGNINE, Décio; CAGNINE, Izolete Bornhofen. op. cit. p. 26.

extensão – tem sofrido variações. Tivemos um evidente decréscimo no número de propriedades, o que corrobora com um notável crescimento da concentração fundiária.

Nesse sentido, não podemos negar que existem permanências e rupturas na estrutura agrária e fundiária da região, permanências como a, ainda significativa, presença de pequenas e médias propriedades assentadas, na produção orgânica, leiteira<sup>499</sup> e a do famoso “agronegocinho”, em contraste com as rupturas, a diminuição já evidente no número de pequenas e médias propriedades.

Dessa maneira, podemos ponderar que existem diferentes representações de agricultura familiar e pequenas propriedades na região. O Capa, a Coopervereda e as outras entidades que apoiam e promovem a agricultura familiar e orgânica se baseiam na conceitualização do Estado para a delimitação de pequenas propriedades. Curiosamente, essa mesma delimitação – de quatro módulos fiscais – permite que grande parte dos agricultores da região produza monoculturas, como soja e milho, com vistas ao mercado externo, dentro de linhas de crédito para a agricultura familiar.

Dentro do enquadramento de pequenas propriedades e agricultura familiar no Sudoeste do Paraná, conseguimos notar distintas representações sociais do espaço, as quais sugerem a esses agricultores diferentes espaços, onde cada grupo social reproduza suas experiências de acordo com a conjuntura que lhe é apresentada. Esse contexto reforça ainda mais a noção de que a estruturação agrária e fundiária recente desse espaço é marcada por heterogeneidades sociais.

---

<sup>499</sup> Apesar da sua retração na última década, a produção leiteira ainda se faz muito presente na região Sudoeste do Paraná, para maiores esclarecimentos ver: RIPPEL, Leomar; ALVES, Adilson Francelino. PLEIN, Clério. O cooperativismo de leite da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná: do processo organizacional à crise. *IGEPEC*. Toledo-PR, v.22, n.1, jan./jun. 2018.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a estrutura agrária e fundiária do Sudoeste do Paraná. Esse foi o objetivo primordial deste trabalho. Para tanto, o caminho percorrido procurou não só ponderar esse aspecto contemporaneamente, a partir da grande diversidade de relações agrícolas que são expostas a esses colonos em contexto recente, mas, sobretudo, reconstituir historicamente sua organização, avaliar, por meio de fontes documentais, a maneira como diferentes entes e entidades caracterizam esse espaço. Para tanto, foi de fundamental importância a análise dos documentos pertencentes à Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), os quais nos aproximaram das políticas de colonização empregadas por este órgão governamental, ao passo que foi possível visualizarmos tanto sua abrangência quanto sua limitação, nas décadas de 1940 e 50.

Também teve grande relevância a análise empreendida com base nos documentos pertencentes ao Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP). O estudo foi conduzido a partir da seguinte interrogação: esse órgão governamental estruturou ou reestruturou a estrutura agrária e fundiária do espaço estudado? Evidentemente que não respondemos a essa questão apenas a partir da análise dos documentos, mas, sim, percebendo sua forma de atuação e de que maneira isso se reflete nas relações que pautam a organização agrícola da região contemporaneamente.

O GETSOP não só “regulariza” a posse da terra, mas, também, regra um novo modelo de estruturação agrícola – sobretudo a partir da modernização conservadora da agricultura –, que acaba influenciando na forma como o Sudoeste do Paraná estabelece sua base fundiária. Entretanto, esse diálogo não foi constituído somente a partir das fontes documentais ou orais, mas também em interação com a densa historiografia que busca pensar essa região. Nesse ponto, deve-se dar ênfase aos autores clássicos, como, Ruy Wachowicz, Iria Zanoni Gomes, Hermógenes Lazier, Rubens da Silva Martins, dentre outros, que, cada um a seu modo, solidifica determinada interpretação sobre o aspecto agrário e fundiário do Sudoeste do Paraná. Pautando-se, sobretudo, na afirmação de uma estrutura fundiária diferenciada de pequenas propriedades enquanto “marca” deste espaço, constituída, a partir dos levantamentos ocorridos em outubro de 1957.

Esse é o ponto fundamental sob o qual está estabelecida essa pesquisa, pensar como, historicamente, representou-se, em historiografias ou mesmo na memória pública, um ideal de pequenas propriedades, assentada em uma agricultura familiar.

Com base nesses aspectos, após a análise historiográfica e documental, podemos afirmar que a estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná não se constitui a partir dos levantes de 1957. A Revolta dá subsídios para uma organização da propriedade da terra com base em pequenas propriedades, mas esses processos não são estanques, eles não se encerram em 1957 ou após a atuação do GETSOP, mas estão em constante transformação.

Em relação à CANGO, sua atividade foi extremamente limitada, posto que ela não conseguiu assentar todos os colonos que, massivamente, migravam para a região em fins da década de 1940 e início de 50. Ao mesmo tempo, ainda teve que lidar e lutar contra o avanço das companhias grileiras – CITLA, Apucarana e Comercial –, as quais não só limitavam sua atuação, mas representavam uma instabilidade social impossível de ser mantida, tanto para os colonos que decidem voltar para seus locais de origem quanto para aqueles que decidem ficar e lutar pela terra.

Portanto, não somos capazes, a partir da documentação analisada, de atribuir à CANGO uma estrutura agrária e fundiária a partir de pequenas propriedades para o Sudoeste paranaense. Afirmar isso é demasiadamente arriscado, apesar de a Colônia ter, entre suas prerrogativas, esse aspecto.

Contudo, via de regra, esse não é o caminho mais percorrido pelas historiografias que pesquisam o tema ou mesmo pela memória pública que o representa. Ambos procuram ressaltar que é a Revolta de 1957 que dá uma estrutura fundiária e agrária distinta para esse espaço, com ênfase nas pequenas propriedades. Pois bem, porque esse trabalho se contrapõe a essa tese? Porque os levantes de 1957 não significam o fim da luta pela terra na região, o que ficou evidente ao longo do texto ao elencar a própria inserção do MST nessa região. Além disso, após 1957, até 1963 quando, de fato, o GETSOP começa a atuar, temos um intervalo de seis anos, no qual, muitos colonos deixam o Sudoeste do Paraná, enquanto tantos outros adentram a região com a esperança de conseguir um pedaço de terra. Ou seja, esse espaço geográfico não fica “parado” no tempo, pacientemente, esperando a regularização da posse da terra.<sup>500</sup>

---

<sup>500</sup> Paulo José Koling considera que entre 1958 e 1962 ocorreu um aumento no fluxo migratório para o Sudoeste do Paraná, além disso, considera que até 1973-74 quando o GETSOP encerra suas atividades, já existia uma nova geração de colonos, pois, os filhos daqueles colonos que lutaram na Revolta já estavam aptos a adquirir uma propriedade, ou seja, passa a existir uma demanda muito maior de terra. Por esse motivo, a questão do fim do problema fundiário com a extinção do GETSOP é ilusória, já que inúmeros fatores fazem com que esse problema persista. KOLING, Paulo José. *A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações*. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2018 p. 202.

Entretanto, é justamente o oposto disso que a historiografia clássica e a memória pública procuram construir, um ideal de pacificação e de paz social no pós-57, que se solidifica com a criação e atuação do GETSOP. Assim, se não é a Revolta que dá uma estrutura fundiária de pequenas propriedades, tampouco é o GETSOP que permite que isso aconteça.

Isso porque, conforme foi possível verificar na análise documental, esse órgão governamental teve uma atuação controversa. Primeiramente em razão da falsa atribuição conferida a ele, de que teria distribuído terras gratuitamente a todos os colonos da região, o que, conforme verificamos, não aconteceu. E depois porque a sua forma de ação esteve alinhada ao ideal de modernização da agricultura brasileira de modo que somente após o GETSOP encerrar suas atividades é que as políticas modernizadoras avançaram para o Sudoeste.

Além disso, a titulação das terras não eliminou o problema fundiário. Nunca é tarde para lembrar que tivemos a inserção do MST nesse espaço, inclusive, dentro da área de atuação do GETSOP. Ou seja, se a noção é a de paz social, de eliminação do problema fundiário e da grande expressão das pequenas propriedades, não teríamos tais contradições após o GETSOP encerrar suas atividades.

Mas, o Sudoeste do Paraná não possui uma organização fundiária diferente em relação às outras regiões do Paraná ou do Brasil? De imediato é possível afirmarmos que sim, essa região possui suas peculiaridades e não tenho dúvida de que a CANGO, a Revolta de 1957 e o GETSOP contribuíram para que ela se constituísse a partir desse ideal. Por outro lado, as políticas agrícolas brasileiras, sejam elas de 1970, com a modernização do setor agrícola, ou das duas últimas décadas, com os incentivos fiscais – financiamentos agrícolas –, fazem com que ocorram significativas transformações, especialmente com o avanço do agronegócio.

Por esse motivo o problema está na atribuição única e ilusória da Revolta como marco fundamental de uma estrutura agrária e fundiária que não está tão evidenciada, isto é, que precisa ser representada para ser afirmada. Esses são os preceitos fundamentais aqui questionados. Se por ventura tivéssemos uma estrutura fundiária e agrária notadamente assentada em uma agricultura familiar, não se faria necessário representar o evidente.

É com base nesse contexto que recorreremos às fontes orais, para ponderar questões do tempo presente, pensar que relações se sobressaem nesse espaço contemporaneamente, além de trazer para o trabalho alguns sujeitos do processo.

Ademais, busca-se também perceber como se dá a significativa atuação das cooperativas agrícolas e de crédito, além de verificar como vivem os jovens e os trabalhadores rurais sem terra. Ora, se a questão fundiária foi resolvida, por que os jovens não têm oportunidades em suas pequenas propriedades? Por que existem trabalhadores rurais sem terra? Junto a essas questões, procurou-se pensar a inserção de práticas agrícolas alternativas, como as orgânicas e agroecológicas.

As fontes orais nos informaram que as contradições sociais continuam existindo no meio rural do Sudoeste do Paraná, que as pequenas propriedades estão diminuindo e que a agricultura que não é integrada ao agronegócio enfrenta inúmeras dificuldades.

Além dessas questões, também é necessário tecer alguns comentários sobre a trajetória que conduziu esse trabalho. Assim, enfatiza-se que o desejo de pensar a estrutura agrária e fundiária do espaço aqui estudado tem suas motivações. A primeira delas é referente às próprias contradições verificadas nessa região contemporaneamente, isto é, percebe-se um discurso, constantemente alçado na memória pública, que revaloriza sua organização fundiária e, ao mesmo tempo, evidencia-se que esse discurso não tem a legitimidade almejada. Ademais, não encontramos com tanta facilidade a estrutura fundiária de pequenas propriedades e quando a podemos localizar, ela está repleta de contradições sociais.

Além disso, outro aspecto que motivou a escrita foram as poucas produções que se debruçam sobre a questão agrária e fundiária da região. A imensa maioria das pesquisas são voltadas para a Revolta de 1957 ou mesmo para as comemorações e apropriações elaboradas sobre esse movimento social. Poucos são os trabalhos que pensam a questão fundiária desse espaço e aqueles que a consideram acabam legitimando a questão fundiária associada à agricultura familiar e às pequenas propriedades.

Portanto, a pesquisa aqui exposta almeja uma contribuição para a historiografia que pesquisa o Sudoeste do Paraná em seu aspecto agrário e fundiário. É evidente que inúmeros pontos não foram explorados da maneira como se almejava. Por exemplo, não foi possível verificar a atuação da CANGO da maneira como pretendíamos no projeto, isso porque, conforme foi evidenciado no capítulo II, em 2016, quando foi feita a pesquisa no arquivo, a documentação pertencente a esse órgão estava sendo organizada pelo Centro de Memória sobre o Sudoeste do Paraná, na UNIPAR de Francisco

Beltrão.<sup>501</sup> Assim, grande parte da documentação sequer estava organizada, enquanto que não foram encontrados, por exemplo, os relatórios anuais de atividades da Colônia, fonte fundamental para as considerações tecidas nessa pesquisa.

Em razão de tais circunstâncias, esse é um dos aspectos que podem ser explorados em futuras pesquisas, desde que haja o acesso a tal documentação. Nessa mesma linha de raciocínio, outros documentos que não foram acessados, e que também seriam fundamentais para a realização do presente trabalho, pertencem ao GETSOP, referente à sua atuação enquanto assistência técnica aos agricultores da região. Esse órgão, além do processo de titulação, desempenhou inúmeras outras atividades, associadas à modernização da agricultura da região. Desse modo, é evidente que existem documentos relativos a essa atuação, entretanto, no INCRA de Francisco Beltrão, órgão que resguarda a documentação do GETSOP, não foi encontrado documento algum referente a esse processo.

A única documentação que o INCRA possui são os processos de titulação e os títulos, que, conseqüentemente, foram analisados nesse trabalho. O responsável pelo arquivo informou que desconhece outros documentos pertencentes ao GETSOP, entretanto, é notável que eles existem ou existiram. De tal modo, uma pesquisa que conseguisse apurar essa documentação e analisar seria de grande valia para pensarmos a estrutura agrária e fundiária da região.

Em relação às fontes orais, também podemos explorar inúmeros outros aspectos que não foram aqui considerados. Conforme foi possível notar, as entrevistas tiveram como foco o município de Verê e, assim, apesar das ponderações serem construídas pensando o Sudoeste do Paraná como um todo ou, pelo menos, na área que esteve em litígio em 1957, o município de Verê foi tomado como exemplo e também como termômetro das relações verificadas em toda a região.

Todavia, não podemos considerar esse número de fontes satisfatório. É evidente que existem relações distintas das verificadas em Verê, nos outros municípios do espaço estudado, como também é evidente que as entrevistas aqui selecionadas nos permitem dimensionar as relações agrícolas, econômicas e sociais que pautam grande parte da agricultura dessa região contemporaneamente.

---

<sup>501</sup> É importante salientar que o curso de História da UNIPAR de Francisco Beltrão, que estava higienizando e organizando essa documentação não abriu mais turmas. Dessa forma, não sei como estão estes documentos ou se de fato ainda estão nessa instituição.

De tal modo, futuras pesquisas podem ser desenvolvidas por meio da metodologia de história oral, pensando essas relações em um contexto mais amplo e verificando tais questões em outros municípios do Sudoeste do Paraná.

Com base em tais prerrogativas, não é possível dimensionarmos o que seria ou não feito se tivéssemos acesso a tais fontes. Portanto, basta apenas lembrar que a discussão sobre esse tema não se finda aqui, mas, muito pelo contrário, almeja-se dar um primeiro “ponta pé” e instigar outros pesquisadores a pensar tais prismas sobre o Sudoeste do Paraná e a questão fundiária.

Por fim, importa destacar que este trabalho não almeja um discurso homogeneizador sobre o espaço aqui estudado, mas pretende e procura demonstrar a diversidade e a heterogeneidade de relações que constituem a sua estrutura agrária e fundiária. Portanto, esta pesquisa não deve ser vista como um obstinado levantamento de contradições, mas, sim, como uma contribuição para as pesquisas que buscam pensar essa região, seus sujeitos e os movimentos que historicamente os constituíram.



## FONTES

## Entrevistas orais

CAGNINE, Décio; CAGNINE, Izolete Bornhofen. *Entrevista concedida a Tiago A. Orben*. Comunidade rural de Vila Colonial, Verê/PR: 21 de maio de 2018, duração: 1h 26min. 2segs.

CLAUDINO, Ricardo; PETROSKI, Josmara. *Entrevista concedida a Tiago A. Orben*. Comunidade rural de Barra Verde, Verê/PR: 9 de abril de 2016, duração: 38 min. 57 segs.

JOHANN, Elton Luiz. *Entrevista concedida a Tiago A. Orben*. Perímetro urbano. Verê/PR: 14 de agosto de 2015, duração: 72 min. 59 segs.

LUCHMANN, Jhony. *Entrevista concedida a Tiago A. Orben*. Perímetro urbano do município de Verê/PR: 2 de junho de 2017, duração: 1h 22min. 26segs.

PRADO, Arcanjo do; PRADO, Maria do. *Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: Memórias da terra: Modos de viver lutas e resistências camponesas no Oeste e Sudoeste do Paraná*. Por Francieli Pinheiro, Paulo José Koling e Tiago A. Orben. Perímetro rural. Verê/PR: 6 de julho de 2011, duração: 37min. 53segs.

SCHWARTZ, Deni Lineu. *Entrevista concedida a Ruy Christovam Wachowicz*. Curitiba/PR: 11 de outubro de 1979.

TARTAS, Tereza. *Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: A Revolta dos Colonos outras memórias*. Por Tiago A. Orben. Município de Verê, perímetro urbano, Verê/PR, 17 de janeiro de 2013, duração: 54 min. 20 seg.

## Imagens

**Figura/Mapa 1:** Mesorregião Sudoeste do Paraná. *WIKIPEDIA:*  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o\\_do\\_Sudoeste\\_Paranaense](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Sudoeste_Paranaense).

Acesso em 26 de setembro de 2016.

**Figura/Mapa 2:** Área em litígio que resultou na Revolta em 1957. Fonte: *Acervo da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão*.

**Figura 3:** Ficha Cadastral guarda rural Sebastião Fogasso da Silva. *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 13 de agosto de 2015.

**Figura 4:** Produção Agrícola da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) - 1949. *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 24 de novembro de 2015.

**Figura 5:** Planta geral Gleba 25 (CANGO). *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 11 de agosto de 2015.

**Figura 6:** Roteiro de Lote Nº 562 da 22ª Gleba do Núcleo Colonial General Osório. *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 11 de agosto de 2015.

**Figura 7:** Colônia Agrícola Nacional General Osório – Planta de Propriedade – Lote Nº1. *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 11 de agosto de 2015.

**Figura 8:** Esquema de lote de 20 hectares (CANGO). *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 10 de agosto de 2015.

**Figura 9:** Esquema de lote de 40 hectares (CANGO). *Centro de memória sobre o Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, acesso em 10 de agosto de 2015.

**Figura 10:** LAZIER, Hermógenes. *Estrutura Fundiária por município Sudoeste do Paraná - 1968*. (INCRA/GETSOP/AMSOP).

**Figura/Mapa 11:** GETSOP: em destaque Gleba 9-FB. *INCRA/GETSOP*. Francisco Beltrão, acesso em 28 de setembro de 2017.

**Figura 12:** Requerimento de lote rural: lote nº1 da Gleba 1-AM. *INCRA/GETSOP*. Francisco Beltrão, acesso em 28 de setembro de 2017.

**Figura 13:** Requerimento de lote rural: recibo, lote nº1 da Gleba 1-AM. *INCRA/GETSOP*. Francisco Beltrão, acesso em 28 de setembro de 2017.

**Figura 14:** Relatório de vistoria de lote rural: lote nº21 da Gleba 5-DV. INCRA/GETSOP. Francisco Beltrão, acesso em 28 de setembro de 2017.

**Figura 15:** Monumento construído pela Prefeitura de Francisco Beltrão em 1972. Celebra a regularização da propriedade da Terra empreendida pelo GETSOP no Sudoeste do Paraná. Fonte: Fotografia do autor. Francisco Beltrão, 2008.

## Impressas

CENTRO DE MEMÓRIA SOBRE O SUDOESTE DO PARANÁ. Francisco Beltrão, acesso agosto de 2015 a fevereiro de 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/Francisco Beltrão. Francisco Beltrão, acesso setembro de 2017.

LAZIER, Hermógenes. *Estrutura Fundiária do Sudoeste do Paraná em 1968.* (INCRA/GETSOP/AMSOP).

LEITE, Francisco Fernandes. MARQUES, José de Oliveira. ROCHA, Sylvano Alves da. Relatório para escolha de terras para localização de Reservistas do Exército na faixa fronteira do Brasil com a República Argentina. *Apud:* LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense.* 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998.

MARTINS, Rubens da Silva. *Entre jagunços e posseiros.* 1ª Edição, Curitiba, 1986.

PÉCOITS, Walter A. “Entrevista concedida a Roberto Gomes”. Francisco Beltrão, novembro de 1977. *Apud:* GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros.* Curitiba: Criar Edições, 2005.

POEIRA. *Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná.* Curitiba-PR, 7ª edição, fevereiro de 1979.

POEIRA. *Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná.* Curitiba-PR, 10ª edição, dezembro de 1979.

POEIRA. *Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná.* Curitiba-PR, 17ª edição, julho/agosto de 1981.

POEIRA. *Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná*. Curitiba-PR, 18ª edição, setembro/outubro de 1981.

POEIRA. *Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná*. Curitiba-PR, 21ª edição, março/abril de 1982.

POEIRA. *Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná*. Curitiba-PR, 22ª edição, maio/junho de 1982.

POEIRA. *Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná*. Curitiba-PR, 23ª edição, julho/agosto de 1982.

POEIRA. *Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná*. Curitiba-PR, 28ª edição, maio/junho de 1983.

POEIRA. *Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná*. Curitiba-PR, 29ª edição, julho/agosto de 1983.

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. *Censo Agropecuário Paraná 1970*. Série Regional, Vol. III, Tomo XIX, Rio de Janeiro, abril de 1975.

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. *Censo Agropecuário Paraná 1975*. Série Regional, Vol. I, Tomo 18, Rio de Janeiro, 1979.

#### Online

BITTAR, Guilherme. *Diário do Sudoeste*: Disponível em: <<https://www.diariodosudoeste.com.br/noticia/a-revolta-vive-os-impactos-sociais-culturais-e-economicos>> Acesso em 13 de outubro de 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS: PROJETO DE LEI 827/2015. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1311226&filename=PL+827/2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1311226&filename=PL+827/2015)> Acesso em 13 de fevereiro de 2018.

CENTRO DE APOIO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA – CAPA. Disponível em: <<http://capa.org.br/>> Acesso em 21 de abril de 2017.

COASUL – COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL: Disponível em: <<http://www.coasul.com.br/institucional/conheca-a-coasul/>> Acesso em 19 de abril de 2018.

DIÁRIO DO SUDOESTE: Disponível em: <<https://www.diariodosudoeste.com.br/noticia/uma-revolta-que-precisa-ser-contada-um-sistema-agrario-que-deu-certo>> Acesso em 12 de outubro de 2017.

EXAME: Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/bancada-ruralista-reduz-no-congresso-mas-promete-representatividade/>> Acesso em 7 de fevereiro de 2019.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>>. Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

JORNAL DE BELTRÃO. *A falta que a Comfrabel nos faz*. Disponível em: <<http://www.jornaldebeltrao.com.br/noticia/270540/a-falta-que-a-comfrabel-nos-faz>> Acesso em 26 de abril de 2018.

LOVISON, Ivan. *Diário do Sudoeste*: Disponível em: <<https://www.diariodosudoeste.com.br/noticia/gmt-de-dois-vizinhos-produz-espetaculo-sobre-60-anos-da-revolta-dos-posseiros>> Acesso em 11 de outubro de 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: CASA CIVIL: SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS: *LEI: 11.326/2006*: Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)> Acesso em 9 de novembro de 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: DECRETO LEI 3.059/1941:  
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 5 de abril de 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: DECRETO LEI 12.417/1943.  
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-12417-12-maio-1943-450906-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 5 de abril de 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: DECRETO LEI 50.379/1961: Disponível em:  
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50379-27-marco-1961-389943-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 30 de outubro de 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: DECRETO LEI 50.494/1961: Disponível em:  
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50494-25-abril-1961-390330-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 30 de outubro de 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: DECRETO LEI 51.431/1962: Disponível em:  
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51431-19-marco-1962-391358-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 30 de outubro de 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: LEI 4.504/1964: Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)> Acesso em 29 de maio de 2017.

SCHWARTZ, Deni Lineu. *Jornal de Beltrão* - 26/05/2013. Francisco Beltrão – PR,  
<<http://www.jornalbeltrao.com.br/noticia/116035/deni-lineu-schwartz-o-chefe-do-getsop-que-titulou-as-terras>> Acesso em 14 de dezembro de 2018.

VERBETE INIC: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-imigracao-e-colonizacao-inic>>. Acesso em 21 de março de 2017.

## BIBLIOGRAFIA

- ABATTI, Alexandre. O Sudoeste do Paraná: a construção da identidade dos pequenos agricultores através do GETSOP e ASSESOAR. In: BONAMIGO, Carlos Antônio. (et al.). *História e região: os 100 anos do Sudoeste do Paraná e do Oeste de Santa Catarina*. Francisco Beltrão: Editoria Jornal de Beltrão, 2016.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense*. Dissertação – Mestrado em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP, 1981.
- AMÂNCIO, Silvia Maria. *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: A Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões*. Maringá/PR: Dissertação – Mestrado em História, Universidade Estadual de Maringá-UEM, 2009.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOSCHILIA, Roseli. Memória e subjetividade em relatos de imigrantes portugueses. In: LAVERDI, Robson (orgs.). et al. *História oral, desigualdades e diferenças*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Tradução: Maria Lúcia Machado – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CALLEGARI, Ricardo. *Entre lutas, valores e pressões: Juventude Rural Sem Terra e a Organização Social do Trabalho nos Assentamentos Missões e José Eduardo Raduan*. Dissertação – Mestrado em História – Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon-PR, 2015.

- \_\_\_\_\_. “Invadir é uma coisa e ocupar pra prantá e trabaiá aí é outra coisa”: narrativas de assentados sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná – 1970/2006. In: BROCARD, Daniele; DEBIASI, Rose Elke; ORBEN, Tiago Arcanjo (Orgs.). *Terra e memórias: Vivências, conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.
- CASTANHA, André Paulo. CATTELAN, Carla. A Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) e o processo de escolarização no Sudoeste do Paraná: 1948 – 1957. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre: EDIPUCRS, v.9, n.1, jan/jun, 2016.
- CATTELAN, Carla. *Educação rural no município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: A escola multisseriada*. Dissertação (Mestrado em Educação), Francisco Beltrão, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2014.
- CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*. Dourados-MS, v. 13, n. 23, jan./jun. 2011.
- \_\_\_\_\_. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: \_\_\_\_\_. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- \_\_\_\_\_. Práticas e representações: leituras camponesas em França no século XVIII. In: \_\_\_\_\_. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*. São Paulo, n.35, dezembro de 2007.
- DELGADO, Guilherme Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo-SP: Ícone Editora/co-edição: Editora da UNICAMP, 1985.
- DOMINGUES, Viviane P. Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica. *Anais do Simpósio Nacional de História*, 26: São Paulo, 2011.



- FABRINI, João Edmilson. ROOS, Djoni. *Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- FERES, João Bosco. *Propriedade da terra: opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil*. Amsterdam: Centro de Estudos de Documentação Latino-Americanos – CEDLA, 1990.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: FABRINI, João Edmilson. PAULINO, Eliane Tomiasi. (orgs.). *Campesinato e Territórios em disputa*. São Paulo-SP: 1ª edição, Editora Expressão Popular, 2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; PONTE, Karina Furini da. “As vilas rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidade”. *Terra Livre*, São Paulo: Ano 18, n.19, 2002.
- FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação no Paraná da década de 1970*. Curitiba: Livraria do Chain/CONCITEC/IPARDES, 1988.
- FOWERAKER, Joe. *The Frontier in the South-west of Paraná, from 1940*. Tese de Bacharelado, Universidade de Oxford, Inglaterra, 1971.
- GALPIN, Charles J. SOROKIN, Pitirim A. ZIMMERMAN, Carlo C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica a sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 2005.
- GONÇALVES NETO, João da Cruz. REIS, Luá Cristine Siqueira. Produção de alimentos: agricultura familiar x cultura de exportação no Brasil, sob a perspectiva da sustentabilidade. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*. Brasília, v.4, n.1, 2014.
- GREGORY, Valdir. Colonização e modernização: representações camponesas no Oeste do Paraná. In: NEUMANN, Rosane Marcia. TEDESCO, João Carlos. (orgs.) *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Vol. III – Porto Alegre: Letra e Vida, 2013.

- GRYNSZPAN, Mario. Campesinato. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernández. *A CEPAL e a industrialização brasileira (1950-1961)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª. Ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOBBSAWM, Eric. *Pessoas Extraordinárias: Resistência, rebelião e jazz*. Tradução de Irene Hirsch, Lódio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Tradução de Otto Erich Walter Maas – São Paulo: Editora Nova Cultural. 1998.
- KOLING, Paulo José. *A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações*. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2018.
- LANGER, Protasio Paulo. Toldos Guarani na Gleba Missões na década de 1950. Os indígenas na memória dos colonos. *Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPPI/Campo Grande*, ano 9, n. 17, jul./dez. 2009.
- LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Estrutura agrária no sudoeste do Paraná*. Dissertação – Mestrado em História: Universidade Federal do Paraná-UFPR, Curitiba, 1983.
- LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 2º edição, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec. 1977.
- \_\_\_\_\_. *Os Camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, 5º Edição: Editora Vozes, 1995.

- MARTINS, Luis Carlos dos Passos. Azevedo Amaral e o debate sobre o desenvolvimento: entre nacionalismo, industrialismo e desenvolvimentismo. In: SILVEIRA, Helder Gordim da. ABREU, Luciano Aronne de. (orgs.). *De Vargas aos militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.
- MELLOS, Erasto Castilhos de. *A mercantilização da produção agrícola regional e o Estado na dinâmica da acumulação do capital e expansão das cooperativas agropecuárias singulares: o caso do Extremo-Oeste paranaense*. Dissertação – Mestrado em Economia Regional e Urbana, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 1988.
- MOTA, Lúcio Tadeu. NOVAK, Éder da Silva. A política indigenista e os territórios indígenas no Paraná (1900-1950). *Fronteiras*. Dourados-MS, v. 18, n. 32, Jul./Dez. 2016.
- MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação brasileira os ensinamentos desde a crise dos anos 30. *Economia Contemporânea*. n.1, jan – jun, 1997.
- MYSKIW, Antonio Marcos. *Titulação de terras no Oeste paranaense: Uma análise documental*. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso/História, CCHEL-Colegiado de História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2000.
- NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar. In: MOTTA, Márcia. (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto. 1991.
- \_\_\_\_\_. *Modo de Produção Capitalista e Agricultura*. São Paulo: Ática. 2007.
- \_\_\_\_\_. Reforma Agrária. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ORBEN, Tiago A. *A Revolta dos Colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias*. Porto Alegre-RS: Dissertação – Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUCRS, 2014.

\_\_\_\_\_. *As comemorações da Revolta dos Colonos/Posseiros no seu cinquentenário*: Francisco Beltrão/PR, 2007. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso/História, CCHEL-Colegiado de História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2011.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão agrária. *Estudos Avançados*. São Paulo-SP vol.3, n.7, setembro/dezembro, 1989.

PEGORARO, Éverly. *Dizeres em confronto: a Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense*. Dissertação – Mestrado em História Social – Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói – RJ, 2007.

\_\_\_\_\_. *Dizeres em confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense*. 1ed. Guarapuava/PR, Unicentro, 2008.

PIERUCCINI, Mariângela Alice. *A modernização da agricultura e a construção de territorialidades rurais no município de Cascavel – PR 1960-2007*. Tese (Doutorado em Geografia), Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2007.

POLI, Jaci. *Da posse para a propriedade da terra no sudoeste do Paraná (1962 - 1973)*. Curitiba-PR: Dissertação – Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná-UFPR, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 5, n. 10, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*. Rio de Janeiro: UFF, vol. 1 n. 2, dezembro de 1996.

- \_\_\_\_\_. *História oral como arte de escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- \_\_\_\_\_. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1994): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 2º edição, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- PRADO JR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo, 3ª Edição: Editora Brasiliense, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil*. 1ª Edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo-SP: Editora Ática, 1993.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RIPPEL, Leomar; ALVES, Adilson Francelino. PLEIN, Clério. O cooperativismo de leite da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná: do processo organizacional à crise. *IGEPEC*. Toledo-PR, v.22, n.1, jan./jun. 2018.
- RIPPEL, Leomar. *A mobilização política do discurso do “herói” pioneiro da luta social de 1957 no sudoeste do Paraná*. Passo Fundo-RS: Dissertação – Mestrado em História, Universidade de Passo Fundo-UPF, 2012.
- RODRIGUES, Marly. *A década de 50: Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. São Paulo-SP: Editora Ática, 1992.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. Ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SANTOS, Alba Cristina Couto dos. *As marcas de Amstad no cooperativismo e no associativismo gaúcho: as lembranças da associação Theodor Amstad e da Sicredi pioneira*. Porto Alegre-RS: Dissertação – Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUCRS, 2013.

- SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste do Paraná. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão e WITHACKER, Arthur Magon. (orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural*. 3.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- SCHKALEI, Cleiton Alexandre. Índios, caboclos e europeus: uma percepção sobre os pioneiros no estado do Paraná. *Anais do VII Seminário Estadual de Estudos Territoriais e II Jornada de Pesquisadores sobre a questão agrária no Paraná*. Ponta Grossa-PR, 2014.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da história oral? In: LAVERDI, Robson (orgs.). et al. *História oral, desigualdades e diferenças*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2012.
- SINGER, Paul. *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- THOMAS JÚNIOR, Antonio. Estrutura Fundiária. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: ALBERTI, Verena, FERNANDES, Tania Maria, FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- VANDERLINDE, Tarcísio. *Entre Dois Reinos: a inserção luterana entre os pequenos agricultores no Sul do Brasil*. Cascavel/PR: Edunioeste, 2006.
- VANDERLINDE, Tarcísio. Região. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.
- WEBER, Regina; PEREIRA, Elenita Malta. Halbwachs e a memória: contribuições à história cultural. *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá: UFMT, v.3, n.1 – jan/jun, 2010.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna da Região de Itaipu*. Curitiba: SBPH-Pr, 1987.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ZATTA, Ronaldo. A colonização oficial do sudoeste paranaense e mito do “vazio demográfico”. *Anais do XV Encontro Regional de História, 15*: Curitiba-PR, 2016.

## ANEXOS



## ANEXO 1

4 A - D. N. P. V. - D. T. C. - COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL GENERAL OZÓRIO

Of. 65

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Em, 19 de ABRIL de 1.949.

DO: Administrador da C.A.N.G.O.  
AO: Sr. Diretor da D.T.C.  
ASSUNTO: Relação de colônos

Anexo, vos encaminho em 2 (duas) vias,  
a relação dos colônos fichados na Secretaria desta colônia  
até 31 de Dezembro de 1.948.

Saudações

*Eduardo Virmond Sapichy*  
Eduardo Virmond Sapichy  
Administrador

Anexo: 1ª e 2ª vias da relação dos colônos

ANEXO 1: CONTINUAÇÃO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO VEGETAL  
DIVISÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO  
COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL "GENERAL GÓTTICO"

RELAÇÃO DOS COLONOS FICADOS NO ESCRITÓRIO DESTA COLÔNIA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1948

Nº DE ORDEM	NOMES	FAMÍLIAS					ALFA- BETI- ZADOS	NATURALIDADE				
		ESTADO CIVIL	DEPENDENTES	TOTAL				PARANÁ	ST. CATARINA	RIO G. DO SUL	S. PAULO	
		CAS.	SOL.	VIVO	MAS.	FEM.						
9	Antonio Perpeta Maia.....	1			2	1	3			1		
10	Antonio Mario Broot.....	1			1	1	2					
11	Antonio de Jesus Ferreira.....	1			1	1	2					
12	Antonio Demasio dos Santos.....	1			1	1	2					
13	Antonio Varal.....	1			1	1	2					
14	Antonio Zanella.....	1			1	1	2					
15	Antonio Maria de Souza.....	1		1	4	2	6					
16	Antonio Alves da Silva.....	1			2	1	3					
17	Antonio dos Schiribo.....	1	1		2	1	3					
18	Antonio Sergio de Farias.....	1			1	4	5					
19	Antonio Ribeiro dos Santos.....	1			3	1	4					
20	Antonio Rodrigues Fortes.....	1			1	1	2					
21	Antonio Schvlin.....	1			1	1	2					
22	Antonio Santos.....	1	1		3	3	6					
23	Antonio Silva Sans.....	1			3	3	6					
24	Antonio Ruth Schmit.....	1			4	3	7					
25	Antonio Prestes.....	1			4	4	8					
26	Antonio Pereira.....	1	1		4	4	8					
27	Antonio Machado da Rosa.....	1			2	2	4					
28	Antonio Lemes de Souza.....	1			2	1	3					
29	Antonio Martins da Silva.....	1			4	2	6					
30	Antonio Jose Couto.....	1			4	4	8					
31	Antonio Jose da Silva.....	1			3	3	6					
32	Antoni Gonçalves dos Santos.....	1			3	3	6					
33	Antonio Felício Bueno.....	1			3	2	5					
34	Antonio Farias.....	1			1	7	8					
35	Antonio Felix.....	1			1	4	5					
36	Antonio Duarte.....	1			1	5	6					
	A transportar.....	24	3	1	64	69	133	37				

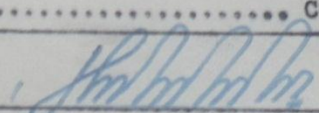
23

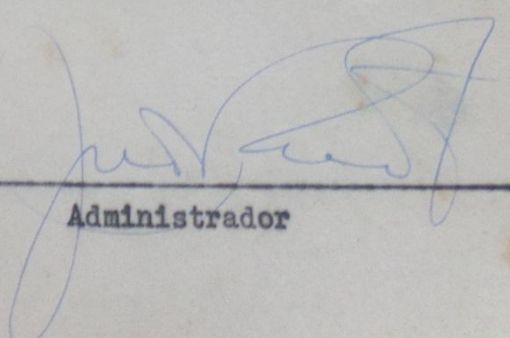
Nº DE ORDEM	NOMES	FAMÍLIAS					ALFA- BETI- ZADOS	NATURALIDADE				
		ESTADO CIVIL	DEPENDENTES	TOTAL				PARANÁ	ST. CATARINA	RIO G. DO SUL	S. PAULO	
		CAS.	SOL.	VIVO	MAS.	FEM.						
	Transporte de fls. 22.....	671	69	53	1579	2070	3649	1080				
790	Belvino Olimpio Bruscki.....	1			2	2	4					
791	Belvaldo Sibra.....	1			1	1	2					
792	Teodoro Joaquina Machado.....	1			2	2	4					
793	Teodoro Rodrigues de Brasi.....	1			1	1	2					
794	Teodolino Pereira do Nascimento.....	1			1	1	2					
795	Teotonio Cordairo Hatoto.....	1			2	2	4					
796	Tecracilio Machado.....	1			2	2	4					
801	Thomas Geseaki.....	1			2	2	4					
802	Tibarcio Rodrigues.....	1			1	1	2					
803	Ullio Rodrigues de Lixa.....	1	1		2	2	4					
804	Urcini Machado dos Santos.....	1			1	1	2					
805	Valter de Avila.....	1			1	1	2					
806	Valter Vilto.....	1			1	1	2					
807	Valdevino Fogasso da Silva.....	1			1	1	2					
808	Valdevino Alves Oliveira.....	1			1	1	2					
809	Valencio Alves dos Santos.....	1			1	1	2					
810	Vadico Joaquim Mariang.....	1			1	1	2					
811	Valdegiro Domingos Flores.....	1			1	1	2					
812	Vergilio Tobias.....	1			1	1	2					
813	Vergilio Antonio da Silva.....	1			1	1	2					
814	Vergilio Cardoso dos Santos.....	1			1	1	2					
815	Vergilio Alves.....	1			1	1	2					
816	Vergilio Alves de Andrade.....	1			1	1	2					
817	Vergilio Vieira Martins.....	1			1	1	2					
818	Vidal Rotes.....	1			1	1	2					
819	Vidal Lemes Schiribo.....	1			1	1	2					
820	Vidal Braz Moreira.....	1			3	3	6					
821	Vitorio Cieslki.....	1			1	1	2					
822	Vitorio Rufos.....	1			1	1	2					
823	Vitorio Nonato.....	1			2	2	4					
824	Vitor Fagundes da Silva.....	1	1		3	3	6					
825	Vicente Petik.....	1			3	3	6					
826	Viekerino Mauricio Salvadori.....	1			1	1	2					
827	Vivaldino Anjunes.....	1			2	2	4					
828	Walviro Jose Americo.....	1			1	1	2					
829	Waldemirio Nejuj Machado.....	1	1		1	1	2					
830	Zefirino Jesus da Silva.....	1			4	4	8					
831	Zulmira Pereira Bras.....	1			1	1	2					
	A transportar.....	705	72	54	1652	2164	3816	1133				

## ANEXO 2

NÚCLEO COLÔNIAL - GENERAL OZÓRIO -  
BOLETIM ESTATÍSTICO  
Mês de Setembro de 1955

<b>1.- ASSISTÊNCIA MÉDICA:</b>	
Consultas.....	85 ✓
Visitas domiciliares.....	1 ✓
Intervenções cirúrgicas.....	2 ✓
Acidentados.....	6 ✓
Aplicações fisioterápicas.....	6 ✓
Curativos.....	16 ✓
Injeções aplicadas.....	296 ✓
Gestantes assistidas.....	3 ✓
Nascimento.....	1 ✓
Óbitos.....	1 ✓
Enfermaria (Número de diárias).....	117 ✓
Requisição de exame de Ríc X.....	1 ✓
" " " " Laboratório.....	1 ✓
<b>2.- ASSISTÊNCIA DENTÁRIA:</b>	
Consultas.....	14 ✓
Extrações.....	79 ✓
Obturações.....	1 ✓
Curativos.....	69 ✓
(DESPESAS 1 e 2)	
Material.....	Cr\$ 80,00
Pessoal.....	Cr\$ 2.400,00
<b>3.- ASSISTÊNCIA ESCOLAR:</b>	
Número de escola.....	27
" " professoras.....	27
" " alunos matriculados.....	1010
Sexo feminino.....	442
" masculino.....	568
Frequência média.....	28
(DESPESAS 3)	
Material.....	Cr\$ 80,00
Pessoal.....	Cr\$ 34.917,40

  
 Encarregado do Boletim

**V I S T O:**  
  
 Administrador

## ANEXO 3

INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NÚCLEO COLONIAL "GENERAL OZÓRIO."	
RELAÇÃO DOS GUARDAS RURAIS E FLORESTAIS DA CAUÇO	
	(Barra Grande)
1	(Jaracatiá-Séde)
2	
3	Elisinho Tolomiotti - Serra da Vitória
4	Benício Pereira - Barra do Rio "14"
5	Florência Antunes Marques - Margem direita do Rio "14"
6	Henrique Helmann (José Jerônimo Alflen-auxiliar)-Jacutinga
7	Diniz Ribeiro de Oliveira - Barra do Rio Mico
8	Dorvalino Borghezani - Rio Tunas
9	Sebastião Campolin dos Santos - Cabeceira do Rio "14"
10	Arnoldo Ortiz de Camargo (florestal)- Santa Rosa-Séde
11	Angelo Palaoro - Cabeceira do Rio "14"
12	Artidório Vargas - Cotegipe
13	Rurides José de Campos (florestal)- Santa Rosa-Séde
14	José Leandro Lopes - Séde do Rio "14"
15	Altino Rodrigues de Campos (florestal) km 4 estrada de Santa Rosa
16	Matias Schmoller - Rio Pedreiro
17	Bento Luiz de Oliveira - Barra Grande
18	José Bordin - Encantilado
19	Francisco Padejara - Rio Herval
20	Augusto Pedro Pereira - Rio Florida, Santo Antonio
21	(Encantilado)
22	Norberto Pereira do Nascimento - Picadão km 20 à 40
23	(Rio Tunas)
24	Antonio Ferreira de Souza - Cabeceira do Rio Ligação
25	Alfredo Recalcatti - Rio Ligação
26	Anibal Alves de Andrade - Rio das Lontras, margem esquerda
27	Leonardo Helmann - Rio das Lontras, margem direita
28	João Otaviano dos Santos - Cotegipe, Picadão
29	Antenor Fagundes - Capandema
30	Santonino Albino Pereira - Rio Iguapé
31	Amantino Duarte - Pedreiro.

## ANEXO 4

2 - 6 - 1953  
 Cango Ilmo Sr  
 Administrador da Cango  
 Dirrige-se a essa administração  
 a colonos a fim de requererem e  
 ficharem-se no lugar denominado  
 Tarda a sr Pedro Bonetti da Silva  
 e de outro lado Florenso Ferreira  
 Guarda Rural Da Cango  
 Luiz Rodrigues Municipio  
 Santo Antonio  
 Atensiosas Saudações

## ANEXO 5

31 - 5 - 1953  
 Ilmo Sr  
 Administrador  
 Da Cango Dirrige-se a essa Administração  
 a fim de requererem os lotes e ficharem-se os sres  
 Rodansio e Maria do Sacramento e Remundo Maria  
 Ferreira João Alvaro do Sacramento  
 Guarda Rural da Cango em Municipio Santo  
 Antonio Rio Florido  
 Cordiais Saudações  
 Luiz Rodrigues

## ANEXO 6

RECEBIMENTO		MINISTÉRIO DA AGRICULTURA D. N. P. V. - D. T. C.		TRANSMITIDO	
HORAS		COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL GENERAL OZÓRIO RADIO COMUNICAÇÕES		HORAS 1611	
DATA de de 19		DESTINATÁRIO		DATA 21.7.57	
NOME		NOME Dr. João da Cruz Nascimento		PREFIXO DA ESTAÇÃO	
		ENDEREÇO 7º Andar - I.N.I.C. -		INICIAIS OPERADORE	
		LOCAL Rio			
PREAMBULO		N.º 214		DATA 21.7.57	
				HORAS 15	
<p>N.º 203 - de 24/7/57 - Assistimos um espectáculo maravilhoso          ne 28/7/57 com a caída de neve e vg houve lugar que atingiu espessura de cinco centímetros pt          Aguardamos resposta nesse radio quante a classificação de despesa          para este ano pt</p> <p style="text-align: center;">Cordiais Saudações</p> <p style="text-align: center;">ENQ. ASSOCIADA, B. F. HOLMEDI, D. N. T. ALVES          Administrador</p> <p style="text-align: center;">Cordiais Saudações</p>					

## ANEXO 7

M. A. - D. N. P. V. - D. T. C. - COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL GENERAL OZÓRIO

-59-

Em 8 de AGOSTO de 1946

Snr. Chefe da S.C.

Tendo em vista o que estabelece o item XI, da Portaria n.º 207, de 21 de outubro de 1944, encaminhada pela circular n.º 25, de 23/10/44, cabe-me informar-vos que não foi possível localizar colônos e nem avaliar convenientemente as diferentes culturas dos habitantes esparsos nas terras destinadas á colonização, pelos motivos seguintes:

- a) Só no corrente exercício ficará terminada a estrada de serviço, com 64 km de acesso ás terras a serem colonizadas;
- b) Igualmente, só agora foi possível iniciar o levantamento de glebas para divisão de lotes e localização de colônos, ao mesmo tempo em que está sendo feito o levantamento das áreas cultivadas e benfeitorias existentes nos respectivos polígonos, e portanto, só após tais trabalhos poderão ser fornecidos os elementos referidos em vossa circular n.º 6, de 11 do mês p. passado;
- c) Independente do que acaba de ser esclarecido, os colônos, moradores antigos das terras da colônia, embora trabalhadores, de prole numerosa e esforçados, não demonstram progresso na agro-pecuária, pela série de dificuldades que encontram, oriundas das condições locais, que lhes prejudicam seriamente, tôdas elas cnsa

## ANEXO 7: CONTINUAÇÃO

M. A. - D. N. P. V. - D. T. C. - COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL GENERAL OZORIO

quentes da falta de comunicação de veículos que lhes possam reparar as necessidades, e só agora a repartição pôde chegar com a longa quilometragem àquela local, sem dúvida, saindo em parte, um dos maiores problemas da colonização.

Assim é que, só após os trabalhos complementares de localização dos colônios existentes e novos, com melhores condições de vida, poderão ser satisfeitas as várias determinações constantes da citada circular nº 6.

Saudações

*Eduardo Virmond Sulley*  
Eduardo Virmond Sulley  
Administrador

## ANEXO 8



INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLÔNIZAÇÃO

OFÍCIO  
Nº 88-

Em 8 de Outubro de 1956

Do Administrador do Núcleo Colonial "General Osório"  
Ao Sr. Chefe da F.D.C. do I.N.I.C.  
Assunto: Demarcação de lotes de terra

Snr. Chefe:

Em resposta a seu ofício nº 44, tenho a esclarecer o seguinte:

- Que esta Administração tem em mãos os elementos do processo topográfico de 30 (trinta) glebas completas, perfazendo um total de 828 (oitocentos e vinte e oito) lotes.

- O processo consta dos cálculos e planilhas das glebas e dos lotes; plantas em papel vegetal das glebas e dos lotes e cadernetas de campo referentes.

- Esses lotes acham-se perfeitamente demarcados no campo.

- Os elementos do processo são os seguintes:

Gleba nº 1

- 1 - Planta geral da gleba,
- 7 - Plantas de lotes,
- 7 - Roteiros completos e
- 18 - Planilhas de cálculos.

Gleba nº 2

- 1 - Planta geral da Gleba,
- 11 - Plantas de lotes,
- 11 - Roteiros completos e
- 31 - Planilhas de cálculos.

Gleba nº 3

- 1 - Planta geral da Gleba
- 9 - plantas de lotes
- 9 - Roteiros completos
- 41 - Planilhas de cálculos.

Gleba nº 4

- 1 Planta Geral da Gleba
- 14 Plantas de lotes
- 14



## ANEXO 9

NÚCLEO COLÔNIAL «GENERAL OZÓRIO»

GLEBA - 7

Amarração: - Nas estações 141 (partida) e 179 (chegada) na Gleba nº 5.

Situação: - Parte da estaca 141 e sobe o rio Marrecas pela margem esquerda até encontrar a linha São Paulo Rio Grande; segue por esta linha até o ponto 84, daí segue por uma linha seca até a margem direita do Rio Lageado Grande; prossegue descendo o referido rio até chegar ao Rio "14", segue agora pelo Rio "14" na sua margem direita até o ponto 179 final.

Caderneta: - Nos. 9 e 10 se encontra o perímetro. Nos. 19, 20 e 21, acham-se as estradas e linhas de divisa dos lotes.

Número dos lotes: -

26 (vinte e seis) lotes com a seguinte numeração: 64 a 67, 67A, 68, 69, 70, e de 81 a 98 inclusive.

Documentação:

- Cálculo analítico, em planilhas, do perímetro, estradas e aguadas.
- Cálculo analítico da área, em planilhas, dos lotes, roteiro em tres vias, e plantas individuais dos lotes.
- Planta geral da Gleba em papel vegetal na escala de 1:10.000.
- Não foram calculados os lotes nos. 67A, 68, 69 e 70 em virtude de possuírem um lado comum com a linha São Paulo Rio Grande, que ainda não foi determinada.

Lote nº 64	438.380,81 m <sup>2</sup> .	Lote nº 91	282.913,89 m <sup>2</sup>
" " 65	444.048,63 m <sup>2</sup>	" " 92	261.383,07 m <sup>2</sup>
" " 66	389.511,40 m <sup>2</sup>	" " 93	357.004,39 m <sup>2</sup>
" " 67	284.032,03 m <sup>2</sup>	" " 94	324.350,55 m <sup>2</sup>
" " 67A	-----	" " 95	370.728,49 m <sup>2</sup>
" " 68	-----	" " 96	329.608,08 m <sup>2</sup>
" " 69	-----	" " 97	340.677,74 m <sup>2</sup>
" " 70	-----	" " 98	333.839,76 m <sup>2</sup> .
" " 81	381.643,22 m <sup>2</sup>	26	7.871.989,51 m <sup>2</sup> .
" " 82	423.426,17 m <sup>2</sup>		
" " 83	358.693,86 m <sup>2</sup>		
" " 84	345.821,99 m <sup>2</sup>		
" " 85	329.646,85 m <sup>2</sup>		
" " 86	415.550,74 m <sup>2</sup>		
" " 87	358.916,34 m <sup>2</sup>		
" " 88	376.138,39 m <sup>2</sup>		
" " 89	367.130,43 m <sup>2</sup>		
" " 90	358.542,68 m <sup>2</sup> .		

## ANEXO 10

G L E B A 16

Amarração: - Nas estações 133 na Gleba 8 (partida) e 24 na Gleba 14 (chegada) essa peligenal inclui as Glebas 15 e 16.

Situação: - Parte de pente 133 na margem esquerda de rio Santa Rosa vai por uma linha seca até a margem direita de Rio Tuna segue descendo e rio citado até o pente 120.

Cadernetas: - N<sup>o</sup> 23, 24, e 32 estão tabeladas as áreas da Gleba 16, estradas perimetro, linhas de divisa dos lotes.

Número dos lotes: - 15 (quinze) com a seguinte numeração: 204 a 217 inclusive e mais o número 221.

Documentação: - a) Cálculo analítico, em planilhas, do perimetro, estradas e aguadas.  
b) Cálculo analítico da área, em planilhas, dos lotes, roteiro em três vias, e plantas individuais dos lotes.  
c) Planta geral da Gleba em papel vegetal na escala de 1:10.000

Lote n	204	262.060,46 m <sup>2</sup> .	Lote n	212	297.712,75 m <sup>2</sup> .
" "	205	287.995,33 m <sup>2</sup> .	" "	213	323.139,95 m <sup>2</sup> .
" "	206	308.515,19 m <sup>2</sup> .	" "	214	315.898,05 m <sup>2</sup> .
" "	207	242.647,71 m <sup>2</sup> .	" "	215	358.927,28 m <sup>2</sup> .
" "	208	277.309,96 m <sup>2</sup> .	" "	216	381.368,09 m <sup>2</sup> .
" "	209	315.224,10 m <sup>2</sup> .	" "	217	350.567,23 m <sup>2</sup> .
" "	210	248.121,93 m <sup>2</sup> .	" "	221	411.594,50 m <sup>2</sup> .
" "	211	249.921,23 m <sup>2</sup> .			
			Total		4.611.005,61 m <sup>2</sup> .

## ANEXO 11

G L E B A A 17

- Amarração:- Nas estações 3-A da Gleba 16 e 25 da Gleba 16 (chegada)
- Situação:- Parte do ponto 3A situado na margem esquerda do rio Santa Rosa, segue subindo o referido rio pela sua margem esquerda até a barra do rio Herval. Segue pelo rio Herval até o canto do lote 249, aí segue uma linha seca até a margem direita do rio Tunas; prossegue descendo o rio Tunas até o ponto 25.
- Cadernetas:- Nº 25 Encontra-se o perímetro. Nº 24 e 25 estão as estradas e as Nº 34 e 35 estão as linhas de divisas dos lotes.
- Número dos lotes:- 35 (trinta e cinco) da seguinte numeração: 218 a 220 inclusive, 222 a 252 inclusive e mais 360.
- Documentação:- a) Cálculo analítico, em planilhas, do perímetro, estradas e aguadas.  
b) Cálculo analítico da área, em planilhas, dos lotes, boiteiro em três vias, e plantas individuais dos lotes.  
c) Planta geral da Gleba em papel vegetal na escala de 1:10.000

Lote n	218	238.231,52 m <sup>2</sup> .	Lote n	233	253.745,20 m <sup>2</sup> .
" "	219	244.004,18 m <sup>2</sup> .	" "	234	308.134,90 m <sup>2</sup> .
" "	220	290.231,71 m <sup>2</sup> .	" "	235	269.157,99 m <sup>2</sup> .
" "	222	201.657,74 m <sup>2</sup> .	" "	236	235.625,00 m <sup>2</sup> .
" "	223	268.531,92 m <sup>2</sup> .	" "	237	211.902,32 m <sup>2</sup> .
" "	224	312.876,57 m <sup>2</sup> .	" "	238	238.510,35 m <sup>2</sup> .
" "	225	261.616,19 m <sup>2</sup> .	" "	239	248.504,24 m <sup>2</sup> .
" "	226	293.055,84 m <sup>2</sup> .	" "	240	290.587,50 m <sup>2</sup> .
" "	227	253.367,88 m <sup>2</sup> .	" "	241	269.663,61 m <sup>2</sup> .
" "	228	276.269,39 m <sup>2</sup> .	" "	242	260.848,38 m <sup>2</sup> .
" "	229	175.590,70 m <sup>2</sup> .	" "	243	255.431,57 m <sup>2</sup> .
" "	230	238.942,31 m <sup>2</sup> .	" "	244	275.183,12 m <sup>2</sup> .
" "	231	259.594,92 m <sup>2</sup> .	" "	245	326.608,34 m <sup>2</sup> .
" "	232	211.277,87 m <sup>2</sup> .	" "	246	224.617,24 m <sup>2</sup> .
			" "	247	215.076,74 m <sup>2</sup> .
			" "	248	246.277,65 m <sup>2</sup> .
			" "	249	236.171,96 m <sup>2</sup> .
			25	250	233.365,90 m <sup>2</sup> .
			" "	251	247.769,73 m <sup>2</sup> .
			" "	252	250.495,71 m <sup>2</sup> .
			36	360	149.006,30 m <sup>2</sup> .
			Total		8.791.934,89 m <sup>2</sup> .

## ANEXO 12

NÚCLEO COLÔNIAL -GENERAL OZÓRIO-

GLEBA 18

**Amarração:** Nas estações 102 da Gleba 2 (partida) e na 37-38 da Gleba 8 (chegada)

**Situação:** Parte do ponto 102, situado na estrada do Picadão, segue por esta estrada, até o canto do lote 292, aqui pega outra estrada e sobe até chegar na margem direita do rio Santa Rosa até alcançar o ponto 37 da Gleba 8.

**Cadernetsa:** Nos 30 e 34 encontram o perímetro, estradas e linhas divisórias dos lotes.

**Número dos lotes:** 16 (dezeesseis) com a seguinte numeração: 279, a 294 inclusive.

**Documentação:**

- Cálculo analítico em planilha, do perímetro, estradas, e aguadas.
- Cálculo analítico da área em planilha, dos lotes, retiro em tre-vias, e planta individual dos lotes.
- Planta geral da Gleba em papel vegetal na escala de 1:10.000.

Lote nº 279	495.103,98 m <sup>2</sup>	Lote nº 288	384.570,80 m <sup>2</sup>
" " 280	239.569,43 m <sup>2</sup>	" " 289	479.900,22 m <sup>2</sup>
281	255.290,07 m <sup>2</sup>	" " 290	403.564,64 m <sup>2</sup>
282	329.298,77 m <sup>2</sup>	" " 291	389.388,00 m <sup>2</sup>
283	353.928,92 m <sup>2</sup>	" " 292	408.641,87 m <sup>2</sup>
284	345.130,06 m <sup>2</sup>	" " 293	394.747,88 m <sup>2</sup>
285	360.993,04 m <sup>2</sup>	" " 294	175.681,56 m <sup>2</sup>
286	399.319,73 m <sup>2</sup>	16	5.803.382,64 m <sup>2</sup>
287	388.253,67 m <sup>2</sup>		

## ANEXO 13

GLEBA 19

- Amarração:- Nas estações 30 da Gleba 18 (partida) e 77 na Gleba 17 (chegada).
- Situação:- Parte do ponto 30, situado na margem direita do Rio Santa Rosa atravessa o rio e sobe por uma linha seca até chegar na margem do rio Gerval na sua margem direita. Segue pelo rio Herval até chegar ao ponto 77.
- Cadernetas:- N° 23 esta o perímetro. N° 23, 26, 34 e 36 estão as estradas e linhas de divisas.
- Numero dos lotes:- 26 (vinte e seis) com a seguinte numeração: 253 a 278 inclusive.
- Documentação:- a) Cálculo analítico, em planilhas, do perímetro, estradas e aguadas.  
b) Cálculo analítico da área, em planilhas, dos lotes, roteiro em três vias, e plantas individuais dos lotes.  
c) Planta geral da Gleba em papel vegetal na escala 1:10000

Lote N° 253	279.206,02 m2.	Lote N° 267	313.130,84 m2.
" " 254	274.239,29 m2.	" " 268	364.174,91 m2.
" " 255	380.692,07 m2.	" " 269	336.387,71 m2.
" " 256	303.422,61 m2.	" " 270	342.247,47 m2.
" " 257	337.248,34 m2.	" " 271	352.174,60 m2.
" " 258	351.749,21 m2.	" " 272	362.136,12 m2.
" " 259	333.692,76 m2.	" " 273	341.502,80 m2.
" " 260	273.323,40 m2.	" " 274	301.816,13 m2.
" " 261	396.722,37 m2.	" " 275	261.609,22 m2.
" " 262	372.660,35 m2.	" " 276	336.484,07 m2.
" " 263	353.249,55 m2.	" " 277	366.270,64 m2.
" " 264	360.399,19 m2.	" " 278	404.121,26 m2.
" " 265	348.960,63 m2.		
" " 266	267.158,66 m2.		
		Total	3.719.049,22 m2.

## ANEXO 14

G L E B A 30

Amarração: Na estação 88 da Gleba 23 e 72 da Gleba 29.

Situação: Partindo do ponto 88 da Gleba 23 situado a margem direita de Rio Herval, segue subindo o referido rio até sua nascente na estação 122. De-te segue em linha côca até a estrada para Jacutinga estação 126; daí continua pelo divisor até sua amarração na Gleba 29 estação 72.

Cadernetas: Número 64 está o perímetro, e nºs. 63 e 76 as estradas e aguadas; nºs. 100, 102 e 103 as linhas divisorias dos lotes.

Número de lotes: 55 lotes numerados de 790 a 844 inclusiveis.

Documentação:

- Cálculo analítico, em planilhas, do perímetro, estradas e aguadas.
- Cálculo analítico da área, em planilhas, dos lotes, roteiro em três vias, e planta individual dos lotes.
- Planta geral da Gleba em papel vegetal na escala de 1:10.000.

Lote nº 790 - 303.689,52 m <sup>2</sup>	Lote nº 818 - 309.706,81 m <sup>2</sup>
" 791 -	" 819 - 311.814,90 m <sup>2</sup>
" 792 -	" 820 - 282.316,97 m <sup>2</sup>
" 793 -	" 821 - 231.127,63 m <sup>2</sup>
" 794 - 310.165,35 m <sup>2</sup>	" 822 -
" 795 - 237.213,23 m <sup>2</sup>	" 823 - 240.721,53 m <sup>2</sup>
" 796 - 205.692,74 m <sup>2</sup>	" 824 - 228.138,62 m <sup>2</sup>
" 797 - 259.036,64 m <sup>2</sup>	" 825 - 218.857,10 m <sup>2</sup>
" 798 - 216.919,47 m <sup>2</sup>	" 826 - 245.002,50 m <sup>2</sup>
" 799 - 231.123,11 m <sup>2</sup>	" 827 - 281.608,50 m <sup>2</sup>
" 800 - 226.765,18 m <sup>2</sup>	" 828 - 209.471,86 m <sup>2</sup>
" 801 - 233.089,33 m <sup>2</sup>	" 829 - 196.179,29 m <sup>2</sup>
" 802 - 298.055,72 m <sup>2</sup>	" 830 - 214.607,05 m <sup>2</sup>
" 803 - 250.760,78 m <sup>2</sup>	" 831 - 252.915,66 m <sup>2</sup>
" 804 - 168.105,55 m <sup>2</sup>	" 832 - 267.149,20 m <sup>2</sup>
" 805 - 264.035,75 m <sup>2</sup>	" 833 - 189.765,76 m <sup>2</sup>
" 806 - 269.420,17 m <sup>2</sup>	" 834 - 249.189,26 m <sup>2</sup>
" 807 - 246.668,72 m <sup>2</sup>	" 835 - 288.931,40 m <sup>2</sup>
" 808 - 229.504,57 m <sup>2</sup>	" 836 - 290.147,54 m <sup>2</sup>
" 809 - 244.974,79 m <sup>2</sup>	" 837 - 260.905,28 m <sup>2</sup>
" 810 - 270.743,90 m <sup>2</sup>	" 838 - 274.459,14 m <sup>2</sup>
" 811 - 268.551,20 m <sup>2</sup>	" 839 - 203.961,78 m <sup>2</sup>
" 812 - 270.440,79 m <sup>2</sup>	" 840 -
" 813 -	" 841 - 232.439,62 m <sup>2</sup>
" 814 -	" 842 - 278.316,30 m <sup>2</sup>
" 815 -	" 843 - 283.851,59 m <sup>2</sup>
" 816 -	" 844 - 275.086,90 m <sup>2</sup>
" 817 -	

## ANEXO 15

NÚCLEO COLÔNIAL "GENERAL OZÓRIO"

Aos Senhores Guardas que atendem aos colonos abaixo relacionados.

A Seção de Engenharia pede que sejam avisados os colonos abaixo discriminados, afim de que compareçam sexta-feira dia 4 do corrente, à dita Seção, para verificarem o loteamento da Gleba 32. <sup>P<sup>os</sup></sup> Os que não vierem, não caberá nenhuma reclamação posterior.

RIO JARACATIÁ E VITÓRIA

Viuva Honoria Francisca Zalda  
 X Antonio Pedro Luis  
 X Setembrino Rodrigues da Silva  
 X Narciso Silveira ✓  
 X Avelino Baseggio  
 X Ricardo Cruzceta  
 Cornélio Souza  
 Daray de Paula  
 Florindo de Paula  
 X Juvenal Paulino de Oliveira ✓  
 Lindolfo Heins  
 Manoel Telles  
 Carlos Antonio da Silva  
 X Severino Rosa  
 Antonio Silveiro Machado  
 X Afonso Soares  
 Antonio de Oliveira  
 Americo Soares da Silva  
 Salustiano Lima dos Santos  
 João de Paulo  
 Ernesto de Souza  
 Pompilio Francês  
 João Batista Alves  
 Francisco Sonenski  
 Casemiro Sonenski  
 X Miguel Sukonski ✓  
 Diogo Afonso Soares  
 Delfino Soares dos Santos  
 Natalicio de Lima

## ANEXO 15: CONTINUAÇÃO

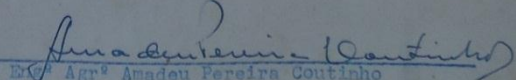
## NÚCLEO COLÔNIAL «GENERAL OZÓRIO»

- ✓ 360 ~~Agostinho de 17 anos~~  
 384 Turibio Holling não  
 385-Vendolin Blasins — *lin 193*  
 — 386-Fredolino Pepla *lin 193*  
 — 388-Lauro do Nascimento não  
 — 387 Esmelindo José de Oliveira não  
~~387 Agostinho de 17 anos~~  
**SANGA BASQUERA**  
 — 391 Caetano Burich não  
 — 391 Olinto Burilli não  
 — 389-Julio Wesseling não  
 — 382-Hipólito Number não  
 — ② 381-Gentil Marciolli não  
 — 392-Paulo Holling *lin 193*  
 — ② 384 Estacio Stepaniak não *R Hollins*  
 ③ 380-Lucio Butili não  
 393-Vitalino Basquera não  
 394-Alberto Basquera *lin 193*  
 — 395-José Jelvan não  
 — ③ 380-José Moisés *lin*  
 390- Narcete Basquera

N.B. - Os vizinhos aos colonos relacionados, devem também comparecer, pois seus nomes podem estar omisso por engano, ou por não terem sido suas casas levantadas.

Francisco Beltrão, 1º de maio de 1956.

1º 345  
 928  
 84

  
 Engº Agrº Amadeu Pereira Coutinho  
 Responsavel pelos Serviços de Engenharia da Canga.



## ANEXO 16



INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO  
NÚCLEO COLÔNIAL "GENERAL OSÓRIO"

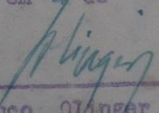
DECLARAÇÃO

Declaro que o colôno Honorato José Pinto por não ser fichado nesta CANGU e desejando legalizar-se perante o I.N.I.C. (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) passou uma nota promissoria (nº 85) em favor do mesmo Instituto, que será cobrada de acordo com as instruções que vierem da direção do I.N.I.C. com as quais o referido colôno, declara, se conformará.

A cobrança judicial da referida nota promissoria só poderá ser realizada no momento em que o I.N.I.C. iniciar a escrituração de suas terras, cujo preço, será estabelecido por uma Comissão legal de avaliação.

Até que venham os necessários esclarecimentos do I.N.I.C. nenhuma despesa será exigida do colôno Honorato José Pinto

N.C. "GENERAL OSÓRIO", em 14 de Abril de 1955

  
Glauco Olinger  
\*Administrador\*

(Lagueado da Esteira)

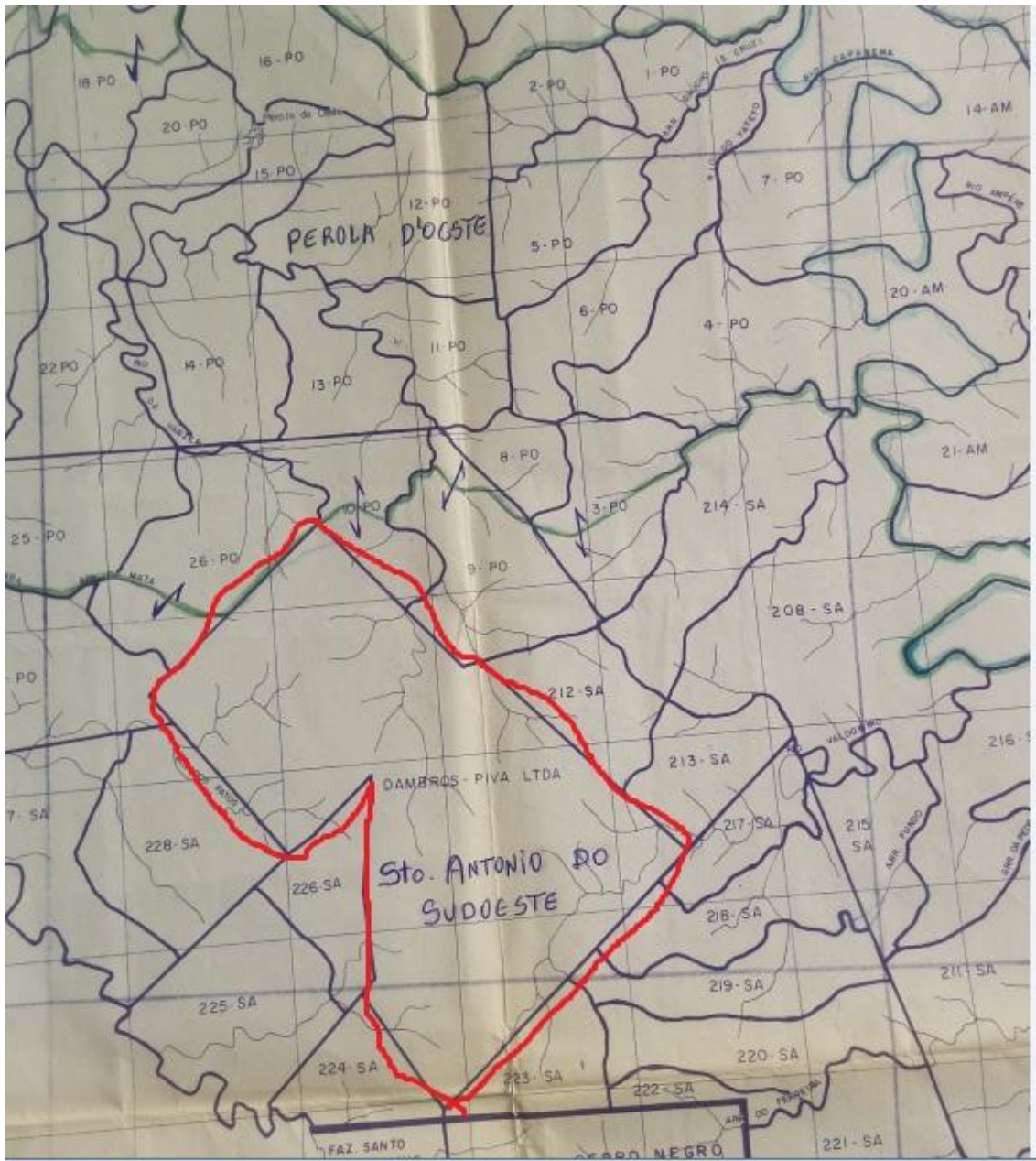
ANEXO 17

INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

RELAÇÃO DE COLONOS QUE PRETENDE LOCALIZAR-SE NAS  
FERRAS DO I.N.I.C. "INSTITUTO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO"

EDUARDO ANTONIO BIGATON - bras. casado <i>Ariz. = Pato Branco</i>	ARMINDO RETSEL - casado <i>P. B.</i>
DALVINO FERRI - bras. casado <i>(Guzelin)</i>	<del>_____</del>
JOSÉ AMADEU BIGATON - bras. Casilha Rica	VALDEMAR SEIDNSTICHER - <i>Stopyora</i>
CARLOS DEBASTIANI - casado - Pato Branco	LUIZ PIQUETTI - <i>casado - Pato Branco</i>
LUIZ STEFANO BIGATON - casado - Pato Branco	JOÃO LIBARDONE - <i>Ariz. =</i>
JOSÉ PAOLASSA - Pato Branco - casado	MANOEL LEITE - " - "
ALZIRE FERRI - Pato Branco - casado	ANTONIO PIMENTEL - <i>Stopyora</i>
LUIZ RIOS - <i>D. de B. =</i> " " X	ARI PETRI - <i>Novo Concórdia</i>
AFONSO BIGATON - " " "	LUDOVINO KUFFNER - <i>Stopyora</i>
SEBASTIÃO PAULINO <i>Mauad. Novo casado</i>	ATILES COLLA - <i>Stopyora</i>
ARNALDO FERRI - <i>Solsinho - Mareli. Pato</i>	<del>_____</del>
MAZIO BELTRAME - <i>Casilha Rica - casado</i>	NATAL CALEGARI - <i>solt. 22 - Stopyora</i>
IZALTEINO SGARBI - <i>Ariz. P. Branco</i>	MAXIMO BONELLA - <i>Ariz. =</i>
GERALDO VERENOZE - <i>P. Branco</i>	AMADO MARTINS - " - "
IVALDO KUFFNER - <i>P. Branco, casado</i>	AUGUSTO ZUCHI - " - "
JULIO BELEI - <i>Stopyora P. Branco</i>	DORIVAL PIQUETTE - " - "
NERIZ BELTRAME - <i>casado</i>	ARCIDES ANTUNES - <i>Ariz. =</i>
JOSÉ CRISTANI - <i>Ariz. Rica</i>	
VALEN TIM CARNIELETO - <i>casado P. B.</i>	
VALDEMIRO BIGATON - <i>solt. P. B.</i>	
FIORAVANTE CARNIELETO - <i>casado Stopyora</i>	
VITORIO ANATER - <i>P. Branco, casado</i>	
JOSE ORLANDO FERREIRA - <i>casado P. Branco</i>	
MARIANO CARNIELETO - <i>solt. Ariz. vic. casado</i>	
VALDIR CARNIELETO - <i>solt. 20 -</i>	
NILO CARNIELETO - <i>solt. 18 -</i>	
BERNARDO AUGUSTO MULLER - <i>casado Stopyora</i>	
HELMOT GUSTAVO MULLER - <i>casado</i>	

ANEXO 18



ANEXO 19

EXMO. SR. PRESIDENTE DO GRUPO EXECUTIVO PARA AS  
SUDOESTE DO PARANÁ (GETSOP),

Deferido nos termos das  
Partarias no 502 57/67, ao preço  
de R\$ 4,00 (quatro cruzeiros) o ha.  
Em 25 ago 70

*Elvino*  
Presidente Subst.

*Angelo Camilotti*

abaixo assinado, ocupante do Lote n.º 732, da Gleba n.º 9 FB  
do Núcleo EB com 38,0 ha, da Colônia  
Missoes, situada no Município de Francisco Beltrão, vem  
respeitosamente por intermédio de V. Excia., requerer ao Grupo Executivo para  
as Terras do Sudoeste do Paraná, por compra, o referido imóvel, para que,  
depois de pagos os emolumentos devidos, lhe seja expedido o título de domínio  
em seu próprio nome.

Nêstes Termos

P. Deferimento

Francisco Beltrão 30-12-67.

*Angelo Camilotti*

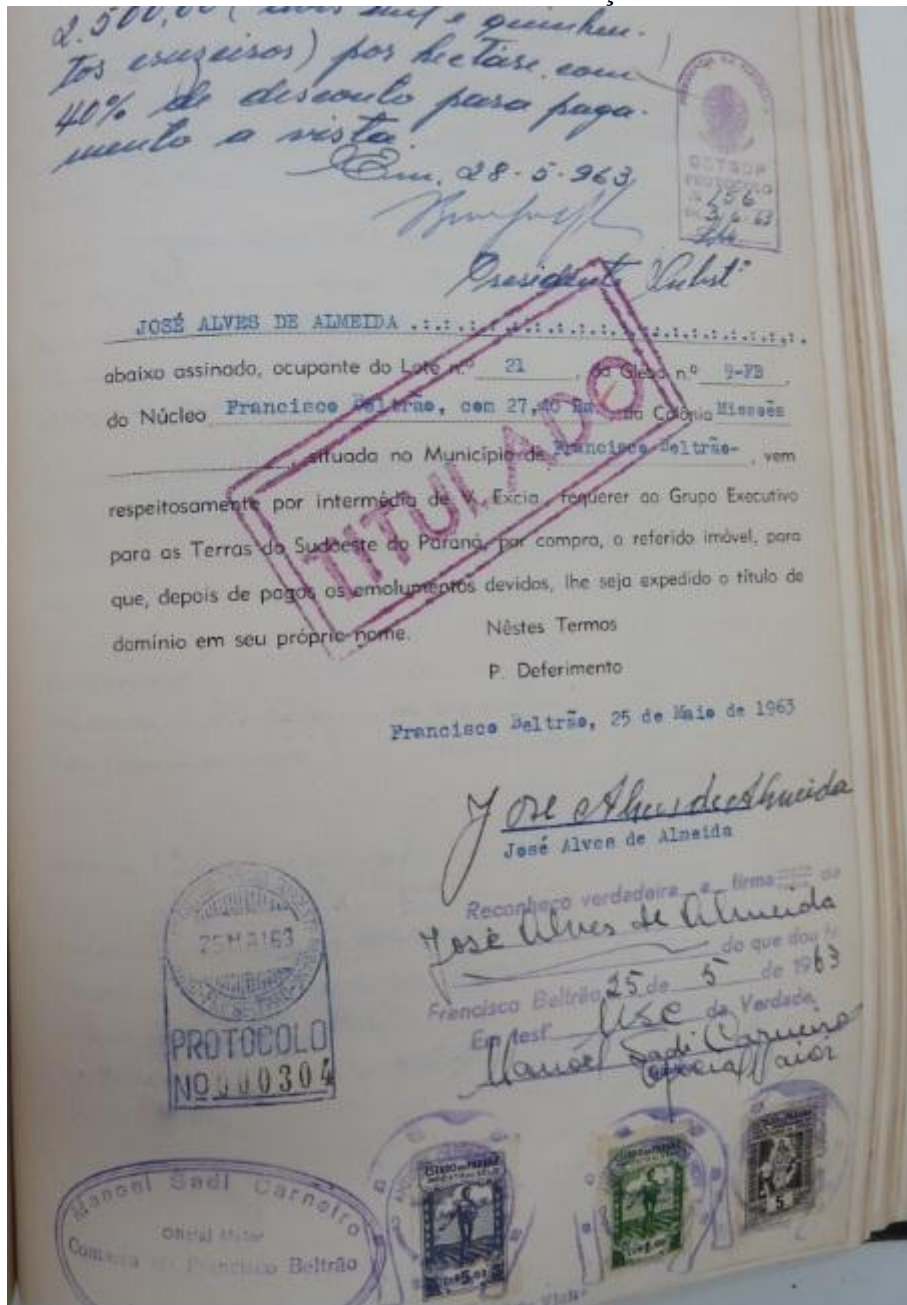
Reconheço verdadeira a firma <sup>supra</sup> de Angelo Camilotti  
do que dou fé  
Francisco Beltrão, 30 de Dez de 1967  
Em test. Angelo Camilotti da Verdade.

*Angelo Camilotti*

Stamp: EXECUTIVO TERRAS SUDOESTE DO PARANÁ, 31 DE 297, PROTOCOLO Nº 13254

Stamp: TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ, GETSOP, PROTOCOLO Nº 4585, 22/2/67

ANEXO 19: CONTINUAÇÃO



## ANEXO 20

Protocolo n.º - 1098/64 - José Basgal  
 Imóvel: Lote nº 1 - gleba nº 1-A.M. - Col. Missões  
 Aprovado em sessão de: 1/8/64.  
 Ficha: 1-A.M.

EXTRATO DE CONTA CORRENTE

Discriminação	Débito	Crédito
<b>TERRAS</b> — S/compra de 27,0 has. à Cr\$ 4.000 o hectare	Cr\$ 108.000	
S/pagto. tal. 1849 de 3/ 5/65 — Banestado/P.B.		Cr\$ 64.800
S/pagto. tal. <del>xxxxxx</del> de <del>xxxxxx</del> — Desconto 40%		Cr\$ 43.200
S/pagto. tal. de / / —		Cr\$
S/pagto. tal. de / / —		Cr\$
S/pagto. tal. de / / —		Cr\$
S/pagto. tal. de / / —		Cr\$
	Cr\$ 108.000	Cr\$ 108.000
<b>MEDIÇÃO</b> — Levantamento de _____ ml. à Cr\$ _____ por metro linear	Cr\$	Cr\$
S/pagto. tal. de / / —		Cr\$
S/pagto. tal. de / / —		Cr\$
	Cr\$	Cr\$

A conta do requerente foi devidamente fechada, conforme demonstração supra, em função dos pagamentos efetuados.

TESOURARIA


Em, 14/5/1965

*[Assinatura]*  
Funcionário

VISTO

*[Assinatura]*  
Eua. n.º 54

ANEXO 21

  
ESTADO DO PARANÁ  
GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ

VISTO \_\_\_\_\_  
Teseiroiro

GUIA N.º 4451/70

ERNESTO JELINEK  
BANESTADO/FB. os valores e emolumentos

Agência do Banco especificadas, para compra de 16,00/Ha. hectares de Terras devolutas

LOTE Nº 11 DA GLÉRA Nº 1-PO. NUCLEO-PO. COLONIA MISSOËS

situadas no município de PÉROLA D'OESTE

o título de COMPRA por DESPACHO de 21 / 11 / 69

proferid 6 no PROTOCOLO Nº 7287/69

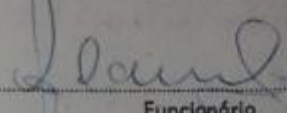
de hectare: Cr\$ 20,00	Pagamento:	Terras
Prestação 1ª Prestação	, correspondente a	Cr\$ 53,34
Título	10% DE MULTA	Cr\$ 5,33
Registro, feito e porte	2ª PRESTAÇÃO INTEGRAL	Cr\$ 53,36
Ediais, Vistos e sentença	3ª-4ª-5ª e 6ª- Prestação	Cr\$ 213,36
		Cr\$
		Cr\$
		Cr\$
		Cr\$
	Soma	Cr\$ 325,37
		Cr\$ 64,00
	A pagar	Cr\$ 261,37

deduzir: 30% SOBRE CR\$ 213,36

SESENTOS E SESSENTA E UM CRUZEIROS E TRINTA E SETE CENTAVOS

Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, 13 de NOVENBRO de 19 70

VISTO \_\_\_\_\_  
Teseiroiro

  
Funcionário

ANEXO 22

Ciente sôbre as especificações do lote e condições para require-lo:

Em ..... 8 ..... / ..... 5 ..... / ..... 65 .....

x Augusto Almeida Filho  
Posseiro

João B. Santana  
Funcionário

Visto

Eng.º Chefe do GETSOP/FE

Confere:

Chefe do Setor Terras

Waldemar LETCH

Jose TARTAS

Rodolfo Sogo.

Waldemar LETCH

Valdomiro etch.

Condições: constando confrontantes, águas e estradas:





Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)